



AUTOBIOGRAFIA

NELSON MANDELA

UM LONGO CAMINHO
PARA A LIBERDADE



**Um longo caminho para a liberdade/Autobiografia de Nelson Mandela;
trad. Victor Antunes, rev. Fernanda Fonseca; Lisboa: Planeta Manuscrito,
2012; 599 pág.**

Autobiografia de Nelson Mandela

Um longo caminho para a liberdade

Tradução

Victor Antunes

Planeta

Grupo Planeta

PLANETA MANUSCRITO

Rua do Loreto, n.º 16 – 1.º Direito

1200-242 Lisboa. Portugal

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

1994, 1995, Nelson Rolihlahla Mandela

© 2009, Planeta Manuscrito

Título original: *Long Walk to Freedom*

Revisão: Fernanda Fonseca

Paginação: Guidesign

1.^a edição: Fevereiro de 2012

Depósito legal n.º 338767/12

Impressão e acabamento: Guide - Artes Gráficas

ISBN: 978-989-657-168-9

www.planeta.pt

Dedico este livro aos meus seis filhos, Madiba e Makaziwe (a minha filha mais velha), já ambos falecidos, e a Makgatho, Makaziwe, Zenani e Zindzi, cujo amor e carinho me é precioso; aos meus vinte e um netos e três bisnetos, que tanta felicidade me dão; e a todos os meus amigos, camaradas e compatriotas sul-africanos a quem sirvo, e cuja coragem, determinação e patriotismo continuam a ser para mim uma fonte de inspiração.

Índice

Agradecimentos... 11

Parte um

Uma infância rural... 15

Parte dois

Joanesburgo... 69

Parte três

O despertar de um combatente da liberdade... 99

Parte quatro

A luta é a minha vida... 143

Parte cinco

A traição... 193

Parte seis

A Pimpinela Negra... 253

Parte sete

Rivónia... 295

Parte oito

Robben Island: os anos negros... 361

Parte nove

Robben Island: o despontar da esperança... 423

Parte dez

Em conversações com o inimigo... 479

Parte onze

A liberdade... 523

Agradecimentos

Como os leitores irão descobrir, este livro tem uma longa história. Comecei a escrevê-lo em segredo no ano de 1974, quando estava preso em Robben Island. Sem o trabalho incansável dos meus camaradas Walter Sisulu e Ahmed Kathrada, que me reavivaram a memória, é possível que nunca tivesse terminado o manuscrito original. A cópia desse manuscrito, que tinha guardada, foi descoberta pelas autoridades, que a confiscaram. Contudo, e para além das suas extraordinárias capacidades de calígrafos, os meus companheiros de prisão Mac Maharaj e Isu Chiba asseguraram que o original chegasse são e salvo ao seu destino. Retomei o trabalho depois de sair da prisão, em 1990.

Desde que saí da prisão a minha agenda tem estado sobrecarregada com inúmeras obrigações e responsabilidades que me têm deixado pouco tempo para escrever. Felizmente, tenho tido o auxílio de amigos e colegas dedicados e profissionais competentes que me ajudaram a completar o trabalho e a quem manifesto a minha gratidão.

Estou profundamente agradecido a Richard Stengel, que colaborou comigo na criação deste livro e cujo auxílio foi precioso na correcção e revisão da parte inicial e na redacção do restante. Recordo com agrado os nossos passeios matinais no Transkei e as muitas horas de entrevistas em Shell House, Joanesburgo, e na minha casa de Houghton. Devo um agradecimento especial a Mary Pfaff, que auxiliou Richard no seu trabalho. Beneficiei também do apoio e dos conselhos de Fatima Meer, reter Magubane, Nadine Gordimer e Ezekiel Mphahlele.

Quero manifestar um especial reconhecimento ao meu camarada Ahmed Kathrada pelas muitas horas que gastou a rever, a corrigir e a imprimir um cunho de verdade nesta história. Os meus agradecimentos também ao pessoal do meu gabinete no ANC, que pacientemente se encarregou das questões logísticas relacionadas com a feitura do livro, e muito em particular a Barbara Masekela, pela sua eficiente coordenação. Do mesmo modo, Iqbal Meer dedicou muitas horas a tratar dos aspectos comerciais do livro. Agradeço também ao meu editor, William Phillips, de Little, Brown & Co., que conduziu este projecto desde o

princípio de 1990 e que foi editor do texto, e aos seus colegas Jordan Pavlin, Steve Schneider, Mike Mattil e Donna Peterson. O meu reconhecimento também à professora Gail Gerhart, pela sua revisão factual do original.

Para além da vida, de uma sólida compleição física e de um vínculo à casa real dos tembos, a única coisa que o meu pai me deixou foi um nome, Rolihlahla. Em língua xossa, Rolihlahla quer dizer, literalmente, «puxar um ramo de árvore», mas o seu significado mais corrente é «agitador». Não creio que os nomes marquem o destino, nem que o meu pai tenha de algum modo adivinhado o meu futuro, mas nestes últimos anos tanto os amigos como os membros da minha família têm atribuído ao meu nome as muitas tempestades que causei ou que tive de enfrentar. O meu nome inglês e cristão, bem mais conhecido, foi-me atribuído no primeiro dia de escola. Mas já me estou a adiantar.

Nasci no dia 18 de Julho de 1918, em Mvezo, um minúsculo lugarejo nas margens do rio Mbashe, no distrito de Umtata, a capital do Transkei. O ano em que nasci assinalou o final da Grande Guerra, o eclodir de uma epidemia de gripe que vitimou milhões de pessoas por todo o mundo e a visita de uma delegação do Congresso Nacional Africano à Conferência de Paz de Versalhes para denunciar as injustiças sofridas pelo povo da África do Sul. Mas Mvezo era um lugar à parte, um espaço ínfimo, afastado dos grandes eventos do mundo, onde a vida decorria mais ou menos como tinha sido durante centenas de anos.

O Transkei está situado mil e duzentos quilómetros a leste da Cidade do Cabo e oitocentos e vinte e cinco quilómetros a sul de Joanesburgo, entre o rio Kei e a fronteira do Natal; a norte é limitado pelas montanhas alcantiladas da cordilheira de Drakensberg e a leste pelas águas azuis do oceano Índico. É uma terra linda, de colinas ondulantes e vales férteis, sulcados por uma miríade de rios e cursos de água menores, que conservam a verdura da paisagem mesmo durante o Inverno. O Transkei é uma das grandes divisões territoriais da África do Sul, com uma superfície equivalente à da Suíça

[17]

e uma população de cerca de três milhões e meio de xossas, para além de uma

pequena minoria de basutos e de brancos. É a terra onde vive o povo tembo, que faz parte da grande nação xossa, à qual pertencem.

Gadla Henry Mphakanyiswa, o meu pai, era um chefe pela linhagem e pela tradição. Foi confirmado como chefe de Mvezo pelo rei da tribo tembo, mas sob o domínio britânico esta escolha teve de ser aprovada pelo Governo, representado em Mvezo pelo magistrado local. Na sua qualidade de chefe nomeado pelo Governo, o meu pai tinha direito a uma parte das taxas cobradas à comunidade para efeitos de vacinação do gado e uso das pastagens comunais. Embora a função de chefe fosse venerável e respeitada, há setenta e cinco anos já se encontrava desacreditada por causa do controlo exercido pelo detestado governo dos brancos.

A origem da tribo tembo remonta a vinte gerações, ao rei Zwide. Segundo a tradição, o povo tembo vivia nos contrafortes das montanhas Drakensberg e no século XVI empreendeu um movimento migratório em direcção à costa, onde foi absorvido pela nação xossa. Os xossas fazem parte do povo *nguni*, que viveu, caçou e pescou nas regiões ricas e temperadas do Sudeste da África do Sul, entre o grande planalto interior, a norte, e o oceano Índico, a sul, pelo menos desde o século XI. OS *nguni* podem ser classificados em dois grupos: a norte, os povos zulo e suazi, e a sul os amaBaca, os amaBomyana, os ama-Gcaleke, os amaMfengu, os amaMpodomis, os amaMpondo, os abeSoto e os abeTembo. Todos juntos, formam a nação xossa.

Os xossas são um povo orgulhoso, de cultura patriarcal, dotado de uma língua melodiosa e expressiva, e que crê em absoluto na importância das leis, da educação e das boas maneiras. A sociedade xossa caracterizava-se por uma ordem social harmoniosa e equilibrada, na qual todos os indivíduos tinham consciência do seu lugar. Todos os xossas pertencem a um clã, que tem um antepassado comum. Eu faço parte do clã Madiba, que recebeu o nome de um chefe tembo que governou o Transkei no século XVIII. É frequente interpelarem-me por Madiba, o nome do meu clã, o que é uma manifestação de respeito.

Ngubengcuka, que foi um dos monarcas mais importantes e morreu em 1832, foi o unificador da tribo tembo. Como era próprio da tradição, tomou por esposas mulheres oriundas das principais casas reais: a Casa Grande, de onde é escolhido o herdeiro, a Casa da Mão Direita, e a Ixhiba, uma casa de importância menor, por vezes referida como a Casa da Mão Esquerda. A missão dos filhos da

Ixhiba, ou Casa da Mão Esquerda, era sanar as disputas do trono. Mthikrakra, o filho mais velho da Casa Grande, sucedeu a Ngubengcuka, e entre os seus filhos contavam-se Ngangalizwe e Matanzima. Sabata, que governou os tembos a partir de 1954, era neto de Ngangalizwe e hierarquicamente superior a Kalzer Daliwonga, mais conhecido por K. D. Matanzima, antigo primeiro-ministro do Transkei - meu sobrinho

[18]

por lei e tradição - que era descendente de Matanzima. O filho mais velho da Casa de Ixhiba *era* Simakade, irmão mais velho de Mandela, o meu avô.

Embora ao longo dos anos tenham aparecido muitas histórias em que surjo na linha de sucessão ao trono dos tembos, a simples genealogia que acabo de descrever relega essas histórias para a categoria de mitos. Embora fizesse parte da família real, não me contava entre os poucos privilegiados que eram educados para governar. Na minha qualidade de membro da Casa Ixhiba, fui, isso sim, e à semelhança do meu pai, preparado para ser conselheiro dos governantes.

O meu pai era um homem alto, de pele escura, com uma pose erecta e imponente, que gosto de pensar que herdei. Mesmo por cima da testa ostentava uma madeixa de cabelos brancos, e quando eu era garoto tinha por costume esfregar a cabeça com cinzas brancas para me parecer com ele. Era um homem austero, que não dispensava a vara quando se tratava de disciplinar os filhos. A sua teimosia era inexcedível, outra característica que, infelizmente, parece ter passado de pai para filho.

Já por diversas vezes o meu pai foi referido como primeiro-ministro da Tembolândia durante os reinados de Dalindyebo, pai de Sabata, que reinou nos primeiros anos do século xx, e do filho deste, Jongintaba, que lhe sucedeu no trono. É uma designação errada, pois esse cargo nem existia, mas o papel que desempenhava não era muito diferente do que está implícito nessa designação. Como conselheiro respeitado desses dois reis, acompanhava -os nas suas deslocações e em geral estava ao seu lado nas reuniões importantes com os funcionários governamentais. Era um reconhecido guardião da história e dos costumes dos xossas, e era sobretudo por essa razão que o seu conselho era

valorizado. O interesse que sempre nutri pela história foi desde muito cedo encorajado por ele. Embora não soubesse ler nem escrever, tinha a fama de ser um excelente orador, que cativava as audiências, divertindo-as ao mesmo tempo que lhes transmitia os seus conhecimentos.

Mais tarde vim a descobrir que o meu pai não só aconselhava os reis como os entronizava. Depois da morte prematura de Jongilizwe, na década de 1920, esperava-se que subisse ao trono o filho deste com a Primeira Esposa, mas Sabata era demasiado jovem para ocupar o trono. Seguiu-se uma disputa sobre qual dos três filhos mais velhos de Dalindyabo por via de outras esposas - Jonjintaba, Dabulamanzi e Melithafa - deveria ser escolhido para reinar. Consultado, o meu pai optou por Jongintaba, por este ser o mais culto. Segundo ele, Jongintaba não só seria um fiel guardião da coroa como um excelente mentor para o jovem príncipe. Tanto o meu pai como outros chefes influentes nutriam imenso respeito pela educação formal, como é frequente entre aqueles que nunca a receberam. Esta recomendação não foi isenta de controvérsia, dado que a mãe de Jongintaba provinha de uma casa de menor importância, mas a escolha do meu pai acabou por ser

[19]

aceite tanto pelos tembos como pelo Governo britânico. Jongintaba viria a retribuir-lhe o favor de uma maneira que o meu pai nunca teria imaginado.

Ao todo, o meu pai teve quatro esposas, a terceira das quais, Nosekeni Fanny, minha mãe, era filha de Nkedama, do clã xossa amaMpemvu, e pertencia à Casa da Mão Direita. Todas estas mulheres - a Primeira Esposa, a esposa da Casa da Mão Direita (minha mãe), a esposa da Casa da Mão Esquerda e a esposa da casa de Iqadi, ou Casa Auxiliar - tinham o seu próprio *kraal*. Um *kraal* é uma casa com terrenos anexos, que geralmente incluem um recinto vedado para animais, campos para sementeiras e uma ou mais cabanas de colmo. Os *kraals* das mulheres do meu pai situavam-se a grande distância uns dos outros, e ele visitava-os alternadamente. Durante estas visitas, o meu pai gerou treze filhos, quatro rapazes e nove raparigas. Eu sou o filho mais velho da Casa da Mão Direita e o mais novo dos quatro filhos varões do meu pai. Tenho três irmãos: Baliwe, a mais velha, Notancu e Makhutswana. Embora o filho mais velho do meu pai fosse Mlahlwa, o seu sucessor como chefe foi Daligqili, filho da Casa

Grande, que morreu no princípio da década de 1930. Com excepção da minha pessoa, todos os filhos varões do meu pai já morreram e eram todos meus superiores hierárquicos, não só pela idade como pelo estatuto de que gozavam.

Tinha eu pouco tempo de vida quando o meu pai se envolveu numa disputa que teve por consequência a perda do seu posto de chefe em Mvezo e que revelou um defeito do seu carácter que julgo ter transmitido ao filho. Acredito que, mais do que a origem biológica, o que nos molda verdadeiramente o carácter é a educação, mas o meu pai possuía um orgulho rebelde e um sentido obstinado de justiça que reconheço em mim próprio. Na sua qualidade de chefe - de régulo, como era geralmente conhecido entre os brancos - o meu pai era obrigado a apresentar explicações dos seus actos não só ao rei dos tembos como ao magistrado local. Certo dia, um dos súbditos do meu pai apresentou uma queixa contra ele por causa de um boi extraviado. Na sequência dessa queixa, o magistrado ordenou a comparência do meu pai. Quando este recebeu a convocatória, respondeu do seguinte modo: *Andizi, ndisaqula* «Não vou, estou a preparar-me para a batalha». Ora nesses tempos não era sensato desafiar um magistrado, pois tal atitude seria considerada insolente - o que neste caso correspondia à verdade.

A resposta do meu pai denotava implicitamente que não reconhecia a autoridade do magistrado. Quando se tratava de questões tribais não se guiava pelas leis do rei de Inglaterra, mas sim pelos costumes dos tembos. Não era um problema de susceptibilidade, mas uma questão de princípio. Uma afirmação das suas prerrogativas de chefe e um desafio à autoridade do magistrado.

[20]

Assim que recebeu a resposta do meu pai o magistrado acusou -o de insubordinação. Não houve inquérito nem investigação - isso estava reservado para os funcionários brancos. O magistrado limitou-se a demiti-lo, pondo assim termo à chefia hereditária da família Mandela.

Nesse tempo não me dei conta destes acontecimentos. O meu pai, que pelos padrões da época era um aristocrata rico, perdeu não só a fortuna como o título. Foi-lhe sonogada grande parte das terras e do gado e os respectivos rendimentos. Confrontada com estas dificuldades, a minha mãe mudou-se para

Qunu, uma aldeia um pouco maior, a norte de Mvezo, onde podia contar com o apoio da família e dos amigos. Em Qunu, a nossa vida era menos faustosa, mas foi nessa aldeia próxima de Umtata que vivi os dias mais felizes da minha infância e é de lá que provêm as minhas primeiras recordações.

Aaldeia de Qunu estava situada num vale estreito e viçoso, atravessado por diversos cursos de água límpidos, no sopé de colinas verdejantes. A população era constituída por algumas centenas de pessoas, que viviam em cabanas em forma de colmeia, com paredes de lama seca e no centro um poste de madeira que sustentava o tecto cónico, feito de colmo. O chão era revestido com fragmentos esmagados de ninhos de térmitas, que se conservava macio por adição de excrementos de vaca frescos. O fumo da fogueira escapava-se pela cobertura de colmo, e a única abertura era uma porta baixa, por onde só se passava dobrado. Em geral, as cabanas estavam agrupadas em zonas residenciais, a alguma distância dos campos de cultivo do milho. Não havia estradas, apenas carreiros abertos entre as ervas pelos pés descalços dos rapazes e das mulheres. As mulheres e as crianças da aldeia cobriam-se com mantas tingidas de ocre; só os poucos cristãos que lá viviam usavam roupas de estilo ocidental. O gado, as ovelhas, as cabras e os cavalos pastavam juntos nos terrenos comuns. Em redor de Qunu, a terra era quase totalmente desprovida de arvoredo, com excepção de um pequeno bosque de choupos numa colina sobranceira ao povoado. A terra propriamente dita era propriedade do Estado. Com raras excepções, os africanos de então não tinham o direito de possuir terras na África do Sul, eram apenas arrendatários que pagavam uma renda anual ao Governo. Naregião havia duas escolas primárias, uma loja que vendia de tudo e um tanque onde se desparasitava o gado para evitar as doenças.

O milho, o sorgo, o feijão e as abóboras eram a componente principal da nossa alimentação, não porque tivéssemos alguma preferência especial por esses alimentos, mas porque a maioria das pessoas não tinha dinheiro para

[21]

nada mais substancial. Na nossa aldeia, as famílias mais abastadas complementavam as refeições com chá, café e açúcar, mas para a maioria dos aldeões de Qunu esses ingredientes eram produtos exóticos que estavam para além das suas posses. A água para rega, para cozinhar e para as lavagens tinha de

ser acartada em baldes, das fontes ou dos ribeiros. Era um trabalho das mulheres e Qunu era uma aldeia sobretudo de mulheres e crianças, pois a maioria dos homens passava grande parte do ano a trabalhar em fazendas distantes ou nas minas do Reef, a grande cordilheira de rochas auríferas e xisto que define a sul os limites de Joanesburgo. Em geral, os homens regressavam à aldeia duas vezes por ano, para cultivar os campos. A monda, o sachar dos campos e as colheitas estavam a cargo das mulheres e das crianças. No povoado poucos ou nenhuns sabiam ler e escrever e o conceito de educação formal continuava a ser estranho para a maioria.

Em Qunu, a minha mãe presidia a três cubatas, que tanto quanto me recorde estavam sempre cheias de bebés e de crianças pequenas dos nossos parentes e amigos. Não me consigo lembrar de nenhuma situação da minha infância em que tenha estado sozinho. Na cultura africana, os filhos e as filhas das nossas tias e tios são considerados irmãos e não primos. Não fazemos as mesmas distinções de parentesco que os brancos fazem. Não temos meios-irmãos ou meias-irmãs, a irmã da minha mãe é minha mãe, o filho do meu tio é meu irmão e os filhos do meu irmão são meus filhos.

Das três cubatas da minha mãe, uma servia para cozinhar, outra para dormir e outra era usada como armazém. Na cubata onde dormíamos não havia mobílias, como no Ocidente. Dormíamos sobre esteiras e sentávamo-nos no chão. A primeira vez que vi uma almofada foi já em Mqhekezweni. A minha mãe cozinhava numa panela de ferro com três pés directamente em cima do fogo, quer dentro quer fora da cubata. Tudo quanto comíamos tinha sido criado ou semeado por nós. A minha mãe tinha a sua própria cultura de milho, que semeava e colhia. O milho era apanhado quando as maçarocas estavam duras e secas e guardado em sacos ou em buracos escavados no chão. As mulheres preparavam o milho de várias maneiras diferentes. Tanto podiam esmagar os grãos entre duas pedras para fazer pão, como cozê-lo primeiro para fazer o *umphothulo* (farinha de milho que se come com leite azedo), ou o *umngqusho* (farinha grossa, que se come simples ou misturada com feijão). Ao contrário do milho, que por vezes era escasso, não faltava o leite proveniente das nossas cabras e vacas.

Desde pequeno que me habituei a passar o tempo no *veld* (campo), a brincar e a lutar com os outros miúdos da aldeia. Um rapaz que ficasse em casa agarrado ao avental da mãe era considerado um mariquinhas. À noite, partilhava a comida e a manta com esses mesmos rapazes. Não tinha mais de cinco anos

quando comecei a apascentar as ovelhas e os bezerros. Descobri então a ligação quase mística que existe entre os xossas e os seus animais,

[22]

não só como fonte de alimento e de riqueza mas também de felicidade e uma dádiva de Deus. Foi nos campos que aprendi a caçar pássaros com uma fiska, a apanhar mel das colmeias selvagens, a colher frutos e raízes comestíveis, a beber leite quente e doce directamente das tetas de uma vaca, a nadar nos ribeiros de águas frias e cristalinas, a apanhar peixes com um arame aguçado preso na extremidade de um cordel. Aprendi a lutar com um pau - um conhecimento essencial para um jovem camponês africano e tornei-me destro em várias técnicas de aparar golpes, fingir que atacava por um lado e fazê-lo por outro, e afastar-me do adversário com um rápido movimento dos pés. Foi nesses tempos que criei uma afeição apaixonada pelos campos, pelos espaços abertos, pela beleza do mundo natural e pela linha distinta do horizonte.

Estávamos entregues ao nosso próprio engenho. Os brinquedos que tínhamos eram feitos por nós. Moldávamos animais e pássaros de barro. Com ramos de árvores, construíamos trenós que os bois puxavam. A natureza era o nosso pátio de recreio. Nas colinas em redor de Qunu havia enormes rochas lisas por onde escorregávamos em cima de pedras chatas. Fazíamos isto tantas vezes até que o traseiro nos doía e mal nos podíamos sentar. Aprendi a montar no dorso de vitelos desmamados. Depois de cairmos várias vezes, acabávamos por lhe apanhar o jeito.

Um dia, um burro rebelde deu-me uma lição. Tínhamos estado a montá-lo à vez e quando chegou a minha ocasião saltei-lhe para as costas. O animal desatou a correr em direcção a um arbusto espinhoso. Baixou a cabeça, para me fazer cair, o que conseguiu, não sem que antes os espinhos me picassem e arranhassem a cara, para minha grande vergonha perante os outros rapazes. Tal como os orientais, os africanos têm um profundo sentido da dignidade, aquilo a que os chineses chamam «a face». Perdi a face na presença dos meus amigos. Embora tenha sido um burro a atirar-me ao chão, aprendi que humilhar outra pessoa é fazê-la sofrer de maneira desnecessariamente cruel. Ainda em rapaz, quando derrotava os meus adversários, não os humilhava.

Em geral os rapazes brincavam só uns com os outros, mas por vezes deixávamos que as nossas irmãs tomassem parte na brincadeira. Brincávamos a um jogo chamado *ndize* (escondidas) e também ao *icekwa* (toca-e-foge). Mas o jogo que eu mais gostava de partilhar com as raparigas era o *khetha*, ou «escolhe-de-quem-gostas-mais». Não era um jogo organizado, mas sim um impulso do momento, quando encontrávamos um grupo de raparigas da nossa idade e pedíamos a cada uma delas que escolhesse o rapaz da sua preferência. As regras ditavam que a escolha tinha de ser respeitada e depois de ela ter escolhido o seu preferido podia seguir caminho, escoltida pelo felizardo. Mas as raparigas eram espertas - muito mais espertas do que os idiotas dos rapazes - e muitas vezes combinavam entre si escolher um

[23]

rapaz, em geral o mais pateta do grupo, de quem depois troçavam durante o resto do caminho até casa.

O jogo mais popular entre nós era o *thinti*, que como muitas brincadeiras de rapazes era um simulacro de batalha. Enterravam-se firmemente no chão dois paus, que serviam de alvo, a uma distância de trinta metros. O objectivo de cada equipa era atirar paus ao alvo dos contrários, de modo a derrubá-lo. Tínhamos a obrigação de defender o nosso alvo e de evitar que os outros pudessem voltar a apanhar os paus que tinham atirado. Quando já era um pouco mais velho, organizávamos competições contra rapazes das aldeias mais próximas e aqueles que se distinguiam nestas batalhas fraternas eram objecto de grande admiração, como generais após uma grande vitória.

Depois destes jogos voltava para o *kraal* da minha mãe, à hora em que ela estava a preparar o jantar. Do mesmo modo que dantes o meu pai nos contava histórias de batalhas e de feitos heróicos dos guerreiros xossas, a minha mãe deliciava-nos com lendas e fábulas transmitidas por inúmeras gerações. Eram fábulas que estimulavam a minha imaginação de criança, para além de conterem um fundamento moral qualquer. Recordo-me de uma história que a minha mãe me contava, de um viajante que era interpelado por uma velha de olhos velados por grossas cataratas. A mulher pediu-lhe ajuda e o homem virou a cara. Depois chegou outro homem, que foi abordado pela mesma velha. A mulher pediu que ele lhe limpasse os olhos, e, embora achasse a ideia repugnante, o homem

atendeu ao pedido. Por milagre, as escamas caíram dos olhos da velha, que se transformou numa lindíssima rapariga. O homem casou com ela e teve uma vida próspera e abastada. É uma história muito simples, mas a mensagem que transmite é eterna: a recompensa da virtude e da generosidade pode chegar por meios impossíveis de imaginar.

À semelhança de todas as crianças xossas, adquiri conhecimentos sobretudo através da observação. Esperava -se que aprendêssemos por via da imitação e da emulação e não das perguntas. Da primeira vez que estive em casa de brancos fiquei espantado com o número de perguntas que as crianças faziam aos pais e com a disponibilidade destes para lhes responder. Na nossa casa, as perguntas eram um incómodo e os adultos transmitiam só as informações que consideravam necessárias.

A minha vida, como a da maioria dos xossas desse tempo, foi moldada pelos costumes, pelos rituais e pelos tabus. Eram o alfa e o ómega da nossa existência e nunca se punham em questão. Os homens percorriam o trilho que os antepassados tinham aberto; as mulheres levavam uma existência em tudo semelhante à que tinham vivido as suas mães. Sem que ninguém me explicasse, depressa aprendi as regras complexas que governam as relações entre os homens e as mulheres. Descobri que um homem não pode entrar numa casa onde uma mulher deu recentemente à luz e que uma mulher

[24]

recém-casada não pode entrar no *kraal* onde passará a viver sem antes se submeter a uma cerimónia pormenorizada. Aprendi também que negligenciar os antepassados traz má sorte e uma vida infeliz. Se alguém desonrasse os seus antepassados, a única maneira de assumir a necessária contrição passava pela consulta a um curandeiro tradicional ou a um ancião, o qual entrava em contacto com os antepassados para lhes apresentar as desculpas do faltoso. Para mim, todas estas crenças eram inteiramente naturais.

Foi em Qunu, ainda rapaz, que vi os primeiros brancos. Como se impunha, o magistrado local era branco, como também era branco o proprietário da loja mais próxima. Uma vez por outra surgiam viajantes ocasionais ou alguns polícias. Estes brancos para mim eram como deuses, a quem devia tratar com

uma mistura de temor e respeito. Mas a sua influência na minha vida era muito distante e eu pouco ou nada pensava acerca dos brancos nem das relações entre o meu povo e essas figuras longínquas.

No nosso pequeno universo de Qunu, a única rivalidade entre clãs e tribos era entre os xossas e os amaMfengu, alguns dos quais viviam na nossa aldeia. Os amaMfengu chegaram ao Cabo Oriental fugidos dos exércitos de Shaka Zulu, numa época conhecida por iMfecane, uma grande vaga de batalhas e de migrações que ocorreu entre 1820 e 1840, desencadeada pela ascensão de Shaka e do estado zulo, durante a qual o guerreiro zulo procurou conquistar e unificar todas as tribos sob o seu poderio militar. Os amaMfengu, que originalmente não falavam a língua xossa, eram refugiados do iMfecane e viram-se obrigados a desempenhar tarefas que mais nenhum africano aceitava. Trabalhavam nas fazendas e nas lojas dos brancos, o que aos olhos dos xossas era desprezível. Mas os amaMfengu eram gente trabalhadora que, graças aos seus contactos com os europeus, eram frequentemente mais educados e «ocidentalizados» do que os outros africanos.

Nos meus tempos de rapaz, os amaMfengu constituíam o sector mais avançado da comunidade, de onde provinham os homens da igreja, os polícias, os professores, os escriturários e os intérpretes. Foram também os primeiros a abraçar a fé cristã, a construir casas melhores, a usar processos científicos na agricultura, o que os tornava mais abastados do que os seus conterrâneos de origem xossa. Eram a confirmação do axioma propalado pelos missionários de que ser cristão era ser civilizado e de que ser civilizado era ser cristão. Continuava latente uma certa hostilidade em relação aos amaMfengu, mas creio que era mais por inveja do que por animosidade intertribal. Esta forma local de tribalismo, que presenciei enquanto rapaz, era relativamente inofensiva. Nesse tempo não testemunhei, nem sequer suspeitava, das acesas rivalidades tribais que os governantes brancos da África do Sul viriam a fomentar.

O meu pai não partilhava dos preconceitos locais em relação aos amaMfengu e era amigo de dois deles, os irmãos George e Ben Mbekela. Estes

[25]

dois irmãos constituíam uma excepção em Qunu: eram cristãos e instruídos.

George, o mais velho, era professor reformado; Ben era sargento da polícia. Malgrado o proselitismo dos irmãos Mbekela, o meu pai permaneceu indiferente ao cristianismo e manteve a sua fé no grande espírito dos xossas, Qamata, o deus dos antepassados. O meu pai era também um sacerdote não oficial, que presidia a sacrifícios rituais de cabras e vitelos e oficiava nas cerimónias tradicionais das sementeiras, das colheitas, dos nascimentos, dos casamentos, de iniciação e nos funerais. Nunca foi formalmente ordenado, pois a religião tradicional dos xossas caracteriza-se por uma integridade cósmica, pelo que não existe distinção entre sagrado e profano, entre natural e sobrenatural.

Embora a fé dos Mbekela não beliscasse minimamente o meu pai, acabou por influenciar a minha mãe, que se tornou cristã. Fanny era o seu nome cristão, que recebeu na igreja. Foi também por influência dos irmãos Mbekela que fui baptizado na Igreja Metodista, ou Wesleyan Church, como então lhe chamavam, e mandado para a escola. Os dois irmãos, que me viam muitas vezes a brincar ou a guardar as ovelhas, aproximavam-se para falar comigo. Um dia George Mbekela foi visitar a minha mãe.

- O teu rapaz é esperto - disse ele. - Devia frequentar a escola.

A minha mãe não respondeu. Na família nunca ninguém tinha ido à escola e ela não estava preparada para a sugestão de Mbekela. Mas falou no assunto ao meu pai, o qual, apesar da sua falta de educação formal - ou talvez por causa dela -, resolveu de imediato que o filho devia frequentar a escola.

Esta era um edifício composto por uma única sala, com um telhado à maneira ocidental, que ficava do outro lado da colina, em relação a Qunu. Eu tinha sete anos e no dia anterior ao começo das aulas o meu pai puxou-me à parte e disse que eu tinha de ir decentemente vestido para a escola. Até então, e à semelhança de todos os garotos de Qunu, sempre tinha usado uma manta enrolada à volta do ombro e apertada na cintura. O meu pai pegou num par de calças suas e cortou-as por altura do joelho. Mandou-me que as vestisse e o comprimento estava mais ou menos bom; o pior era a cintura, demasiado larga. O meu pai pegou então num cordel e cingiu-me as calças. A minha figura devia dar vontade de rir, mas nunca tive um fato que me orgulhasse mais de vestir do que aquelas calças cortadas pelo meu pai.

No primeiro dia de aulas, a professora, a menina Mdingane, atribuiu a cada um de nós um nome cristão e disse que daí em diante seria por esse nome

que tínhamos de responder sempre que estivéssemos na escola. Nesse tempo era um costume entre os africanos, certamente devido ao preconceito dos ingleses quanto à nossa instrução. A educação que recebi foi à maneira inglesa e tanto as ideias como a cultura e as instituições britânicas eram naturalmente consideradas superiores. A cultura africana era uma coisa que não existia.

[26]

Os africanos da minha geração - e mesmo hoje - têm em geral um nome inglês e outro africano. Os brancos não conseguiam, ou não queriam, pronunciar um nome africano, e consideravam pouco civilizado ter um. Nesse dia a menina Mdingane informou-me que o meu nome era Nelson. Qual a razão por que escolheu esse nome e não outro não sei. Talvez tenha alguma coisa a ver com o grande capitão, Lorde Nelson, mas não passa de uma suposição.

3

Certa noite, tinha eu nove anos, apercebi-me de grande agitação dentro de casa. O meu pai, que visitava as suas esposas por turnos e passava connosco mais ou menos uma semana por mês, acabava de chegar. Contudo, não era a ocasião da sua visita, só era esperado dentro de alguns dias. Fui encontrá-lo na cubata da minha mãe, deitado de costas no chão, presa do que parecia ser um interminável ataque de tosse. Até aos meus olhos de criança se tornava aparente que não continuaria por muito mais tempo neste mundo. Sofria de uma doença nos pulmões, que nunca foi diagnosticada porque nunca consultou um médico. Durante vários dias não saiu da cubata, sem se mexer nem falar, até que uma noite a situação piorou. A minha mãe e a mulher mais nova do meu pai, Nodayimani, que tinha vindo passar uns dias connosco, estavam a tomar conta dele, e a altas horas da noite o meu pai chamou por N odayimani.

- Dá-me o meu tabaco - ordenou.

Nodayimani e a minha mãe trocaram algumas palavras e resolveram que seria insensato deixá-lo fumar no estado em que se encontrava. Mas ele insistiu e Nodayimani acabou por lhe encher o cachimbo, acendê-lo e passar-lho para a mão. O meu pai fumou e acalmou-se. Continuou a fumar mais ou menos durante uma hora e quando morreu o cachimbo ainda estava aceso.

Não me recordo de ter sentido um desgosto muito grande, foi mais a sensação de estar à deriva. Embora a minha mãe fosse o centro da minha existência, era através do meu pai que eu me definia a mim mesmo. A morte dele provocou uma profunda alteração na minha vida, da qual não me apercebi nesse momento. Após um curto período de luto, a minha mãe comunicou-me que íamos sair de Qunu. Não lhe perguntei porquê nem para onde íamos.

Embrulhei os meus parques haveres e uma manhã, muito cedo, metemo-nos ao caminho em direcção a oeste, para o meu novo local de residência. Chorei menos a perda do meu pai que a do mundo que deixava para trás. Qunu era tudo quanto conhecia e amava a aldeia com o afecto incondicional

que uma criança dedica à sua primeira casa. Antes de desaparecemos por detrás dos montes, olhei para trás e lancei sobre a minha aldeia aquilo que pensei ser um derradeiro olhar. Vi as cubatas modestas e as pessoas que se afadigavam nas suas tarefas do dia-a-dia; o ribeiro onde nadava e brincava com os outros garotos; os campos de milho e as pastagens verdes onde os rebanhos e as manadas pastavam preguiçosamente. Imaginei os meus amigos à caça de pássaros pequenos, a beber o leite adocicado das tetas das vacas, a cavaquear à beira da pequena lagoa que se formava ao fundo do riacho. Mas os meus olhos fixaram-se sobretudo nas três humildes cubatas onde tinha fruído do amor e da protecção da minha mãe. Eram essas cubatas que associava a toda a minha felicidade, à própria vida, e arrependi-me de não as ter beijado antes de me vir embora. Não podia imaginar que o futuro que me esperava em nada se podia comparar com o passado que acabava de abandonar.

Caminhámos em silêncio até o Sol mergulhar no horizonte. Mas entre mãe e filho o silêncio nunca é sinónimo de solidão. Eu e a minha mãe nunca falávamos muito, porque não era preciso. Nunca duvidei do amor que me tinha nem do seu carinho. Foi uma jornada cansativa, por caminhos poeirentos, a subir e a descer montes, através de numerosas aldeias, mas não parámos. Ao fim da tarde, no recanto de um vale estreito rodeado de arvoredos, chegámos a uma aldeia no centro da qual se erguia uma casa elegante, maior e mais bela do que qualquer outra que até então tinha visto, a ponto de não conseguir despegar os olhos dela. O conjunto era formado por duas *iingxande* (casas rectangulares) e por sete *rondavels* (cubatas circulares de categoria superior), todas caiadas de branco, que cintilavam sob os raios do Sol-poente. À frente das casas havia uma grande horta e um milheiral orlado de pessegueiros. Nas traseiras havia outro quintal ainda maior, onde se viam macieiras, canteiros com legumes, um renque de flores e um canavial. Perto dali erguia-se uma igreja, também caiada de branco.

À sombra de dois eucaliptos que adornavam a frontaria da casa principal estava sentado um grupo de cerca de vinte chefes tribais. Em redor da propriedade pastava tranquilamente uma manada de pelo menos cinquenta cabeças e um rebanho que não devia contar menos de quinhentas ovelhas. Tudo estava primorosamente cuidado e transmitia uma ideia de abundância e de ordem para além da minha imaginação. Era a Casa Grande, Mqhekezweni, a capital

provisória do reino dos tembos, a residência real do chefe Jongintaba Dalindyiebo, soberano em exercício do povo tembo.

Enquanto olhava, boquiaberto, para todo aquele esplendor, chegou um gigantesco automóvel, que penetrou pelo portão ocidental. Os homens que estavam sentados à sombra puseram -se imediatamente de pé. Tiraram os chapéus e saltitaram, ao mesmo tempo que entoavam «*Bayete a-a-a, Jongintaba!*» (Salve, Jongintaba!), a saudação tradicional devida aos chefes xossas.

[28]

Do majestoso veículo (mais tarde vim a saber que era um *Ford V8*) apeou-se então um homem baixo e entroncado, vestido com um fato elegante. Via-se pelo porte que estava habituado a exercer a autoridade. O nome que tinha era adequado, pois Jongintaba significa literalmente «Aquele que olha para a montanha», e sobre a sua presença maciça convergiam todos os olhares. Tinha a pele escura e um rosto inteligente, e apertou distraidamente a mão a cada um dos homens que se encontravam debaixo das árvores, homens que, vim a saber mais tarde, constituíam a mais alta instância judicial entre os tembos. O recém-chegado era o regente, que viria a ser o meu protector e benfeitor durante a década seguinte.

Nesse momento em que vi Jongintaba e a sua corte sentime como um pinheiro arrancado pela raiz e atirado para uma torrente alterosa e irresistível. Fui avassalado por um sentimento de temor e de espanto. Até então não tinha pensado em nada para além do meu prazer, nem acalentava qualquer ambição para além de comer bem e de ser campeão na luta do pau. Nunca tinha pensado em dinheiro, em classe social, em fama e em poder. Subitamente, um mundo novo escancarava-se diante dos meus olhos. Quando confrontadas com uma atmosfera de grande abundância, as crianças provenientes de meios modestos são às vezes fascinadas por uma infinidade de novas tentações. Não fui excepção à regra e senti que todas as minhas anteriores convicções e lealdades se diluíam. O frágil edifício construído pelos meus pais abanava. Nesse instante percebi que a vida tinha muito mais para oferecer do que ser campeão da luta do pau.

Mais tarde vim a saber que, na sequência da morte do meu pai, Jongintabase tinha oferecido para tomar conta de mim. Tratar-me-ia da mesma maneira que tratava os seus filhos e eu teria as mesmas oportunidades. A minha mãe não tinha escolha possível, pois não podia declinar semelhante oferecimento, para mais vindo do regente. Ficou contente porque, embora fosse sentir a minha falta, sob os cuidados do regente eu receberia uma educação melhor do que a que me poderia proporcionar. O regente não se tinha esquecido que fora graças ao meu pai que ocupava o lugar de chefe supremo.

A minha mãe ficou mais um dia ou dois em Mqhekezweni antes de regressar a Qunu. A nossa despedida foi discreta. Não me pregou nenhum sermão, não me disse nenhuma palavra sábia, não me deu um beijo. Desconfio que não queria que me sentisse abandonado pela sua partida, de modo que foi muito terra-a-terra. Quanto a mim, sabia que o meu pai gostaria que eu recebesse instrução e me preparasse para o mundo exterior, o que não podia ser feito em Qunu. O olhar terno que ela me lançou carregava todo o afecto e ternura de que eu precisava e no momento de partir voltou-se para mim e disse:

- *Uqinisufokotho, Kwedini!* (Tem coragem, meu filho!)

[29]

Em geral, as crianças são pouco sentimentais, sobretudo se têm algo de novo para lhes ocupar a atenção. No mesmo instante em que a minha mãe e melhor amiga se afastava, a minha cabeça girava num turbilhão, em antecipação das delícias que encontraria na minha nova morada. Como é que podia não ter coragem? Pois se até já envergava as elegantes roupas novas que o meu anfitrião tinha encomendado para mim!

Rapidamente me integrei na vida quotidiana de Mqhekezweni. Uma criança adapta-se depressa - ou não se adapta - e eu adaptei-me à Casa Grande como se lá tivesse nascido. Para mim, era um mundo mágico, tudo era maravilhoso; os pequenos trabalhos, entediantes em Qunu, tornavam-se uma aventura em Mqhekezweni. Quando não estava na escola, era cavador, condutor de carroças, pastor. Andava a cavalo e caçava pássaros com uma fiska, tinha companheiros com quem lutava e em certas noites dançávamos ao ritmo dos belos cantos e das palmas das lindas donzelas dos tembos. Embora tivesse

saudades de Qunu e da minha mãe, fui completamente absorvido por este novo universo.

Na escola de uma única sala, anexa ao palácio, estudei inglês, xossa, história e geografia. Líamos o *Chambers English Reader* e fazíamos os trabalhos em quadros de ardósia. Os nossos professores, o senhor Fadana, e, mais tarde, o senhor Giqwa, interessaram-se em especial por mim. Tinha bons resultados, não por ser muito esperto, mas porque era aplicado. Esta autodisciplina beneficiava ainda da acção da minha tia Phathiwe, que vivia na Casa Grande, e que todas as noites corrigia os meus trabalhos de casa.

Em Mqhekezweni havia uma missão da Igreja Metodista, muito mais moderna e ocidentalizada que a de Qunu. As pessoas envergavam roupas modernas. Os homens trajavam fatos completos e as mulheres ostentavam o estilo severo dos missionários protestantes: saias muito compridas, blusas de gola alta, uma manta sobre o ombro e um lenço enrolado com elegância em volta da cabeça.

Se o universo de Mqhekezweni girava em torno da figura do regente, o meu mundo tinha por eixo os dois filhos dele: Justice, o mais velho, o único filho varão e herdeiro da Casa Grande, e Nomafu, sua irmã. Vivia com eles e era tratado exactamente da mesma maneira. A comida era a mesma, as roupas eram as mesmas e executávamos as mesmas tarefas. Mais tarde juntou-se-nos Nxeko, irmão mais velho de Sabata, o herdeiro do trono. Formávamos um quarteto régio. O regente e a esposa, No-England, criaram - me como se fosse filho deles. Preocupavam-se comigo, davam-me conselhos e castigavam-me, sempre num espírito de amor e justiça. Jongintaba era um homem taciturno, mas nunca duvidei do seu afecto por mim. Chamavam-me pela alcunha de *Tatomkhulu*, que quer dizer «avô», porque diziam que quando estava sério parecia um velho.

[30]

Justice, que era quatro anos mais velho do que eu, foi o meu primeiro herói depois da morte do meu pai. Admirava-o sob todos os aspectos. Por essa altura Justice já estudava em Clarkebury, um colégio interno que ficava a uns noventa quilómetros de distância. Alto, musculoso e elegante, era um atleta

magnífico que se distinguia nas pistas, no críquete, no rãguebi e no futebol. Alegre e de convívio fácil, era dotado de um encanto natural que seduzia as audiências com a sua voz e as hipnotizava com os seus passos de dança. Tinha um longo séquito de admiradoras - mas também de críticos' que o consideravam um dândi e um estroina. Tornámo-nos grandes amigos, embora sob muitos aspectos fôssemos o oposto um do outro: ele era extrovertido, eu tímido; ele era descuidado, eu sério. Fazia tudo com a maior facilidade, eu tinha de me aplicar. Aos meus olhos, Justice era tudo o que um jovem devia ser, tudo quanto ambicionava. Embora fôssemos tratados da mesma maneira, os nossos destinos seriam diferentes: Justice estava destinado a herdar um dos mais poderosos cargos de chefia da tribo tembo; quanto a mim, receberia aquilo que o regente decidisse dar-me, na sua generosidade.

Todos os dias entrava e saía de casa do regente para fazer recados. Um dos trabalhos de que mais gostava era de lhe engomar os fatos, uma tarefa que me enchia de orgulho. O regente possuía meia dúzia de fatos de estilo ocidental, e passei muitas horas a vincar-lhe cuidadosamente as calças. O palácio consistia em duas enormes casas de estilo europeu, cobertas por chapas de zinco. Nesse tempo, eram muito poucos os africanos que se podiam gabar de ter uma dessas casas, consideradas sinal de grande riqueza. Em volta da casa principal erguiam-se em semicírculo seis espaçosas cubatas redondas. Estas cubatas tinham soalho de madeira, uma coisa que antes nunca tinha visto. O regente e a rainha dormiam na cubata da direita e a irmã da rainha, na cubata do meio; a da esquerda funcionava como despensa. Sob o chão da cubata da irmã da rainha havia uma colmeia e de vez em quando levantávamos uma ou duas tábuas para roubar o mel. Pouco depois da minha chegada a Mqhekezweni, o regente e a esposa mudaram-se para a *uxande* (a casa do meio), que passou automaticamente a ser a Casa Grande. Perto dela havia três cubatas redondas, mais pequenas: uma para a mãe do regente, outra para os visitantes e uma terceira, que eu partilhava com Justice.

Os dois princípios que regulavam a minha vida em Mqhekezweni eram a hierarquia tribal e a Igreja. Estas duas doutrinas conviviam em precária harmonia, embora nunca as tivesse visto como antagónicas. Para mim, o cristianismo não era um sistema de crenças, era a poderosa fé de um homem, o reverendo Matyolo. A sua formidável presença simbolizava tudo o que me seduzia na fé cristã. Era tão popular e tão amado como o regente,

e o facto de lhe ser superior nas questões espirituais impressionava-me imenso. A Igreja preocupava-se tanto com este mundo como com o outro: no meu entendimento, quase todos os feitos dos africanos pareciam resultar do trabalho missionário da Igreja. A escola da missão ensinava os escriturários, os intérpretes e os polícias, que por essa altura representavam as mais elevadas aspirações dos africanos.

O reverendo Matyolo era um homem entroncado, na casa dos cinquenta e tal anos, senhor de uma voz potente e cava, que gostava de ensinar e de cantar. Quando pregava na modesta igreja situada na extremidade oeste de Mqhekezweni, o edifício regurgitava de assistentes. A nave ressoava com os hinos dos fiéis e as mulheres ajoelhavam-se aos seus pés a implorar a salvação. A primeira vez que ouvi falar dele, depois da minha chegada à Casa Grande, contaram-me que o reverendo tinha expulso um perigoso espírito, usando como armas apenas uma Bíblia e uma lanterna. A história não me pareceu inconsistente nem implausível. Nas suas prédicas meto distas, o reverendo desferia raios e coriscos, à mistura com um pouco de animismo africano. O Senhor era sensato e onnipotente, mas também era um Deus vingativo, que não deixava escapar nenhum pecado sem punição.

Em Qunu, só tinha ido uma vez à igreja, no dia em que fora baptizado. A religião era um ritual ao qual não atribuía qualquer sentido, que só praticava por causa da minha mãe. Mas em Mqhekezweni a religião estava intimamente associada à vida social e todos os domingos assistia à missa na companhia do regente e da mulher deste. O regente levava a religião muito a sério. A única vez que me deu uma tarefa foi por ter faltado a uma cerimônia de domingo para tomar parte numa luta contra rapazes de outra aldeia, uma transgressão que não voltei a cometer.

Não foi a única vez que fui repreendido por causa do sacerdote. Uma tarde entrei na horta do reverendo Matyolo e roubei algumas maçarocas de milho, que ali mesmo assei e comi. Uma garota viu-me a comer o milho e denunciou-me. A novidade correu depressa e chegou aos ouvidos da mulher do regente. Nessa noite, ela esperou pela hora da oração - que era um ritual diário -, confrontou-me com o meu acto indigno e censurou-me por me ter "apoderado da comida de um pobre servo de Deus e de desgraçar a família. Disse que

certamente tinha sido o diabo a induzir-me àquele pecado. Recordo-me de sentir um misto desagradável de medo e de vergonha - medo de alguma vingança cósmica e vergonha por ter traído a confiança da minha família de adopção.

Graças ao imenso respeito de que o regente gozava - tanto da parte dos negros como dos brancos - e ao poder aparentemente sem limites de que dispunha, eu via a autoridade do chefe como o centro em torno do qual tudo girava. O seu poder e influência impregnavam todos os aspectos da

[32]

vida em Mqhekezweni e eram o meio mais eficaz para qualquer pessoa alcançar influência e estatuto.

As ideias sobre liderança que mais tarde desenvolvi foram profundamente marcadas pela observação do regente e da sua corte. Assisti e aprendi imenso com as reuniões tribais que regularmente tinham lugar na Casa Grande. Não eram previamente marcadas, realizavam-se quando era preciso e abordavam temas de interesse geral como uma seca, a selecção do gado, as determinações do magistrado ou as leis promulgadas pelo Governo. Todos os tempos podiam comparecer e eram muitos os que apareciam, tanto a pé como a cavalo.

Nessas ocasiões o regente estava rodeado pelos seus *amaphakathi*, um grupo de conselheiros de alta estirpe que desempenhava as funções de parlamento e tribunal. Eram homens sensatos que conheciam a fundo a história da tribo e cujas opiniões eram tidas em grande conta.

O regente enviava cartas a esses chefes, a convocá-los para uma reunião, e dentro de pouco tempo a Casa Grande animava-se com a presença de pessoas importantes, vindas de todo o território. Os hóspedes reuniam-se no pátio fronteiro à casa do regente, que inaugurava o conselho expressando os agradecimentos a todos os que tinham comparecido e explicava o motivo da reunião. A partir desse momento não pronunciava mais uma palavra até perto do final do encontro.

Todos os que quisessem falar podiam fazê-lo. Era democracia na sua

forma mais pura. É certo que havia uma hierarquia entre os oradores, mas todos podiam fazer ouvir a sua voz - chefes e súbditos, guerreiros e curandeiros, lojistas e agricultores, proprietários e assalariados. Os oradores falavam sem que ninguém os interrompesse e as reuniões prolongavam -se por muitas horas. O fundamento deste governo de todos era o direito que assistia a todos os homens de exteriorizar os seus pontos de vista numa base igualitária. (Infelizmente, as mulheres eram consideradas cidadãs de segunda classe.)

Ao longo do dia era servido um grande banquete e muitas vezes fiquei com dores de barriga por ter comido de mais, enquanto escutava oradores atrás de oradores. Notei que alguns dos que falavam davam voltas e voltas e nunca chegavam a uma conclusão. Vi outros que iam diretos ao assunto e que apresentavam os seus argumentos de forma concisa e convincente. Vi alguns que recorriam a uma linguagem emotiva e dramática, tentando convencer a audiência, enquanto outros falavam com sobriedade desprovida de emoção.

A princípio fiquei espantado pela veemência e pela franqueza com que as pessoas criticavam o regente. Não que este estivesse acima das críticas bem pelo contrário, em geral era o principal alvo delas. Mas por muito flagrantes que fossem as acusações, o regente limitava-se a escutar sem se defender nem revelar qualquer traço de emoção.

[33]

As reuniões prosseguiam até se ter atingido um consenso. Ou acabavam em unanimidade ou não acabavam. Contudo, esta unanimidade podia ser só no direito de discordar, na espera de uma ocasião melhor para propor uma solução. A democracia implicava que todos os homens deviam ser ouvidos e que a decisão tinha de ser tomada em conjunto, como um povo. Não existia o conceito de maioria. Não havia uma minoria esmagada pela maioria.

No final da reunião, quando o Sol se aproximava do ocaso, o regente falava. O seu objectivo era resumir tudo quanto tinha sido dito e procurar um consenso entre as diversas opiniões. Mas não era imposta uma conclusão aos que dela discordassem. Se não fosse possível chegar a acordo, marcava-se outra reunião. Quando o conselho terminava, um poeta declamava um panegírico dos reis antigos e uma mistura de cumprimentos e sátiras aos chefes presentes; a

audiência, a começar pelo regente, desfazia-se em ruidosas gargalhadas. .

Enquanto líder sempre respeitei os princípios seguidos pelo regente na Casa Grande. Procurei sempre escutar todos os participantes num debate antes de manifestar a minha opinião. Na maioria das vezes, essa opinião representa apenas o consenso daquilo que ouvi. Nunca me esqueci do lema do regente: dizia ele que um chefe é como um pastor. Fica atrás do rebanho e deixa que os animais mais lesto tomem a dianteira, seguidos pelos outros, sem se darem conta de que estão a ser conduzidos lá de trás.

Foi em Mqhekezweni que me comecei a interessar pela história da África. Até então apenas tinha ouvido falar nos heróis xossas, mas na Casa Grande vim a saber de outros heróis africanos, como Sekhukhune, rei dos bapedis, do rei basoto Moshoeshoe, de Dingane, rei dos zulus, e ainda de outros, como Bambatha, Hintsa e Makana, Montshiwa e Kgama. Ouvi falar desses homens aos chefes e aos caciques que vinham à Casa Grande para resolver contendas e julgar querelas. Embora não fossem advogados, esses homens apresentavam casos e pronunciavam-se sobre eles. Às vezes acabavam cedo e sentavam-se a contar histórias. Eu assistia e ouvia em silêncio. Usavam uma linguagem que nunca antes tinha ouvido. O seu discurso era formal e elevado, as suas maneiras vagarosas e calmas e os cliques tradicionais da nossa língua eram longos e carregados de ênfase.

Ao princípio enxotavam-me e diziam que era demasiado novo para ouvir. Mais tarde, chamavam-me para ir buscar lume ou água, ou para ir dizer às mulheres que queriam chá. Durante os primeiros meses andava demasiado atarefado a fazer recados para poder ouvir as conversas. Mas por fim lá me foram permitindo que ficasse e foi então que descobri os grandes patriotas africanos que lutaram contra o domínio ocidental. A minha imaginação inflamava-se com a glória desses guerreiros africanos.

[34]

O mais velho dos chefes que regalava os anciãos presentes com as suas histórias era Zwelibhangile Joyi, filho da Casa Grande do rei Ngubengcuka. O chefe Joyi era tão velho que a pele lhe pendia dos ossos como um casaco

demasiado folgado. As suas histórias desenrolavam-se vagarosamente, muitas vezes interrompidas por um ataque de tosse asmática, que o obrigava a parar durante alguns minutos. O chefe Joyi era uma autoridade maior

, na história dos tembos, sobretudo porque tinha vivido uma grande parte dela. Todavia, por muito encanecido que o chefe Joyi parecesse, dir-se-ia que lhe tiravam dezenas de anos quando falava nos jovens *impis*, os guerreiros do exército do rei Ngangelizwe, que combateram contra os britânicos. O chefe Joyi reproduzia os movimentos de atirar a lança e de rastejar pelo *veld* enquanto narrava as suas vitórias e derrotas. Falava do heroísmo de Ngangelizwe, da sua generosidade e humildade.

Mas nem todas as histórias do chefe Joyi tinham os tembos como personagens principais. Da primeira vez que o ouvi falar nos guerreiros que não eram xossas, perguntei a mim próprio porquê. Era como um rapazinho que idolatra um herói local do futebol e não está interessado numa estrela do desporto nacional, que não conhece. Só mais tarde procurei abarcar a história africana como um todo, bem como as proezas dos heróis africanos em geral, independentemente da tribo a que pertenciam.

O chefe Joyi vociferava contra os homens brancos, que considerava terem deliberadamente fragmentado a nação xossa, lançando irmãos contra irmãos. O homem branco dissera aos tembos que o seu verdadeiro chefe era uma rainha branca que vivia do outro lado do oceano e da qual eram súbditos. Mas a rainha branca nada tinha trazido ao povo negro senão miséria e perfídia, e se era chefe, era uma má chefe. As histórias de guerra do chefe Joyi e as suas acusações contra os britânicos fizeram-me sentir indignado e enganado, como se me tivessem roubado os meus direitos de nascimento.

O chefe Joyi contou que os africanos viviam em paz relativa até à chegada dos *abelungu*, o povo branco, que veio do outro lado mar com armas que deitavam fumo. Houve um tempo, dizia ele, em que os tembos, os mpondos, os xossas e os zulos eram filhos de um mesmo pai e viviam como irmãos. O homem branco desfez o *abantu*, a camaradagem entre as tribos. O homem branco chegara faminto e sedento de terra, e o homem negro partilhara com ele a terra bem como a água e o ar; a terra não era propriedade de nenhum homem. Mas o homem branco apoderara-se da terra, como alguém que rouba o cavalo de outro homem.

Por essa altura não fazia ideia de que a verdadeira história do nosso país não se podia encontrar nos manuais escolares ingleses, os quais afirmavam que a África do Sul tinha começado em 1652, com o desembarque de Jan Van Riebeeck no cabo da Boa Esperança. Foi com o chefe Joyi que comecei a perceber que a história dos povos bantos tinha começado muito mais a

[35]

norte, numa terra de lagos e planícies verdejantes, e que ao longo dos milénios tínhamos descido lentamente até à extremidade meridional do grande continente. No entanto, mais tarde também me apercebi de que o relato histórico do chefe Joyi nem sempre correspondia à realidade dos factos, especialmente a partir de 1652.

Em Mqhekezweni não me sentia muito diferente de um garoto do campo que desce à grande cidade. Mqhekezweni era um lugar muito mais sofisticado que Qunu, cujos habitantes eram vistos como atrasados. O regente mostrava-se relutante em deixar-me ir a Qunu porque pensava que eu podia regredir e andar com más companhias na minha antiga aldeia. Quando lhe fiz uma visita, percebi que a minha mãe tinha sido instruída pelo regente, pois não me largava com perguntas, para saber com quem é que tinha brincado. Mas em muitas ocasiões o regente arranjou maneira de a minha mãe e as minhas irmãs visitarem a Casa Grande.

Quando cheguei a Mqhekezweni fui olhado pelos outros rapazes como um simplório, destituído de qualquer capacidade para subsistir na atmosfera requintada da Casa Grande. Como qualquer rapazito, fazia o melhor que podia para parecer delicado e culto. Um dia, na igreja, reparei numa jovem linda, que era uma das filhas do reverendo Matyolo. Chamava-se Winnie. Convidei -a para sair e ela aceitou. Winnie gostava de mim, mas nomaMpondo, a irmã mais velha, considerava-me um caso perdido. Disse à irmã que eu não passava de um bárbaro, que não era suficientemente bom para uma filha do reverendo Matyolo. Para mostrar à irmã como eu era um pacóvio sem maneiras, convidou-me para almoçar na reitoria. Eu estava habituado a comer em casa, onde não usava garfo nem faca. À mesa da família, aquela irmã mal-intencionada estendeu-me um prato onde só havia uma asa de frango. A carne não era tenra e não se despegava

facilmente do osso.

Vi os outros utilizarem a faca e o garfo com o maior à-vontade e, lentamente, peguei no meu talher. Observei-os durante alguns momentos e tentei trincar o pedaço que tinha no prato. A princípio não consegui mais do que deslocar a asa de um lado para o outro, na esperança de que a carne acabasse por se libertar do osso. Depois tentei em vão espetar a coisa para a cortar, mas a asa fugia-me e para meu embaraço fazia tinir a faca contra o prato. Repeti o gesto várias vezes até reparar que a irmã mais velha olhava para mim e sorria para a irmã, como quem diz: «Bem te tinha dito.» Suei as estopinhas, mas não queria admitir a derrota e ficar com a maldita coisa nas mãos. Nesse dia não me empanturrei de frango ao almoço.

Mais tarde, a irmã mais velha disse à mais nova: «Vais desperdiçar a tua vida se te apaixonares por aquele labrego», mas é com orgulho que afirmo que a outra não lhe deu ouvidos - porque estava apaixonada pelo labrego.

[36]

Como é evidente, a vida acabou por nos separar. Winnie foi para uma escola diferente e estudou para ser professora. Durante alguns anos ainda trocámos correspondência e quando lhe perdi o rasto já tinha melhorado consideravelmente a minha etiqueta.

Quando fiz dezasseis anos, o regente achou que era chegado o momento de me tornar um homem. Na tradição xossa isto consegue-se por um único meio, a circuncisão. Segundo a nossa tradição, um macho não circuncidado não pode herdar os bens do pai, não se pode casar nem officiar nos ritos tribais. Um xossa não circuncidado é um oximoro, pois nem sequer é considerado homem, apenas rapaz. Para o povo xossa, a circuncisão representa a entrada formal dos machos na sociedade. Não se trata apenas de um procedimento cirúrgico, mas sim de um prolongado e minucioso ritual de iniciação para a idade adulta. Como xossa que sou, conto os meus anos de vida adulta a partir da data da circuncisão.

A cerimónia tradicional do grupo a circuncidar foi preparada especialmente em atenção a Justice - os outros (ao todo éramos vinte e seis) estávamos lá para lhe fazer companhia. Nos primeiros dias do ano mudaram-nos para duas cubatas de colmo num vale recôndito, situado nas margens do rio Mbashe, um lugar conhecido pelo nome de Tyhalarha, onde segundo a tradição eram circuncidados os reis dos tembos. As cubatas eram locais de recolhimento, onde tínhamos de viver isolados do resto da sociedade. Era um tempo sagrado; sentia-me feliz e realizado por tomar parte nos rituais do meu povo e pronto para tornar efectiva a transição entre a adolescência e a idade adulta.

Fomos transferidos para Tyhalarha alguns dias antes da cerimónia de circuncisão propriamente dita. Esses derradeiros dias da minha adolescência foram passados na companhia dos outros iniciados, em franca camaradagem. Os pavilhões ficavam perto da residência de Banabakhe Blayi, o mais rico e mais popular entre o grupo de futuros circuncidados. Era um rapaz muito simpático, sedutor, campeão do jogo do pau, cujas muitas namoradas nos mantinham fartamente abastecidos de guloseimas. Embora não soubesse ler nem escrever, era um dos mais inteligentes do grupo. Deliciava-nos com histórias das suas idas a Joanesburgo, um lugar que nenhum de nós tinha visto. Seduziu-nos tanto com histórias sobre as minas que estive quase a acreditar que ser mineiro devia ser ainda melhor do que ser rei. Os mineiros tinham uma mística própria. Ser mineiro era ser forte e cuidar da família, o ideal de um homem. Muito mais tarde percebi que foram os exageros de rapazes como Banabakhe que levaram tantos jovens a acorrer para trabalhar nas minas de

Joanesburgo, onde tantas vezes arruinavam a saúde ou perdiam a vida. Nesses tempos, o trabalho nas minas era quase como um ritual de passagem semelhante à circuncisão, um mito que interessava mais aos proprietários das minas do que à minha gente.

Uma das tradições da circuncisão em grupo é que antes da cerimônia cada um tem de realizar uma proeza. No passado podia ser uma incursão para roubar gado ou mesmo uma batalha, mas no meu tempo os feitos requeridos eram mais patifarias do que actos marciais. Duas noites antes de nos mudarmos para Tyhalarha resolvemos roubar um porco. Em Mqhekezweni havia um tipo que tinha um porco que se fartava de grunhir. Para não chamarmos a atenção com o barulho, arranjàmos maneira de ser o porco a fazer o trabalho por nós. Conseguimos uns punhados de borras de cerveja caseira africana, que tem um cheiro muito activo e é apreciado pelos porcos, e colocámo-los a montante do vento em relação ao animal. O porco ficou tão excitado pelo cheiro que fugiu do *kraal* por um trilho que tínhamos feito e veio ter connosco, a grunhir, a resfolegar e a comer as borras de cerveja. Quando chegou perto, apanhámos e matámos o infeliz animal; depois fizemos uma fogueira e comemo-lo à luz das estrelas. Nunca um pedaço de carne de porco me soube tão bem.

Na noite anterior à circuncisão realizou-se uma cerimónia na proximidade das cubatas, com cantos e danças. Vieram mulheres das aldeias vizinhas e nós dançámos ao ritmo das palmas e das canções delas. À medida que a música acelerava, a nossa dança ia-se tornando mais frenética e por momentos esquecemos aquilo que nos esperava.

De madrugada, quando as estrelas ainda cintilavam no céu, demos início aos preparativos. Fomos escoltados até ao rio para nos lavarmos nas águas frias, um ritual de purificação antes da cerimónia. A circuncisão teve lugar ao meio-dia e recebemos ordem para formar uma fila numa clareira a certa distância do rio, na margem do qual se tinha reunido uma multidão de pais e outros familiares, incluindo o regente, para além de um grupo considerável de chefes e de conselheiros. Para nos cobrirmos só tínhamos as nossas mantas e quando a cerimónia começou, com o ribombar dos tambores, mandaram que nos

sentássemos no chão, sobre uma manta, com as pernas estendidas e abertas. Eu estava tenso e ansioso, sem saber como iria reagir quando chegasse o momento crítico. *Tremer* e gritar eram sinais de fraqueza que estigmatizavam um homem. Estava decidido a não vacilar, para não me desonrar, nem ao grupo, nem ao meu protector. A circuncisão é uma prova de coragem e estoicismo. Não são usados anestésicos e um homem tem de sofrer em silêncio.

Pelo canto do olho, entrevi do meu lado direito um velho magro que saía de uma tenda e se ajoelhava em *frente* do primeiro rapaz. A assistência foi percorrida por um frémito de excitação e eu senti um arrepio, porque

[38]

percebi que o ritual estava prestes a começar. O ancião era um famoso *ingcibi*, um especialista em circuncisões, vindo de Gcalekaland, que nos tornava homens com um único golpe da sua azagaia.

De súbito, ouvi o primeiro rapaz gritar *Ndiyindoda!* (Sou um homem), o grito que tínhamos sido treinados para proferir no momento da circuncisão. Alguns segundos mais tarde ouvi a voz embargada de Justice proferir a mesma palavra. Sô faltavam dois rapazes para que o *ingcibi* chegasse ao pé de mim e devo ter perdido a noção das circunstâncias, porque antes que me apercebesse disso o ancião estava ajoelhado à minha frente. Cravei os meus olhos nos dele. Estava pálido e embora fizesse frio o seu rosto brilhava de transpiração. As suas mãos moviam-se tão depressa que pareciam controladas por uma força de outro mundo. Sem uma palavra, puxou-me o prepúdo e com um movimento lesto baixou a zagaia. Foi como se me tivessem injectado fogo nas veias; a dor foi tão intensa que enterrei o queixo no peito. Passaram-se muitos segundos antes de me lembrar de gritar *Ndiyindoda!*

Olhei para baixo e vi um corte perfeito, limpo e redondo como um anel. Mas sentia-me envergonhado porque os outros rapazes se tinham mostrado mais fortes e corajosos do que eu; tinham levado muito menos tempo para soltar o grito. Fiquei desolado por me ter deixado vencer pela dor, ainda que por curtos instantes, e fiz os possíveis por disfarçar o meu sofrimento. Um rapaz pode chorar; um homem tem de esconder a sua dor.

Acabava de dar um passo essencial na vida de qualquer homem da etnia xossa. Já me podia casar, formar o meu lar e cultivar os meus campos. Podia ser admitido nos conselhos comunitários, que as minhas palavras seriam levadas a sério. Na cerimônia foi-me atribuído o nome de circuncisão, Dalibunga, que quer dizer «Fundador da Bunga», o Governo tradicional do Transkei. Para os nacionalistas xossas, este nome é mais aceitável que os dois anteriores, Rolihlahla ou Nelson, e foi com orgulho que ouvi pronunciar o meu novo nome: Dalibunga.

Logo depois de desferido o golpe, um assistente que segue o mestre das circuncisões pega no prepúcio que caiu no chão e prende-o a um canto da manta. O ferimento é então envolto numa planta com propriedades curativas cujas folhas são espinhosas de um lado e macias do outro e se destina a absorver o sangue e outras secreções.

No final da cerimônia regressámos às nossas cubatas, onde ardia uma fogueira de lenha húmida que produzia uma nuvem de fumo a que se atribuíam propriedades curativas. Mandaram-nos deitar de costas dentro das cubatas fumarentas, com uma perna estendida e a outra dobrada. Agora já éramos *abakhwetha*, iniciados no mundo dos homens. Para cuidar de nós havia um *amakhankatha*, ou guardião, cuja missão era explicar-nos as regras a seguir para entrarmos devidamente no universo dos adultos. O primeiro acto do *amakhankatha* foi pintar-nos da cabeça aos pés os

[39]

corpos nus e rapados com ocre branco, para nos tornarmos semelhantes aos espíritos. A tinta branca era um símbolo da nossa pureza e ainda me recordo da sua rigidez no meu corpo, depois de secar.

Nessa primeira noite, à meia-noite, um assistente, ou *inkhankhata*, entrou silenciosamente na cubata para nos acordar sem ruído. Ordenaram-nos então que saíssemos para a mata, para enterrar os prepúcios. A razão desta prática é esconder os prepúcios antes que os feiticeiros os possam utilizar com fins perversos, mas em termos simbólicos aquilo que enterrávamos era a nossa adolescência. Não me apetecia sair da cubata acolhedora para me meter no mato às escuras, mas ao cabo de uma curta caminhada entre as árvores desamarrei a

ponta da manta, onde estava o prepúcio, e enterrei-o no chão. Foi como se deitasse fora o que restava da minha infância.

Enquanto as feridas saravam vivemos nas duas cubatas - treze em cada. Quando saíamos tínhamos de nos cobrir com as mantas, pois não podíamos ser vistos pelas mulheres. Foi um período tranquilo, uma espécie de preparação ritual para as provações da vida adulta que nos esperavam. No dia em que nos foi permitido abandonar as cubatas fomos ao rio de manhã cedo lavar o ocre branco nas águas do Mbashe. Uma vez limpos e secos fomos revestidos de ocre vermelho. A tradição exigia que se dormisse com uma mulher, que mais tarde poderia vir a ser nossa esposa, para que com o seu corpo ela limpasse o nosso do ocre vermelho. Contudo, no meu caso o ocre foi removido com uma mistura de banha e outras gorduras.

No termo do período de reclusão, as cubatas e tudo quanto continham foram queimadas, numa cerimónia aparatosa destinada a destruir os derradeiros vestígios da nossa vida adolescente e a acolher-nos como homens no seio da sociedade. As nossas famílias, os nossos amigos e os chefes locais juntaram-se para proferir longos discursos, cantar e trocar presentes. Quando me deram duas vitelas e quatro carneiros sentime rico como nunca. Eu, que nunca tinha tido nada que me pertencesse, de repente era proprietário. Foi um sentimento inebriante, ainda que os meus presentes fossem exíguos quando comparados com os de Justice, que herdou uma manada inteira. Mas não tive inveja dos presentes de Justice. Era filho de um rei, enquanto eu não estava destinado a ser mais do que um conselheiro. Nesse dia sentime orgulhoso e forte. Lembro-me de andar de maneira diferente, mais direito, mais alto, mais firme. Acalentava grandes esperanças de um dia vir a fruir riquezas, propriedades e estatuto social.

O principal orador do dia foi o chefe Meligqili, filho de Dalindyebo, e depois de o ouvir os meus sonhos coloridos desvaneceram -se. O princípio do discurso foi convencional, com o orador a congratular-se pela continuidade da tradição, cujos primórdios se perdiam na memória dos tempos. Depois voltou-se para nós e o seu tom mudou bruscamente.

- Eis aqui os nossos filhos, jovens, saudáveis, belos, a flor da tribo xossa, o orgulho da nossa nação. Acabamos de circuncidá-los num ritual de promessa de uma vida adulta, mas aqui onde me vêem vos declaro que é uma promessa oca e ilusória, que nunca poderá ser cumprida. Nós, os xossas, e todos os sul-africanos negros, somos um povo conquistado. Somos escravos dentro da nossa terra. Somos arrendatários do nosso próprio solo. Não temos força, não temos poder, não controlamos o nosso destino na terra que nos viu nascer. [Estes jovens] irão para cidades onde viverão em barracas e beberão álcool barato porque não temos terra para lhes dar, onde possam prosperar e multiplicar-se. Vão tossir até rebentar os pulmões nas entranhas das minas dos brancos, arruinando a sua saúde, sem verem o Sol, para que o homem branco possa desfrutar uma vida privilegiada e próspera. Entre estes jovens há chefes que nunca governarão o seu povo, porque não temos o direito de nos governar a nós próprios; guerreiros que nunca hão-de combater porque não temos armas; sábios que nunca hão-de ensinar porque não temos escolas onde aprendam. As capacidades, a inteligência e a promessa destes jovens serão desperdiçadas em tentativas de simples sobrevivência, no desempenho de tarefas insignificantes ao serviço do homem branco. Estes dons presentemente nada valem, porque não possuímos o dom maior, que é o da liberdade e independência. Sei muito bem que Qamata não dorme e tudo vê, mas desconfio que Qamata deve estar a passar pelas brasas. Se assim é, quanto mais depressa morrer, melhor, para que o possa encontrar, abaná-lo e dizer-lhe que os filhos de Ngubengcuka, a flor da nação xossa, estão a morrer.

, À medida que o chefe Meligqili ia falando, foi-se abatendo sobre a audiência um silêncio carregado de rancor. Ninguém queria ouvir aquelas palavras. Eu também não. Sentime mais vexado do que exaltado pelo discurso do chefe e classifiquei as suas palavras como exageros de um homem ignorante, incapaz de apreciar os valores da educação e os benefícios que o homem branco tinha trazido à nossa terra. Nesse tempo olhava os brancos não como opressores mas como benfeitores e, na minha opinião, o chefe estava a ser tremendamente ingrato. Aquele homem acabava de me estragar o dia, de quebrar o meu orgulho com as suas críticas insensatas.

Mas sem que soubesse porquê, as suas palavras não mais me saíram da cabeça. Como se tivesse lançado uma semente à terra para que germinasse ao fim de muito tempo. Mais tarde percebi que o ignorante era eu, não ele.

Depois da cerimónia voltei para a margem do rio, a vê-lo serpentear pelo

longo caminho que tinha de percorrer até se lançar no oceano Índico. Nunca o tinha atravessado e não fazia ideia do mundo que me esperaria do outro lado e que naquele dia me parecia dirigir um convite. Já perto do ocaso, fui ver o local onde anteriormente se erguiam as nossas cubatas de reclusão. Embora fosse proibido olhar enquanto ardiam, não consegui

[41]

resistir. Quando lá cheguei só vi duas pirâmides de cinzas ao lado de uma enorme mimosa. Misturado com elas, jazia um mundo perdido e maravilhoso, o mundo da minha infância, dos dias alegres e despreocupados de Qunu e de Mqhekezweni. Agora era um homem, nunca mais jogaria *thinti*, nunca mais roubaria milho nem beberia leite pelas tetas de uma vaca. Nesse momento já estava de luto pela minha adolescência. Em retrospectiva, sei que nesse dia estava ainda longe de ser um homem e que não viria a sê-lo senão ao fim de muitos anos.

Diferentemente da maioria dos rapazes que faziam parte do grupo dos circuncisos, não estava destinado a trabalhar nas minas do Reef. Muitas vezes o regente me disse:

- Não hás-de desperdiçar a tua vida a procurar ouro para os brancos sem saberes ler nem escrever o teu nome.

O meu destino era ser conselheiro de Sabata e para tal tinha de ser educado. Depois da cerimónia regressei a Mqhekezweni, mas não permaneci lá muito tempo, pois estava decidido que pela primeira vez atravessaria o Irio Mbashe, a caminho do Clarkebury Boarding Institute, no distrito de Engcobo.

Uma vez mais ia sair de casa, ansioso por ver como me sairia num mundo mais vasto. O próprio regente me levou a Engcobo no seu imponente *Ford V8*. Antes de sairmos organizou uma festa para festejar a minha aprovação no nível elementar e a admissão em Clarkebury. Foi degolado um carneiro e houve danças e cantares - a primeira vez que alguém festejava alguma coisa por minha causa, o que me deu um prazer imenso. O regente ofereceu-me o meu primeiro par de botas, em reconhecimento da minha condição de adulto, e nessa noite engraxei-as repetidamente, embora já estivessem a brilhar como um espelho.

Fundado em 1825, o Clarkebury Institute ocupava o edifício de uma das mais antigas missões da Wesleyan Church no Transkei. Por essa altura, Clarkebury era a mais avançada instituição de ensino para africanos em terras dos tembos. O próprio regente tinha frequentado a escola e Justice seguira-lhe as pisadas. Era em simultâneo uma escola secundária e um colégio de formação de professores, que também ministrava cursos em disciplinas de carácter mais prático, como carpintaria, alfaiataria e latoaria.

Durante a viagem o regente foi-me dando conselhos sobre o meu comportamento e o meu futuro. Instou comigo para que me comportasse de modo a respeitá-lo a ele e a Sabata e eu garanti-lhe que podia ficar descansado.

Depois

[42]

falou-me sobre o reverendo C. Harris, o reitor da escola. Segundo ele, o reverendo Harris era uma pessoa excepcional: um tembo branco, um homem branco que no seu coração amava e compreendia o povo tembo. Disse-me ainda que quando Sabata fosse mais velho o entregaria aos cuidados do reverendo Harris, para que o educasse como cristão e governante tradicional. Que eu tinha de aprender com o reverendo Harris, porque estava destinado a aconselhar o chefe que aquele havia de moldar.

Em Mqhekezweni já tinha encontrado muitos comerciantes, funcionários do Governo e polícias brancos. Eram pessoas que ocupavam posições de destaque e o regente recebia -os com cortesia, mas sem subserviência; tratava com eles de igual para igual e eles faziam o mesmo. Uma ou outra vez percebi que os repreendia, mas eram casos muito raros. A minha experiência de contacto directo com brancos era quase inexistente. O regente nunca me disse como me devia comportar, pelo que eu seguia o seu exemplo. Contudo, ao falar do reverendo Harris o regente deu-me uma primeira lição sobre como devia comportar-me na sua presença. Que devia manifestar ao reverendo o mesmo respeito e obediência que lhe devia a ele.

Clarkebury era ainda mais grandioso do que Mqhekezweni. A escola propriamente dita era composta por um aglomerado de mais ou menos duas dúzias de edifícios graciosos, em estilo colonial, os quais incluíam residências privadas e dormitórios, a biblioteca e várias salas de aula. Era a primeira vez que vivia num espaço ocidental, não africano, e sentime como se penetrasse num mundo novo, cujas regras desconhecia.

Fomos conduzidos ao gabinete do reverendo Harris, onde o regente me apresentou e pela primeira vez apertei a mão a um homem branco. O reverendo Harris era um homem caloroso e afável, que tratava o regente com grande deferência. Este explicou-lhe que eu estava a ser educado para conselheiro do rei e que esperava que o reverendo me devotasse uma atenção especial. O reverendo assentiu e acrescentou que em Clarkebury os alunos desempenhavam tarefas manuais depois das aulas, pelo que trataria de me destacar para cuidar da sua

horta.

No final do encontro, o regente despediu-se de mim e deu-me uma libra para pequenas despesas, a maior quantia que eu alguma vez possuía. Despedime dele e prometi-lhe que não havia de o desapontar.

Clarkebury era um colégio tembo, edificado em terras cedidas pelo grande rei Ngubengcuka. Na minha qualidade de descendente dele, presumi que seria tratado em Clarkebury com a mesma deferência que me dispensavam em Mqhekezweni. Mas estava enganado, pois o tratamento que recebi foi igual ao de todos os outros. Ninguém sabia nem queria saber se eu era descendente do grande Ngubengcuka. O reitor recebeu-me sem o clangor das trombetas e os meus colegas não se dobraram nem ajoelharam

[43]

à minha frente. Em Clarkebury eram muitos os rapazes de alta linhagem, pelo que deixei de ser uma figura singular. Foi uma lição importante, pois acho que nesse tempo era um tanto ou quanto arrogante. Depressa compreendi que teria de me desembaraçar pelo trabalho, não pela ascendência. A maioria dos meus colegas corria mais do que eu e eram melhores alunos, pelo que tive um trabalhão para me pôr ao nível deles.

As aulas começaram na manhã seguinte e, juntamente com os outros, subi os degraus que davam acesso ao primeiro piso, onde se situavam as salas. A porta da sala de aula era de madeira finamente polida. Nesse primeiro dia calcei as botas novas, mas como nunca tinha usado umas botas andava como um cavalo acabado de ferrar pela primeira vez. Fazia uma tremenda barulheira a subir os degraus e por mais de uma vez escorreguei. Quando entrei na sala, a fazer ressoar as botas no soalho brilhante, reparei em duas raparigas sentadas na primeira fila, que se riam da minha triste figura. A mais bonita das duas inclinou-se para a outra e disse em tom suficientemente alto para que todos ouvissem:

- O labrego não está habituado a calçar botas.

A outra soltou uma gargalhada. Quanto a mim, fiquei furioso e envergonhado.

A rapariga chamava-se Mathona e tinha ar de ser arrogante. Nesse dia prometi a mim próprio que nunca lhe dirigiria a palavra. Mas à medida que a minha indignação foi esmorecendo (ao mesmo tempo que me habituava às botas) acabei por travar conhecimento com ela, que veio a ser a minha maior amiga em Clarkebury. Foi a primeira mulher com quem estabeleci uma verdadeira relação de amizade, uma mulher que tratava de igual para igual e a quem podia confiar os meus segredos. Em certa medida funcionou como modelo para todas as minhas amizades femininas futuras, pois com elas percebi que me podia abrir e confessar os meus medos e fraquezas, de uma maneira que seria impossível com outro homem.

Depressa me adaptei à vida em Clarkebury. Sempre que podia participava em jogos e outros desportos, mas os meus desempenhos eram medíocres. Jogava por amor ao desporto, não pela glória, e nunca a alcancei. Jogávamos ténis com raquetas feitas por nós e futebol de pé descalço, num campo de terra batida.

Pela primeira vez fui instruído por professores que tinham recebido a formação adequada. Alguns tinham formação universitária, o que era extremamente raro. Um dia, quando estava a estudar com Mathona, revelei-lhe o medo que tinha de não passar nos exames de inglês e de história no final do ano. Mathona respondeu que não me preocupasse, porque a nossa professora, Gertrude Ntlabathi, tinha sido a primeira mulher africana a obter uma licenciatura.

[44]

- É demasiado inteligente para nos deixar fracassar - disse Mathona. Nesse tempo ainda não tinha aprendido a fingir que sabia coisas que na realidade não sabia e, como tinha apenas uma vaga ideia do que pudesse ser uma «licenciatura», perguntei-lhe:

- Ah - respondeu ela. - É um livro muito grande, muito difícil.

E eu não tive dúvidas.

Outro professor licenciado em Letras era Ben Mahlasela. Gostávamos dele não por causa das suas proezas académicas mas porque não se deixava

intimidar pelo reverendo Harris. Até o corpo docente branco se vergava servilmente perante o reverendo, mas o senhor Mahlasela entrava no gabinete dele sem medo e por vezes nem tirava o chapéu! Falava com o reverendo de igual para igual e discordava das suas opiniões quando todos os outros concordavam. Embora tivesse grande respeito pelo reverendo, admirava o senhor Mahlasela por não se acobardar diante dele. Nesses tempos era costume que um preto, mesmo licenciado, se espojasse diante de um branco nem que este só tivesse a instrução primária. Por muito longe que um negro fosse, era sempre considerado inferior ao mais humilde dos brancos.

O reverendo Harris dirigia Clarkebury com mão de ferro e um sólido sentido de justiça. Clarkebury assemelhava-se mais a um colégio militar do que a um centro de formação de professores. A mais pequena infracção era rigorosamente punida. Nas assembleias, o reverendo Harris afivelava uma expressão dura e não tolerava a mais ínfima frivolidade. Quando entrava numa sala, todos se punham de pé, alunos e funcionários, professores brancos e negros, regentes das cadeiras da escola secundária e da formação profissional.

Entre os alunos, era mais temido que amado. Mas na horta, o reverendo Harris era uma pessoa diferente. Trabalhar na horta dele foi uma dupla vantagem: instilou-me um amor perene pela horticultura e pela jardinagem e ajudou-me a conhecer o reverendo e a sua família - a primeira família branca com a qual convivi de perto. Foi assim que descobri que em privado o reverendo era muito diferente do que era em público.

Por detrás da máscara de severidade escondia-se um homem afável que acreditava fervorosamente na importância da educação para os jovens africanos. Muitas vezes o surpreendi no jardim absorto nos seus pensamentos. Não o perturbava e raro lhe dirigia a palavra, mas enquanto exemplo de um homem altruisticamente devotado a uma causa, o reverendo Harris foi para mim um modelo de grande relevância.

A mulher tinha tanto de faladora como ele de taciturno. Era uma pessoa amorosa e muitas vezes vinha ao jardim de propósito para falar comigo. Não me consigo recordar do teor das nossas conversas, mas lembro-me dos deliciosos *scones* que me trazia à tarde.

Após um começo discreto, percebi como as coisas funcionavam e acelerei o meu programa para obter o meu primeiro certificado em dois anos em vez dos três do costume. Criei fama de ter uma excelente memória, quando na verdade era apenas alguém que se dedicava ao trabalho. Quando saí de Clarkebury perdi o rasto de Mathona. Era aluna externa e os pais não tinham dinheiro para ela prosseguir os estudos. Uma pessoa dotada e inteli. gente, cujo potencial se encontrava limitado pelas magras posses da família, uma história característica da África do Sul. Não era a falta de capacidades que impunha limites às pessoas, era a falta de oportunidades.

O tempo que passei em Clarkebury alargou os meus horizontes, no entanto não posso afirmar que quando saí era um jovem de espírito aberto e desprovido de preconceitos. Conheci estudantes provenientes de todo o Transkei, assim como alguns de Joanesburgo e da Basutolândia, como então chamavam ao Lesotho, alguns dos quais eram tão sofisticados e cosmopolitas que me faziam sentir um provinciano. Embora procurasse imitá-los, nunca julguei possível para um aldeão rivalizar com eles na sua percepção do mundo. Mas não os invejava. Mesmo depois de Clarkebury, no meu íntimo continuava a ser um tembo e sentia orgulho em pensar e agir como tal. As minhas raízes eram o meu destino e estava convencido de que viriá a ser conselheiro do rei, tal como desejava o meu protector. Os meus horizontes não se estendiam para além das terras dos tembos e pensava que ser um deles era a coisa mais invejável do mundo.

Em 1937, quando tinha dezanove anos, fui para Healdtown, para o Wesleyan College de Fort Beaufort, mais de duzentos e sessenta quilómetros a sudoeste de Umtata, onde fui encontrar Justice. No século XIX, Fort Beaufort era um dos numerosos postos avançados britânicos durante a chamada Guerra das Fronteiras, durante a qual o avanço firme dos colonos brancos foi sistematicamente desalojando as várias tribos xossas das suas terras. Ao longo de um século de conflitos, foram muitos os guerreiros xossas que alcançaram fama pela sua bravura, homens como Makhanda, Sandile e Maqoma, estes dois últimos encarcerados pelos britânicos em Robben Island, onde acabaram por morrer. Quando cheguei a Healdtown já poucos vestígios restavam das batalhas do século anterior, excepto o mais importante: Fort Beaufort era uma cidade de brancos, situada nas terras onde anteriormente os xossas viviam e labutavam.

Localizada no extremo de uma estrada sinuosa que corre sobranceira a um vale verdejante, Healdtown era muito mais bela e impressionante

[46]

do que Clarkebury. Nesse tempo era a maior escola para negros a sul do equador, com mais de mil estudantes masculinos e femininos. Os graciosos edifícios coloniais, cobertos de hera, e os pátios sombreados pelo arvoredado imprimiam-lhe um sentimento de oásis académico privilegiado, o que não podia ser mais verdadeiro. À semelhança de Clarkebury, Healdtown era uma missão da Igreja Metodista que ensinava artes cristãs e liberais segundo o modelo inglês.

O reitor de Healdtown era o doutor Arthur Wellington, um inglês entroncado e irascível que se gabava do seu parentesco com o duque de Wellington. No começo das assembleias, o doutor Wellington subia ao estrado e proclamava na sua voz profunda de baixo:

- Sou descendente do grande duque de Wellington, aristocrata, homem de Estado e general, que esmagou Napoleão em Waterloo e assim salvou a

civilização para bem da Europa - e também vossa, nativos.

Neste momento aplaudíamos com entusiasmo, profundamente gratos pelo facto de um descendente do duque de Wellington se dar ao trabalho de educar nativos como nós. O cavalheiro inglês educado era o nosso modelo e todos aspirávamos a ser «ingleses negros», como por vezes nos chamavam por troça. Éramos ensinados - e estávamos convencidos - de que as melhores ideias eram inglesas, o melhor Governo era o inglês e os homens melhores eram ingleses.

Em Healdtown a vida era rigorosa. O sino tocava pela primeira vez às seis horas da manhã. Às seis e quarenta estávamos no refeitório para tomar um pequeno-almoço de pão seco e água quente com açúcar, vigiados de perto por um retrato carrancudo de Jorge VI, rei de Inglaterra. Quem tivesse dinheiro para comprar manteiga podia guardá-la na cozinha. Eu comia pão seco. Às oito horas formávamos no pátio em frente do dormitório para «observação» e ficávamos em sentido enquanto as raparigas chegavam dos diversos dormitórios. Tínhamos aulas até às doze e quarenta e cinco, ao que se seguia um almoço de papas grossas de milho, leite azedo e feijões. Raramente havia carne. Voltávamos a estudar até às dezassete horas, a que se seguia um intervalo de uma hora para exercício e jantar e mais estudo das sete até às nove horas. As luzes apagavam-se às nove e meia da noite.

Healdtown atraía estudantes de todo o país, bem como dos protectorados da Basutolândia, da Suazilândia e da Bechuanalândia. Embora fosse sobretudo uma instituição xossa, havia alunos de outras etnias. Depois das aulas e aos fins-de-semana, os estudantes formavam grupos segundo as respectivas tribos. Mesmo os elementos das diversas tribos xossas se segregavam, os amaMpondos com os amaMpondos, e por aí adiante. Eu aderiu ao padrão geral, mas foi em Healdtown que fiz o meu primeiro amigo de etnia soto, Zachariah Molete. Lembro-me de me sentir audacioso por ter um amigo que não era xossa.

[47]

O nosso professor de Zoologia, Frank Lebentlele, também era um soto e muito popular entre os alunos. Afável e simpático, Frank não era muito mais velho que nós e confraternizava à vontade com os estudantes. Até jogava futebol

na equipa principal do colégio, onde era considerado uma estrela. Mas o que mais nos espantava era o facto de se ter casado com uma rapariga xossa, oriunda de Umtata. Nesse tempo, os casamentos entre os membros de duas tribos eram extremamente raros. Até então, nunca tinha ouvido falar em semelhante coisa. Tinham-nos ensinado que essas uniões eram tabu. Mas a visão de Frank e da sua mulher começaram a corroer a minha perspectiva redutora e a atenuar os laços do tribalismo que ainda me manietavam. Comecei a definir a minha identidade como africano e não apenas como um tembo ou um xossa.

Na nossa camarata havia quarenta camas, vinte de cada lado de um corredor central. O director do internato era uma figura deliciosa, o reverendo S. S. Mokitimi, que mais tarde veio a ser presidente da Igreja Metodista da África do Sul. O reverendo Mokitimi, que também falava soto, era muito estimado pelos alunos por ser uma pessoa de mente esclarecida que compreendia as nossas queixas.

Mokitimi ainda nos impressionava por outra razão: fazia frente ao doutor Wellington. Certa noite estalou uma discussão entre dois prefeitos no corredor principal do colégio. Os prefeitos tinham por missão evitar querelas, não desencadeá-las. O reverendo Mokitimi foi chamado para acalmar os ânimos. Ao regressar da cidade, o doutor Wellington deparou subitamente com toda aquela agitação e a sua chegada teve um efeito fulgurante. Como se um deus tivesse descido à Terra para resolver uma questão menor.

O doutor Wellington empertigou-se e exigiu saber o que se passava. O reverendo Mokitimi, cuja cabeça não chegava ao ombro do doutor Wellington, retorquiu respeitosa e modestamente:

- Doutor Wellington, está tudo sob controlo. Amanhã apresento-lhe o meu relatório.

O doutor Wellington não se deixou impressionar e insistiu:

- Não. Quero saber o que se passa, já.

Mokitimi não cedeu:

- Doutor Wellington, o director do internato sou eu. Amanhã apresento-lhe o meu relatório e é tudo.

Ficámos espantados. Nunca tínhamos visto alguém fazer frente ao doutor Wellington, muito menos um negro, e aguardámos uma explosão de cólera.

Mas o doutor Wellington limitou-se a dizer:

- Muito bem - e afastou-se.

Percebi que afinal o doutor Wellington não era um deus, que o reverendo Mokitimi era muito mais do que um lacaio e que um negro não tem de ceder automaticamente perante um branco, mesmo que este seja seu superior hierárquico.

[48]

O reverendo Mokitimi procurou introduzir algumas reformas no colégio. Todos apoiámos os seus esforços para melhorar a comida e o tratamento dos alunos, incluindo algumas sugestões de que estes deviam ser responsáveis pela sua própria disciplina. Mas havia uma alteração que nos preocupava, em especial aos estudantes oriundos das zonas rurais. O reverendo Mokitimi introduziu a novidade de os alunos de ambos os sexos partilharem o refeitório ao almoço de domingo. Opus-me à ideia simplesmente porque continuava a não estar à vontade a comer com faca e garfo e não queria fazer má figura diante das raparigas, que reparavam nesses pormenores. Mas o reverendo Mokitimi fez prevalecer o seu ponto de vista e todos os domingos era organizada uma refeição que me deixava cheio de fome e deprimido.

Para compensar, divertia-me imenso nos campos de jogos. Em Healdtown, a qualidade dos desportos era muito superior a Clarkebury. No primeiro ano, as minhas capacidades não chegaram para integrar nenhuma das equipas. Mas durante o segundo ano, o meu amigo Locke Ndzamela, campeão de obstáculos de Healdtown, convenceu-me a abraçar um novo desporto: a corrida de fundo. Eu era alto e magro, o que, segundo Locke, era o ideal para um corredor de fundo. Comecei a treinar, seguindo algumas das suas sugestões. Gostava da disciplina e do isolamento das corridas de fundo, que me permitiam escapar à barafunda da vida dentro da escola. Ao mesmo tempo comecei a dedicar-me a outro desporto para o qual parecia menos dotado, o boxe. Treinava esporadicamente e sem entusiasmo e só alguns anos mais tarde, quando ganhei

algum peso, é que me dediquei mais seriamente ao pugilismo.

Durante o meu segundo ano em Healdtown fui nomeado prefeito pelo reverendo Mokitimi e pelo doutor Wellington. Os prefeitos tinham tarefas diferentes, as mais desagradáveis das quais recaíam sobre os recentemente nomeados. Comecei por supervisionar um grupo de estudantes que fazia a lavagem dos vidros das janelas durante as sessões de trabalho manual, ao fim da tarde, e todos os dias os dirigia para um edifício diferente.

Passei depressa ao nível de responsabilidade seguinte, que tinha lugar durante a noite. Nunca tive problemas em ficar acordado até tarde, mas numa dessas noites fui confrontado com um dilema moral que nunca mais hei-de esquecer. Nas camaratas não havia sanitários, mas por detrás da residência havia uns lavabos, a uns trinta metros de distância. Em noites de chuva, quando um aluno acordava a meio da noite, não estava disposto a chapinhar na lama para ir até aos sanitários. O que habitualmente faziam era chegar ao alpendre e urinar para cima dos arbustos. Contudo, isto era contra os regulamentos e uma das tarefas do prefeito era anotar os nomes dos que transgrediam.

Certa noite, quando estava de serviço, chovia imenso e surpreendi um grupo de alunos - talvez uns quinze - que se aliviavam a partir da varanda.

[49]

Já de madrugada vi chegar um tipo que olhou cautelosamente para um lado e para o outro e se chegou a uma das extremidades da varanda para urinar. Dirigi-me a ele e disselhe que tinha sido apanhado. Quando o rapaz se voltou vi que era um prefeito. A minha situação era difícil. No direito e na filosofia, interrogamo-nos: «*Quis custodiet ipsos custodes?*» (Quem guarda os guardiães?) Se o prefeito não respeitar as regras, como pode esperar que os alunos lhe obedeçam? Com efeito, o prefeito estava acima da lei por-í que *era* a lei. Um prefeito não deve denunciar outro. Mas não me pareceu justo ignorar a transgressão do prefeito e denunciar a dos outros quinze, de maneira que rasguei a participação e não acusei ninguém

No meu último ano em Healdtown, aconteceu uma coisa que para mim foi como se um cometa tivesse aparecido no céu. Já perto do fim do ano, fomos informados de que o grande poeta xossa Samuel Eduard Krune Mqhayi faria uma visita à escola. Mqhayi era de facto um *imbongi*, um cantor de louvores, uma espécie de historiador oral que regista de forma poética os acontecimentos que têm um significado especial para o povo.

O dia da visita foi declarado feriado pelas autoridades escolares. Na manhã aprazada, toda a escola, incluindo o pessoal docente, negros e brancos, reuniu-se no refeitório, onde se realizavam as assembleias. Num dos extremos tinha sido armado um palco, perto de uma porta que comunicava com a residência do doutor Wellington. Em si mesma a porta nada tinha de especial, mas para todos nós era a porta do doutor Wellington, porque mais ninguém a utilizava.

Subitamente a porta abriu-se, e quem entrou não foi o doutor Wellington, mas um negro trajado com uma pele de leopardo e um chapéu a condizer, com uma lança em cada mão. Atrás dele surgiu o doutor Wellington, mas a aparição de um negro em trajes tribais a passar por aquela porta foi electrizante. É difícil explicar o impacte que teve sobre nós. Como se o mundo estivesse às avessas. Quando Mqhayi se sentou no palco ao lado do doutor Wellington mal conseguimos conter a nossa excitação.

No entanto, quando ele se levantou para falar, devo confessar que fiquei desapontado. Na minha imaginação juvenil tinha imaginado um poeta e herói xossa como Mqhayi como um homem alto, de ar feroz e inteligente. Mas nele tudo era terrivelmente vulgar, com excepção das vestes que envergava. Quando falou em xossa fê-lo devagar e com dificuldade, a escolher a palavra adequada e a tropeçar nela.

Em determinado momento, para dar ênfase ao discurso, brandiu no ar a azagaia que embateu por acaso no arame que sustentava o pano de boca. A pancada produziu uma vibração sonora e fez que a cortina caísse por cima dele. O poeta olhou para a ponta da lança, depois para o arame e começou a andar de um lado para o outro no palco, imerso nos seus

pensamentos. Ao cabo de um minuto deteve-se, voltou-se para nós e, como se tivesse ganho novas energias, declarou que o incidente simbolizava o choque da cultura africana com a cultura europeia. A sua voz tornou-se mais forte e proclamou:

- A azagaia representa o que há de glorioso e verdadeiro na história africana; é o símbolo do guerreiro africano enquanto artista. Este arame metálico - e apontou para cima - é um exemplo da indústria ocidental, engenhosa mas fria, inteligente mas sem alma. Aquilo de que falo - prosseguiu ele - não é de um pedaço de osso a vibrar contra uma peça metálica, nem sequer da sobreposição de uma cultura sobre a outra. Aquilo de que falo é do choque brutal entre o que é indígena e bom e o que é estrangeiro e mau. Não podemos permitir que estes estrangeiros, que não respeitam a nossa cultura, se apoderem da nossa nação. Prevejo que um dia as forças da sociedade africana alcancem uma vitória memorável sobre o intruso. Há muito tempo que nos submetemos aos falsos deuses do homem branco. Mas um dia havemos de ressurgir e expulsar essas ideias que nos são estranhas.

Eu nem queria acreditar nos meus ouvidos. A audácia com que abordava aqueles assuntos na presença do doutor Wellington e dos outros brancos era espantosa. Ao mesmo tempo que nos exaltava e motivava comecei a alterar a minha percepção sobre homens como o doutor Wellington, a quem tinha automaticamente considerado meu benfeitor.

Mqhayi deu então início ao seu famoso poema em que distribui as estrelas do céu pelas diversas nações do mundo. Nunca antes o tinha ouvido. A calcorrear o palco e com a azagaia virada para o céu, disse que aos povos da Europa - aos franceses, aos alemães, aos ingleses - «dou-vos a Via Láctea, a maior das constelações, porque sois um povo estranho, imbuído de inveja e cobiça, que vos guerreais por tudo e por nada». Atribuiu algumas estrelas às nações asiáticas e às Américas do Norte e do Sul. Falou então sobre a África e dividiu o continente em diversas nações, atribuindo constelações específicas a cada tribo. Até então tinha dançado e saltado no palco, a brandir a lança; subitamente imobilizou-se e baixou a voz.

- Agora sois vós, ó Casa de Xossa - proferiu, a baixar-se lentamente até pôr um joelho em terra. - Dou -vos a maior e a mais importante das estrelas, a Estrela da Manhã, pois vós sois um povo poderoso e digno. É a estrela pela qual se contam os anos - os anos da idade adulta.

Ao pronunciar esta palavra, deixou cair a cabeça sobre o peito. Pusemo-nos de pé, a aplaudir e a dar vivas. Não me apetecia parar de bater palmas. Nesse momento fui invadido por um orgulho imenso, não africano, mas xossa; como um membro do povo escolhido.

Sentime galvanizado pela representação de Mqhayi, mas também confuso. A partir de um tema mais abrangente de unidade africana tinha

[51]

passado a outro mais restritivo e provinciano, o do povo xossa, ao qual pertencia. À medida que o meu tempo em Healdtown se aproximava do seu termo, muitas ideias, por vezes contraditórias, se agitavam na minha cabeça. Começava a perceber que todos os africanos tinham algo em comum e ali estava o grande Mqhayi a elevar os xossas cima de todos os outros; percebi que um africano podia fazer frente a um homem branco e no entanto continuava a procurar receber deles benefícios que muitas vezes implicavam subserviência. Em certa medida, a mudança de enfoque de Mqhayi espelhava o que me ia na cabeça, onde se debatiam o meu orgulho de xossa e um sentimento de fraternidade com todos os africanos. No fim do ano, quando abandonei Healdtown, considerava-me em primeiro lugar um xossa e só depois um africano.

Até 1960, o University College de Fort Hare, no município de Alice, cerca de trinta quilômetros a leste de Healdtown, foi o único centro residencial universitário para negros na África do Sul. Fort Hare era mais do que isso: era um farol para todos os acadêmicos do Sul e do Leste da África. Para os jovens sul-africanos negros como eu, era Oxford e Cambridge, Harvard e Yale, fundidas numa só.

O regente estava desejoso de que eu fosse para Fort Hare e eu feliz por lá ser aceite. Antes de entrar para a universidade, o regente comprou-me o meu primeiro fato. Cinzento, de jaquetão, o fato fez que me sentisse adulto e requintado; tinha então vinte e um anos e não imaginava que em Fort Hare pudesse haver alguém mais elegante do que eu.

Sentia que estava a ser preparado para uma vida de êxito. Feliz porque o regente passaria finalmente a ter uma pessoa do seu clã com um diploma universitário. Justice tinha ficado em Healdtown para acabar o secundário. Gostava mais de desporto que de estudar e como aluno não podia ser mais vulgar.

Fort Hare foi fundado em 1916 por missionários escoceses, no mesmo local onde anteriormente se erguia a maior das fortalezas raianas do Cabo Oriental. Erguido sobre uma plataforma rochosa e rodeado por uma curva do rio Tyume, como se fosse um fosso, Fort Hare gozava de uma localização perfeita para permitir aos britânicos lutar contra o galante guerreiro xossa Sandile, o último dos reis Rharhabe, derrotado pelos ingleses numa das últimas batalhas de fronteira, durante o século XIX.

Em Fort Hare havia apenas cento e cinquenta alunos, dos quais já conhecia cerca de uma dúzia, de Clarkebury e Healdtown. Um dos que encontrei

pela primeira vez foi K. D. Matanzima. Embora K. D. fosse meu sobrinho, eu era mais novo e muito abaixo dele na hierarquia tribal. Alto, magro, extremamente seguro de si, K. D. frequentava o terceiro ano e acolheu-me sob a sua protecção. Quanto a mim, via nele um modelo, como antes acontecera com Justice.

Éramos ambos metodistas e deram-me por alojamento a mesma casa onde ele vivia, conhecida como Wesley House, um elegante edifício de dois andares na extremidade do *campus*. Sob a tutela de K. D., frequentava os serviços religiosos na localidade vizinha de Loveday, comecei a jogar futebol (em que ele era exímio) e em geral seguia os seus conselhos. O regente não mandava dinheiro para os rapazes que estavam na escola e se não fosse K. D., que partilhava a mesada comigo, eu andaria sempre de algibeiras vazias. À semelhança do regente, K. D. entrevia o meu futuro como conselheiro de Sabata e encorajou-me a estudar Direito.

À semelhança de Clarkebury e Healdtown, Fort Hare era um colégio missionário. Éramos intimados a obedecer a Deus, a respeitar as autoridades políticas e a sentirmo-nos gratos pelas oportunidades de educação que nos eram oferecidas pela Igreja e pelo Governo. Estas escolas têm sido muitas vezes criticadas pelas suas atitudes e práticas colonialistas. Contudo, e apesar disso, entendo que os benefícios que espalharam superam os inconvenientes. Os missionários edificavam e dirigiam escolas numa altura em que o Governo era incapaz de o fazer, ou não queria. A atmosfera de aprendizagem nas escolas missionárias, malgrado a rigidez da moral que instilavam, era muito mais aberta do que os princípios racistas que enforfiavam as escolas do Governo.

Fort Hare foi residência e alfobre de alguns dos mais eminentes eruditos que o continente africano jamais conheceu. O professor Z. K. Matthews era um verdadeiro modelo do intelectual africano. Filho de um mineiro, Z. K. foi influenciado pela autobiografia de Booker Washington, *Up from Slavery*, que advogava o triunfo por via da moderação e do trabalho árduo. Ensinava Antropologia e Direito e falava de forma aberta e contundente contra as políticas sociais do Governo.

Fort Hare e o professor D. D. T. Jabavu eram virtualmente sinónimos. Foi o primeiro membro do corpo docente a ser contratado quando a universidade) abriu, em 1916. O professor Jabavu tinha um bacharelato em Inglês pela Universidade de Londres, uma proeza rara e que rondava o

impossível. Ensinava Xossa, assim como Latim, História e Antropologia. Quando se tratava da genealogia xossa era uma verdadeira enciclopédia e disseme coisas acerca do meu pai das quais eu não fazia a menor ideia. Além disso era um defensor tenaz dos direitos dos africanos e em 1936 foi o primeiro presidente da All-African Convention, que se opunha à legislação produzida no Parlamento para sonegar o direito de voto no Cabo.

[53]

Recordo-me de uma vez ter ido de comboio de Fort Hare a Umtata, no compartimento destinado aos africanos, que era o único onde os negros se podiam sentar. O condutor branco apareceu para picar os nossos bilhetes, Quando viu que eu tinha entrado em Alice, perguntou:

- Você é aluno da escola de Jabuvu?

Confirmei com um movimento da cabeça e o condutor picou alegremente o bilhete e fez um comentário sobre Jabuvu ser uma excelente pessoa,

No primeiro ano tive aulas de Inglês, Antropologia, Política, Administração Nativa e Direito Romano. A administração nativa ocupava-se das leis relativas aos africanos e era aconselhável a todos quantos quisessem ingressar no Departamento dos Assuntos Nativos. Embora K. D. me tivesse aconselhado a estudar Direito, eu ansiava por ser intérprete ou escrivão no Departamento dos Assuntos Nativos. Nesse tempo, uma carreira na administração pública era altamente sedutora para um africano, o escalão! mais alto a que um negro podia aspirar. Nas zonas rurais, um intérprete do gabinete do magistrado era considerado inferior apenas ao próprio magistrado. Quando, no meu segundo ano, Fort Hare criou um curso de intérpretes leccionado por Tyamzashe, um distinto intérprete reformado dos tribunais, fui um dos primeiros a inscrever-me.

Fort Hare podia ser um lugar elitista e não era destituído da aura comum a muitas instituições de ensino superior. Os alunos mais adiantados tratavam os caloiros com desdém e altivez. Quando cheguei ao *campus* vi Gamaliel Vabaza do outro lado do pátio. Era alguns anos mais velho do que eu e tínhamos estado

juntos em Clarkebury. Cumprimentei -o calorosamente, mas a sua reacção foi altaneira e fria e fez uma alusão depreciativa ao facto de eu estar alojado no dormitório dos caloiros. Depois informou-me que fazia parte do comité que superintendia o meu dormitório, embora já lá não dormisse por não ser caloiro. Achei a sua atitude bizarra e antidemocrática, mas era a prática comum.

Certa noite, não muito depois disso, discutimos em grupo o facto de os alunos externos e os caloiros não estarem representados no comité. Decidimos quebrar a tradição e eleger um comité formado a partir desses grupos. Conferenciámos entre nós, convencemos os residentes e algumas semanas depois elegemos o nosso próprio comité, derrotando os alunos mais velhos. Como era um dos organizadores fui eleito para o novo órgão.

Mas os alunos mais adiantados não se deixavam vencer facilmente. Organizaram uma assembleia onde um deles, Rex Tatane, um homem muito eloquente em inglês, disse:

- Este comportamento por parte dos caloiros é inaceitável. Como é possível que nós, os mais velhos, sejamos afastados por um labrego como Mandela, que nem sequer fala devidamente inglês?

[54]

Troçou então da minha maneira de falar, atribuindo-me o que pensou ser uma pronúncia Gcaleka, e todos os seus partidários riram a bandeiras despregadas. O discurso trocista de Tatane teve por resultado cimentar a nossa resolução. Nós, os caloiros, formávamos agora o comité e atribuíamos aos mais velhos as tarefas mais desagradáveis, o que para eles era uma humilhação.

O reverendo A. J. Cook, reitor do colégio, tomou conhecimento do assunto e chamou-nos ao seu gabinete. Como sentíamos que o direito estava do nosso lado, estávamos dispostos a não ceder. Tatane apelou ao reitor para que nos demitisse e no meio do seu discurso foi-se abaixo e começou a chorar. O reitor pediu-nos que agíssemos de maneira diferente, mas não nos vergámos à sua vontade. À semelhança de muitos fanfarrões, Tatane não era um homem de coragem. Respondemos ao reitor que se nos impusesse a sua vontade nós nos demitiríamos, privando o comité de autoridade e legitimidade. Por fim, o reitor

optou por não interferir. Mantivemo-nos firmes e vencemos. Foi uma das minhas primeiras batalhas contra a autoridade e experimentei a sensação de poder que decorre de termos a justiça do nosso lado. No futuro não teria tanta sorte nas minhas desavenças com as autoridades do colégio.

Em Fort Hare, a minha educação foi tanto dentro como fora das salas de aula. Era mais activo nos desportos do que fora em Healdtown. Isto devia-se a dois factores: era agora mais alto e mais forte e, sendo Fort Hare muito mais pequena do que Healdtown, tinha menos concorrência. Competia no futebol e nas corridas de corta-mato. Correr ensinou-me muitas coisas. Nas competições de corta-mato, o treino era mais importante do que a capacidade intrínseca, e eu compensava a minha natural falta de aptidão com empenhamento e disciplina. Era assim em tudo o que fazia. Ainda como estudante, conheci muitos jovens naturalmente dotados mas que não tinham autodisciplina nem paciência para aproveitar os seus talentos.

Entrei também para o grupo teatral e actuei numa peça sobre Abraão Lincoln, adaptada pelo meu colega de turma, Lincoln Mkentane. Este era oriundo de uma família distinta do Transkei e um dos companheiros para quem eu olhava de baixo para cima. Isto era literalmente verdade, visto kentane ser o único aluno de Fort Hare mais alto do que eu. Na peça, Mkentane representou o seu homónimo e eu fui John Wilkes Booth, o assassino de Lincoln. No papel de Lincoln, Mkentane foi majestoso e formal e a sua declamação do Discurso de Gettysburg valeu-lhe uma ovação estrondosa e de pé. O meu papel era mais pequeno, embora fosse crucial para a moralidade veiculada pela peça, de que os homens que correm grandes riscos sofrem pesadas consequências.

Tornei-me membro da Associação Cristã de Estudantes e aos domingos dava explicações sobre a Bíblia nas aldeias vizinhas. Um dos meus companheiros

[55]

dessas expedições era um jovem muito culto com quem travara conhecimento num campo de futebol. Era natural da Pondolândia, no Transkei, e chamava-se Oliver Tambo. Desde o primeiro momento que vi em Oliver uma inteligência

incisiva como um diamante; era um orador eloquente, que não aceitava as vulgaridades que muitos de nós subscrevíamos. Oliver vivia em Beda Hall, o dormitório anglicano, e embora não tivesse muito contacto com ele em Fort Hare, era fácil perceber que estava destinado a grandes voos.

Aos domingos, por vezes íamos em grupo até Alice, para almoçar num dos restaurantes da cidade. O restaurante era dirigido por brancos, e nesse tempo era impensável que um negro pudesse entrar pela porta da frente e muito menos comer na sala. O que fazíamos era juntar o dinheiro que tínhamos, dar a volta pela cozinha e encomendar o que nos interessava.

Em Fort Hare não só aprendi Física como outra ciência exacta que envolve o físico: a dança de salão. Passávamos horas a ensaiar *fox-trots* e valsas ao som de um velho fonógrafo fanhoso, ora a conduzir ora a acompanhar. O nosso ídolo era Victor Sylvester, o campeão mundial de dança de salão, e o nosso mestre, um camarada de curso, Smallie Siwundla, que parecia uma versão mais jovem do grande mestre.

Numa aldeia vizinha havia um salão de dança africano chamado Ntselamanzi, que atraía a nata da sociedade negra local e que os alunos estavam proibidos de frequentar. Uma noite, ansiosos por exhibir os nossos passos de dança perante o belo sexo, vestimos os fatos, esgueirámo-nos do dormitório e fomos para o salão. O espaço era sumptuoso e sentíamo-nos plenos de audácia. Reparei numa jovem adorável e convidei-a delicadamente para dançar. Um instante depois estava nos meus braços. Deambulámos juntos ao ritmo da dança e eu a imaginar o figuraço que estava a fazer. Ao fim de alguns minutos perguntei-lhe como se chamava.

- Senhora Bokwe - respondeu ela com doçura.

Quase a deixei ali especada para fugir. Olhei para o outro extremo do salão e entrevi o doutor Roseberry Bokwe, um dos mais respeitados líderes e eruditos africanos dessa época, em amena cavaqueira com o seu cunhado e meu professor, Z. K. Matthews. Pedi desculpa à senhora Bokwe e conduzia, envergonhado, ao canto das senhoras, sob os olhares curiosos do doutor Bokwe e do professor Matthews. Só queria que se abrisse um buraco no soalho para desaparecer. Acabava de violar vários regulamentos da universidade. Contudo, o professor Matthews, que tinha a seu cargo a disciplina em Fort Hare, nunca me disse uma palavra sobre o assunto. Estava disposto a tolerar algumas leviandades

desde que fossem compensadas com trabalho árduo. Creio que nunca estudei com tanto afinco como nas semanas que se seguiram a essa noite em Ntselamanzi.

Fort Hare caracterizava-se por uma certa sofisticação, tanto intelectual como social, à qual não estava habituado. Pelos padrões ocidentais,

[56]

a mundividência de Fort Hare podia ser irrelevante, mas, para um rapaz do campo como eu, era uma revelação. Foi a primeira vez que vesti um pijama e até me habituar achei a coisa desconfortável. Nunca antes tinha usado pasta e escova de dentes; lá na terra, era com cinza que branqueávamos os dentes, que limpávamos com um palito. Os autoclismos e os duches de água quente também foram novidade para mim. Pela primeira vez na vida me lavei com sabonete e não com o sabão que durante tantos anos tinha usado.

Talvez por estranhar estas novidades, ansiava pelos prazeres simples dos meus tempos de rapaz. Nem era o único a sentir isso e juntei-me a um grupo de jovens que se dedicavam a fazer incursões nocturnas e secretas às terras de cultivo da universidade, onde acendíamos fogueiras para assar milho. Sentávamo-nos em círculo, a roer as maçarocas e a contar histórias fantásticas. Não o fazíamos por ter fome, simplesmente para reviver um ambiente mais próximo do que tínhamos deixado em casa. Gabávamo-nos das nossas conquistas, das nossas proezas atléticas e do muito dinheiro que íamos ganhar quando terminássemos o curso. Embora me considerasse um jovem sofisticado, a verdade é que não passava de um aldeão que sentia a falta dos prazeres simples do campo.

Embora Fort Hare fosse como um santuário isolado do resto do mundo, não deixávamos de nos interessar pela evolução da Segunda Guerra Mundial. Tal como os meus colegas, eu era um apoiante incondicional da Grã-Bretanha, e foi com grande excitação que vim a saber que o orador da cerimónia de encerramento do meu primeiro ano seria o mais ardente defensor da causa britânica na África do Sul, o antigo primeiro-ministro Jan Smuts. Para Fort Hare era uma grande honra acolher um estadista de envergadura mundial. Smuts,

nessa altura vice-primeiro-ministro, fazia campanha por todo o país para que a África do Sul declarasse guerra à Alemanha, enquanto o primeiro-ministro, J. B. Hertzog, advogava a neutralidade. Estava ansioso por ver de perto um líder mundial como Jan Smuts.

Enquanto Herzog tinha três anos antes liderado o movimento de eliminação do direito de voto dos eleitores africanos no Cabo, Smuts era uma figura simpática e interessava-me mais o facto de ele ter participado na criação da Liga das Nações do que os seus actos de repressão das liberdades internas.

Smuts falou sobre a importância do apoio à Grã-Bretanha contra os alemães e reiterou a afirmação de que a Grã-Bretanha apoiava os mesmos valores de liberdade que nós, os sul-africanos. Recordo-me de ter pensado que a pronúncia dele em inglês era quase tão má como a minha! Tal como os meus companheiros, aplaudi freneticamente Smuts e o seu apelo à luta

[57]

pela liberdade da Europa, esquecendo-me de que a liberdade era uma coisa que não existia no nosso país.

Em Fort Hare, Smuts pregava aos convertidos. Todas as noites p reitor de Wesley House analisava a situação militar na Europa e à noite reuníamo-nos em volta de um velho rádio para ouvir na BBC os empolgantes discursos de Winston Churchill. Contudo, embora apoiássemos Smuts, a sua visita provocou muitas discussões. Durante uma sessão, um companheiro de então, Nyathi Khongisa, considerado extremamente inteligente, acusou Smuts de racista. Que nos podíamos considerar «ingleses negros», mas que os ingleses nos tinham oprimido enquanto nos tentavam «civilizar». Que fosse que fosse o antagonismo entre os bóeres e os britânicos, os dois grupos estariam lado a lado no confronto com a ameaça negra. As opiniões de Khongisa deixaram-nos espantados pelo seu cariz perigosamente radical. Um colega bichanou-me ao ouvido que Nyathi fazia parte do Congresso Nacional Africano, uma organização sobre a qual já tinha vagamente ouvido falar, mas de pouco ou nada sabia. Na sequência da declaração de guerra da África do Sul à Alemanha, Herzog demitiu-se e Smuts assumiu o cargo de primeiro-ministro.

Durante o meu segundo ano em Fort Hare convidei o meu amigo Paul Mahabane para passar comigo as férias de Inverno no Transkei. Paul era de Bloemfontein e muito conhecido no *campus* porque o pai dele, o reverendo Zaccheus Mahabane, tinha sido por duas vezes presidente do Congresso Nacional Africano. Estas ligações à organização, a respeito da qual eu continuava a saber muito pouco, conferiam a Paul uma aura de rebelde.

Um dia, durante as férias, fui com Paul a Umtata, a capital do Transkei, que então consistia em meia dúzia de ruas pavimentadas e alguns edifícios governamentais. Estávamos à porta do correio quando o magistrado local, um branco na casa dos sessenta anos, se aproximou de Paul e lhe pediu que fosse lá dentro comprar-lhe uns selos. Era muito vulgar que um branco se dirigisse a um negro para que este lhe prestasse um serviço qualquer. O magistrado tentou meter uns trocos na mão de Paul, mas este recusou. O homem sentiu-se ofendido.

- Você sabe quem eu sou? - perguntou, muito vermelho, em tom iracundo.

- Não preciso de saber quem é - respondeu Mahabane. - Sei o que é. O magistrado exigiu que lhe explicasse o que queria dizer com aquilo.

- Quero dizer que você é um patife! - disse Paul, já exaltado.

- Hás-de pagar por isto - berrou o magistrado, a ferver de cólera. Depois afastou-se.

Sentime embaraçado com a atitude de Paul. Embora respeitasse a sua coragem, achei aquilo inquietante. O magistrado sabia muito bem quem eu

[58]

era e se, em vez de Paul, me tivesse pedido a mim eu teria feito o recado e esquecido o assunto. Mas admirava Paul pelo que tinha feito, mesmo que não me sentisse preparado para fazer o mesmo. Começava a perceber que um negro não tinha obrigação de aceitar as dezenas de pequenas humilhações a que era sujeito todos os dias.

Depois das férias regressei à escola no início do ano novo, a sentir-me mais forte, as forças renovadas. Concentrei-me nos estudos, a pensar nos exames de Outubro. Dentro de um ano teria um bacharelato, tal como Gertrude Ntlabathi. Acreditava que um diploma universitário seria um passaporte não só para uma posição de comando na comunidade como para o êxito financeiro. Tinha ouvido vezes sem conta ao director, o doutor Alexander Kerr, e aos professores Jabavu e Matthews, que os formados em Fort Hare constituíam a elite africana. Em breve teria o mundo a meus pés.

Com o bacharelato poderia finalmente devolver à minha mãe a riqueza e o prestígio que perdera após a morte do meu pai. Havia de lhe construir em Qunu uma casa como devia ser, com um jardim, mobílias e todas as coisas necessárias. Havia de a sustentar, bem como às minhas irmãs, para que pudessem ter coisas que há muito lhes eram negadas. Era este o meu sonho e parecia inteiramente ao meu alcance.

Durante esse ano fui nomeado para me candidatar ao Conselho Representativo dos Estudantes (CRE), a organização mais importante de Fort Hare. Nessa altura não me passava pela cabeça que as circunstâncias de uma eleição académica me poderiam criar dificuldades que viriam a alterar o curso da minha vida. As eleições realizavam -se no último período lectivo, enquanto nos preparávamos para os exames. Nos termos dos regulamentos de Fort Hare, todo o corpo discente elegia os seus membros do CRE. Pouco antes das eleições houve uma reunião geral de alunos destinada a debater os problemas e exteriorizar razões de queixa. Os estudantes concluíram por unanimidade que em Fort Hare a alimentação não era satisfatória e que seria necessário alargar os poderes do CRE, para que fosse mais do que apenas um carimbo a sancionar os actos da administração. Votei a favor das duas moções e quando a maioria dos estudantes decidiu boicotar as eleições a menos que as autoridades cedessem às nossas exigências, também estive de acordo.

Pouco depois desta reunião teve lugar o acto eleitoral programado. A grande maioria dos estudantes boicotou o sufrágio, mas vinte e cinco deles, cerca de um sexto do corpo discente, compareceu para eleger seis representantes, um dos quais fui eu. Nesse mesmo dia, os seis eleitos reUNIPam-se para debater a situação. Por unanimidade decidimos apresentar a nossa demissão com base no facto de termos apoiado o boicote e de não podermos invocar o apoio da maioria dos alunos. Redigimos uma carta nesse sentido, que entregámos ao doutor Kerr.

Mas o doutor Kerr foi esperto. Aceitou a nossa demissão e anunciou novas eleições para o dia seguinte, à hora de jantar, no refeitório. Esta manobra assegurava que todos os alunos estariam presentes e que não haveria desculpas para que o CRE não tivesse o apoio do corpo estudante. Nessa noite realizaram-se as eleições, como ordenadas pelo director, mas só votaram os mesmos vinte e cinco, que elegeram os mesmos representantes. Regressávamos ao ponto de partida.

Contudo, quando os seis eleitos se voltaram a reunir, o voto foi diferente. Os meus cinco colegas insistiram no pormenor técnico de termos sido eleitos numa reunião em que todos os alunos estavam presentes, pelo que não podíamos brandir o argumento da falta de representatividade. Os cinco foram de opinião que devíamos aceitar o cargo. Eu contrapus que de facto nada tinha mudado; embora todos os alunos estivessem presentes, a maioria não tinha votado e seria moralmente incorrecto assumir que gozávamos da sua confiança. Uma vez que o nosso objectivo inicial era o boicote das eleições, com o acordo da grande massa dos alunos, o nosso dever era respeitar essa resolução e não nos deixarmos enredar pelas habilidades do director. Como não consegui demover os meus colegas, demiti-me pela segunda vez. Fui o único.

No dia seguinte fui chamado ao gabinete do director. O doutor Kerr, formado pela Universidade de Edimburgo, era o fundador virtual de Fort Hare e um homem altamente respeitado. Passou calmamente em revista os acontecimentos do dia anterior e pediu-me que reconsiderasse a minha decisão. Respondi-lhe que não podia. Aconselhou-me a dormir sobre o assunto e a dar-lhe uma resposta definitiva no dia seguinte. Contudo, avisou-me de que não permitiria que os seus alunos agissem de maneira irresponsável e que, se eu insistisse na demissão, se veria obrigado a expulsar-me de Fort Hare.

Abalado pelas palavras do director, passei uma noite sem dormir. Nunca antes me vira obrigado a tomar uma decisão que acarretasse tão graves consequências. Nessa tarde fui falar com o meu amigo e mentor K. D., que me disse que, por uma questão de princípio, fazia bem em demitir-me, que não devia capitular. Creio que por essa altura tinha mais receio de K. D. do que do próprio doutor Kerr. Agradei-lhe e voltei para o meu quarto.

Embora tivesse consciência da justificação moral do meu acto, não tinha a certeza de que fosse o caminho certo. Não estaria a arriscar a minha carreira académica por causa de um princípio abstracto de pouca importância? Achei difícil engolir a ideia de sacrificar o que considerava serem as minhas obrigações para com os alunos em prol dos meus interesses egoístas. Tinha assumido uma posição e não queria surgir como uma fraude aos olhos dos outros estudantes. Mas também não queria ser expulso de Fort Hare. Na manhã seguinte, quando entrei no gabinete do doutor Kerr, ainda não tinha tomado uma decisão. Só me decidi quando ele me perguntou se eu

[60]

já sabia o que ia fazer. Respondi-lhe que em boa consciência não podia integrar o CRE. O doutor Kerr pareceu ficar desconcertado com a minha resposta. Pensou durante alguns momentos antes de falar.

- Muito bem. É claro que a decisão é sua. Mas também pensei sobre o assunto e tenho uma proposta para lhe fazer: pode regressar a Fort Hare para o ano que vem, desde que integre o CRE. Tem o Verão inteiro para pensar no caso, senhor Mandela.

Em certa medida a minha reacção surpreendeu-me tanto como ao doutor Kerr. Sabia que deixar Fort Hare era um acto temerário, mas no momento em que precisava de alcançar um compromisso não fui capaz. Houve qualquer coisa dentro de mim que não o permitiu. Embora apreciasse a boa vontade do doutor Kerr em me dar uma nova oportunidade, ressentime do poder absoluto que exercia sobre o meu destino. Se queria demitir-me do CRE, ninguém me devia impedir de o fazer. Aquela injustiça magoava-me amargamente e naquele momento vi no doutor Kerr não um benfeitor mas um tirano de boas maneiras. No final do ano, quando abandonei Fort Hare, o meu espírito pairava num limbo desagradável.

Por costume, quando regressava a Mqhekezweni era com um sentimento de à-vontade e dever cumprido. Mas desta vez não. Depois de passar os exames e regressar a casa, contei ao regente o que tinha acontecido. Ficou furioso e não compreendeu o motivo da minha atitude, que considerou inteiramente desprovida de sensatez. Sem me dar oportunidade para mais explicações, ordenou-me secamente que obedecesse às ordens do director e regressasse a Fort Hare no Outono. O tom em que falou não deu azo a argumentos. Seria inútil, para além de uma falta de respeito, discutir com o meu benfeitor. Decidi que seria melhor deixar o assunto descansar durante algum tempo.

Justice também tinha regressado a Mqhekezweni e foi com grande júbilo que nos reencontrámos. Por muito que tivéssemos estado separados, os laços fraternos que nos uniam reataram-se instantaneamente. Justice, tinha deixado a escola no ano anterior e vivia agora na Cidade do Cabo.

Ao fim de alguns dias retomei a minha vida normal. Tratava de assuntos para o regente, incluindo a manada e as relações com outros chefes. Não me debrucei sobre a minha situação em Fort Hare, mas a vida tem maneiras de obrigar os que vacilam a decidir-se. O que me obrigou a agir foi um assunto que nada tinha a ver com os meus estudos.

Algumas semanas depois da nossa chegada, o regente convocou-me, juntamente com Justice, para uma reunião.

[61]

- Meus filhos - disse em tom sóbrio -, receio que não permaneça muito mais tempo neste mundo e antes de empreender a viagem para a terra dos nossos antepassados é meu dever tratar de casar adequadamente os meus filhos. Por isso, cuidei de arranjar casamento para os dois.

Fomos ambos apanhados de surpresa e olhámos um para o outro, num

misto de choque e de impotência. As duas raparigas eram provenientes de óptimas famílias, esclareceu o regente. Justice iria casar com a filha de Khalipa, um distinto aristocrata tembo, e Rolihlahla, como o regente sempre me chamava, tomaria por esposa a filha do sacerdote tembo local.

Os casamentos deviam concretizar-se de imediato. O lobolo, ou dote da noiva, é normalmente pago pelo pai do noivo sob a forma de gado, e neste caso seria pago pela comunidade, no caso de Justice, e pelo regente, no meu.

Justice e eu pouco ou nada dissemos. Não tínhamos o direito de questionar as decisões do regente e para ele o caso estava arrumado. O regente não deu azo a discussões: a noiva estava escolhida e o lobolo pago. Definitivo.

Sáímos da entrevista cabisbaixos, estupefactos e miseráveis. O regente agia em conformidade com os usos e costumes dos tembos e os seus motivos não eram mal-intencionados: queria ver-nos instalados antes de morrer. Sempre soubéramos que o regente tinha o direito de negociar os nossos casamentos, mas já não se tratava de uma hipótese abstracta. As noivas não eram fantasias da nossa imaginação, eram mulheres de carne e osso, que ambos conhecíamos.

Com todo o respeito pela família da jovem, mentiria se dissesse que o regente me tinha escolhido uma noiva de sonho. A família dela era importante e respeitada e ela era uma jovem atraente e digna, mas por quem de facto ela estava apaixonada era por Justice. O regente não podia ter conhecimento disso, já que os pais raramente se apercebem das inclinações românticas dos filhos. A noiva que me estava prometida tinha tanto interesse em se ligar a mim como eu a ela.

Nessa época, estava mais avançado em matéria social do que em política. Ao mesmo tempo que nem sequer pensava em contestar o sistema político do homem branco, estava preparado para me revoltar contra o sistema social do meu próprio povo. Por ironia, indirectamente a culpa era do próprio regente, pois fora a educação que me tinha proporcionado que estava por detrás do meu repúdio dos costumes tradicionais. Durante anos frequentara o colégio e a universidade com mulheres e tinha tido o meu pequeno quinhão de aventuras amorosas. Era um romântico e não estava preparado para que ninguém, nem mesmo o regente, me dissesse com quem me devia casar.

Pedi uma audiência à mulher do regente e expus-lhe o meu caso. Não lhe

podia dizer que em circunstância alguma queria que o regente me arranjasse noiva, pois não a levaria a simpatizar com a minha causa. Em alternativa,

[62]

esbocei um plano e disselhe que preferia casar-me com uma rapariga que era parente dela, a qual considerava mais desejável como companheira. De facto era uma jovem muito atraente, mas não fazia ideia de quais seriam os seus sentimentos em relação a mim. Disse ainda que casaria com ela assim que terminasse os estudos. Era uma artimanha, mas preferível ao plano do regente. A rainha tomou o meu partido, mas não foi possível dissuadir o regente. Já tinha tomado uma decisão e não havia nada que o fizesse voltar atrás.

Senti que não me deixava escolha. Não podia consentir naquele casamento, que considerava injusto e pouco aconselhável. Mas ao mesmo tempo percebi que se rejeitasse o seu projecto não poderia ficar mais tempo sob o tecto do regente. Justice, concordou comigo e resolvemos que a única solução que nos restava era a fuga e o único lugar para onde podíamos fugir seria Joanesburgo.

Em retrospectiva, penso que não esgotámos todas as opções disponíveis. Podia ter tentado discutir o assunto com o regente através de intermediários e talvez tivesse sido possível chegar a um acordo dentro da estrutura familiar e tribal. Podia ter apelado ao chefe Zilindlovu, primo do regente, um dos homens mais esclarecidos e influentes da corte de Mqhekezweni. Mas nessa época era jovem e impaciente e não reconhecia a virtude da espera. A fuga pareceu-me a única saída possível.

Mantivemos o nosso projecto em segredo enquanto ajustávamos os pormenores. Em primeiro lugar, precisávamos de uma oportunidade. O regente pensava que Justice e eu não éramos boas companhias um para o outro ou pelo menos que a tendência dele para as aventuras espalhafatosas influenciava o meu carácter mais conservador. Por isso tomou precauções para nos manter separados tanto quanto possível. Quando tinha de se deslocar a qualquer lado pedia a um de nós que o acompanhasse, de modo a que não estivéssemos juntos durante a sua ausência. Na maioria das vezes era Justice quem ia com ele, pois gostava que eu ficasse em Mqhekezweni a tomar conta dos seus assuntos. Contudo, soubemos que ele se preparava para estar fora durante uma semana inteira, para

participar numa reunião da Bunga, a assembleia legislativa do Transkei, e que nenhum de nós iria com ele. Resolvemos que seria a altura ideal para nos escaparmos e que seguiríamos para Joanesburgo logo depois da sua partida para a Bunga.

Eu tinha poucas roupas, de modo que conseguimos enfiar tudo o que possuíamos dentro de uma única mala. O regente saiu numa segunda-feira, muito cedo, e pelo final da manhã estávamos prontos para partir. Quando ultimávamos os preparativos, o regente voltou inesperadamente. Vimos o carro dele aproximar-se e corremos para a horta, onde nos escondemos entre os pés de milho. O regente entrou em casa e a primeira pergunta que fez foi:

[63]

- Onde estão os rapazes?

- Andam por aí - respondeu alguém. .

Mas o regente desconfiou e não se contentou com a resposta. Segundo disse, tinha voltado porque se esquecera dos seus sais *Epsom*. Todavia, deu uma volta e pareceu satisfeito. Creio que deve ter tido alguma espécie de premonição, pois não teria dificuldade em comprar sais *Epsom* na cidade. Quando o automóvel desapareceu para lá dos montes, demos início à nossa fuga.

Quase não tínhamos dinheiro, mas nessa manhã fomos falar com um comerciante local, a quem vendemos os melhores bois do regente. O comerciante partiu do princípio de que vendíamos os animais por ordem dele e nós não o enganávamos. Pagou-nos um bom preço pelos animais e com esse dinheiro alugámos um automóvel que nos levou à estação, onde apanharíamos o comboio para Joanesburgo.

Tudo ia pelo melhor, só que, sem que nós soubéssemos, o regente tinha ido à estação avisar o chefe de que se por lá aparecessem dois rapazes com a nossa descrição para comprar bilhetes para Joanesburgo ele não os devia vender porque não estávamos autorizados a sair do Transkei. Quando chegámos à estação o homem recusou-se a vender-nos os bilhetes. Perguntei -lhe porquê e ele respondeu:

- O vosso pai esteve aqui a avisar que vocês queriam fugir. Estupefactos, voltámos a correr para o automóvel alugado e mandámos

o condutor dirigir-se à estação seguinte. Ficava a setenta e cinco quilómetros de distância e levámos mais de uma hora a lá chegar. Conseguimos apanhar um comboio, mas que não ia mais longe do que Queenstown. Na década de 1940, para um africano ter direito a viajar o processo era complicado. Todos os africanos de idade superior a dezasseis anos deviam ser portadores de «Passes Nativos», emitidos pelo Departamento dos Assuntos Nativos, e tinham obrigação de o mostrar a qualquer polícia branco, funcionário público ou empregador. Não o fazer podia significar um processo, uma multa ou uma pena de prisão. O passe indicava a morada do portador, o nome do seu chefe e se tinha pago o imposto anual por cabeça, devido apenas pelos africanos. Mais tarde, o passe assumiu a forma de um pequeno livro, o «livro de informações», como lhe chamavam, que continha informações pormenorizadas que todos os meses tinham de ser rubricadas pelo empregador.

Tanto Justice como eu tínhamos o passe em ordem, mas para um negro sair do seu distrito de registo e entrar noutra precisava de documentos de viagem, de uma autorização e de uma carta da entidade empregadora ou, no nosso caso, do nosso guardião. Não tínhamos nada disso. Mesmo em condições ideais, quando se estava de posse de todos esses documentos, um polícia podia incomodar-nos por falta de uma assinatura ou por uma data

[64]

incorrecta. O nosso plano era desembarcar em Queenstown, ficarmos em casa de um parente e depois tratar do resto da documentação. Era um plano insensato, mas tivemos sorte porque na casa de Queenstown encontrámos por acaso o chefe Mpondombini, irmão do regente, que tinha grande estima por mim e por Justice.

O chefe Mpondombini saudou-nos efusivamente e nós explicámos-lhe que precisávamos dos documentos de viagem emitidos pelo magistrado local. Mentimos acerca dos motivos que nos levavam a pedi-los, que estávamos a fazer um serviço para o regente. O chefe Mpondombini era intérprete reformado do Departamento dos Assuntos Nativos e conhecia bem o magistrado principal. Não tinha razões para duvidar da nossa história e não só nos levou até ele como se

ofereceu como garante da nossa palavra e explicou a nossa dificuldade. Depois de ouvir o chefe, o magistrado emitiu rapidamente os necessários documentos de viagem e apôs-lhes o carimbo oficial. Justice e eu trocámos um olhar de cumplicidade. Mas no momento em que nos estendia os documentos o magistrado lembrou-se de que, por uma questão de cortesia, devia informar o magistrado principal de Umtata, a cuja jurisdição pertencíamos. A ideia assustou-nos, mas continuámos sentados no gabinete. O magistrado deu à manivela no telefone e ligou para o seu colega de Umtata. Quis a pouca sorte que nesse preciso momento o regente estivesse em Umtata, a apresentar cumprimentos ao magistrado.

Estava o nosso magistrado a explicar a situação ao colega de Umtata, quando do lado de lá o outro cavaleiro disse qualquer coisa como:

- Que interessante, por acaso o pai deles até está aqui - e passou o telefone ao regente.

Quando o magistrado o informou da nossa pretensão, o regente explodiu:

- Detenha esses rapazes! - berrou ele tão alto que nós conseguimos ouvir.
- Detenha-os e traga-os imediatamente para aqui!

O magistrado pousou o telefone e lançou-nos um olhar zangado.

- Vocês são ladrões e mentirosos! - invectivou-nos. - Vieram aqui pedir os meus bons ofícios com intenção de me enganar. Vou mandar-vos prender.

Imediatamente me ergui para assumir a nossa defesa. Graças aos meus estudos em Fort Hare tinha algum conhecimento da lei e não hesitei em dar-lhe uso. Admiti que realmente lhe tínhamos contado mentiras. Mas que não tínhamos cometido qualquer crime nem violado, lei alguma, e que ele não nos podia prender por causa da simples recomendação de um chefe, mesmo que fosse o nosso pai. O magistrado hesitou e não nos prendeu, mas ordenou que saíssemos do seu gabinete e nunca mais lhe aparecêssemos nem à porta.

O chefe Mpondombini também ficou zangado e deixou-nos entregues a nós próprios. Justice lembrou-se então de que tinha um amigo em

Queenstown, um tipo chamado Sidney Nxu, que trabalhava no escritório! de um advogado branco. Foi à procura dele, explicou-lhe a situação e o fulano disse que a mãe do advogado para quem trabalhava seguia no dia seguinte de automóvel para Joanesburgo e que lhe ia pedir que nos desse boleia. A resposta foi que teríamos boleia desde que pagássemos quinze libras esterlinas cada um. Era uma quantia enorme, muito mais do que o bilhete de comboio. Ficávamos praticamente sem dinheiro, mas não tínhamos alternativa. Resolvemos correr o risco de carimbar os passes e de arranjar os documentos de viagem quando chegássemos a Joanesburgo.

Sáímos no dia seguinte, de manhã cedo. Nesses tempos era costume que os negros viajassem no assento traseiro dos automóveis se o motorista fosse um branco. Sentámo-nos os dois lá atrás, Justice atrás da mulher. Justice era uma pessoa exuberante e faladora e não tardou muito que não comesse a conversar comigo. A velha senhora não gostou. Era evidente que nunca tinha estado na companhia de um negro que não se sentisse inibido na presença de brancos. Percorridos vários quilómetros disse a Justice que trocasse de lugar comigo para poder tê-lo debaixo de olho e prosseguiu viagem a vigiá-lo como um falcão. Contudo, ao fim de algum tempo a sedução de Justice surtiu efeito e ela até se ria de vez em quando com as piadas dele.

Por volta das dez da noite vimos à nossa frente um clarão, a grande distância, uma confusão de luzes que se espalhava em todas as direcções. Para mim, a electricidade sempre fora uma novidade e um luxo, e agora ali estava' uma paisagem de electricidade, uma cidade de luz. Sentia-me tremendamente excitado por ver a cidade de que ouvia falar desde criança. Joanes burgo sempre me tinha sido descrita como uma cidade de sonhos, um lugar onde as pessoas se transformavam, onde um aldeão pobre se podia tornar um homem rico e requintado, uma cidade de perigos e de oportunidades. Vieram-me à memória as histórias que Banabakhe contava nos tempos que tinham antecedido a circuncisão, de edifícios tão altos que não era possível ver-lhes o cimo, de multidões imensas a falar línguas que nem sabíamos que existiam, de automóveis elegantes, de belas mulheres e de perigosos *gangsters*. Era e Goli, a «Cidade do Ouro», onde em breve iria viver. Nos arredores da cidade, o tráfego intensificou-se. Nunca tinha visto tantos automóveis na estrada ao mesmo tempo - nem mesmo em Umtata, onde nunca circulavam mais de meia dúzia, e ali eram

aos milhares. Não atravessámos a cidade, tomámos uma estrada que a rodeava, mas pude ver as silhuetas dos grandes blocos de edifícios, ainda mais escuros contra o céu nocturno. Na berma da estrada vi grandes cartazes a anunciar cigarros, chocolates e cervejas. Tudo me parecia um encanto.

Chegámos em breve a uma zona de imponentes mansões, a mais pequena das quais muito maior que o palácio do regente, com grandes relvados fronteiros e portões de ferro. Era naquele subúrbio que vivia a filha

[66]

da senhora. Metemos pela alameda que dava acesso a uma dessas magníficas casas. Justice e eu fomos despachados para a ala dos criados, onde passaríamos a noite. Agradecemos à velha senhora e lá nos estendemos para dormir no chão. Mas a perspectiva de viver em Joanesburgo era tão exaltante que dormi como se fosse num colchão de penas. As possibilidades pareciam infinitas. Tinha chegado ao fim de uma longa jornada, mas de facto era o começo de outra, muito mais extensa e difícil, que me viria a submeter a provas que nem sequer conseguia imaginar.

[67]

Parte dois

Joanesburgo

Foi de madrugada que chegámos aos escritórios da Crown Mines, situados no topo de um grande monte sobranceiro à cidade, ainda envolta no negrume da noite. Joanesburgo era uma cidade construída na sequência da descoberta de ouro em Witwatersrand, no ano de 1886, e Crown Mines era a maior mina de ouro da região. Esperava encontrar um grande edifício, como os gabinetes oficiais de Umtata, mas os escritórios da Crown Mines não passavam de barracões de lata ferrugenta, diante da entrada da mina.

Nada há de mágico numa mina de ouro. Estéril e esburacada, sem árvores, completamente cercada por uma vedação, uma mina de ouro assemelha-se a um campo de batalha devastado pelas bombas. O ruído era desagradável e omnipresente: o ranger dos elevadores, o som estrídulo das brocas mecânicas, o ribombar distante da dinamite, as ordens berradas. Para onde quer que olhasse via homens negros, de fatos-macacos sujos de terra, dobrados e cansados. Viviam nos terrenos da mina, em decrepitos barracões que albergavam centenas de catres de cimento, separados uns dos outros por escassos centímetros.

Em Witwatersrand a prospecção do ouro era onerosa porque o minério era de baixo teor e se encontrava muito fundo. Só a existência de trabalho barato sob a forma de milhares de africanos que labutavam longas horas em troca de um pagamento miserável possibilitava a exploração rentável das minas, que eram propriedade de empresas detidas por brancos que tinham enriquecido mais do que Creso à custa do trabalho duro dos africanos. Nunca antes tinha visto um empreendimento assim, com máquinas tão grandes, uma organização tão metódica e um esforço tão esgotante. Foi a minha primeira imagem do capitalismo sul-africano em acção e percebi que estava prestes a receber uma nova educação.

[71]

Abordámos directamente o chefe dos *induna*, ou capataz. Chamava-se Piliso, e era um tipo duro que já tinha visto todas as misérias impiedosas da vida.

Piliso estava informado sobre Justice porque alguns meses antes o regente lhe tinha enviado uma carta a solicitar um emprego para ele como escriturário, o lugar mais cobiçado e respeitado dentro do complexo mineiro. De mim, nada sabia. Justice disse que éramos irmãos.

- Só estava à espera do Justice - respondeu Piliso. - A carta do teu pai não fala em irmão nenhum.

Lançou-me um olhar céptico. Mas Justice implorou, que tinha sido um descuido do pai, que ele até já tinha escrito outra carta a meu respeito. A rudeza exterior de Piliso ocultava um coração compassivo e contratou-me como polícia da mina, com a promessa de que se tudo corresse bem dentro de três meses me daria um lugar à secretária.

Em Crown Mines, as palavras do regente tinham o seu peso. O mesmo acontecia com todos os chefes tribais da África do Sul. Os proprietários das minas estavam interessados em recrutar trabalhadores nas zonas rurais e os chefes tinham autoridade sobre os seus súbditos. Precisavam que os chefes encorajassem os homens a trabalhar no Reef. Os chefes eram tratados com grande deferência e as casas mineiras proporcionavam-lhes alojamento adequado sempre que apareciam em visita. Uma carta do regente era o suficiente para garantir um bom emprego a um homem e tanto Justice como eu fomos alvo de tratamento especial, por respeito à nossa relação com ele. Tínhamos direito a ração farta, um quarto para dormir e um pequeno salário. Nessa noite não ficámos no alojamento. Em atenção ao regente, Piliso convidou-nos a dormir em sua casa nos primeiros dias.

Muitos mineiros, em especial os tembos, tratavam Justice como chefe e ofereciam-lhe dinheiro, que é o costume quando um chefe visita uma mina. A maioria destes homens pernoitava no mesmo dormitório; de uma maneira geral, os mineiros eram alojados conforme a tribo a que pertenciam. As companhias mineiras preferiam este género de segregação porque consolidava o poder dos chefes e para evitar que diferentes grupos étnicos se unissem em torno de uma razão de queixa. Esta separação por vezes levava a lutas facciosas entre os diversos grupos étnicos e clãs, às quais as companhias não se opunham com determinação.

Justice dividiu o saque comigo e ofereceu-me algumas libras extra, a título de bónus. Durante os primeiros dias, com os bolsos repletos de moedas

que tilintavam, sentime um milionário. Começava a pensar que tinha sido abençoado pela fortuna e que se não tivesse desperdiçado tanto tempo no colégio a estudar já poderia ser um homem rico. Uma vez mais, não me apercebi das armadilhas que o destino montava no meu caminho.

Comecei imediatamente a trabalhar como vigilante nocturno. Deram-me um uniforme, um par de botas, um capacete, uma lanterna, um apito

[72]

e um *knobkerrie*, que é um pau comprido com uma pesada bola de madeira na ponta. O trabalho era simples: esperar à entrada do complexo, ao lado do cartaz que anunciava «CUIDADO: ENTRADA DE NATIVOS», e verificar as credenciais de todos os que entravam e saíam. Durante as primeiras noites patrulhei a zona sem incidentes. Só houve uma noite em que tive de interpelar um mineiro embriagado, mas este apressou-se a mostrar-me o passe e a recolher ao dormitório.

Impados pelo êxito, Justice e eu gabámos a nossa esperteza a um amigo lá da terra, que também trabalhava nas minas. Contámos como tínhamos fugido e ludibriado o regente. Embora o tivéssemos obrigado a jurar segredo, o tipo foi logo ter com o *induana* para lhe contar tudo. No dia seguinte Piliso chamou-nos e a primeira pergunta que fez a Justice foi:

- Onde está a autorização do regente para o teu irmão?

Justice respondeu o que já antes tinha dito, que o regente já a tinha metido no correio. Piliso não se deixou convencer e só então percebemos que qualquer coisa estava mal. O capataz abriu uma gaveta e tirou de lá um telegrama.

- Recebi uma comunicação do regente - declarou em tom grave, a estender-nos o pedaço de papel.

O telegrama continha uma única frase: «MANDE IMEDIATAMENTE EMBORA OS RAPAZES.»

Piliso descarregou então a sua fúria sobre nós e acusou-nos de lhe termos

mentido. Que tínhamos abusado da sua hospitalidade e do bom-nome do regente. E disse que estava a reunir um grupo de mineiros para nos meter no comboio de regresso ao Transkei. Justice protestou, que não queríamos voltar para casa, que só queríamos trabalhar e que estávamos no nosso direito de tomar essas decisões. Mas Piliso fez orelhas moucas. Sentimo-nos envergonhados e humilhados, mas quando saímos do escritório dele vínhamos decididos a não voltar ao Transkei.

Depressa engendrámos outro plano. Fizemos uma visita ao doutor A. B. Xuma, um velho amigo do regente, que era o presidente do Congresso Nacional Africano. O doutor Xuma era natural do Transkei e um médico altamente respeitado.

O doutor Xuma mostrou-se encantado por nos ver e fez-nos algumas perguntas educadas sobre a família que ficara em Mqhekezweni. Respondemos com uma série de meias verdades sobre o motivo da nossa presença em Joanesburgo e o grande desejo que tínhamos de trabalhar nas minas. O doutor Xuma respondeu que teria muito prazer em nos ajudar e telefonou imediatamente ao senhor Wellbeloved, da Câmara das Minas, uma poderosa organização que representava as organizações mineiras e que tinha o controlo do monopólio das contratações de trabalho. O doutor Xuma

[73]

apresentou-nos como dois tipos esplêndidos e recomendou-nos ao senhor Wellbeloved. Agradecemos ao doutor Xuma e dirigimo-nos ao escritório daquele.

O senhor Wellbeloved era um branco que tinha um gabinete grande como eu nunca vira. A secretária parecia um campo de futebol. Quando lá chegámos estava com ele um capataz de minas, um tipo chamado Festile, e contámos-lhe as mesmas patranhas que tínhamos impingido ao doutor Xuma. O senhor Wellbeloved ficou bem impressionado com a minha alegada ida para Joanesburgo com o intuito de prosseguir os estudos na Universidade de Witwatersrand.

- Muito bem, rapazes, vou pôr-vos em contacto com o gerente da Crown Mines, o senhor Piliso, e recomendar-lhe que vos dê emprego como escriturários.

Disse ainda que trabalhava há trinta anos com o senhor Piliso e que este nunca lhe tinha mentido. Estremecemos, mas nada dissemos. Apesar de apreensivos, julgámos, na nossa ingenuidade, que poderíamos levar a melhor sobre o senhor Piliso, agora que o senhor Wellbeloved, seu superior hierárquico, estava do nosso lado.

Regressámos aos escritórios da Crown Mines, onde o gerente branco nos recebeu com consideração, graças à carta do senhor Wellbeloved. Nesse momento o senhor Piliso passou em frente do escritório, viu-nos e entrou de rompante.

- Eh, vocês! Então voltaram? - perguntou, visivelmente irritado. – Que estão aqui a fazer?

- Viemos cá por ordem do senhor Wellbeloved - respondeu tranquilamente Justice, num tom que roçava o desafio.

O senhor Piliso hesitou.

- Disseram-lhe que fugiram do vosso pai? - contrapôs ele.

Justice não respondeu.

- Vocês nunca hão-de ter emprego numa mina em que eu seja o capataz! berrou ele. - Desapareçam da minha vista!

Justice brandiu a carta do senhor Wellbeloved.

- Quero lá saber da carta! - ripostou Piliso.

Olhei para o gerente branco, na esperança de que se impusesse a Piliso, mas o homem estava imóvel como uma estátua, aparentemente tão intimidado como nós. Como não tínhamos mais argumentos para opor a Piliso, saímos do escritório de orelha murcha, ainda mais enxovalhados que da primeira vez.

A sorte voltara-se contra nós. Não tínhamos trabalho nem perspectivas

dele e não tínhamos onde ficar. Justice conhecia algumas pessoas em Joanesburgo e pôs-se à cata de um lugar onde pudéssemos dormir. Entretanto, fui buscar a nossa mala, que ainda estava em casa de Piliso, para no final

[74]

do dia me reunir a Justice em George Goch, um pequeno subúrbio negro, a norte de Joanesburgo.

Convenci um homem chamado Bikitsha, que conhecia lá da terra, a ajudar-me a transportar a mala até ao portão de saída, onde um vigilante nos deteve para a revistar. Bikitsha protestou, a garantir que eu não levava contrabando na mala. O vigilante respondeu que a revista era uma operação de rotina e olhou distraidamente para o conteúdo, sem sequer desarrumar as roupas. Quando já estava fechar a mala, Bikitsha, que era um tipo conflituoso, perguntou:

- Porque insistes em arranjar sarilhos? Não te disse que ele não levava nada?

Estas palavras irritaram o vigilante, que resolveu passar a mala a pente fino. Eu sentia-me cada vez mais nervoso, à medida que ele ia abrindo cada compartimento e inspeccionando cada bolsa. O homem chegou ao fundo da mala e encontrou aquilo que eu não queria que ele encontrasse: um revólver carregado, embrulhado nas minhas roupas.

O vigilante olhou para o meu amigo e declarou: - Estás preso.

Deu uma apitadela e apareceram vários guardas, que nos rodearam. O meu amigo olhou para mim, consternado e confuso, enquanto o levavam para a prisão. A arma em questão era um velho revólver que pertencera ao meu pai e que eu herdara por morte dele. Nunca o tinha usado, mas por precaução resolvera trazê-lo comigo para a cidade.

Não podia deixar que o meu amigo pagasse por culpa minha. Pouco depois de ele dar entrada na esquadra fui lá dentro e pedi para falar com o graduado de serviço. Levaram-me até ele e falei-lhe com toda a frontalidade de que fui capaz:

- *Sir*, a arma que encontraram na mala é minha. Herdei-a do meu pai, no Transkei, e trouxe-a para cá porque tinha medo dos *gangsters*.

Disselhe ainda que estudava em Fort Hare e que a minha presença em Joanesburgo era temporária. O graduado pareceu compreender e disse que ia mandar libertar o meu amigo. Mas que embora não me detivesse teria de me acusar pela posse da arma e que na segunda-feira de manhã teria de comparecer no tribunal. Agradei-lhe e disselhe que na segunda-feira de manhã estaria no tribunal. Compareci e fui punido apenas com uma multa simbólica.

Entretanto tinha encontrado alojamento em casa de um dos meus primos, Garlick Mbekeni, no subúrbio negro de George Goch. Garlick era vendedor ambulante de roupas e vivia numa casa tão pequena que mais parecia uma caixa. Era um homem amigoso e solícito e ao cabo de alguns dias confessei-lhe que a minha verdadeira aspiração era vir a ser advogado. Deu-me os parabéns pela ambição e disse que iria pensar no meu caso.

[75]

Alguns dias mais tarde Garlick disse que me ia levar a «algumas das melhores pessoas de Joanesburgo». Apanhámos o comboio para irmos à residência de um agente imobiliário de Market Street, uma rua alegre e muito movimentada, com carros eléctricos a abarrotar de passageiros, vendedores ambulantes pelos passeios e uma atmosfera que fazia pensar que a riqueza estava ao virar de cada esquina.

Nessa época Joanesburgo era um misto de terra de fronteira e cidade moderna. Os magarefes retalhavam as carcaças dos animais na rua, em frente dos edifícios de escritórios. Erguiam-se tendas defronte das lojas apinhadas de gente e viam-se mulheres a estender roupa ao lado dos arranha-céus. A indústria fora estimulada pelo esforço de guerra. Em 1939, a África do Sul, que fazia parte da Comunidade Britânica, declarara guerra à Alemanha nazi. O país contribuía para a guerra com homens e mercadorias. A procura de mão-de-obra era elevada e Joanesburgo tornara-se um íman para os africanos que vinham do campo em busca de trabalho. Entre 1941, o ano em que lá cheguei, e 1944, a população nativa de Joanesburgo duplicou. Todos os dias os bairros pareciam maiores do que na véspera. Os homens arranjavam trabalho nas fábricas e alojamento nos

«subúrbios não europeus» de Newclare, Martindale, George Goch, Alexandra, Sophiatown e no Bairro Nativo Ocidental, um complexo que se assemelhava a uma prisão, com milhares de casas que mais pareciam caixas de fósforos espalhadas a esmo pelo terreno desprovido de árvores.

Garlick e eu sentámo-nos na sala de espera do agente imobiliário, enquanto uma elegante recepcionista africana entrava no gabinete do patrão para anunciar a nossa presença. Transmitida a mensagem, os seus dedos ágeis dançaram sobre o teclado da máquina, a escrever uma carta. Nunca antes tinha visto um africano dactilógrafo, muito menos uma mulher. Nos poucos edifícios públicos onde estivera, em Umtata e Fort Hare, os dactilógrafos eram sempre homens, e brancos. Fiquei especialmente impressionado com aquela jovem porque os dactilógrafos brancos usavam apenas dois dedos para premir vagarosamente as teclas.

A mesma secretária conduziu-nos ao gabinete interior, onde fui apresentado a um homem que ainda não devia ter trinta anos, de rosto inteligente e simpático, pele clara, que envergava um fato com jaquetão. Apesar da sua juventude fiquei com a impressão de que era um homem mundano. Era natural do Transkei, mas falava inglês com uma desenvoltura urbana. A julgar pela sala de espera cheia de gente e pelas pilhas de papéis que se acumulavam sobre a secretária, era um homem ocupado e bem-sucedido na vida. Mas não nos apressou e mostrou-se genuinamente interessado no motivo da nossa visita. Chamava-se Walter Sisulu.

Sisulu dirigia uma agência imobiliária especializada em propriedades para africanos. Na década de 1940 ainda havia algumas zonas em que os

[76]

africanos podiam comprar propriedades, pequenos enclaves em lugares como Alexandra e Sophiatown. Nalguns destes locais, havia negros proprietários há várias gerações. As zonas restantes eram ocupadas pelas *townships* municipais, onde os residentes pagavam renda ao município de Joanesburgo.

O nome de Sisulu começava a tornar-se conhecido como homem de negócios e como dirigente político. Já era uma força no seio da comunidade.

Mostrou-se vivamente interessado pelos meus problemas em Fort Hare, pelo meu desejo de vir a ser advogado, pela minha intenção de me inscrever na Universidade da África do Sul a fim de concluir o meu curso por correspondência. Não lhe contei pormenores sobre as circunstâncias da minha chegada a Joanesburgo. Quando terminei, reclinou-se na cadeira, a pensar no que lhe tinha dito. Voltou a olhar para mim e disse que havia um advogado branco com quem costumava trabalhar, um fulano chamado Lazar Sidelsky, que ele considerava ser um tipo decente e progressista. Segundo ele, Sidelsky estava interessado na educação dos africanos. Falaria com ele para ver se me poderia contratar como escrivão estagiário.

Naquele tempo, eu acreditava que a fluência na língua inglesa e o êxito nos negócios eram resultados directos de uma boa formação académica e tomei por garantido que Sisulu tinha um curso universitário. Depois de sairmos, foi com grande surpresa que ouvi o meu primo dizer que Walter Sisulu nunca tinha passado do sexto ano. Mais uma lição de Fort Hare que tinha de rever em Joanesburgo. Tinham-me dito que ter um bacharelato equivalia a ser um chefe e que para um líder era imprescindível ter um. Contudo, em Joanesburgo descobri que a maioria dos líderes mais destacados nem sequer tinha entrado na universidade. Embora tivesse feito todos os cursos de inglês necessários para o bacharelato, o meu inglês não era tão fluente nem tão eloquente como o de muitos homens que conheci em Joanesburgo e que não tinham qualquer preparação académica.

Depois de uma curta estada em casa do meu primo, combinei com o reverendo J. Mabutho, da Igreja Anglicana, mudar-me para sua casa, no subúrbio de Alexandra, na Oitava Avenida. O reverendo Mabutho era um tembo como eu, um amigo da minha família e um homem generoso e temente a Deus. A mulher, a quem chamávamos Gogo, era uma pessoa cordial e bondosa, para além de uma excelente cozinheira, muito liberal nos pratos que servia. Na sua qualidade de tembo e de amigo da família, o reverendo Mabutho sentiu-se responsável por mim.

- Os nossos antepassados ensinaram - nos a partilhar - disse-me uma vez. Só que eu nada tinha aprendido com a minha experiência em Crown Mines e nada contei ao reverendo sobre as circunstâncias da minha saída do Transkei. Uma omissão que acarretou tristes consequências. Poucos dias

após me ter mudado para casa dos Mabuthos, estava a tomar chá com eles quando chegou uma visita. Infelizmente para mim, o amigo que acabava de chegar era o senhor Festile, o *induna* da Câmara das Minas, que estava presente quando eu e Justice nos tínhamos encontrado com o senhor Wellbeloved. O senhor Festile e eu cumprimentámo-nos como acontece com as pessoas que já se conhecem, e embora nada tenha sido dito sobre o nosso encontro anterior, no dia seguinte o reverendo Mabutho chamou-me para me informar que não poderia ficar mais tempo sob o seu tecto.

Amaldiçoei-me por não lhe ter contado toda a verdade. Já me tinha de tal maneira habituado à mentira que mentia mesmo quando não era necessário. Tenho a certeza de que o reverendo não se teria importado, mas ao saber do meu caso através de Festile sentiu-se intrujado. Na minha curta estada em Joanesburgo deixara um rasto de falsidades, que neste caso concreto acabava de me cair em cima. Vi que não tinha alternativa. Sentia-me amedrontado e inexperiente e percebi que não tinha entrado com o pé direito na minha nova vida. Mas o reverendo Mabutho teve pena de mim e arranjou-me alojamento em casa dos vizinhos do lado, a família Xhoma.

O senhor Xhoma fazia parte da pequena elite de proprietários africanos de Alexandra. A sua casa, no n.º 46 da Sétima Avenida, era pequena, em especial quando se pensa que tinha seis filhos, mas era agradável, com um alpendre coberto e um pequeno jardim. Para ganhar alguns cobres, e à semelhança de tantos outros moradores de Alexandra, o senhor Xhoma alugava quartos. Tinha construído uma divisão coberta de chapa nas traseiras da propriedade, pouco mais do que uma choça, com chão de terra batida, sem aquecimento, electricidade ou água corrente. Mas era um espaço só para mim e sentia-me feliz por tê-lo.

Entretanto, por recomendação de Walter, Lazar Sidelsky tinha concordado em dar-me trabalho como escriturário enquanto eu terminava o bacharelato. Witkin, Sidelsky e Eidelman era uma das maiores firmas de advogados da cidade e aceitava casos de brancos e de negros. Para além de estudar Direito e de obter aprovação em certos exames, para um indivíduo ser advogado na África do Sul era preciso submeter-se a vários anos de aprendizagem no escritório de um advogado, um tempo que se designava por

estágio. Só que antes de ser admitido ao estágio tinha de completar o bacharelato. Com esse intuito estudava à noite na UNISA, a Universidade da África do Sul, uma instituição conceituada que facultava créditos e diplomas por correspondência.

Para além dos casos convencionais, Witkin, Sidelsky e Eidelman davam assistência a transacções imobiliárias para clientes africanos. Walter angariava para a firma os clientes que precisavam de uma hipoteca. A firma pedia o empréstimo e cobrava uma comissão, que dividia com o agente

[78]

imobiliário. Na realidade a firma ficava com a parte de leão e deixava uns trocos para Walter. Os negros tinham de se contentar com as migalhas que caíam da mesa e não tinham outro remédio senão aceitá-las.

Mesmo assim, a firma de advogados era mais liberal do que a maioria. Era uma empresa de judeus, e pela minha experiência acho que os judeus têm uma perspectiva mais ampla do que a maioria dos brancos no que se refere a questões de raça e de política, talvez porque ao longo da história tenham sido vítimas dos preconceitos. O facto de, Lazar Sidelsky, um dos sócios da firma, aceitar um negro como escrevão estagiário - uma coisa praticamente inédita nesse tempo - é uma prova desse liberalismo.

O senhor Sidelsky, por quem vim a nutrir imenso respeito e que sempre me tratou com extrema simpatia, era formado pela Universidade de Witwatersrand e andava a meio da casa dos trinta anos quando ingressei na firma. Interessava-se pela educação dos negros e doava tempo e dinheiro às escolas africanas. Magro e de maneiras afáveis, com um bigode fino, interessou-se genuinamente pelo meu futuro e bem-estar, sublinhando a importância da educação - tanto para mim como para a generalidade dos africanos. Como costumava dizer, só a educação das massas poderia libertar o meu povo, e afirmava que um homem educado não pode ser oprimido porque pensa pela sua própria cabeça. Muitas e muitas vezes me disse que o caminho mais digno que poderia trilhar seria tornar-me um advogado de êxito e um exemplo para a minha gente.

No meu primeiro dia no escritório fui apresentado a quase todo o pessoal, incluindo o único empregado africano, Gaur Radebe, com quem partilhava o gabinete. Dez anos mais velho do que eu, Gaur era escrivão, intérprete e mensageiro. Era um homem baixo e entroncado, musculoso, fluente em inglês, em soto e em zulo, e que se exprimia com humor, segurança e precisão em qualquer destas línguas. Era um tipo convicto das suas opiniões e dotado de forte argumentação para as sustentar, uma figura muito conhecida entre a comunidade negra de Joanesburgo.

Na primeira manhã na firma, uma secretária branca e simpática, a menina Lieberman, chamou-me e disse:

- Nelson, aqui na empresa não temos bar para as pessoas de cor.

Disseme então que a meio da manhã chegava à saleta um homem com o chá num tabuleiro e várias chávenas.

- Para comemorar a tua chegada comprámos mais duas chávenas, uma para ti e outra para o Gaur. As secretárias levam o chá aos funcionários principais, mas tu e o Gaur têm de o vir buscar, tal como nós. Quando o chá chegar eu chamo-te e podes levá-lo nas chávenas novas.

Disseme ainda que transmitisse a mensagem a Gaur. Agradei-lhe os cuidados, mas percebi que ao falar nas «duas chávenas novas» confirmava a realidade do «bar para pessoas de cor», cuja existência negava.

[79]

As secretárias podiam beber chá com os africanos, mas não podia haver confusão com as chávenas.

Quando relatei a Gaur o que a menina Lieberman tinha dito reparei na alteração da sua expressão, como uma criança que acaba de ter uma ideia perversa.

- Nelson, quando chegar a hora do chá não te preocupes com mais nada. Faz só aquilo que eu fizer.

Às onze horas a menina Lieberman veio avisar-nos da chegada do chá. Na presença das secretárias e de outros membros do pessoal, Gaur dirigiu-se para o tabuleiro, ignorou ostensivamente as duas chávenas novas, pegou numa das outras e serviu-se generosamente de chá, leite e açúcar. Mexeu muito lentamente e deixou-se ficar a beber com toda a calma, denotando óbvia satisfação. As secretárias olharam para ele e Gaur fez-me um sinal com a cabeça, como que a dizer:

- É a tua vez, Nelson.

Encontrava-me perante um dilema. Não queria ofender as secretárias, mas também não queria alienar o meu novo colega, de modo que optei por agir com prudência e disse que não me apetecia chá, que não tinha sede. Só tinha vinte e três anos e ainda estava a aprender a ser homem, a viver em Joanesburgo e a trabalhar para um branco; para mim, o caminho do meio era o mais razoável. A partir daí, quando chegava a hora do chá, ia para a cozinha bebê-lo sozinho.

As secretárias nem sempre me demonstravam consideração. Certo dia, quando já era mais experiente na firma, estava a ditar uma informação a uma secretária branca quando entrou um cliente branco que ela conhecia. Ficou embaraçada, e para não mostrar que estava a escrever um texto ditado por um negro tirou do porta-moedas uma moeda de seis dinheiros e ordenou-me em tom seco:

- Nelson, vai à drogaria comprar-me champô para o cabelo.

Saí da sala e fui comprar o champô.

A princípio, o meu trabalho na firma não podia ser mais elementar. Era uma espécie de escriturário e rapaz dos recados. Procurava documentos, organizava ficheiros e andava por Joanesburgo a trazer e a levar papéis. Mais tarde comecei a redigir contratos para os clientes africanos. No entanto, e por pouco importante que fosse a minha tarefa, o senhor Sidelsky explicava-me sempre a que se destinava e qual a sua razão de ser. Era um professor paciente e generoso, que procurava ensinar não só os pormenores da lei como a filosofia que lhe estava subjacente. Tinha do Direito uma perspectiva abrangente, pois entendia que podia ser instrumental na modificação da sociedade.

Ao mesmo tempo que me explicava os seus pontos de vista, o senhor Sidelsky avisava-me em relação à política. Segundo ele, a política traz ao de

cima o que de pior existe nos homens. Era uma fonte de sarilhos e de

[80]

corrupção e devia ser evitada a qualquer preço. Pintou-me um quadro assustador do que me aconteceria se me envolvesse na política e aconselhou-me a evitar a companhia de homens que considerava conflituosos e agitadores, em especial Gaur Radebe e Walter Sisulu. Embora respeitasse as qualidades de um e de outro, o senhor Sidelsky detestava as suas opiniões políticas.

Gaur era de facto um «agitador» no melhor sentido da palavra, um homem influente entre a comunidade negra em aspectos que o senhor Sidelsky não conhecia nem suspeitava. Era membro do Advisory Board da Western Native Township (Conselho Consultivo do Subúrbio Negro Ocidental), um órgão constituído por quatro elementos eleitos pelos moradores que tratava com as autoridades dos assuntos relacionados com o subúrbio. Embora dotado de pouco poder, o Conselho gozava de grande prestígio entre a população. Como depois vim a saber, Gaur também era membro destacado do ANC e do Partido Comunista.

Gaur era um homem independente. Ao falar com os nossos patrões não manifestava uma cortesia exagerada e era frequente censurá-los pelo modo como tratavam os negros.

- Vocês roubaram-nos a terra - costumava ele dizer. - Agora fazem-nos pagar este mundo e o outro para a reaver.

Certo dia, ao regressar de um recado, quando entrei no gabinete do senhor Sidelsky Gaur olhou para ele e disse:

- Olhe para si, aí sentado como um lorde enquanto o meu chefe anda a fazer-lhe recados. Devia ser ao contrário e um dia há-de ser e havemos de vos atirar todos para o mar.

Em seguida saiu do gabinete. O senhor Sidelsky limitou-se a abanar a cabeça, num gesto de reprovação.

Gaur era um exemplo de um homem sem o bacharelato que parecia

infinitamente mais instruído do que os que saíam de Fort Hare com diplomas espampanantes. Não só era mais culto como mais audacioso e seguro de si. Embora tencionasse concluir o curso para entrar na Faculdade de Direito, vi em Gaur um exemplo de que um grau académico não era por si só uma garantia de liderança, e de que nada valia se o seu detentor não se envolvesse na comunidade e desse provas do seu valor.

Em Witkin, Sidelsky e Eidelman, eu não era o único escrevão estagiário. Pouco antes de mim tinha começado a trabalhar um tipo mais ou menos da minha idade, chamado Nat Bregman. Nat era um rapaz brilhante, simpático e respeitador. Parecia inteiramente imune às questões da cor e veio a ser o meu primeiro amigo branco. Imitador excelente, conseguia reproduzir na perfeição as vozes de Jan Smuts, de Franklin Roosevelt e de Winston Churchill. Muitas vezes lhe pedi conselho em matéria de direito e de procedimentos internos e nunca se recusou a ajudar-me.

[81]

Um dia, à hora do almoço, estávamos sentados no escritório e Nat desembrolhou um pacote com sanduíches. Pegou numa e disse:

- Nelson, agarra desse lado.

Não percebi por que me dizia aquilo, mas tinha fome e aceitei.

- Agora puxa.

Obedeci, e a sanduíche partiu-se mais ou menos ao meio.

- Come.

Estava a mastigar quando ele me disse:

- Nelson, aquilo que acabámos de fazer simboliza a filosofia do Partido Comunista: partilhar tudo quanto temos.

Disseme então que era membro do partido e explicou-me os rudimentos

do seu programa. Eu sabia que Gaur era membro do partido, mas nunca me tinha tentado converter. Nesse dia, e em muitos outros, escutei Nat enquanto ele me pregava as virtudes do comunismo e me tentava aliciar para entrar no partido. Ouvi-o com atenção, fiz perguntas, mas não me inscrevi. Não estava inclinado a filiar-me em nenhuma organização política e ainda me soavam aos ouvidos os conselhos do senhor Sidelsky, para além de ser bastante religioso e me sentir chocado com a aversão do partido pela religião. Contudo, apreciei aquela meia sanduíche.

Gostava da companhia de Nat e fomos juntos a muitos sítios, entre eles várias reuniões e conferências do Partido Comunista. A princípio fui por mera curiosidade intelectual. Começava a tomar consciência da repressão racial no meu país e achava que a luta na África do Sul se desenrolava só em torno da questão da raça. Contudo, para o partido, os problemas da África do Sul enquadravam-se no âmbito mais vasto da luta de classes. Para eles, era uma questão de domínio dos que tinham sobre os que não tinham. A questão intrigou-me, embora não me parecesse relevante naquele momento. Podia aplicar-se à Alemanha, à Inglaterra ou à Rússia, mas não me parecia adequada para o meu país. Mesmo assim, procurei ouvir e aprender.

Nat convidou-me para várias festas onde apareciam brancos, negros, indianos e mestiços. Estas reuniões eram organizadas pelo partido e a maioria dos presentes eram filiados. Recordo-me que da primeira vez estava muito nervoso porque não tinha roupas adequadas. Em Fort Hare ensinavam-nos a usar casaco e gravata em todas as reuniões sociais. Embora o meu guarda-roupa fosse muito limitado, lá consegui arranjar uma gravata para ir à reunião.

Descobri que era um grupo animado de pessoas sociáveis que não dava a mínima importância à cor da pele. Foi um dos primeiros convívios inter-raciais em que tomei parte, muito mais como observador do que como participante activo. Sentia-me pouco à-vontade, receoso de cometer algum erro e impreparado para entrar nas rápidas trocas de palavras que ouvia por todo o lado. As minhas ideias pareciam atrasadas, quando comparadas com os diálogos sofisticados que me rodeavam.

.A certa altura fui apresentado a Michael Harmel, que me disseram possuir um mestrado em Inglês pela Rhodes University. Fiquei impressionado com o título académico, mas quando falei com ele disse para comigo: *Este tipo tem um mestrado e nem sequer usa gravata!* Uma discrepância flagrante. Mais tarde viemos a ser amigos e nutria grande admiração por ele, em boa parte porque rejeitava todas as convenções idiotas que me tinham sido inculcadas. Não só era um escritor brilhante como estava tão empenhado no comunismo que vivia exactamente da mesma maneira que os africanos.

Em Alexandra, a vida era a um tempo alegre e perigosa. O ambiente era animado, vivaz e aventureiro, os moradores desembaraçados e inventivos. Embora houvesse alguns edifícios elegantes, podia dizer-se que, de uma maneira geral, era um bairro-de-lata, um exemplo gritante da negligência das autoridades. As ruas não eram pavimentadas e pululavam as crianças seminuas e mal alimentadas. A atmosfera era espessa, dos fumos do carvão das braseiras e dos fogões. A mesma torneira abastecia de água várias casas. Havia poças de água estagnada e podre, repletas de beatas. Alexandra era conhecida como a «Cidade Escura», por causa da total ausência de electricidade. Regressar a casa à noite era perigoso, porque não havia iluminação e o silêncio era cortado por gritos, gargalhadas e ocasionais detonações de armas de fogo. Tão diferente do negrume acolhedor e terno das noites do Transkei.

Era notório o excesso de população da *township*; não havia um metro quadrado que não estivesse ocupado por um casebre decrepito ou por uma barraca de zinco. Como tantas vezes aconteces em lugares onde a pobreza é desesperada, campeava o que há de pior entre os homens. A vida de nada valia; à noite, eram as facas e as pistolas que impunham as regras. Pontificavam os *gangsters* - a quem chamavam *tsotsís* - armados de navalhas de ponta e mola; nesses tempos procuravam emular os filmes americanos e usavam chapéus de feltro, casacos traçados e gravatas coloridas. As incursões da polícia faziam parte do quotidiano. Todos os dias eram detidas inúmeras pessoas por falta de passes, posse de álcool e falta de pagamento do imposto. Em quase todas as esquinas havia uma baiúca que vendia ilegalmente cerveja de fabrico caseiro.

Malgrado estes aspectos infernais da vida em Alexandra, a *township* podia também ser um céu. Sendo uma das poucas zonas do país onde os negros podiam adquirir propriedades e cuidar da sua vida sem terem de se vergar constantemente perante a tirania das autoridades municipais brancas, Alexandra era uma Terra Prometida urbana, a prova de que uma parte

do nosso povo tinha rompido os laços que a ligavam aos espaços rurais e adoptado uma existência permanente na cidade. No intuito de manter o africanos do campo a trabalhar nas minas, o Governo insistia no carácter rural das populações negras, mal adaptadas à vida na cidade. Apesar de todos os seus problemas e carências, Alexandra desmentia ostensivamente esse argumento. A população, oriunda dos mais diversos grupos étnicos! e linguísticos africanos, tinha-se adaptado bem à vida na cidade e estava imbuída de consciência política. A vida urbana tendia a atenuar as distinções étnicas e tribais, e mais do que xossas, sotos, zulos ou changãs, éramos habitantes de Alexandra. Isto instilava um sentimento de solidariedade, que causava grandes preocupações às autoridades brancas. Ao tratar com os africanos, o Governo sempre recorreu à tática de dividir para reinar, procurando acentuar as divisões entre as etnias. Contudo, em lugares como Alexandra essas diferenças tendiam a esbater-se.

Alexandra ocupa um lugar privilegiado no meu coração. Foi o primeiro lugar onde vivi depois de sair de casa. Embora mais tarde me tenha mudado para Orlando, um pequeno sector do Soweto, onde vivi muito mais tempo

do que em Alexandra, sempre considerei esta *township* como um lar onde! não tinha uma casa e Orlando como um lugar onde tinha uma casa, mas não um lar.

Nesse primeiro ano aprendi mais acerca da pobreza do que durante toda a minha infância em Qunu. Nunca tinha dinheiro e subsistia com os meus magros recursos. A firma de advogados pagava-me um salário de duas libras por semana e tinha generosamente abdicado da propina que os estagiários em geral pagavam à empresa. Dessas duas libras tirava treze xelins e quatro dinheiros por mês para pagar a renda aos Xhomas. O meio de transporte mais económico de e para Alexandra era o autocarro «nativo» - só para negros - que, ao custo de uma libra e dez dinheiros por mês, representava um rombo considerável nas minhas finanças. Para além disso tinha de pagar as propinas da Universidade da África do Sul, para acabar o curso. Gastava mais ou menos outra libra em alimentação. Uma parte do salário era gasta num outro artigo de importância fundamental: velas, porque sem velas não podia estudar. Não tinha dinheiro para comprar um candeeiro de querosene e as velas permitiam-me ler até altas horas da noite.

Todos os meses me faltava inevitavelmente algum dinheiro. Foram muitos os dias em que, de manhã e à tarde, percorri a pé os nove quilómetros, que me separavam da cidade para poupar no bilhete do autocarro. Passei muitos

dias com pouco ou nada no estômago e sem mudar de roupa. O senhor Sidelsky, que tinha a mesma estatura que eu, deu-me um dos seus fatos usados que, devidamente cosido e remendado, usei durante perto de cinco anos. Para o fim, já eram mais os remendos do que o fato original.

[84]

Uma tarde, ao regressar a Alexandra, sentei-me no autocarro ao lado de um tipo mais ou menos da minha idade. Esse jovem era um dos tais cujas roupas procuravam imitar o estilo dos *gangsters* dos filmes americanos. Reparei que o meu fato lhe roçava a bainha do casaco. Ele também deu por isso e afastou-se para que não o conspurcasse. Em retrospectiva é um gesto que dá vontade de rir, mas naquele momento foi desagradável.

Não há muitas coisas boas a dizer sobre a pobreza, apenas que em muitos casos é uma incubadora de verdadeiras amizades. Quando se tem dinheiro também não faltam os amigos, mas são muito poucos os que temos na pobreza. A riqueza funciona como um íman, a pobreza, como repelente. Contudo, é a pobreza que em geral nos faz descobrir a verdadeira generosidade. Certo dia em que resolvi ir a pé para a cidade para poupar dinheiro, vi uma jovem que conhecia de Fort Hare. Chamava-se Phyllis Maseko e caminhava na minha direcção, do mesmo lado da rua. Envergonhado por causa do fato num fio, atravessei para o outro lado, esperançado em que não me reconhecesse. De súbito, ouvi-a chamar:

- Nelson! Nelson!

Parei e voltei a atravessar a rua, a fingir que não a tinha visto antes. Ficou satisfeita por me ver, mas não lhe passou despercebido o mau estado em que se encontrava a minha roupa.

- Nelson - disse ela -, toma nota da minha morada, 234 Orlando East. Passa por lá para me fazeres uma visita.

Estava decidido a não passar por outra humilhação, mas houve um dia em que a fome era tanta que passei por casa dela. Não fez a mínima alusão à minha pobreza, mas deu-me de jantar e, a partir de então, comecei a passar por lá de vez em quando.

O senhor Xhoma, o meu senhorio, não era um homem rico, mas nem por isso deixava de ser um filantropo. Enquanto vivi em sua casa, todos os domingos ele e a mulher me davam almoço, e esses pratos fumegantes repletos de carne de porco e vegetais eram muitas vezes a única refeição quente que tomava durante a semana. Estivesse onde estivesse, fizesse o que fizesse, aos domingos não faltava ao almoço dos Xhomas. Durante o resto da semana ia-me aguentando com pão, para além de qualquer coisa que por vezes as secretárias da firma me davam.

Nesse tempo era muito tímido e a combinação da pobreza com o provincianismo dava lugar a peripécias curiosas. Certo dia, pouco depois de estar a viver em casa dos Xhomas, ia de Joanesburgo a caminho de casa, cheio de fome. Tinha comigo algum dinheiro que poupara e resolvi entrar em extravagâncias e comprar um pouco de carne, coisa que não fazia há muito tempo. Como não encontrei nenhum talho entrei numa pastelaria, um gênero de loja que vi pela primeira vez em Joanesburgo. Através do vidro vi um belo pedaço de carne e pedi ao homem que servia ao balcão que

[85]

me cortasse um naco. O homem embrulhou a carne e eu meti-a debaixo do braço e fui para casa, a sonhar com o delicioso banquete que me esperava.

Quando cheguei ao quarto, fui ter com uma das filhas dos Xhomas, na casa principal. Só tinha sete anos, mas era uma rapariguinha muito esperta.

- Não te importas de levar este pedaço de carne a uma das tuas irmãs para que ela o cozinhe para mim?

Vi que reprimia um sorriso, pois era demasiado bem educada para se rir na cara de uma pessoa mais velha. Um pouco irritado, perguntei-lhe por que se estava a rir.

A pequenita respondeu em voz sumida: - Esta carne já está cozinhada.

Pedi que me explicasse e ela esclareceu-me que tinha comprado um pedaço de presunto fumado, que se podia comer tal como estava. Aquilo era inteiramente novo para mim, mas em vez de confessar a minha ignorância

respon-di-lhe que sabia que era presunto fumado, mas que o queria ligeiramente aquecido. A garota percebeu a artimanha e escapuliu -se. A carne era muito saborosa.

Em Alexandra reatei a amizade com Ellen Nkabinde, uma rapariga alegre e bem-disposta que tinha conhecido em Healdtown e que ensinava numa escola da *township*. Apaixonámo-nos um pelo outro. Em Healdtown apenas a conhecera superficialmente, e foi só depois de nos termos encontrado em Alexandra que o nosso afecto nasceu. Ao longo desses meses, os poucos momentos livres que tinha passava-os com Ellen. O romance foi difícil, pois estávamos sempre rodeados de gente e havia poucos lugares para onde ir. O único sítio onde podíamos estar sós era ao relento, sob o sol ou as estrelas. Ellen e eu dávamos grandes passeios pelos montes e vales que rodeavam o subúrbio. A maioria das vezes só andávamos, mas quando tínhamos tempo fazíamos um piquenique.

Ellen era suázi, e embora o tribalismo estivesse a perder significado no subúrbio, um amigo íntimo censurou a nossa relação por razões exclusivamente tribais. Rejeitei categoricamente esta crítica. Contudo, a diferença das nossas origens levantou alguns problemas. A senhora Mabutho, a mulher do reverendo, não gostava de Ellen apenas pelo facto de ela ser suázi. Um dia, quando estava em casa dos Mabuthos, a senhora Mabutho foi à porta ver quem tinha batido. Era Ellen, que andava à minha procura, e a senhora Mabutho respondeu-lhe que eu não estava. Só alguns dias mais tarde é que me disse:

- É verdade, Nelson, estive aí uma rapariga à sua procura. Ela é changã? Embora os changãs sejam um povo nobre e altivo, nesse tempo a palavra era usada como depreciativo. Sentime ofendido e respondi:

- Não, não é changã, é suázi.

Na opinião da senhora Mabutho eu só devia sair com raparigas xossas.

[86]

Um conselho que não segui. Amava e respeitava Ellen e em nada me senti menos nobre por não dar ouvidos a tais conselhos. Aquela relação era para mim uma novidade e sentia-me audacioso por ter como amiga uma rapariga que

não era xossa. Eu era jovem e sentia-me um tanto perdido na cidade, pelo que Ellen desempenhou não só o papel de companheira romântica como o de mãe, deu-me apoio, instilou-me confiança e incitou-me a ter força e esperança. Infelizmente, ao cabo de alguns meses Ellen mudou-se e perdemos o contacto.

A família Xhoma tinha cinco filhas, todas elas lindas, mas a mais bela de todas chamava-se Didi. Didi era mais ou menos da minha idade e passava a maior parte da semana a trabalhar como criada num subúrbio branco de Joanesburgo. Quando fui viver lá para casa raramente a via e de fugida. Mais tarde vim a conhecê-la melhor e também me perdi de amores por ela. Mas Didi pouca atenção me dava e a única coisa em que reparava é que eu tinha um único fato remendado e uma só camisa, e que o meu aspecto não diferia muito do de um mendigo.

Didi voltava para Alexandra aos fins-de-semana. Quem a trazia a casa era um rapaz que calculei que fosse namorado dela, um tipo elegante que tinha automóvel, então uma coisa bastante rara. O jovem vestia fatos caros, de casaco traçado, usava chapéus de abas largas e denotava grande cuidado com a sua aparência. Devia ser um *gangster*, mas nunca tive a certeza. Ficava à espera no pátio, com os dedos enfiados nas cavas do colete, a olhar em volta com um ar superior. Cumprimentava-me cortesmente e nunca viu em mim um rival.

Eu ansiava por uma oportunidade para confessar o meu amor a Didi, mas tinha medo de que os meus avanços pudessem ser repudiados. Não era propriamente um D. Juan. Tímido e hesitante com as raparigas, não conhecia nem entendia os ardis românticos que outros pareciam urdir sem esforço. Ao fim-de-semana, acontecia por vezes que a mãe de Didi lhe pedia para me trazer um prato com comida. Didi vinha até à minha porta com o prato e era evidente que só estava interessada em despachar o serviço que lhe tinham encomendado, embora eu fizesse os possíveis por retê-la. Perguntava-lhe a opinião sobre isto e aquilo, fazia-lhe uma imensidade de perguntas.

- Qual foi o nível a que chegaste na escola? - perguntava eu. E ela respondia:

- Nível cinco.

- Por que razão te vieste embora?

- Porque estava farta - foi a resposta.

- Mas tens de voltar para a escola. Tens a mesma idade que eu, não há nada de mal em voltar para a escola nessa idade. Vais ver que mais tarde te vais arrepender. Tens de pensar a sério no futuro. Agora tudo são facilidades,

[87]

porque és nova e bonita e tens muitos admiradores, mas precisas de ter uma profissão que te dê independência.

Estou em crer que não deviam ser as palavras mais românticas de um jovem para a rapariga por quem está apaixonado, mas não sabia que outro assunto podia abordar com ela. Ouvia-me atentamente, mas eu sentia que não estava interessada em mim, que se sentia um tanto superior.

Desejava declarar-lhe o meu amor, mas não pretendia fazê-lo sem ter a certeza de que o acolhimento seria positivo, pois embora a amasse não lhe queria dar a satisfação de me rejeitar. Continuei a assediá-la, mas sempre tímido e hesitante. Ao contrário da política, no amor a prudência não é uma virtude. Não me sentia suficientemente seguro do meu êxito nem da minha capacidade para encaixar uma negativa.

Vivi um ano naquela casa, no fim do qual continuava a nada ter dito sobre os meus sentimentos. O afecto de Didi pelo namorado nunca arrefeceu e nunca demonstrou interesse em mim. Despedime dela com manifestações de gratidão pela amizade e hospitalidade da família. Não a voltei a ver durante muitos anos. Um dia, muito mais tarde, quando já praticava advocacia em Joanesburgo, entrou-me no escritório uma jovem acompanhada pela mãe. A mulher tinha tido uma criança e o namorado recusava-se a casar com ela, de modo que tinha vindo para lhe pôr uma acção em tribunal. A jovem era Didi, um tanto desmazelada, com um vestido que já tinha perdido a cor. Fiquei abalado ao vê-la e imaginei como tudo poderia ter sido diferente. Por fim, decidi não processar o namorado e nunca mais a vi.

Apesar das minhas insuficiências românticas, fui-me adaptando à vida no grande subúrbio e comecei a desenvolver uma força interior, uma confiança nas minhas capacidades de triunfar fora do pequeno mundo onde tinha sido criado. A pouco e pouco fui descobrindo que não precisava de depender das minhas

ligações à realeza nem do apoio da família e estabeleci relações com pessoas que não estavam interessadas em saber dos meus vínculos à casa real dos tembos. Tinha a minha própria casa, por modesta que fosse, e estava a adquirir a confiança e a segurança necessárias para me sustentar nos meus próprios pés.

No final de 1941 fui informado de que o regente, que estava de visita a Joanesburgo, me queria ver. Fiquei muito nervoso, mas sabia que tinha obrigação de o visitar, e na verdade até queria fazê-lo. O regente estava instalado no complexo da WNLA, sede da Witwatersrand Native Labor Association, a agência de recrutamento de mineiros para o Reef.

Tinha mudado muito ou então tinha sido eu a mudar. Nunca se referiu à minha fuga, nem a Fort Hare, nem ao casamento que havia combinado e não se concretizara. Foi correcto e atencioso e fez-me perguntas como um

[88]

pai teria feito acerca dos meus estudos e dos meus planos para o futuro. Reconheceu que a minha vida estava a começar a sério e que eu tinha tomado um rumo muito diferente daquele que planeava para mim. Não me procurou dissuadir de nada e sentime grato pelo seu reconhecimento implícito de que já não me encontrava sob a sua alçada.

Esse encontro com o regente produziu um duplo efeito. Não só serviu para me reabilitar como reinstituiu a minha consideração por ele e pela casa real dos tembos. Tinha-me tornado indiferente às minhas ligações de origem, uma atitude que tomei em parte para justificar a minha fuga e de algum modo suavizar a dor da separação de um mundo que amava e a que dava grande valor. Foi reconfortante sentir-me de regresso ao abraço caloroso do regente.

O regente ficou tão satisfeito comigo como envergonhado com Justice, que, segundo ele, tinha de regressar imediatamente a Mqhekezweni. Ora Justice tinha uma ligação com uma jovem e eu sabia que não fazia ideia de regressar a casa. Depois da partida do regente, um dos seus chefes tribais, Bangindawo, desencadeou um processo judicial contra Justice, a quem prometi defender quando fosse chamado a comparecer perante o Comissário para os Nativos. Na

audiência, sublinhei o facto de Justice ser um adulto, que não podia ser obrigado a regressar a Mqhekezweni só porque era essa a vontade do pai. Quando Bangindawo falou, não contestou o meu argumento, apenas tentou invocar a minha lealdade. Ao dirigir-se a mim chamou-me Madiba, o meu nome de clã, uma astúcia calculada para me recordar a minha ascendência tembo.

- Madiba - disse ele -, o regente cuidou de ti, educou-te e tratou-se como se fosses seu filho. Agora queres que o verdadeiro filho se afaste dele. Isto é contrário aos desejos do homem que foi teu protector e contrário ao destino que foi traçado para Justice.

O discurso de Bangindawo deixou-me abalado. O destino de Justice era diferente do meu. Era filho de um chefe, um futuro chefe por direito próprio. Depois da audiência, disse a Justice que tinha mudado de ideias e que achava que ele devia regressar. Justice não percebeu a minha reacção e recusou-se a dar-me ouvidos. Decidiu ficar e deve ter dito à namorada qual tinha sido o meu conselho, pois ela nunca mais me dirigiu a palavra.

No começo de 1942, para poupar dinheiro e estar perto de Joanesburgo, mudei-me do quarto nas traseiras da casa dos Xhomas para o complexo da WNLA. Quem me ajudou foi o senhor Festile, o *induna* da Câmara das Minas, que mais uma vez interferiu na minha vida. Por sua iniciativa, ofereceu-me alojamento gratuito no complexo.

O complexo da WNLA era uma comunidade poliglota e multiétnica da África do Sul urbana e moderna. Havia por lá sotos, tsuanas, vendas, zulos,

[89]

pedis, changãs, namibianos, moçambicanos, suázis e xossas. Poucos falavam inglês, e a língua franca, a que chamavam *fanagalo*, era uma amálgama de muitas outras. Não só não assisti a erupções de animosidade étnica como concluí que era possível construir uma comunidade com pessoas de origens diferentes. No entanto, sentia-me como um peixe fora de água. Em vez de passar os dias debaixo da terra, trabalhava ou estudava no gabinete de advogados, onde tinha por função fazer recados e arrumar processos dentro do ficheiro.

Como a WNLA era um local de passagem para os chefes em visita à cidade, tive o privilégio de encontrar líderes tribais oriundos de todo o Sul da África. Lembro-me de em certa ocasião ter encontrado Mantsebo Moshweshwe, a rainha da Basutolândia, que agora se chama Lesotho. Estava acompanhada por dois chefes, que tinham conhecido o pai de Sabata, Jongilizwe. Pedi-lhes que me falassem dele e durante uma hora foi como se tivesse regressado à terra dos tembos, a ouvi-los contar animadas histórias desses tempos.

A rainha reparou em mim e a certa altura dirigiu-se-me directamente, mas em sesoto, uma língua da qual conhecia poucas palavras. O sesotoi a língua do povo soto, bem como a dos tsuanas, grande número dos quais vive no Transval e no Estado Livre de Orange. A rainha olhou para mim, incrédula, e observou em inglês:

- Que espécie de advogado e chefe pretende ser se nem fala a língua do seu povo?

Não encontrei resposta para lhe dar. A pergunta embaraçou-me e aturdiu-me. Inconscientemente tinha sucumbido às divisões étnicas acicatadas pelo Governo branco e não sabia falar com os da minha própria raça. Sem conhecer a língua não é possível falar com as pessoas nem entendê-las; não podemos auscultar as suas esperanças e anseios, não podemos compreender a sua história, apreciar a sua poesia nem saborear as suas canções. Uma vez mais me dei conta de que não éramos povos diferentes com línguas diferentes, mas um povo com diferentes formas de expressão.

Menos de seis meses depois da visita do regente, Justice e eu tomámos conhecimento da sua morte, no Inverno de 1942. Da última vez que o tinha visto parecera-me bastante cansado e a notícia do seu falecimento não constituiu grande surpresa. Soubemos pelos jornais, porque o telegrama enviado a Justice se tinha extraviado. Apressámo-nos a regressar ao Transkei, onde chegámos um dia depois do funeral.

Embora contrariado por não estar presente nas exéquias, congratulei-me interiormente por ter feito as pazes com ele em devido tempo. Mas não deixei de me sentir angustiado pela sensação de culpa. Sempre soubera, mesmo quando estava de mal com ele, que todos os meus amigos

me podiam abandonar, que todos os meus projectos se podiam malograr, que todas as minhas esperanças podiam fenecer, mas que o regente estaria sempre do meu lado. E apesar disso tinha -o traído e não sabia se a minha deserção não teria acelerado a sua morte.

A morte do regente afastou de cena um homem esclarecido e tolerante que alcançou o que deve ser o objectivo de todos os grandes líderes: manter a unidade do seu povo. Liberais e conservadores, reformistas e tradicionalistas, funcionários administrativos e mineiros, todos lhe foram fiéis, não porque concordassem sempre com ele, mas porque o regente escutava e respeitava todas as opiniões.

Depois do funeral fiquei mais ou menos uma semana em Mqhekezweni, um tempo de redes coberta e de olhar o mundo em retrospectiva. Não há nada como voltar a um lugar onde nada mudou para descobrir como nós próprios nos modificámos. A Casa Grande em nada diferia dos tempos em que eu lá tinha vivido. Mas percebi que a minha visão do mundo havia mudado. Já não me sentia atraído por uma carreira no funcionalismo nem pela ideia de ser intérprete no Departamento dos Assuntos Nativos.

Já não via o meu futuro indissolúvelmente associado à terra dos tembos e ao Transkei. Chegaram a dizer-me que o meu xossa deixara de ser puro, influenciado pelo zulo, uma das línguas dominantes no Reef. A minha vida em Joanesburgo, os contactos com homens como Gaur Radebe e as minhas experiências na firma de advogados tinham alterado radicalmente os meus pontos de vista. Olhei para trás, para o jovem que tinha saído de Mqhekezweni, ingénuo e provinciano, que pouco ou nada vira do mundo. Achava que começava a ver as coisas como realmente eram. Como é evidente, não passava de mais uma ilusão.

Não se extinguiu o conflito interno entre a minha cabeça e o meu coração. O coração dizia-me que era um tembo, que tinha sido criado e educado na escola para que um dia pudesse desempenhar um papel na continuidade da monarquia. Não teria obrigações para com os mortos? Para com o meu pai, que me tinha deixado entregue aos cuidados do regente? Para com o próprio regente, que cuidara de mim como um pai? Mas a cabeça dizia-me que todos os homens

tinham o direito de escolher o seu destino e o papel que lhes cabia na vida. Não teria eu o direito de fazer as minhas opções?

A situação de Justice era diferente da minha e depois da morte do regente viu-se sobrecarregado com pesadas responsabilidades. Tinha de lhe suceder como chefe, pelo que resolveu ficar em Mqhekezweni e assumir o que era seu por direito de linhagem. Quanto a mim, precisava voltar para Joanesburgo e nem sequer podia ficar para assistir à sua investidura. Na língua do meu povo há um ditado: «*Ndiwelimilambo enamagama*» (já atravessei grandes rios). Quer dizer que a pessoa viajou muito, que tem uma larga experiência da vida e a sabedoria que daí advém. Tudo isto me passava

[91]

pela cabeça na viagem de regresso a Joanesburgo. Desde 1934 que atravessara rios importantes na minha terra: o Mbashe e o Grande Kei, na viagem para Healdtown, o Orange e o Vaal no trajecto para Joanesburgo. Masainl tinha muitos rios para atravessar.

No fim do ano de 1942 fui aprovado no exame final do bacharelado! Acabava de atingir o escalão que tanto tinha ambicionado. Foi com grande orgulho que conquistei o diploma, mas estava ciente de que não era nenhum talismã nem um passaporte para o êxito.

Na firma, aproximei-me mais de Gaur, para grande irritação do senhor Sidelsky. Segundo Gaur, a educação era essencial para o progresso, mas frisava que nenhum povo ou nação se tinham libertado exclusivamente por via da educação.

- A educação é uma coisa boa, mas se tivermos de depender da educação teremos de esperar mil anos antes de sermos livres. Somos pobres temos poucos professores e ainda menos escolas. Nem sequer temos meio para nos educarmos a nós próprios.

Gaur era mais a favor de encontrar soluções do que de debitar teorias. Para os africanos, dizia, o motor da mudança tem de ser o Congresso Nacional Africano; as políticas que advogava eram o melhor caminho para a conquista do

poder na África do Sul. Sublinhava a longa história do ANC em prol da mudança e enfatizava o facto de ser a mais antiga organização africana do país, fundada em 1912. Os seus estatutos denunciavam o racismo, tinha tido por presidentes homens de diversas tribos e advogava direitos integrais de cidadania para todos os sul-africanos.

Apesar da ausência de educação formal, Gaur estava acima de mim em, todas as esferas do saber. Durante os intervalos para o almoço, por vezes, dava-me lições improvisadas; emprestava-me livros, recomendava-me pessoas com quem devia falar e reuniões a que devia comparecer. Em Fort Hare tinha feito dois anos de História Moderna, mas embora estivesse a par de muitos factos, Gaur conseguia explicar a causa de certas acções empreendidas e as razões pelas quais os homens e as nações tinham agido desse modo. Para mim, era como se tivesse regressado às aulas de história.

O que mais me impressionava, contudo, era o empenhamento total de Gaur na luta pela libertação. Chegava a comparecer no mesmo dia em vários comícios onde era o orador principal. Parecia não pensar em nada para além da revolução.

Acompanhei Gaur a algumas reuniões do Conselho Consultivo da *Township* e do ANC. Como observador, não como participante, pois não me recordo de ter tido qualquer intervenção. Queria perceber as questões em debate, apreciar os argumentos, ver qual o calibre dos homens envolvidos. As reuniões do Conselho Consultivo eram superficiais e burocráticas,

[92]

mas as do ANC eram animadas, com debates sobre o Parlamento, a lei dos passes, as rendas, o preço dos bilhetes de autocarro - tudo quanto afectasse o quotidiano dos africanos.

Em Agosto de 1943 desfilei em companhia de Gaur e de outras dez mil pessoas, em apoio ao boicote dos autocarros de Alexandra, um protesto contra o aumento dos bilhetes de quatro para cinco dinheiros. Gaur era um dos líderes e tive ocasião de o ver em acção. Essa campanha teve um pesado efeito sobre mim. Ainda que de forma muito discreta, passei de simples observador a

participante. Descobri que marchar ao lado do povo é uma experiência exaltante e animadora. Além disso, fiquei impressionado com a eficácia do boicote: ao fim de nove dias, durante os quais os autocarros andaram vazios, a companhia baixou o preço dos bilhetes para quatro dinheiros.

Os pontos de vista de Gaur não eram os únicos a que prestava atenção na firma. Hans Muller era um agente imobiliário branco que fazia negócios com o senhor Sidelsky e que falava muito comigo. Era um homem de negócios característico, dos que vêem o mundo sob o prisma da oferta e da procura. Um dia, o senhor Muller apontou pela janela e disse:

- Olha para isto, Nelson. Vês esses homens e mulheres que andam rua acima, rua abaixo? Andam à procura de quê? Por que motivo têm tanta pressa? Pois eu digo-te: todos eles, sem excepção, andam à procura de dinheiro e prosperidade. O dinheiro e a prosperidade são o mesmo que a felicidade. É por isso que tens de lutar; por dinheiro, nada mais que o dinheiro. Desde que tenhas dinheiro, tens tudo quanto quiseses da vida.

William Smith era um mestiço que negociava em propriedades e que muitas vezes ia lá ao escritório. Smith era um veterano do ICU (Industrial and Commercial Workers Union), o primeiro sindicato de negros, fundado por Clements Kadalie, mas desde então as suas ideias tinham mudado radicalmente.

- Nelson - dizia-me ele -, estive muitos anos metido na política e lamento cada minuto. Gastei os melhores anos da minha vida em lutas fúteis, ao serviço de homens vãos e egoístas que colocavam os seus interesses acima dos do povo que afirmavam servir. Pela minha experiência, a política é apenas uma maneira de extorquir dinheiro aos pobres.

O senhor Sidelsky não tomava parte nestas discussões. Considerava que discutir política era uma perda de tempo quase tão grande como participar nela. Repetidamente me aconselhou a não me meter em política. E avisou-me acerca de Gaur e de Walter Sisulu. «Esses homens hão-de envenenar-te as ideias.»

[93]

- Nelson - perguntava ele -, queres ser advogado, não queres?

Eu respondia que sim.

- E quando fores advogado queres ser um advogado de êxito, não é? Eu voltava a responder que sim.

- Pois bem, se te meteres na política a tua vida profissional vai ressentir - se disso. Vais ter sarilhos com as autoridades, que tantas vezes são nossas aliadas profissionais. Vais perder clientes, vais à falência, fazes mal à tua família e acabas na prisão. É o que te vai acontecer se te meteres na política.

Eu escutava estes homens e ponderava cuidadosamente os seus ponto de vista. Todos os argumentos tinham algum mérito. Estava disposto a te algum envolvimento político, mas não sabia exactamente o quê nem como e ficava-me pela rama, sem saber o que fazer.

No que diz respeito à minha profissão, Gaur deu-me mais do que simples conselhos. Um dia, no princípio de 1943, quando ainda estava na firma há menos de dois anos, Gaur puxou-me para um canto e disse-me:

- Meu rapaz, enquanto eu aqui estiver na firma eles nunca te hão-de oferecer um estágio, tenhas ou não tenhas um curso.

Olhei para ele, espantado, e respondi que não era possível, uma vez que ele nem sequer praticava para ser advogado.

- Isso não faz diferença, Nelson. O que eles vão pensar é: «Temos Gauril que consegue falar em termos jurídicos com a nossa gente. Para que precisamos de mais alguém? Gaur até traz clientes para a firma.» Mas nunca, to hão-de dizer na cara, vão limitar-se a adiar. Para o futuro da nossa luta é importante que sejas advogado e eu vou sair da firma e fundar a minha própria agência imobiliária. Quando eu me tiver ido embora, eles não terão outro remédio senão dar-te o estágio.

Implorei-lhe que não se demitisse, mas não cedeu. Poucos dias depois apresentou a demissão ao senhor Sidelsky e este contratou-me como estagiário, tal como prometera. Não posso afirmar que a ausência de Gaur tenha sido decisiva, mas a sua demissão foi um dos seus actos de generosidade.

No princípio de 1943, depois de aprovado nos exames da UNISA, regres-

I sei a Fort Hare para receber o diploma. Antes de partir decidi equipar-me com um fato novo. Com isso em vista, pedi dinheiro emprestado a Walter Sisulu. Quando entrara em Fort Hare levava um fato novo, comprado pelo regente, e agora, na despedida, apresentava-me novamente com um fato novo. A toga, pedia-a emprestada a Randall Peteni, um amigo e também antigo aluno.

K. D. Matanzima, o meu sobrinho, que se tinha formado vários anos' antes, levou de automóvel a minha mãe e No-England, a viúva do regente, para assistirem. Fiquei feliz por ver lá a minha mãe e a presença de No England foi como se o próprio regente abençoasse a cerimónia.

[94]

Depois de receber o diploma passei alguns dias com Daliwonga (o nome de clã de K. D., que era como eu lhe chamava), na casa dele em Qamata. Daliwonga já tinha optado por assumir a chefia tradicional. Estava na linha de sucessão para ser o chefe da Tembulândia Emigrante, situada na parte mais ocidental do Transkei, e durante o tempo em que estive com ele insistiu comigo para que regressasse a Umtata depois de ser advogado.

- Por que razão hás-de ficar em Joanesburgo? Aqui fazes mais falta.

E tinha razão. No Transval havia muito mais advogados do que no Transkei. Disse a Daliwonga que algumas sugestões eram prematuras. Mas no fundo do meu coração eu sabia que o meu destino era outro. Por via da minha amizade com Gaur e com Walter, começava a tomar consciência do meu dever para com o povo como um todo e não para com um sector específico. Sentia que todas as correntes me puxavam para fora do Transkei, em direcção ao que parecia ser o centro, um lugar onde as lealdades regionais e étnicas cediam o passo a um objectivo comum.

A cerimónia em Fort Hare proporcionou-me uma ocasião de reflexão introspectiva. O que me chocava violentamente era a discrepância entre as minhas antigas convicções e o que a experiência me tinha ensinado. Já me libertara da presunção de que quem tinha um curso assumia automaticamente a liderança e de que as minhas ligações à família real dos tembos me garantiam o respeito de todos. Uma carreira de êxito e um bom salário já não eram os meus

objectivos supremos. Sentia-me atraído para o mundo da política porque não estava satisfeito com as minhas antigas convicções.

Em Joanesburgo movimentava-me em círculos onde o senso comum e a experiência prática eram mais importantes do que as mais elevadas qualificações académicas. Ao receber o diploma, apercebi-me de que pouco do que aprendera na universidade tinha relevância no contexto da minha nova existência. Na universidade, os professores esquivavam-se a abordar temas como a opressão racial, a falta de oportunidades para os africanos e a trama de leis e regulamentos que subjugavam os negros. Mas na minha vida em joanesburgo confrontava-me todos os dias com essas realidades. Nunca ninguém me tinha explicado como seria possível suprimir os males do preconceito racial e via-me obrigado a aprender por tentativa e erro.

Quando voltei para Joanesburgo, no princípio do ano de 1943, inscrevi-me na Universidade de Witwatersrand para tirar o curso de bacharel em Direito, o alicerce académico para quem quisesse ser advogado. A Universidade de Witwatersrand, entre nós conhecida por «Wits», está situada em Braamfontein, no centro-norte de Joanesburgo, e é considerada por muitas pessoas a mais importante universidade de língua inglesa da África do Sul.

Embora o trabalho na firma de advogados me tivesse pela primeira vez posto em contacto regular com os brancos, a universidade fez-me conhecer

[95]

os brancos da minha idade. Em Fort Hare tínhamos contactos esporádicos com os estudantes brancos da Rhodes University, em Grahamstown, mas e Wits assistíamos às aulas nas mesmas turmas. A situação era tão nova pa eles como era para mim, por ser o único aluno negro da faculdade de Direito

As universidades de língua inglesa da África do Sul eram grande! alfobres dos valores liberais. O maior tributo que se pode prestar a essas instituições é referir que aceitavam estudantes negros. Nas universidade africânderes, isso era impensável.

Malgrado os valores liberais professados pela universidade, nunca me

senti à vontade. Era sempre o único africano, com exceção de algum funcionários menores, olhado na melhor das hipóteses como uma curiosidade e na pior como um intruso, o que não é uma experiência agradável. Procurava ser discreto, o que tanto suscitava simpatia como animosidade. Embora tenha encontrado um grupo de brancos de quem me tornei amigo e mais tarde colega de profissão, a maioria dos brancos de Wits não era liberal nem indiferente à cor da pele. Recordo-me de um dia em que cheguei alguns minutos atrasado a uma conferência e me sentei ao lado de Sarel Tighy, um colega que veio a ser membro do Parlamento pelo Partido Unido. Embora a conferência já tivesse começado e fossem poucos os lugares vazios, Sarel recolheu ostensivamente os seus pertences e mudou-se para um lugar distante do meu. Este tipo de comportamento era mais regra do que a exceção. Jamais alguém pronunciou a palavra *cafre*, era uma hostilidade muda, mas mesmo assim contundente.

O senhor Hahlo, o nosso professor de Direito, era um intelectual rigoroso, que não tolerava muita independência por parte dos alunos. Tinha uma perspectiva curiosa do Direito no que respeitava às mulheres e aos africanos: segundo ele, nenhum desses grupos estava preparado para exercer a profissão de advogado. Na sua opinião, o Direito era uma ciência Social, e tanto as mulheres como os africanos não eram suficientemente disciplinados para perceber os seus meandros. Uma vez disse-me que não devia estar em Wits, mas a estudar através da UNISA. Embora discordasse das suas ideias, pouco fiz para demonstrar que estava enganado. Como aluno de Direito era um desastre.

Em Wits conheci muitas pessoas que viriam a partilhar comigo os altos e baixos da luta pela libertação e sem as quais muito pouco teria alcançado. Foram muitos os alunos brancos que se tiraram de cuidados para que me sentisse bem-vindo. Durante o primeiro ano tive conhecimento com Joe Slovo e a sua futura mulher, Ruth First. Tal como agora, Slovo era um dos espíritos mais agudos e incisivos que já encontrei. Era um comunista fervoroso, conhecido pelas festas alegres que dava. Ruth era uma mulher sociável e uma escritora de talento. Eram ambos filhos de emigrantes judeus. Estreitei amizades que duraram uma vida inteira com George Bizos e Bram

Fischer. George, filho de emigrantes gregos, era um homem que combinava uma

natureza afável com um espírito acutilante. Bram Fischer, professor a tempo parcial, era descendente de uma distinta família africânder. O avô tinha sido primeiro-ministro da Colónia de Orange River e o pai era juiz-presidente do Estado Livre de Orange. Embora pudesse ter vindo a ser primeiro-ministro da África do Sul, Bram tornou-se um dos mais exaltados e sólidos advogados da luta pela liberdade que alguma vez conheci. Travei amizade com Tony O'Dowd e com Harold Wolpe, políticos radicais e membros do Partido Comunista, e com Jules Browde e a mulher, campeões da liberdade e da causa *anti-apartheid*.

Tornei-me também amigo de alguns estudantes indianos. Embora houvesse uns quantos em Fort Hare, dormiam num dormitório separado e pouco contacto tive com eles. Em Wits conheci e tornei-me amigo de Ismail Meer, J. N. Singh, Ahmed Bhoola e Ramlal Bhoolia. O centro desta comunidade coesa era o apartamento de Ismail, no n.º 13 de Kholvad House, quatro salas num edifício residencial no centro da cidade. Era aí que estudávamos, conversávamos e até dançávamos, até altas horas da manhã, uma espécie de quartel-general dos jovens combatentes da liberdade. Às vezes dormia lá, quando já era demasiado tarde para apanhar o último comboio para Orlando.

Ismail Meer era um homem brilhante e grave, nascido no Natal, que enquanto frequentava Direito em Wits se tornou um elemento-chave no Congresso Indiano do Transval. J. N. Singh era um jovem de bela aparência e muito popular, que não fazia distinções de raça e também era membro do Partido Comunista. Um dia, Ismail, J. N. e eu estávamos cheios de pressa para chegar a Kholvad House e apanhámos o eléctrico, onde os indianos eram tolerados, mas os negros não.

Passado pouco tempo, o condutor abordou Ismail e J. N. e disselhes em africânder que o amigo «cafre» não podia ali estar. Ismail e J. N. reagiram com indignação e acusaram-no de nem saber o que queria dizer a palavra *cafre* e que era uma ofensa chamar-me isso. O condutor mandou parar o eléctrico e chamou um polícia que nos levou presos para a esquadra. Recebemos ordem para comparecer no tribunal no dia seguinte. Nessa noite, Ismail e J. N. arranjam maneira de Bram nos defender. No dia seguinte o magistrado pareceu impressionar-se com o nome de família de Bram. Fomos imediatamente absolvidos e ficámos a saber que a justiça afinal não é cega.

Wits abriu-me as portas de um mundo novo, um mundo de ideias, de convicções e combates políticos. Estava entre intelectuais brancos e indianos da

minha geração, jovens que viriam a formar a vanguarda dos mais importantes movimentos políticos dos anos seguintes. Pela primeira vez encontrei pessoas da minha idade resolutamente dedicadas à luta pela liberdade e que estavam dispostas, malgrado a sua situação privilegiada, a sacrificar-se pela causa dos oprimidos.

Não posso apontar o momento exacto em que me converti à política, o instante a partir do qual soube que empenharia a minha vida na luta pela liberdade. Ser negro na África do Sul significa ser politizado desde que se nasce, quer se admita quer não. Uma criança negra nasce num hospital só para negros, é levada para casa num autocarro só para negros, vive num bairro só para negros e frequenta uma escola só para negros, isto para os que vão à escola.

Quando crescer só pode ter um emprego para negros, alugar uma casa num subúrbio só para negros, viajar em comboios só para negros e pode ser interpelado a qualquer hora do dia ou da noite para exhibir um passe, sem o qual será atirado para a prisão. A sua vida está cerceada por leis e regulamentos racistas que lhe limitam o desenvolvimento, abafam o seu potencial e tolhem a sua vida. Era esta a realidade e havia mil e uma maneiras de lidar com ela.

Não houve qualquer epifania, qualquer revelação singular, qualquer momento de verdade, apenas uma acumulação repetitiva de milhares de pequenas coisas, de pequenas afrontas, de milhares de momentos que já esqueci, que em mim desencadearam uma raiva, uma revolta, um desejo de lutar contra o sistema que mantinha o meu povo acorrentado. Não houve um dia especial em que tenha dito: «A partir de agora vou dedicar-me à libertação do meu povo.» O que aconteceu foi que dei por mim a fazer isso mesmo, sem alternativa possível.

Já referi muitas pessoas que me influenciaram; contudo, e cada vez mais, me fui acolhendo à sombra da tutela sábia de Walter Sisulu. Walter era forte, sensato, prático e dedicado. Nunca perdia a cabeça numa situação difícil e em geral mantinha silêncio quando todos gritavam. Acreditava que o ANC era o meio para introduzir mudanças na África do Sul, o repositório das

[101]

esperanças e das aspirações dos negros. Por vezes, uma organização pode ser julgada em função das pessoas que a integram e eu sabia que teria orgulho em

pertencer a uma organização a que pertencia Walter Sisulu. Para além de que poucas alternativas havia. O ANC acolhia toda a gente e via-se como um gigantesco chapéu-de-chuva sob o qual todos os africanos se podiam abrigar.

Na década de 1940 pairava no ar um vento de mudança. A Carta do Atlântico, assinada em 1941 por Roosevelt e Churchill, reiterava a fé na dignidade de todos os seres humanos e difundia uma série de princípios democráticos.

No Ocidente houve quem visse na Carta um rol de promessas vãs, mas não era essa a opinião dos africanos. Inspirado na Carta e no combate dos Aliados contra a tirania e a opressão, o ANC criou a sua própria Carta, intitulada «Reivindicações Africanas», que reclamava direitos integrais de cidadania para todos os africanos, o direito de comprar terras e a revogação de toda a legislação discriminatória. Tínhamos esperança de que o Governo e os sul-africanos comuns percebessem que os princípios pelos quais se lutava na Europa eram os mesmos que queríamos ver aplicados no nosso país.

A casa de Walter em Orlando era o ponto de encontro de activistas e de membros do ANC. Era uma casa acolhedora, onde estive muitas vezes, quer para um debate político quer para provar a deliciosa comida de Masisulu. Uma noite, em 1943, encontrei lá Anton Lembede, mestre em Letras e bacharel em Direito, e A. P. Mda. Assim que ouvi Lembede falar percebi que estava perante uma personalidade magnética que pensava em termos originais e por vezes surpreendentes. Nessa altura, Lembede era um dos poucos advogados negros da África do Sul, e era sócio do venerável doutor Pixley ka Seme, um dos fundadores do ANC.

Lembede afirmava que a África era o continente do homem negro e que competia aos africanos erguerem-se para reclamar o que por direito lhes pertencia. Repudiava a ideia de um complexo de inferioridade africano e vituperava aquilo a que chamava a adoração e a idolatria do Ocidente e das suas ideias. Segundo ele, o complexo de inferioridade era a maior barreira que se opunha à libertação. Afirmava que, sempre que um negro tinha oportunidade alcançava o mesmo grau de desenvolvimento dos brancos, e citava heróis negros como Marcus Garvey, W E. B. Du Bois e Hailé Selassié.

- A cor da minha pele é linda, como a terra negra da Mãe África - costumava dizer.

Entendia que os negros tinham de valorizar a ideia que faziam de si mesmos antes de darem início a uma acção de massas bem-sucedida. Advogava a auto confiança e a autodeterminação e chamava *Africanismo* à sua filosofia. Para nós, era garantido que mais tarde ou mais cedo viria a liderar o ANC.

[102]

Lembede afirmava que um novo espírito começava a alastrar entre o povo, que as diferenças étnicas se estavam a esbater, que os jovens e as mulheres se viam em primeiro lugar como africanos e só depois como xossas, ndebeles ou tsuanas. Lembede, que era filho de um agricultor zulo analfabeto, tinha estudado para ser professor no Adam's College, uma instituição missionária americana. Durante vários anos ensinara no Estado Livre de Orange, tinha aprendido africânder e acabara por ver no nacionalismo dos africânderes um protótipo do nacionalismo africano.

Como mais tarde veio a escrever num jornal africano do Natal, o *Inkundia ya Bantu*:

A história dos tempos modernos é a história do nacionalismo. O nacionalismo foi posto à prova nas lutas dos povos e no fogo das batalhas e demonstrou ser o único antídoto contra o domínio estrangeiro e o imperialismo moderno. É por isso que as grandes potências imperialistas procuram por todos os meios desencorajar e erradicar todas as tendências nacionalistas entre os seus súbditos estrangeiros; para alcançar esse fim despendem avultadas quantias em propaganda contra o nacionalismo, que apodam depreciativamente de «estreito», «bárbaro», «inculto», «demoníaco», *etc.* Alguns súbditos estrangeiros deixam-se enganar por esta propaganda e tornam-se instrumentos do imperialismo, que pelos seus grandiosos serviços os cumula de benesses e de epítetos como «cultos», «liberais», «progressistas», «espíritos abertos», *etc.*

As opiniões de Lembede impressionaram-me. Também eu fora receptivo

ao paternalismo dos colonialistas britânicos e ao apelo de ser visto pelos brancos como «culto», «progressista» e «civilizado». Estava a caminho de me deixar arrastar para a elite negra que a Grã-Bretanha procurava criar em África. Era isso que todos queriam de mim, desde o regente até ao senhor Sidelsky. Mas era uma ilusão. À semelhança de Lembede, acabei por ver o nacionalismo militante africano como um antídoto.

O sócio e amigo de Lembede era Peter Mda, mais conhecido por A. P. Enquanto Lembede tendia a ser impreciso e prolixo, Mda era rigoroso e controlado. Lembede era vago e místico, Mda, concreto e científico. O espírito prático de Mda era o perfeito contraste para o idealismo de Lembede.

Havia outros jovens que partilhavam as mesmas linhas de pensamento, e reuníamo-nos para discutir essas ideias. Para além de Lembede e de Mda, entre esses homens contavam-se Walter Sisulu, Oliver Tambo, o doutor Lionel Majombozi, Victor Mboob, que foi meu professor em Healdtown, William Nkomo, um estudante de Medicina filiado no Partido Comunista, Jordan Ngubane, um jornalista do Natal que escrevia para o *Inkundla* e para o *Bantu World*, o jornal africano com maior tiragem, David Bopape,

[103]

secretário do ANC no Transval e membro do Partido Comunista, e tantos outros. Muitos alimentavam a ideia, possivelmente injusta, de que o ANC no seu todo se tornara o refúgio de uma elite africana privilegiada, cansada e não militante, mais preocupada com a salvaguarda dos seus direitos do que com o interesse das massas. Havia o consenso generalizado de que era preciso desencadear alguma acção, e o doutor Majombozi sugeriu a criação de uma Liga da Juventude como forma de espreitar a direcção do ANC.

Em 1943, uma delegação, de que faziam parte Lembede, Mda, Sisulu, Tambo, Nkomo e eu, fez uma visita ao doutor Xuma, o líder supremo do ANC, na sua magnífica residência de Sophiatown. Para além de uma pequena quinta, o doutor Xuma tinha em casa uma clínica onde praticava cirurgia. Este médico fora de uma utilidade incomparável para o ANC, que arrancara ao torpor em que se encontrava sob a liderança do doutor kaSeme, um período em que a organização perdeu dimensão e importância. Basta dizer que, quando o doutor

Xuma assumiu a presidência, o ANC tinha em caixa dezassete xelins e seis dinheiros, uma quantia que elevou para quatro mil libras. Era estimado pelos chefes tradicionais, relacionava-se com membros do Governo e transpirava segurança e serenidade. Mas também afectava um ar de superioridade que não se coadunava com a liderança de uma organização de massas. Embora dedicado ao ANC, dava precedência à sua actividade como médico. Xuma presidiu à organização numa era de delegações, deputações, cartas e telegramas. Tudo era feito à maneira inglesa, no pressuposto de que, apesar das nossas discordâncias, éramos todos cavalheiros. Ele dava valor aos relacionamentos que tinha com os situacionistas brancos e não queria correr o risco de os pôr em causa através da acção política.

Nessa reunião demos-lhe conhecimento de que tencionávamos fundar uma Liga da Juventude e desencadear uma campanha destinada a mobilizar o apoio das massas. Levámos connosco um exemplar do projecto de estatutos e do manifesto. Avisámos o doutor Xuma de que o ANC estava em risco de ser marginalizado, a menos que se mexesse e adoptasse novos métodos. O doutor Xuma sentiu-se ameaçado pela nossa delegação e opôs-se veementemente à formação de uma Liga de Juventude. Foi de opinião que a Liga devia ser uma organização menos rígida, dedicada sobretudo a recrutar membros para o ANC. Numa atitude paternalista, o doutor Xuma prosseguiu dizendo que, enquanto grupo, nós africanos éramos demasiado desorganizados e indisciplinados para participar numa campanha de massas, que podia vir a tornar-se imprudente e perigosa.

Pouco depois da reunião com o doutor Xuma foi formada uma comissão provisória da Liga da Juventude, sob a liderança de William Nkomo. Os membros da comissão deslocaram-se à conferência anual do ANC em Bloemfontein, em Dezembro de 1943, onde apresentaram a proposta de

[104]

criação de uma Liga da Juventude para ajudar a angariar membros para a organização. A proposta foi aceite.

A instituição definitiva da Liga da Juventude ocorreu no domingo de Páscoa de 1944, no Bantu Men's Social Center, em Eloff Street. Compareceram

cerca de uma centena de homens, alguns vindos de tão longe como Pretória. Era um grupo escolhido, um grupo de elite, na sua maioria formado em Fort Hare; estávamos longe de ser um movimento de massas. Lembede arengou sobre a história das nações, uma rápida digressão desde a Grécia e a Europa medieval até à era das colonizações. Sublinhou os feitos históricos da África e dos africanos e fez notar a insensatez dos brancos ao proclamarem-se o povo escolhido e uma raça intrinsecamente superior.

Jordan Ngubane, A. P. Mda e William Nkomo também falaram, a enfatizar o espírito emergente do nacionalismo africano. Lembede foi eleito presidente, Oliver Tambo foi escolhido para secretário e Walter Sisulu, para tesoureiro. A. P. Mda, Jordan Ngubane, Lionel Majombozi, Congress Mbata, David Bopape e eu fomos eleitos para o comité executivo, que mais tarde viria a contar com a presença de figuras distintas como Godfrey Pitje, estudante (mais tarde professor e advogado), Arthur Letele, Wilson Conco, Diliza Mji e Nthato Motlana, todos médicos, Dan Tloome, sindicalista, e Joe Matthews, Duma Nokwe e Robert Sobukwe, estudantes. Em breve foram constituídas filiais em todas as províncias.

O objectivo político da liga era consentâneo com os estatutos da fundação do ANC, em 1912. Contudo, reafirmávamos e enfatizávamos esses objectivos originais, muitos dos quais tinham sido postos à margem. O nacionalismo africano era o nosso grito de guerra e o nosso credo era a criação de uma nação composta por muitas tribos, o derrube da supremacia branca e a instituição de uma forma de governo verdadeiramente democrática. O nosso manifesto proclamava: «Acreditamos que a libertação dos africanos será levada a cabo pelos próprios africanos [...] A Liga da Juventude do Congresso será o cérebro e o motor do espírito do nacionalismo africano.»

O manifesto rejeitava liminarmente a noção de «confiança depositada», a ideia de que o Governo branco de algum modo levava a peito os interesses dos africanos. Citávamos a legislação castradora e antiafricana dos últimos quarenta anos, a começar pelo Land Act, de 1913, que em última análise privava os negros de 87% do território onde tinham nascido; o Urban Act, de 1923, que instituía os sobrepovoados subúrbios para negros, eufemisticamente designados «espaços nativos» e de facto destinados a fornecer mão-de-obra barata às indústrias dos brancos; o Color Bar Act, de 1926, que proibia os africanos de se dedicarem a profissões especializadas; o Native Administration Act, de 1927, que outorgava à coroa britânica, em substituição dos chefes tradicionais, o poder

supremo sobre todas as regiões

[105]

habitadas por africanos; e, finalmente, o Representation of Natives Act, de 1936, que suprimia o direito de voto dos africanos na Província do Cabo, desfazendo assim as ilusões de que os brancos poderiam um dia conceder aos negros o controlo do seu próprio destino.

Fomos muito cautelosos com o comunismo. O documento estabelecia que «Podemos adoptar [alguns aspectos] de ideologias estrangeiras, mas recusamos a sua transposição para África». Era uma censura implícita ao Partido Comunista, que Lembede e muitos outros, incluindo eu, consideravam uma ideologia «estrangeira» não adequada à realidade africana. Lembede sentia que o Partido Comunista era dominado por brancos, o que punha em perigo a iniciativa e a autoconfiança dos africanos.

Nesse dia foram constituídos diversos comités, mas o objectivo principal da Liga da Juventude era orientar o ANC na demanda da liberdade política. Embora estivesse de acordo, fiquei nervoso com a ideia de aderir à Liga, para além de ainda ter dúvidas quanto ao meu empenhamento político. Por essa altura trabalhava a tempo inteiro e estudava em *part-time*, o que me deixava pouco tempo livre. Além do mais sentia-me inseguro, politicamente mal preparado em comparação com Walter, Lembede e Mda. Eram homens que sabiam o que queriam, enquanto eu ainda hesitava. Não me sentia à vontade como orador, intimidado pela eloquência de muitos outros membros da Liga.

O africanismo de Lembede não era apoiado por todos porque as suas ideias assentavam num exclusivismo racial que incomodava alguns dos membros da Liga. Havia quem pensasse que o nacionalismo devia incluir os brancos que simpatizavam com a nossa causa. Outros, entre os quais me incluía, achavam que se aos negros fosse apresentada uma forma de luta multirracial estes continuariam amarrados à cultura branca e imbuídos de um perpétuo sentimento de inferioridade. Por essa altura opunha-me com firmeza à entrada de brancos e de comunistas na Liga.

A casa de Walter era a minha casa fora de casa. Durante alguns meses, nos primórdios da década de 1940, foi a minha casa *de facto* porque não tinha outro sítio onde ficar. Estava sempre cheia de gente e as discussões políticas pareciam não ter fim. Albertina, a mulher de Walter, era uma presença maravilhosa e sensata, uma apoiante indefectível do trabalho político do marido. (Quando se casaram, Anton Lembede disse: «Albertina, casaste com um homem já casado. Walter já estava casado com a política muito antes de te conhecer.»)

Foi no átrio da casa dos Sisulus que conheci Evelyn Mase, a minha primeira mulher. Era uma jovem do campo, bonita e discreta, que não parecia intimidada pelo constante vaivém da casa dos Sisulus. Frequentava um curso de enfermagem com Albertina e Rose, a mulher de Peter Mda, no Hospital Geral para não europeus, de Joanesburgo.

[106]

Evelyn era natural de Engcobo, no Transkei, um pouco para oeste de Umtata. Em criança perdera o pai, que era mineiro, e aos doze anos ficara órfã de mãe. Completada a escola primária. Evelyn foi mandada para Joanesburgo para frequentar a secundária. Vivía com o irmão, Sam Mase, que estava em casa de Sisulu. MaSisulu, a mãe de Walter, era irmã da avó paterna de Evelyn. Os Sisulus tratavam Evelyn como uma filha predilecta, a quem muito amavam.

Pouco depois de nos termos conhecido, convidei-a para sair comigo.

Apaixonámo-nos quase de seguida. Alguns meses depois pedi-a em casamento e ela aceitou. O nosso casamento foi uma cerimónia civil no Native Commissioner's Court de Joanesburgo que requereu apenas as assinaturas e uma testemunha, porque não tínhamos dinheiro para um casamento tradicional nem para a festa. O nosso problema imediato foi encontrar um lugar para vivermos. Começámos por nos instalar com o irmão dela, em Orlando East, e mais tarde mudámos para casa da irmã de Evelyn, em City Deep Mines, onde o cunhado, Msunguli Mgudlwa, trabalhava como escriturário.

No ano de 1946 teve lugar uma série de eventos importantes que vieram a dar forma ao meu pensamento político e à minha luta. A greve dos mineiros africanos, durante a qual mais de setenta mil mineiros do Reef se recusaram a trabalhar, afectou-me profundamente. Por iniciativa de J. B. Marks, Dan Tloome, Gaur Radebe e de alguns activistas laborais do ANC, o African Mine Workers Union! (AMWU) tinha sido criado no começo da década de 1940. Havia cerca de quatrocentos mil mineiros africanos a trabalhar no Reef, a maioria dos quais não ganhava mais de dois xelins por dia. A direcção do sindicato insistira com a Câmara das Minas no sentido de atribuir um salário mínimo de dez xelins por dia, para além de alojamento para as famílias e duas semanas de férias pagas. Mas a Câmara tinha ignorado as exigências do sindicato.

Numa das mais vastas acções do género na história da África do Sul, os mineiros declararam uma semana de greve e mantiveram-se solidários. A repressão do Estado foi impiedosa. Os dirigentes foram presos, os dormitórios cercados e os escritórios do AMWU saqueados. Uma marcha de contestação foi brutalmente reprimida pela polícia; morreram doze mineiros. Em protesto, o Conselho dos Representantes Nativos suspendeu os trabalhos. Eu conhecia vários mineiros, que visitei durante a semana de greve para discutir a situação e expressar o meu apoio.

[107]

J. B. Marks, há muito tempo filiado no ANC e no Partido Comunista, era então o presidente do Sindicato dos Mineiros Africanos. Nascido no Transval, de pais de diferentes raças, Marks era uma figura carismática com um sentido de humor muito especial. Era um homem alto, de pele clara. Durante a greve, por diversas vezes o acompanhei de mina em mina, a falar com os trabalhadores e a combinar estratégias. De manhã até à noite evidenciava uma atitude de liderança tranquila e sensata, com uma palavra de humor mesmo para as situações mais críticas. Fiquei impressionado com a organização do sindicato e a sua capacidade para controlar os filiados, mesmo perante uma oposição tão selvática.

Por fim, o Estado venceu: a greve foi suprimida e o sindicato, desmantelado. A greve marcou o início da minha estreita colaboração com Marks. Estive muitas vezes em sua casa e discutimos amplamente a minha oposição ao comunismo. Marks era um pilar do partido, mas nunca personalizou as minhas objecções e percebeu que para um jovem era mais natural abraçar o nacionalismo e que, à medida que fosse amadurecendo, as minhas ideias se expandiriam. Mantive as mesmas discussões com Moses Kotane e Yusuf Dadoo, os quais, à semelhança de Marks, achavam que o comunismo tinha de ser adaptado às circunstâncias africanas. Fui ferozmente atacado por outros membros comunistas do ANC e membros da Liga da Juventude, mas Marks, Kotane e Dadoo nunca o fizeram.

Depois da greve foram presos e processados cinquenta e dois homens, entre eles Kotane, Marks e muitos outros comunistas, sobretudo por incitamento à sedição. Foi um processo político, uma tentativa por parte do Estado de mostrar que não seria brando com o Perigo Vermelho.

No mesmo ano deu-se outro acontecimento que me obrigou a repensar a maneira como encarava a política. Em 1946, o Governo de Smuts promulgou o Asiatic Land Tenure Act, que cerceava a livre movimentação dos indianos, definia as zonas onde estes podiam viver e fazer comércio e restringia seriamente os seus direitos de adquirir propriedade. Em contrapartida, eram contemplados com uma representação no Parlamento por intermédio de substitutos brancos simbólicos. O doutor Dadoo, presidente do Congresso Indiano do Transval, verberou as restrições e classificou a oferta de representação parlamentar como uma «proposta espúria, um simulacro de liberdade». Esta lei - conhecida como Ghetto Act - foi um tremendo insulto à comunidade indiana e precedeu o Group Areas Act, que viria a circunscrever a liberdade de todos os sul-africanos de cor.

A comunidade indiana sentiu-se ultrajada e lançou uma campanha concertada que durante dois anos opôs resistência passiva às medidas. Dirigida pelos doutores Dadoo e G. M. Naicker, presidente do Congresso Indiano do Natal, a comunidade indiana levou a efeito uma campanha de massas que nos impressionou pela sua organização e dedicação. Donas de casa,

sacerdotes, médicos, advogados, comerciantes, estudantes e operários ocuparam os seus lugares nas linhas do protesto. Durante dois anos, as pessoas suspenderam a sua vida quotidiana para participar no combate. Organizaram-se comícios de massas e fizeram-se ocupações de terras reservadas a brancos, nas quais foram instalados piquetes. Foram presos nada menos do que dois mil voluntários e os doutores Dadoo e Naicker foram condenados a seis meses de trabalhos forçados.

A campanha foi circunscrita à comunidade indiana, não tendo sido estimulada a participação de outros grupos. Mesmo assim, o doutor Xuma e outras pessoas discursaram em vários comícios e, juntamente com a Liga da Juventude, deu todo o apoio moral à luta dos indianos. O Governo atalhou a rebelião com leis duras e actos de intimidação, mas tanto a Liga da Juventude como o ANC tiveram ocasião de registar o protesto da população indiana contra a opressão dos indivíduos de cor com uma intensidade de que nunca o ANC nem os africanos tinham sido capazes. Ismail Meer e J. N. Singh suspenderam os estudos, despediram-se da família e foram para a prisão. Ahmed Kathrada, que ainda frequentava a escola secundária, fez o mesmo. Eu era visita frequente da casa de Amina Pahad, onde ia almoçar, e repentinamente essa mulher encantadora despiu o avental e foi encarcerada por causa das suas convicções. Se alguma vez duvidei da determinação da comunidade indiana para lutar contra a opressão, já não o podia fazer mais.

A campanha dos indianos tornou-se um modelo para o género de protesto que advogávamos na Liga da Juventude. Instilou na população um espírito de desafio e de radicalismo, rompeu com o temor do cárcere e aumentou a popularidade e a influência do NIC e do TIO. Fizeram-nos perceber que a luta pela liberdade não era apenas discursos, comícios, resoluções e delegações, era a organização meticulosa, a acção militante de massas e, acima de tudo, a disponibilidade para sofrer e se sacrificar. A campanha dos indianos assentou nos mesmos pressupostos da campanha de resistência passiva de 1913, em que Mahatma Gandhi liderou uma tumultuosa procissão de indianos que cruzou ilegalmente a fronteira entre o Natal e o Transval. Mas isso fazia parte da história; a nova campanha desenrolava-se mesmo diante dos meus olhos.

No princípio do ano de 1946, Evelyn e eu mudámo-nos para uma casa municipal com duas divisões em Orlando East, e daí para outra um pouco maior, no n.º 8115, de Orlando West, que era um subúrbio poeirento e sóbrio de casas

municipais, que mais tarde viria a fazer parte do Grande Soweto (Soweto é o acrónimo de South-Western Townships). A nossa casa

[109]

estava situada numa zona a que os residentes chamavam por paródia West-cliff, por causa do elegante bairro branco que se erguia a norte.

O aluguer da casa custava dezassete xelins e seis dinheiros por mês. A construção em nada diferia das centenas de outras, edificadas em terrenos pouco maiores do que um selo de correio e servidas por ruas de terra batida. Apresentava o mesmo telhado de chapas de zinco, o chão de cimento, uma cozinha acanhada e uma casa de banho com um balde nas traseiras. Embora houvesse iluminação pública, dentro de casa usávamos candeeiros de querosene, porque a electricidade ainda não chegara às casas. O quarto era tão pequeno que pouco mais lá cabia para além de uma cama de casal. Estas casas tinham sido construídas pelas autoridades municipais para os operários que precisavam de viver perto da cidade. Para quebrar a monotonia da paisagem, algumas pessoas tinham plantado pequenos canteiros ou pintado, as portas com cores garridas. Não era propriamente grandiosa, mas era a minha primeira casa e tinha nela grande orgulho. Um homem não é um homem enquanto não tiver a sua própria casa. Por essa altura não podia adivinhar que não viria a ter outra a que pudesse chamar minha durante muitos, muitos anos.

O Estado tinha-nos alugado a casa porque já não éramos dois, mas sim três. Nesse ano nasceu o nosso primeiro filho, Madiba Thembekile. Recebeu o meu nome de clã, Madiba, mas toda a gente o conhecia pela alcunha de 1hembi. Era um rapaz sólido, que todos diziam parecer-se muito mais com a mãe do que com o pai. Já tinha um herdeiro, embora pouco ou nada tivesse para lhe deixar. Mas perpetuara o nome de Mandela e do clã Madiba, que é uma das responsabilidades básicas de um homem de etnia xossa.

Tinha por fim uma base estável e deixei de ser convidado em casa de outros para os receber na minha casa. A minha irmã Leabie veio viver connosco e levei-a ao outro lado da linha do caminho-de-ferro para a inscrever na afixando High School. Na minha cultura, todos os membros de uma família podem reclamar hospitalidade em casa de outro membro; a acção combinada da minha

nova casa com a minha vasta família alargada implicava um número elevado de hóspedes.

Gostava da vida doméstica, embora tivesse pouco tempo para a apreciar. Adorava brincar com Thembi, dar-lhe banho, alimentá-lo e deitá-lo com uma pequena história. Gosto de brincar com crianças e de conversar com elas; é uma das coisas que mais me faz sentir em paz. Gostava de ficar em casa a descansar, a ler, a sentir os cheiros das panelas que ferviam na cozinha. Mas raramente estava em casa para fruir de tudo isso.

Pelo final desse ano, o reverendo Michael Scott veio viver connosco. Scott era um pastor anglicano escocês, grande defensor dos direitos dos africanos. Foi abordado por um homem chamado Komo, que representava um campo de clandestinos nos arrabaldes de Joanesburgo, que o Governo

[110]

pretendia realojar noutro local. Komo queria que Scott organizasse um protesto contra a deslocação forçada. Scott respondeu-lhe:

- Para vos ajudar tenho de ser um de vós.

Instalou-se no bairro clandestino e deu início a uma nova congregação. O bairro de barracas para os sem-abrigo inspirado por Scott situava-se junto a uma colina rochosa e os habitantes chamavam-lhe Tobruk, por causa da batalha travada durante a campanha no Norte de África. Por várias vezes levei lá Thembi aos domingos, para ele brincar às escondidas entre as pedras. Depois de ter fundado a congregação, Scott descobriu que Komo se apoderava do dinheiro com que o povo contribuía para a luta contra a expulsão. Confrontado por Scott, Komo ameaçou-o de morte e expulsou-o do campo.

Scott refugiou-se entre nós, em Orlando, e trouxe consigo um sacerdote negro chamado Dlamini, que também era casado e tinha um filho. A nossa casa era pequena, de maneira que Scott dormia na sala de entrada, Dlamini e a mulher dormiam numa outra divisão e as crianças ficaram na cozinha. O reverendo Scott era um homem modesto e despretensioso, mas Dlamini era um sujeito de trato difícil. Às refeições costumava queixar-se da comida. - Esta carne está seca e dura, não está bem cozida. Não estou habituado a comer carne assim.

Scott nem queria acreditar no que ouvia e repreendia Dlamini, mas este não se emendava. Na próxima oportunidade dizia:

- Bem, isto está melhor do que ontem, mas está longe de ser bom. Mandela, a tua mulher não sabe cozinhar.

Dlamini foi o causador indirecto da resolução do caso, pois estava tão desejoso de o ver fora de casa que fui ao campo dos sem-abrigo e expliquei-lhes que Scott era o verdadeiro amigo deles, ao contrário de Komo, e que tinham de escolher entre os dois. Organizaram uma eleição da qual Scott saiu vencedor e este regressou ao campo, levando Dlamini consigo.

No começo de 1947 terminei o período obrigatório de três anos de estágio na firma Witkin, Sidelsky e Eidelman. Resolvi estudar a tempo inteiro, a fim de conseguir o diploma para começar a trabalhar como advogado. Mas a perda das oito libras, dez xelins e um dinheiro que ganhava a trabalhar para Sidelsky foi devastadora. Solicitei um empréstimo de 250 libras ao South African Institute of Race Relations, de Joanesburgo, destinado a pagar propinas na universidade, livros e uma pensão mensal. Recebi 150 libras.

Três meses mais tarde voltei a escrever-lhes dizendo que a minha mulher estava prestes a entrar de licença de maternidade e que perderia o seu salário

[111]

de dezassete libras mensais, indispensável para a nossa sobrevivência. Recebi o resto do dinheiro, pelo qual fiquei muito grato, mas as circunstâncias não podiam ser piores. O parto da nossa filha Makaziwe não foi difícil, mas a criança era doente e fraca. Desde o primeiro momento que receámos o pior. Muitas noites, eu e Evelyn nos revezámos para a vigiar. Não sabíamos o nome da doença que afligia a pequenita e os médicos não nos souberam explicar a origem do problema. Evelyn vigiou-a com o carinho de uma mãe reforçado pela sua competência de enfermeira. Makaziwe morreu quando tinha nove meses. Evelyn ficou destroçada e a única maneira que eu tinha de aplacar o meu desgosto era procurando aliviar o dela.

Em política, por muitos planos que se façam, muitas vezes os acontecimentos são ditados pelas circunstâncias. Em Julho de 1947, durante uma conversa informal com Lembede sobre os assuntos da Liga da Juventude, ele queixou-se de uma dor no estômago que lhe provocava arrepios de frio. Quando a dor se intensificou, levámo-lo para o Coronation Hospital, onde morreu nessa mesma noite, aos trinta e três anos. Muitas pessoas foram profundamente afectadas pela sua morte. Walter Sisulu ficou prostrado pelo desgosto. A morte de Lembede foi um golpe duro para o movimento, pois era uma fonte de ideias e atraía muita gente para a organização.

Quem sucedeu a Lembede foi Peter Mda, cuja abordagem analítica, capacidade de se exprimir de maneira clara e simples e experiência táctica faziam dele um excelente político e uma figura destacada na direcção da Liga. Mda era um homem magro, tão parco no peso como nas palavras. O seu espírito tolerante conciliava as mais diversas opiniões e o seu pensamento político era mais amadurecido que o de Lembede. Mda assumiu a liderança do movimento para levar a cabo os ideais de Lembede.

Mda entendia que a Liga da Juventude devia funcionar como um grupo interno de pressão, uma ala nacionalista militante dentro do ANC, destinada a impulsionar a organização para uma nova era. Por essa altura, o ANC não tinha um único funcionário a tempo inteiro e de uma maneira geral estava mal organizado e operava um tanto ao acaso. (Mais tarde, Walter tornou-se o primeiro e único funcionário a tempo inteiro do ANC, em troca de um magro salário.)

Mda rapidamente instituiu uma filial da Liga da Juventude em Fort Hare, sob a orientação de Z. K. Matthews e Godfrey Pitje, professor de Antropologia. Recrutaram alguns dos estudantes que mais se distinguiam e assim trouxeram novo sangue e novas ideias para o movimento. Entre os novos membros destacavam-se Joe, o brilhante filho do professor Matthews, e Robert Sobukwe, um pensador de grande gabarito e orador arrebatado.

O nacionalismo de Mda era mais moderado que o de Lembede e o seu pensamento não estava imbuído do mesmo cunho racial. Detestava a opressão

e o domínio dos brancos, mas não detestava as pessoas. Para além disso, era muito menos extremista do que Lembede - e que eu - na sua oposição ao Partido Comunista. Eu era um dos membros da Liga que desconfiavam dos comunistas brancos. Receava a influência exercida pelos brancos sobre o ANC e opunha-me a campanhas conjuntas com o partido. O meu medo era que os comunistas se tentassem apropriar do nosso movimento sob o pretexto da acção conjunta. Acreditava que a nossa libertação só poderia ser alcançada através de um nacionalismo africano puro, sem marxismo nem teses multirraciais. Juntamente com alguns companheiros da Liga, fui ao extremo de interromper reuniões do Partido Comunista, tomando o palco de assalto, rasgando cartazes e apoderando-me do microfone. Na conferência anual do ANC, em Dezembro, a Liga da Juventude apresentou uma moção onde se exigia a expulsão de todos os membros do Partido Comunista, mas sofremos uma derrota esmagadora. Apesar da influência que sobre mim tinha exercido a campanha de resistência dos indianos em 1946, sentia em relação a eles o mesmo que sentia pelos comunistas: que procuravam dominar o ANC, em parte graças à sua educação, experiência e formação superiores.

Em 1947 fui eleito para o Comité Executivo do ANC do Transval, sob a presidência de C. S. Ramohano. Foi o primeiro cargo que ocupei dentro do ANC propriamente dito e foi fundamental no meu compromisso com a organização. Até então, os sacrifícios que tinha feito não iam mais longe do que privar-me da companhia da família aos fins-de-semana e de regressar tarde a casa. Nunca estivera directamente envolvido numa campanha em grande escala e não tinha a noção exacta das dificuldades e dos riscos que corria um combatente da liberdade. Era como navegar com terra à vista, sem um preço a pagar pelo meu envolvimento. A partir do momento em que fui eleito para o Comité Executivo do Transval identifiquei-me com o Congresso no seu todo, com as suas esperanças e frustrações, com os seus êxitos e fracassos; passei a estar empenhado de corpo e alma.

Ramohano foi outra das pessoas com quem aprendi. Era um nacionalista convicto e um excelente organizador, capaz de equilibrar pontos de vista divergentes e apresentar uma solução de compromisso. Embora não simpatizasse com os comunistas, não tinha dificuldade em trabalhar com eles. Achava que o ANC era uma organização nacional que devia acolher todos os que apoiavam a nossa causa.

Em 1947, na sequência da campanha de resistência passiva dos indianos, os doutores Xuma, Dadoo e Naicker, respectivamente presidentes do ANC, do Congresso Indiano do Transval e do Congresso Indiano do Natal, assinaram o Pacto dos Médicos, no qual concordavam com a junção de forças

[113]

para combater o inimigo comum. Foi um passo significativo para a unificação dos movimentos africano e indiano. Em vez de criarem uma entidade política centralizada para coordenar os vários movimentos, optaram pela colaboração nos assuntos de interesse comum. Mais tarde juntou-se-lhes a APO, a Organização do Povo Africano, que representava os mestiços.

Contudo, o acordo foi hesitante, pois cada grupo tinha os seus problemas peculiares. O sistema de passes, por exemplo, pouco afectava os indianos e os mestiços. O Ghetto Act, que tinha desencadeado os protestos dos indianos, não era um incómodo para os africanos. Por esse tempo, os grupos de mestiços estavam mais preocupados com as classificações raciais e as quotas de emprego, questões que não suscitavam o mesmo interesse entre os africanos e os indianos.

O Pacto dos Médicos estabeleceu os fundamentos de uma futura cooperação entre negros, indianos e mestiços, pois respeitava a independência de cada um dos grupos e reconhecia o que podia ser alcançado pela acção conjunta. Precipitou uma série de campanhas antigovernamentais de cariz não racial, com o objectivo de UNIP africanos e indianos na luta pela liberdade, a começar pela Primeira Assembleia Popular para o Voto Generalizado do Transval e do Estado Livre de Orange, uma campanha destinada a tornar o direito de voto extensivo a todos os sul-africanos negros. A participação do ANC foi anunciada pelo doutor Xuma numa conferência a que presidi. Julgávamos então que a campanha seria dirigida pelo ANC e, quando soubemos que não seria esse o caso, o Comité Executivo do Transval optou pela não participação. A minha ideia era que o ANC só se devia envolver nas campanhas conduzidas pela própria organização. Estava mais interessado em saber quem é que ficava com os louros do que no êxito da acção empreendida.

Mesmo depois do afastamento, Ramohano, o presidente da secção da ANC no Transval, distribuiu um comunicado à imprensa em que apelava aos

africanos para que tomassem parte na campanha, em manifesta contradição com a resolução do Comité Executivo do Transval. Um acto de desobediência que o comité não podia tolerar. Numa conferência convocada para resolver a questão, foi-me pedido que apresentasse uma moção de desconfiança contra Ramohano. Vi-me perante um conflito grave entre o dever e a lealdade pessoal, entre as minhas obrigações para com a organização e as que devia ao meu amigo. Sabia que estaria a condenar a acção de um homem de cuja integridade e devoção à nossa luta nunca tinha duvidado, um homem cujos sacrifícios na luta pela liberdade eram muito maiores do que os meus. Sabia que a acção a que ele apelara tinha um fito nobre e que acreditava que os negros deviam estar ao lado dos seus irmãos indianos.

Todavia, a gravidade da desobediência de Ramohano era enorme. Embora uma organização como o ANC seja constituída por indivíduos,

[114]

é maior que o somatório das suas partes individuais e a lealdade para com a organização tem precedência sobre a lealdade para com os indivíduos. Concordei em chefiar o ataque e apresentei a moção que o condenava, no que fui secundado por Oliver Tambo. Isto causou enorme burburinho na sala, com troca de vitupérios entre os que apoiavam o presidente e os que se encontravam do lado do comité executivo. A reunião acabou em desordem.

Os africanos não tinham direito de voto, mas isso não significava que nos fosse indiferente quem ganhava as eleições. As eleições gerais dos brancos tiveram lugar em 1948 e puseram em confronto o Partido Unido, chefiado pelo general Smuts, então no auge do seu prestígio internacional, e o revitalizado Partido Nacionalista. Enquanto Smuts tinha feito a África do Sul alinhar com os Aliados na Segunda Guerra Mundial, o Partido Nacionalista recusara-se a apoiar a Grã-Bretanha e manifestara publicamente o seu apoio à Alemanha nazi. A campanha do Partido Nacionalista teve por fundamento o *swart gevaar* (o perigo negro) e por lema dois *slogans* gêmeos: *Die kaffer op sy plek* (o preto no seu lugar) e *Die koelies uit die land* (*coolies* fora do nosso país) - *caolies* era o termo depreciativo com que os africânderes designavam os indianos.

Os nacionalistas, dirigidos pelo doutor Daniel Malan, um antigo ministro da Igreja Holandesa Reformada e editor de um jornal, eram um partido animado pelo ressentimento - ressentimento para com os ingleses, que durante décadas os tinham tratado como inferiores, e ressentimento para com os africanos, que consideravam uma ameaça à prosperidade e à pureza da cultura africânder. Os africanos não sentiam qualquer dever de lealdade para com o general Smuts, mas ainda sentiam menos pelo Partido Nacionalista.

A plataforma programática de Malan ficou conhecida como *apartheid*. A palavra podia ser nova, mas a ideia era velha. Significa literalmente «separação» e representava a codificação num sistema opressivo de todas as leis e regulamentos que ao longo de séculos tinham mantido os negros numa posição de inferioridade em relação aos brancos. O que tinha sido mais ou menos *de facto* passava a ser inflexivelmente *de jure*. A segregação mais ou menos casual dos últimos trezentos anos seria consolidada num sistema monolítico, diabólico nos pormenores, inescapável no alcance e absolutamente impositivo. O pressuposto do *apartheid* era a superioridade dos brancos sobre os negros, os mestiços e os indianos e a sua função era a consolidação da supremacia branca. Tal como os nacionalistas diziam, «*Die wit man moet altyd baas wees*» (O homem branco terá sempre de estar no

comando). O programa assentava na palavra *baasskap*, literalmente «estatuto de chefia», uma palavra terrível que traduzia a supremacia branca em todo o seu horror. Esta política contava com o apoio da Igreja Holandesa Reformada, que providenciava o esteio religioso do *apartheid* ao afirmar que os africânderes eram o povo escolhido por Deus e os negros uma espécie subordinada. Na perspectiva dos africânderes, o *apartheid* e a Igreja andavam de mãos dadas.

A vitória dos nacionalistas assinalou o princípio do fim do domínio dos africânderes pelos ingleses. A língua inglesa passou a ocupar um lugar secundário e o africânder foi elevado à categoria de língua oficial. A divisa dos nacionalistas condensava a sua missão: «*Eie volk, fie taal, fie land*» - «O nosso povo, a nossa língua, a nossa terra». Na cosmologia distorcida dos africânderes, a vitória nacionalista assemelhava -se à chegada dos israelitas à Terra Prometida. Era o cumprimento de uma promessa de Deus e a justificação para que a África do Sul fosse para sempre um país de brancos.

A vitória dos nacionalistas foi um choque. Pensava-se que o Partido Unido e o general Smuts, que tinham vencido os nazis, certamente também venceriam o Partido Nacionalista. No dia das eleições comparei a uma reunião em Joanesburgo com Oliver Tambo e vários outros. Mal abordámos a possibilidade de um governo nacionalista, porque ninguém esperava que ganhassem. A reunião prolongou-se por toda a noite e de madrugada, quando saímos, encontrámos um ardina a vender o *Rand Daily Mail*: os nacionalistas tinham saído triunfantes. Fiquei aturdido e desorientado, mas Oliver assumiu uma atitude mais sensata.

- Isto é bom - disse ele. - Isto é bom.

Como não percebi porquê, ele explicou-me.

- Agora ficamos a saber quem são exactamente os nossos inimigos e em que pé estamos.

O próprio general Smuts se apercebeu dos riscos inerentes a esta ideologia cruel e disse do *apartheid* que era «uma ideia louca, nascida do medo e do preconceito». A partir daquele momento percebemos que daí em diante a nossa terra seria um espaço de tensões e de lutas. Pela primeira vez na história da

África do Sul, um partido exclusivamente africânder ocupava o poder.

- A África do Sul pertence-nos outra vez - declarou Malan no seu discurso de vitória.

Nesse mesmo ano, a Liga da Juventude definiu as linhas gerais do seu programa num documento redigido por Mda e publicado pelo comité executivo da liga. Era um apelo à união de toda a juventude patriótica para derrubar o domínio dos brancos. Rejeitávamos a ideia dos comunistas, de que os africanos eram mais oprimidos economicamente do que enquanto raça, e acrescentávamos a necessidade de criar um poderoso movimento de

[116]

libertação nacional sob o estandarte do nacionalismo africano e «dirigido pelos próprios africanos».

Advogávamos a redistribuição da terra numa base de equidade, a abolição das proibições que impediam os africanos de desempenhar trabalhos especializados e a necessidade de uma educação gratuita e obrigatória para todos. O documento articulava também as duas teorias rivais do nacionalismo africano - entre o extremismo inspirado em Marcus Garvey de uma «África para os africanos» e o africanismo da Liga, que reconhecia a África do Sul como um país multirracial.

Eu partilhava as ideias do ultranacionalismo africano. Odiava os brancos, não o racismo. Embora não estivesse preparado para atirar ao mar o homem branco, ter-me-ia sentido feliz se eles embarcassem nos seus vapores e se fossem embora por sua livre vontade.

A Liga da Juventude era um pouco mais cordial para com os indianos e os mestiços, afirmando que os indianos eram tão oprimidos como os africanos, mas que tinham a Índia, uma pátria onde podiam viver. Os mestiços também eram oprimidos, mas não tinham outra pátria para além da África. Quanto a mim, estava disposto a aceitar os indianos e os mestiços desde que respeitassem os nossos princípios; contudo, os interesses deles não coincidiam com os nossos e sentia-me céptico quanto ao seu envolvimento na nossa causa.

Malan começou rapidamente a pôr em prática o seu programa. Algumas semanas depois de ter chegado ao poder, o Governo nacionalista perdoou a Robey Leibbrandt, o traidor que durante a guerra tinha incitado a levantamentos a favor da Alemanha nazi. O Governo anunciou também a sua intenção de reprimir o movimento sindical e de suprimir as já limitadas liberdades dos indianos, mestiços e negros. O Separate Representation af Voters subtraiu aos mestiços a sua representação no Parlamento. O Prohibition of Mixed Marriages foi introduzido em 1949 e rapidamente seguido do Immorality, que tornava ilegais as relações sexuais entre brancos e negros. O Population Registration, classificava todos os africanos segundo a raça, tornando a cor o único padrão de aferição dos indivíduos. Malan introduziu ainda o Group Areas - que referiu como sendo «a verdadeira essência do *apartheid*» - e que definia zonas urbanas distintas para cada grupo racial. No passado, os brancos tomavam a terra pela força; agora garantiam a sua posse através da legislação.

[117]

do Transval, pela Organização do Povo Africano e pelo Comité Distrital do Partido Comunista, atraiu dezenas de milhar de pessoas à Market Square, em Joanesburgo. Sem consultar o executivo, o doutor Moroka concordou em presidir à convenção, que foi um êxito, o que em nada atenuou a minha desconfiança, já que o principal organizador tinha sido o Partido Comunista.

Por instigação do Partido e do Congresso Indiano, a convenção aprovou uma resolução sobre a greve geral de um dia, prevista para o dia 1 de Maio, o Dia da Liberdade, na qual se apelava à abolição das leis sobre os passaportes internos e de toda a restante legislação discriminatória. Embora estivesse de acordo com os objectivos, suspeitei que os comunistas procuravam roubar ao ANC o tremendo clamor do nosso Dia Nacional de Protesto. Opus-me à greve do dia 1 de Maio com o argumento de que nos devíamos concentrar exclusivamente na nossa campanha.

Por essa altura, Ahmed Kathrada andava pelos vinte e um anos e, como todos os jovens, estava ansioso por mostrar o que valia. Era um membro

importante do Congresso Indiano da Juventude do Transval e ouviu dizer que eu não concordava com a greve do 1.º de Maio. Um dia encontrei-o na Commissioner Street e ele confrontou-me acaloradamente, acusando-me, e à Liga da Juventude, de não querer colaborar com os indianos e com os mestiços. Em tom de provocação, disse:

- És um líder negro e eu sou membro da Juventude Indiana. Mas estou convencido do apoio das massas africanas à greve geral e desafio-te a escolher um subúrbio negro para realizarmos um comício, que eu te garanto que me vão apoiar.

Foi uma ameaça vã, mas nem por isso deixou de me irritar. Cheguei mesmo a queixar-me numa reunião conjunta do Comité Executivo do ANC, do Congresso Indiano da África do Sul e do Partido Comunista, mas Ismail Meer sossegou-me, dizendo:

- Nelson, ele é um jovem de cabeça quente, não queiras sê-lo também.

Um tanto envergonhado, retirei a queixa. Embora discordasse de Kathrada, admirava o seu entusiasmo e mais tarde rimo-nos desse incidente.

A greve do Dia da Liberdade foi para a frente sem o apoio oficial do ANC. Para fazer gorar o protesto, o Governo proibiu todos os comícios e reuniões previstos para o 1.º de Maio. Mais de dois terços dos operários africanos permaneceram em casa durante o dia de greve. Nessa noite, eu e Walter estivemos em Orlando West, entre as franjas de uma multidão que se juntou para comemorar o Dia da Liberdade apesar da proibição decretada pelo Governo. A Lua brilhava no céu e enquanto assistíamos ao desfile ordeiro dos manifestantes reparámos num grupo de polícias instalado do outro lado de um ribeiro, a uns quinhentos metros da manifestação. Eles também nos devem ter visto, porque começaram a disparar sobre nós,

[120]

Atirámo-nos para o chão e aí ficámos enquanto a polícia, armada de bastões, carregava a cavalo sobre a multidão. Refugiámo-nos num dormitório de enfermeiras que ficava perto dali, a ouvir as balas esmagar-se contra as paredes do edifício. Nesse ataque indiscriminado e não provocado morreram dezoito

africanos e muitos outros ficaram feridos.

Apesar das críticas e dos protestos, a reacção dos nacionalistas foi aumentar ainda mais a repressão. Algumas semanas depois, o Governo publicou o infame Suppression of Communism e o ANC apelou a uma conferência de emergência em Joanesburgo. O decreto ilegalizava o Partido Comunista da África do Sul e classificava como crime, punível com um máximo de dez anos de cadeia, a filiação no partido e a difusão das ideias comunistas. Contudo, o decreto era de tal modo abrangente que suprimia todo e qualquer protesto contra o Estado e classificava como crime a defesa de qualquer doutrina que advogasse «alterações políticas, industriais ou sociais e mudanças económicas dentro da União por quaisquer meios que perturbem a ordem». Na sua essência, a lei permitia ao Governo a dissolução de qualquer organização e a restrição de movimentos de quem quer que se opusesse às suas políticas.

O ANC, o SAIC e a APO voltaram a reunir para analisar as novas medidas e o doutor Dadoo, entre outros, declarou que seria um disparate permitir que as divergências do passado pusessem em causa a constituição de uma frente unida contra o Governo. Quando falei, fiz eco desses sentimentos: era evidente que a repressão sobre um grupo de libertação equivalia à repressão sobre todos. Foi nesse encontro que Oliver proferiu algumas palavras proféticas:

- Hoje é o Partido Comunista. Amanhã serão os sindicatos, o Congresso Indiano, a APO e o Congresso Nacional Africano.

Com o apoio do SAIC e da APO, o ANC decidiu organizar um Dia Nacional de Protesto a 26 de Junho de 1950 contra o massacre de dezoito africanos no dia 1.º de Maio e a publicação do decreto de erradicação do comunismo. A proposta foi ratificada e como preparação para o Dia de Protesto cerrámos fileiras com o SAIC, a APO e o Partido Comunista. Na minha opinião, a ameaça era suficientemente séria para que déssemos as mãos aos nossos irmãos indianos e comunistas.

No princípio desse ano eu tinha sido chamado a integrar o Comité Executivo Nacional do ANC, em substituição do doutor Xuma, que se tinha demitido depois do fracasso da tentativa de reeleição para a presidência. Não me esqueci de que dez anos antes fora o doutor Xuma que me tentara arranjar o primeiro emprego em Joanesburgo, quando ainda não tinha a mínima intenção de me envolver na política. Agora, como membro do

Comité Executivo Nacional, estava na primeira linha, ao lado das pessoas mais respeitáveis do ANC. Tinha passado de alguém que criticava a organização à sua margem para o cerne da mesma organização contra a qual me rebelara. Uma sensação poderosa, eivada de emoções complexas e contraditórias. Em certa medida é mais fácil ser dissidente, pois não se assume qualquer responsabilidade. Enquanto membro do executivo tinha de avaliar os prós e os contras antes de tomar uma decisão e sujeitar-me às críticas de outros rebeldes como eu.

Na África do Sul as acções de massas eram perigosas, na medida em que, para um africano, entrar em greve era um crime e os direitos à palavra e à deslocação de pessoas estavam rigorosamente cerceados. Ao fazer greve, um operário africano não só perdia o emprego como todo o seu modo de vida e o direito de continuar a residir na mesma zona. Segundo a minha experiência, uma greve política é sempre mais arriscada do que uma greve económica. Uma greve assente em motivações políticas e não em questões definidas de ordem laboral, como o aumento dos salários e a diminuição do número de horas de trabalho, é uma forma de protesto mais precária e que exige uma organização mais eficaz. O Dia do Protesto tinha muito mais de político do que de económico.

Como preparação para o dia 26 de Junho, Walter viajou por todo o país, para consultas com os líderes locais. Na sua ausência assumi a chefia do tumultuoso gabinete do ANC, o núcleo de uma complexa acção de âmbito nacional. Todos os dias apareciam alguns líderes para confirmar se as acções se desenrolavam de acordo com o plano: Moses Kotane, o doutor Dadoo, Diliza Mji, J. B. Marks, o presidente do ANC do Transval, Yusuf Cachalia, e o seu irmão Maulvi, Gaur Radebe, secretário do Conselho de Acção, Michael Harmel, Peter Raboroko, Ntatho Motlana. Cabia-me a coordenação da acção em diversas regiões do país e falava pelo telefone com os líderes regionais. Não dispúnhamos de muito tempo e o plano foi implementado à pressa.

O Dia do Protesto foi a primeira tentativa do ANC de promover uma greve política à escala nacional e o resultado foi modesto. Nas cidades, a maioria

dos trabalhadores ficou em casa e as lojas dos negros não abriram as portas. Em Bethal, Gert Sibande, que veio a ser presidente do ANC do Transval, comandou uma manifestação de cinco mil pessoas que foi notícia nas primeiras páginas dos jornais de todo o país. O Dia do Protesto serviu para nos erguer o moral, para avaliar as nossas forças e para mandar um aviso ao Governo de Malan de que não ficaríamos passivos perante o *apartheid*. O dia 26 de Junho tornou-se um marco simbólico da luta pela libertação e dentro da organização é festejado como o Dia da Liberdade.

[122]

Foi a primeira vez que participei activamente numa campanha a nível nacional e experimentei o júbilo que decorre do êxito de uma batalha bem planeada contra o inimigo e o sentimento de camaradagem que se acende na luta contra tão formidáveis adversidades.

Percebi que a luta exigia todas as nossas energias. Um homem empenhado no combate é um homem que não tem vida própria. Foi precisamente durante o Dia de Protesto que nasceu o meu segundo filho, Makgatho Lewanika. Estava no hospital com Evelyn quando ele nasceu, mas isso não passou de um curto intervalo. A criança recebeu o nome em homenagem a Sefako Mapogo Makgatho, o segundo presidente do ANC, de 1917 a 1924, e a Lewanika, um chefe importante da Zâmbia. Makgatho, filho de um chefe pedi, tinha chefiado os voluntários que desafiaram o édito que proibia os negros de caminhar nos passeios de Pretória e o seu nome era um emblema de coragem indómita.

Um dia, ainda durante este período, a minha mulher informou-me de que 1hembí, o meu filho mais velho, então com cinco anos, lhe tinha perguntado:

- Onde vive o papá?

Costumava chegar tarde a casa, muito depois de ele estar a dormir, e saía cedo, antes de ele acordar. Não me agradava ser privado da companhia dos meus filhos. Senti-lhes imenso a falta durante esses dias, muito antes de saber que viria a passar décadas longe deles.

Nesse tempo, tinha mais certezas sobre as coisas contra as quais lutava do que sobre aquelas pelas quais pugnava. A minha arreigada oposição ao comunismo começava a ceder. Moses Kotane, secretário-geral do partido e membro do executivo do ANC, vinha a minha casa a altas horas da noite e conversávamos até de manhã. Autodidacta sem peias mentais, Kotane era filho de camponeses do Transval.

- Nelson - dizia-me ele -, o que tens contra nós? Lutamos contra o mesmo inimigo. Não queremos dominar o ANC e trabalhamos no contexto do nacionalismo africano.

Eu não tinha resposta para estes argumentos.

Devido à minha relação de amizade com Kotane, Ismail Meer e Ruth First, e ao facto de conhecer os seus sacrifícios, era-me cada vez mais difícil justificar o meu preconceito contra o partido. Dentro do ANC, comunistas como J. B. Marks, Edwin Mofutsanyana, Dan Tloome e David Bopape, entre outros, eram membros dedicados e esforçados, e nada havia a apontar-lhes enquanto combatentes da liberdade. O doutor Dadoo, um dos líderes da resistência de 1946, era um marxista muito conhecido, cujo papel de defensor dos direitos humanos fazia dele um herói de todos os grupos. Por tudo isto, deixei de pôr em causa a boa-fé desses homens e mulheres.

[123]

Mas se não podia questionar a sua dedicação podia pôr em dúvida os fundamentos filosóficos e práticos do marxismo. Contudo, eu pouco sabia sobre o marxismo e as discussões com os meus amigos comunistas acabavam sempre por revelar essa falta de conhecimentos. Decidi resolver o problema.

Comprei as obras completas de Marx e Engels, Lenine, Estaline, Mao-Tsé-Tung e outros, e mergulhei na filosofia dialéctica e no materialismo histórico. Mas não me sobrava muito tempo para estudar devidamente essas obras. Se o *Manifesto Comunista* me exaltou, *Das Kapital* deixou-me esgotado. Todavia, senti uma poderosa atracção pelo conceito de uma sociedade sem classes, que na minha perspectiva era semelhante à cultura tradicional africana, onde a vida era partilhada e comunitária. Subscrevi a afirmação básica de Marx,

com a sua simplicidade e generosidade de uma Regra de Ouro: «De cada um conforme as suas capacidades, a cada um conforme as suas necessidades.»

O materialismo dialéctico não só parecia lançar uma luz sobre a noite escura da repressão racial como oferecia um instrumento para lhe pôr cobro. Ajudou-me a ver a situação para além do prisma das relações entre brancos e negros, pois que, se queríamos que a nossa luta viesse a ter êxito, tínhamos de transcender a lógica de preto e branco. Fui atraído pelos alicerces científicos do materialismo dialéctico, pois tenho tendência para confiar no que posso verificar. A análise materialista da economia pareceu-me correcta. A ideia de que o valor dos bens dependia da quantidade de trabalho neles aplicados era especialmente adequada à África do Sul. A classe dominante pagava aos operários africanos um salário de mera subsistência e guardava para si o valor que depois acrescentava aos bens.

O apelo do marxismo à acção revolucionária era música para os ouvidos de um combatente da liberdade. A ideia de que a história progride através da luta e que a mudança ocorre nos saltos extraordinários da revolução era igualmente aliciante. As minhas leituras de obras marxistas proporcionaram-me um conjunto de informações sobre os diversos tipos de problemas que se colocam a um político prático. Os marxistas prestavam grande atenção aos movimentos de libertação nacional e a União Soviética, em especial, apoiava a luta de muitos povos colonizados. Foi outra das razões que me levaram a corrigir a minha ideia sobre os comunistas e a aceitar a prática vigente dentro do ANC de os acolher nas suas fileiras.

Um amigo perguntou-me como conseguia conciliar a minha crença no nacionalismo africano com o materialismo dialéctico. Para mim não havia contradição. Eu era acima de tudo um nacionalista africano que combatia pela emancipação face ao domínio da minoria e pelo direito de decidirmos sobre o nosso destino. Mas a África do Sul e o continente africano faziam parte de um mundo maior. Os nossos problemas eram especiais e diferentes, mas não eram únicos, e uma filosofia que colocasse esses problemas

[124]

num contexto internacional e histórico desse mundo maior e do curso da história,

era valiosa. Estava decidido a recorrer a todos os meios para suprimir os preconceitos, pôr termo ao chauvinismo e ao nacionalismo violento. Não me tornei comunista para trabalhar com eles. O que descobri foi que entre os nacionalistas e os comunistas africanos eram mais as coisas que os aproximavam do que as que os dividiam. Os cínicos sempre disseram que estávamos a ser usados pelos comunistas. Mas quem seria capaz de afirmar que não os estávamos também a usar?

Se tivéssemos algumas ilusões acerca do Partido Nacionalista antes de este alcançar o poder, depressa as teríamos perdido. A ameaça de pôr os cafres no seu lugar não era simples retórica. Em 1950, para além do Suppression of Communism Act, foram promulgadas mais duas leis que constituíam as pedras basilares do *apartheid*: o Population Registration Act e o Group Areas Act. Como já disse, o Population Registration Act autorizava oficialmente o Governo a classificar todos os sul-africanos de acordo com a raça. A raça tornou-se assim uma questão *sine qua non* da sociedade sul-africana, se é que já não o era antes. Os testes arbitrários e desprovidos de sentido que distinguiram negros de mestiços e mestiços de brancos resultaram muitas vezes em verdadeiras tragédias em que membros da mesma família foram classificados de maneira diferente, conforme uma criança apresentava uma tez mais clara ou mais escura. O lugar onde era permitido viver e trabalhar dependia de distinções tão absurdas com os cabelos mais ou menos encaracolados ou os lábios mais ou menos grossos.

O Group Areas Act constituía o fundamento do *apartheid* residencial. Segundo este diploma legal, cada grupo racial tinha o direito de possuir terras, de ocupar instalações e de negociar apenas na zona que lhe estava reservada. Os indianos só podiam viver nas zonas destinadas aos indianos e o mesmo se passava com os mestiços e os africanos. Quando os brancos estavam interessados nas terras ou nas casas de um dos outros grupos não tinham mais do que declarar a zona como destinada aos brancos e apoderar-se dela. O Group Areas Act deu início à era das deslocações forçadas, em que comunidades africanas, aldeias e cidades inteiras, situadas nas regiões classificadas como zonas urbanas «brancas», foram violentamente recolocadas porque os proprietários brancos da zona não queriam os africanos a viver por perto ou porque simplesmente se queriam apossar das suas terras. No topo da lista das realocações estava Sophiatown, uma vibrante comunidade de mais de cinquenta mil pessoas e um dos mais antigos bairros negros de Joanesburgo. Apesar da pobreza, Sophiatown regurgitava de

Mas se não podia questionar a sua dedicação podia pôr em dúvida os fundamentos filosóficos e práticos do marxismo. Contudo, eu pouco sabia sobre o marxismo e as discussões com os meus amigos comunistas acabavam sempre por revelar essa falta de conhecimentos. Decidi resolver o problema.

Comprei as obras completas de Marx e Engels, Lenine, Estaline, Mao-Tsé-Tung e outros, e mergulhei na filosofia dialéctica e no materialismo histórico. Mas não me sobrava muito tempo para estudar devidamente essas obras. Se o *Manifesto Comunista* me exaltou, *Das Kapital* deixou-me esgotado. Todavia, senti uma poderosa atracção pelo conceito de uma sociedade sem classes, que na minha perspectiva era semelhante à cultura tradicional africana, onde a vida era partilhada e comunitária. Subscrevi a afirmação básica de Marx, com a sua simplicidade e generosidade de uma Regra de Ouro: «De cada um conforme as suas capacidades, a cada um conforme as suas necessidades.»

O materialismo dialéctico não só parecia lançar uma luz sobre a noite escura da repressão racial como oferecia um instrumento para lhe pôr cobro. Ajudou-me a ver a situação para além do prisma das relações entre brancos e negros, pois que, se queríamos que a nossa luta viesse a ter êxito, teríamos de transcender a lógica de preto e branco. Fui atraído pelos alicerces científicos do materialismo dialéctico, pois tenho tendência para confiar no que posso verificar. A análise materialista da economia pareceu-me correcta. A ideia de que o valor dos bens dependia da quantidade de trabalho neles aplicados era especialmente adequada à África do Sul. A classe dominante pagava aos operários africanos um salário de mera subsistência e guardava para si o valor que depois acrescentava aos bens.

O apelo do marxismo à acção revolucionária era música para os ouvidos de um combatente da liberdade. A ideia de que a história progride através da luta e que a mudança ocorre nos saltos extraordinários da revolução era igualmente aliciante. As minhas leituras de obras marxistas proporcionaram-me um conjunto de informações sobre os diversos tipos de problemas que se colocam a um político prático. Os marxistas prestavam grande atenção aos movimentos de libertação nacional e a União Soviética, em especial, apoiava a luta de muitos povos colonizados. Foi outra das razões que me levaram a corrigir a minha ideia sobre os comunistas e a aceitar a prática vigente dentro do ANC de os acolher nas suas fileiras.

Um amigo perguntou-me como conseguia conciliar a minha crença no nacionalismo africano com o materialismo dialéctico. Para mim não havia contradição. Eu era acima de tudo um nacionalista africano que combatia pela emancipação face ao domínio da minoria e pelo direito de decidirmos sobre o nosso destino. Mas a África do Sul e o continente africano faziam parte de um mundo maior. Os nossos problemas eram especiais e diferentes, mas não eram únicos, e uma filosofia que colocasse esses problemas

[124]

num contexto internacional e histórico desse mundo maior e do curso da história, era valiosa. Estava decidido a recorrer a todos os meios para suprimir os preconceitos, pôr termo ao chauvinismo e ao nacionalismo violento. Não me tornei comunista para trabalhar com eles. O que descobri foi que entre os nacionalistas e os comunistas africanos eram mais as coisas que os aproximavam do que as que os dividiam. Os cínicos sempre disseram que estávamos a ser usados pelos comunistas. Mas quem seria capaz de afirmar que não os estávamos também a usar?

Se tivéssemos algumas ilusões acerca do Partido Nacionalista antes de este alcançar o poder, depressa as teríamos perdido. A ameaça de pôr os cafres no seu lugar não era simples retórica. Em 1950, para além do Suppression of Communism Act, foram promulgadas mais duas leis que constituíam as pedras basilares do *apartheid*: o Population Registration Act e o Group Areas Act. Como já disse, o Population Registration Act autorizava oficialmente o Governo a classificar todos os sul-africanos de acordo com a raça. A raça tornou-se assim uma questão *sine qua non* da sociedade sul-africana, se é que já não o era antes. Os testes arbitrários e desprovidos de sentido que distinguiram negros de mestiços e mestiços de brancos resultaram muitas vezes em verdadeiras tragédias em que membros da mesma família foram classificados de maneira diferente, conforme uma criança apresentava uma tez mais clara ou mais escura. O lugar onde era permitido viver e trabalhar dependia de distinções tão absurdas com os cabelos mais ou menos encaracolados ou os lábios mais ou menos grossos.

O Group Areas Act constituía o fundamento do *apartheid* residencial. Segundo este diploma legal, cada grupo racial tinha o direito de possuir terras, de ocupar instalações e de negociar apenas na zona que lhe estava reservada. Os indianos só podiam viver nas zonas destinadas aos indianos e o mesmo se passava com os mestiços e os africanos. Quando os brancos estavam interessados nas terras ou nas casas de um dos outros grupos não tinham mais do que declarar a zona como destinada aos brancos e apoderar-se dela. O Group Areas Act deu início à era das deslocações forçadas, em que comunidades africanas, aldeias e cidades inteiras, situadas nas regiões classificadas como zonas urbanas «brancas», foram violentamente recolocadas porque os proprietários brancos da zona não queriam os africanos a viver por perto ou porque simplesmente se queriam apossar das suas terras.

No topo da lista das realocalizações estava Sophiatown, uma vibrante comunidade de mais de cinquenta mil pessoas e um dos mais antigos bairros negros de Joanesburgo. Apesar da pobreza, Sophiatown regurgitava de

vida e era um alfobre do que havia de novo e valioso na vida e na cultura africanas. Mesmo antes das tentativas do Governo para a sua erradicação, Sophiatown tinha para os africanos um valor simbólico desproporcionado com a sua reduzida população.

No ano seguinte o Governo promulgou mais duas leis que atacavam directamente os direitos dos mestiços e dos negros. O Separate Representation of Voters Act tinha por objectivo transferir os mestiços do Cabo para uma lista de votantes separada, esvaziando assim os direitos de que gozavam havia mais de um século. O Bantu Authorities Act abolia o Conselho dos Representantes Nativos, o único órgão de representação nacional indirecta dos africanos, e substituí-a-o por um sistema hierárquico de chefes tribais, nomeado pelo Governo. A ideia era restituir poder aos líderes tradicionais e eminentemente conservadores, com o intuito de perpetuar as diferenças étnicas que se começavam a esbater. As duas leis resumiam a essência do programa do Governo nacionalista, o qual fingia preservar o que na realidade procurava destruir. Publicavam-se leis destinadas a retirar direitos que eram apregoadas como reinstituição desses mesmos direitos.

Os mestiços reagiram à publicação do Separate Representation of Voters Act com a organização de uma gigantesca manifestação na Cidade do Cabo, em Março de 1951, e uma greve no mês de Abril, que levou ao encerramento das lojas e à permanência dos alunos em casa. Foi no contexto deste espírito activista de indianos, mestiços e negros que Walter Sisulu esboçou perante uma assistência reduzida a ideia de um movimento nacional de desobediência civil. Estabeleceu um plano segundo o qual um número escolhido de voluntários, oriundos de todos os grupos, correria deliberadamente o risco de se fazer prender ao desafiar certas leis.

A ideia agradou-me imediatamente, e o mesmo sucedeu com outras pessoas, mas discordei de Walter sobre quem deveria participar. Tinha acabado de ser eleito presidente da Liga da Juventude e competia-me defender a exclusividade da acção dos negros. Como então disse, os africanos comuns têm relutância em participar em acções conjuntas com indianos e mestiços. Embora tivesse feito progressos na minha oposição ao comunismo, continuava a recluir a

influência dos indianos. Para além disso, muitos militantes de base consideravam os indianos exploradores de mão-de-obra nas suas actividades de lojistas e de negociantes.

Walter discordou com veemência e afirmou que os indianos, os mestiços e os negros se encontravam inextricavelmente ligados. O caso foi apresentado numa reunião do Comité Executivo Nacional e a minha opinião foi derrotada, com votos contrários até de alguns exacerbados nacionalistas africanos. Mesmo assim não deixei de insistir e voltei a levantar a questão na conferência nacional realizada em Dezembro de 1951, onde os delegados

[126]

rejeitaram o meu ponto de vista de forma tão liminar como o Comité Executivo Nacional. Refutada a minha ideia pela mais alta instância do ANC, aderi de corpo e alma à resolução tomada. Enquanto o meu discurso em defesa de uma estratégia de acção singularizada foi recebido com aplausos mornos, o discurso que proferi na minha qualidade de presidente da Liga da Juventude, depois de esta ter manifestado a sua concordância com a política de cooperação, foi alvo de uma ovação delirante.

A instâncias de um conselho conjunto, formado pelo doutor Moroka, Walter, J. B. Marks, Yusuf Dadoo e Yusuf Cachalia, a conferência do ANC dirigiu um apelo ao Governo no sentido de revogar o Suppression of Communism Act, o Group Areas Act, o Separate Representation of Voters Act, o Bantu Authorities Act, a lei sobre os passaportes internos e a lei de limitação do número de cabeças de gado, de 29 de Fevereiro de 1952. Esta lei tinha por objectivo declarado reduzir a excessiva zona de pastagens para o gado, embora na realidade se destinasse a extorquir mais terras aos africanos. O conselho resolveu ainda que o ANC organizaria manifestações a 6 de Abril de 1952, como um prelúdio para o arranque da Campanha de Provocação contra as Leis Injustas. Nesse mesmo dia os sul-africanos brancos estariam a festejar o terceiro centenário da chegada de Jan Van Riebeeck ao Cabo, em 1652. O dia 6 de Abril é a data em que os sul-africanos brancos comemoram a fundação do seu país - que os negros apontam como o início de três séculos de escravatura.

O ANC escreveu uma carta ao primeiro-ministro em que lhe dava

conhecimento destas resoluções e da data-limite para revogação das leis. Como a carta tinha de ser assinada pelo doutor Moroka e este não participara na sua redacção, recebi ordens para a levar a casa dele, em Thaba 'Nchu, uma cidade perto de Bloemfontein, no Estado Livre de Orange, uma região do país extremamente conservadora. Estive a ponto de nunca lá chegar.

Algumas semanas antes tinha sido aprovado no exame para a carta de condução. Nesses tempos a carta de condução era uma coisa pouco habitual para um africano, pois eram muito poucos os que tinham automóvel. No dia aprazado pedi um carro emprestado para o exame. Como era um pouco vaidoso, resolvi ser eu próprio a conduzi-lo até ao local. Já estava atrasado, de maneira que conduzi mais depressa do que devia e no cruzamento de uma rua lateral com a via principal colidi com um automóvel que vinha em direcção contrária. Os danos foram mínimos, mas agora era certo que iria chegar atrasado. O outro condutor era um tipo simpático e cada um concordou em suportar as suas despesas.

Quando cheguei ao local do exame observei uma mulher branca que estava à minha frente, também para fazer exame. A condução dela foi impecável. Quando o exame acabou, o examinador disse:

[127]

- Muito obrigado. Agora estacione o carro ali, se faz favor - e com um gesto indicou o local.

O exame tinha corrido muito bem, mas ao tentar estacionar a mulher não contornou devidamente o passeio e a roda traseira bateu no lancil.

O examinador aproximou -se e disse:

- Lamento, minha senhora, mas foi reprovada; terá de marcar outro exame.

Para mim, aquilo foi um balde de água fria. Se o tipo era capaz de fazer uma coisa daquelas a uma mulher branca, que esperança podia eu acalentar? Mas saí-me bem no exame e quando o examinador me mandou estacionar fi-lo

tão devagar que receei que ele me penalizasse por isso.

Assim que pude legalmente conduzir, tornei-me uma espécie de motorista de táxi. Parecia mal não dar boleia aos amigos e aos camaradas. Foi por isso que me encarregaram de levar a carta ao doutor Moroka. Para mim não era um sacrifício, pois sempre gostei de conduzir e ir olhando pela janela. Parecia que as ideias melhores me ocorriam enquanto conduzia pelo campo, com o vento a bater-me na cara.

A caminho de Thaba 'Nchu tive de atravessar Kroonstad, uma cidade conservadora do Estado Livre, cento e oitenta quilómetros a sul de Toanesburgo. Ao subir uma colina vi à minha frente dois rapazes brancos de bicicleta. A minha condução ainda não era muito segura e acerquei-me demasiado dos rapazes. De repente, um deles fez uma curva sem sinalizar e eu bati -lhe. O rapaz caiu da bicicleta e quando saí do automóvel estava no chão a gemer. Fez-me sinal com os braços para o ajudar a levantar se, mas quando ia a fazê-lo passou um camionista branco que me gritou que não tocasse no rapaz. O rapaz assustou -se com a intervenção do camionista, deixou cair os braços e disse que não queria que o levantasse. Como não estava muito ferido, o camionista levou-o para a esquadra, que era perto.

Quando a polícia chegou, pouco depois, o sargento branco olhou para mim e disse:

- *Kaffer, jy sal kak vandag!* (Cafre, hoje vais-te cagar todo!)

Fiquei abalado pelo acidente e pela violência daquelas palavras, mas respondi-lhe à letra que só cagava quando queria e não quando um polícia me mandava. O sargento tirou do bolso um bloco e anotou os meus dados. Os polícias africânderes já ficavam espantados quando encontravam um negro que falasse inglês, quanto mais um que se atrevia a responder-lhes.

Depois de me ter identificado, o polícia voltou ao automóvel, que começou a vasculhar. Debaixo do tapete encontrou um exemplar do semanário esquerdista *The Guardian*, que eu tinha escondido logo após o acidente. (A carta do doutor Moroka tinha-a metido dentro da camisa.) Olhou para o título e ergueu-o no ar, como se fosse um troféu:

- *Wragtig ons het 'n Kommunis gevang!* - gritou. (Palavra de honra, apanhámos um comunista!)

E afastou-se, sempre a brandir o jornal.

O sargento regressou quatro horas depois, acompanhado por outro sargento. Este, que também era africânder, estava decidido a agir com correcção. Disse que tinha de fazer medições do local do acidente para os registos da polícia. Respondi-lhe que não era apropriado tirar medidas à noite quando o acidente tinha ocorrido durante o dia. Disse ainda que tencionava passar a noite em Thaba 'Nchu e que não podia permanecer em Kroonstad. O sargento lançou-me um olhar impaciente e perguntou:

- Como te chamas?

- Mandela - respondi.

- Não, o primeiro nome.

Satisfiz-lhe a curiosidade.

- Nelson - disse o sargento, como se estivesse a falar com um garoto -, gostaria de te ajudar a retomar a viagem. Mas se te fazes difícil não tenho outro remédio senão meter-te na cadeia por esta noite.

Aquilo fez-me descer à terra e concordar com as medições.

Retomei a viagem já tarde e na manhã seguinte, quando atravessava o distrito de Excelsior, o carro parou. Não tinha gasolina. Fui a uma quinta que ficava perto e expliquei em inglês a uma senhora branca e idosa que precisava de comprar gasolina. A velhota fechou-me a porta na cara e disse: - Não tenho gasolina para ti.

Calcorreei os três quilómetros que me separavam da fazenda seguinte e, causticado pelo insucesso anterior, resolvi mudar de táctica. Pedi para ver o dono da quinta e quando ele apareceu adoptei uma atitude humilde.

- O meu *baas* ficou sem gasolina - disse eu.

(*Baas* é a palavra africânder para patrão e senhor e transmite a ideia de subserviência).

O fazendeiro, aliás muito simpático e prestável, era parente do primeiro-ministro Strydom. Estou convencido de que me teria dado a gasolina mesmo que não tivesse usado a humilhante palavra *bass*.

O encontro com o doutor Moroka foi menos acidentado do que a minha viagem. Concordou com a carta e eu regressei a Joanesburgo sem incidentes. A carta endereçada ao primeiro-ministro sublinhava que o ANC tinha esgotado todos os meios constitucionais ao seu dispor para defender os nossos direitos e que exigíamos a revogação das seis leis injustas» até 29 de Fevereiro desse ano (1952). Findo esse prazo enveredaríamos por acções à margem da Constituição. A resposta de Malan, assinada pelo seu secretário pessoal, foi que os brancos tinham por inerência o direito de tomar as medidas necessárias para preservar a sua identidade enquanto comunidade separada e terminava com a ameaça de que se persistíssemos o Governo não hesitaria em fazer uso da força para reprimir as perturbações da ordem.

[129]

Esta recusa liminar e seca de Malan foi para nós uma declaração de guerra. Não tínhamos alternativa senão recorrer à desobediência civil, de modo que nos preparámos para uma acção de massas a sério. O recrutamento e treino dos voluntários era uma das tarefas essenciais da campanha, e em grande parte seria eu o responsável pelo seu êxito ou fracasso. No dia 6 de Abril ocorreram algumas manifestações preliminares em Joanesburgo, Pretória, Port Elizabeth, Durban e na Cidade do Cabo. Enquanto o doutor Moroka se dirigia à multidão na Freedom Square, em Joanesburgo, eu arengava a um grupo de potenciais voluntários no Sindicato dos Operários Têxteis. Expliquei a um grupo de várias centenas de negros, indianos e mestiços que ser voluntário era um dever difícil e perigoso e que as autoridades procurariam intimidá-los, prendê-los e mesmo agredi-los. Fosse qual fosse a atitude das autoridades, os voluntários não podiam retaliar para não comprometerem toda a acção. Tinham de responder à violência com a não, violência e a disciplina tinha de ser mantida a todo o custo.

No dia 31 de Maio, os dirigentes executivos do SAI C e do AN C reuniram-se em Port Elizabeth e anunciaram o início da Campanha de Provocação para 26 de Junho, aniversário do Dia Nacional de Protesto. Formaram também um Comité de Acção Nacional para dirigir a campanha e uma Comissão Nacional de Voluntários para recrutar e treinar os que se apresentassem. Fui nomeado chefe dos voluntários nacionais da campanha e presidente do comité e da comissão. Era responsável pela organização da campanha, pela coordenação das filiais regionais, pelo recrutamento dos voluntários e pela angariação de fundos.

Discutimos também se a campanha se deveria pautar pelos princípios da não, violência postulados por Gandhi ou se por aquilo a que o Mahatma chamava *satyagraha*, a não, violência que procura conquistar pela conversão. Houve quem advogasse a não, violência por motivos puramente éticos, por ser superior a qualquer outro método. Esta ideia foi firmemente reiterada por Manilal Gandhi, filho do Mahatma e editor do jornal *Indian Opinion* e que também era membro destacado do SAI C. Com os seus modos amáveis, Gandhi era a personificação da não, violência e insistiu para que a campanha se desenrolasse à semelhança daquela que o pai empreendera na Índia.

Havia também quem pensasse que devíamos abordar a questão não sob o ponto de vista dos princípios, mas da tática, e que os métodos a utilizar deviam ser os exigidos pelas circunstâncias. Se fosse possível vencer os inimigos por via de um determinado método ou tática, então deveria ser utilizado esse método ou tática. Só que o Estado tinha muito mais força do que nós e qualquer acto de violência da nossa parte seria impiedosamente reprimido. Mais do que uma opção, a não, violência tornava-se assim um imperativo de ordem prática. Era esse o meu ponto de vista. Considerava

[130]

a não, violência proposta por Gandhi não como um princípio inviolável mas como uma opção tática a ser usada quando a situação assim exigia. O princípio não era tão importante que devesse ser respeitado mesmo quando isso levava à derrota, como Gandhi acreditava. Concordei com protestos não violentos enquanto fossem eficazes. Esta perspectiva prevaleceu, malgrado as fortes objecções de Manilal Gandhi.

O conselho conjunto acordou ainda um programa de não cooperação e não, violência por tempo indeterminado. Foram propostos dois patamares de contestação. Na primeira fase, um pequeno grupo de voluntários bem treinados violaria algumas leis criteriosamente escolhidas em meia dúzia de zonas urbanas. Deviam entrar sem autorização em zonas proibidas e usar as instalações reservadas aos brancos, tais como lavabos, compartimentos dos caminhos-de-ferro, salas de espera e postos de correios. Deviam também permanecer ostensivamente na cidade depois do recolher obrigatório. Cada grupo de provocadores tinha o seu chefe, o qual informaria antecipadamente a polícia do acto de desobediência para que as detenções se pudessem realizar, com um mínimo de perturbação da ordem. Para a segunda fase estava prevista a contestação pelas massas, acompanhada por greves e outras medidas que afectassem a produtividade industrial.

Antes da inauguração da Campanha de Provocação, realizou-se no dia 22 de Junho, em Durban, um comício a que foi dado o nome de Dia dos Voluntários. O chefe Luthuli, presidente do ANC do Natal, e o doutor Naicker, presidente do Congresso Indiano do Natal, discursaram e envolveram-se nessa campanha. Eu, que tinha ido de automóvel até Durban, onde chegara no dia anterior, fui o orador principal. Perante uma audiência de cerca de dez mil pessoas afirmei que a Campanha de Provocação seria a mais vigorosa jamais empreendida pelas massas oprimidas da África do Sul. Nunca antes me tinha dirigido a uma multidão assim e a experiência foi exaltante. Não se fala a uma multidão da mesma maneira que se interpela uma assistência de vinte ou trinta pessoas. No entanto, sempre tive o mesmo cuidado de explicar os assuntos, quer as audiências fossem numerosas quer reduzidas. Disse às pessoas que estavam prestes a fazer história e a chamar a atenção do mundo para as políticas racistas da África do Sul. Sublinhei também que a unidade entre os oprimidos - negros, mestiços, indianos - se tinha tornado uma realidade no nosso país.

Por todo o território, aqueles que no dia 26 de Junho desafiaram as autoridades fizeram-no com coragem, entusiasmo e sentido da história. A campanha começou às primeiras horas do dia em Port Elizabeth, onde trinta e três voluntários, sob o comando de Raymond Mhlaba, penetraram numa estação de caminho-de-ferro pela porta reservada aos brancos e foram detidos. Entraram a cantar canções de liberdade, sob os aplausos dos amigos

e das famílias. *Mayibuye Afrika!* (Volta, África!) era o grito que proferiam e que a multidão repetia em resposta.

Na manhã do dia 26 fiquei no escritório do ANC a supervisionar as manifestações de protesto. Estava previsto que os voluntários do Transval entrassem em acção ao meio-dia num subúrbio negro de Boksburg, a leste de Joanesburgo. Chefiados pelo reverendo N. B. Tantsi, desafiariam a prisão ao entrar no bairro sem autorização. O reverendo Tantsi era um homem de idade avançada, ministro da Igreja Metodista Episcopal Africana e presidente em exercício do ANC do Transval.

Ao fim da manhã, continuava à espera que o reverendo Tantsi chegasse de Pretória, quando ele me telefonou para o escritório. Com a tristeza na voz, Tantsi informou-me que o médico o tinha proibido de tomar parte no protesto e de se arriscar a ser preso. Garanti-lhe que lhe daríamos roupas quentes e que só passaria uma noite na cadeia, mas sem resultado. Foi um grave revés, pois o reverendo Tantsi era uma figura conhecida e respeitada e tinha sido escolhido para mostrar às autoridades que não éramos apenas um bando de jovens arruaceiros.

Para substituir o reverendo Tantsi depressa encontrámos outra figura venerável, Nana Sita, presidente do Congresso Indiano do Transval, que já tinha passado um mês na prisão por resistência passiva durante a campanha de protesto de 1946. Apesar da idade avançada e de sofrer de artrite aguda, Sita era um lutador e aceitou chefiar os provocadores.

De tarde, quando nos preparávamos para seguir para Boksburg, apercebi-me de que o secretário do ANC do Transval tinha desaparecido. Estava previsto que ele acompanhasse Nana Sita a Boksburg. Perante este novo problema, voltei-me para Walter e disse:

- Tens de ir tu!

Era a nossa primeira acção no Transval e precisávamos de ter figuras de peso à frente dos manifestantes, pois de outro modo pareceria que os líderes se deixavam ficar na retaguarda enquanto as massas desafiavam a linha de fogo. Embora Walter fosse um dos organizadores e a sua intervenção estivesse prevista

para mais tarde, concordou de imediato. A minha preocupação maior foi o facto de ele vestir um fato, pouco apropriado para estar na prisão, mas entretanto arranjámos-lhe outras roupas velhas mais consentâneas com a ocasião.

Partimos então para Boksburg, onde eu e Yusuf Cachalia tencionávamos entregar uma carta ao magistrado local, a avisá-lo de que nesse dia cinquenta dos nossos voluntários entrariam na sua zona jurisdicional sem a devida autorização. Ao chegarmos ao gabinete do magistrado deparou-se-nos grande número de jornalistas e fotógrafos. Quando entreguei o sobrescrito ao magistrado, os fotógrafos entraram em acção. O magistrado esquivou-se aos *flashes* e convidou-nos a entrar no seu gabinete para conversarmos

[132]

sobre o assunto em privado. Era um homem sensato, que nos disse que o seu gabinete estaria sempre à nossa disposição, mas avisou-nos de que a publicidade excessiva só poderia piorar as coisas.

Do gabinete do magistrado fomos directamente para o subúrbio, onde a manifestação já tinha começado, e a perto de um quilómetro já se ouviam as vozes poderosas dos nossos voluntários e da multidão que se tinha juntado para lhes dar apoio. Quando chegámos ao local encontrámos fechadas as grades metálicas que vedavam o acesso ao subúrbio e os nossos voluntários pacientemente à espera que fossem abertas. Eram ao todo cinquenta e dois, entre negros e indianos, para além de uma multidão entusiasta, composta por várias centenas de espectadores e jornalistas. À frente dos voluntários estava Walter; a sua presença evidenciava a importância que atribuíamos ao protesto. Mas o espírito que animava os voluntários era Nana Sita, que apesar da artrite se movimentava entre eles, a dar-lhes palmadas nas costas e a instilar-lhes confiança.

O impasse durou mais ou menos uma hora. A polícia mostrava-se invulgarmente contida e aquele comportamento intrigou-nos. Seria uma estratégia para cansar os voluntários? Ou estariam à espera que os jornalistas se fossem embora para iniciarem o massacre a coberto da noite? Ou sentir-se-iam perante o dilema de que se nos prendessem - o que seria normal estariam a fazer precisamente aquilo que pretendíamos? Enquanto ponderávamos tudo isto, a

situação alterou-se bruscamente. A polícia mandou abrir as portas. Os voluntários entraram de rompante, em violação da lei. Um tenente da polícia soprou um apito e segundos depois os voluntários estavam cercados e começavam a ser presos. A campanha estava em marcha. Os manifestantes foram levados para a esquadra local e formalmente acusados.

Nessa noite, os líderes do Comité de Acção, do qual eu fazia parte juntamente com Yusuf Cachalia e Oliver Tambo, reUNIPam-se na cidade para analisar os acontecimentos do dia e planejar as acções da semana seguinte. Estávamos perto do local onde um segundo lote de provocadores, dirigido por Flag Boshielo, presidente do órgão central do ANC, desafiava a prisão. Pouco depois das onze horas ouvimo-los marchar em uníssono pela rua; às onze horas entrava em vigor o recolher obrigatório e os africanos só podiam circular com autorização.

Sáimos da reunião à meia-noite. Eu estava exausto e não pensava em provocar ninguém, só queria uma refeição quente e uma noite bem dormida. Nesse momento, um polícia aproximou-se de mim e de Yusuf. Era óbvio que nos dirigíamos para casa, que não estávamos a protestar.

- Não, Mandela! - gritou o polícia. - Não penses que escapas. Apontou com o bastão para o furgão da polícia, estacionado a pouca distância e ordenou:

[133]

- Lá para dentro.

Apeteceu-me explicar-lhe que a minha missão era dirigir a campanha e que a minha detenção só estava prevista para daí a vários dias, mas seria ridículo. Ao ser preso, Yusuf ria à gargalhada com a ironia da situação. Foi bom ver o seu sorriso enquanto a polícia o levava.

Alguns instantes depois encontrámo-nos entre os mais de cinquenta voluntários dirigidos por Flag Boshielo que tinham sido levados nos furgões até Marshall Square, o edifício de tijolo vermelho onde estava instalada a polícia. Como líderes do Comité de Acção preocupava-nos o que pensariam os outros da nossa ausência, e quem teria ficado à testa da campanha. Mas o estado de espírito não podia ser melhor. Mesmo a caminho da prisão os furgões ressoavam

com as vozes poderosas dos voluntários que entoavam *Nkosi Sikelel' iAfrika!* (Deus abençoe a África!), o belo e emocionante hino nacional sul-africano.

Na primeira noite, na parada do quartel, um dos nossos foi tão violentamente empurrado por um guarda que caiu por uns degraus e fracturou um tornozelo. Censurei o guarda pelo seu comportamento e ele respondeu-me com um pontapé na canela. Exigi que o ferido recebesse assistência médica, e demos início a um protesto veemente. Fomos secamente informados de que o ferido poderia solicitar um médico no dia seguinte, se essa fosse a sua vontade. Sofreu dores terríveis durante toda a noite.

Antes disso já tinha estado esporadicamente na prisão, mas aquela foi a minha primeira experiência a sério. Marshall Square era suja, escura e sinistra, mas estávamos juntos e tão animados e excitados que mal dei pelo que me rodeava. A camaradagem dos nossos companheiros de protesto fez que os dois dias passassem num ápice.

Durante o primeiro dia da Campanha de Provocação foram mais de duzentos e cinquenta os voluntários que transgrediram algumas leis injustas e por isso foram presos. Foi um começo auspicioso. As nossas forças mostraram-se ordeiras, disciplinadas e confiantes.

Ao longo dos cinco meses seguintes foram oito mil e quinhentas as pessoas que participaram na campanha. Médicos, operários fabris, advogados, professores, estudantes, sacerdotes, todos protestaram e foram encarcerados. Cantavam: «Hei, Malan! Abre as portas da prisão. Queremos entrar.» A campanha alastrou do Witwatersrand a Durban, Port Elizabeth, East London e Cidade do Cabo, bem como a cidades mais pequenas das províncias oriental e ocidental do Cabo. A resistência estendeu-se mesmo às zonas rurais. Na maioria dos casos as transgressões foram menores e as penas não foram além de algumas noites ou semanas na prisão, com alternativa de uma coima que raramente excedeu as dez libras. A campanha foi largamente publicitada e o número de filiados no ANC saltou de vinte mil

para cem mil com o aumento mais espectacular no Cabo Oriental, onde se inscreveram metade dos novos membros.

Durante os seis meses da campanha viajei imenso por todo o país. Em geral ia de automóvel e começava as viagens de noite ou ao raiar do dia. Andei pelo Cabo, pelo Natal e pelo Transval, a explicar os objectivos da campanha perante pequenos grupos, às vezes de casa em casa, nos subúrbios. Por vezes a minha tarefa consistia em aplanar diferendos em zonas onde havia acções em preparação ou onde tinham ocorrido recentemente. Nesse tempo, em que a comunicação de massas entre os africanos era rudimentar ou inexistente, o interesse pela política resumia-se aos problemas locais. Tivemos de conquistar as pessoas uma por uma.

Em certa ocasião fui ao Cabo Oriental para resolver um diferendo em que estava envolvido Alcott Gwentshe, que dirigia a campanha em East London. Gwentshe era um caixeiro de loja bem-sucedido que tinha desenvolvido em East London uma acção importante na organização do boicote ao trabalho no dia 26 de Junho, dois anos antes. Fizera uma breve passagem pela prisão no começo da Campanha de Provocação. Era um homem forte e capaz, mas um individualista que não dava atenção às opiniões do conselho executivo e que empreendia acções sem consultar ninguém. Desta vez tinha-se metido em sarilhos com o executivo local, na maioria composto por intelectuais.

Gwentshe sabia como tirar partido das circunstâncias para desacreditar os seus opositores. Arengava aos filiados locais, que eram operários e dizia, em xossa, nunca em inglês, que era a língua dos intelectuais:

- Camaradas, julgo que vocês sabem o que tenho sofrido por causa desta luta. Tinha um bom emprego, que perdi quando fui preso no início da Campanha de Provocação. Agora que saí da prisão, esses intelectuais vêm ter comigo e dizem: «Gwentshe, somos mais cultos do que tu, somos mais competentes do que tu, quem dirige a campanha somos nós.»

Quando aprofundei o assunto, percebi que Gwentshe tinha de facto ignorado os conselhos do executivo. Mas o povo estava do lado dele e ele tinha criado um grupo de voluntários disciplinado e bem organizado que protestara de forma ordeira mesmo quando Gwentshe estava na prisão. Embora pensasse que Gwentshe tinha feito mal em desrespeitar o conselho executivo, a verdade é que estava a fazer um bom trabalho e a sua reputação era tão sólida que não podia ser

afastado. Quando me encontrei com os membros do executivo expliquei-lhes que não era prático tomar qualquer medida naquele momento e que se queriam remediar a situação teriam de derrotá-lo nas eleições seguintes. Foi uma das ocasiões em que me apercebi da imprudência de afrontar as massas. Não vale a pena empreender uma acção com a qual as massas não concordem, pois não será possível implementá-la.

[135]

O Governo viu a campanha como uma ameaça à sua segurança e à política do *apartheid*. Para o Governo, a desobediência civil não era uma forma de protesto, mas um crime, e inquietava-os a cooperação cada vez mais estreita entre os negros e os indianos. O *apartheid* tinha por finalidade a divisão entre os grupos raciais e a nossa acção mostrava que podiam colaborar entre si. A perspectiva de uma frente unida entre africanos e indianos, entre moderados e radicais, causava-lhes grande preocupação. Os nacionalistas afirmavam que a campanha era instigada e dirigida por agitadores comunistas. O ministro da Justiça anunciou para breve a promulgação de legislação que poria cobro aos protestos, uma ameaça que pôs em prática durante a sessão legislativa parlamentar de 1953 com a aprovação do Public Safety Act, que conferia ao Governo o poder de declarar a lei marcial e de prender pessoas sem julgamento, e do Criminal Laws Amendment Act, que autorizava castigos corporais para os prevaricadores.

O Governo empreendeu ainda uma série de manobras clandestinas destinadas a desestabilizar a campanha. A máquina de propaganda governamental proclamou repetidamente que os instigadores da campanha viviam com todo o conforto enquanto as massas jaziam na cadeia. Esta afirmação estava longe de ser verdadeira, mas alcançou algum crédito. Infiltraram espiões e agentes provocadores na organização. O ANC acolhia de braços abertos todos os que quisessem aderir. Apesar de os nossos voluntários serem cuidadosamente escrutinados antes da selecção, a polícia conseguiu penetrar não só nas organizações locais como nos próprios grupos de protesto. Quando fui preso e mandado para Marshall Square, reparei em dois indivíduos entre os voluntários, um dos quais nunca antes tinha visto. Vestia-se de maneira pouco habitual numa prisão, de fato e gravata, sobretudo e um lenço de seda ao pescoço. Que espécie de pessoa vai assim vestida para a cadeia? O tipo chamava-se Ramaila e no terceiro dia, quando estávamos prestes a ser libertados,

desapareceu.

O outro fulano chamava-se Makhanda e distinguia-se pela pose marcial. Estávamos todos no pátio, muito alegres e bem-dispostos. Os voluntários desfilaram perante mim e Yusuf e saudaram-nos. Makhanda, que era alto e magro, marchou com o aprumo de um soldado e saudou com um gesto brusco e elegante. Alguns companheiros troçaram dele, dizendo que devia ser polícia para fazer tão bem a continência.

Makhanda tinha trabalhado como porteiro no quartel-general do ANC. Era muito trabalhador e uma figura popular entre o pessoal porque saía para comprar peixe e batatas fritas quando alguém tinha fome. Durante

[136]

um julgamento posterior, descobrimos que tanto Ramaila como Makhanda eram espões da polícia. Ramaila testemunhou que se tinha infiltrado entre os grupos de protesto; quanto ao nosso «fiel» Makhanda, era afinal o sargento detective Motlounge.

De uma maneira geral, os africanos que trabalhavam como espões dos seus irmãos faziam-no por dinheiro. Na África do Sul havia muitos negros que entendiam que qualquer contestação ao homem branco era uma temeridade condenada ao fracasso; o homem branco era demasiado esperto e poderoso. Para esses espões, não éramos uma ameaça à estrutura do poder branco mas aos interesses dos negros, pois os brancos passariam a maltratar todos por causa do comportamento de alguns agitadores.

No entanto, houve polícias negros que nos ajudaram em segredo. Eram tipos honestos que se viam perante um dilema moral. Queriam ser leais a quem lhes dava emprego e precisavam do dinheiro para sustentar as famílias, mas simpatizavam com a nossa causa. Tínhamos um entendimento com alguns elementos da polícia de segurança que nos informavam de quando havia uma rusga. Esses homens eram patriotas que arriscavam a vida para ajudar a nossa luta.

Contudo, o Governo não era o único obstáculo que tínhamos de enfrentar. Havia quem nos pudesse ajudar e, pelo contrário, só nos causasse

embaraços. No auge da Campanha de Provocação, o Partido Unido enviou dois dos seus deputados convencer-nos a abandonar a campanha. Disseram que se desistíssemos em resposta a um apelo formulado por J. G. N. Strauss, o líder do partido, estaríamos a ajudá-los a derrotar os nacionalistas nas eleições seguintes. Rejeitámos a proposta, e Strauss passou a atacar-nos com o mesmo desprezo que nos votavam os nacionalistas.

Estivemos também sob a mira de fogo de um grupo dissidente do ANC intitulado National Minded Bloc. Chefiado por Selothe Thema, um ex-membro do Comité Executivo Nacional, o grupo desligou-se do ANC quando J. B. Marks foi eleito presidente do ANC do Transval. Thema, que era o editor do jornal *Bantu World*, atacou ferozmente a campanha no seu jornal, alegando que os comunistas se tinham apoderado do ANC e que os indianos exploravam os africanos. Afirmava ainda que os comunistas se tinham tornado mais perigosos do que quando estavam na clandestinidade e que os interesses económicos dos indianos entravam em conflito com os dos africanos. Embora estivesse em minoria dentro do ANC, os seus pontos de vista eram bem acolhidos entre alguns membros radicais da Liga da Juventude.

Em Maio, quando a Campanha de Provocação ia a meio, J. B. Marks foi proscrito a coberto do Suppression of Communism Act, de 1950, por «promover os objectivos do comunismo». A proscrição era uma ordem

[137]

emanada do Governo que em geral implicava a demissão do cargo ocupado numa determinada organização e restringia o direito de assistir a reuniões de qualquer espécie. Uma espécie de prisão sem grades. Para que um indivíduo fosse proscrito, o Governo não precisava de provas nem de formular acusações; o ministro da Justiça declarava simplesmente a proscrição. Era uma estratégia destinada a afastar o indivíduo em causa da luta enquanto lhe concedia um espaço estreito para viver à margem da política. Violar ou ignorar uma ordem de proscrição era um convite ao encarceramento.

Na conferência do Transval, em Outubro desse ano, o meu nome foi proposto como substituto de J. B. Marks, que me recomendara como seu

sucessor. Eu era então presidente da Liga da Juventude e o principal candidato ao lugar de Marks, mas a minha candidatura teve a oposição de um grupo dentro do ANC do Transval, que se intitulava *Bafabegiya*, «Os que morrem a dançar». Era composto sobretudo por ex-comunistas que agora eram adeptos extremistas do nacionalismo africano. A intenção do grupo era cortar todas as ligações com os activistas indianos e orientar o ANC no sentido de uma estratégia de maior confronto. Eram liderados por MacDonald Maseko, um ex-comunista que tinha sido presidente da filial do ANC em Orlando durante a Campanha de Provocação, e por Seperepere Marupeng, o principal voluntário da campanha no Witwatersrand. Tanto Maseko como Marupeng tencionavam candidatar-se à presidência do ANC do Transval.

Marupeng era considerado um demagogo. Envergava um uniforme militar de caqui com dragonas e botões dourados e usava um bastão semelhante ao do famoso marechal Montgomery. Nos comícios, subia ao estrado, com o bastão debaixo do braço, e proclamava:

- Estou farto de esperar pela liberdade. Quero a liberdade, já! Vou interpelar Malan e dizer-lhe o que quero. - Batia então com o bastão no pódio e gritava: - Quero a liberdade, já!

Graças a discursos como este, Marupeng tornou -se extremamente popular durante a Campanha de Provocação, mas numas eleições a popularidade é apenas um dos factores. Pensava que chegava à presidência apenas porque se tinha recentemente destacado. Antes das eleições, quando se soube que eu era um dos candidatos, abordei-o e disselhe:

- Gostaria que te candidatasses às eleições do conselho executivo para que trabalhasses a meu lado quando for presidente.

Marupeng considerou estas palavras um insulto, que eu o estava a diminuir e manteve a candidatura à presidência. Mas calculou mal e eu venci as eleições com uma maioria esmagadora.

No dia 30 de Julho de 1952, estava a Campanha de Provocação no auge, trabalhava na firma de advogados H. M. Basner quando a polícia apareceu com um mandado de captura em meu nome. A acusação era a violação

do Suppression of Communism Act. O Estado procedeu a uma série de detenções simultâneas dos líderes da campanha em Joanesburgo, Port Elizabeth e Kimberley. Nesse mesmo mês, a polícia tinha efectuado rusgas aos escritórios e habitações de dirigentes do ANC e do SAIC de todo o país, confiscando diversos documentos. Este tipo de rusga era algo de novo e veio a estabelecer o padrão das buscas ilegais e abusivas que passaram a ser uma constante das práticas governamentais.

A minha detenção e a dos outros culminou num julgamento que teve lugar em Setembro, em Joanesburgo, com vinte e um réus, entre os quais os presidentes e os secretários-gerais do ANC, do SAIC, da Liga da Juventude do ANC e do Congresso Indiano do Transval. Entre os réus contavam-se o doutor Moroka, Walter Sisulu e J. B. Marks. Também foram presos numerosos dirigentes indianos, entre os quais o doutor Dadoo, Yusuf Cachalia e Ahmed Kathrada.

As nossas aparições em tribunal tornaram-se pretexto para exuberantes comícios políticos. Pelas ruas de Joanesburgo desfilaram multidões em protesto, que convergiram para o tribunal. Havia estudantes brancos da Universidade de Witwatersrand, veteranos do ANC, vindos de Alexandra, crianças indianas das escolas primárias e secundárias, pessoas de todas as idades e raças. Nunca antes o tribunal tinha sido inundado por uma multidão semelhante. A sala de audiências estava apinhada de gente e as diligências eram a todo o momento interrompidas por gritos de *Mayibuye Afrika!*

O julgamento devia ter sido um momento de firmeza e solidariedade, mas foi frustrado pela quebra de palavra do doutor Moroka. O presidente do ANC nacional e figura de proa da campanha deixou-nos atónitos ao recorrer ao seu próprio advogado. O nosso plano era sermos julgados em conjunto. Os outros réus designaram-me para debater o assunto com o doutor Moroka, numa tentativa de o persuadir a não se distanciar de nós. Na véspera do julgamento fui visitá-lo em Village Deep, Joanesburgo.

No início do encontro sugeri-lhe algumas alternativas, mas ele não se mostrou interessado e aproveitou para apresentar as suas razões de queixa. O doutor Moroka sentia que tinha sido excluído da planificação da campanha. No

entanto, sempre se mostrara desinteressado dos assuntos do ANC, e satisfeito com isso. Frisou que aquilo que mais o incomodava era ser defendido em conjunto com os outros réus, pois isso seria associá-lo a comunistas. O doutor Moroka partilhava a animosidade do Governo para com o comunismo. Discuti com ele e disselhe que era tradição do ANC trabalhar com quem quer que fosse contra a opressão racial. Mas o doutor Moroka mostrou -se inabalável.

O pior de tudo foi quando apresentou um humilhante pedido de desculpas ao juiz Rumpff e ocupou o banco das testemunhas para abjurar todos os princípios que enformavam o ANC desde a sua fundação. Quando lhe

[139]

perguntaram se na África do Sul devia haver igualdade entre negros e brancos, o doutor Moroka respondeu que nunca tal havia de acontecer. Assistimos à cena, esmagados pelo desespero. Quando o advogado do doutor Moroka lhe perguntou se entre os réus havia comunistas, ele começou a designar pessoas com o dedo, entre elas Walter e o doutor Dadoo. O juiz esclareceu -o de que isso não era necessário.

O espectáculo oferecido pelo doutor Moroka foi um rude golpe na organização e todos perceberam que os seus dias como presidente estavam contados. Tinha cometido o pecado capital de colocar os seus interesses acima dos interesses da organização e do povo. Não queria pôr em risco a sua carreira de médico e a sua fortuna, e assim destruiu a imagem que tinha criado ao longo de três anos de trabalho corajoso ao serviço do ANC e da Campanha de Provocação. Para mim, aquilo foi uma tragédia, pois a falta de firmeza evidenciada no tribunal pelo doutor Moroka roubou um pouco do esplendor da nossa acção. O homem que tinha andado pelo país a pregar a importância da campanha acabava de a trair.

No dia 2 de Dezembro, o juiz Rumpff considerou-nos todos culpados daquilo que definiu como «comunismo institucional» - diferente daquilo que «é geralmente conhecido por comunismo». De acordo com o estatuído no Suppression of Communism Act, praticamente todas as pessoas que se opunham ao Governo podiam ser acusadas - e condenadas - por serem comunistas «institucionais», mesmo que nunca tivessem pertencido ao partido. O juiz, que

era um homem razoável e de espírito aberto, disse que, embora tivéssemos planeado actos que iam do «franco desrespeito pela lei até algo equiparável a alta traição», admitia que tínhamos insistentemente aconselhado os nossos filiados para que a «acção fosse pacífica e evitassem a violência sob qualquer forma». Fomos condenados a nove meses de prisão com trabalhos forçados, com pena suspensa por dois anos.

Cometemos muitos erros, mas a Campanha de Provocação assinalou um novo capítulo no nosso combate. As seis leis que tínhamos tomado como alvo não foram revogadas, mas nunca tínhamos acalentado essa ilusão. Tinham sido escolhidas por constituírem o fardo mais imediato na vida quotidiana das pessoas e a melhor maneira de recrutar o maior número possível para a nossa luta.

Antes da campanha, o ANC falava mais do que agia. Não tínhamos organizadores pagos, nem pessoal, e os filiados pouco mais faziam do que dar à causa um apoio simbólico e inconsequente. Em resultado da campanha, o número de membros subiu para cem mil. O ANC emergiu como uma verdadeira organização de massas, dotado de um corpo impressionante de activistas experientes que arrostavam com a polícia, os tribunais e as cadeias. Foi suprimido o estigma geralmente associado ao encarceramento.

[140]

Foi uma vitória importante, pois o medo da prisão é um inconveniente tremendo numa luta de libertação. Depois da Campanha de Provocação, ser preso tornou-se uma honrosa distinção para os africanos.

Ficámos muito orgulhosos pelo facto de, durante os seis meses da campanha, não se ter registado um único acto de violência do nosso lado. A disciplina dos nossos resistentes foi exemplar. Já para o final da campanha, ocorreram motins em Port Elizabeth e em East London, nos quais foram mortas mais de quarenta pessoas. Embora essas perturbações da ordem nada tivessem a ver com a campanha, o Governo procurou associá-las. Neste particular foi bem-sucedido, porque os motins fizeram mudar de opinião alguns brancos, que até então tinham demonstrado simpatia pela nossa causa.

Dentro do ANC havia quem alimentasse expectativas ir realistas de que a campanha levaria à queda do Governo. Recordámos a essas pessoas que o objectivo da campanha era chamar a atenção para as nossas dificuldades, não erradicá-las. Responderam-nos que o Governo estava encurralado e que a campanha devia prosseguir por tempo indeterminado. Nesse momento entrei na conversa para dizer que o Governo era demasiado forte e impiedoso para ser derrubado assim. Podíamos causar-lhe embaraços, mas fazê-lo cair com a Campanha de Provocação seria impossível.

Como se veio a verificar, a campanha arrastou-se por demasiado tempo. Devíamos ter dado ouvidos ao doutor Xuma. No final da campanha, o Comité de Planeamento reuniu-se com o doutor Xuma, que nos avisou de que em breve a campanha perderia ímpeto e que seria sensato desmobilizá-la antes que isso acontecesse. Pôr termo à campanha enquanto ainda estávamos na ofensiva teria sido um gesto astuto que encheria as primeiras páginas dos jornais. O doutor Xuma tinha razão: pouco depois a campanha afrouxou, mas, levados pelo entusiasmo e pela arrogância, não prestámos a devida atenção ao seu conselho. O meu coração queria que a campanha continuasse e a minha cabeça dizia-me que a devia parar. Advoguei o fim do processo, mas deixei-me levar pela maioria. Pelo final do ano, a campanha afundou-se.

A campanha nunca foi para além do estádio inicial de pequenos grupos de provocadores urbanos. O protesto de massas nunca foi conseguido, em especial nas zonas rurais. Só na Província do Cabo Oriental, onde eclodiu um poderoso movimento de resistência, é que conseguimos chegar à segunda fase. De uma maneira geral não conseguimos penetrar nas zonas rurais, uma fragilidade histórica do ANCA campanha também se ressentiu de não dispormos de organiza dores a tempo inteiro. Eu procurava organizar a acção ao mesmo tempo que trabalhava na minha profissão de advogado, o que não é maneira de dirigir uma acção de massas. Continuávamos a ser amadores.

[141]

Mesmo assim, experimentei uma grandiosa sensação de satisfação e de dever cumprido. Tinha-me empenhado numa causa justa e tivera a força necessária para lutar e vencer. A campanha libertou - me de qualquer resquício de inferioridade que ainda pudesse sentir; libertou-me da sensação de

esmagamento sob o poder e invencibilidade do homem branco e das suas instituições. Agora que os brancos tinham sentido a força dos meus punhos podia caminhar direito 'como um homem e olhar toda a gente nos olhos com a dignidade que decorre de não ter sucumbido à opressão e ao medo. Tinha - me tornado um verdadeiro combatente da liberdade.

[142]

Parte quatro

A luta é a minha vida

Na conferência anual do ANC, no final de 1952, houve um render da guarda. A organização designou um presidente mais vigoroso para uma era nova e mais activista: o chefe Albert Luthuli. Em conformidade com os estatutos, na minha qualidade de presidente provisório do ANC do Transval, ocupei um dos quatro lugares de vice-presidente. Para além disso, o Comité Executivo Nacional nomeou-me primeiro vice-presidente, cumulativamente com o meu cargo no Transval. Luthuli era um dos chefes tradicionais que desempenhavam um papel activo dentro do ANC e se opunham com firmeza às políticas do Governo.

Filho de um missionário da Igreja Adventista do Sétimo Dia, Luthuli nasceu no território que então se chamava Rodésia do Sul e foi educado no Natal. Estudou no Adam's College, perto de Durban, para ser professor. Era um homem alto, bem constituído, de tez escura, com um sorriso largo, que associava a um ar de humildade uma sólida autoconfiança. Um homem determinado e paciente, que articulava as palavras devagar e com grande clareza, como se todas tivessem a mesma importância.

Conheci-o no final da década de 1940, quando era membro do Conselho Representante dos Nativos. Em Setembro de 1952, pouco antes da conferência anual, Luthuli tinha sido chamado a Pretória para receber um ultimato: ou renunciava à filiação no ANC e ao apoio à Campanha de Provocação ou perdia o seu lugar como chefe tribal eleito e remunerado pelo Governo. Luthuli era professor, cristão devoto e um orgulhoso chefe zulo, mas o seu compromisso maior era com a luta contra o *apartheid*. Recusou demitir-se do ANC e o Governo retirou-lhe o cargo. Em resposta à demissão, Luthuli publicou uma declaração de princípios intitulada «O caminho para a liberdade é como o caminho da Cruz», na qual reafirmava a sua adesão à resistência passiva sem violência e justificava a sua opção com

[145]

palavras que ainda hoje ecoam como um lamento: «Quem pode negar que passei

trinta anos da minha vida a bater em vão, com paciência, moderação e modéstia, a uma porta fechada?»

Dei o meu apoio à candidatura do chefe Luthuli, mas não pude estar presente na conferência. Poucos dias antes da sua realização, cinquenta e dois dirigentes foram proscritos e consequentemente proibidos de assistir a qualquer reunião ou ajuntamento de pessoas durante seis meses. Fui um desses dirigentes e durante esse período os meus movimentos foram confinados ao distrito de Joanesburgo.

A proibição era extensiva a toda a espécie de reuniões, mesmo as que nada tinham a ver com a política, de modo que nem pude comparecer à festa de aniversário do meu filho. Estava também impedido de falar com mais de uma pessoa de cada vez. Tudo isto fazia parte de uma tentativa sistemática do Governo para silenciar, perseguir e manietar os líderes dos que combatiam o *apartheid* e foi apenas a primeira de uma série de proscricções de que fui alvo com curtos intervalos até ao momento em que, anos depois, fui inteiramente privado da liberdade.

A proscricção não só restringe os movimentos físicos como aprisiona o espírito. Induz uma espécie de claustrofobia psicológica que nos faz ansiar pela liberdade de movimentos e pela fuga do espírito. Era um jogo perigoso, porque não estávamos algemados nem presos atrás de grades; as nossas grades eram decretos e regulamentos que facilmente podiam ser violados, como tantas vezes aconteceu. Conseguíamos escapar-nos por breves períodos e assim gozávamos uma temporária ilusão de liberdade. O efeito insidioso da proscricção é que ao fim de algum tempo começávamos a sentir que o opressor não estava fora, mas dentro.

Embora não me tenha sido permitido comparecer à conferência anual de 1952, fui imediatamente informado do que lá se passara. Uma das decisões mais importantes foi tomada em segredo e não divulgada na ocasião.

Tal como muitos outros, eu estava convencido de que o Governo tencionava ilegalizar o ANC e o SAIC, como tinha feito com o Partido Comunista. Parecia inevitável que o Estado tentasse assim que lhe fosse possível pôr-nos fora de combate enquanto organização legal. Foi com esta ideia em mente que abordei o Conselho Executivo Nacional no sentido de que fosse

gizado um plano de contingência para essa eventualidade. Argumentei que se o não fizéssemos estaríamos a abdicar das nossas responsabilidades como dirigentes do povo. O comité deu-me instruções para elaborar um plano que permitisse à organização operar na clandestinidade. Esta estratégia ficou conhecida como Plano Mandela, ou simplesmente, Plano M.

O plano consistia em instituir uma máquina organizativa que permitisse ao ANC tomar decisões ao mais alto nível que pudessem ser rapidamente

[146]

transmitidas a toda a organização sem necessidade de convocar uma assembleia. Por outras palavras, permitia que uma organização ilegal continuasse a funcionar mesmo que os seus chefes fossem alvo de proscritões. O Plano M destinava-se ao recrutamento de novos membros, a facultar a reacção aos problemas locais e nacionais e à manutenção dos contactos regulares entre os membros e as chefias na clandestinidade.

Organizei diversas reuniões com os dirigentes do ANC e do SAIC, proscritos e não proscritos, para discutir os pormenores do projecto. Trabalhei no assunto durante alguns meses e engendrei um sistema suficientemente elástico para se adaptar às condições locais sem manietar as iniciativas individuais, mas suficientemente pormenorizado para facilitar a coordenação. A unidade mais pequena era a célula, que nos subúrbios urbanos consistia em mais ou menos dez casas numa rua. Cada célula estava a cargo de um chefe de célula. Se uma rua tivesse mais de dez casas, o comando cabia a um chefe de rua, ao qual reportavam os chefes de célula. Um grupo de ruas formava uma zona, dirigida por um chefe de zona, que por sua vez era responsável perante o secretariado da filial local do ANC. O secretariado era uma subcomissão do conselho executivo da filial, que reportava ao secretário provincial. A minha ideia era que cada chefe de célula e de rua conhecesse todas as pessoas da sua zona para que pudesse merecer a confiança das pessoas e para saber em quem podia confiar. O chefe de célula marcava reuniões, organizava aulas de formação política e fazia a cobrança das quotas. Embora o plano fosse imaginado sobretudo para as zonas urbanas, podia ser adaptado às zonas rurais.

O plano foi aceite e começou logo a ser implementado. Deram-se instruções às filiais para que comesçassem a preparar-se para uma reestruturação clandestina. A maioria das filiais concordou, no entanto algumas regiões mais distantes desconfiaram de que se tratava de uma manobra de Joanesburgo para exercer o controlo centralizado.

Como parte do Plano M, o ANC introduziu um curso elementar de palestras políticas para os seus membros espalhados por todo o país. Estas palestras tinham por fim não só a educação política como manter a organização coesa. Eram ministradas em segredo pelos líderes das filiais. Os membros que estavam presentes faziam depois o mesmo nas suas casas e comunidades. A princípio, estas palestras não eram sistematizadas, mas ao fim de alguns meses foi definido um currículo.

Havia três cursos: «O mundo em que vivemos», «Como somos governados» e «A necessidade da mudança». No primeiro curso falávamos dos diferentes sistemas políticos e económicos que havia no mundo e na África do Sul. Era uma ideia geral sobre a evolução do capitalismo e do socialismo. Falávamos, por exemplo, na opressão que sofriam os negros na

[147]

África do Sul, tanto do ponto de vista racial como económico. Quem proferia as palestras eram em geral dirigentes proscritos e eu próprio fiz algumas à noite. Este processo tinha a virtude de manter em actividade os elementos proscritos e de manter os filiados em contacto com esses líderes.

Entretanto, os líderes banidos reuniam -se em segredo e arranjavam maneira de contactar os dirigentes em funções. A antiga e a nova direcção articulavam-se bem e o processo de tomada de decisões continuava a ser colectivo, como antes. Por vezes tinha a sensação de que nada tinha mudado, para além de nos termos de reunir em segredo.

O Plano M foi concebido com a melhor das intenções, mas nunca alcançou grande êxito e a sua adopção não se generalizou. Os resultados mais significativos foram novamente no Cabo Oriental e em Port Elizabeth. O espírito

da Campanha de Provocação permaneceu vivo na Província do Cabo Oriental muito depois de ter desaparecido por toda a parte e os membros locais do ANC aderiram ao Plano M como uma forma de continuar a desafiar o Governo.

O plano teve de se defrontar com muitos problemas: nem sempre era devidamente explicado aos membros, não havia organizadores remunerados para o implementar ou administrar e as frequentes dissensões entre as filiais não permitiram um acordo generalizado para o pôr em prática. Certos dirigentes provinciais não aderiram porque entenderam que lhes retirava poder. Para alguns, as medidas repressivas do Governo não pareciam iminentes, por isso não tomaram as precauções necessárias para as atenuar. Quando o punho de ferro do Governo lhes caiu em cima, não estavam preparados.

Durante a Campanha de Protesto, a minha vida seguiu dois cursos separados: o meu empenhamento na luta e o meu ganha-pão como advogado. Nunca fui um organizado a tempo inteiro para o ANC; a organização dispunha apenas de um, Thomas Titus Nkobi. O meu trabalho era feito nas horas que a profissão me deixava livres. Em 1951, depois de ter terminado o estágio em Witkin, Sidelsky e Eidelman, fui trabalhar para a firma de advogados Terblanche & Briggish. Terminado o estágio, continuava a não ser um advogado inteiramente habilitado, mas já podia apresentar queixas em tribunal, enviar convocatórias, interrogar testemunhas - tudo o que um advogado pode fazer antes de levar um caso a julgamento.

Depois de largar o serviço de Sidelsky, investiguei várias firmas de advogados brancos (não havia nenhuma composta por negros). Estava

[148]

especialmente interessado nos honorários cobrados por essas firmas e foi com indignação que descobri que muitas das mais respeitáveis cobravam honorários mais elevados aos africanos por casos do foro civil e criminal do que aos clientes brancos, muito mais abastados.

Depois de trabalhar em Terblanche & Briggish durante perto de um ano, passei para a firma Helman e Michel. Era uma empresa liberal, uma das poucas que cobravam honorários justos aos negros. Para além disso, a firma orgulhava-se da sua dedicação à educação dos africanos, para a qual fazia avultados donativos. O senhor Helman, o sócio principal, estava empenhado nas causas dos africanos muito antes de isso se ter tornado moda. Rodney Michel, o outro sócio, era um veterano da Segunda Guerra Mundial, extremamente liberal. Era piloto, e alguns anos mais tarde, ajudou a transportar membros do ANC para fora da África do Sul durante o pior período da repressão. O único vício que se conhecia a Michael era o de ser um fumador incorrigível, que acendia cigarros uns nos outros ao longo do dia inteiro.

Fiquei alguns meses com Helman e Michel, enquanto me preparava para o exame final, que me permitiria exercer sem restrições. Tinha desistido dos estudos na Universidade de Witwatersrand depois de ter reprovado em vários exames. Optei assim pelo exame de aptidão profissional, que me permitiria ganhar dinheiro para sustentar a família. Nesse tempo a minha irmã vivia connosco e a minha mãe estava lá em casa, de visita, e o ordenado de Evelyn como estagiária de enfermagem e o meu magro salário não chegavam para nos alimentar.

Depois de aprovado no exame de aptidão profissional, fui trabalhar como advogado na firma H. M. Basner. Basner tinha sido representante africano no Senado, era filiado no Partido Comunista e um abnegado defensor dos direitos dos africanos. Como advogado defendera vários líderes negros e dirigentes de sindicatos. Durante os meses em que lá estive, fui muitas vezes a tribunal representar os clientes africanos da firma. O senhor Basner era um patrão excelente, que quando eu terminava o meu serviço na firma me estimulava a prosseguir o trabalho político. Com a experiência que lá adquiri, sentime preparado para abrir o meu próprio escritório.

Foi o que aconteceu em Agosto de 1952. O êxito que a princípio alcancei devo-o à minha secretária, Zubeida Patel. Conhecia quando foi trabalhar para H. M. Basner, em substituição da menina Koch, uma secretária africânder que se recusou a aceitar que eu lhe ditasse. Zubeida era mulher do meu amigo Cassim Patel, do Congresso Indiano, e não tinha quaisquer pruridos raciais. Possuía um vasto círculo de amigos, conhecia muita gente no universo judicial e quando me instalei por conta própria concordou em trabalhar para mim. Trouxe-me muito serviço para o escritório.

Por essa altura, Oliver Tambo trabalhava para uma firma chamada Kovalsky & Tuch. Ia visitá-lo à hora de almoço e fazia questão de me sentar

[149]

na sala de espera reservada aos brancos. Oliver e eu éramos bons amigos e durante esses encontros falávamos sobretudo de assuntos do ANC. Oliver já me tinha impressionado bem em Fort Hare, onde reparara na sua inteligência e agudeza de espírito nos debates. Com o seu estilo frio e lógico era capaz de

demolir os argumentos de qualquer opositor - o que é o essencial numa sala de audiências. Antes de Fort Hare tinha sido um aluno brilhante no Colégio de St. Peter, em Joanesburgo. A sua objectividade tranquila contrabalançava as minhas reacções mais temperamentais. Oliver era profundamente religioso e durante algum tempo considerara a possibilidade de enveredar pelo sacerdócio. Para além disso era quase da minha terra, pois nascera em Bizana, na Pondolândia, que fazia parte do Transkei, e exibia no rosto as cicatrizes rituais da sua tribo. Parecia natural que trabalhássemos juntos e um dia perguntei-lhe se não estaria disposto a isso. Alguns meses mais tarde, quando ele se conseguiu libertar dos seus compromissos com a firma, abrimos um escritório em conjunto na baixa de Joanesburgo.

«Mandela & Tambo», assim rezava a placa de latão afixada à porta, em Chancellor House, um pequeno edifício fronteiro às estátuas de mármore da Justiça que ornamentavam o Magistrate's Court, no centro de Joanesburgo. O nosso prédio era propriedade de indianos e um dos poucos na cidade onde os africanos podiam alugar um espaço. Mandela & Tambo foi assediada pela clientela desde a primeira hora. Não éramos os únicos advogados negros da África do Sul, mas éramos a única firma de advogados africanos. Para os africanos, nós éramos o primeiro e o último recurso. Para entrar no escritório, todas as manhãs tínhamos de abrir caminho entre uma pequena multidão que se aglomerava nas escadas, nos corredores e na diminuta sala de espera.

Os africanos tinham uma necessidade desesperada de apoio jurídico nos tribunais: era proibido passar por uma porta com o letreiro «Só para brancos», era crime entrar num autocarro «Só para brancos», era crime beber numa fonte indicada «Só para brancos», era crime passear numa praia «Só para brancos», era crime estar na rua depois das onze horas da noite, era crime não ter o passaporte interno, era crime tê-lo mas com a assinatura errada, era crime estar desempregado, era crime trabalhar no local errado, era crime viver em certas zonas e era crime não ter sítio certo para viver.

Todas as semanas atendíamos velhos vindos das zonas rurais que nos contavam que geração após geração a família tinha trabalhado num pedaço de terra do qual agora estava a ser expulsa. Todas as semanas atendíamos mulheres idosas que toda a vida tinham fabricado cerveja africana como suplemento dos magros rendimentos e que agora se defrontavam com penas de prisão e multas que não podiam pagar. Todos os dias nos procuravam pessoas que viviam na

mesma casa havia dezenas de anos e que

[150]

agora eram expulsas sem qualquer indemnização porque a zona tinha sido declarada «branca». Todos os dias nos confrontávamos com os milhares de humilhações a que os negros estavam sujeitos no seu quotidiano.

Oliver tinha uma capacidade de trabalho prodigiosa. Passava muito tempo com cada cliente, não tanto por motivos profissionais mas porque era dotado de paciência e compaixão sem limites. Envolvia-se pessoalmente nos casos e na vida das pessoas. Comovia-se com o sofrimento do povo em geral e com a situação particular de cada um.

Depressa percebi o significado de Mandela & Tambo para os africanos comuns. Era um lugar onde encontravam quem os ouvisse, um aliado competente, onde ninguém os mandava embora nem os explorava, onde se sentiam orgulhosos por serem representados por homens com a mesma cor de pele. Tinha sido por isso que quisera ser advogado e o trabalho fazia-me muitas vezes acreditar que tomara a decisão certa.

Era frequente tratarmos de meia dúzia de casos numa manhã e passarmos o resto do dia a entrar e a sair dos tribunais. Nalguns éramos tratados com correcção, noutros com desprezo. Mas apesar dos casos que ganhávamos e da nossa competência como advogados, tínhamos consciência de que nunca chegaríamos a promotores públicos nem a juízes. Embora lidássemos com funcionários cuja competência não era superior à nossa, a autoridade deles assentava e estava protegida pela cor da pele.

Muitas vezes deparámos com preconceitos dentro do próprio tribunal. Era frequente as testemunhas brancas recusarem-se a responder às perguntas de um advogado negro. Em vez de as punir por desrespeito ao tribunal, havia magistrados que acediam a fazer-lhes as perguntas às quais se tinham recusado responder-me. Quantas vezes levei polícias a depor como testemunhas e os interroguei; e embora encontrasse discrepâncias nos seus depoimentos nunca me viram como mais do que um «preto advogado».

Recordo-me de, no início de um julgamento, ter sido chamado a identificar-me. Era uma rotina.

- Chamo-me Nelson Mandela e estou em representação do réu - declarei. O magistrado respondeu.

- Não o conheço. Onde está o seu certificado?

O certificado é aquele diploma engalanado que as pessoas costumam emoldurar e dependurar na parede, não é uma coisa com que se ande de um lado para o outro. É como pedir a alguém que traga consigo a prova do seu curso universitário. Pedi ao magistrado que desse início ao julgamento, que em devido tempo lhe traria o certificado. Mas o juiz recusou-se a ouvir o caso e foi ao ponto de me mandar expulsar da sala.

Foi uma violação ostensiva das regras de comportamento. O caso acabou por ser levado ao Supremo Tribunal, onde fui representado pelo meu

[151]

amigo George Bizos. Na audiência, o juiz presidente criticou a atitude do magistrado e ordenou que o caso fosse analisado por outro.

Ser advogado também não era garantia de respeito fora dos tribunais. Um dia, perto do meu escritório, vi uma senhora branca idosa, cujo automóvel estava entalado entre dois outros. Aproximei-me e empurrei o carro, para facilitar a manobra. A senhora olhou para mim e disse, em inglês:

- Obrigada, John.

John era o nome que os brancos usavam para interpelar qualquer negro que não conhecessem. Estendeu-me uma moeda de seis dinheiros, que recusei delicadamente. Insistiu mas eu disse que «não queria, obrigado». A mulher exclamou:

- Recusas seis dinheiros! Se calhar querias um xelim, mas não levas! Atirou-me com a moeda e foi-se embora.

Ao fim de um ano Oliver e eu descobrimos que, ao abrigo do Urban Areas Act, não podíamos ocupar instalações no centro da cidade sem o consentimento do ministro. O nosso requerimento foi indeferido, mas ao abrigo do mesmo diploma legal foi-nos concedida uma autorização temporária que depressa caducou. As autoridades recusaram-se a renová-la e exigiram que mudássemos o escritório para uma zona «negra», situada a muitos quilómetros e praticamente inacessível aos clientes. Interpretámos isto como uma tentativa para nos afastar do meio e continuámos a ocupar as instalações, mesmo ilegalmente, apesar das ameaças de expulsão que choviam em catadupa.

Ser advogado na África do Sul significava singrar por entre um sistema judicial iníquo e um corpo de leis que não valorizava a igualdade, antes pelo contrário. Um dos exemplos mais rebarbativos era o Population Registration Act, que estipulava essa desigualdade. Uma vez advoguei o caso de um mestiço que fora classificado como negro por engano. Durante a Segunda Guerra Mundial tinha combatido pela África do Sul no Norte de África e em Itália, mas depois do seu regresso um burocrata branco reclassificara-o como negro. Era o género de casos, nada invulgares na África do Sul, que nos apresentavam um complexo quebra-cabeças moral. Eu não era adepto do Population Registration Act, nem sequer reconhecia a sua legitimidade, mas o meu cliente precisava de quem o representasse e tinha sido objecto de uma classificação errada. Havia muitas vantagens de ordem prática em ser classificado como mestiço e não como negro. Basta referir que os mestiços não tinham de apresentar o passaporte obrigatório.

Em nome do meu cliente, apelei à Comissão de Classificação, que tinha autoridade sobre os casos emergentes do Population Registration Act. A comissão era composta por um magistrado e dois funcionários, todos brancos. Apresentei provas documentais irrefutáveis para sustentar a pretensão do meu cliente e o procurador público declarou formalmente que

[152]

não se opunha ao recurso. Contudo, o magistrado não pareceu interessar-se nem pelas provas nem pela não objecção do procurador. Olhou para o meu cliente e ordenou-lhe em tom brusco que se voltasse de costas. Depois de lhe ter examinado os ombros, que eram bastante descaídos, fez um sinal com a cabeça

aos dois vogais e deu provimento ao recurso. Na opinião das autoridades da época, os ombros descaídos eram um estereótipo físico dos mestiços. E assim aconteceu que o curso da vida daquele homem foi determinado exclusivamente pela opinião de um magistrado quanto à estrutura dos seus ombros.

Advogámos muitos casos relacionados com brutalidades da polícia, mas com uma taxa de êxito bastante reduzida. As agressões da polícia eram sempre difíceis de provar. A polícia era esperta e retinha o indivíduo preso o tempo necessário para que as equimoses desaparecessem e as feridas sarassem e frequentemente não era mais do que a palavra do polícia contra a do nosso cliente. Os magistrados tomavam o partido do polícia. Nos casos de morte sob custódia policial, da certidão de óbito em geral constava «Morte devida a múltiplas causas» ou qualquer outra explicação vaga destinada a ilibar as autoridades.

Sempre que tinha um caso fora de Joanesburgo solicitava a suspensão temporária da minha proscricção, que em geral era concedida. Por exemplo, desloquei-me ao Leste do Transval para defender um cliente na cidade de Carolina. A minha chegada causou alguma sensação, porque a maioria das pessoas nunca tinha visto um advogado negro. Fui calorosamente recebido pelo magistrado e pelo procurador e o julgamento não se iniciou sem que antes me tivessem feito numerosas perguntas sobre a minha carreira e as razões de ser advogado. A sala de audiências estava apinhada de gente que evidenciava a mesma curiosidade.

Numa pequena cidade próxima apareci em representação de um curandeiro local acusado de bruxaria. Este caso também atraiu uma grande multidão - não por minha causa, mas para verem até que ponto as leis dos brancos eram aplicáveis a um *sangoma*. O curandeiro desfrutava de um imenso poder na região e era venerado e temido por muita gente. Em determinado momento, o meu cliente soltou um espirro ruidoso que causou uma debandada geral da sala; para muitos assistentes, o homem estava a lançar um feitiço. Foi absolvido, mas desconfio que as gentes da terra não atribuíram o mérito à minha competência, mas aos poderes dele.

Como advogado, eu conseguia por vezes ser fulgurante. Não agia como um advogado negro num tribunal de brancos, mas como se todos - negros e brancos - fossem convidados no meu tribunal. Durante as audiências era muitas vezes exuberante nos gestos e usava linguagem rebuscada. Respeitava

escrupulosamente os regulamentos do tribunal, embora por vezes fosse pouco ortodoxo com as testemunhas. Gostava de contrainterrogar, e muitas

[153]

vezes tirei proveito das tensões raciais. Em geral, a galeria dos espectadores estava cheia, porque as pessoas dos subúrbios assistiam aos julgamentos como uma forma de entretenimento.

Recordo-me de uma vez ter defendido uma mulher de raça negra que trabalhava como criada na cidade. Era acusada de ter roubado roupas à *madame*. As roupas alegadamente roubadas estavam expostas sobre uma mesa na sala de audiências. Depois de a *madame* ter testemunhado, comecei o contra-interrogatório dirigindo-me à mesa onde estavam as roupas. Examinei -as e, com a ponta do lápis, levantei uma peça de roupa interior. Virei-me lentamente para o banco das testemunhas, brandi as calcinhas e perguntei:

- Minha senhora, estas... são suas?

- Não - respondeu ela apressadamente, demasiado embaraçada para admitir que lhe pertenciam.

Graças a esta resposta e a outras discrepâncias o magistrado absolveu a ré.

Localizado a seis quilómetros do centro de Joanesburgo, diante de um afloramento rochoso sobranceiro à cidade, situava-se o subúrbio negro de Sophiatown. O padre Trevor Huddleston, um dos grandes amigos do bairro, uma vez comparou Sophiatown a uma pequena cidade italiana adossada a uma encosta, e de facto, ao longe, o lugar tinha um certo encanto, com as casinhas encostadas umas às outras, os telhados vermelhos, as volutas de fumo a subir para o céu cor-de-rosa e os eucaliptos altos e elegantes em redor. Mas quando se chegava perto saltavam à vista a pobreza e a sujidade em que vivia grande número dos habitantes de Sophiatown. As ruas eram estreitas e não pavimentadas e todos os pedaços de terreno estavam ocupados por dezenas de barracas que se amparavam entre si.

Sophiatown fazia parte do que agora se designa por Subúrbios Ocidentais, que compreendem Martindale e Newclare. Inicialmente a zona estava classificada como «zona branca» e um construtor civil chegou a edificar algumas casas para compradores brancos. Contudo, com uma lixeira municipal por perto, os brancos resolveram ir viver para outro lado. Com relutância, o construtor viu-se forçado a vender as casas a negros. Sophiatown foi, até 1923, antes da promulgação do Urban Areas Act, um dos poucos lugares do Transval onde os africanos podiam comprar lotes de terreno. A maioria dessas casas antigas de alvenaria, com os alpendres cobertos por chapas de zinco, continuava de pé e conferiam à cidade um ar gracioso de povoação do Velho Mundo. Mas à medida que a indústria se foi desenvolvendo em Joanesburgo, Sophiatown tornou-se um dormitório da força laboral africana,

[154]

e expandiu-se rapidamente graças à sua proximidade. Os operários viviam em casebres construídos nas traseiras e à frente das casas mais antigas. Uma só barraca podia abrigar várias famílias. Em média, uma torneira servia quarenta pessoas. No entanto, e apesar da pobreza, Sophiatown tinha um cunho muito especial. Para os africanos, era como a Rive Gauche de Paris ou Greenwich

Village de Nova Iorque, um ponto de encontro de escritores, artistas, médicos e advogados. Boémia e ao mesmo tempo convencional, turbulenta e monótona. Era lá que vivia e tinha consultório o doutor Xuma, era lá que abundavam os *totsies* (bandidos), como os «Berlinenses» e os «Americanos», que adoptavam os nomes de estrelas de cinema americanas, como John Wayne e Humphrey Bogart. Sophiatown orgulhava-se da única piscina para crianças negras existente em Joanesburgo.

Em Joanesburgo, o processo de erradicação dos bairros ocidentais implicava a evacuação de Sophiatown, de Martindale e de Newclare, num total de sessenta mil a cem mil pessoas. Em 1953, o Governo nacionalista comprou um terreno chamado Meadowlands, a quase vinte quilómetros da cidade. A sua intenção era realojar as pessoas consoante sete «grupos étnicos» diferentes a que pertenciam. A justificação apresentada pelo Governo foi a erradicação das barracas, uma cortina de fumo para as políticas governamentais que consideravam todas as zonas urbanas como zonas para brancos onde os africanos eram meros ocupantes provisórios.

O Governo estava sob pressão dos seus apoiantes nas zonas vizinhas de Westdene e Newlands, zonas residenciais ocupadas por brancos pobres. Estes brancos das classes trabalhadoras invejavam algumas magníficas residências de Sophiatown que eram propriedade de negros. O Governo queria controlar as movimentações de todos os africanos e esse controlo era mais difícil nas *townships* onde os negros podiam ser proprietários das casas e as pessoas entravam e saíam a seu bel-prazer. Embora o sistema de passes estivesse em vigor, não era necessário qualquer visto especial para entrar num subúrbio livre, ao contrário do que acontecia nos bairros municipais. Havia mais de cinquenta anos que os africanos viviam e eram proprietários em Sophiatown e agora o Governo planeava com uma indiferença grosseira o realojamento de todos os negros do aglomerado num outro subúrbio negro. O projecto estava eivado de um cinismo tal que o processo de evacuação se devia iniciar antes da construção das casas que iriam acolher os desalojados. Depois da Campanha de Provocação, a evacuação de Sophiatown foi o primeiro grande teste à força do ANC e dos seus aliados.

Embora o projecto governamental tivesse tido início em 1950, as tentativas do ANC para o contrariar só começaram realmente em 1953. Em meados do ano, as filiais locais do ANC, do TIC e da Associação de

Contribuintes local começaram a mobilizar as pessoas para a resistência.

[155]

Em Junho de 1953 foi convocada uma reunião pública pelo comité executivo provincial do ANC e pelo TIC, a realizar-se no cinema Odin, de Sophiatown, para debater e levantar dificuldades à evacuação. Foi uma reunião agitada e concorrida, com mais de mil e duzentas pessoas, nenhuma das quais se deixou intimidar pela presença de dezenas de polícias poderosamente armados.

Poucos dias antes da reunião a minha proscrição tinha expirado, bem como a de Walter. Isto significava que já não estávamos impedidos de comparecer a reuniões, de maneira que se fizeram preparativos para que eu discursasse.

Pouco depois do início da reunião, um oficial da polícia viu-me com Walter à entrada do cinema a falar com o padre Huddleston, um dos líderes do movimento de resistência. O polícia veio ter connosco e informou-nos de que, como proscritos, não tínhamos o direito de ali estar e deu-nos ordem de prisão. Quando os polícias se preparavam para nos deitar a mão, o padre Huddleston gritou:

- Não, a mim é que devem prender, meus caros.

O polícia ordenou-lhe que se afastasse, mas o padre Huddleston insistiu.

Quando o polícia lhe deu um empurrão, eu disselhe:

- Você tem de se certificar se estamos ou não estamos proscritos. Tenha cuidado, porque comete um erro se o prazo tiver expirado. Então acha que estaríamos aqui esta noite a conversar consigo se a proscrição estivesse em vigor?

A polícia tinha fama de manter poucos registos e de muitas vezes não estar informada sobre o fim das proscrições. O homem sabia isso tão bem como eu. Ponderou no que eu dissera e ordenou aos seus subordinados que se fossem embora. Ficaram a ver-nos enquanto entrávamos no átrio do cinema.

Lá dentro, a polícia assumiu uma atitude provocadora e desdenhosa. Equipados com bastões e carabinas, andavam pelo átrio a empurrar as pessoas e a distribuir palavras insultuosas. Eu estava no palco com outros dirigentes e a reunião prestes a começar, quando o major Prinsloo entrou de rompante pela porta dos fundos, acompanhado por vários homens armados. Interceptei-lhe o olhar e fiz um gesto como quem pergunta «Eu?» e em resposta ele abanou negativamente a cabeça. Subiu ao palco, onde Yusuf Cachalia tinha começado a falar, e ordenou aos agentes que o prendessem. Estes agarraram-no pelos sovacos e arrastaram-no para fora da sala. No exterior, a polícia já tinha detido Robert Resha e Ahmed Kathrada.

A assistência começou a gritar e a vaiar e percebi que as coisas podiam ficar feias se a multidão não se contivesse. Saltei para o palco e comecei a entoar uma conhecida canção de protesto. Mal pronunciei as primeiras palavras a assistência começou a cantar comigo. Cheguei a recear que a polícia abrisse fogo se a agitação prosseguisse.

[156]

Por essa altura, o ANC realizava um comício todos os domingos ao fim da tarde em Freedom Square, no centro de Sophiatown, para mobilizar a resistência contra a evacuação. Eram sessões vibrantes, repetidamente pontuadas por gritos de *Asihambi!* (Não saímos!) e de canções como *Sophiatown likhaya iam asihambi* (Sophiatown é a minha casa; não saímos). Nestes comícios eram oradores elementos destacados do ANC, proprietários, inquilinos, membros do conselho municipal e muitas vezes também o padre Huddleston, que ignorava as ordens da polícia para não se meter em assuntos que não fossem da Igreja.

Um domingo à noite, não muito depois do incidente no Odin, eu devia falar em Freedom Square. Nessa noite a multidão estava muito excitada, e sem dúvida que essa excitação me contagiou. Estavam presentes muitos jovens irados e desejosos de entrar em acção. Como de costume, os polícias rodeavam o perímetro, armados com pistolas e de lápis em punho para anotar quem falava e o que dizia. Procurávamos tirar partido disso agindo com a máxima franqueza para mostrar que nada tínhamos a esconder-lhes, nem sequer a aversão que sentíamos por eles.

Comecei a falar na intensificação das atitudes repressivas do Governo na sequência da Campanha de Provocação. Afirmiei que o Governo começava a ter medo do poder do povo africano. À medida que falava, a minha indignação ia crescendo. Nesse tempo era um orador que agitava as massas. Gostava de fazer vibrar uma audiência e foi isso que aconteceu nessa noite.

Ao censurar o Governo por ser impiedoso e agir à margem da lei, passei das marcas e afirmiei que o tempo da resistência passiva tinha acabado, que a não, violência era uma estratégia inútil que nunca conseguiria derrotar um regime minoritário decidido a manter o poder a todo o custo. No fim disto tudo, disse eu, a violência é a única arma que pode destruir o *apartheid* e temos de estar preparados para a usar num futuro próximo.

A multidão não podia estar mais excitada, em especial os jovens, que batiam palmas e soltavam gritos de aprovação. Estavam dispostos a fazer o que eu lhes mandasse, a começar ali mesmo. Nesse momento comecei a entoar uma canção de liberdade cujo poema diz: «Os inimigos estão ali, peguemos nas armas para os atacar.» Cantei e a multidão fez coro comigo, e quando acabámos apontei para os polícias e disse: «Estão ali, os vossos inimigos estão ali!» A multidão retomou os aplausos e fez gestos agressivos em direcção aos polícias, que estavam nervosos, e alguns deles apontaram para mim, como que a dizer: «Mandela, vais pagar por isto.» Não me ralei. No calor do momento não me importei com as consequências.

As palavras que proferi nessa noite não me caíram do céu. Tinha andado a cismar no futuro. O Governo tomava apressadamente medidas para evitar que qualquer coisa semelhante à Campanha de Provocação voltasse a acontecer,

[157]

e eu tinha começado a analisar a nossa luta em termos diferentes. A ambição do ANC era desencadear uma luta de massas, com a participação dos operários e camponeses da África do Sul numa campanha tão vasta e tão poderosa que pudesse alterar o *status quo* da minoria branca. Só que o Governo nacionalista estava a tornar impossíveis todos os actos de protesto. Percebi que não hesitariam em esmagar impiedosamente qualquer contestação por parte da maioria africana. Não estávamos longe de nos tornarmos um Estado policial.

Desconfiei que dentro em pouco seria impossível organizar um protesto, fosse ele legal ou à margem da constituição. Na Índia, Gandhi tinha tido por adversário uma potência estrangeira realista e que via ao longe. Não era o caso dos africanos da África do Sul. A resistência passiva e não violenta só é eficaz quando os opositores respeitam as mesmas regras. Mas quando os protestos pacíficos são reprimidos com violência deixa de haver eficácia. Para mim, a não, violência não era um princípio, mas sim uma estratégia, e não existe sentido moral em usar uma arma ineficaz. Contudo, os meus pensamentos sobre a matéria ainda não estavam claramente definidos e fiz mal em ter falado tão cedo.

Foi precisamente essa a opinião do Comité Executivo Nacional. Quando tomaram conhecimento do meu discurso fui severamente repreendido por ter advogado uma ruptura tão radical com as políticas vigentes. Embora alguns membros estivessem de acordo com as minhas palavras, ninguém podia aprovar a forma desbragada como as tinha proferido. O executivo admoestou-me e fez-me notar que as atitudes impulsivas a que tinha apelado eram não só prematuras como perigosas. Discursos daquele estilo podiam levar o inimigo a aniquilar a organização enquanto ele era forte e nós fracos. Reconheci a justeza da censura e daí em diante advoguei publicamente a política da não, violência. Mas no fundo do meu coração sabia que não era essa a resposta.

Nesse tempo eram frequentes os meus desentendimentos com o executivo. No princípio de 1953, o chefe Luthuli, Z. K. Matthews e alguns outros dirigentes de alto nível do ANC foram convidados para uma reunião com um grupo de brancos que estavam em vias de formar o Partido Liberal. Pouco depois teve lugar uma reunião do executivo do ANC onde alguns de nós pediram um relatório do encontro com os dirigentes brancos. Os visados recusaram, dizendo que tinham sido convidados enquanto indivíduos e não como membros do ANC. Continuámos a insistir e o professor Matthews, que era advogado, disse que tinha sido uma conversa confidencial. Indignado, vociferei:

- Então vocês podem discutir assuntos com um grupo de brancos liberais e não podem partilhar essa informação com os vossos colegas do ANC. O vosso problema é esse, vocês têm medo e veneram o homem branco. Dão mais valor à companhia deles que à dos vossos camaradas africanos.

Esta explosão de cólera provocou a ira do professor Matthews e do chefe Luthuli. O professor foi o primeiro a responder:

- Mandela, o que sabes a respeito dos brancos? Tudo quanto sabes fui eu quem te ensinou, e mesmo assim continuas a ser ignorante. Parece que acabaste de despir o uniforme da escola.

Luthuli, que ardia em fogo frio, disse:

- Muito bem, se me acusam de ter medo dos homens brancos não tenho outro remédio senão demitir-me. Se é isso que querem, é isso que faço.

Eu não sabia se Luthuli estava ou não a fazer *bluif*, mas a ameaça assustou-me. Tinha falado sem pensar, sem sentido de responsabilidade e estava profundamente arrependido. De imediato retirei a acusação e pedi desculpa. Era um jovem que procurava compensar a sua falta de conhecimentos e de experiência com excessos de militância.

No dia em que fiz o discurso em Sophiatown, Walter informou-me que tinha sido sondado para fazer parte de um grupo que seria convidado de honra no Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes para a Paz e a Amizade, em Bucareste. O momento do convite não lhe deu oportunidade para consultar o Comité Executivo Nacional. Eu achei que ele devia ir e encorajei-o a fazê-lo, conseguisse ou não falar com o executivo. Walter resolveu ir e eu ajudei-o a arranjar um passaporte de substituição, uma declaração escrita onde se atestava a sua identidade e cidadania. (O Governo nunca lhe teria emitido um verdadeiro passaporte.) O grupo, que era chefiado por Walter Sisulu e Duma Nokwe, viajou na única companhia aérea que aceitava semelhante declaração, a companhia israelita El Al.

Quanto a mim, e apesar da reprimenda do Comité, estava convencido de que as políticas dos nacionalistas em breve tornariam inútil a não, violência. Walter sabia o que eu pensava e fiz-lhe uma sugestão antes de ele partir: que tentasse arranjar maneira de se deslocar à República Popular da China para os convencer a fornecer-nos armas para a luta armada. Walter gostou da ideia e prometeu tentar.

Esta acção foi exclusivamente da minha lavra e os meus métodos eram muito pouco ortodoxos. Em certa medida eram actos de um revolucionário de cabeça quente que agia sem pensar e a quem faltava disciplina. Eram acções de um homem indignado com a imoralidade do *apartheid* e com a dureza do Estado na protecção que lhe dava.

A viagem de Walter causou uma tempestade no executivo. Assumi a tarefa de transmitir pessoalmente as desculpas dele, mas não mencionei o pedido que lhe tinha feito em segredo. Luthuli censurou o atropelo ao código de conduta do ANC e o professor Matthews mostrou a sua consternação pela visita de Walter a países socialistas. O executivo foi céptico quanto às motivações de Walter e pôs em dúvida as minhas explicações.

[159]

Alguns aventaram mesmo a ideia de uma repreensão formal, mas no fim não insistiram mais.

Walter conseguiu chegar à China, cujos dirigentes o receberam calorosamente. Reafirmaram o apoio à nossa causa, mas foram cautelosos quando ele abordou a ideia da luta armada. Avisaram-no de que uma luta armada era um empreendimento extremamente sério e duvidaram de que o movimento de libertação estivesse maduro suficiente para justificar essa experiência. Walter veio-se embora com palavras de estímulo, mas sem as armas.

Em Joanesburgo tornei-me um homem da cidade. Vestia fatos elegantes, conduzia um *Oldsmobile* colossal e conhecia todos os antros da urbe. Todos os dias me deslocava para um escritório na baixa. Mas no fundo do coração continuei a ser um rapaz da aldeia e nada me levantava mais o ânimo do que o céu azul, a vastidão do *veld* e a verdura das campinas. Em Setembro, caducadas as proscricções, decidi aproveitar a liberdade e fazer uma pausa na vida da cidade. Aceitei um caso na pequena localidade de Villiers, no Estado Livre de Orange.

A viagem de automóvel de Joanesburgo até ao Estado Livre de Orange demorava várias horas, de modo que saí de Orlando por volta das três horas da madrugada, a minha hora preferida para começar uma viagem. Tenho o hábito de me levantar cedo, às três horas as estradas estão vazias e sossegadas e posso estar só com os meus pensamentos. Gosto de ver o raiar do dia com as suas cambiantes de luz e sombra, que é sempre um espectáculo majestoso. Para além disso, a essa hora em geral não se via um polícia.

A província do Estado Livre de Orange sempre exerceu sobre mim um efeito mágico, embora fosse habitada por alguns dos elementos mais racistas da população branca. Com as suas paisagens planas e poeirentas que se estendem até onde a vista alcança sob um imenso céu azul, os intermináveis campos amarelos cultivados de milho ou polvilhados de arbustos e árvores raquíticas, o Estado Livre enche-me de alegria o coração, seja qual for o meu estado de espírito. Quando lá estou sinto que nada me pode conter, que os meus pensamentos se podem espriar tão longe como os horizontes longínquos.

A paisagem traz à memória o general Christiaan De Wet, o genial comandante bóer que bateu os ingleses em inúmeros recontros durante os últimos meses da guerra anglo-bóer. Destemido, arrogante e astuto, seria um dos meus heróis se tivesse combatido em defesa de todos os sul-africanos e não apenas dos africânderes. Demonstrou a coragem e os recursos de um combatente clandestino e o poder de um exército menos sofisticado, mas

patriótico, contra uma poderosa e experiente máquina de guerra. À medida que o automóvel avançava, ia imaginando os esconderijos onde se abrigara o exército do general De Wet, a imaginar se algum dia lá se ocultariam os rebeldes africanos.

A viagem até Villiers encheu-me de boa disposição e, nessa manhã de 3 de Setembro, ao entrar na pequena sala de audiências experimentava uma ilusória sensação de segurança. À minha espera estava um grupo de polícias. Sem uma palavra, apresentaram-me um mandado emitido ao abrigo do Suppression of Communism Act no qual se exigia que me demitisse do ANC, me confinava ao distrito de Joanesburgo e me proibia de participar em qualquer espécie de reuniões durante dois anos. Eu sabia que aquilo havia de chegar, mas não esperava receber a ordem de proscricção na remota cidadezinha de Villiers.

Estava então com trinta e cinco anos e aquelas restrições mais severas punham termo a um período de quase uma década de envolvimento com o ANC, os anos do meu despertar e crescimento político e do meu envolvimento crescente na luta que viria a engolfar toda a minha vida. Daí em diante, todos os meus actos e planos em prol do ANC seriam secretos e ilegais. Assim que me foi presente a intimação, tive de regressar imediatamente a Joanesburgo.

A proscricção afastou-me do centro da luta para as suas margens, de um papel central para um periférico. Embora me consultassem muitas vezes e exercesse influência na direcção das ocorrências, só o podia fazer à distância e quando para tal era solicitado. Deixei de me sentir um órgão vital da organização - coração, pulmões ou espinha dorsal - para ser apenas um membro amputado. Até os combatentes da liberdade, pelo menos então, se viam forçados a cumprir a lei, e o meu encarceramento por violar a prescrição de nada serviria para o ANC nem para mim. Ainda não tínhamos chegado ao momento de sermos declaradamente revolucionários, em luta aberta contra o sistema, custasse o que custasse. Entendíamos que era melhor trabalhar na clandestinidade do que ir para a prisão. Quando fui obrigado a demitir-me do ANC, a organização teve de me substituir e, por muito que me custasse, deixei de ter a autoridade de que antes gozava. Ao regressar a Joanesburgo, a paisagem do Estado Livre de Orange não me empolgou da mesma maneira que tinha feito à ida.

Quando recebi o mandado de proscrição faltava um mês para a realização da conferência do ANC do Transvaal e já tinha terminado o esboço do meu discurso presidencial, que veio a ser lido publicamente

[161]

por Andrew Kunene, membro do executivo. Nesse discurso, que depois ficou conhecido como «o difícil caminho para a liberdade», uma expressão retirada de Jawaharlal Nehru, eu afirmava que as massas tinham de ser preparadas para novas formas de luta política. As novas leis e tácticas adoptadas pelo Governo tornavam as velhas formas de protesto - reuniões públicas, comícios, declarações à imprensa, boicotes - extremamente perigosas e autodestrutivas. Os jornais não publicavam as nossas declarações e as tipografias recusavam-se a imprimir os nossos folhetos, tudo por medo da repressão ao abrigo do Suppression of Communism Act. «Estas novas circunstâncias», escrevi então, «exigem a evolução para novas formas de luta política. Os velhos métodos tornaram-se suicidas.»

«O povo oprimido e os opressores estão em conflito. Não está longe o dia do ajuste de contas entre as forças da liberdade e as da reacção. Não tenho a mais pequena dúvida de que, quando esse dia chegar, a verdade e a justiça hão-de triunfar [...] Os sentimentos do povo oprimido nunca foram tão amargos. O sofrimento das pessoas impele-as a resistir até à morte às fétidas políticas dos bandidos que governam o nosso país [...] Sacudir a opressão é um direito reconhecido pela humanidade e a mais elevada aspiração de qualquer homem livre.»

Em Abril de 1954, a Associação de Advogados e Solicitadores do Transvaal requereu ao Supremo Tribunal que o meu nome fosse retirado da lista dos profissionais credenciados com base em que as actividades políticas pelas quais tinha sido condenado na sequência do Processo de Provocação constituíam

um comportamento desonroso e indigno da profissão. Isto aconteceu num período em que Mandela & Tambo estavam em franca ascensão, com dezenas de representações em tribunal todas as semanas.

O requerimento foi-me apresentado no escritório e assim que foi do conhecimento público comecei a receber ofertas de auxílio. Cheguei mesmo a receber propostas de alguns advogados africânderes de renome. Muitos desses homens eram apoiantes do Partido Nacionalista, mas sentiam que a medida era injusta e baseada em preconceitos. A reacção destes profissionais mostrou-me que mesmo entre os racistas sul-africanos a solidariedade profissional podia transcender a barreira da cor e que havia advogados e juízes que se recusavam a dar um aval cego a um regime imoral.

O meu caso foi defendido com elevada competência por Walter Pollak, Q. C., presidente do Colégio de Advogados Judiciais de Joanesburgo. Ao mesmo tempo que contratei Walter Pollack, aconselharam-me que contratasse também os serviços de alguém que não tivesse ligações à nossa causa, pois isso teria um efeito positivo sobre o tribunal. Com esse intuito negociámos o aconselhamento de William Aronsohn, sócio principal de uma das mais antigas firmas de advogados de Joanesburgo. Estes dois homens

[162]

defenderam-me sem cobrar honorários. Argumentámos que o requerimento era uma afronta ao ideal de justiça e que me assistia o direito inerente de lutar pelas minhas crenças políticas, uma prerrogativa de todos os homens num Estado de direito.

Mas o argumento que mais peso teve foi a invocação, por Pollack, do caso de um homem chamado Strijdom que fora detido durante a Segunda Guerra Mundial juntamente com B. J. Vorster (que mais tarde veio a ser primeiro-ministro). Ambos tinham sido internados por professarem ideias nazis. Na sequência de uma tentativa de fuga, Strijdom fora considerado culpado do roubo de um automóvel. Libertado, tinha requerido à Associação a sua inscrição como advogado. Apesar dos seus crimes e das objecções do Conselho Judicial, o tribunal decidira admiti-lo com o argumento de que as suas transgressões eram de carácter político e que ninguém podia ser impedido de praticar a advocacia

por causa das suas ideias políticas. Conforme Pollack disse:

- É claro que há diferenças entre Strijdom e Mandela. Mandela não é nacionalista e para além disso não é branco.

O juiz Ramsbottom, que julgou o caso, era um homem que se recusava a ser porta-voz dos nacionalistas e que defendia a independência do poder judicial. A sua sentença confirmou inteiramente a nossa alegação de que eu tinha direito a fazer campanha pelas minhas ideias políticas, mesmo que essas ideias fossem contrárias ao Governo e não deu provimento ao processo desencadeado pela Associação, que, numa sentença rara, foi condenada a suportar as custas do processo.

A campanha de resistência contra a evacuação dos moradores de Sophiatown foi uma longa batalha. Nós aguentámos firme e o Estado fez o mesmo. Durante os anos de 1954 e 1955 patrocinámos duas reuniões por semana, às quartas e aos domingos à noite. Uns atrás de outros, os oradores censuravam o projecto do Governo. O ANC e a Associação de Contribuintes, liderada pelo doutor Xuma, apresentaram petições e cartas de protesto ao Governo. O *slogan* da campanha era «Só por cima dos nossos cadáveres», muitas vezes gritado das plataformas e repetido pela assistência. Uma noite, até o habitualmente cauteloso doutor Xuma se sentiu arrebatado ao ponto de soltar o grito às armas dos guerreiros africanos: *Zemk' inkomo magwalandini!* (O inimigo capturou o gado, cobardes!)

O Governo tinha a evacuação prevista para o dia 9 de Fevereiro de 1955. Quando a data se começou a aproximar, eu e Oliver passámos a ir todos os dias ao subúrbio para nos encontrarmos com os líderes locais, discutir

[163]

planos e actuar dentro da nossa capacidade profissional em favor dos que estavam a ser expulsos ou processados judicialmente. Procurávamos demonstrar perante o tribunal que a documentação apresentada pelo Governo estava muitas vezes incorrecta e que, em consequência, muitas ordens de despejo eram ilegais. Mas era apenas um obstáculo temporário, pois o Governo não deixaria que algumas ilegalidades insignificantes se interpusessem no seu caminho.

Para pouco antes da evacuação agendada estava previsto um grande comício na Freedom Square. Juntaram-se cerca de dez mil pessoas para ouvir o chefe Luthuli. Mas assim que este chegou a Joanesburgo foi-lhe apresentada uma proscrição que o obrigou a regressar ao Natal.

Na noite anterior à evacuação forçada, Joe Modise, um dos mais

dedicados dirigentes locais do ANC, falou perante uma assembleia tensa de mais de quinhentos jovens activistas. Esperavam que o ANC lhes desse ordem para enfrentar a polícia e o exército. Estavam dispostos a erguer barricadas durante a noite e a enfrentar a polícia no dia seguinte com tudo o que tivessem à mão. Partiam do princípio de que o nosso *slogan* era para ser levado à letra, que Sophiatown só seria evacuada por cima dos nossos cadáveres.

Contudo, após muitos debates com a direcção do ANC, em que também participei, Joe aconselhou os jovens a não se oporem. Estes sentiram-se traídos e mostraram a sua cólera. Mas nós pensávamos que a violência só poderia engendrar uma desgraça. Sublinhámos que uma insurreição exigia um plano cuidadoso, que de outra maneira seria um suicídio. Ainda não estávamos em condições de enfrentar o inimigo nos termos por ele determinados.

A coberto da bruma matinal do dia 9 de Fevereiro, quatro mil polícias e soldados formaram um cordão em redor do subúrbio enquanto os operários derrubavam as casas desocupadas e os camiões do Governo transportavam as famílias de Sophiatown para Meadowlands. Na noite anterior o ANC tinha arranjado a transferência de algumas famílias para casas de pessoas afectas ao movimento, no interior de Sophiatown. Todavia, os nossos esforços foram escassos e tardios e as medidas, precárias. O exército e a polícia demonstraram uma eficácia implacável. Ao fim de algumas semanas toda a resistência acabou. A maioria dos dirigentes locais tinha sido proscrita ou encarcerada e Sophiatown acabou por morrer, não ao som dos tiros e da refrega, mas do roncar dos camiões e do fragor dos camartelos.

Quando se lê uma notícia no jornal é fácil ter uma ideia da maneira correcta de agir, mas quando se está no centro de uma luta política ao rubro não há tempo para reflectir. Cometemos uma série de erros na campanha de resistência à evacuação dos Subúrbios Ocidentais e aprendemos algumas lições. «Só por cima dos nossos cadáveres» soava muito bem como *slogan*, mas não ajudava muito. Um *slogan* é um elo vital entre a organização

[164]

e as massas que procura liderar. Devia sintetizar uma reclamação específica numa frase simples e plena de significado, ao mesmo tempo que mobilizava o

povo para essa luta. O nosso *slogan* foi muito apreciado, mas induziu o povo a pensar que lutaríamos até à morte para resistir à destruição do subúrbio. O ANC não estava preparado para tanto.

Nunca oferecemos ao povo uma alternativa à mudança para Meadowlands. Quando os habitantes de Sophiatown perceberam que não podíamos resistir ao Governo nem dar-lhes alojamento noutra lugar, a resistência diluiu-se e aumentou o fluxo de pessoas em direcção a Meadowlands. Muitos inquilinos mudaram-se de livre vontade, porque perceberam que teriam mais espaço e asseio em Meadowlands. Também não levámos em consideração a diferença de estatuto entre senhorios e inquilinos. Enquanto os primeiros tinham razões para ficar, os segundos tinham-nas para sair. O ANC foi acusado por vários africanos de proteger os interesses dos senhorios em detrimento dos arrendatários.

A lição que retirei da campanha foi que, em última análise, não havia alternativa à resistência armada. Uma vez mais tínhamos recorrido repetidamente a todo o nosso arsenal de tácticas pacíficas - discursos, delegações, ameaças, marchas, greves, permanências em casa, encarceramento voluntário - sem qualquer resultado, pois tudo quanto fazíamos encontrava do outro lado uma mão de ferro. Um combatente da liberdade aprende da forma mais dura que é o opressor que define a natureza da luta e que muitas vezes o oprimido não tem outro recurso senão usar métodos que espelham os do próprio opressor. Quando se chega a um determinado ponto, só se consegue combater o fogo com o fogo.

A educação é o grande motor do desenvolvimento individual. É através da educação que a filha de um camponês pode ser médica, que o filho de um mineiro pode ser o gerente da mina, que um filho de trabalhadores rurais pode ser presidente de uma grande nação. O que nos distingue dos outros não é o que nos dão, é o que conseguimos fazer com aquilo que temos.

Desde o início do século que a educação dos africanos dependia sobretudo das igrejas estrangeiras e das missões que patrocinavam as escolas. Durante o Governo do Partido Unido, os programas de ensino nas escolas secundárias eram mais ou menos os mesmos para brancos e negros. As escolas das missões proporcionavam aos africanos uma educação de estilo anglo-saxónico, como a que eu próprio recebi. Estávamos em desvantagem por causa

do menor número de estabelecimentos de ensino, mas não naquilo que líamos, pensávamos ou sonhávamos.

No entanto, e ainda antes da chegada ao poder dos nacionalistas, as disparidades de financiamento já deixavam entrever uma lógica racista na educação. O Governo gastava cerca de seis vezes mais com um estudante

[165]

branco que com um estudante negro. A instrução não era obrigatória para os africanos e era gratuita só ao nível da escola primária. Menos de metade das crianças africanas em idade escolar frequentava a escola e só um número muito reduzido concluía o secundário.

Mesmo assim, até isto era demasiado para os nacionalistas. Os africanos nunca foram grandes entusiastas da educação dos africanos. Para eles era uma perda de tempo, pois os negros eram ignorantes e preguiçosos por natureza e não havia instrução que lhes valesse. Detestavam que os negros aprendessem inglês, porque para eles o inglês era uma língua estrangeira, a nossa língua de emancipação.

Em 1953, o Parlamento dominado pelos nacionalistas aprovou o Bantu Education Act, que tinha por objectivo apor o selo do *apartheid* na educação dos africanos. O decreto transferia a tutela da educação dos africanos do Departamento de Educação para o odiado Departamento dos Assuntos Nativos. Nos termos do decreto, as escolas primárias e secundárias operadas pelas missões tinham de optar por serem entregues ao Governo ou receberem subsídios cada vez menores de ano para ano, ou seja, ou a educação dos negros ficava a cargo do Governo ou não havia educação. Os professores africanos deixavam de poder criticar o Governo ou qualquer autoridade escolar. Era uma *baasskap* intelectual, uma forma de institucionalizar a inferioridade.

O doutor Hendrik Verwoerd, ministro da Educação dos povos bantos, esclareceu que a educação «deve treinar e ensinar as pessoas de acordo com as suas oportunidades na vida». O que ele queria mesmo dizer é que os africanos não teriam quaisquer oportunidades, portanto, de que valia a pena educá-los? «Entre a sociedade europeia não há lugar para os bantos acima de determinados

tipos de trabalho», afirmou ele. Em suma, os africanos deviam ser ensinados a desempenhar tarefas menores, numa situação de perpétua subordinação face ao homem branco.

Para o ANC, esta era uma medida sinistra destinada a retardar o progresso da cultura africana no seu todo, que se fosse posta em prática seria um duro golpe na luta pela libertação das populações negras. O que estava em jogo era a perspectiva mental das futuras gerações de africanos. Como então escreveu o professor Matthews, «A educação para a ignorância e para a inferioridade nas escolas de Verwoerd é pior do que não ter educação alguma».

O decreto e a crua explicação da sua filosofia por Verwoerd suscitaram a indignação generalizada de brancos e negros. Com excepção da Igreja Holandesa Reformada, que apoiava o *apartheid*, e da missão luterana, todas as Igrejas cristãs se opuseram à nova medida do Governo. Mas a unidade da oposição quedou -se pela condenação do decreto, não funcionou na resistência ao mesmo. Os anglicanos, que foram os críticos mais ferozes e contundentes desta nova política, estavam divididos. O bispo Ambrose Reeves, de Joanesburgo, deu o passo extremo de encerrar as suas escolas, onde

[166]

estavam inscritas cerca de dez mil crianças. Mas o arcebispo da Igreja Anglicana na África do Sul, desejoso de manter as crianças fora das ruas, entregou as restantes escolas aos cuidados do Governo. Apesar dos protestos, todas as outras Igrejas fizeram o mesmo, com excepção da Igreja Católica Romana, dos Adventistas do Sétimo Dia e da Congregação Judaica Unida Reformada - que optaram por continuar sem subvenções do Estado. Até a minha Igreja, a Wesleyan Church, entregou ao Governo duzentos mil estudantes africanos. Se todas as igrejas tivessem seguido o exemplo das que resistiram o Governo ter-se-ia visto confrontado com um impasse que o teria forçado a um compromisso. Em vez disso, o que aconteceu foi o Estado calcar-nos aos pés.

A transferência do controlo das escolas para o Departamento dos Assuntos Nativos estava prevista para 1 de Abril de 1955 e o ANC começou a gizar planos para um boicote que teria início nessa data. As nossas discussões

secretas dentro do órgão executivo incidiram sobre a possibilidade de apelar ao povo para um protesto por um período limitado ou por um boicote permanente para destruir o Bantu Education Act antes que criasse raízes. Foram discussões acaloradas, com ardentes defensores de parte a parte. O argumento para justificar o boicote permanente assentava em que o Bantu Education Act era um veneno que não se podia beber nem que se estivesse a morrer de sede. Aceitá-lo sob qualquer forma causaria danos irreparáveis. Grassava pelo país um estado de espírito explosivo e as pessoas estavam ansiosas por algo mais espectacular do que um simples protesto.

Embora tivesse a fama de ser uma cabeça quente, sempre achei que a organização não devia prometer mais do que era capaz, para que o povo não perdesse confiança nela. Assim, assumi a posição de que as nossas acções não deviam assentar em princípios idealistas mas em questões práticas. Um boicote por tempo indeterminado requeria uma máquina de propaganda e vastos recursos de que não dispúnhamos e as recentes campanhas que tínhamos empreendido não nos mostravam capazes de ir tão longe. Era-nos simplesmente impossível criar as nossas escolas em tempo útil para receber centenas de milhar de alunos e se não oferecêssemos ao povo uma alternativa, o que lhe dávamos era pouco mais do que nada. Em consonância com outras pessoas, argumentei em defesa de um boicote de uma semana.

O Conselho Executivo Nacional concordou com o boicote de uma semana, a começar em 1 de Abril de 1955. Foi o que recomendou na conferência anual realizada em Durban, em Dezembro de 1954, mas os delegados rejeitaram a recomendação e votaram a favor de um boicote por tempo indeterminado. Sendo a conferência a autoridade suprema, superior ao próprio comité, vimo-nos a braços com um boicote praticamente impossível de pôr em execução. Entretanto, o doutor Verwoerd anunciou que o Governo

[167]

fecharia todas as escolas que fossem alvo do boicote e que as crianças que não fossem às aulas não voltariam a ser admitidas.

Para que o boicote funcionasse, os pais e as comunidades teriam de se

substituir à escola. Falei com pais e com membros do ANC, instando-os para que cada lar, cada casebre, cada comunidade se tornasse um centro de aprendizagem para as nossas crianças.

O boicote teve início no dia 1 de Abril, com resultados positivos e negativos. Foi muitas vezes esporádico, desorganizado e ineficaz. No Rand Oriental mobilizou cerca de sete mil crianças. Faziam-se marchas de madrugada, a incitar os pais a manterem os filhos em casa. As mulheres faziam piquete junto das escolas e traziam as crianças que para lá tinham fugido.

Em Germiston, um subúrbio negro a sudeste da cidade, Joshua Makue, presidente da filial local, dirigiu durante três anos uma escola para oitocentas crianças que boicotaram a escola oficial. Em Port Elizabeth, Barrett Tyesi renunciou a um cargo remunerado como professor e abriu uma escola para crianças que não podiam ir às aulas. Em 1956 apresentou setenta dessas crianças aos exames do nível VI; só três não passaram. Em muitos locais surgiram escolas (referidas como «clubes culturais» para não atrair a atenção das autoridades, que ensinavam as crianças que aderiam ao boicote. Em consequência disto, o Governo promulgou uma lei que punia com multa ou prisão quem ministrasse instrução sem autorização. A polícia perseguiu esses clubes, mas muitos continuaram a trabalhar na clandestinidade. Por fim, as escolas comunitárias foram desaparecendo e os pais, divididos entre pouca instrução ou nenhuma, optaram pela primeira. Os meus filhos frequentavam a escola dos Adventistas do Sétimo Dia que, sendo privada, não estava dependente dos subsídios do Governo.

A campanha deve ser avaliada a dois níveis: se o objectivo imediato foi alcançado e se mais pessoas adquiriram consciência política e se empenharam na luta. Ao primeiro nível, a campanha foi um fracasso clamoroso. Não fechámos as escolas africanas por esse país fora e não nos vimos livres do Bantu Education Act. Contudo, o Governo sentiu -se suficientemente incomodado pelos protestos para alterar o decreto e a determinada altura Verwoerd viu-se obrigado a declarar que a educação tinha de ser igual para todos. O currículo publicado pelo Governo em Novembro de 1954 foi um recuo em comparação com a ideia original de modelar o sistema escolar de acordo com os costumes tribais. Por fim, vimo-nos obrigados a escolher entre o menor de dois males e optámos pela educação mínima. Mas as consequências do Bantu Education Act perseguiram o Governo de forma inesperada. Foi este decreto que produziu na década de 1970 a juventude negra mais ferozmente revolucionária que alguma vez se tinha visto.

Quando estas crianças chegaram ao fim da adolescência, ergueram-se em protesto com uma veemência inaudita.

[168]

Alguns meses depois de o chefe Luthuli ter sido eleito presidente do ANC, o professor Z. K. Matthews regressou à África do Sul após um ano como professor nos EUA, armado com uma ideia que viria a reformular a luta pela libertação. Num discurso proferido na conferência anual do ANC, na Cidade do Cabo, o professor Matthews disse:

- Interrogo-me sobre se não terá chegado o momento de o Congresso Nacional Africano considerar a possibilidade de convocar uma convenção nacional, um congresso do povo, representativo de todo o país, independentemente da cor e da raça, para estabelecer uma Carta da Liberdade para a África do Sul democrática do futuro.

Poucos meses depois a conferência aceitou a proposta e foi criado um Conselho do Congresso do Povo, com o chefe Luthuli como presidente e Walter Sisulu e Yusuf Cachalia como secretários. O Congresso do Povo tinha por missão estabelecer um conjunto de princípios para a fundação de uma nova África do Sul. As sugestões para uma nova constituição deviam provir do próprio povo e os dirigentes do ANC de todo o país foram autorizados a pedir ideias por escrito a todas as pessoas da sua zona. A Carta seria um documento criado pelo povo.

O Congresso do Povo representava uma das duas grandes correntes de pensamento existentes no seio da organização. Parecia inevitável que o Governo viria a ilegalizar o ANC e muitos diziam que a organização devia estar preparada para operar ilegalmente e na clandestinidade. Mas ao mesmo tempo não queríamos desistir das políticas e actividades públicas relevantes que tinham conquistado o apoio das massas para o ANC. O Congresso do Povo seria uma manifestação pública de poder.

O nosso sonho para o Congresso do Povo é que ele fosse um marco na história da luta pela liberdade - uma convenção que unisse todos os oprimidos e todas as forças progressistas da África do Sul para um toque de clarim de apelo à

mudança. Tínhamos esperança de que um dia viesse a ser olhado com a mesma reverência que a convenção fundadora do ANC, em 1912.

Procurámos atrair o maior número possível de patrocínios e convidámos cerca de duzentas organizações - brancas, negras, indianas e mestiças - a enviarem os seus representantes a Tongaat, perto de Durban, em Março de 1954. O Conselho de Acção Nacional aí criado era composto por oito membros de cada uma das quatro organizações patrocinadoras. O presidente era o chefe Luthuli e o secretariado era composto por Walter Sisulu (mais tarde substituído por Oliver, depois da proscrição que o obrigou a demitir-se), Yusuf Cachalia do SAIC, Stanley Lollan, da Organização Sul-Africana de Mestiços (SACPO), e Lionel Bernstein do Congresso de Democratas (COD).

[169]

Formado na Cidade do Cabo em 1953 por dirigentes mestiços e sindicalistas, o SACPO era uma consequência extemporânea da luta dos mestiços do Cabo para preservarem o direito ao voto e representava os interesses dos mestiços. Oliver Tambo e Yusuf Cachalia discursaram na conferência inaugural do SACPO. Inspirado pela Campanha de Provocação, o COD tinha sido instituído nos finais de 1952 como um partido radical de esquerda composto por brancos hostis ao Governo. Embora pequeno e limitado a Joanesburgo e à Cidade do Cabo, o COD exercia uma influência desproporcional ao número dos seus militantes. Os membros do COD, como Michael Harmel, Bram Fischer e Rusty Bernstein, eram eloquentes defensores da nossa causa. O COD identificava-se profundamente com o ANC e com o SAIC e advogava a liberdade universal e a igualdade perante a lei de negros e brancos. Para nós, o COD era um meio de transmitir os nossos pontos de vista directamente à população branca, para além de desempenhar uma importante função simbólica para os africanos, pois os negros que tinham entrado na luta por serem contra os brancos ficavam a saber que na África do Sul havia brancos de boa vontade que tratavam os africanos de igual para igual.

O Conselho de Acção Nacional convidou todas as organizações participantes e os respectivos seguidores a enviar sugestões para a Carta da Liberdade. Foram enviadas circulares a todas as *townships* e aldeias do país. «SE FOSSE VOÇÊ A FAZER AS LEIS [...] o QUE FARIA? COMO

TRANSFORMARIA A ÁFRICA DO SUL NUM LUGAR FELIZ PARA TODOS? Alguns folhetos e panfletos estavam repletos do idealismo poético que caracterizava o projecto:

APELAMOS AO POVO DA ÁFRICA DO SUL, BRANCOS E NEGROS - VAMOS CONVERSAR SOBRE LIBERDADE! [...] QUE AS VOZES DE TODO O POVO SE FAÇAM OUVIR. QUE SEJAM ANOTADAS AS EXIGÊNCIAS DE TODO O POVO PARA QUE SEJAMOS LIVRES. QUE ESSAS EXIGÊNCIAS SEJAM COLIGIDAS NUMA GRANDE CARTA DA LIBERDADE.

O apelo despertou a atenção das pessoas. Chegaram sugestões provenientes de clubes desportivos e culturais, de igrejas, de associações de contribuintes, de organizações femininas, de escolas e de filiais de sindicatos. Apareciam escritas em guardanapos de papel, em pedaços arrancados aos cadernos de exercícios, em papel almaço, no verso dos nossos panfletos. Era para nós humilhante verificar como as sugestões das pessoas comuns se mostravam tantas vezes mais avançadas do que as dos seus dirigentes. A exigência mais reiterada foi a de um homem um voto. Havia o reconhecimento de que o país pertencia a todos os que tinham contribuído para a sua construção.

As filiais do ANC deram um valioso contributo para a elaboração da Carta e os dois melhores projectos chegaram-nos de Durban e de

[170]

Pietermaritzburg. Uma versão combinada desses dois projectos foi posta em circulação por todas as regiões e comités, em busca de comentários e de perguntas pertinentes. A Carta propriamente dita foi redigida por uma pequena comissão dentro do Conselho de Acção Nacional e revista pelo Comité Executivo Nacional do ANC

A Carta devia ser presente ao Congresso do Povo, para que cada um dos seus componentes fosse aprovado pelos delegados. Em Junho, poucos dias antes da data prevista para o congresso, revimos o texto. As alterações que

introduzimos foram poucas, não só porque não havia tempo como porque o documento era de um modo geral satisfatório.

O Congresso do Povo realizou -se em Kliptown, uma aldeia multirracial situada no campo, poucos quilómetros a sudoeste de Joanesburgo, em dois dias soalheiros, 25 e 26 de Junho de 1955. Os mais de três mil delegados afrontaram as manobras de intimidação da polícia e reuniram-se para aprovar o documento final. Chegavam de automóvel, de autocarro, de camião e a pé. Embora na sua maioria fossem negros, havia mais de trezentos indianos, duzentos mestiços e uma centena de brancos.

Fui de automóvel para Kliptown, na companhia de Walter. Como estávamos proscritos procurámos um lugar nas franjas da multidão de onde pudéssemos assistir sem que dessem pela nossa presença. Era um ajuntamento impressionante, tanto pela dimensão como pela disciplina que evidenciava. Os «voluntários da liberdade», com braçadeiras negras, verdes e amarelas, acolhiam os delegados e arranjavam-lhes lugar para se sentarem. Havia mulheres, novas e velhas, que vestiam blusas, saias e *doekies* (xailes) do congresso; homens velhos e novos com braçadeiras e chapéus do congresso. Por toda a parte se viam cartazes com as palavras LIBERDADE PARA JÁ, VIVA A LUTA. O palco era um verdadeiro arco-íris: delegados brancos do COD, indianos do SAIC, mestiços em representação do SACPO, todos sentados diante da imagem de uma roda com quatro raios que representava as quatro organizações da Aliança do Congresso. Polícias brancos e negros e membros do Special Branch deambulavam pelo recinto, a tirar fotografias, a escrever em blocos e a tentar sem êxito intimidar os delegados.

Proferiram-se dezenas de discursos, cantaram-se dezenas de canções. Foram servidas refeições. A atmosfera era a um tempo séria e festiva. Na tarde do primeiro dia a Carta foi lida em voz alta, secção por secção, em inglês, em sesoto e em xossa. No final de cada secção a multidão manifestava a sua aprovação com gritos de *Afrika!* e *Mayibuye!* O primeiro dia do congresso foi um êxito estrondoso.

O segundo dia não diferiu muito do primeiro. Depois de cada secção da carta ter sido aprovada por aclamação, por volta das 15 h 30 m, quando estava a ser votada a aprovação final, irrompeu no palco uma brigada de agentes do Special Branch, armados de pistolas-metralhadoras *Sten*. Um dos polícias apoderou-se do microfone e em voz áspera e carregada de pronúncia africânder anunciou que havia uma suspeita de traição e que ninguém podia abandonar a reunião sem autorização da polícia. Dito isto, os agentes começaram a expulsar as pessoas que estavam no palanque e a confiscar documentos e fotografias e até letreiros com dizeres como «SOPA COM CARNE» e «SOPA SEM CARNE». Outros polícias, armados com carabinas, formaram um cordão em redor dos assistentes. A multidão reagiu magnificamente, a cantar em voz alta *Nkosi Sikelel, iAfrika*. Os delegados foram então autorizados a partir um por um, depois de entrevistados pela polícia e de terem declinado os seus nomes. Eu, que estava na periferia da multidão quando a polícia apareceu, embora tivesse vontade de ficar para ajudar, entendi que o melhor que tinha a fazer era ser discreto, pois de outro modo seria imediatamente detido e levado para a prisão. Entretanto tinha sido convocada uma reunião de emergência em Joanesburgo, para onde regresssei. Durante a viagem de regresso, percebi que aquela irrupção da polícia era o prenúncio das medidas mais duras que o Governo tinha em preparação.

Embora o Congresso do Povo tenha sido interrompido, a Carta tornou-se um farol para a luta de libertação. À semelhança de outros documentos políticos de importância crucial, como a Declaração de Independência dos Estados Unidos, a Declaração dos Direitos do Homem, redigi da em França, e o Manifesto Comunista, a Carta da Liberdade é uma mistura de objectivos práticos e de linguagem poética. Apela à abolição da discriminação racial e ao reconhecimento de direitos iguais para todos. Aceita a participação de todos os que amam a liberdade na construção de uma África do Sul democrática e não racista. Congregou as esperanças e os sonhos do povo e funcionou como matriz para a luta pela liberdade e pelo futuro da nação. No preâmbulo da Carta pode ler-se:

Nós, o povo da África do Sul, fazemos saber ao país e ao mundo: Que a África do Sul pertence a todos os que nela vivem, negros e brancos, e que nenhum Governo tem o direito de se arrogar a autoridade a menos que esteja alicerçado na vontade do povo;

Que o nosso povo foi sonegado dos seus direitos naturais à terra, à liberdade e à paz por um governo assente na injustiça e na desigualdade;

Que o nosso país nunca será livre e próspero enquanto todo o povo não viver em comunhão fraterna e fruir dos mesmos direitos e oportunidades;

[172]

Que só um Estado democrático, baseado na vontade do povo, pode garantir os direitos naturais sem distinção de cor, raça, sexo ou religião;

Nesta conformidade, nós, o povo da África do Sul, brancos e negros em conjunto - iguais, irmãos e compatriotas - adoptamos esta CARTA DA LIBERDADE. e comprometemo-nos a lutar juntos, com toda a nossa força e coragem, até que as alterações democráticas aqui estatuídas tenham sido conquistadas.

A Carta estabelece em seguida quais as condições necessárias para uma África do Sul livre e democrática.

O GOVERNO TEM DE SER DO POVO!

Todos os homens e mulheres devem ter o direito de eleger e de ser eleitos para qualquer órgão legislativo.

Todas as pessoas devem ter o direito de participar na administração do país.

Os direitos das pessoas serão iguais, independentemente da raça, da cor ou do sexo.

Todos os órgãos governativos minoritários, conselhos consultivos, assembleias e autoridades devem ser substituídos por órgãos democráticos e autónomos.

TODOS OS GRUPOS NACIONAIS DEVEM TER OS MESMOS DIREITOS!

Todos os grupos e raças nacionais devem gozar do mesmo estatuto nos órgãos do Estado, nos tribunais e nas escolas;

Todos os grupos nacionais devem ser protegidos dos insultos à sua raça e orgulho;

Todos os grupos devem ter o direito de se exprimir na sua própria língua e de respeitar os seus costumes e tradições;

Serão considerados crimes e punidos por lei a divulgação e a prática de discriminação de raça ou cor;

Todas as leis e costumes do *apartheid* serão abolidos.

AS RIQUEZAS DO PAÍS DEVEM SER PARTILHADAS PELO POVO!

A riqueza do nosso país é uma herança que pertence a todos os sul-africanos e deve ser devolvida ao povo;

As riquezas minerais existentes no subsolo, os bancos e os monopólios industriais passarão a ser propriedade do povo no seu conjunto;

Todas as restantes indústrias e actividades comerciais devem ser controladas para que contribuam para o bem-estar do povo;

Todas as pessoas terão o direito de trabalhar onde quiserem e de exercer livremente todas as profissões e ofícios.

[173]

A TERRA SERÁ REPARTIDA ENTRE TODOS OS QUE A TRABALHAM!

Acabarão as restrições à propriedade da terra com base na raça e a terra

será redistribuída entre aqueles que a trabalham, para erradicar a fome e a sede de terra. [...]

Algumas pessoas do ANC, em especial os nacionalistas africanos, que eram anticomunistas e contra os brancos, objectaram ao cariz da Carta, que apelava à criação de uma África do Sul radicalmente diferente daquela que o ANC tinha advogado ao longo de toda a sua história. Diziam que a Carta tendia a uma ordem social socialista e acreditavam que o COD e os comunistas brancos tinham tido uma influência desproporcionada na ideologia subjacente. Em Junho de 1956, no mensário liberal *Liberation*, assinalei o facto de a Carta mencionar a iniciativa privada e de, pela primeira vez, permitir o florescimento do capitalismo entre os africanos. A Carta garantia que, quando fosse instituída a liberdade, todos os africanos teriam oportunidade de serem proprietários dos negócios no próprio nome, de serem donos das casas onde viviam, em suma, de poderem prosperar enquanto empresários capitalistas. A Carta não falava em erradicação de classes, nem em propriedade pública dos meios de produção, nem promovia nenhum dos dogmas do socialismo científico. A cláusula onde se abordava a possível nacionalização das minas, dos bancos e dos monopólios industriais era uma medida indispensável se queríamos que a economia não fosse dominada exclusivamente pelos homens de negócios brancos.

Na realidade a Carta era um documento revolucionário precisamente porque as mudanças que propunha não podiam ser conseguidas sem uma alteração radical das estruturas política e económica da África do Sul. Não tinha por objectivo ser capitalista ou socialista, mas uma fusão das exigências do povo para pôr termo à opressão. Na África do Sul, para se alcançar a justiça e a equidade, era preciso destruir o *apartheid*, em si mesmo a encarnação da injustiça.

As minhas proscritções expiraram nos primeiros dias de Setembro de 1955. A última vez que gozara férias tinha sido em 1948, quando ainda era um peso pluma dentro do ANC, com poucas responsabilidades para além de comparecer às reuniões do executivo do Transval e discursar perante uma ou outra assembleia. Agora, com trinta e oito anos, tinha chegado à categoria dos pesados, com mais encargos e responsabilidades. Tinha sido confinado a Joanesburgo durante dois anos, acorrentado ao meu trabalho legal e político, e negligenciado os assuntos da família Mandela no Transkei. Sentia-me desejoso por voltar ao campo, por estar no vasto *veld* e nos vales verdejantes

[174]

da minha infância. Ansiava por ver a minha família e falar com Sabata e Daliwonga sobre certos problemas relacionados com o Transkei, embora o ANC pretendesse que os abordasse sobre questões políticas. Seriam umas férias de trabalho, o único género de férias que sabia gozar.

Na noite anterior à partida, um grupo de amigos reuniu-se em minha casa para se despedir, entre eles Duma Nokwe, o jovem e bem-humorado advogado criminal que então era secretário nacional da Liga da Juventude. Duma tinha acompanhado Walter na viagem à Conferência da Juventude, em Bucareste, e nessa noite divertiu-nos com as canções russas e chinesas que tinha aprendido durante a sua viagem. Pela meia-noite, quando os convidados se preparavam para sair, a minha filha Makaziwe, então com dois anos, acordou e perguntou-me se podia ir comigo. Considerando o pouco tempo que tinha passado com a família, o pedido de Makaziwe despertou-me um sentimento de culpa. De repente, deixei de sentir entusiasmo pela viagem. Mas levei-a de volta para a cama, dei-lhe um beijo de boas-noites e quando ela adormeceu ultimei os preparativos para a partida.

A minha missão era descobrir factos e poderia combiná-la com a satisfação de rever a minha terra e os meus velhos companheiros. Estivera

isolado dos acontecimentos noutras regiões do país e estava desejoso de ver com os meus próprios olhos o que se passava no interior. Embora lesse vários jornais de todas as regiões, os jornais não são mais do que pálidos reflexos da realidade; a informação que veiculam é importante para um combatente da liberdade não por ser verdadeira mas porque revela os preconceitos e os pontos de vista tanto daqueles que escrevem as notícias como dos que as lêem. Nesta viagem, a minha intenção era auscultar directamente no terreno os sentimentos das pessoas.

Saí pouco depois da meia-noite e ao cabo de uma hora estava na auto-estrada para Durban. A estrada estava vazia e por companhia só tinha as estrelas e a suave brisa do Transval. Embora não tivesse dormido, sentia-me fresco e de coração leve. Ao romper do dia atravessei a fronteira do Volksrust para o Natal, a terra de Cetywayo, o último rei independente dos zulus, cujas tropas infligiram uma derrota a uma coluna inglesa em Isandhlwana, no ano de 1879. Contudo, o rei não conseguiu resistir ao poder de fogo dos ingleses e acabou por lhes entregar o reino. Pouco depois de ter atravessado o rio na fronteira do Natal vi as encostas escarpadas de Majuba Hills, onde um reduzido comando bóer emboscou e aniquilou uma guarnição de casacas-vermelhas, menos de dois anos após a rendição de Cetywayo. Em Majuba Hills, os africânderes tinham defendido com firmeza a sua independência contra o imperialismo britânico e dado um poderoso impulso ao nacionalismo. Agora, os descendentes desses mesmos combatentes da liberdade perseguiam o meu povo, que lutava precisamente pelas mesmas razões pelas quais tinham lutado e morrido os africânderes de outros tempos.

[175]

Conduzi ao longo dessas montanhas carregadas de memória a pensar menos nas ironias da história do que nos impiedosos africânderes do presente, que bem mereciam a sua Majuba Hills às mãos do meu povo.

Este devaneio desagradável foi interrompido pelo som da música da Rádio Banto no aparelho do automóvel. Embora detestasse o conservadorismo político da Rádio Banto, instilado pela South African Broadcasting Corporation, dirigida pelo Governo, adorava a música que transmitiam. (Na África o Sul, os artistas negros faziam a música e as companhias discográficas dos brancos ganhavam o dinheiro.) Ia a ouvir um programa popular intitulado «Reddifusion

Service», em que participavam os mais famosos artistas africanos, como Miriam Makeba, Dolly Rathebe, Dorothy Masuku e Thoko Shukuma, e o som melodioso e suave dos Manhattan Brothers. Gosto de todos os géneros de música, mas a música do meu povo enche-me o coração. O que é curioso na beleza da música africana é que nos faz sentir melhor mesmo quando narra uma história triste. Pode-se ser pobre, pode-se viver numa choça, pode-se ter perdido o emprego, mas a canção incute-nos esperança. A música africana aborda frequentemente as aspirações dos negros e pode despertar a vontade de se envolver politicamente mesmo naqueles que são avessos à política. Basta ouvir os cânticos empolgantes, quando os africanos se reúnem. A política pode dar força à canção, mas a música tem um poder capaz de desafiar a política.

Fiz diversas paragens no Natal para me encontrar com os secretários locais do ANC. Perto de Durban, aproveitei a oportunidade para parar em Pietermaritzburg, onde passei uma noite inteira na companhia do doutor Chota Motala, Moses Mabhida e outros, a analisar a situação política do país. Daí segui para Groutville, onde passei um dia com o chefe Luthuli. Embora tivesse os movimentos cerceados há mais de um ano por uma proscrição, o chefe mantinha-se muito bem informado sobre as actividades do ANC. Não estava satisfeito com aquilo que interpretava como uma crescente centralização do ANC em Joanesburgo e o declínio das regiões. Garanti-lhe que queríamos que as regiões conservassem todo o seu poder.

A paragem seguinte foi para uma reunião em Durban com o doutor Naicker e o Comité Executivo do Congresso Indiano do Natal, onde levantei a questão melindrosa de que o Comité Executivo Nacional achava que o Congresso Indiano tinha vindo recentemente a perder iniciativa. Abordei o assunto com relutância, pois o doutor Naicker era um homem mais velho do que eu e que tinha sofrido muito mais, mas falámos sobre as maneiras de ultrapassar as restrições impostas pelo Governo.

De Durban segui para sul ao longo da costa, passando por Port Shepstone e Port St. Johns, pequenas e adoráveis cidades coloniais que pontilhavam as praias de areias cintilantes do oceano Índico. Ainda que encantado com a beleza da região, sentia uma irritação permanente por causa dos

nomes atribuídos às ruas e aos edifícios, nomes dos imperialistas brancos que tinham suprimido aqueles cujos nomes lá deviam constar. Em determinado momento virei para o interior e fui até Umzimkulu para me encontrar com o doutor Conco, tesoureiro-geral do ANC, para mais debates e trocas de ideias.

Cada vez mais excitado, meti-me à estrada para Umtata. Quando entrei em York Road, a rua principal da cidade, senti o assalto das coisas familiares e das recordações que nos avassalam quando regressamos a casa ao cabo de muito tempo. Tinha saído de lá treze anos antes e embora não houvesse estandartes nem vitelos gordos para acolher o filho pródigo, sentia-me entusiasmado por rever a minha mãe, a nossa humilde morada e os meus amigos de juventude. Mas a minha viagem ao Transkei tinha outro motivo: a minha chegada coincidia com a reunião de um comité especial nomeado para supervisionar a transição do sistema da Bunga para se adaptar ao Bantu Authorities Act.

O papel da Bunga, que era composta por 108 membros, um quarto dos quais brancos e os restantes africanos, era aconselhar o Governo sobre a legislação que afectasse os africanos da região e decidir sobre assuntos de índole local, tais como impostos e estradas. Embora fosse a instituição política mais influente do Transkei, as suas resoluções tinham apenas efeito de recomendações e podiam ser rejeitadas pelos magistrados brancos. O poder da Bunga só ia até onde os brancos deixavam. No entanto, o Bantu Authorities Act visava substituí-la por um sistema ainda mais repressivo: uma ordem feudal assente na hereditariedade e dignidade tribais definidas pelo Estado. Segundo a propaganda do Governo, o Bantu Authorities Act destinava-se a libertar o povo do controlo dos magistrados brancos, mas não passava de uma cortina de fumo para um trabalho de sapa destinado a minar a democracia e a acicatar as rivalidades tribais. Para o ANC, o reconhecimento do Bantu Authorities Act equivalia a capitular perante o Governo.

Na noite da minha chegada tive breves encontros com vários conselheiros do Transkei e com o meu sobrinho, K. D. Matanzima, a quem tratava por Daliwonga. Este desempenhava um papel activo para convencer a Bunga a aceitar a nova ordem, que lhe aumentaria o poder como chefe da Tembulândia Emigrante. Estávamos em campos diferentes neste assunto delicado. A vida tinha-nos afastado e ele optara pela liderança tradicional e pela cooperação com o sistema. Como a hora já ia adiantada e a discussão se anunciava longa, marcámos encontro para o dia seguinte.

Passei a noite numa pensão da cidade, levantei-me cedo e tomei café no quarto com dois chefes locais para discutir o papel destes no seio na nova autoridade. A meio da conversa a dona da pensão interrompeu-nos, muito nervosa, para introduzir um branco no meu quarto.

[177]

- Você chama-se Nelson Mandela? - perguntou o homem.

- E quem quer saber? - perguntei à laia de resposta.

Declinou o nome e o cargo de sargento-detective da polícia local.

- Posso ver o seu mandado? - pedi.

Era óbvio que o sargento não gostava da minha audácia, mas com relutância exibiu um documento oficial.

- Sim, senhor, sou Nelson Mandela - respondi.

Informou-me então que o comandante da polícia queria falar comigo.

Respondi-lhe que se me queria ver sabia onde eu estava. Deu-me então ordem para o acompanhar à esquadra. Perguntei -lhe se estava preso e ele respondeu que não.

- Nesse caso não vou - disse eu.

Ficou desconcertado com a recusa, mas sabia que eu tinha a lei do meu lado. Começou então a fazer-me uma série de perguntas: quando é que tinha saído de Joanesburgo? Onde tinha estado? Com quem tinha falado? Tinha autorização para entrar no Transkei e quanto tempo contava permanecer? Respondi-lhe que o Transkei era a minha terra natal e que não precisava de autorização para lá entrar. O sargento saiu do quarto a passos largos.

Surpreendidos com a minha atitude, os chefes censuraram a minha rudeza. Expliquei-lhes que só o tinha tratado da mesma maneira que ele me tratara a mim. Não ficaram convencidos e obviamente consideraram-me um tipo

conflituoso, que mais tarde ou mais cedo se meteria em sarilhos. Eram estes os homens que tentava persuadir a rejeitar o Bantu Act e percebi que não lhes tinha causado boa impressão. Este incidente fez-me recordar que voltara à minha terra como um homem diferente daquele que de lá tinha saído treze anos antes.

No Transkei, a polícia não era propriamente refinada e discreta, e desde que saí da pensão começaram a seguir-me por toda a parte. Depois de ter falado com alguém a polícia abordava essa pessoa e dizia:

- Se falares com o Mandela vais para a prisão.

Tive um curto encontro com um dirigente local do ANC e fiquei descoroçoado ao tomar conhecimento da falta de fundos da organização, embora nesse momento estivesse a pensar menos nela do que na minha próxima paragem: Qunu, a aldeia onde cresci e onde ainda vivia a minha mãe.

Acordei a minha mãe, que a princípio olhou para mim como se estivesse a ver um fantasma. Mas a sua alegria não podia ter sido maior. Tinha levado alguma comida - fruta, carne, açúcar, sal e um frango - e a minha mãe acendeu o fogão para fazer chá. Não nos abraçámos nem beijámos, pois não fazia parte dos nossos costumes. Embora estivesse contente por regressar, não conseguia afastar um sentimento de culpa ao ver a minha mãe sozinha e a viver em condições de tamanha pobreza. Tentei convencê-la a vir viver comigo em Joanesburgo, mas jurou que nunca deixaria o campo, de que

[178]

tanto gostava. Dei por mim a perguntar-me - e não era a primeira vez - se teria agido bem ao negligenciar o bem-estar da família para me dedicar à luta pelo bem-estar de todos. Haverá qualquer coisa mais importante do que cuidar de uma mãe em idade avançada? Seria a política apenas um pretexto para me esquivar às minhas responsabilidades, uma desculpa por não lhe poder dar aquilo de que precisava?

Ao cabo de mais ou menos uma hora em companhia da minha mãe, saí para passar a noite em Mqhekezweni. Quando cheguei já a noite tinha caído e no meu entusiasmo comecei por fazer soar a buzina do automóvel. Não me tinha passado pela cabeça quais as possíveis interpretações daquele ruído, até ver as

peessoas saírem a medo das cubatas, a pensar que seria a polícia. Quando me reconheceram, fui recebido com surpresa e manifestações de alegria por vários habitantes da aldeia.

No entanto, em vez de dormir como uma criança na minha antiga cama, dei voltas e mais voltas durante a noite, a interrogar-me se teria ou não tomado o caminho certo. Por fim, concluí que tinha feito a escolha correcta. Não quero dizer com isto que a luta pela liberdade se inscreva numa ordem moral mais elevada que cuidar da família. Não é isso; simplesmente, é diferente.

De regresso a Qunu na manhã seguinte, passei o dia a relembrar o passado com as pessoas da aldeia e a passear pelos campos em redor. Fui visitar Mabel, a mais prática e descontraída de todas as minhas irmãs, a quem era muito chegado. Mabel estava casada, mas aquele casamento tinha uma história curiosa. A minha irmã Baliwe, mais velha que Mabel, estava prometida em casamento e o lobolo já tinha sido pago. Mas duas semanas antes do casamento Baliwe, que era uma rapariga muito decidida, resolveu fugir. Não podíamos devolver o gado, que já tinha sido aceite, de modo que a família entendeu que Mabel devia ocupar o lugar da irmã, e assim aconteceu.

Ao fim da tarde meti - me no automóvel para voltar a Mqhekezweni. Mais uma vez cheguei de noite e anunciei a minha presença com buzínadelas, só que desta vez as pessoas saíram de casa a pensar que quem tinha voltado era Justice, o seu chefe. Justice tinha sido deposto pelo Governo e vivia agora em Durban. Embora o Governo tivesse nomeado outra pessoa para o cargo, um chefe é um chefe por virtude do seu nascimento, e a autoridade que exerce decorre da linhagem. Ficaram felizes por me ver, mas teriam ficado ainda mais se fosse Justice.

No-England, a minha segunda mãe, viúva do regente, estava a dormir quando cheguei mas apareceu em camisa de noite e ao ver-me ficou de tal modo excitada que me pediu que a levasse imediatamente a casa de um parente para festejarmos. Saltou para dentro do carro e lançámo-nos numa corrida louca pelo *veld* a caminho da cubata do tal parente dela. Ao chegarmos acordámos mais uma família e já era de madrugada quando me fui deitar, exausto e feliz.

Passei as duas semanas seguintes em deslocações entre Qunu e Mqhekezweni, pernoitei alternadamente em casa da minha mãe e na de No-England, visitei e recebi visitas de amigos. Comi a mesma comida com que me alimentava quando era rapaz, percorri os mesmos campos, olhei para o mesmo céu durante o dia e para as mesmas estrelas à noite. É importante para um combatente da liberdade manter-se em contacto com as suas raízes e o bulício da cidade tendia a eliminar as recordações do passado. Aquela estada revigorou-me e reavivou o amor que sentia pelo lugar onde cresci. Mais uma vez era o filho da minha mãe, em casa dela; mais uma vez era o protegido do regente, na Casa Grande.

A visita foi também uma maneira de avaliar a distância que tinha percorrido. Vi como o meu povo não tinha saído do mesmo lugar enquanto eu tinha viajado, visto novas terras e assimilado novas ideias. Se já antes não me tivesse dado conta disso, percebi que tinha feito bem em não ficar no Transkei depois de ter saído de Fort Hare. Se lá tivesse permanecido, a minha evolução política teria sido truncada.

Como o Comité Especial que devia considerar a introdução do Bantu Authorities Act foi adiado, fui com Daliwonga visitar Sabata, que estava no hospital de Umtata. Tinha esperança de conversar com ele sobre o caso, mas a sua saúde não o permitiu. Eu queria que Sabata e o irmão, Daliwonga, iniciassem conversações sobre o assunto assim que Sabata estivesse em condições de o fazer e deixei isso bem claro. Sentia-me orgulhoso por estar a organizar um encontro entre os descendentes de Ngubengcuka, e meditei sobre a ironia de estar finalmente a desempenhar o papel de conselheiro de Sabata, para o qual tinha sido educado.

De Umtata, Daliwonga e eu seguimos para Qamata, onde nos encontrámos com George, o seu irmão mais novo, que exercia advocacia. Os dois estagiários que trabalhavam com ele eram meus conhecidos e fiquei satisfeito por vê-los: A. P. Mda e Tsepo Letlaka. Continuavam a ser fervorosos apoiantes da organização e tinham deixado de ensinar para se dedicarem à advocacia. Em Qamata, sentámo-nos para discutir a questão do Bantu Authorities Act.

A minha missão era persuadir Daliwonga - um homem destinado a desempenhar um papel de relevo na política do Transkei - a resistir à imposição. Não queria transformar o encontro numa confrontação, nem sequer num debate;

não queria uma sessão de exibicionismo nem tencionava apontar culpas a ninguém, apenas uma discussão calma entre homens que levavam a sério os interesses do seu povo e de toda a nação.

Daliwonga continuava a considerar-me inferior sob muitos aspectos, quer na hierarquia dos tembos quer na formação política. Mas se de facto lhe era inferior na primeira, tinha a certeza de já ter ultrapassado o meu antigo mentor em matéria de ideias políticas. Enquanto as preocupações

[180]

dele se centravam nos problemas da tribo, eu passara a envolver-me com pessoas que pensavam em termos de toda a nação. Não fazia tenção de complicar o debate com grandes teorias políticas, só pretendia fiar-me no senso comum e nos factos da nossa história. Antes de começarmos, Daliwonga convidou Mda e Letlaka, bem como o seu irmão George, a participarem, mas eles esquivaram-se dizendo que preferiam ouvir-nos.

- Que o sobrinho e o tio conduzam o debate - declarou Mda em sinal de respeito.

A etiqueta mandava que fosse eu o primeiro a apresentar o meu ponto de vista sem interrupções; depois seria a vez de ele falar e de eu ouvir.

Antes do mais, disse eu, o Bantu Authorities Act não é praticável, porque cada vez mais os africanos trocam as aldeias pelas cidades. A ideia do Governo era encerrar os negros em enclaves étnicos porque temiam o poder da sua união. Disse ainda que o povo queria democracia e liderança política com base no mérito e não no nascimento. Neste aspecto, a lei era um retrocesso.

Daliwonga respondeu que procurava restabelecer o prestígio da sua casa real, esmagada pelos britânicos. Sublinhou a importância e a vitalidade do sistema tribal e das chefias tradicionais e que não queria rejeitar um sistema que dava valor a essas coisas. Também ansiava por uma África do Sul livre, mas pensava que tal seria conseguido mais depressa e de modo mais pacífico através da política governamental do desenvolvimento separado. Disse também que o ANC só traria infelicidade e derramamento de sangue. E terminou dizendo que estava espantado por ver que, apesar da minha posição na casa real dos tembos,

eu não apoiava o princípio das chefias tradicionais.

Quando Daliwonga terminou respondi que, embora compreendesse muito bem a sua posição pessoal como chefe, pensava que os seus interesses entravam em conflito com os da comunidade. Disse que se estivesse na posição dele procuraria subordinar os meus interesses aos do povo. De imediato lamentei estas palavras, pois sei que numa discussão não se deve assumir uma atitude moralmente superior à do interlocutor. Notei que Daliwonga ficou hirto quando me ouviu dizer aquilo e rapidamente mudei para assuntos de carácter mais geral.

Falámos durante toda a noite, mas nenhum de nós se deixou convencer pelo outro. Quando o Sol já se levantava, cada um foi para seu lado. Tínhamos enveredado por caminhos diferentes que nos punham em conflito, o que me entristecia bastante, pois poucos homens tiveram tanta influência sobre mim como Daliwonga, e nada me daria mais alegria do que lutar ao seu lado. Mas não seria assim. Nas questões de família continuávamos a ser amigos; politicamente estávamos em campos opostos e defendíamos posições antagónicas.

Nessa manhã voltei a Qunu, onde passei mais alguns dias. Andei pelo *veld* para visitar amigos e parentes, mas o mundo mágico da minha infância

[181]

tinha desaparecido. Uma noite disse adeus à minha mãe e à minha irmã. Fui ao hospital visitar Sabata e desejar-lhe rápidas melhoras e pelas três horas da madrugada já estava a caminho da Cidade do Cabo. A claridade da Lua e a brisa fresca mantiveram-me desperto enquanto atravessava o rio Kei. A estrada serpenteia pelas montanhas e quando Sol se levantou o meu ânimo levantou -se com ele. Não passava por aquela estrada há dezoito anos, quando Jongintaba me tinha levado a Healdtown.

Seguia devagar quando reparei num homem que coxeava pela berma da estrada e que me fez um sinal com a mão. Numa reacção instintiva, parei e ofereci-lhe boleia. Era mais ou menos da minha idade, de baixa estatura, e mal cuidado; há muito tempo que não tomava banho. Disse-me que o carro se tinha avariado do outro lado de Umtata e que caminhava há vários dias em direcção a Port Elizabeth. Notei uma série de inconsistências na sua história e perguntei-lhe

qual era a marca do automóvel. Um *Buick*, respondeu-me. E a matrícula, perguntei, ao que o homem me atirou com um número. Alguns minutos depois voltei a perguntar: «Qual foi o número de matrícula que disse?» Desta vez respondeu-me com um número ligeiramente diferente. Desconfiei que fosse um polícia e resolvi falar o menos possível.

Durante o percurso até Port Elizabeth o meu companheiro não parou de falar, sem se dar conta da minha atitude reservada. Apontou-me várias curiosidades e parecia bastante versado na história da região. Nunca me perguntou quem eu era e eu também não lhe disse. Mas era um tipo divertido e achei a sua conversa útil e interessante.

Fiz uma paragem em East London para falar com alguns elementos do ANc. Antes de sair da cidade tive uma conversa com pessoas da *township*, uma das quais me pareceu um polícia infiltrado. O meu companheiro de viagem ficou a saber quem eu era e poucos minutos depois de termos voltado para o carro disse-me:

- Sabes, Mandela, desconfio que havia ali um tipo que era polícia. Isto confirmou as minhas suspeitas e respondi:

- Olha lá, como é que sei que tu não és também polícia? Tens de me dizer quem és, senão deixo-te ficar na estrada.

O homem protestou e disse:

- Nada disso, vou-me apresentar formalmente.

Confessou que era contrabandista e que trazia *dagga* (marijuana) da costa da Pondolândia quando se lhe deparara um bloqueio da polícia na estrada. Tinha saltado do carro para fugir, mas a polícia disparara, atingindo-o numa perna. Era por isso que coxeava e não tinha transporte. Fizera-me sinal porque temia que a polícia andasse no seu encalço.

Perguntei-lhe por que razão tinha escolhido um modo de vida tão perigoso e o homem respondeu-me que queria ser professor, mas que os pais

eram demasiado pobres para lhe pagarem o colégio. Terminada a escola primária tinha trabalhado numa fábrica, mas o salário era miserável, nem dava para o sustentar. Começara então a traficar *dagga* e o negócio correrá-lhe tão bem que não tardara em deixar a fábrica. E acrescentou em tom de lástima que em qualquer outro país do mundo teria tido oportunidade para fazer valer os seus talentos.

- Vi homens brancos que me eram inferiores na competência e na inteligência a ganharem cinquenta vezes mais do que eu.

Fez uma longa pausa e declarou em tom solene.

- Também sou membro do ANC

Contou - me que tinha tomado parte na Campanha de Provocação de

1952 e que servira em vários comités locais em Port Elizabeth. Fiz-lhe perguntas sobre diversas personalidades, que deu mostras de conhecer, e mais tarde, em Port Elizabeth, confirmei que me contara a verdade. De facto tinha sido um dos homens de maior confiança entre os detidos durante a Campanha de Provocação. As portas da luta pela liberdade estão abertas para todos os que por elas quiserem passar.

Na minha qualidade de advogado com uma prática bastante longa, estava habituado a ouvir histórias daquelas. Muitas vezes tinha escutado relatos de homens inteligentes e dotados como o meu companheiro, que se haviam dedicado ao crime para prover ao seu sustento. Embora pense que alguns indivíduos têm uma tendência natural para o crime por força da sua herança genética ou de uma educação deficiente, estou convencido de que o *apartheid* fez que muitos cidadãos respeitadores da lei se tornassem criminosos. Percebe-se que um sistema legal imoral e injusto faça que as pessoas sintam desprezo pelas suas leis e regulamentos.

Ao pôr-do-sol chegámos a Port Elizabeth, onde Joe Matthews, filho de Z. K. Matthews, me arranjou alojamento. No dia seguinte encontrei-me com Raymond Mhlaba, Frances Baard e Govan Mbeki, a quem via pela primeira vez. Conhecia a sua obra, pois como estudante tinha lido o seu pequeno livro *The Transkei in the Making*. Estivera à frente de uma loja cooperativa no Transkei, que tinha deixado para ser editor do semanário *New Age*. Govan era um homem grave, pensativo e de maneiras suaves, tão à vontade no mundo académico como

no activismo político. Estivera profundamente envolvido no planeamento do Congresso do Povo e estava destinado aos mais altos cargos dentro da organização.

Ao fim da manhã fiz-me à estrada para a Cidade do Cabo, com o rádio por única companhia. Nunca antes tinha feito o percurso entre Port Elizabeth e a Cidade do Cabo e antevia muitos quilómetros de paisagens delirantes. O dia estava quente e a estrada era ladeada por densa vegetação. Mal tinha saído da cidade quando atropeli uma grande cobra que deslizava pelo alcatrão. Não sou supersticioso e não acredito em augúrios, mas

[183]

a morte da cobra não me agradou. Não gosto de matar seja o que for, mesmo as criaturas que nos causam pavor.

Depois de passar Humansdorp a floresta adensou-se e pela primeira vez na vida vi elefantes e babuínos. Um babuíno grande atravessou-se à minha frente e eu parei o carro. O animal ficou ali de pé, a olhar-me intensamente como se fosse um detective do Special Branch. Era irónico que eu, um africano, estivesse pela primeira vez a ver a África da banda desenhada. Que terra maravilhosa, pensei, e inteiramente fora do nosso alcance, propriedade exclusiva dos brancos e inacessível aos negros. Tinha tantas hipóteses de viver naquela terra maravilhosa como de concorrer ao Parlamento.

Onde quer que vá, um combatente da liberdade é sempre acompanhado por pensamentos sediciosos. Na cidade de Knysna, mais de cento e cinquenta quilómetros a ocidente de Port Elizabeth, parei para observar a paisagem. A estrada sobranceira à cidade oferece um panorama até onde a vista alcança. Em todas as direcções se estendem vastas florestas, mas o que me chamou a atenção não foi a imensidão verde mas o facto de haver muitos lugares onde uma guerrilha poderia viver e exercitar-se sem ser detectada.

Cheguei à Cidade do Cabo à meia-noite para o que acabou por ser uma estada de duas semanas. Fiquei alojado em casa do reverendo Walter Teka, dirigente da Igreja Metodista, mas passei a maior parte do tempo com Johnson Ngwevela e Greenwood Ngotyana. Ngwevela era o presidente da assembleia do

ANC no Cabo Ocidental e Ngotyana fazia parte do executivo. Eram ambos comunistas, para além de membros destacados da Wesleyan Church. Todos os dias me deslocava para me encontrar com dirigentes do ANC em lugares como Worcester, Paarl, Stellenbosch, Simonstown e Hermanus. Tinha em mente aproveitar todos os dias para trabalhar, mas quando perguntei se tinham alguma coisa prevista para domingo - que para mim, no Transval, era um dia de trabalho como os outros - informaram-me que o dia estava reservado para ir à igreja. Protestei, mas sem resultado. Pelo menos em África, o comunismo e o cristianismo não se excluía mutuamente.

Um dia, quando andava pela cidade, reparei numa mulher branca que roía espinhas de peixe numa valeta. Era uma mulher pobre, que parecia não ter onde viver, mas era ainda nova e algo atraente. É claro que eu sabia da existência de brancos pobres, tão pobres como os africanos, mas poucas vezes tinha tido oportunidade de ver um. Estava habituado a encontrar pedintes negros pelas ruas e chocou-me ver aquela mulher branca. Habitualmente não dou esmolas aos pedintes africanos, mas senti necessidade de ajudar aquela mulher. Nesse momento apercebi-me do embuste do *apartheid*, em que as desgraças dos africanos eram vistas como inerentes à sua condição, enquanto o meu coração se perturbava com a miséria de uma mulher branca. Na África do Sul, ser negro e pobre era normal, ser branco e pobre era uma tragédia.

[184]

Quando me preparava para abandonar a Cidade do Cabo, fui aos escritórios do *New Age* falar com alguns velhos amigos e discutir as suas políticas editoriais. O *New Age*, sucessor de algumas publicações de esquerda entretanto proibidas, era simpatizante do ANC. Era cedo, na manhã do dia 27 de Setembro, e ainda ia a subir os degraus quando me chegaram aos ouvidos vozes iradas vindas do interior e o som de móveis a ser arrastados. Reconheci a voz de Fred Carneson, director do jornal e a alma que o animava. Ouvi também as vozes roucas dos agentes da polícia que faziam uma busca às instalações. Afastei-me discretamente e mais tarde vim a saber que não se tratara de um incidente isolado mas sim parte da mais vasta acção concertada do Governo jamais empreendida na África do Sul. Armados com mandados que lhes permitiam apreender tudo quanto pudesse ser apresentado como prova de alta traição, sedição ou violação do *Suppression of Communism Act*, os agentes da

polícia levaram a cabos rusgas por todo o país, em casa e no local de trabalho de mais de quinhentas pessoas. O meu escritório em Joanesburgo também foi alvo de uma busca e o mesmo aconteceu em casa do doutor Moroka, do padre Huddleston e do professor Matthews.

Esta incursão da polícia veio ensombrar o meu último dia na Cidade do Cabo, pois constituiu a primeira acção de uma estratégia ainda mais repressiva por parte do Estado. No mínimo devia ter como consequência uma nova vaga de proscritos e tinha a certeza de estar entre eles. Nessa noite, o reverendo Teka e a mulher convidaram várias pessoas para irem lá a casa despedirem-se de mim e, sob a orientação do reverendo, ajoelhámos em oração pelas pessoas cujas casas tinham sido alvo de buscas. Saí para a estrada à minha hora preferida, as três da madrugada, e meia hora depois estava a caminho de Kimberley, a rude cidade mineira onde o negócio dos diamantes da África do Sul se tinha iniciado no século anterior.

Estava previsto que ficaria uma noite em casa do doutor Arthur Letele, um médico escrupuloso que mais tarde viria a ser tesoureiro-geral do ANc. Estava constipado e quando me recebeu Arthur meteu-me na cama. Era um homem corajoso e dedicado, que tinha chefiado um grupo de protestantes encarcerado por ocasião da Campanha de Provocação. Foi um gesto audacioso para um médico, sobretudo numa cidade onde a acção política dos negros era diminuta. Em Joanesburgo tínhamos o apoio de centenas ou mesmo milhares de pessoas que se envolviam nas mesmas actividades arriscadas, mas num lugar tão conservador como Kimberley, onde não havia imprensa liberal nem poder judicial para supervisionar os actos da polícia, aquele gesto exigiu muita coragem. Foi em Kimberley, durante a Campanha de Provocação, que um dos dirigentes do ANC foi condenado pelo magistrado local a uma pena de chicote.

[185]

Apesar da constipação, Arthur autorizou-me a falar a um grupo de membros do ANC que se reuniu em sua casa na noite seguinte. Preparava-me para sair nessa madrugada pelas três horas, mas Arthur e a mulher insistiram comigo para que ficasse até ao pequeno-almoço, ao que acedi. O regresso a Joanesburgo foi rápido, e cheguei a casa pouco antes da hora da ceia, recebido pelos gritos excitados dos meus filhos, que sabiam que lhes levava presentes.

Uma de cada vez, entreguei-lhes as prendas que tinha comprado na Cidade do Cabo e respondi pacientemente às perguntas que me fizeram acerca da viagem. Embora não tivessem sido umas férias a sério, o efeito fora o mesmo: sentia-me rejuvenescido e pronto para retomar o combate.

Assim que cheguei fiz um relatório da viagem, que submeti ao Grupo de Trabalho do ANC. A principal preocupação da organização era saber se a Aliança do Congresso seria suficientemente forte para se opor aos planos do Governo. Não lhes dei boas notícias. Informei que o Transkei não possuía uma boa organização do ANC e que a força da polícia de segurança em breve anularia qualquer pequena influência que o ANC pudesse exercer.

Avancei então com uma alternativa que sabia não ser popular. Não seria bom que o ANC fizesse parte da estrutura das novas Bantu Authorities como meio de se manter em contacto com as massas populares? Em devido tempo essa participação poderia transformar-se numa plataforma de divulgação das nossas ideias e políticas.

Qualquer sugestão de participar nas estruturas do *apartheid*, fosse qual fosse a forma, estava condenada a uma violenta oposição. Nos meus primeiros tempos, também eu teria contestado frontalmente a ideia. Contudo, a noção que tinha do país dizia-me que poucas pessoas estavam dispostas a fazer sacrifícios para se juntarem ao combate. Devíamos abordar as pessoas nos seus próprios termos, mesmo que isso parecesse uma forma de colaboracionismo. Do meu ponto de vista, o nosso movimento devia ser como uma tenda gigantesca que pudesse acolher o maior número possível de participantes.

O meu relatório foi rapidamente posto de parte por causa de outro que entretanto apareceu, com implicações muito mais vastas. A publicação do relatório da Comissão Tomlinson para o Desenvolvimento Socioeconómico dos Territórios Bantos acabava de desencadear um debate agitado a nível nacional. A comissão, criada pelo Governo, propunha um plano para o desenvolvimento dos chamados Territórios Bantos, ou Bantostões. O resultado era de facto um modelo de «desenvolvimento separado», o grande *apartheid*.

O sistema de bantostões tinha sido imaginado pelo doutor H. F. Verwoerd, ministro dos Assuntos Nativos, como uma forma de calar as críticas internacionais às políticas racistas da África do Sul, ao mesmo tempo que institucionalizava o *apartheid*. Os bantostões, ou reservas, como também lhes chamavam, eram enclaves étnicos separados para todos os negros. Segundo Verwoerd, os negros «deviam viver em reservas» onde se «desenvolveriam segundo as suas regras próprias». A ideia era preservar o *status quo* em que três milhões de brancos eram proprietários de 87% da terra e relegar os oito milhões de negros para os 13% restantes.

O tema central do relatório era o repúdio da ideia de integração entre as raças, a favor de uma política de desenvolvimento separado para brancos e negros. Para alcançar esse fim, o relatório recomendava a industrialização das regiões destinadas aos negros, frisando que qualquer programa de desenvolvimento que não visasse dar oportunidades aos negros nas suas regiões estaria condenado ao fracasso. A comissão assinalava ainda que a actual distribuição geográfica das regiões destinadas aos africanos era demasiado fragmentária e recomendava a consolidação das regiões africanas naquilo que designava por «pátrias lógicas e históricas» dos principais grupos étnicos.

Todavia, a criação de bantostões individuais e circunscritos proposta pela comissão era uma farsa. O Transkei, que era apontado como exemplo do sistema de regiões separadas, seria dividido em três blocos geograficamente distintos. Os bantostões Suázi, Lebowa e Venda eram compostos por três elementos cada; Gazankule, por quatro; o Ciskei, por dezassete; o Bophuthatswana, por dezanove; e o KwaZulu, por vinte e nove. O que os nacionalistas queriam instituir na existência das pessoas era um cruel e gigantesco quebra-cabeças.

A intenção do Governo ao criar o sistema de «pátrias» era manter o Transkei - e outras regiões africanas - como reservas da mão-de-obra barata para as indústrias dos brancos. Em simultâneo, o desejo não revelado do Governo era criar uma classe média de negros para contrabalançar os apelos do ANC à luta pela liberdade.

O ANC denunciou o relatório da Comissão Tomlinson, apesar de algumas das suas recomendações mais liberais. Como tinha dito a Daliwonga, o desenvolvimento separado era uma solução espúria para um problema que os brancos não sabiam como controlar. O Governo aprovou o relatório mas rejeitou algumas das suas recomendações, que considerou demasiado progressistas.

Apesar das trevas que sobre nós se fechavam e do meu pessimismo em relação às políticas do Governo, não deixei de pensar no futuro. Em Fevereiro de 1956 regressei ao Transkei para comprar um lote de terreno em

[187]

Umtata. Sempre achei que um homem devia ter uma casa perto do local onde nasceu, na qual poderá encontrar o repouso que não consegue em mais nenhum lugar.

Fui ao Transkei na companhia de Walter. Conhecemos várias pessoas do ANC, tanto em Umtata como em Durban, por onde começámos a viagem. Uma vez mais, fomos desastradamente seguidos pela polícia do Special Branch. Em Durban visitámos os nossos colegas do Congresso Indiano do Natal, num esforço para incentivar o activismo na região.

Com a ajuda de Walter, em Umtata, consegui pagar a C. K. Sakwe um sinal por um lote de terreno que possuía na cidade. Sakwe era membro da Bunga e tinha servido no Conselho de Representação dos Nativos. Relatou-nos um incidente que ocorrera no sábado anterior em Bumbhane, a Casa Grande de Sabata, numa reunião entre os chefes tradicionais e os representantes do Governo a propósito da criação dos bantostões. Um grupo de chefes tinha levantado objecções à política do Governo e insultado o magistrado. A reunião terminara num ambiente de discórdia; este episódio deu-nos uma perspectiva das objecções de fundo à implementação do Bantu Authorities Act.

Em Março de 1956, depois de vários meses de liberdade relativa, recebi a minha terceira proscricção, que me confinava a Joanesburgo durante cinco anos e me proibia de participar em reuniões durante o mesmo período. Ao longo dos sessenta meses seguintes teria de ficar de quarentena sem poder sair do mesmo bairro, a ver as mesmas ruas, os mesmos horizontes de montes de entulho provenientes das minas e o mesmo céu. Teria de depender dos jornais e das outras pessoas para saber o que se passava fora da cidade, uma ideia que não me seduzia.

Só que nessa altura a minha atitude em relação às proscricções tinha-se

alterado de maneira radical. Da primeira vez respeitara todas as regras e regulamentos dos meus perseguidores. Agora, só sentia desprezo por essas regras. Não estava disposto a permitir que o meu envolvimento na luta e o âmbito das minhas actividades políticas fossem determinados pelo próprio inimigo que combatia. Permitir-lhes que circunscrevessem as minhas acções seria uma forma de me declarar vencido e resolvi não ser o meu próprio carcereiro.

Não tardou muito que não me envolvesse na mediação de uma disputa política azeda dentro de Joanesburgo. Duas partes que se digladiavam, e ambas queriam a minha ajuda. Cada uma apresentava razões de queixa legítimas contra a outra e o confronto entre as duas era implacável. A alteração ameaçava degenerar numa guerra civil e fiz o que me foi possível para evitar a ruptura. É claro que estou a falar das desavenças entre pugilistas e halterófilos no Donaldson Orlando Community Center, onde treinava quase todas as tardes.

[188]

Entrei para o clube em 1950 e eram raras as noites livres que não trabalhava no Centro Comunitário. Durante os primeiros anos levei comigo o meu filho, 'lhembi, que em 1956, quando tinha dez anos, já era um pugilista entusiasta, embora frágil. O clube era dirigido por Johannes (Skipper Adonis) Molotsi e os membros eram pugilistas amadores e profissionais, bem como uma série de dedicados halterófilos. Jerry (Uyinja) Moloi, a nossa estrela do boxe, veio a ser campeão do Transval na categoria de «leves» e o principal candidato ao título nacional.

O ginásio estava mal equipado. Não tínhamos dinheiro para um ringue, por isso treinávamos sobre um chão de cimento, o que podia ser perigoso para um pugilista derrubado. Só tínhamos um saco e uns poucos pares de luvas de boxe. Não tínhamos bolas medicinais nem bolas rápidas, calções e sapatos adequados, nem protectores de boca. Quase ninguém tinha protector de cabeça. Apesar da escassez do equipamento, o ginásio produziu campeões como Eric (Black Material) Ntsele, campeão da África do Sul na categoria de «galos», e Freddie (Tomahawk) Ngidi, campeão na categoria de «moscas», que passava os dias a trabalhar como meu ajudante em Mandela & Tambo. No total, devíamos ser uns vinte ou trinta sócios.

Embora tivesse praticado um pouco em Fort Hare, foi só depois de viver em Joanesburgo que levei o boxe a sério. Nunca fui um bom pugilista. Estava na categoria de «pesados» e não tinha força para compensar a minha falta de rapidez, nem rapidez para compensar a falta de força. O que apreciava no boxe não era a violência, mas a técnica. Intrigava-me como se podia mover o corpo para esquivar os golpes, como se podia usar a mesma estratégia para atacar e para defender, como se fazia a preparação para um combate. O boxe é igualitário. No ringue, o posto, a idade, a cor e a riqueza são irrelevantes. Quando se circula o adversário, a testar as suas forças e fraquezas, não se pensa na cor dele nem no seu estatuto social. Depois de entrar na política, nunca travei qualquer combate a sério. O meu interesse era sobretudo treinar, pois achava o exercício rigoroso um escape magnífico para a tensão e o *stress*. Depois de um treino intensivo sentia-me física e mentalmente mais leve. Era uma forma de me perder em qualquer coisa que não fosse a luta pela liberdade. Depois do treino do final do dia, acordava de manhã mais forte e mais fresco, pronto para retomar o combate.

Entre segunda e quinta-feira passava uma hora e meia no ginásio ao fim da tarde. Saía do trabalho, passava por casa a buscar 'lhembu e depois íamos ao Centro Comunitário. Fazíamos uma hora de exercício, entre corrida, saltar à corda, ginástica e movimentações diante do espelho, seguida por quinze minutos de levantamento de pesos e de treino de pugilismo. Se estivéssemos a treinar para um torneio, o exercício prolongava-se por duas horas e meia.

As sessões de treino eram comandadas alternadamente, para que todos pudessem desenvolver a sua capacidade de liderança, iniciativa

[189]

e autoconfiança. Thembi adorava dirigir os treinos. Quando era o meu filho que comandava, as coisas tornavam-se um pouco mais duras para mim, pois ele escolhia-me sempre como alvo das suas críticas. Não hesitava em repreender-me quando me mostrava preguiçoso. No ginásio todos me tratavam por «Chefe», um título que ele ignorava deliberadamente, e chamava-me «senhor Mandela», ou então, quanto tinha pena do velho, «*My bra*», que no jargão dos subúrbios significava «mano». Quando me via sem fazer nada gritava em tom muito sério:

- Senhor Mandela, parece que esta noite está a perder o seu tempo.

Se não aguenta, é melhor ir para casa e ficar lá com as velhas.

Toda a gente adorava aquelas tiradas e a mim dava-me prazer ver o meu filho feliz e tão seguro de si.

Nesse ano, a camaradagem dentro do clube desfez-se por causa de uma desavença entre Skipper Molotsi e Jerry Moloi. Jerry e os outros pugilistas entenderam que Skipper não dava a devida atenção ao clube. Skipper era um treinador experiente, mas raramente estava presente para transmitir os seus conhecimentos. Era um profundo conhecedor das histórias do boxe, capaz de descrever os vinte e seis *rounds* do famoso combate que Jack Johnson travou em Havana em 1915, quando o primeiro negro campeão do mundo de pesados perdeu o título. Mas Skipper só costumava aparecer antes de um combate ou de um torneio para recolher os seus magros honorários. Eu concordava com o ponto de vista de Jerry, mas fazia o possível por minimizar a querela no intuito de manter a harmonia. Por fim, até o meu filho concordou com as críticas de Jerry e nada pude fazer para evitar a ruptura.

Sob a liderança de Jerry, os pugilistas ameaçaram abandonar o clube para formar outro. Organizei uma reunião com todos os membros, que se revelou bastante agitada e se desenrolou em sesoto, em zulo, em xossa e em inglês. Skipper chegou ao ponto de citar Shakespeare nas suas invectivas contra os pugilistas rebeldes, acusando Jerry de o trair como Bruto tinha traído César.

- Quem são esses tipos, César e Bruto? - perguntou o meu filho. Antes que lhe pudesse responder, alguém perguntou:

- Esses gajos não morreram já?

Ao que Skipper replicou:

- Pois sim, mas a verdade sobre a traição continua viva!

Não se chegou a qualquer conclusão, os pugilistas foram treinar para outro lado e os halterófilos ficaram no Centro Comunitário. Eu acompanhei naturalmente os pugilistas e, durante as primeiras semanas da separação, treinámos num lugar bastante desagradável para um combatente da liberdade, o ginásio da polícia. Mais tarde, a Igreja Anglicana alugou-nos umas instalações

em Orlando East por um preço razoável e passámos a treinar

[190]

sob a orientação de Simon (Mshengu) Tshabalala, que veio a ser um dos mais destacados combatentes do ANC na clandestinidade.

As novas instalações não eram melhores que as anteriores e o clube nunca mais se refez. Os pugilistas negros, tal como todos os atletas e artistas africanos, tinham contra si a dupla desvantagem da pobreza e do racismo. Qualquer dinheirito que o pugilista negro ganhasse era para comer, pagar a renda e comprar alguma roupa, pouco ou nada ficava para investir em equipamentos, indispensáveis para chegar a ser um atleta de primeira qualidade. Diferentemente dos pugilistas brancos, os pugilistas negros trabalhavam a tempo inteiro. Os *sparring partners* eram poucos e muito mal pagos; sem o treino adequado, a qualidade dos competidores ressentia-se. Mesmo assim, alguns pugilistas africanos conseguiram ultrapassar as dificuldades e alcançar enorme êxito. Pugilistas com Elijah (Maestro) Mokone, Enoch (Schoolboy) Nhlapo, Kangaroo Maoto, um dos grandes estilistas do ringue, Levi (Golden Boy) Madi, Nkosana Mgxaji, Mackeed Mofokeng e Norman Sekgapane obtiveram grandes vitórias, enquanto Jake Tuli, o nosso maior herói, conseguiu o título de campeão do Império Britânico na categoria de «moscas». Foi o exemplo mais flagrante daquilo que os pugilistas negros poderiam alcançar desde que lhes fosse dada uma oportunidade.

[191]

Parte cinco

A traição

Na madrugada do dia 5 de Dezembro de 1956, ao rair da alva, fui acordado por uma ruidosa pancada na porta. Nenhum amigo ou parente bate à porta daquela maneira autoritária e percebi logo que era a polícia. Vesti-me à pressa e deparei com o agente de primeira classe Rousseau, uma figura muito conhecida na zona, acompanhado por dois polícias. Rousseau apresentou-me um mandado de busca e os três começaram de imediato a passar a casa a pente fino, à procura de quaisquer documentos que me incriminassem. Entretanto, as crianças tinham acordado e, com um olhar severo, dei-lhes indicação para permanecerem calmas. As crianças precisavam de mim para se sentirem seguras. A polícia rebuscou gavetas, armários e roupeiros, todos os sítios onde poderia estar qualquer coisa escondida. Ao cabo de quarenta e cinco minutos, Rousseau disse-me, sem alterar a voz:

- Mandela, temos um mandado para te prender. Vem comigo.

Olhei para o mandado e foi como se as palavras me saltassem aos olhos: HOOGVERRAAD - ALTA TRAIÇÃO.

Acompanhei-os ao automóvel. Não é agradável ser preso na presença dos filhos, mesmo quando se tem consciência de fazer o que deve ser feito. Porque as crianças não percebem a complexidade da situação; a única coisa que vêem é o pai a ser levado pelas autoridades brancas sem a mínima explicação.

Rousseau sentou-se ao volante e eu ao lado dele - sem algemas. O agente tinha outro mandado de busca para o meu escritório na cidade, para onde se dirigiu depois de ter largado os dois polícias nas proximidades. Para chegar à baixa de Joanesburgo era preciso percorrer uma estrada longa e desolada que atravessava uma zona despovoada. Seguíamos por esse troço quando observei a Rousseau que devia estar muito seguro de si para me levar assim, sozinho e sem me algemar. O agente não respondeu.

O que acontecia se eu o dominasse? - perguntei.

Rousseau agitou-se no assento, pouco à vontade.

- Estás a brincar com o fogo, Mandela.

- Brincar com o fogo é um hábito meu - repliquei.

- Se continuas a falar dessa maneira tenho de te algemar – ameaçou Rousseau.

- E se eu resistir?

Continuámos esta altercação tensa durante mais alguns minutos e ao passarmos por uma zona populosa, perto da esquadra de polícia de Langlaate, Rousseau disse:

- Mandela, tenho-te tratado com respeito e espero que faças o mesmo comigo. Não gosto dessas tuas piadas.

Depois de uma curta paragem na esquadra, recebemos a companhia de outro polícia e dirigimo-nos para o meu escritório, que revistaram durante quarenta e cinco minutos. Daí levaram-me para Marshall Square, um edifício irregular, de tijolo vermelho, que era a prisão de Joanesburgo, onde em 1952 tinha passado algumas noites por causa da Campanha de Provocação. Já lá se encontravam diversos colegas meus, que tinham sido detidos nessa manhã. Ao longo das horas seguintes continuaram a chegar mais amigos e camaradas. Era a investida que o Governo há muito planeava. Alguém introduziu à socapa na prisão um exemplar da edição da tarde do *The Star*, e vimos nas letras gordas que a acção tinha abarcado todo o país e que os principais dirigentes da Aliança do Congresso haviam sido detidos sob a acusação de alta traição e de conspiração para derrubar o Estado. Os indivíduos detidos nas diversas regiões - o chefe Luthuli, Monty Naicker, Reggie September, Lilian Ngoyi, Piet Beyleveld - tinham sido transferidos para Joanesburgo em aviões militares, onde seriam presentes a tribunal. Foram presas cento e quarenta e quatro pessoas. No dia seguinte comparecemos em tribunal, onde fomos formalmente acusados. Uma semana mais tarde detiveram Walter Sisulu e mais onze, o que elevou o total para cento e cinquenta e seis, cento e cinco africanos, vinte e um indianos, vinte e três brancos e sete mestiços. Todos os membros do executivo do ANC, proscritos ou não, foram encarcerados. Por fim, o Governo tinha executado o seu

lance.

Ao fim de pouco tempo fomos transferidos para a prisão de Joanesburgo, mais conhecida como o *Forte*, uma estrutura sinistra semelhante a um castelo, situada numa colina no centro da cidade. À entrada fomos levados para um recinto quadrangular descoberto e recebemos ordem para nos despirmos completamente e alinhar contra a parede. Fomos obrigados

a ficar de pé durante mais de uma hora, a tremer de frio e embaraçados padres, professores, médicos, advogados, homens de negócios, velhos ou de meia-idade, que habitualmente eram tratados com respeito e deferência.

[196]

Malgrado a indignação que sentia, não pude deixar de rir ao olhar para os homens à minha volta. Pela primeira vez me apercebi da veracidade do aforis mo «o hábito faz o monge». Se os corpos esbeltos e os físicos poderosos fossem qualidades essenciais para um líder, poucos estariam à altura.

Por fim apareceu um médico branco, que perguntou se algum de nós estava doente. Ninguém se queixou. Mandaram-nos vestir e fomos levados para duas grandes celas com chão de cimento e sem mobília. As celas tinham sido pintadas há pouco tempo e ainda libertavam os vapores da tinta. Cada um de nós recebeu três cobertores finos e uma esteira de sisal. Em cada uma das celas havia uma única latrina no chão, sem qualquer protecção. Costuma dizer-se que não se conhece uma nação sem ter passado pelas suas cadeias. Uma nação não deve ser julgada pelo modo como trata os seus cidadãos mais distintos, mas sim pelo que faz aos seus cidadãos mais humildes - e a África do Sul tratava os reclusos negros como se fossem animais.

Ficámos duas semanas no Forte e apesar da dureza das circunstâncias o ânimo mantinha-se elevado. Estávamos autorizados a receber jornais e foi com satisfação que tomámos conhecimento da onda de indignação levantada pelo nosso encarceramento. Por toda a África do Sul se realizavam manifestações de protesto em que as pessoas brandiam cartazes onde se lia: «Estamos com os

nossos líderes.» Lemos também que a nossa detenção tinha estado na origem de protestos por todo o mundo.

A cela comum transformou-se numa espécie de convenção para combatentes da liberdade, em geral muito dispersos. Muitos estavam sujeitos a sérias restrições que não permitiam reUNIP-se nem conversar com outras pessoas. Agora era o inimigo que nos reunia sob o mesmo tecto, para o mais longo e concorrido comício da Aliança do Congresso em vários anos. Jovens dirigentes travavam conhecimento com outros mais velhos dos quais só tinham ouvido falar. Homens do Natal misturavam-se com dirigentes do Transval. Durante as duas semanas que antecederam o julgamento, deliciámo-nos com a oportunidade trocar ideias e experiências.

Todos os dias tínhamos um programa de actividades. Patrick Molaoa e reter Nthite, ambos dirigentes da Liga da Juventude, organizavam sessões de preparação física(yam agenda das palestras sobre diversos assuntos, e tivemos ocasião de ouvir o professor Matthews a discorrer sobre a história do ANC e dos negros americanos, Debi Singh, sobre a história do SAIC, Arthur Letele, sobre os curandeiros africanos e o reverendo James Calata falou sobre a música africana e cantou com a sua bela voz de tenor. Todos os dias Vuyisile Mini, que dois anos mais tarde seria enforcado depois de condenado por crimes políticos, liderava o coro a entoar canções de liberdade. Uma das mais populares era *Nans' indod' emnyama Strijdom, Bhasobha nans' indod' emnyama Strijdom* (Está aqui o homem negro, Strijdom, tem

[197]

cuidado com o homem negro, Strijdom). Cantávamos a plenos pulmões, o que nos ajudava a manter o ânimo.

Um dia, Masabalala Yengwa (mais conhecido por M. B. Yengwa), filho de um operário zulo e secretário do ANC do Natal, contribuiu para uma palestra sobre música recitando um hino de louvor a Shaka, o lendário rei guerreiro zulo. Yengwa envolveu o corpo com um cobertor, enrolou um jornal para imitar uma azagaia e começou a andar de um lado para o outro, a declamar os versos do hino de louvor. Todos nos sentimos empolgados, mesmo os que não percebiam zulo. Subitamente fez uma pausa dramática e proferiu os versos *Inyon' edl'*

ezinye! Yath' isadl' ezinye, yadl' ezitiye! Estes versos comparavam Shaka a uma poderosa ave de rapina que aniquila impiedosamente os seus inimigos. Quando se calou, gerou-se um pandemónio. O chefe Luthuli, que até então estivera calado, pôs-se de pé num salto e gritou *Ngu Shaka lowo!* (Este é Shaka!) e começou a cantar e a dançar. Os seus movimentos electrizaram-nos e todos nos pusemos de pé. Exímios dançarinos de salão e indivíduos desajeitados que não conheciam a dança do ocidente nem a tradicional, todos se juntaram num *indlamu*, a dança guerreira tradicional dos zulos. Alguns moviam -se graciosamente, outros pareciam montanhesees gelados e hirtos a sacudir o frio, mas todos dançaram com entusiasmo e emoção. De um momento para o outro deixou de haver xossas e zulos, indianos e africanos, direitistas e esquerdistas, líderes políticos ou religiosos; éramos todos patriotas e nacionalistas unidos por um amor comum à nossa história, à nossa cultura, ao nosso país e ao nosso povo. Como se algo se movesse no fundo das nossas entranhas, algo poderoso e íntimo, que nos ligava uns aos outros. Nesse momento senti a mão do passado glorioso que fizera de nós aquilo que éramos e a força da grande causa que nos unia.

Ao cabo de duas semanas comparecemos, no dia 19 de Dezembro, para uma audiência preliminar no Drill Hall de Joanesburgo, uma estrutura militar que em regra não era utilizada como tribunal. Era um edifício enorme, semelhante a um celeiro, coberto com chapa de zinco ondulada, o único suficientemente vasto para albergar um julgamento com tantos acusados.

Fomos levados em furgões celulares escoltados por meia dúzia de camiões de transporte de tropas. Foram tantas as precauções tomadas pelo Estado que para quem não soubesse até parecia que no país lavrava uma guerra civil. Em Twist Street, o trânsito estava cortado por uma gigantesca manifestação dos nossos apoiantes. Ouvíamos os seus cantares e gritos de incitamento e eles ouviam-nos responder de dentro dos carros celulares. A viagem transformou-se num cortejo triunfal quando o furgão, que abria caminho devagar, foi abanado pela multidão. O edifício estava inteiramente cercado por polícias e militares armados e os carros celulares foram

encaminhados para uma zona nas traseiras, onde desembarcámos directamente para dentro da sala de audiências.

Fomos recebidos por outra multidão de apoiantes e mais parecia estarmos num comício de protesto que numa sala onde se ia realizar um julgamento. Entrámos de polegares levantados, a saudação do ANC, a saudar os nossos partidários sentados no espaço reservado a NÃO BRANCOS. A atmosfera era mais de festa que de repressão, com os acusados a conviverem livremente com amigos e jornalistas.

O Governo acusou os cento e cinquenta e seis réus de alta traição e de conspiração generalizada a todo o país para o uso da violência no intuito de derrubar o Governo e substituí-lo por um sistema comunista. O período abrangido pela acusação ia de 1 de Outubro de 1952 a 13 de Dezembro de 1956, incluindo, portanto, a Campanha de Provocação, o despejo de Sophiatown e o Congresso do Povo. A lei sul-africana sobre a traição não se baseava no direito inglês, mas no direito holandês que o antecederia, e definia o crime de alta traição como a intenção hostil de perturbar, prejudicar ou pôr em perigo a independência e a segurança do Estado. A pena correspondente era a morte.

A intenção da audiência preliminar era apurar se as acusações formuladas pelo Estado eram suficientes para sermos julgados pelo Supremo Tribunal. Havia dois momentos para apresentação de provas. O primeiro ocorria no tribunal, perante um magistrado. Se este concluísse que as provas apresentadas contra os réus eram suficientes, o caso subia ao Supremo Tribunal para ser julgado por um juiz. Se o magistrado entendesse que as provas não eram bastantes, os réus ficavam livres.

A avaliação das provas foi feita por F. C. Wessel, o principal magistrado de Bloemfontein. No primeiro dia, quando Wessel começou a falar na sua voz pausada e tranquila, foi impossível ouvir o que dizia. O Estado não tinha tido o cuidado de equipar a sala com microfones e altifalantes, de modo que a audiência foi interrompida por duas horas enquanto se procedia à respectiva montagem. Ficámos todos num pátio e a atmosfera mais parecia a de um piquenique, com comida vinda do exterior, um ambiente quase festivo. Duas horas mais tarde o julgamento foi novamente adiado p'm:que fora impossível encontrar altifalantes adequados. Fomos conduzidos de regresso ao Forte sob as aclamações da multidão.

No dia seguinte havia ainda mais gente no exterior do edifício e a polícia estava mais tensa. Drill Hall estava cercado por um cordão de quinhentos agentes armados. Quando chegámos descobrimos que o Estado tinha montado uma enorme jaula de ferro para nos sentarmos. Era feita de rede, suportada por pilares e com uma grade por cima e na frente. Mandaram-nos entrar e sentámo-nos em bancos corridos, vigiados por dezasseis guardas armados.

[199]

Para além do seu efeito simbólico, a jaula impedia-nos de comunicar com os nossos advogados, que não estavam autorizados a entrar. Um dos réus escreveu num pedaço de papel que prendeu a um dos lados da jaula: PERIGOSOS. NÃO DAR COMIDA.

A organização e os nossos apoiantes tinham reunido uma equipa de defesa formidável, na qual se incluíam Bram Fischer, Norman Rosenberg, Israel Maisels, Maurice Franks e Vernon Berrangé. Nenhum deles tinha jamais visto semelhante estrutura num tribunal. Franks lavrou um protesto eloquente contra a humilhação imposta pelo Estado aos seus constituintes, que tratava como «animais selvagens». A menos que a jaula fosse imediatamente retirada, os advogados de defesa abandonariam a sala de audiências. Depois de um curto intervalo, o magistrado decidiu que a jaula teria de ser desmontada; entretanto, já tinham retirado a grade fronteira.

Só então o Estado pôde dar início ao seu caso. O senhor Van Niekerk, o promotor principal, começou por ler parte de um texto de dezoito mil palavras que especificava as acusações da Coroa. Mesmo com a amplificação, a sua voz mal se ouvia sobre o pano de fundo dos cânticos e gritos que nos chegavam do exterior e a certa altura um grupo de polícias saiu apressadamente da sala. Ouvimos um tiro de revólver, seguido por gritos e mais disparos. A audiência foi adiada, enquanto o magistrado reunia em conselho. Foram causados ferimentos a vinte pessoas.

A leitura da acusação prolongou -se por mais dois dias. Van Niekerk afirmou que provaria ao tribunal que os réus, com a colaboração de outros países, tinham conspirado para derrubar o Governo pela violência e impor um regime comunista na África do Sul. Era este o motivo da acusação de alta

traição. O Estado citou a nossa Carta da Liberdade como prova das nossas ideias comunistas e da conjura para derrubar as autoridades vigentes. Ao fim do terceiro dia, a maior parte da jaula já tinha sido desmontada. Ao quarto dia fomos libertados sob caução. A caução era mais uma demonstração da escala de valores do *apartheid*: 250 libras para os brancos, 100 para os indianos e 25 para os negros e mestiços. Nem mesmo a traição era imune à cor. Pessoas bem-intencionadas de todos os escalões da sociedade apareceram para caucionar cada um dos acusados, atitudes de simpatia que mais tarde viriam a estar na origem da fundação do Treason Trial Defense Fund, iniciado pelo bispo Reeves, Alan Paton e Alex Hepple. Durante o julgamento, o fundo foi judiciosamente administrado, primeiro por Mary Benson e depois por Freda Levson. Fomos libertados na condição de nos apresentarmos uma vez por semana na esquadra da polícia e com a proibição de participar em reuniões públicas. As novas audiências foram agendadas para os primeiros dias de Janeiro.

[200]

No dia seguinte cheguei cedo ao escritório. Tanto Oliver como eu tínhamos estado presos e o trabalho acumulava-se. Nessa manhã recebi a visita de um velho amigo, um homem chamado Jabavu, um intérprete profissional que não via há vários meses. À espera de ser detido, eu tinha perdido peso deliberadamente, para poder sobreviver na prisão com muito pouco. Lá dentro havia continuado os meus exercícios e orgulhava-me da minha figura esguia. Mas Jabavu olhou-me com ar desconfiado.

- Madiba, por que razão tens de estar tão magro?

Nas culturas africanas, a corpulência é estreitamente associada à riqueza e ao bem-estar.

- Homem, assustaste-te com a prisão, já percebi. Desgraçaste todos os xossas!

Ainda antes do julgamento, a minha relação com Evelyn já se tinha começado a deteriorar. Em 1953, Evelyn resolvera fazer uma pós-graduação do seu curso de quatro anos de enfermeira generalista. Inscreveu-se num curso de parteira no King Edward VII Hospital, em Durban, que a conservaria longe de casa durante vários meses. Isto só foi possível porque a minha mãe e a minha irmã viviam connosco e tomavam conta das crianças. Durante a estada dela em Durban visitei-a pelo menos uma vez.

Depois de aprovada nos exames, Evelyn regressou. Ficou novamente grávida e no fim desse ano deu à luz Makaziwe, que recebeu o mesmo nome da filha que tínhamos perdido seis anos antes. Na nossa cultura, dar a uma criança o nome de outra que morreu é uma maneira de prestar homenagem à memória da criança desaparecida e de manter um elo de ligação místico com ela.

Ao longo do ano seguinte, Evelyn envolveu-se com a organização Watch Tower, um ramo das Testemunhas de Jeová. Se foi por estar insatisfeita com a que tinha, não sei. As Testemunhas de Jeová consideravam a Bíblia como a única fonte da sua fé e acreditavam no Armagedão, um tremendo confronto final entre o bem e o mal. Evelyn começou a distribuir zelosamente a sua publicação, *The Watchtower*, e a tentar converter-me também, por transferência do meu empenho na luta pela liberdade em devoção a Deus. Embora considerasse interessantes e válidos alguns aspectos da doutrina da Watch Tower, não me foi possível, nem quis, partilhar a sua devoção, onde discerni uma componente obsessiva que me confundia. Tanto quanto percebi, a sua fé ensinava a passividade e a submissão perante a opressão, uma coisa que me era impossível aceitar.

[201]

A minha dedicação ao ANC e à luta pela liberdade era incessante. Isto perturbava Evelyn, que sempre pensou que o meu envolvimento na política era um entretenimento de juventude e que eu um dia regressaria ao Transkei para

trabalhar como advogado. Mesmo quando essa possibilidade se tornou remota, nunca se resignou com o facto de vivermos em Joanesburgo nem abandonou a ideia de um dia irmos viver para Umtata. Acreditava que, uma vez regressado ao Transkei e ao seio da família, como conselheiro de Sabata, eu nunca mais sentiria a falta da política. Encorajou os esforços de Daliwonga para me persuadir a regressar a Umtata. Tivemos muitas discussões sobre o assunto, em que pacientemente lhe expliquei que a política era um fator essencial na minha vida, uma parte fundamental do meu ser, não uma distração. Nunca foi capaz de aceitar isso. Um homem e uma mulher que têm perspectivas tão diferentes sobre o seu papel na vida não podem viver juntos.

Tentava convencê-la da necessidade da luta e ela tentava converter-me à sua fé. Quando lhe dizia que trabalhava para toda a nação, respondia-me que o serviço de Deus estava acima da nação. Não tínhamos nada em comum e convenci-me de que o casamento deixara de ser sustentável.

Também nos digladiámos pelo coração e pelo espírito dos nossos filhos. Ela queria que eles fossem religiosos, eu procurava que fossem políticos. Evelyn levava-os à igreja sempre que tinha oportunidade e lia-lhes os textos da Watch Tower. Chegou mesmo a entregar aos rapazes panfletos da *Watchtower* para que os distribuíssem no bairro. Thembi era membro dos Pioneers, a secção juvenil do ANC, por isso estava politicamente informado. Quanto a Makgatho, eu explicava-lhe por palavras simples a perseguição movida aos negros pelo homem branco.

Nas paredes da casa eu tinha fotografias de Roosevelt, Churchill, Estaline e Gandhi, e do assalto ao Palácio Imperial de São Petersburgo, em 1917. Explicava aos rapazes quem era cada um deles e aquilo que defendiam. Perceberam que os líderes brancos da África do Sul tinham ideias muito diferentes. Um dia, Makgatho entrou em casa a correr e disse:

- Pai, pai, Malan está lá em cima, na colina!

Malan tinha sido o primeiro chefe de governo nacionalista e o garoto tinha -o confundido com um funcionário do Departamento de Educação Banto, Willie Maree, que anunciara uma intervenção pública para esse dia no subúrbio. Saí para ver de que Makgatho estava a falar, porque o ANC tinha organizado uma manifestação para evitar a realização do comício. Ao sair vi que Maree estava a ser escoltado por duas furgonetas da polícia até ao local onde devia

discursar, mas a coisa correu mal desde o princípio e Maree foi-se embora sem proferir o discurso. Expliquei a Makgatho que aquele não era Malan, mas que não fazia diferença.

Nesse tempo, os meus horários não me davam uma folga. Saía de casa de manhã muito cedo e regressava à noite, já tarde. Depois de um dia no

[202]

escritório, em geral tinha reuniões de uma espécie ou de outra. Evelyn não compreendia essas reuniões à noite e quando voltava tarde ela desconfiava que eu tinha outra mulher. Uma e outra vez a elucidei sobre o encontro em que tinha estado, por que razão lá tinha ido e aquilo de que se tinha falado. Mas não se deixava convencer. Em 1955, apresentou-me um ultimato: ou ela ou o ANC.

Walter e Albertina eram muito chegados a Evelyn e aquilo que mais desejavam era que ficássemos juntos. Evelyn fazia confidências a Albertina. A certa altura, Walter resolveu interceder por ela e eu respondi-lhe com brusquidão que se metesse na sua vida. Arrependi-me do tom em que lhe falei, porque Walter sempre foi como um irmão e a sua amizade e apoio nunca esmoreceram.

Um dia, Walter disse-me que ia levar lá ao escritório alguém com quem queria que eu conversasse. Não me disse que era o meu cunhado e se fiquei surpreendido, a verdade é que gostei de o ver. Estava muito pessimista quanto ao casamento e achei que tinha o dever de o informar.

Estávamos os três a falar cordialmente sobre o assunto quando um de nós, eu ou Walter, não me lembro, proferiu as palavras «Homens como nós», ou qualquer coisa do género. O irmão de Evelyn era um homem de negócios que detestava a política e os políticos. Ficou muito ofendido e disse:

- Se vocês pensam que têm a mesma posição que eu, isso é ridículo. Não se comparem comigo.

Quando ele se foi embora, olhei para Walter, ele olhou para mim, e desatámos à gargalhada.

Quando fomos presos em Dezembro e passámos duas semanas na prisão,

recebi uma visita de Evelyn. Mas quando fui libertado vi que ela tinha saído de casa e levado as crianças consigo. Regressei a uma casa vazia e mergulhada no silêncio. Até as cortinas levou e por qualquer razão achei este pormenor especialmente doloroso. Evelyn tido ido viver para casa do irmão, que me disse:

- Talvez seja melhor assim. Talvez quando as coisas tiverem arrefecido vocês se possam novamente juntar.

Um conselho sensato, mas não seria assim.

Evelyn e eu tínhamos diferenças irreconciliáveis. Eu não podia abandonar a minha vida de luta, ela não conseguia suportar a minha devoção a qualquer coisa que não fosse ela ou a família. Era uma boa mulher, encantadora, forte e fiel, para além de uma excelente mãe. Nunca deixei de a respeitar e admirar, mas para o fim o casamento já não funcionava.

A ruptura de um casamento é sempre traumática, especialmente para as crianças. A nossa família não foi excepção e as crianças ressentiram-se da separação. Makgatho resolveu começar a dormir na minha cama. Era uma criança meiga, um pacificador, e tentou empreender uma reconciliação

[203]

entre mim e a mãe. Makaziwe ainda era muito pequena e lembro-me de que um dia, quando não estava na prisão nem no tribunal, a ter visitado na creche sem me fazer anunciar. Sempre foi uma criança afectuosa, mas nesse dia quando me viu ficou gelada. Não sabia se devia correr para mim ou fugir, se devia sorrir ou fazer uma careta. No seu coração pequenino pairava um conflito que ela não sabia como resolver. Foi muito amargo.

Thembi, que por essa altura tinha dez anos, foi o mais afectado. Deixou de estudar e começou a alhear-se. Anteriormente adorava inglês e Shakespeare, mas depois da separação pareceu ficar apático quanto aos estudos. Em certa ocasião o director da escola falou comigo, mas eu pouco podia/fazer. Levava-o ao ginásio sempre que podia e ele lá arrebitava um bocado. Mas houve muitas vezes em que não pude estar presente e mais tarde, quando já vivia na clandestinidade, era Walter quem o levava a sair juntamente com o filho. Um dia levou-o a um espectáculo e depois comentou comigo:

- Aquele miúdo é mesmo calado.

Na sequência da separação, Thembi ganhou o hábito de vestir as minhas roupas, embora lhe estivessem grandes, pois estabeleciam uma espécie de ligação com o pai tantas vezes distante.

No dia 9 de Janeiro de 1957 reunimo-nos de novo em Drill Hall. Era a vez de a defesa refutar as acusações formuladas pelo Estado. Depois de resumir o caso da Coroa contra nós, Vernon Berrangé, o nosso advogado principal, anunciou qual seria o nosso argumento.

- A defesa repudiará a acusação de que os termos da Carta da Liberdade indiciam crime ou traição. Pelo contrário, a defesa demonstrará que as ideias e as convicções expressas nessa carta, embora repugnem ao Governo actual, são partilhadas pela esmagadora maioria dos homens de todas as raças e cores e pela maioria dos cidadãos deste país.

Depois de concertados com os nossos advogados, tínhamos resolvido que não só iríamos demonstrar que éramos inocentes da acusação de traição, como que se tratava de um processo político por meio do qual o Governo nos perseguia por actos moralmente justificados.

O clima dramático das alegações iniciais em breve foi substituído pela monotonia dos procedimentos de rotina. O primeiro mês do julgamento foi ocupado pelo Estado a apresentar provas. Um por um, todos os documentos, panfletos, livros, blocos de apontamentos, cartas, revistas e recortes de jornal que a polícia tinha apreendido e acumulado ao longo dos últimos três anos foram apresentados e numerados. No total foram doze mil. Provas que iam desde a Declaração dos Direitos do Homem das Nações Unidas até

[204]

a um livro de culinária russo. Até apresentaram os dois cartazes apreendidos no Congresso do Povo: «SOPA COM CARNE» e «SOPA SEM CARNE».

Durante a instrução preparatória, que se arrastou por vários meses, ouvimos dia após dia os detectives negros e africânderes a lerem os respectivos apontamentos sobre reuniões do ANC, transcrições e discursos. Relatos

intencionalmente truncados, muitas vezes incoerentes e noutros casos inteiramente falsos. Mais tarde, no contra-interrogatório, Berrangé demonstrou que muitos dos detectives negros não sabiam ler nem escrever em inglês, a língua em que os discursos tinham sido proferidos.

Para corroborar a alegação do Estado de que pretendíamos substituir o Governo existente por outro de estilo soviético, a Coroa contou com o depoimento do professor Andrew Murray, chefe do Departamento de Ciências Políticas da Universidade do Cabo. Segundo Murray, muitos dos documentos apreendidos, entre eles a Carta da Liberdade, eram de índole comunista.

A princípio, o professor Murray deu mostras de estar seguro dos seus conhecimentos, mas isso foi antes do contra-interrogatório de Berrangé. O advogado disse que ia ler algumas passagens de vários documentos para que Murray os classificasse como comunistas ou não. Berrangé leu o primeiro texto, que referia a necessidade de os operários colaborarem entre si e não se explorarem mutuamente. Comunista, foi o veredicto de Murray. Berrangé esclareceu então que o autor do texto era o antigo primeiro-ministro da África do Sul, o doutor Malan. Berrangé leu ainda mais dois textos, ambos rotulados de comunistas pelo professor Murray. De facto, eram textos redigidos pelos presidentes americanos Abraão Lincoln e Woodrow Wilson. O cúmulo foi atingido quando Berrangé leu uma passagem que Murray apodou sem hesitação «comunista de alto a baixo». Nesse momento Berrangé revelou que se tratava de uma declaração escrita pelo próprio Murray na década de 1930.

No sétimo mês do julgamento, o Estado afirmou que ia apresentar provas de violência planeada ocorrida durante a Campanha de Provocação.

O Estado convocou então a primeira das suas principais testemunhas, Solomon Ngubase, que apresentou provas sensacionais que aparentemente implicavam o ANC. Ngubase era um homem de maneiras suaves, de trinta e muitos anos, que não dominava bem o inglês e que estava a cumprir uma pena de prisão por fraude. Quando se sentou no banco das testemunhas, Ngubase apresentou-se como bacharel em Letras por Fort Hare e advogado em exercício. Disse que tinha sido secretário da filial do ANC em Port Elizabeth e membro do Comité Executivo Nacional. Afirmou ter estado presente numa reunião do Executivo Nacional em que fora tomada a decisão de enviar Walter Sisulu e David Bopape à União Soviética arranjar armas.

para uma revolução violenta na África do Sul. Disse ter participado na reunião onde fora planeado o motim de 1952 em Port Elizabeth e que tinha testemunhado uma decisão do ANC de matar todos os brancos do Transkei da mesma maneira que os Mau-Mau tinham feito no Quênia. O extraordinário depoimento de Ngubase causou um frémito de emoção dentro e fora do tribunal. Ali estava, por fim, a prova de uma conspiração.

No entanto, quando Ngubase foi contra-interrogado por Vernon Berrangé, revelou-se que não passava de um louco e de um mentiroso. Berrangé, cuja habilidade nos contra-interrogatórios lhe valeu entre os réus a alcunha de *isangoma* (um curandeiro ou adivinho que exorciza as doenças), rapidamente demonstrou que Ngubase não possuía qualquer grau universitário, nunca fora membro do ANC e muito menos do Comité Executivo Nacional. Berrangé apresentou provas de que Ngubase forjara um diploma académico, tinha praticado advocacia ilegalmente durante vários anos e que ainda tinha pendente uma acusação de fraude. À data da reunião em que alegadamente estivera presente e onde fora planeado o motim de Port Elizabeth, estava a cumprir pena de prisão por fraude numa cadeia de Durban. Não havia praticamente nada no depoimento de Ngubase que fosse verdadeiro. No final do contra-interrogatório, Berrangé perguntou à testemunha: - Sabe o que é um patife?

Ngubase respondeu que não.

- Você é um patife! - exclamou Berrangé.

Joe Slovo, um dos réus e advogado estupendo, conduziu a sua própria defesa. Foi motivo de grande irritação para os representantes do Estado por causa das suas perguntas acutilantes e das suas tentativas para demonstrar que se alguém violava a lei era o Estado não o Congresso. Os contra-interrogatórios de Slovo foram tão devastadores como os de Berrangé. O detective Jeremiah Mollson, um dos poucos negros que integravam o Special Branch, afirmou recordar-se palavra por palavra dos discursos do ANC a que tinha assistido. Todavia, o que dizia era quase sempre incoerente e desprovido de nexos ou pura invenção.

Slovo: - Sabe inglês?

Mollson: - Não muito bem.

Slovo: - Quer dizer que reproduziu esses discursos em inglês, mas que não percebe bem a língua?

Mollson: - Sim, senhor.

Slovo: - Concorda comigo que os seus apontamentos são um chorrilho de disparates?

Mollson: - Não sei.

Esta resposta fez eclodir uma gargalhada entre os réus. O magistrado repreendeu-nos e disse:

- Os trâmites não são tão engraçados como parecem.

[206]

A certa altura, Wessel admoestou Slovo por pôr em causa a integridade do tribunal e aplicou-lhe uma multa. O incidente provocou a cólera da maioria dos acusados e só a autoridade do chefe Luthuli impediu que mais alguns fossem citados por falta de respeito ao tribunal.

À medida que iam continuando os depoimentos, na sua maioria entediantes manobras legais, começámos a ocupar-nos de outros assuntos. Muitas vezes levei um livro para ler ou um processo para estudar. Outros liam o jornal, faziam palavras cruzadas, jogavam xadrez ou *Scrabble*. De vez em quando a mesa repreendia-nos por não estarmos a prestar atenção e então os livros e os jogos desapareciam. Mas a pouco e pouco, enquanto os testemunhos avançavam a passo de caracol, os jogos e o material de leitura regressavam à superfície.

A instrução ia avançando e o Estado mostrava-se cada vez mais desesperado. Foi-se tornando evidente que a acusação estava a reUNIP provas - e às vezes a inventá-las - à medida que o processo se desenrolava, para tentar

salvar o que parecia ser uma causa perdida.

Por fim, no dia 11 de Setembro, dez meses depois de termos entrado pela primeira vez em Drill Hall, o promotor deu por concluída a apresentação do caso no exame instrutório. O magistrado concedeu à defesa quatro meses para peneirar as oito mil páginas dactilografadas do libelo acusatório e as doze mil provas documentais e preparar as suas alegações.

A instrução do processo tinha-se arrastado por todo o ano de 1957. Em Setembro, o tribunal suspendeu os trabalhos e a defesa deu início à revisão das provas. Três meses depois, sem aviso nem explicação prévios, a Coroa anunciou a retirada das acusações contra sessenta e um dos réus. Na maioria dos casos tratava-se de figuras menores do ANC, mas entre eles contavam-se também o chefe Luthuli e Oliver Tambo. As ilibações de Luthuli e de Tambo agradaram-nos, mas ficámos intrigados.

Em Janeiro, quando o Governo devia apresentar o resumo das acusações, a Coroa fez entrar em cena um novo promotor, o formidável Oswald Pirow, *Queen's Counsel*. Pirow era um antigo ministro da Justiça e da Defesa, um pilar do regime e do Partido Nacionalista, nacionalista de longa data, *piante* declarado da causa nazi, que em tempos tinha dito de Hitler que era «o maior homem do seu tempo». Um anticomunista virulento. A nomeação de Pirow era mais uma prova de que o Estado estava inquieto quanto ao desenlace do processo e atribuía tremenda importância à vitória.

Antes de Pirow apresentar as suas conclusões, Berrangé declarou que iria solicitar a nulidade do processo por falta de provas consistentes contra nós. Pirow opôs-se, citou alguns discursos inflamados dos réus e informou o tribunal de que a polícia tinha descoberto mais provas de uma perigosa conspiração. Em tom portentoso, declarou que o país estava sentado na cratera de um vulcão. Foi uma representação eficaz e altamente dramática. Pirow

[207]

transformou a atmosfera reinante. Tínhamo-nos sentido exageradamente confiantes e a intervenção dele veio recordar-nos que corríamos um perigo sério. «Não se iludam», disse-nos o advogado. «Alguns de vocês podem ir parar à

cadeia.» Este aviso teve o condão de moderar o nosso optimismo.

Ao cabo de treze meses de instrução, o magistrado decretou que tinha encontrado «razões suficientes» para sermos presentes a julgamento por alta traição perante o Supremo Tribunal do Transval. Em Janeiro, o tribunal suspendeu os trabalhos, depois de ordenar o julgamento de noventa e cinco acusados. Quando teria início o novo julgamento, isso não sabíamos.

Uma tarde, durante um intervalo no processo de instrução, levei um amigo de Orlando à escola médica da Universidade de Witwatersrand e passei em frente do Baragwanath Hospital, o primeiro hospital negro de Joanesburgo. Numa paragem de autocarro entrevi pelo canto do olho uma linda rapariga que aguardava transporte. Impressionado pela visão, virei a cabeça para a ver melhor, mas o carro ia demasiado depressa. O rosto da mulher ficou-me gravado na mente e cheguei mesmo a pensar em voltar atrás, mas prossegui o meu caminho.

Algumas semanas mais tarde deu-se uma coincidência curiosa. Estava no escritório, meti a cabeça no gabinete de Oliver para falar com ele e deparou-se-me a mesma jovem, sentada com o irmão diante da secretária dele. Fiquei atrapalhado e fiz o possível para disfarçar a surpresa - ou a alegria - que me causara aquela impressionante coincidência. Oliver apresentou-me e explicou que estavam ali por causa de um problema legal.

Chamava-se Nomzamo Winifred Madikizela, mas todos a conheciam por Winnie. Tinha terminado há pouco tempo os estudos na Jan Hofmeyr School of Social Work, em Joanesburgo, e era a primeira mulher negra a trabalhar como assistente social no Baragwanath Hospital. Na ocasião dei pouca atenção às habilitações dela e ao seu problema jurídico, porque a sua presença mexeu profundamente comigo. Pensava mais na maneira como havia de convidá-la para sair do que no modo como a firma trataria do caso. Não posso afirmar que existe amor à primeira vista, mas sei que desde que pela primeira vez entrevi Winnie Nomzamo soube que a queria ter por minha mulher.

Winnie era a sexta dos onze filhos de C. K. Madikizela, um director de escola que se dedicara aos negócios. O nome próprio dela era Nomzamo, que significa «aquele que suporta grandes provações», um nome tão profético como o meu. Era natural de Bizana, na Pondolândia, uma região adjacente à zona do Transkei onde eu tinha sido criado. Pertencia ao clã Phondo

de amaNgutyana, e era bisneta de Madikizela, um poderoso chefe do século XIX no Natal, que se instalou no Transkei por ocasião do iMfecane.

No dia seguinte telefonei-lhe para o hospital para que me ajudasse a angariar dinheiro na Jan Hofmeyr School para o Fundo para a Defesa no Processo da Traição. Não foi mais do que um pretexto para a convidar para almoçar. Fui buscá-la ao local onde se encontrava e levei-a a um restaurante indiano próximo do meu escritório, um dos poucos lugares onde serviam negros e que habitualmente frequentava. Winnie estava deslumbrante e o facto de nunca antes ter provado caril e de ter bebido inúmeros copos de água para refrescar a boca só contribuiu para lhe aumentar o encanto.

Depois do almoço levei-a a dar um passeio entre Joanesburgo e Evaton, uma zona de vastas campinas para lá de Eldorado Park. Andámos entre as ervas altas, semelhantes às do Transkei, onde ambos fomos criados. Falei-lhe nas minhas esperanças e nos problemas que me colocava o processo. Já então sabia que queria casar com ela - e disselho abertamente. A vivacidade de espírito, o entusiasmo, a juventude, a coragem e a determinação apercebi-me de tudo isso desde que a vi pela primeira vez.

Ao longo das semanas e meses seguintes encontrámo-nos sempre que possível. Foi-me ver em Drill Hall e no meu escritório. Ia ao ginásio para me ver treinar. Conheceu Thembi, Makgatho e Makaziwe. Esteve presente em reuniões e debates políticos. Na verdade, eu não só a namorava como a doutrinava politicamente. Enquanto estudava, Winnie sentira-se atraída pelo Non-European Unity Movement, porque tinha um irmão filiado nesse partido. Mais tarde troçava dela por causa dessa tendência, dizendo-lhe que se não me tivesse conhecido teria casado com um dirigente do NEUM.

Pouco depois de dar início ao processo de divórcio de Evelyn, aconselhei Winnie a visitar Ray Harmel, mulher de Michael Harmel, para provar um vestido de casamento. Para além de activista, Ray era uma excelente modista. Perguntei a Winnie quantas damas de honor tencionava levar e disselho que fosse a Bizana informar os pais de que nos íamos casar. A rir,

Winnie respondeu-me que eu nunca lhe tinha proposto casamento, ao que retorqui que o tinha feito no dia do nosso primeiro encontro e que a partir daí tinha dado o caso como garantido.

O Processo da Traição ia no seu segundo ano e era um peso sufocante para o nosso trabalho de advogados. Mandela & Tambo estava a desintegrar-se porque raramente estávamos presentes e tanto eu como Oliver atravessávamos grandes dificuldades financeiras. Como as acusações contra Oliver tinham sido retiradas, ele ia conseguindo fazer alguns serviços,

[209]

mas o mal estava feito. De um gabinete que regurgitava de clientes ao ponto de termos de recusar alguns, passámos a uma situação em que quase tínhamos de mendigar para os encontrar. Não consegui pagar as cinquenta libras que ainda devia do lote de terra que comprara em Umtata e tive de desistir dele.

Expliquei tudo isto a Winnie. Disselhe que era mais do que provável que tivéssemos de viver do seu pequeno salário como assistente social. Winnie compreendeu e disse que estava disposta a correr o risco de juntar a sua sorte à minha. Nunca lhe prometi ouro nem diamantes e nunca tive posses para lhos oferecer.

O casamento realizou-se no dia 14 de Junho de 1958. Solicitei uma atenuação temporária dos termos da minha proscricção e foi-me concedida autorização para me ausentar de Joanesburgo durante seis dias. Para além disso tratei do lobolo, o dote tradicional a oferecer ao pai da noiva.

A comitiva nupcial saiu de Joanesburgo de manhã cedo no dia 12 de Junho e chegámos a Bizana ao final da tarde. A primeira coisa que fiz, como sempre acontecia desde a proscricção, foi apresentar-me na esquadra da polícia para dar conta da minha presença. À noite dirigimo-nos para Mbongweni, a aldeia da noiva, como era da tradição. Aí fomos recebidos por um coro de mulheres locais que ululavam de alegria e depois separados, ela para a sua casa, eu para casa de um parente dela, acompanhado pelos meus convidados.

A cerimónia teve lugar na igreja local e a festa decorreu em casa do irmão mais velho de Winnie, que era a casa ancestral do clã Madikizela. O carro dos noivos estava coberto com as cores do ANC. Houve cantares e dançares e a exuberante avó de Winnie presenteou-nos com uma dança especial. Foram convidados todos os membros do executivo do ANC, mas as proscricções

impediram a presença de alguns. Entre os que puderam comparecer estavam Duma Nokwe, Lilian Ngoyi, o doutor James Njongwe, o doutor Wilson Conco e Victor Tyamzashe.

A recepção final foi no edifício da Câmara Municipal de Bizana. O discurso que melhor guardei na memória foi o do pai de Winnie. O meu sogro tinha reparado, como aliás todos os outros, que entre os presentes se encontravam diversos agentes da polícia de segurança. Falou no amor que sentia pela filha e na minha vida arriscada de político. Quando Winnie lhe falara pela primeira vez no casamento, tinha reagido com uma exclamação:

- Vais-te casar com um pássaro de gaiola

No casamento disse que não se sentia optimista quanto ao futuro e que semelhante matrimónio, nos tempos em que vivíamos, ia ser constantemente posto à prova. Dirigindo-se a Winnie, fez-lhe ver que se ligava a um

[210]

Um longo caminho para a liberdade homem já casado com a luta. Desejou-lhe felicidades e terminou o discurso com estas palavras:

- Se o teu homem for um feiticeiro, tens de ser uma bruxa!

Uma maneira de dizer que a mulher tem de seguir o homem, sejam quais forem os caminhos que ele trilha. Em seguida, a minha irmã Constance Mbekeni falou em minha defesa.

Depois da cerimónia foi embrulhado um pedaço do bolo de casamento para que a noiva o levasse para a casa da família, onde teria continuidade a segunda parte do casamento. Mas isso nunca aconteceu porque a minha licença tinha expirado e tivemos de regressar a Joanesburgo. Winnie teve o cuidado de guardar o bolo à espera desse dia. Em nossa casa, no 8115 de Orlando West, aguardava-nos um numeroso grupo de amigos e parentes. Tinham morto um carneiro e fizeram uma festa em nossa honra.

Não havia tempo nem dinheiro para lua-de-mel e a vida depressa regressou à rotina dominada pelo julgamento. Levantávamo-nos todos os dias

por volta das quatro horas da manhã. Winnie preparava o pequeno-almoço antes de eu sair. Metia-me no autocarro para o julgamento ou fazia uma visita matinal ao escritório. Sempre que possível, passava lá as tardes e boa parte da noite, para ver se o mantinha em funcionamento e se ganhava algum dinheiro. Mas as noites eram muitas vezes passadas em reuniões e trabalhos políticos. A mulher de um combatente da liberdade assemelha-se em muitos aspectos a uma viúva, mesmo quando o marido não está na cadeia. Embora eu estivesse a ser julgado por traição, Winnie dava-me razões para ter esperança. Sentia-me como se me tivessem dado uma segunda oportunidade de viver. O amor que lhe devotava inculcava-me forças para os combates que tinha pela frente.

O acontecimento mais importante desse ano de 1958 foram as eleições gerais - «gerais» apenas no sentido em que três milhões de brancos adiam participar nelas, o que não acontecia com os treze milhões de africanos. Discutimos se devíamos ou não organizar um protesto. A questão crucial era: uma eleição onde só podiam participar brancos fazia alguma diferença para os africanos? A resposta, pelo menos no que diz respeito ao ANC, era que não podíamos ficar indiferentes, mesmo que excluídos do processo. Estávamos excluídos, mas continuávamos a ser afectados: a derrota do Partido Nacionalista seria do nosso interesse e do de todos os africanos.

O ANC juntou-se aos outros partidos e ao Congresso Sul-Africano de Sindicatos (SACTU) no apelo a uma greve de três dias durante as eleições

[211]

de Abril. Distribuíram-se panfletos pelas fábricas e pelas lojas, nas estações de comboios, nas paragens de autocarro, nas cervejarias, nos hospitais e de porta em porta. «os NACIONALISTAS TÊM DE SAIR» era o nosso principal *slogan* de campanha. Estas medidas preocuparam o Governo; quatro dias antes das eleições, o Estado decretou a ilegalidade de qualquer ajuntamento de mais de dez negros nas zonas urbanas.

Na noite anterior a um protesto, boicote ou permanência em casa, os líderes do processo escondiam-se para frustrar as buscas da polícia, que inevitavelmente aconteciam. A polícia ainda não nos vigiava vinte e quatro horas por dia, de modo que não era difícil desaparecer durante um dia ou dois. Na noite anterior à greve, Walter, Oliver, Moses Kotane, J. B. Marks, Dan Tloome, Duma Nokwe e eu ficámos em Orlando, em casa do doutor Nthato Motlana, o meu médico. Na manhã seguinte mudámos muito cedo para outra casa no mesmo bairro, onde nos foi possível contactar por telefone com outros dirigentes em redor da cidade. Nesse tempo as comunicações não eram muito eficazes, especialmente nos subúrbios negros, onde poucas pessoas tinham telefone, e

superintender uma greve nessas condições era uma tarefa frustrante. Enviámos homens a lugares estratégicos para vigiar os comboios, os autocarros e os táxis, de maneira a percebermos se as pessoas tinham ou não ido trabalhar. Regressaram com más notícias: os comboios e os autocarros circulavam cheios, as pessoas não queriam saber da greve. Só então nos demos conta de que o cavalheiro em casa de quem nos encontrávamos não aparecia em lado nenhum - tinha-se esgueirado para ir trabalhar. A greve estava a ser um fracasso.

Resolvemos cancelar a acção. Uma greve de três dias cancelada no primeiro dia representa um fracasso de um só dia; se falhar durante os três dias é um fiasco total. Foi humilhante ter de bater em retirada, mas teria sido mais humilhante não o fazer. Menos de uma hora depois de termos feito um comunicado em que apelávamos ao cancelamento da greve, a South African Broadcasting Corporation, a estação de rádio controlada pelo Governo, transmitiu o nosso comunicado na íntegra. Normalmente, a SABC fazia por ignorar a existência do ANC, mas naquele momento de derrota tivemos direito a uma emissão. Até nos deram os parabéns por termos apelado ao fim da greve, o que muito irritou Moses Kotane:

- Receber os parabéns da SABC é de mais - desabafou, a abanar a cabeça. Kotane questionou se não nos tínhamos precipitado e feito o jogo do Governo. Era uma dúvida legítima, mas as decisões não podem ser tomadas por orgulho nem por vergonha, apenas por estratégia - e neste caso a estratégia aconselhava a cancelar a greve. O facto de o inimigo ter explorado a nossa retirada não significava que nos fôssemos render.

Contudo, nalgumas zonas o apelo ao cancelamento não foi ouvido, enquanto noutros locais foi menosprezado. Em Port Elizabeth, um baluarte

[212]

do ANC, e noutras regiões do Cabo, a adesão foi maior no segundo e no terceiro dias do que tinha sido no primeiro. Mas de uma maneira geral foi um fracasso. Como se isto não fosse bastante, os nacionalistas aumentaram a sua votação nas eleições em mais de dez por cento.

o Discutimos intensamente se deveríamos ou não ter adoptado medidas

coercivas. Deveríamos ter usado piquetes para evitar que as pessoas entrassem nos locais de trabalho? Os homens da linha dura argumentavam que se tivéssemos recorrido aos piquetes a greve teria sido um êxito. Pessoalmente, nunca gostei desses métodos. É melhor confiar no apoio livremente prestado pelo povo, pois de outro modo é fraco e inseguro. A organização tinha de ser um lugar de justiça e liberdade, não uma prisão. No entanto, desde que a maioria da organização ou o povo apoiassem a decisão, concordava em que, no interesse da maioria, fossem tomadas medidas coercivas contra a minoria dissidente. Uma minoria, por muito que se agite, não deve poder pôr em causa a vontade da maioria.

Dentro de casa, tentei usar um género diferente de coacção, mas sem êxito. Ida Mthimkhulu, uma mulher da minha idade, que falava sesoto, era então nossa empregada. Na verdade, Ida era mais um elemento da família do que uma empregada e eu tratava-a carinhosamente por Kgaitsemi, que quer dizer «irmã». Ida governava a casa com uma eficiência militar e tanto eu como Winnie acatávamos pacificamente as suas ordens. Muitas vezes saí de casa para lhe ir fazer recados.

Na véspera da greve, quando levei Ida e o filho de doze anos a casa, de automóvel, dissilhe que precisava que me lavasse e engomasse umas camisas no dia seguinte. Ida olhou para mim e respondeu, sem disfarçar o desdém:

- Sabe muito bem que não posso fazer isso.

- Porquê? - perguntei, surpreendido pela veemência da resposta.

- Já se esqueceu que também sou uma trabalhadora? - desabafou, com nítida satisfação. - Amanhã estou em greve, como os outros trabalhadores.

O garoto viu o meu embaraço e procurou ingenuamente aliviar a tensão rdizendo que «o Tio Nelson» sempre a tinha tratado como irmã e não como empregada. Irritada, Ida voltou-se para o miúdo bem intencionado e disse:

- Menino, onde estavas enquanto eu lutava pelos meus direitos dentro daquela casa? Se não tivesse lutado contra o teu «Tio Nelson» hoje não seria tratada como uma irmã!

No dia seguinte Ida não foi trabalhar e as minhas camisas ficaram por passar a ferro.

Poucos temas eram tão sensíveis como o dos passaportes internos para as mulheres. O Estado não tinha cedido na imposição dos passes e as mulheres não tinham cedido na sua determinação de resistir. Embora o Governo agora lhes chamasse «livros de referências», as mulheres não se deixaram enganar: podiam ser multadas em dez libras ou ser presas durante um mês se não apresentassem o seu «livro de referências».

Em 1957, estimuladas pela acção da Liga de Mulheres do ANC, as mulheres de todo o país, quer das zonas rurais quer das cidades, reagiram com fúria à insistência do Estado para que usassem os passes. As mulheres eram corajosas, persistentes, entusiastas, incansáveis, e os seus protestos contra o Governo instituíram um padrão que nunca foi igualado. Como disse o chefe Luthuli: «Quando as mulheres se envolverem activamente na luta não há poder na terra que nos impeça de alcançar a liberdade ainda no nosso tempo.»

Por todo o Sudoeste do Transval, em Standerton, Heidelberg, Balfour e outras pequenas cidades, foram milhares as mulheres em protesto. Num intervalo do Processo da Traição, Frances Baard e Florence Matomela organizaram as mulheres de Port Elizabeth, onde viviam, para rejeitarem os passes. No mês de Outubro, em Joanesburgo, um numeroso grupo de mulheres juntou-se no departamento central de emissão de passes e expulsou as que vinham buscar passes e os funcionários que trabalhavam no serviço, que foi obrigado a parar. A polícia prendeu centenas.

Pouco tempo depois destas detenções, descansava em casa com Winnie após a ceia quando ela me informou muito serenamente que tencionava fazer parte de um grupo de mulheres de Orlando que se manifestariam no dia seguinte diante do gabinete de emissão de passes. Fui apanhado de surpresa e, embora me agradasse o seu sentido de responsabilidade e a sua coragem, fiquei preocupado. Desde o nosso casamento que Winnie estava cada vez mais politizada, a ponto de aderir à filial de Orlando West da Liga de Mulheres do ANC, no que foi encorajada por mim.

Disselhe que me agradava a sua decisão, mas avisei-a da gravidade do

acto. Seria uma mudança radical na sua vida. Winnie era oriunda de uma família abastada, segundo os padrões africanos, e tinha sido protegida de algumas das realidades mais desagradáveis da vida na África do Sul. Pelo menos nunca se tinha preocupado em saber de onde viria a próxima refeição. Antes do nosso casamento movimentava-se em círculos de conforto e abundância relativos, uma existência muito diferente da habitual penúria de um combatente da liberdade.

Avisei-a de que se fosse presa seria certamente despedida pela entidade patronal, a administração provincial - ambos sabíamos que era o seu parco

[214]

salário que sustentava a casa - e que provavelmente nunca mais arranjaría trabalho como assistente social, uma vez que o estigma da prisão faria que os organismos públicos se recusassem a aceitá-la. Por último, estava grávida, e falei-lhe na dureza das condições físicas e nas humilhações que se suportavam na prisão. Pode parecer que a minha reacção foi desagradável, mas sentia-me responsável como marido e como líder da resistência e tinha de ser tão claro quanto possível no que respeitava às consequências. Estava a braços com um conflito emocional, pois as inquietações de um marido e de um dirigente político nem sempre são coincidentes.

Mas Winnie é uma pessoa determinada e estou em crer que a minha reacção pessimista só serviu para consolidar a sua decisão. Escutou tudo quanto lhe disse e por fim respondeu-me que já tinha tomado uma resolução. Na manhã seguinte levantei-me cedo para lhe preparar o pequeno-almoço e fomos até à casa de Sisulu falar com Albertina, que era uma das líderes do protesto. De lá seguimos para a estação de Phefeni, em Orlando, onde as mulheres apanhariam o comboio para a cidade. Antes de ela subir para o comboio despedime com um beijo, como se estivéssemos a começar uma longa e perigosa jornada que não se sabia onde iria terminar.

Foram às centenas as mulheres que convergiram para o Departamento Central de Passes, na baixa de Joanesburgo. Havia velhas e novas, algumas levavam os filhos às costas, umas cobriam -se com as mantas tribais, outras trajavam com elegância. Cantavam, marchavam e entoavam *slogans*. Poucos

minutos depois estavam cercadas por dezenas de policiais armados que prenderam todas, as meteram em furgões e as levaram para a esquadra de Marshall Square. As mulheres não perderam a boa disposição e, ao serem levadas, gritavam aos jornalistas:

- Digam às vossas senhoras que amanhã não vamos trabalhar! Foram detidas mais de mil mulheres.

Não fiquei a saber tudo isto por ser marido de uma delas, mas porque a firma Mandela & Tambo foi chamada para representar a maioria das que tinham sido presas. Desloquei-me rapidamente a Marshall Square para falar com as detidas e preparar as cauções. Consegui ver Winnie, cujo rosto se abriu num sorriso quando me viu e me pareceu tão feliz quanto se pode estar dentro de uma cela. Como se me tivesse dado um presente que sabia que me encheria de satisfação. Disselhe que tinha orgulho nela, mas que não podia ficar a conversar porque tinha muito trabalho para fazer.

Ao fim do segundo dia o número de mulheres detidas já se tinha elevado para cerca de duas mil, muitas das quais receberam ordem do tribunal para permanecerem no Forte até ao julgamento. O que foi um problema tremendo não só para mim e para Oliver como para a polícia e para as autoridades prisionais. Pura e simplesmente não havia espaço para todas.

[215]

Também havia poucas mantas, poucos lavabos e esteiras e muito pouca comida. No Forte, as instalações eram acanhadas e sujas. Enquanto muitos elementos do ANC, incluindo eu, estavam ansiosos por fazer sair as mulheres sob caução, Lilian Ngoyi, a presidente nacional da Liga das Mulheres, e Helen Joseph, secretária da Federação de Mulheres Sul-Africanas, eram de opinião que, para que o protesto fosse genuíno e eficaz, elas deviam cumprir a pena a que o magistrado as condenasse, fosse qual fosse. Discuti com elas, mas disseram-me sem rodeios que o assunto era com as mulheres e que o ANC - bem como os maridos ansiosos - não tinha de se imiscuir. Respondi a Lilian que antes de tomar uma decisão ela devia discutir o assunto com as próprias mulheres e levei-a até à cadeia para que pudesse auscultar as detidas. Muitas delas estavam desesperadas para sair sob caução e não estavam psicologicamente preparadas

para o que as aguardava na prisão. Em jeito de compromisso, combinei com Lilian que as mulheres passariam quinze dias na prisão, ao fim dos quais as libertaria sob fiança. Lilian aceitou.

Ao longo dessas duas semanas passei muitas horas no tribunal a preparar as fianças. Algumas das mulheres sentiam-se frustradas e descarregavam sobre mim:

- Mandela, estou farta disto - disseme uma delas. - Se isto não acabar hoje nunca mais me vêem em tribunal.

Com a ajuda das famílias e das organizações que angariavam dinheiro para as fianças, conseguimos libertá-las todas no espaço de duas semanas.

Winnie não se ressentiu muito da experiência, mas mesmo que isso tivesse acontecido não me teria dito. Enquanto lá estava travou amizade com duas jovens carcereiras africânderes. Estas mostraram-se simpáticas e curiosas, e quando Winnie saiu sob fiança convidámo-las para nos fazerem uma visita. Aceitaram e foram de comboio até Orlando. Almoçaram em nossa casa e depois Winnie levou-as a dar uma volta pelo subúrbio. As três eram mais ou menos da mesma idade e davam-se bem. Riam às gargalhadas e comportavam-se como se fossem irmãs. As duas raparigas passaram um dia agradável e agradeceram a Winnie, prometendo voltar um dia. Mas tal não veio a acontecer porque para se deslocarem tinham de utilizar uma carruagem que não era destinada a brancos. (Não havia carruagens para brancos no comboio de Orlando pela simples razão de que os brancos não iam lá.) As raparigas atraíram as atenções gerais e depressa constou que duas jovens africânderes, que eram carcereiras no Forte, nos tinham visitado. Para nós não foi um problema, mas para elas foi, já que foram despedidas pelas autoridades prisionais. Nunca mais as vimos nem soubemos nada delas.

Desde há seis meses - desde o início das audições preliminares, em Janeiro - que aguardávamos e nos preparávamos para o julgamento formal, que devia começar em Agosto de 1958. O Governo instituiu um alto tribunal especial-formado pelo juiz conselheiro F. L. Rumpff, presidente, pelo juiz conselheiro Kennedy e pelo juiz conselheiro Ludorf. Este painel nada prometia de bom: três homens brancos, todos com ligações ao partido no poder. Embora o juiz Rumpff fosse um homem competente e mais bem informado do que a maioria dos sul-africanos brancos, constava que era um membro do Broederbond, uma organização secreta cujo objectivo era a consolidação do poder dos africanos brancos. O juiz Ludorf era um conhecido membro do Partido Nacionalista, e o mesmo acontecia com o juiz Kennedy, que ganhara uma sinistra reputação de carrasco depois de ter mandado vinte e três negros para a forca pelo assassinio de dois polícias brancos.

Pouco antes da reabertura do caso, o Estado pregou-nos mais uma partida suja. Anunciaram que o local do julgamento tinha sido transferido de Joanesburgo para Pretória, a quase cinquenta quilómetros de distância. O julgamento teria lugar numa antiga sinagoga transformada em tribunal. Todos os acusados e os respectivos advogados de defesa residiam em Joanesburgo, pelo que fomos obrigados a viajar todos os dias para Pretória. O julgamento pesava mais do que nunca no nosso tempo e no nosso orçamento - nem um nem outro abundantes. Os que tinham conservado o emprego só o tinham conseguido porque o tribunal ficava perto. Ao mudarem o local, as autoridades procuravam roubar-nos o ânimo, separando-nos dos nossos apoiantes naturais. Em Pretória estava localizada a sede do Partido Nacionalista e a presença do ANC na cidade era insignificante.

A quase totalidade dos noventa e dois acusados deslocava-se a Pretória num velho autocarro desconfortável, atravancado e com bancos de madeira, que saía às seis da manhã e levava duas horas a chegar à Sinagoga Velha. A viagem de ida e volta roubava-nos cerca de cinco horas - um tempo que seria mais bem empregue a ganhar dinheiro para comida, para a renda e para as roupas das crianças.

Uma vez mais tivemos o privilégio de dispor de uma brilhante e agressiva equipa de advogados de defesa, liderada com grande competência por Israel Maisels e composta por Bram Fischer, Rex Welsh, Vernon Berrangé, Sydney Kentridge, Tony O'Dowd e G. Nicholas. No dia da abertura do julgamento deram mostras da sua combatividade ao empreenderem uma arriscada manobra legal que alguns de nós tinham sugerido depois de conferenciar com eles. Issy Maisels levantou-se e pediu a impugnação dos juízes Ludorf e Rumpff alegando conflitos de interesses que os impediam de julgar

[217]

imparcialmente o caso. A sala foi percorrida por um murmúrio audível. A defesa argumentou que Rumpff, na sua qualidade de juiz no caso da Campanha de Provocação, de 1952, já se tinha pronunciado sobre diversos aspectos constantes da acusação e que, consequentemente, não era do interesse da justiça que viesse a julgar este caso. Quanto a Ludorf, estava ferido de preconceito porque em 1954 tinha representado o Governo como advogado da polícia quando Harold Wolpe solicitara uma proibição do tribunal para que os agentes não pudessem assistir a uma sessão do Congresso do Povo.

Era uma estratégia perigosa, pois podíamos ganhar aquela batalha e perder a guerra. Embora considerássemos Ludorf e Rumpff firmes apoiando o Partido Nacionalista, havia no país juízes muito piores para os substituir. Na realidade, embora estivéssemos realmente interessados em afastar

Ludorf, alentávamos em se credo a esperança de que Rumpff, que considerávamos um homem honesto, optaria por não se escusar do processo. Independentemente das suas opiniões políticas, Rumpff respeitava a lei e estávamos convencidos de que de um ponto de vista estritamente legal só podíamos ser declarados inocentes.

Nessa segunda-feira, foi numa atmosfera carregada de expectativa que os três juízes fizeram a sua entrada na sala, envoltos nas suas togas vermelhas. O juiz Ludorf declarou que se afastava do caso, pois tinha-se esquecido do processo anterior. Mas Rumpff afirmou não se escusar e garantiu que o seu julgamento no caso da Campanha de Provocação não teria a mínima influência no caso presente. Em substituição de Ludorf o Estado apresentou o juiz Bekker,

um homem de quem gostámos desde o primeiro momento, e que não tinha ligações ao Partido Nacionalista. Ficámos satisfeitos com a decisão de Rumpff.

Depois do êxito desta primeira manobra, tentámos uma segunda, quase tão arriscada. Demos início a um longo processo argumentativo destinado a contestar a própria acusação. Entre outras coisas, denunciámos a falta de clareza e de pormenor do libelo acusatório. Dissemos também que para que ficasse provada a alta traição seria necessário demonstrar que a violência tinha sido planeada e que a acusação deveria apresentar exemplos dessa intenção de agir com violência. Quando a argumentação ficou concluída, foi aparente a concordância dos três juízes. Em Agosto, o tribunal invalidou uma das duas acusações formuladas ao abrigo do Suppression of Communism Act. A 13 de Outubro, depois de mais de dois meses de alterações jurídicas, a Coroa anunciou inesperadamente a retirada de todas as acusações. Era um acontecimento extraordinário, mas estávamos demasiado acostumados aos processos ínvios usados pelo Estado para festejarmos. Um mês depois a acusação apresentou nova acusação, mais sólida e consistente, e declarou que o processo prosseguiria apenas contra trinta dos réus; os outros seriam julgados mais tarde. Eu estava entre os trinta primeiros, todos membros do ANC.

[218]

Em face da nova acusação, o Estado passava a ter de provar a intenção de agir com violência. Como afirmou Pirow, os acusados sabiam que a prossecução dos objectivos da Carta da Liberdade teria de «necessariamente implicar o derrube do Estado pela força». Este pugilato legal continuou até meados de 1959, quando o tribunal se recusou a dar provimento às acusações da Coroa contra os outros sessenta e um acusados. Ao longo de vários meses a actividade do tribunal resumiu-se à secura de manobras legalistas impensáveis. Apesar do êxito da defesa na demonstração da inconsistência do caso, o Estado não desistiu. Como então disse o ministro da Justiça, «Este julgamento tem de prosseguir, nem que seja preciso despendar muitos milhões de libras. Que importância tem o tempo que levar?»

Pouco depois da meia-noite do dia 4 de Fevereiro de 1958, quando regressei a casa após uma reunião encontrei Winnie cheia de dores, prestes a

entrar em trabalho de parto. Levei-a de imediato ao Baragwanath Hospital, onde disseram que ainda faltava muito tempo. Fiquei lá até ser obrigado a sair para o julgamento em Pretória. Logo após o fim da sessão apressei-me a voltar na companhia de Duma Nokwe e encontrei a mãe e a filha em boas condições. Peguei na minha filha recém-nascida e declarei-a uma verdadeira Mandela. O chefe Mdingi, meu parente, sugeriu que lhe desse o nome de Zenani, que significa «O que trouxeste ao mundo?», um nome poético que tem implícito um desafio e a sugestão de que todos devemos contribuir de algum modo para a sociedade. Não é um nome simplesmente para usar, é preciso estar à altura dele.

A minha mãe, que veio do Transkei para ajudar Winnie, planeava dar a Zenani um baptismo tradicional xossa, um banho de ervas. Mas Winnie opôs-se terminantemente porque achava pouco seguro e antiquado, e em vez disso untou Zenani com azeite, cobriu-lhe o corpo pequenino com pó de talco *Johnson* e encheu-lhe o estômago de óleo de tubarão.

Assim que Winnie recuperou, assumi a tarefa de a ensinar a conduzir.

Naquele tempo, conduzir um automóvel era coisa de homens; eram poucas as mulheres que se viam ao volante e muito menos as africanas. Mas Winnie é uma mulher independente e fazia questão de aprender porque lhe faria falta quando eu não estivesse e não a pudesse levar aqui e ali. Ou eu sou um professor impaciente ou a minha aluna era obstinada, o certo é que quando a tentei ensinar num troço de estrada relativamente plano e deserto nas imediações de Orlando, sempre que ela tinha de meter uma mudança havia discussão. Por fim, farto de a ver ignorar as minhas sugestões, saí intempestivamente do automóvel e fui a pé para casa. Winnie pareceu desembaraçar-se melhor sem a minha orientação, pois conseguiu andar sozinha às voltas pelo subúrbio durante a hora seguinte. Por essa altura já tínhamos acalmado e ainda nos fartámos de rir com essa história.

[219]

Winnie teve de se adaptar à condição de mulher casada e de mãe. Era então uma jovem de vinte e cinco anos, cujo carácter ainda não estava inteiramente formado. O meu já estava mais do que formado e era muito teimoso. Sabia que as outras pessoas a viam como «a mulher de Mandela». À minha sombra,

Winnie teve dificuldade em criar a sua própria identidade. Fiz o que pude para que ela se desenvolvesse por si mesma e ela em breve o conseguiu, sem a minha ajuda.

No dia 6 de Abril de 1959, aniversário do desembarque de Jan Van Riebeeck no Cabo, nasceu uma nova organização que tencionava rivalizar com o ANC como a mais importante instituição africana empenhada em contestar o domínio branco iniciado três séculos antes. Com algumas centenas de delegados provenientes de todo o país reunidos no Orlando Communal Hall, o Congresso Pan-Africano (PAC) foi fundado como uma organização de negros que rejeitava expressamente o cariz multirracial do ANC. À semelhança do que tínhamos feito quinze anos antes, quando fundáramos a Liga da Juventude, os fundadores da nova organização achavam que o ANC não era suficientemente militante, estava distante das massas e era dominado por não africanos.

Como presidente foi eleito Robert Sobukwe e Potlako Leballo foi o escolhido para secretário-geral nacional, dois homens que anteriormente tinham feito parte da Liga da Juventude. O PAC apresentou um manifesto e os seus estatutos, e no discurso inaugural Sobukwe apelou a um «governo dos africanos pelos africanos e para os africanos». A nova organização declarou abertamente a sua intenção de derrubar a supremacia branca e instituir um governo formado por negros, democrático na forma e socialista no programa. Rejeitavam todos os aspectos do comunismo e apodavam os brancos e os indianos de «grupos minoritários» e «estrangeiros» que não tinham um lugar natural na África do Sul. A África do Sul era dos africanos, de mais ninguém.

O advento do PAC não foi uma surpresa para nós. Dentro do ANC, havia mais de três anos que os defensores do africanismo faziam ouvir os seus protestos. Na conferência nacional de 1957 tinham apresentado uma moção de desconfiança contra o executivo do Transval, que foi derrotada. Tinham-se oposto à política de «ficar em casa» no dia das eleições de 1958 e o seu dirigente Potlako Leballo havia sido expulso do ANC. Na conferência do ANC, em Novembro de 1958, um grupo de defensores do africanismo declarara a sua oposição à Carta da Liberdade por alegadamente violar os princípios do nacionalismo africano.

O PAC afirmava ter-se inspirado nos mesmos princípios que levaram à instituição do ANC em 1912, mas na realidade os seus pontos de vista decorriam principalmente da exaltação do nacionalismo africano pregado por Anton Lembede e A. P. Mda durante a fundação da Liga da Juventude. A organização fazia eco dos *slogans* e axiomas desse tempo: a África para os africanos e a criação dos Estados Unidos da África. Contudo, a causa próxima da ruptura foi a objecção à Carta da Liberdade e à presença de brancos e de indianos entre os dirigentes da Aliança do Congresso. Estavam contra a colaboração entre as diversas raças, em parte porque acreditavam que os comunistas e os indianos tinham passado a dominar o ANC

Eu conhecia muito bem os fundadores do PAC Robert Sobukwe era um velho amigo, um verdadeiro cavalheiro e um homem de grande erudição (os companheiros chamavam-lhe «Prof.») A sua determinação de sofrer pelos princípios em que acreditava valeu-lhe o meu respeito. Potlako Leballo, reter Raboroko e Zaphania Mothopeng eram colegas e amigos. Fiquei admirado e um tanto desiludido ao tomar conhecimento de que o meu mentor político, Gaur Radebe, tinha aderido ao PAC Achei curioso que um antigo membro do Comité Central do Partido Comunista resolvesse enfileirar numa organização que rejeitava abertamente o marxismo.

Muitos dos que aderiram ao PAC fizeram-no por terem razões de queixa pessoais ou porque se sentiam desapontados, mais impulsionados por sentimentos de desforra, e vingança do que pela ideia de ir mais longe na luta. Sempre acreditei que um combatente da liberdade tem de suprimir muitos dos sentimentos pessoais que nos fazem pensar como indivíduos e não como partes de um movimento de massas. Luta-se pela libertação de milhões de pessoas, não pela glória individual. Não quero com isto dizer que um homem se deva transformar num autómato sem sentimentos nem motivações individuais. Mas do mesmo modo que um combatente da liberdade coloca o povo à frente da própria família também tem de subordinar os seus sentimentos ao movimento de libertação.

Considerarei imaturos os pontos de vista e o comportamento do PAC Um filósofo afirmou um dia que há qualquer coisa de estranho se uma pessoa não for liberal enquanto é jovem e conservadora quando chega a velha. Não sou um conservador, mas vamos amadurecendo e olhando as nossas atitudes de

juventude como imaturas e inexperientes. Embora simpatizasse com as ideias dos nacionalistas africanos e anteriormente tivesse defendido algumas delas, entendia que a luta pela liberdade exigia compromissos e o género de disciplina que nos repugnava quando éramos novos e mais impulsivos.

O PAC anunciou um programa extremamente ambicioso, com a promessa de soluções rápidas. A mais espectacular e ingénua dessas promessas foi que a luta pela liberdade estaria concluída por fins de 1963 e instava com

[221]

os africanos para que estivessem preparados para esse momento histórico. «Em 1960 damos o primeiro passo e em 1963 daremos o último no caminho da liberdade e da independência», afirmavam. Embora esta previsão enchesse de entusiasmo e de esperança as pessoas que estavam cansadas de esperar, é sempre perigoso para uma organização fazer promessas que não pode cumprir.

O anticomunismo do PAC fez deles o ai-jesus da imprensa ocidental e do Departamento de Estado norte-americano, que festejou o seu advento como uma adaga cravada no coração da esquerda africana. Até o Partido Nacionalista viu no PAC um aliado potencial: olhavam para o novo partido como um espelho do seu anticomunismo e das suas ideias de desenvolvimento separado. Os nacionalistas também rejeitavam a cooperação entre as diversas raças e tanto o Partido Nacionalista como o Departamento de Estado americano entenderam que deviam exagerar a importância da nova organização porque isso convinha aos seus objectivos.

Embora acolhêssemos de bom grado todos os que o PAC atraía para a luta, o papel desempenhado pela organização era prejudicial. Dividiam o povo num momento crítico e isso não podia ser esquecido. Mandavam as pessoas trabalhar quando nós apelávamos à greve e faziam declarações enganosas para contrariar as nossas. E, no entanto, o PAC fez despertar em mim a esperança de que, embora os seus fundadores fossem dissidentes do ANC, a unidade entre os dois grupos seria possível. Pensei que depois das polémicas acesas terem acalmado a natureza comum do essencial da nossa luta nos viria a juntar. Foi animado por esta crença que prestei especial atenção às declarações e actividades políticas da organização, com a ideia de encontrar mais afinidades do que

diferenças.

Um dia depois da conferência inaugural do PAC, abordei Sobukwe e pedi-lhe um exemplar do seu discurso de tomada de posse, bem como dos estatutos e outro material político. O meu interesse pareceu agradar-lhe e respondeu que trataria de me fazer chegar às mãos o solicitado. Pouco tempo depois voltei a encontrá-lo e lembrei-lhe o meu pedido, ao que me respondeu que o material estava a caminho. Depois disso estive com Potlako leballo e disselhe:

- Meu, a tua rapaziada continua a prometer-me o material, mas ainda não me deram nada.

Ao que ele me respondeu:

- Nelson, resolvemos não te dar nada porque só queres aquilo para nos atacares.

Convencio de que estava enganado e ele cedeu e entregou-me o que eu tinha pedido.

Em 1959, o Parlamento aprovou o Promotion of Bantu Self Government Act, que criava oito bantostões étnicos separados. Eram os fundamentos daquilo a que chamávamos *groot apartheid*, ou grande *apartheid*. Mais ou menos ao mesmo tempo, o Governo promulgou um diploma com um título enganador, o Extension of University Education Act, mais um tijolo na construção do grande *apartheid*, que proibia os não brancos de frequentar as universidades racialmente «abertas». Ao apresentar o Bantu Self Government Act, De Wet Nel, ministro para Administração e Desenvolvimento dos Bantos, afirmou que o bem-estar de cada indivíduo e de cada grupo populacional seria mais fácil de alcançar dentro da sua própria comunidade. Os africanos, afirmou ele, nunca poderiam ser integrados na comunidade branca.

A imoralidade da política dos bantostões, onde 70% da população recebia apenas 13% das terras, era mais do que evidente. De acordo com esta nova política, apesar de dois terços dos negros viverem nas chamadas «zonas brancas», só gozavam de direitos de cidadania nas suas «pátrias tribais». Este esquema não nos dava liberdade nas ditas «zonas brancas» nem independência naquilo a que chamavam as «nossas zonas». Verwoerd declarou que a criação dos bantostões iria gerar um clima de boa-vontade e que estes nunca seriam um alfobre de rebeliões.

Na verdade, foi precisamente o contrário. As zonas rurais estavam em polvorosa. Em poucos lugares se resistiu com tanto denodo como em Zeerust, onde o chefe Abram Moilwa (com a preciosa ajuda do advogado George Bizos) conduziu o seu povo na luta contra as ditas Autoridades Nativas. Estas regiões estavam em geral longe dos olhos da imprensa e o Governo usou essa inacessibilidade para encobrir a crueza das suas acções repressivas. Inúmeras pessoas inocentes foram detidas, processadas, encarceradas, proscritas, espancadas, torturadas e assassinadas. O povo da Sekhukhunelândia também se revoltou e o seu chefe máximo, Morar amotsho Sekhukhune, Godfrey Sekhukhune e outros conselheiros, foram proscritos ou encarcerados. Um chefe sekhukhune, Kolane Kgoloko, suspeito de ser um lacaio dos brancos, foi assassinado. Em 1960 a resistência na Sekhukhunelândia chegou a ganhar foros de conflito aberto, com o povo a recusar-se a pagar impostos.

Em Zeerust e na Sekhukhunelândia as filiais do ANC tiveram um papel de relevo nos protestos. Apesar da repressão severa, proliferaram as novas filiais do ANC na zona de Zeerust, uma das quais contava com cerca de dois mil filiados. A Sekhukhunelândia e Zeerust foram as primeiras regiões onde o ANC foi proibido pelo Governo, o que prova o nosso poder nessas zonas remotas.

[223]

Eclodiram tumultos na Pondolândia Oriental, onde os sequazes do Governo foram atacados e mortos. A Tembulândia e a Zululândia resistiram ferozmente e foram das últimas regiões a ceder. As pessoas eram espancadas, detidas, deportadas ou encarceradas. Na Tembulândia a resistência já tinha começado em 1955, e Sabata fazia parte das forças de protesto.

Foi-me particularmente penoso verificar que, no Transkei, o ódio das populações se concentrou no meu sobrinho e antigo mentor, K. D. Matanzima. Não havia dúvidas de que Daliwonga colaborava com o Governo. Todos os apelos que lhe tinha feito ao longo dos anos haviam sido em vão. Havia relatos de aldeias que se tinham oposto queimadas pelos *impis* (guerreiros tradicionais) de Matanzima. Foi alvo de várias tentativas de assassinio. Igualmente penoso para mim era o facto de o pai de Winnie ser conselheiro de Matanzima e seu apoiante incondicional. Para Winnie, isto foi terrível: o pai e o marido em campos opostos. Adorava o pai, mas não concordava com as suas ideias políticas.

Por diversas vezes recebi a visita de parentes e membros da tribo que vinham do Transkei a Orlando queixar-se dos chefes que colaboravam com o Governo. Sabata opunha-se ao Bantu Authorities Act e não cedia, mas os meus interlocutores temiam que fosse deposto por Matanzima, o que acabou por acontecer. A certa altura do Processo da Traição, o próprio Daliwonga me veio visitar e eu levei-o a Pretória. Na sala de audiências, Issy Maisels apresentou-o aos juízes e estes concederam-lhe um lugar de honra. Mas cá fora - entre os acusados - não foi tratado com tanta deferência. Em tom agressivo, começou a interrogar alguns réus, que o consideravam um vendido, sobre as razões por que se opunham ao desenvolvimento separado. Lilian Ngoyi observou:

- *Tyhini, uyadelela lo mntu.* (Curioso, este homem é um provocador.)

Costuma dizer-se que os moinhos de Deus moem devagar, mas nem as maquinações do Senhor se podem comparar ao sistema judicial sul-africano. A 3 de Agosto de 1959, dois anos e oito meses depois da nossa detenção, e ao cabo de um ano de manobras judiciais, começou o julgamento propriamente dito, na Sinagoga Velha de Pretória. Fomos por fim formalmente acusados e todos nos declaramos inocentes.

A equipa da defesa era uma vez mais liderada por Issy Maisels, coadjuvado por Sydney Kentridge, Bram Fischer e Vernon Berrangé. Desta vez, o julgamento era a sério. Durante os dois primeiros meses a Coroa apresentou cerca de dois mil documentos e chamou duzentas e dez testemunhas, duzentas das quais eram agentes do Special Branch. Estes detectives

[224]

confessaram ter-se escondido em armários e debaixo de camas, de se fazerem passar por membros do ANC e de perpetrarem virtualmente todos os logros possíveis no intuito de obter informações sobre a nossa organização. No entanto, muitos dos documentos apresentados pelo Estado e dos discursos transcritos eram do domínio público, acessíveis a toda a gente. Como anteriormente, uma boa parte das provas apresentadas pelo Governo consistia em livros, papelada e documentos apreendidos aos réus em numerosas buscas realizadas entre 1952 e 1956, bem como em apontamentos tomados pela polícia nas sessões do Congresso realizadas durante o mesmo período. Tal como antes, os relatórios dos agentes do Special Branch sobre os nossos discursos eram uma confusão medonha. Costumávamos gracejar dizendo que dada a péssima acústica da sala e os relatórios imprecisos dos detectives ainda corríamos o risco de ser multados pelo que não tínhamos dito, presos pelo que não conseguíamos ouvir e enforcados pelo que não tínhamos feito.

À hora de almoço éramos autorizados a sentar-nos cá fora, no jardim espaçoso de um vicariato próximo, onde comíamos uma refeição preparada pela

temível senhora Thayanagee Pillay e as suas amigas. Quase todos os dias nos cozinham um prato picante de caril indiano, para além de chá, café e sanduíches durante a manhã e os intervalos da tarde. Estes intervalos de descanso eram como curtas férias do tribunal, que nos davam oportunidade para falar de política uns com os outros. O tempo que passávamos sobre a relva do vicariato, à sombra dos jacarandás, foram os melhores momentos do julgamento, porque sob muitos aspectos o processo foi mais um teste à nossa resistência do que um verdadeiro julgamento judicial.

Na manhã do dia 11 de Outubro, quando nos preparávamos para seguir para o tribunal, ouvimos na rádio que o promotor, Oswald Pirow, tinha morri do repentinamente, vítima de uma apoplexia. A sua morte foi um rude golpe para o Governo e a eficácia e agressividade da Coroa foram gravemente afectadas a partir de então. Nesse dia, no tribunal, o juiz Rumpff fez uma emotiva apologia fúnebre de Pirow, elogiando a sua acutilância e integridade. Embora só tivéssemos a ganhar com a sua ausência, não nos V alegrámos com a morte dele. Tínhamos criado uma certa amizade ao nosso opositor, pois, apesar das ideias políticas perniciosas, era um tipo humano, desprovido do racismo virulento que caracterizava as acções do Governo. A forma delicada como se referia a nós, «africanos» (até um dos nossos advogados ocasionalmente dizia «nativos»), contrastava com as suas tendências políticas de supremacia. Curiosamente, o nosso pequeno mundo no interior da Sinagoga Velha parecia mais equilibrado quando víamos Pirow de manhã a ler o jornal direitista *Nuwe arder* e Bram Fischer a ler o periódico esquerdista *New Age*. Pirow doou-nos os mais de cem volumes da instrução preparatória, um gesto generoso que poupou à defesa uma quantia avultada.

[225]

O advogado De Vos assumiu a liderança da equipa de acusação, mas nunca foi capaz de rivalizar com a eloquência e a acutilância do seu antecessor.

Pouco depois da morte de Pirow, a acusação deu por terminada a apresentação das provas. Foi só depois disso que deu início à audição de testemunhas periciais, a começar com o infeliz professor Murray, supostamente

especialista em comunismo e que se tinha mostrado tão inepto durante a fase instrutória. Num contra-interrogatório impiedoso levado a cabo por Maisels, Murray admitiu que a Carta era de facto um documento humanitário que podia muito bem representar as aspirações e a reacção natural da população não branca às dureza das condições de vida na África do Sul.

Murray não foi a única testemunha apresentada pela Coroa que pouco ou nada ajudou a acusação. Apesar do enorme volume de provas apresentado e das páginas e páginas de depoimentos periciais, a acusação não conseguia produzir uma única prova válida de que o ANC planeava actos violentos e tinha consciência disso. Em Março, a acusação evidenciou um novo acesso de confiança, quando se preparava para apresentar as suas provas mais devastadoras. Com enorme fanfarra e gigantescas parangonas na imprensa, o Estado reproduziu em tribunal um discurso de Robert Resha, gravado em segredo. O discurso tinha sido proferido em 1956, na qualidade de Chefe dos Voluntários do Transval e perante uma sala repleta de voluntários que poucas semanas depois estavam todos presos. Na sala de audiências fez-se um silêncio absoluto e, apesar da electricidade estática e do ruído de fundo, percebiam-se perfeitamente as palavras de Robert:

Se forem disciplinados e receberem indicações da organização para não serem violentos, não devem sê-lo... mas se forem verdadeiros voluntários e receberem ordens para agir com violência, então devem ser violentos, devem matar! Matar! E é tudo.

Para a acusação, isto punha um ponto final no caso. Os jornais deram grande destaque às palavras de Resha e fizeram eco da sensibilidade do Estado. Para a Coroa, este discurso revelava os reais e secretos intentos do ANC e desmascarava a falsidade da apregoada não, violência da organização. Mas a verdade é que as palavras de Resha constituíam uma excepção. Robert era um excelente orador, mas deixava-se arrastar pelas emoções e as analogias escolhidas tinham sido infelizes. Contudo, como a defesa viria a demonstrar, a sua intenção fora apenas enfatizar a importância da disciplina e de que um voluntário devia obedecer às ordens recebidas, por desagradáveis que fossem. As nossas testemunhas reafirmaram repetidamente que o discurso de Resha não só fora retirado do seu contexto como não era representativo das práticas do ANC.

A acusação deu o caso por concluído em Março de 1960 e as nossas primeiras testemunhas deviam começar a depor quatro dias depois. Estávamos inactivos há meses e desejosos de tomar a ofensiva quando fôssemos depor. Há muito tempo que não fazíamos mais do que aparar os golpes do inimigo.

Muito se especulou na imprensa sobre a nossa primeira testemunha, que devia ser o chefe Luthuli. A Coroa parecia também acreditar nisso, pois viu-se a consternação no banco quando, a 14 de Março, a primeira testemunha a ser chamada não foi Luthuli, mas sim o doutor Wilson Conco.

Conco era filho de um camponês zulo, do belo distrito de Ixopo, no Natal. Para além de exercer medicina, tinha sido um dos fundadores da Liga da Juventude, participara activamente na Campanha de Provocação e era tesoureiro do ANC. Nos preliminares do depoimento, foram-lhe feitas perguntas sobre a sua brilhante carreira académica na Universidade de Witwatersrand, onde foi o primeiro classificado do seu curso de Medicina, à frente dos filhos e das filhas dos brancos privilegiados. Quando as credenciais de Conco foram citadas, pareceu-me ver um ar de orgulho no rosto do juiz Kennedy, que também era oriundo do Natal. As pessoas do Natal são conhecidas pela lealdade para com a sua terra, um laço que por vezes transcende as diferenças de raça. Muitos brancos do Natal se gabavam de ser zulos brancos. O juiz Kennedy sempre me parecera um homem de espírito aberto e percebi que, através do exemplo de Wilson Conco, nos começava a ver não como desordeiros e agitadores mas como homens cujas ambições dignas poderiam ajudar o país se este também os ajudasse. No final do depoimento de Conco, quando este foi citado por um acto médico relevante, Kennedy disse em zulo, uma língua que falava fluentemente:

- *Sinjalo thina maZulu.* (Nós, os zulos, somos assim.)

O doutor Conco foi uma testemunha calma e lúcida que reafirmou o empenhamento do ANC na não, violência.

Seguiu-se o chefe Luthuli. A sua tranquilidade e dignidade de porte impressionaram positivamente o tribunal. Sofria de tensão arterial elevada e o tribunal concordou em só realizar sessões de manhã durante o testemunho. O depoimento de Luthuli durou vários dias e o contra -interrogatório arrastou-se

por três semanas. Delineou cuidadosamente a evolução política do ANC, com palavras simples e claras, a que os seus anteriores cargos de professor e de chefe conferiam autoridade e gravidade. Como cristão devoto, era a pessoa mais indicada para explicar como o ANC se tinha esforçado sinceramente para alcançar a harmonia entre as raças.

O chefe reafirmou a sua crença na bondade inata do homem e de como a persuasão e as pressões económicas podiam levar a uma mudança de sentimentos por parte dos sul-africanos brancos. Ao falar da política de não, violência do ANC, sublinhou a diferença entre não, violência e pacifismo.

[227]

Os pacifistas recusavam defender-se mesmo quando eram alvo de ataques brutais, mas não era exactamente isso que acontecia com os adeptos da não, violência. Por vezes, tanto os homens como as nações que não eram apologistas da não, violência tinham de se defender dos ataques que lhes moviam.

Ao ouvir Conco e Luthuli pensei que, provavelmente pela primeira vez na vida, os juízes ouviam falar, não os criados, que só diziam o que agradava aos seus amos, mas africanos fluentes e independentes que expressavam as suas ideias políticas e a maneira como esperavam pô-las em prática.

O contra-interrogatório do chefe foi conduzido pelo advogado Trengove, que astuciosamente tentou levá-lo a dizer que o ANC era dominado por comunistas e seguia uma política dúplice de não, violência perante o público, enquanto em segredo promovia a revolução. O chefe repudiou liminarmente as insinuações de Trengove e deu provas de grande calma e moderação enquanto Trengove se deixava dominar pela exaltação. Em determinado momento, Trengove acusou-o de hipocrisia. O chefe ignorou a calúnia e observou tranquilamente, dirigindo-se ao tribunal:

- Meritíssimo, acho que a Coroa está a perder a cabeça.

No dia 21 de Março, o depoimento do chefe foi interrompido por um acontecimento devastador que ocorreu fora do tribunal. Nesse dia, o país foi de tal modo abalado que quando o chefe Luthuli reocupou o banco das testemunhas

um mês mais tarde, o tribunal era um lugar diferente - como, aliás, toda a África do Sul.

Em Dezembro de 1959, a conferência anual do ANC teve lugar em Durban, durante as tumultuosas manifestações contra os passes que ocorreram na cidade. A conferência votou por unanimidade uma resolução para desencadear uma campanha de âmbito nacional contra os passaportes internos, que deveria ter início a 31 de Março e atingir o clímax a 26 de Junho, quando seria feita uma fogueira para os queimar.

Os planos da campanha começaram de imediato. No dia 31 de Março foram enviadas delegações para falar com as autoridades locais. Os dirigentes do ANC andaram pelo país a trocar impressões sobre a campanha com as filiais. Os agentes de campo do ANC passaram a palavra nas fábricas e nos subúrbios negros. Nos comboios e nos autocarros foram distribuídos ou afixados panfletos e autocolantes.

Por todo o país a atmosfera estava carregada. O Estado ameaçava ilegalizar a organização e alguns ministros avisavam o ANC de que em breve seria esmagado por um «punho sem luva». Por outras partes de África a luta pela liberdade estava em marcha: em 1957, a emergência da República do Gana

[228]

e do seu líder, o pan-africanista e inimigo do *apartheid* Kwame Nkrumah, tinham alarmado os nacionalistas e fortalecido a sua intenção de sufocar a contestação interna. Para 1960 estava prevista a independência de dezassete colónias africanas. Em Fevereiro, o primeiro-ministro britânico Harold Macmillan visitou a África do Sul e proferiu um discurso no Parlamento, no qual aludiu aos «ventos de mudança» que varriam a África.

O PAC parecia desorientado; procurava atrair seguidores e precisava de desencadear qualquer acção que o colocasse no mapa político. Sabiam da campanha do ANC contra os passes, à qual tinham sido convidados a aderir, mas em vez de UNIPem as suas armas ao movimento do Congresso resolveram

sabotar-nos. A 21 de Março, o PAC anunciou o começo da sua própria campanha contra os passes, dez dias antes do arranque da nossa. Não conferenciaram entre si para discutir a data, nem fizeram nenhum trabalho de organização significativo. Foi um caso flagrante de oportunismo. As suas acções destinavam-se mais a eclipsar o ANC do que a derrotar os inimigos.

Quatro dias antes da manifestação agendada, Sobukwe convidou o ANC a juntar-se ao PAC. Não se tratou de um gesto de unidade, mas sim de uma manobra táctica destinada a evitar que o PAC fosse criticado por não nos ter incluído. O convite foi feito no último minuto, por isso foi recusado. Na manhã do dia 21 de Março, Sobukwe e o seu executivo apresentaram-se na polícia de Orlando para serem detidos. As dezenas de milhares de pessoas que iam para o trabalho ignoraram o gesto dos homens do PAC. Levado perante o magistrado, Sobukwe declarou que o PAC não tencionava defender-se, fiel ao seu lema de «Não à fiança, não à defesa, não à multa». Acreditavam que as penas seriam leves, de algumas semanas. Só que Sobukwe não foi condenado a três semanas de cadeia, mas sim a três anos não remíveis por multa.

Em Joanesburgo, a reacção ao apelo do PAC foi reduzida. Não se realizaram manifestações em Durban, em Port Elizabeth nem em East London. Em Evaton, contudo, Z. B. Molete, devidamente auxiliado por Joe Molefi e Vusumuzi Make, conseguiu o apoio de todo o subúrbio negro e várias (centenas de homens apresentaram-se voluntariamente para serem presos por falta dos passes. A Cidade do Cabo assistiu a uma das mais concorridas manifestações contra os passes da sua história. No subúrbio negro de Langa, nos arredores da cidade, juntaram-se cerca de trinta mil manifestantes dirigidos pelo jovem estudante Philip Kgosana; a manifestação descambou em motim por causa de uma carga policial. Morreram duas pessoas. Mas a última localidade onde se registaram tumultos foi aquela cujo nome ainda hoje recorda a tragédia: Sharpeville.

Sharpeville era um pequeno subúrbio a pouco mais de cinquenta quilómetros a sul de Joanesburgo, no sombrio complexo industrial em redor de Vereeniging. Os activistas do PAC tinham realizado um excelente trabalho

na região. Ao princípio da tarde, uma multidão composta por vários milhares cercou a esquadra da polícia. Os manifestantes não estavam armados e mantinham-se ordeiros. Apavorados pela esmagadora diferença de números, os setenta e cinco membros da força policial entraram em pânico. Ninguém ouviu tiros de aviso nem ordens para disparar, mas subitamente a polícia abriu fogo sobre a multidão e continuou a disparar quando os manifestantes voltaram costas e começaram a fugir. Quando a zona ficou livre tinham morri do sessenta e nove africanos, a maioria atingidos nas costas quando tentavam fugir. Ao todo foram feitos mais de setecentos disparos sobre a multidão, ferindo quatrocentas pessoas, entre elas dezenas de mulheres e crianças. Foi um massacre e no dia seguinte a imprensa de todo o mundo publicou nas primeiras páginas as fotografias do acto selvático.

O tiroteio em Sharpeville desencadeou tumultos por todo o país e uma crise governamental. Chegaram protestos de todo o Globo, incluindo do Departamento de Estado norte-americano. O Conselho de Segurança das Nações Unidas interferiu pela primeira vez nos assuntos internos da África do Sul, censurando o Governo pelo massacre e instando-o a tomar medidas para implementar a igualdade racial. A Bolsa de Joanesburgo caiu a pique e os capitais começaram a fugir do país. Os brancos sul-africanos encararam a possibilidade de emigrar. Os liberais pressionaram Verwoerd para fazer concessões aos negros. Na versão do Governo, Sharpeville fora o resultado de uma conspiração comunista.

O massacre de Sharpeville criou no país uma situação nova. Malgrado o oportunismo e o amadorismo dos seus dirigentes, as bases do PAC fizeram prova de grande coragem e força de carácter nas manifestações de Sharpeville e de Langa. Em apenas um dia tinham-se postado na primeira linha da luta e Robert Sobukwe era aclamado dentro e fora do país como o salvador do movimento de libertação. Impunha-se que o ANC se ajustasse de imediato à situação e foi o que fizemos.

Um pequeno grupo composto por Walter, Duma Nokwe, Joe Slovo e eu esteve reunido durante toda a noite em Joanesburgo para planear uma resposta. Sabíamos que de uma maneira ou de outra tínhamos de reconhecer os acontecimentos e dar ao povo um escape para a sua raiva e o seu desgosto. Apresentámos os planos ao chefe Luthuli, que os aceitou sem hesitação. No dia 26 de Março, em Pretória, o chefe queimou o seu passe em público e apelou a que todos fizessem o mesmo. Anunciou um boicote ao trabalho para o dia 28,

uma jornada de luto e protesto pelas atrocidades cometidas em Sharpeville. Em Orlando, Duma Nokwe e eu queimámos os passes na presença de centenas de pessoas e de dezenas de jornalistas e fotógrafos.

Dois dias mais tarde, a 28 de Março, o país deu uma resposta magnífica, com várias centenas de milhar de africanos a ficarem em casa, em resposta ao apelo do chefe Luthuli. Só uma verdadeira organização de massas

[230]

poderia ter coordenado estas movimentações e foi isso que o ANC fez. Na Cidade do Cabo juntou-se uma multidão de cinquenta mil pessoas no subúrbio de Langa para protestar contra o massacre. Eclodiram motins em muitos locais. O Governo declarou o estado de emergência, suspendeu o *habeas corpus* e assumiu poderes excepcionais para actuar contra todas as formas de subversão. Foi declarada a lei marcial na África do Sul.

A1 h 30 m da manhã do dia 30 de Março, fui acordado por violentas pancadas na porta, que logo identifiquei como sendo a polícia. «É agora», disse para comigo ao abrir a porta para encarar meia dúzia de agentes armados. Viraram a casa de alto a baixo, apreenderam todos os papéis que encontraram, incluindo as transcrições que eu andava a fazer das histórias da família e da tribo contadas pela minha mãe. Nunca mais lhes pus a vista em cima. Fui detido sem mandado e não me deixaram contactar o advogado. Recusaram-se a informar a minha mulher sobre o local para onde me levavam. Limitei-me a acenar-lhe com a cabeça, não era momento para palavras de conforto.

Trinta minutos depois chegámos à esquadra de Newlands, que bem conhecia por lá ter ido muitas vezes visitar clientes. A esquadra estava situada em Sophiatown, ou no que dela restava, uma vez que o subúrbio, outrora regurgitante de vida, não era então mais do que uma zona devastada de edifícios arrasados e terrenos baldios. Lá dentro encontrei alguns companheiros que também tinham sido arrancados da cama e ao longo da noite foram chegando mais. De manhã já éramos quarenta. Fomos metidos num pátio acanhado onde só tínhamos o céu por tecto e uma lâmpada fraca para nos iluminar, um espaço tão pequeno e tão húmido que ficámos de pé durante toda a noite.

Às 7 h 15 m fomos levados para uma cela minúscula com um único (buraco no chão a servir de sanita e que só podia receber água do exterior. Não nos deram cobertores, comida, esteiras ou papel higiénico. O buraco estava quase sempre entupido e o fedor dentro da cela era insuportável. Apresentámos vários protestos, um deles por causa da falta de comida. Estes protestos só nos valeram respostas ríspidas, de maneira que resolvemos que, da próxima vez que a porta se abrisse, sairíamos em roldão para o pátio adjacente e nos recusaríamos a regressar à cela sem que nos dessem de comer. Quando irrompemos pela porta, o jovem polícia que estava de serviço atemorizou-se e fugiu. Alguns minutos mais tarde apareceu um sargento corpulento e desembaraçado que nos deu ordem para regressarmos imediatamente à cela.

- Vão lá para dentro! - berrou ele. - Se não entram já volto cá com cinquenta homens armados de bastões para vos rebentar a cabeça!

Depois dos horrores de Sharpeville, não nos pareceu que a ameaça fosse vã.

O comandante da esquadra aproximou-se da porta do pátio para nos observar e ralhou comigo por eu ter as mãos nos bolsos.

- Isso é maneira de estar na presença de um oficial? Tira já as mãos dos bolsos!

Conservei as mãos metidas nos bolsos, como se estivesse a passear num dia frio, e respondi-lhe que as tiraria se nos dessem de comer.

Por volta das três horas da tarde, mais de doze horas depois da chegada da maioria dos detidos, deram-nos uma panela com papas de milho, mas nenhuns talheres. Em condições normais não teria comido aquilo, mas metemos lá dentro as mãos sujas e regalámo-nos como se fosse o melhor dos manjares. Depois de termos comido elegemos uma comissão para nos representar, da qual faziam parte Duma Nokwe, Z. B. Molete, secretário para a propaganda do Congresso Pan-Africano, e eu. Fui escolhido para ser o porta-voz. Redigimos imediatamente um protesto contra as condições inadequadas e exigimos a nossa libertação imediata com base na ilegalidade da detenção.

Às seis horas deram-nos esteiras e cobertores. Não há palavras que descrevam a imundície daquelas peças. Os cobertores estavam incrustados de vomitado e sangue seco, cheios de piolhos, percevejos e baratas e exalavam um fedor que competia com o cheiro pestilento exalado pela latrina.

Perto da meia-noite disseram que iríamos ser chamados, mas ficámos sem saber para quê. Alguns homens sorriram, na expectativa de serem libertados. Outros foram mais sensatos. Fui o primeiro a ser chamado e levado até à porta da frente da prisão, onde fui libertado por instantes na presença de um grupo de oficiais da polícia. Antes que me pudesse mexer, um dos oficiais gritou:

- Nome!

- Mandela - respondi.

- Nelson Mandela, estás preso em conformidade com os poderes que me confere o estado de emergência.

Não íamos ser libertados, mas novamente detidos nos termos do que viemos a saber ser o estado de emergência. Cada um por sua vez, fomos todos libertados durante alguns segundos para voltarmos a ser presos. A nossa detenção tinha sido ilegal, anterior ao estado de emergência; agora estávamos a ser legalmente detidos ao abrigo da situação de excepção, que tinha entrado em vigor à meia-noite. Redigimos um memorando dirigido ao comandante, no qual perguntávamos quais eram os nossos direitos.

Na manhã seguinte fui chamado ao gabinete do comandante, onde encontrei Robert Resha, que tinha sido detido e estava a ser interrogado.

[232]

Quando entrei na sala, Resha perguntou ao comandante por que razão se tinha irritado comigo na noite anterior. A resposta foi típica de um *baas* branco:

- O Mandela faltou-me ao respeito.

- Não sou obrigado a tirar as mãos dos bolsos só porque você ou alguém como você me manda - respondi.

O comandante deu um salto na cadeira, mas os outros oficiais presentes acalmaram-no. Nesse momento entrou na sala o sargento-detective Helberg, do Special Branch, que disse:

- Olá, Nelson! - em tom de troça.

Ao que respondi:

- Para si não sou Nelson, sou o senhor Mandela.

A sala estava prestes a transformar-se num campo de batalha quando nos informaram que tínhamos de sair para nos apresentarmos no Processo da

Traição, em Pretória. Eu não sabia se havia de rir ou de chorar, mas entre aquelas trinta e seis horas de cárcere e a declaração do estado de emergência a Governo continuava a achar necessário levar-nos a Pretória para prosseguir o seu caso desesperado e ultrapassado contra nós. Fomos transferidos para a prisão de Pretória, onde continuámos detidos.

Entretanto, a 31 de Março o tribunal retomou os trabalhos na nossa ausência, mas o banco das testemunhas permaneceu ostensivamente vazio. Os que compareceram foram aqueles que a polícia não tinha encontrado na rusga. O chefe Luthuli estava a meio do seu depoimento e o juiz Rumpff pediu uma explicação para a sua ausência. Foi informado de que o chefe tinha sido levado sob custódia na noite anterior. O juiz mostrou-se irritado com a justificação e disse que não percebia por que o estado de emergência tinha de interferir nos trabalhos do tribunal. Ordenou à polícia que apresentasse o chefe no tribunal para que ele prosseguisse o depoimento e a sessão foi adiada.

Mais tarde viemos a saber que depois da detenção o chefe Luthuli tinha sido agredido. Ia a subir umas escadas quando recebeu um empurrão de um guarda que lhe fez cair o chapéu. Quando se baixou para o apanhar, foi esmurrado na cabeça e no rosto. Para nós, foi muito difícil ouvir aquilo. Um homem de tanta dignidade e nobreza, um cristão devoto, doente do coração, a ser tratado como um animal por homens que nem sequer eram dignos de lhe apertar os atacadores dos sapatos.

Na manhã seguinte, quando entrámos na sala de audiências, o juiz Rumpff foi informado de que a polícia se recusava a apresentar o chefe no

[233]

Tribunal, o juiz adiou a sessão desse dia e ficámos com a esperança de voltar para casa. Mas quando saímos do tribunal para apanhar um transporte fomos todos novamente presos.

Entretanto, com o seu habitual excesso de zelo desorganizado, a polícia tinha cometido um erro cómico. Wilton Mkwayi, um dos acusados, dirigente do ANC havia muitos anos, tinha ido de Port Elizabeth para Pretória por causa do julgamento. Por qualquer motivo separou-se dos companheiros e quando se aproximou do portão e viu a agitação causada pelos camaradas a serem presos,

perguntou a um polícia o que se estava a passar. a polícia ordenou-lhe que se afastasse, mas Wilton permaneceu no local, a polícia disselhe uma segunda vez que se fosse embora e então Wilton informou-o de que era um dos acusados. a polícia chamou-lhe mentiroso e ameaçou prendê-lo por obstrução à justiça. Já seriamente irritado, mandou-o novamente embora do local. Wilton encolheu os ombros e saiu pelo portão, depois do que nunca mais ninguém lhe pôs a vista em cima no tribunal. Esteve dois meses na clandestinidade, escapou à prisão e depois saiu do país, vindo a reaparecer como representante estrangeiro no Congresso dos Sindicatos; mais tarde recebeu treino militar na China.

Nessa noite juntaram-se-nos alguns detidos noutras regiões do Transval. A rusga de âmbito nacional efectuada pela polícia levava à detenção sem mandado de mais de duas mil pessoas. Eram homens e mulheres de todas as raças e de todos os partidos que se opunham ao *apartheid*. a exército foi chamado e diversas unidades foram colocadas de prevenção em zonas estratégicas do país. No dia 8 de Abril, tanto o ANC como o PAC foram declarados ilegais, ao abrigo do Suppression of Communism Act. De um dia para o outro, ser membro do ANC passou a ser um crime passível de multa e pena de prisão. a castigo para quem divulgasse os ideais do ANC era de prisão até dez anos. Inclusive os protestos não violentos organizados pelo ANC foram ilegalizados. A luta tinha entrado numa nova fase. Agora, éramos todos criminosos.

Enquanto durou o estado de emergência ficámos na prisão de Pretória, onde as condições eram tão más como em Newlands. Grupos de cinco prisioneiros eram metidos em celas que mediam 2,7 x 2,1 metros; as celas eram sujíssimas, com muito pouca luz e ainda menos ventilação. Tínhamos um único balde sanitário com a tampa solta e cobertores infestados de percevejos. Só éramos autorizados a sair da cela durante uma hora por dia.

No segundo dia passado em Pretória enviámos uma delegação ao oficial comandante, o coronel Snyman, para protestar contra as condições de detenção. A resposta do coronel foi rude e seca. Exigiu que provássemos o que dizíamos, pois era tudo mentira.

- Foram vocês que trouxeram os percevejos das vossas casas nojentas para a minha prisão - rosnou ele.

Disselhe que também precisávamos de uma sala sossegada e bem iluminada para prepararmos o nosso caso. O coronel mostrou mais uma vez o seu desprezo:

- Os regulamentos do Governo não mandam que os presos leiam livros, se é *que* sabem ler.

Apesar desta atitude desdenhosa, pouco depois as celas foram pintadas e fumigadas e deram-nos cobertores e baldes sanitários novos. Fomos autorizados a permanecer no pátio durante a maior parte do dia e os que estavam envolvidos no Processo da Traição tiveram direito a uma cela grande para falar com os advogados e onde também era permitido guardar livros de Direito.

Até mais ver, a prisão de Pretória ia ser a nossa casa. Saíamos de manhã para o tribunal e à tarde regressávamos à prisão. De acordo com os ditames do *apartheid*, a prisão separava os presos conforme a cor da pele. Como é evidente, já estávamos afastados dos nossos companheiros brancos, mas a separação em relação aos indianos e aos mestiços dentro das mesmas instalações para não brancos era uma idiotice total. Exigimos ficar juntos e em resposta recebemos as mais absurdas explicações de que era impossível. Quando a inflexibilidade proverbial da burocracia se combina com a estreiteza de espírito do racismo, o resultado pode ser espantoso. Mas as autoridades acabaram por ceder e permitir que os réus do Processo da Traição partilhassem as mesmas celas.

Contudo, embora estivéssemos juntos, a nossa alimentação era diferenciada em função da raça. Ao pequeno-almoço, os negros, os indianos e os mestiços recebiam as mesmas quantidades, com a diferença de que os indianos e os mestiços tinham direito a meia colher de açúcar e nós não. Ao jantar, a comida também era igual, só que os indianos e os mestiços recebiam quatro onças de pão e nós nem uma. Esta diferenciação assentava no princípio curioso de que os negros não gostavam de pão, que tinha um paladar mais sofisticado, mais «ocidental». Quanto à alimentação dos presos brancos, era muito superior à dos africanos. As autoridades estavam tão conscientes das diferenças inerentes à cor da pele que até o açúcar e o pão fornecidos aos brancos e aos não brancos era diferente: os presos brancos recebiam açúcar branco e pão branco, enquanto os indianos e os mestiços recebiam açúcar amarelo e pão escuro.

Protestámos com denodo contra a má qualidade da comida e nessa mesma linha o nosso advogado Sydney Kentridge apresentou uma reclamação formal no tribunal. Declarei que a comida era imprópria para consumo humano. O juiz Rumpff concordou em provar a comida e nesse dia fez o que tinha prometido. Farinha de milho grosseira com feijão era o melhor prato cozinhado na prisão, e nesse dia as autoridades adicionaram mais feijão e caldo de carne do que o habitual. O juiz Rumpff comeu algumas

[235]

colheres e declarou que a comida era gostosa e estava bem feita. Recomendou que fosse servida quente. Fartámo-nos de rir entre nós à ideia de comida quente na prisão, uma contradição absoluta. Por fim, as autoridades prisionais começaram a fornecer aquilo a que chamavam «rancho melhorado»: os africanos receberam pão, enquanto os indianos e os mestiços passaram a ter a mesma alimentação que os brancos.

Durante a detenção gozei de um privilégio extraordinário: viagens de fim-de-semana a Joanesburgo. Não eram propriamente férias da prisão, eram tempos que passava a trabalhar. Pouco depois da declaração de estado de emergência, Olivier saiu da África do Sul por instruções do ANC. Há muito que desconfiávamos que se estava a preparar uma razia e o Congresso decidiu que alguns membros deviam deixar o país para reforçar a organização no estrangeiro, na previsão do momento em que seria totalmente banida.

A partida de Oliver foi uma das acções mais bem planeadas e felizes levadas a cabo pelo movimento. Por essa altura, mal suspeitávamos da importância crucial que viria a ter o ramo exterior do ANC. Com a sua sabedoria e calma, paciência e capacidade de organização, a sua capacidade para dirigir e levantar o ânimo sem se impor, Olivier foi a escolha perfeita para a missão.

Antes de sair, Oliver combinou com um amigo comum, Hymie Davidoff, que era um advogado local, a ultimação dos casos pendentes que tínhamos no escritório. Davidoff formulou um pedido especial ao coronel Prinsloo para que este me permitisse ir a Joanesburgo aos fins-de-semana ajudá-lo a pôr a papelada em ordem. Num gesto de generosidade, o coronel acedeu e permitiu que me

levassem a Joanesburgo às sextas-feiras à tarde para trabalhar no escritório e regressar para o julgamento na segunda-feira de manhã. Saía com o sargento Kruger à uma da tarde, depois de encerrados os trabalhos de sexta-feira e, ao chegar ao escritório, trabalhava com Davidoff e com o nosso contabilista, Nathan Marcus. Passava as noites na prisão de Marshall Square e os dias no escritório, a trabalhar.

O sargento Kruger era um homem alto e imponente que sempre nos tratou com correcção. No caminho entre Pretória e Joanesburgo era frequente parar o carro e deixar-me lá dentro enquanto ia comprar *biltong* (tiras de carne seca), laranjas e chocolates para os dois. Confesso que tive ganas de saltar do carro, especialmente à sexta-feira, quando as ruas estavam apinhadas de gente e seria fácil perder-me entre a multidão.

No escritório, estava autorizado a descer ao rés-do-chão para fazer pequenas compras e por mais de uma vez Kruger voltou a cara para o lado quando Winnie apareceu para me visitar. Vigorava entre nós um acordo de cavalheiros: eu não fugia, o que seria metê-lo em sarilhos, e ele permitia-me uma certa liberdade.

No dia 25 de Abril, véspera da reabertura do tribunal, Issy Maisels chamou-nos para falar sobre os efeitos perniciosos do estado de emergência na condução do processo. Segundo as novas regras, as consultas entre os acusados e os seus advogados tinham-se tornado virtualmente impossíveis. Os advogados, instalados em Joanesburgo, tinham dificuldade em visitar-nos na prisão e não podiam preparar o nosso caso. Muitas vezes fizeram o percurso de automóvel para ouvirem dizer que não estávamos disponíveis. Mesmo quando nos deixavam falar com eles, as conversas eram constantemente interrompidas e abreviadas. Pior ainda, Maisels explicou que, por causa do estado de emergência, aqueles que já estavam detidos se arriscavam a uma pena maior pelo simples facto de deporem, porque os testemunhos poderiam ser declarados «subversivos». Os arguidos que não estavam detidos arriscavam-se a ser presos ao prestarem depoimento.

Os advogados de defesa sugeriram retirar-se do caso como forma de protesto. Maisels explicou a gravidade das implicações desse gesto na nossa defesa num caso de importância capital. Dada a atmosfera hostil do momento, disse ele, os juízes podiam decidir aplicar-nos penas de prisão mais pesadas. Discutimos a proposta entre nós e cada um dos vinte e nove acusados - já não contávamos com Wilton Mkwayi - teve ocasião de se pronunciar. A resolução foi tomada por unanimidade e concordámos em que Duma Nokwe e eu ajudaríamos a preparar o caso na ausência dos nossos advogados. Concordei com este gesto porque punha a descoberto as iniquidades do estado de emergência.

No dia 26 de Abril, Duma Nokwe, o primeiro advogado africano do Transval, ergueu-se no tribunal para fazer a declaração sensacional de que os réus tinham dado instruções aos advogados para se desligarem do processo. Maisels apenas disse:

- Já não estamos mandatados, por isso não incomodaremos mais Vossa

Excelência. (Após estas palavras, os advogados de defesa abandonaram a sinagoga em silêncio. Isto chocou o painel de três juízes, que nos avisou em termos severos dos perigos de conduzirmos a nossa própria defesa. Estávamos

zangados e determinados a fazê-la. Mas foi o que aconteceu ao longo dos cinco meses seguintes, até o estado de emergência deixar de vigorar.

A nossa estratégia era simples e defensiva: arrastar o caso até ao levantamento do estado de emergência e ao regresso dos nossos advogados. De qualquer maneira, o julgamento já decorria há tanto tempo que não tinha importância se o prolongássemos por mais algum. Na prática, esta estratégia teve o seu lado cómico. De acordo com a lei, cada um de nós tinha direito a apresentar a sua defesa e podia chamar como testemunhas todos

[237]

os outros acusados; e cada réu tinha o direito de contrainterrogar todas as testemunhas. No registo do tribunal estávamos ordenados por ordem alfabética, pelo que o acusado número um era Farid Adams, do Congresso Indiano da Juventude do Transval. Farid daria início ao seu caso chamando Helen Joseph, a acusada número dois, como sua primeira testemunha. Depois de interrogada por Farid, Helen seria contra-interrogada pelos outros vinte e sete co-réus. Em seguida seria contra-interrogada pela Coroa e reexaminada pelo acusado número um. Adams chamaria então o acusado número três e o processo teria de se repetir, até que todos prestassem o seu depoimento. Àquele ritmo, tínhamos julgamento até ao final do milénio.

Nunca é fácil preparar um caso jurídico quando se está na prisão e neste caso tivemos a embaraçar-nos as barreiras habituais levantadas pelo *apartheid*. Os acusados precisavam de se reUNIP, mas os regulamentos da prisão proibiam encontros entre presos de sexos diferentes e entre brancos e negros, de modo que não pudemos conversar com Helen Joseph, Leon Levy, Lilian Ngoyi e Bertha Mashaba.

Como primeira testemunha a ser chamada, Helen precisava de preparar o seu depoimento na presença de Duma, de mim e de Farid Adams, que a interrogaria. Depois de prolongadas negociações com as autoridades prisionais fomos autorizados a conversar sob estritas condições. Helen Joseph, Lilian, Leon e Bertha foram trazidas das diversas prisões e secções onde se encontravam (separadas por raça e género) até à prisão dos homens africanos. A primeira regra é que não podia haver contacto físico entre presos negros e brancos, nem

entre homens e mulheres. As autoridades construíram uma grade para nos separar de Helen e Leon (brancos) e uma outra para os separar de Lilian, que também participava nos preparativos. Nem mesmo para um arquitecto experiente teria sido fácil conceber semelhante estrutura. Contudo, se na prisão estávamos separados uns dos outros por aquela intrincada aberração metálica, no tribunal misturávamo-nos livremente.

Em primeiro lugar precisámos de instruir Farid na arte da etiqueta do tribunal e ensaiar o depoimento de Helen. Para a ajudar, desempenhei o papel que seria de Farid. Assumi os modos próprios de uma sala de audiências e comecei o interrogatório.

- Nome?

- Helen Joseph.

- Idade?

Silêncio. Repeti.

- Idade?

Helen comprimiu os lábios e não respondeu. Ao cabo de alguns segundos atirou-me um olhar carrancudo e perguntou:

- O que a minha idade tem a ver com isto, Nelson?

[238]

Helen tinha tanto de encantadora como de corajosa, mas era um pouco autoritária. Era uma mulher já de certa idade e ressentia-se disso. Expliquei-lhe que era costume anotar os dados particulares das testemunhas, tais como o nome, a idade, o endereço e o local de nascimento. Conhecer a idade da testemunha ajuda o tribunal a sopesar a importância do seu testemunho e tem influência na sentença. Prossegui:

- Idade?

Helen inteiriçou-se.

- Nelson. Quando entrar no tribunal terei de atravessar essa ponte. Até lá, não. Adiante.

Em seguida fiz-lhe uma série de perguntas que ela poderia esperar do tribunal, talvez de uma maneira demasiado realista para ela, porque em determinado momento olhou para mim e disse:

- Afinal és o Mandela ou o advogado de acusação?

Para além deste, houve outros momentos de boa disposição, que nos ajudaram a ter coragem.

Fui autorizado a visitar Helen Joseph aos fins-de-semana e a levar-lhe os registos do processo. Numa dessas ocasiões encontrei outras detidas e auscultei-as como possíveis testemunhas. Fui sempre cordial com as carcereiras brancas e percebi que as minhas visitas despertavam considerável interesse. As guardas não faziam a menor ideia de que houvesse negros médicos ou advogados e olhavam-me como se fosse um animal exótico. Mas à medida que me foram conhecendo e eu me sentia mais à vontade brincava com elas que um dia lhes trataria dos seus problemas legais. Verem mulheres brancas cultas e de boa posição a discutir assuntos sérios com um negro numa base de perfeita equidade só poderia ter levado as carcereiras a duvidar dos preconceitos do *apartheid*.

Uma vez, durante uma prolongada conversa com Helen, voltei-me para a guarda prisional que tinha de estar obrigatoriamente presente e disse:

- Lamento ter de a incomodar com estes assuntos intermináveis.

- Nem pense nisso - respondeu ela. - Não estou nada incomodada. Até gosto.

Percebi que seguia atentamente a nossa conversa e uma ou outra vez até fez algumas sugestões menores. Para mim, aquilo foi um dos benefícios colaterais do julgamento. A maioria daquelas mulheres não fazia ideia do motivo por que estávamos presos e a pouco e pouco foram percebendo a razão da nossa luta e por que motivo, estávamos dispostos a correr o risco de ser presos.

Era precisamente por isto que o Partido Nacionalista se opunha a toda e

qualquer forma de integração racial. Só um eleitorado branco doutrinado na ideia da ameaça negra e que ignorasse as ideias e as políticas dos africanos poderia dar cobertura à monstruosa filosofia racista do partido.

[239]

Neste caso, a familiaridade não dava origem a desprezo mas à compreensão, e eventualmente à harmonia.

Mas os momentos agradáveis não compensavam os maus momentos. Winnie foi várias vezes autorizada a visitar-me enquanto estive em Pretória, sempre acompanhada por Zenani, que começava a andar e a falar. Quando os guardas permitiam, pegava-lhe ao colo e dava-lhe beijos e no final da visita voltava a entregá-la a Winnie. Quando Winnie se despedia e os guardas as encaminhavam para o exterior, Zeni fazia-me sinal para ir com elas e via-lhe no rosto pequenino uma expressão de incompreensão por eu não as acompanhar.

No tribunal, Farid Adams conduziu habilmente o interrogatório de Helen. Por diversas vezes argumentou com os juízes, evidenciando alguma competência. Estávamos animados por novas energias e já ninguém resolvia palavras cruzadas para passar o tempo. À medida que os acusados se revezavam no contra-interrogatório das testemunhas, a Coroa e a acusação começaram pela primeira vez a perceber qual o verdadeiro calibre dos homens e das mulheres que estavam sob julgamento.

Segundo a lei sul-africana, uma vez que estávamos perante o Supremo Tribunal, Duma era o único que, na sua qualidade de advogado judicial, tinha direito a interpelar directamente os juízes. Eu podia instruí-lo, mas tecnicamente não me era permitido interpelar o tribunal, e o mesmo acontecia com todos os outros acusados. Afastáramos os nossos advogados na presunção correcta de que, não havendo representação, qualquer réu se poderia dirigir ao tribunal. Foi o que aconteceu comigo e o juiz Rumpff, para nos embaraçar, interrompeu-me:

- Deve compreender, senhor Mandela, que na sua qualidade de advogado judicial o senhor Nokwe é o único que está autorizado a interpelar o tribunal.

Ao que respondi:

- Meritíssimo, creio que estamos dispostos a respeitar essa regra desde que o tribunal esteja disposto a pagar ao senhor Nokwe os seus honorários.

Daí em diante não houve mais objecções a que os réus interpelassem o tribunal.

Enquanto Farid interrogava Helen e as restantes testemunhas, Duma e eu estivemos ao seu lado, a sugerir-lhe perguntas e a ajudá-lo a dirimir as questões legais que se levantavam. Um dia em que estávamos sob grande pressão, segredávamos-lhe sugestões a cada segundo que passava. Farid estava cansado e tanto eu como Duma tínhamos esgotado os argumentos. De súbito, e sem primeiro nos consultar, Farid pediu aos juízes um adiamento, alegando que estava fatigado. Os juízes indeferiram o pedido por não estar suficientemente sustentado e repetiram o aviso que nos tinham feito no dia em que os nossos advogados se tinham retirado do processo.

[240]

Nessa tarde, ao regressar à prisão, não houve cânticos e todos nos sentámos em silêncio, de rosto carrancudo. A tensão era grande entre os acusados. Pouco depois de termos chegado à prisão, um grupo de detidos exigiu uma reunião. Reuni toda a gente e J. Nkampeni, um homem de negócios de Port Elizabeth que tinha ajudado as famílias dos voluntários durante a Campanha de Provocação, deu início ao que se revelou ser um ataque.

- Madiba - disse ele, a usar o meu nome de clã como forma de respeito -, quero nos digas por que razão despediste os nossos advogados.

Recordei-lhe que os advogados não tinham sido despedidos por ninguém em particular, que o seu afastamento tinha sido decidido por todos, incluindo ele.

- Mas que sabíamos nós sobre os procedimentos do tribunal? – insistiu ele. - Confiávamos em vocês, advogados.

Um número substancial de detidos partilhava as razões de queixa de Nkampeni. Avisei-os para o risco de perderem o ânimo e reafirmei que estávamos a ir bem. Que naquele dia tínhamos sofrido um pequeno revés e que viríamos a encontrar dificuldades maiores. O nosso caso era muito mais do que

um processo judicial entre a Coroa e um grupo de pessoas acusadas de violar a lei. Era uma prova de força, um teste ao poder de uma ideia moral contra outra imoral e que tínhamos mais para nos preocupar do que as técnicas legalistas dos nossos advogados. O protesto ficou por ali.

Depois de Helen Joseph ter sido contra-interrogada e novamente reexaminada, o acusado número três, Ahmed Kathrada, deu início ao seu caso. Foi durante o depoimento da segunda testemunha dele, o acusado número quatro, Stanley Lollan, membro do executivo do Congresso do Povo Mestiço, que o primeiro-ministro Verwoerd anunciou que em breve seria levantado o estado de emergência. Nunca houvera a intenção de o tornar permanente e o Governo estava crente de que tinha servido para sufocar a luta pela liberdade. Quando isso aconteceu os nossos advogados voltaram para grande alívio de todos, mas continuámos na prisão ainda por mais algumas semanas. Estivemos detidos e defendemo-nos sem os advogados durante mais de cinco meses.

O meu depoimento teve início no dia 3 de Agosto. Sentia-me bem preparado, graças à ajuda que tinha dado aos outros. Ao cabo de três anos de silêncio, proscritões e exílio interno, aguardava com ansiedade a oportunidade de falar perante as pessoas que me iam julgar. Durante as alegações preguei a moderação e reafirmei o empenhamento do ANC em conduzir a luta de forma não violenta. Em resposta a uma pergunta sobre se a democracia podia ser alcançada por via de reformas graduais, respondi que sim.

Exigimos a liberdade universal e responsável e estamos preparados para exercer pressões económicas para alcançar o nosso objectivo.

[241]

Lançaremos campanhas de provocação e de permanência em casa, em conjunto ou em separado, até que o Governo diga: «Cavalheiros, isto não pode continuar, a provocação às leis e a situação criada pela recusa ao trabalho. Vamos conversar.» Ao que eu responderia o seguinte: «Muito bem, vamos conversar», e o Governo diria: «Cremos que neste momento os europeus não estão preparados para um governo eventualmente dominado por não europeus.

Vamos ceder-vos sessenta lugares. A população africana terá direito a eleger sessenta deputados para a representarem no Parlamento. Deixamos as coisas neste pé durante cinco anos e ao fim desse período analisaremos de novo a situação. Na minha perspectiva, isso seria uma vitória, Meritíssimos; teríamos dado um passo significativo para o sufrágio responsável dos africanos e durante cinco anos suspenderíamos os actos de desobediência civil.

Mas o Estado estava decidido a demonstrar que eu era um comunista que pregava a violência. Ora, ainda que não fosse comunista nem pertencesse ao partido, eu não queria mostrar distanciamento em relação aos nossos aliados comunistas. Embora pudesse ter de voltar para a prisão por veicular essas ideias, não hesitei em reafirmar o apoio sólido que os comunistas nos tinham prestado. Em determinada altura o tribunal perguntou se eu achava que um estado de partido único seria viável na África do Sul.

NM: Meritíssimo, não é uma questão de forma, é uma questão de democracia. Se a democracia for representada por um sistema de partido único, terei de encarar seriamente a questão. Mas se a democracia for mais bem representada por um sistema multipartidário, também examinaria atentamente essa possibilidade. Por exemplo, neste país temos presentemente um sistema multipartidário e no entanto, para todos os não europeus, é o despotismo mais rebarbativo que se pode imaginar.

Irritei-me com o juiz Rumpff quando ele caiu no mesmo erro que muitos brancos sul-africanos quanto à emancipação universal. A ideia que tinham era de que, para exercer a liberdade, os eleitores tinham de ser «educados». É difícil explicar a pessoas de mentalidade estreita que «educado» não significa apenas ter um curso superior e que um iletrado pode ser mais «educado» no acto de votar que outra pessoa com um elevado grau académico.

JUIZ RUMPPFF: Qual é o interesse da participação no Governo do Estado de pessoas que nada sabem?

NM: Meritíssimo, o que acontece quando os brancos analfabetos votam...

JUIZ RUMPPF: Não são tão influenciáveis como as crianças pela conversa dos líderes políticos?

NM: Não, meritíssimo, o que acontece na prática é isto. Um homem apresenta-se a disputar um lugar numa determinada região; redige um manifesto e diz: «São estas as ideias que defendo.» Se for numa zona rural, diz: «Sou contra a limitação do número de cabeças de gado.» Ao ouvir as ideias dessa pessoa, [o eleitor] decide se ela vai ou não defender os seus interesses no Parlamento, e é nessa base que vota num determinado candidato. Não tem nada a ver com educação.

JUIZ RUMPPF: Então só tem de pensar nos seus interesses?

NM: Não, um homem procura aquele que melhor representa os seus pontos de vista e vota nele.

Disse ao tribunal que contávamos ver satisfeitas as nossas exigências sem recurso à violência, apenas pela superioridade numérica.

Tínhamos a convicção de que, num futuro previsível, nos seria possível ver satisfeitas essas exigências e trabalhámos na presunção de que, apesar dos preconceitos e da hostilidade que temos encontrado, os europeus não poderiam ficar eternamente indiferentes às nossa reivindicações porque os estamos a atingir no estômago com a nossa política de pressões económicas. Os europeus não encarariam isso com indiferença. Teriam de reagir e de facto têm reagido, meritíssimo.

O estado de emergência foi levantado no último dia de Agosto. Era a primeira vez em cinco meses que íamos a casa. Em Joanesburgo, quando se soube do levantamento do estado de emergência, as pessoas exultaram à ideia de que íamos ser libertos; quando nos deixaram sair tivemos uma recepção jubilosa por parte dos amigos e dos parentes. Winnie apanhou uma boleia para Pretória e

o nosso encontro foi um momento de imensa alegria. Havia cinco meses que não a tinha nos braços nem a via sorrir de (felicidade. Pela primeira em cinco meses, nessa noite dormi na minha cama.

Depois de se ter estado na prisão, dá-se valor às pequenas coisas: dar um passeio quando nos apetece, entrar numa loja para comprar um jornal, falar ou optar por ficara calado. O simples facto de ter controlo sobre as suas acções.

Terminado o estado de emergência, o julgamento prolongou-se por mais nove meses, até 29 de Março de 1961. Sob muitos aspectos, foram dias de glória para os acusados, porque a nossa gente se apresentava sem medo a denunciar a política do ANC Robert Resha insistiu com veemência na contestação da afirmação absurda de que o ANC pretendia provocar o Governo

[243]

ao uso da violência para poder ripostar nos mesmos termos. Gert Sibande foi eloquente ao esclarecer o tribunal sobre a vida miserável dos trabalhadores rurais africanos. O venerável Isaac Behndy, de Ladysmith, com oitenta e um anos de idade, pregador leigo da African Native Mission Church, explicou por que razão tínhamos optado pela permanência em casa em vez das greves.

Em Outubro, o temível professor Matthews foi chamado a depor como nossa última testemunha. Imperturbável, tratou os advogados de acusação como se fossem alunos a precisar de uma repreensão severa. Por mais de uma vez respondeu mais ou menos isto ao atropalhado promotor:

- Aquilo que quer que eu diga é que o discurso a que chama violento corresponde à política da minha organização. Em primeiro lugar, a sua afirmação é incorrecta; em segundo lugar, não vou dizer isso.

Numa linguagem cheia de beleza, explicou que os africanos sabiam que a luta não violenta implicava sacrifícios, mas que a tinham escolhido porque valorizavam a liberdade acima de tudo. Segundo disse, as pessoas estão dispostas a suportar grandes sofrimentos para se libertarem da opressão. Com o professor Matthews no banco das testemunhas, a defesa terminou em plano elevado. Depois de concluído o depoimento, o juiz Kennedy apertou-lhe a mão e

afirmou que gostaria de o voltar a encontrar em circunstâncias mais agradáveis.

Após o levantamento do estado de emergência, o Comité Executivo Nacional reuniu secretamente em Novembro para discutir o futuro. Já tínhamos abordado a questão enquanto estávamos na cadeia durante o julgamento, mas aquela era a primeira vez que nos reuníamos em sessão formal. O Estado estava a armar-se, não para combater uma ameaça externa, mas para pôr cobro à agitação interna. Não íamos desmobilizar, mas sim prosseguir a luta na clandestinidade. Teríamos de abandonar os procedimentos democráticos previstos nos estatutos do ANC, de realizar conferências, reuniões entre as diversas filiais e ajuntamentos públicos. Era preciso criar novas estruturas capazes de comunicar com as organizações do Congresso ainda não proibidas. Contudo, todas essas estruturas seriam ilegais, e quem nelas participasse arriscava-se a ser detido e encarcerado. O Comité Executivo e as estruturas que lhe estavam subordinadas tinham de ser drasticamente reduzidos e adaptar-se às condições da clandestinidade. Por razões de estrita necessidade, dissolvemos a Liga da Juventude e a Liga das Mulheres. Houve quem se opusesse com denodo a estas mudanças, mas a realidade é que agora éramos uma organização ilegal. Para quem

[244]

continuava a participar, a política deixava de ser meramente uma actividade arriscada para constituir um perigo tremendo.

Embora a firma Mandela & Tambo tivesse fechado a porta e ultimado os processos pendentes, eu continuava a fazer todos os trabalhos jurídicos a que conseguia deitar mão. Foram muitos os colegas que puseram à minha disposição o seu escritório, pessoal e telefones, mas na maioria dos casos preferia trabalhar no apartamento de Ahmed Kathrada, no número 13 de Kholvad House. O facto de já não ter escritório não afectara a minha reputação como advogado. Não tardou muito para que o átrio de entrada do n.º 13 e o corredor exterior estivessem pejados de clientes. Ao regressar a casa, Kathy descobria com grande desgosto que o único local onde podia estar sozinho e em sossego era a cozinha.

Durante este período eu mal tinha tempo para comer e para estar com a família. Ou ficava em Pretória até tarde, a preparar o nosso caso, ou voltava a correr para assumir outro. Quando por fim me sentava à mesa para cear com a família, o telefone tocava para me chamarem. Winnie estava novamente grávida e demonstrava uma paciência infinita. Só esperava que o marido pudesse estar no hospital quando desse à luz. Mas nem isso havia de ter.

Durante as férias do tribunal, no Natal de 1960, soube que Makgatho estava doente no Transkei, onde frequentava a escola, e violei a proscrição para o ir visitar. Guiei toda a noite, a parar só para meter gasolina. Como Makgatho precisasse de uma intervenção cirúrgica, resolvi trazê-lo comigo para Joanesburgo. Guiei novamente toda a noite e levei-o para casa da mãe enquanto encetava diligências para que ele fosse operado. Quando regresssei soube que Winnie tinha entrado em trabalho de parto. Acorri pressurosamente à ala para não brancos do Bridgman Memorial Hospital apenas para ficar a saber que mãe e filha já estavam na enfermaria. A menina recém-nascida estava bem, mas Winnie estava muito debilitada.

Demos à nossa nova filha o nome de Zindziswa, em homenagem à filha do poeta laureado do povo xossa, Samuel Mqhayi, que tantos anos antes me tinha arrebatado em Healdtown. No termo de uma longa viagem, o poeta regressou a casa para descobrir que a mulher tinha dado à luz uma filha. Como não sabia que ela estava grávida, presumiu que o pai fosse outro homem. Na nossa cultura, quando uma mulher dá à luz o marido não entra na casa onde ela tem de permanecer durante dez dias. Neste caso, o poeta estava demasiado irado para respeitar os costumes e irrompeu pela casa de azagaia em punho, pronto para matar a mãe e a filha. Mas quando olhou para a criança e viu que era a sua imagem reflectida deu um passo atrás e disse: *u zindzile*, que significa «Estás bem autenticado». E chamou-lhe Zindziswa, a versão feminina das suas palavras.

A coroa levou um mês a proferir as alegações finais, muitas vezes interrompida pelo tribunal para lhe apontar inconsistências. Em Março foi a nossa vez. Issy Maisels refutou categoricamente as acusações de uso da violência.

- Aceitamos que se trata de um caso de não cooperação e de resistência passiva, e se a não cooperação e a resistência passiva constituem alta traição, reconhecemos a nossa culpa. Mas nem uma nem outra estão abrangidas pelo conceito legal de traição.

A argumentação de Maisels foi continuada por Bram Fischer, mas a 23 de Março o tribunal cortou-lhe abruptamente a palavra. Ainda faltavam semanas para a conclusão do julgamento, mas os juízes adiaram-no por uma semana. Embora o procedimento fosse irregular, vimos nele um sinal de esperança, pois dava a ideia de que os juízes já tinham uma opinião formada. Devíamos regressar ao tribunal uma semana mais tarde, para o que esperávamos que fosse a leitura da sentença. Entretanto, eu tinha muito trabalho pela frente.

A minha proscrição expirava dois dias depois do adiamento. Tinha a certeza de que a polícia não estava a par disso, pois nunca acompanhava a caducidade das proscrições. Seria a primeira vez em cinco anos que me poderia ausentar de Joanesburgo para participar numa reunião. Nesse fim-de-semana realizava-se em Pietermaritzburg a muito aguardada reunião geral, cujo objectivo era promover uma convenção constitucional para todos os sul-africanos. Eu estava indigitado em segredo para ser o orador principal e tencionava percorrer os quatrocentos e cinquenta quilómetros até Pietermaritzburg na noite anterior à minha intervenção.

Na véspera da partida, o Comité de Acção Nacional reuniu em segredo para definir uma estratégia. Depois de tantas reuniões dentro e fora da prisão, resolvemos passar à clandestinidade e adoptar uma estratégia consentânea com o Plano M. A organização passaria a viver na ilegalidade. Se eu não fosse condenado, teria de viajar em segredo por todo o país para organizar a almejada convenção nacional. Só uma pessoa que trabalhasse furtivamente a tempo inteiro

estaria a salvo das restrições impostas pelos nossos inimigos. Ficou assente que a minha presença seria pública nalguns eventos aos quais seria dada a máxima publicidade, para mostrar que o ANC continuava na luta. A proposta não me era especialmente agradável, mas também não me apanhou de surpresa, era uma coisa que sabia que tinha de fazer. Esperava-me uma vida cheia de dificuldades, longe da família, mas quando a um homem é negado o direito de viver como acredita que deve viver, não lhe resta alternativa senão tornar-se um foragido.

Quando regressei da reunião foi como se Winnie me lesse os pensamentos. Ao olhar para o meu rosto percebeu que eu estava prestes a enveredar

[246]

por uma existência que nenhum de nós ambicionava. Contei-lhe o que se tinha passado e que me iria embora no dia seguinte. Recebeu a notícia com estoicismo, como se já a esperasse. Percebia o que eu tinha de fazer, mas isso não lhe tornava as coisas mais fáceis. Pedi-lhe que me preparasse a maleta e disselhe que os amigos e os parentes cuidariam dela na minha ausência. Não lhe disse por quanto tempo estaria longe nem ela perguntou. Se tivesse perguntado, não saberia que resposta lhe devia dar. Estaria de regresso a Pretória na segunda-feira seguinte, para o que se calculava que fosse a leitura da sentença. Qualquer que fosse o resultado, não voltaria para casa: se fosse condenado, iria directamente para a prisão; se fosse ilibado, passaria logo à clandestinidade.

1hembu, o meu filho mais velho, frequentava a escola no Transkei, de modo que não me pude despedir dele, mas nessa tarde fui buscar Makgatho e Makaziwe a casa da mãe deles, em Orlando East. Passámos algumas horas juntos no campo, a passear e a brincar. Despedime deles sem saber se os voltaria a ver. Os filhos de um combatente da liberdade aprendem a não fazer muitas perguntas ao pai, mas consegui ver-lhes nos olhos que percebiam que algo importante se estava a passar.

De regresso a casa, despedime das duas meninas com um beijo e elas acenaram-me um adeus enquanto me metia no automóvel com Wilson Conco para dar início à minha viagem até ao Natal.

Com destino à Conferência Universal, convergiram para Pietermaritzburg mil e quatrocentos delegados vindos de todo o país, em representação de cento e cinquenta organizações religiosas, sociais, culturais e políticas. Quando subi ao estrado, na noite de sábado, 25 de Março, em frente daquela assistência entusiástica e leal, já se tinham passado perto de cinco anos desde que pela última vez pudera proferir livremente um discurso em público. Fui recebido com manifestações de regozijo. Já quase me tinha esquecido da intensidade da experiência que é falar perante uma multidão.

No meu discurso apelei a uma convenção nacional onde todos os sul(- africanos, negros e brancos, indianos e mestiços, se congregassem fraternalmente para delinear uma constituição que espelhasse as aspirações da totalidade da nação. Apelei à unidade e afirmei que seríamos invencíveis enquanto falássemos a uma só voz.

A Conferência Universal apelou à realização de uma convenção nacional de representantes eleitos por todos os homens e mulheres adultos, em plano de igualdade, para definir os termos de uma nova constituição não racista para a África do Sul.

Foi eleito um Conselho Nacional de Acção, do qual fui designado secretário honorário, para transmitir ao Governo esta exigência. Se o Governo não convocasse a convenção, trataríamos de apelar a uma permanência

[247]

de três dias em casa, a ter início no dia 29 de Maio, para coincidir com a proclamação da República na África do Sul. Não acalentava ilusões quanto à concordância do Estado com a nossa proposta.

Em Outubro de 1960, o Governo tinha levado a efeito um referendo só para brancos sobre a criação da República da África do Sul. Era um dos velhos sonhos do nacionalismo africânder, o de cortar os laços com a nação contra a qual tinham lutado na guerra anglo-bóer. A tendência republicana obteve 52% dos votos e a proclamação da República foi anunciada para 31 de Maio de 1961. Programámos a permanência em casa para a mesma data da proclamação para demonstrar que para nós aquela mudança não passava de uma medida de

cosmética política.

Depois da conferência enviei uma carta ao primeiro-ministro Verwoerd em que o instava formalmente a convocar uma convenção para elaborar uma nova Constituição da África do Sul. Nessa carta avisava-o de que, se não convocasse a convenção, organizaríamos a maior paralisação de três dias da história do país, a começar no dia 29 de Maio. «Não temos ilusões a respeito das medidas que o seu Governo poderá tomar», escrevi. «Durante os últimos doze meses temos vivido um sinistro período de ditadura.» Distribuí também declarações à imprensa em que afirmava que a greve seria uma permanência pacífica em casa. Verwoerd não respondeu, mas no Parlamento referiu-se à minha carta como «arrogante». Em vez de colaborar, o Governo começou a montar uma das mais ameaçadoras demonstrações de força da nossa história.

Antes da abertura das portas da Sinagoga Velha, a 29 de Março de 1961, o dia da tão esperada sentença do Processo da Traição, já uma multidão de apoiantes e de jornalistas se acotovelava para entrar na sala de audiências. Centenas deles foram repelidos. Quando os juízes conseguiram impor a ordem no tribunal, a galeria dos espectadores e o espaço reservado aos jornalistas estavam apinhados. Momentos depois de o juiz Rumpff bater com o martelo, a Coroa apresentou um requerimento extraordinário para alterar as acusações. Era o quinquagésimo nono minuto da décima primeira hora, com dois anos de atraso. O tribunal repreendeu a acusação e pela galeria perpassou um murmúrio de concordância.

- Silêncio no tribunal! - gritou o meirinho de serviço.

O juiz Rumpff anunciou que o colectivo tinha chegado a um veredicto.

Fez-se um silêncio absoluto. Na sua voz cava e monótona, o presidente do colectivo de juízes expôs as conclusões do tribunal. Reconhecia que o Congresso Nacional Africano tinha agido no intuito de substituir o Governo

[248]

por «uma forma de estado radicalmente diferente»; reconhecia que o Congresso Nacional Africano recorrera a meios ilegais de protesto durante a Campanha de Provocação; reconhecia que alguns dirigentes do ANC tinham proferido discursos de incitação à violência e que se registava uma clara tendência esquerdista no ANC, denunciada pelas suas atitudes anti-imperialistas, antiocidentais e pró-soviéticas, mas,

Apesar de todas as provas apresentadas neste tribunal e depois da nossa averiguação dos factos, é impossível ao tribunal concluir que o Congresso Nacional Africano tenha seguido uma política de derrube do Governo pela

violência, isto é, no sentido de que as massas tenham sido instigadas ou impelidas a cometer actos de violência directos contra o Estado.

Segundo o tribunal, a acusação não tinha conseguido provar que o ANC era uma organização comunista nem que a Carta da Liberdade previa a instituição de um Estado comunista. Depois de falar durante quarenta minutos, o juiz Rumpff concluiu:

- Em conformidade, os réus são declarados inocentes e ilibados das acusações.

A galeria dos assistentes explodiu num coro de aclamações. Pusemo-nos de pé, abraçados uns aos outros e a acenar para a galeria. Depois desfilámos pelo pátio, a rir e a chorar de alegria. Quando saímos, a multidão soltou gritos de entusiasmo e cantou. Alguns dos acusados levantaram sobre os ombros os advogados de defesa, o que no caso de Issy Maisels não era tarefa simples, pois era um homem corpulento. À nossa volta estoiravam as lâmpadas dos *flashes*. Todos procuravam os amigos, as mulheres, os parentes. Winnie também lá estava e abracei -a com alegria, embora soubesse que apesar de me encontrar livre não poderia desfrutar dessa liberdade. Quando já estávamos todos cá fora, os réus do processo e a multidão começaram a entoar *Nkosi Sikelel' iAfrika*.

Depois de mais de quatro anos de julgamento, dezenas de promotores, milhares de documentos e dezenas de milhar de páginas de depoimentos, o Estado acabava de ver gorados os seus intentos. O veredicto foi um embaraço para o Governo, tanto interna com externamente. Contudo, o desfecho só contribuiu para aumentar a animosidade do Estado em relação a nós. A ilação que os nacionalistas retiraram não foi de que as nossas reivindicações eram legítimas, mas que precisavam de ser ainda mais impiedosos.

Não considerei o veredicto como prova de independência do sistema jurídico nem de que um negro podia ser julgado imparcialmente num tribunal de brancos. Foi uma sentença correcta e justa, mas em grande parte

ficou a dever-se à superior qualidade da equipa de advogados de defesa e à singular abertura de espírito daquele colectivo específico de juízes.

No entanto, o sistema judicial era talvez a única instância da África do Sul onde um negro se podia fazer ouvir e onde vigorava o Estado de direito. Este facto era especialmente verdadeiro em tribunais presididos por juízes de mentalidade aberta, nomeados pelo Partido Unido. Muitos desses homens continuavam a respeitar as regras básicas do direito.

Enquanto estudante, tinha aprendido que a África do Sul era um país onde imperava a lei, que se aplicava por igual a todas as pessoas, independentemente do seu estatuto social ou do cargo que ocupavam. Sempre acreditara sinceramente nisso e toda a minha vida fora baseada nesse pressuposto. Todavia, a minha carreira como advogado e activista tinha-me retirado a venda dos olhos. Vi como era grande a diferença entre o que aprendera nas aulas e o que acontecia na sala de audiências. De uma visão idealista do direito como espada da justiça, passei a uma percepção do direito como um instrumento utilizado pelas classes dominantes para moldar a sociedade em benefício dos seus interesses. Nunca esperei encontrar justiça no tribunal, embora tivesse lutado muito por isso e algumas vezes a tenha conseguido.

No caso do Processo da Traição, os três juízes elevaram-se acima dos seus preconceitos, da sua educação e da sua envolvente social. Há nos homens uma réstia de virtude que pode estar escondida mas que emerge quando menos se espera. Com os seus modos altivos e arrogantes, o juiz Rumpff deu ao longo de todo o julgamento a impressão de concordar com os pontos de vista da minoria branca no poder. Contudo, no final, o seu julgamento revelou um sentido de justiça essencial. Kennedy era menos conservador que os colegas e parecia atraído pela ideia da igualdade. Para dar um exemplo, uma vez seguiu no mesmo avião que Duma Nokwe de Durban para Joanesburgo, e quando o autocarro que fazia o transporte para a cidade se recusou a levar Duma, Kennedy também não viajou nele. Do juiz Bekker tive sempre a impressão de que era um espírito aberto, consciente do muito sofrimento às mãos do Estado dos acusados que tinha diante de si. O elogio que faço a estes três homens é na sua qualidade de indivíduos, não como representantes do tribunal, do Estado ou da raça a que pertenciam, mas como exemplos de honestidade do ser humano em condições atribuladas.

A mulher do juiz Bekker era uma pessoa sensível ao sofrimento dos

outros, que durante o estado de emergência angariou comida que entregou aos réus.

No entanto, a consequência maior desta humilhante derrota do Governo foi o Estado decidir que tal nunca mais se repetiria. A partir desse dia não mais confiariam em juízes que não tivessem sido nomeados por eles. Nunca mais iriam respeitar aquilo que apodavam de escrúpulos jurídicos que

[250]

protegiam os terroristas ou conferiam certos direitos aos presos. Durante o Processo da Traição não houve casos de indivíduos em isolamento, espancados e torturados para arrancar informações. No entanto, passado pouco tempo essas práticas já eram correntes.

[251]

Parte seis

O Pimpinela Negra

Não voltei para casa depois de lida a sentença. Embora houvesse pessoas ébrias de alegria e desejosas de comemorar, eu sabia que as autoridades podiam vibrar um golpe a qualquer momento e não lhes queria dar essa oportunidade. Estava ansioso por desaparecer antes que me prendessem ou me impusessem nova proscricção, de modo que passei a noite num refúgio seguro, em Joanesburgo. Foi uma noite desassossegada, numa cama estranha, sobressaltado pelo mais pequeno ruído, pelo barulho dos automóveis, a pensar que podia ser a polícia.

Walter e Duma despediram-se de mim na primeira parte do percurso, que me devia levar até Po_lizabeth. Quando lá cheguei encontrei - me com Govan Mbeki e RaymonttMhlaba para debater pormenores da nova estrutura clandestina da organização. A reunião foi em casa do doutor Masla Pather, que mais tarde seria condenado a dois anos de prisão por causa disso. Em casas seguras arranjadas pela organização, encontrei-me com o director do jornal liberal *Port Elizabeth Evening Post* para conversarmos sobre a campanha para uma convenção nacional, um objectivo subsequentemente apoiado por outros periódicos. Depois visitei Patrick Duncan, editor e director do semanário liberal *Contact*, membro fundador do Partido Liberal e um dos primeiros brancos a participar na Campanha de Provocação. O jornal que dirigia tinha vindo a criticar repetidamente o ANC por ser politicamente dominado pelos comunistas, mas quando me viu a primeira coisa que disse foi que uma leitura atenta dos autos do Processo da Traição o tinha convencido de que estava enganado e que trataria de se retractar no jornal.

Nessa noite falei perante uma assembleia de ministros dos subúrbios, na Cidade do Cabo. Se refiro este encontro foi porque a oração de abertura proferida por um dos sacerdotes me ficou gravada no coração durante

[255]

muitos anos, como uma fonte onde ia buscar alento nos momentos mais difíceis.

Começou por agradecer ao Senhor pelas Suas dádivas e bondade, pela Sua misericórdia e preocupação com todos os homens. Tomou então a liberdade de recordar ao Senhor que alguns dos Seus servos eram mais oprimidos que outros, e que por vezes parecia que Ele não prestava atenção. O ministro disse então que se o Senhor não demonstrasse um pouco mais de iniciativa a conduzir os negros para a salvação, estes teriam de tomar o assunto nas suas próprias mãos. Ámen.

Na última manhã que passei na Cidade do Cabo, ia a sair do hotel em companhia de George Peake, um dos fundadores da Organização dos Mestiços da África do Sul, quando parei para agradecer ao gerente, um mestiço, o tratamento que me tinha sido dispensado. O homem retribuiu os agradecimentos, mas ficou curioso. Descobriu quem eu era e disse-me que a comunidade mestiça pensava que sob um governo negro seriam tão oprimidos como sob o actual Governo branco. Era um homem de negócios da classe média, que provavelmente poucos contactos tinha com negros, a quem receava da mesma maneira que receava os brancos. Este medo era corrente entre a comunidade mestiça, especialmente no Cabo, e embora estivesse atrasado expliquei-lhe o essencial da Carta da Liberdade e o nosso compromisso de repudiar o racismo. Um combatente da liberdade tem de aproveitar todas as oportunidades para explicar ao povo a sua luta.

No dia seguinte participei em Durban numa reunião secreta do Comité Executivo Nacional do ANC e dos comités do movimento do Congresso para discutir se a acção futura teria a forma de permanência em casa ou de greve declarada, com piquetes e manifestações. Os que defendiam a greve disseram que a estratégia de permanência em casa que vínhamos a usar desde 1950 já tinha perdido eficácia, sobretudo quando o PAC apelava às massas, e que se tornavam necessárias formas de luta mais agressivas. A ideia alternativa, que eu partilhava, era que a permanência em casa nos permitia vibrar um golpe no inimigo sem lhe dar ocasião de ripostar. Argumentei que a confiança do povo nas nossas campanhas tinha aumentado precisamente porque não arriscávamos as suas vidas. Apesar de todo o heroísmo dos manifestantes, disse eu, Sharpeville tinha permitido ao inimigo abater o nosso povo a tiro. Advoguei a permanência em casa embora soubesse que por todo o país a nossa gente fervilhava de impaciência com as formas passivas da luta, mas entendia que não devíamos abandonar as tácticas comprovadamente eficientes sem um plano global, para o qual não dispúnhamos nem de tempo nem de meios. A decisão acabou por pender para a permanência em casa.

Viver na clandestinidade exige um terramoto psicológico. É preciso prever todas as acções, por mais pequenas e insignificantes. Nada é inocente.

[256]

Tudo tem de ser questionado. Não podemos ser nós próprios, temos de desempenhar o papel que assumirmos. Em certa medida, para um negro da África do Sul não é um esforço de adaptação demasiado grande. Sob o regime do *apartheid*, os negros viviam uma existência obscura, a meio caminho entre a legalidade e a ilegalidade, entre a frontalidade e dissimulação. Na África do Sul, ser negro significava não confiar em nada, o que não diferia muito da vida na clandestinidade.

Tornei-me uma criatura da noite. Durante o dia não abandonava o esconderijo, do qual só saía para trabalhar ao cair da noite. Operava principalmente a partir de Joanesburgo, mas viajava sempre que necessário. Ficava em casas vazias, onde podia estar sozinho sem levantar suspeitas. Embora seja uma pessoa que ama o convívio, ainda gosto mais de estar só. Aproveitei a oportunidade para fazer projectos, para pensar, para conspirar. Mas a solidão pode ser excessiva. Sentia imensas saudades da minha mulher e da família.

Quando se vive na clandestinidade, o essencial é ser-se invisível. Da mesma maneira que há uma maneira de chamar as atenções ao entrar numa sala, também há maneiras de andar e de agir que nos fazem passar despercebidos. Como dirigentes políticos, é normal que nos procuremos destacar; como foragidos, é o contrário. Enquanto vivi na clandestinidade nunca caminhei tão direito como é meu costume. Falava em voz mais mansa, menos clara e articulada. Era mais passivo, menos intrometido. Não exigia nada, deixava que me dissessem o que tinha a fazer. Não me barbeava nem cortava o cabelo. Os meus disfarces mais frequentes eram de motorista, de cckiJ1heiro ou de jardineiro. Usava os fatos-macaco azuis dos trabalhadores rurais e muitas vezes colocava uns óculos redondos sem aros, conhecidos como «copos de chá Mazzawati». Tinha um automóvel e usava boné e guarda-pó. O disfarce de motorista era muito conveniente porque me dava a possibilidade de viajar a

pretexto de conduzir o carro do meu patrão.

Durante os primeiros meses, quando havia um mandado de busca em meu nome e a polícia me perseguia, a minha experiência como foragido atraiu a imaginação da imprensa. Apareciam artigos nas primeiras páginas dos jornais em que se afirmava que eu tinha sido visto aqui e ali. Bloqueavam-se estradas por todo o país e a polícia continuava de mãos vazias. Puseram-me a alcunha de *Pimpinela Negra*, uma adaptação um tanto depreciativa de uma personagem de ficção criada pela baronesa Orczy, o Pimpinela Escarlata, que se tinha audaciosamente evadido durante a Revolução Francesa.

Viajei em segredo por todo o país; estive com os muçulmanos do Cabo, com os trabalhadores da cana-de-açúcar do Natal, com os operários fabris de Part Elizabeth. Andei pelas mais diversas *townships*, onde assisti a reuniões nocturnas. Cheguei mesmo a alimentar o mito do *Pimpinela Negra* ao

[257]

pegar numa mão-cheia de níqueis e telefonar a alguns jornalistas a partir de cabinas públicas, a contar-lhes histórias sobre os nossos planos ou sobre a inoperância da polícia. Aparecia repentinamente aqui e ali, para desespero das autoridades e gáudio do público.

Contaram-se muitas histórias fantásticas sobre a minha vida na clandestinidade. As pessoas gostam de embelezar histórias de audácia. Todavia, é verdade que por diversas vezes escapei por um fio, mas disso ninguém soube. Em certa ocasião, seguia de automóvel pela cidade e parei por causa dos semáforos. Olhei para a esquerda e vi que no automóvel a meu lado seguia o coronel Spengler, chefe do Special Branch de Witwatersrand. Para ele, deitar a mão ao *Pimpinela Negra* teria sido a sorte grande. Eu ia de fato-macaco, boné e óculos. O coronel nunca virou a cabeça para o meu lado, mas os segundos que esperei até que o sinal ficasse verde pareceram-me horas.

Uma tarde, quando andava por Joanesburgo disfarçado de motorista, de guarda - pó comprido e óculos, estava a uma esquina à espera que me viessem buscar quando reparei num polícia negro que se dirigia deliberadamente na minha direcção. Relanceei o olhar em redor, para ver se haveria algum sítio para

onde pudesse fugir, mas antes que isso acontecesse o homem sorriu para mim, fez-me o sinal do ANC, com os polegares para cima, e foi-se embora. Os incidentes deste género repetiram-se muitas vezes e foi com agrado que verifiquei que podíamos contar com a lealdade de muitos polícias negros. Havia um sargento que avisava Winnie sobre as operações da polícia. Segredava-lhe qualquer coisa como «Veja lá se Madiba não está em Alexandra na quarta-feira à noite porque vai haver uma rusga.» Os polícias negros foram severamente censurados durante a luta, mas muitos deles tiveram uma acção oculta extremamente valiosa.

Na clandestinidade, apresentava-me tão desleixado quanto possível. Os meus fatos-macacos tinham aspecto de gastos e sujos por uma vida de trabalho. A polícia distribuiu uma fotografia minha em que aparecia de barba e os meus amigos insistiram comigo para que a rapasse. No entanto tinha-me afeiçoado a ela e resisti a cortá-la.

Não só não fui reconhecido como por vezes fui alvo de humilhações. Certo dia, quando planeava participar numa reunião numa zona distante de Joanesburgo, um padre muito conhecido arranjou maneira de eu ficar em casa de uns amigos dele. Cheguei à porta e antes de poder dizer quem era a senhora idosa que me atendeu exclamou:

- Vá-se embora daqui! Não queremos cá gente da sua laia! - e fechou-me a porta na cara.

O tempo que passei na clandestinidade foi ocupado sobretudo a planear a permanência em casa no dia 29 de Maio, que adquiria contornos de uma guerra virtual entre o Governo e o movimento de libertação. Em finais de Maio, o Governo desencadeou por todo o país várias acções contra líderes da oposição. Todas as reuniões foram proibidas, apreenderam as máquinas das tipografias e no Parlamento fizeram aprovar à pressa legislação que autorizava a polícia a acusar e a deter pessoas durante doze dias sem fiança.

Verwoerd declarou que aqueles que apoiavam a greve, incluindo alguns jornais, estavam a «brincar com o fogo», um prenúncio sinistro, dada a comprovada desumanidade do Estado. O Governo pressionou as indústrias para que disponibilizassem dormitórios para os operários para que estes não tivessem de voltar a casa durante a greve. Dois dias antes da paralisação, o Governo desencadeou a maior exibição de força jamais vista na África do Sul em tempo de paz. Cancelaram as férias dos polícias e estacionaram unidades militares à entrada e à saída das *townships*. Enquanto os tanques *Saracen* atroavam as ruas de terra batida dos subúrbios negros, os helicópteros evoluíam por cima e pousavam para dispersar qualquer ajuntamento. A noite, os helicópteros varriam as ruas e as casas com os holofotes.

A imprensa de língua inglesa deu ampla cobertura à campanha até poucos dias antes do seu início. Mas na véspera da paralisação a imprensa cedeu e incitou as pessoas a comparecer ao trabalho. O PAC desempenhou o seu papel de sabotador e distribuiu milhares de panfletos em que se opunha à paralisação e onde apodava de cobardes os dirigentes do ANC. As acções do PAC chocaram-nos profundamente. Uma coisa é criticar, o que é aceitável, mas tentar romper uma greve chamando as pessoas ao trabalho é estar directamente ao serviço dos interesses do inimigo.

Na noite anterior à paralisação, estava previsto encontrar-me com as chefias do ANC de Joanesburgo numa casa segura de Soweto. Para evitar os bloqueios de estrada realizados pela polícia, entrei em Soweto por Kliptown, uma zona que em geral não era patrulhada. Mas no momento em que virei uma

esquina deparou-se-me exactamente aquilo que tentava evitar: um bloqueio. Um polícia branco fez-me sinal para parar. Eu vinha com o meu habitual disfarce de motorista. Olhou-me atentamente pela janela e resolveu rebuscar o automóvel, um serviço que em geral era feito por polícias negros. Como não encontrou nada, pediu-me o passe. Respondi-lhe que me tinha esquecido dele em casa e dei-lhe um número ao acaso. Satisfez-se com a explicação e fez-me sinal para passar.

Na segunda-feira, 29 de Maio, primeiro dia da permanência dos trabalhadores em casa, centenas de milhar de pessoas puseram em risco o seu

[259]

emprego e subsistência e não foram trabalhar. Em Durban, os operários indianos abandonaram as fábricas e no Cabo foram milhares os mestiços que não saíram de casa para o serviço. Em Joanesburgo mais de metade dos trabalhadores ficaram em casa e em Port Elizabeth a percentagem foi ainda maior. Para a imprensa elogiei a resposta como «magnífica» e saudei o nosso povo por ter «desafiado a intimidação sem precedentes do Estado». A comemoração do Dia da República pelos brancos foi abafada pelo nosso protesto.

Embora no primeiro dia os relatos da paralisação tenham sugerido fortes reacções em diversas zonas do país, no conjunto, a resposta foi inferior à esperada. As comunicações eram difíceis e as más notícias parecem sempre circular mais depressa do que as boas. À medida que os relatórios iam chegando sentia-me cada vez mais desanimado. Nessa noite, desmoralizado e um tanto irritado, tive uma conversa com Benjamin Poground, do *Rand Daily Mail*, na qual dei a entender que os dias da contestação pacífica tinham acabado.

No segundo dia, e depois de consultar os meus colegas da direcção, apelei ao fim da paralisação. Nessa manhã encontrei-me numa casa segura de um bairro branco com vários membros da imprensa local e estrangeira e mais uma vez afirmei que a paralisação tinha sido um «êxito tremendo»

Mas não disfarcei o facto de que um novo dia estava a despontar.

- Se a reacção do Governo à nossa luta pacífica é de nos esmagar pela

força, temos de reconsiderar as nossas táticas. Na minha opinião, estamos a encerrar um capítulo sobre a questão das políticas de não, violência.

Era uma afirmação grave e eu estava ciente disso. Fui censurado pelo nosso executivo por ter feito esse comentário sem antes o ter debatido com a organização, mas por vezes é preciso dar publicamente voz a uma ideia para sacudir o torpor de uma instituição relutante.

O debate sobre o recurso à violência desenrolava-se entre nós desde o princípio da década de 1960. Já em 1952 eu tinha abordado com Walter a questão da luta armada. Voltei a falar com ele e concluímos que a organização tinha de tomar um novo rumo. O Partido Comunista tinha-se refeito na clandestinidade e estava a considerar a hipótese de formar o seu próprio braço armado. Resolvemos que eu levantaria a questão da luta armada no seio do Comité Operacional, o que fiz no dia 1 de Junho de 1961.

Mal tinha começado a apresentar a proposta quando Moses Kotane, secretário do Partido Comunista e uma das personalidades mais influentes no executivo do ANC, contra-atacou acusando-me de não a ter ponderado devidamente. Disse que eu tinha sido ludibriado e paralisado pelas manobras do Governo e que agora, em desespero de causa, recorria a uma linguagem revolucionária. Como então afirmou:

- Continua a haver espaço para os velhos métodos, desde que sejamos suficientemente determinados e imaginativos. Se enveredarmos pelo

[260]

caminho sugerido por Mandela estaremos a expor pessoas inocentes aos massacres do Governo.

As palavras de Moses foram convincentes e percebi que a minha proposta seria derrotada. Como nem Walter interveio em minha defesa, retirei a proposta. Mais tarde falei com ele e manifestei-lhe a minha frustração, para além de o censurar pela falta de apoio. Walter soltou uma gargalhada e respondeu que teria sido o mesmo que enfrentar um bando de leões. Walter é um diplomata extremamente habilidoso.

- Deixa que eu fale com Moses para que ele tenha uma conversa contigo em privado. Nessa altura poderás apresentar o teu caso.

Eu vivia na clandestinidade, mas Walter arranjou-nos um encontro numa casa dos subúrbios, onde passámos um dia inteiro a conversar.

Falei-lhe abertamente e disselhe que julgava não haver outra alternativa que não fosse o recurso à violência. Usei uma velha expressão africana, *Sebatana ha se bokwe ka diatla* (Não se pode deter a fera com as mãos vazias). Moses era um comunista da velha guarda e eu disselhe que a oposição que fazia se assemelhava à do Partido Comunista de Cuba nos tempos de Batista. O partido tinha insistido em que as condições ainda não estavam reunidas e ficou à espera, simplesmente porque seguiam à letra os manuais de Lenine e de Estaline. Mas Castro não esperou, agiu e triunfou. Quando se fica à espera de que estejam reunidas todas as condições prescritas nos manuais, o melhor é meter na cabeça que isso nunca vai acontecer. Disselhe cara a cara que ele tinha o espírito antolhado pelo antigo critério de o ANC ser uma organização legal. As pessoas já estavam a formar milícias por iniciativa própria e a única organização que tinha poder suficiente para as liderar era o ANC Sempre tínhamos afirmado que o povo estava primeiro do que nós e agora isso era um facto.

Falámos durante todo o dia e, no fim, Moses disse-me:

- Nelson, não te prometo nada, mas deves apresentar novamente a questão no Comité, para ver o que acontece.

Marcou-se uma reunião para daí a uma semana e eu voltei a abordar o assunto. Desta vez Moses conservou-se em silêncio e a conclusão geral do encontro foi que eu devia levar o caso ao Conselho Executivo Nacional, em Durban. Walter sorria, sem nada dizer.

À semelhança de todas as reuniões do ANC desse tempo, a reunião do executivo em Durban foi realizada à noite, num local secreto, para evitar a polícia. Eu desconfiava de que iria enfrentar dificuldades, porque o chefe Luthuli estaria presente e eu conhecia o seu empenhamento moral na não, violência. O momento também era motivo de preocupação: estava a levantar a questão pouco depois da conclusão do Processo da Traição, onde tinha argumentado que para o ANC a não, violência era um princípio inviolável e não uma tática para ser alterada quando as circunstâncias o exigissem.

Pessoalmente, acreditava no contrário, que a não, violência era uma tática que devia ser abandonada quando deixasse de ser eficaz.

Na reunião, afirmei que o Estado não nos tinha deixado alternativa senão enveredar pela violência. Disse que era imoral e injusto sujeitar o nosso povo aos ataques armados do Estado sem lhe facultar meios de resposta. Mencionei uma vez mais que já havia quem tivesse recorrido às armas por iniciativa própria. Quer fôssemos nós a desencadeá-la quer não, a violência eclodiria a qualquer momento. Assim sendo, não seria melhor que fôssemos nós a guiar essa violência de acordo com os nossos princípios, que poupássemos vidas escolhendo alvos simbólicos da repressão e não as pessoas? Se não assumirmos agora o comando, disse eu, arriscamo-nos a chegar tarde e a sermos apenas seguidores num movimento que não controlamos.

A princípio, o chefe resistiu aos meus argumentos. Para ele, a não, violência era mais do que uma tática. Mas insistimos durante toda a noite, e creio que no fundo do seu coração ele sabia que estávamos com a razão. Por fim, concordou que uma campanha militarizada era inevitável. Quando mais tarde alguém insinuou que o chefe Luthuli não estaria preparado para essa via, ele retorquiu:

- Se alguém pensa que sou um pacifista, que tente roubar-me as galinhas para descobrir como está enganado!

O Executivo Nacional endossou formalmente a decisão preliminar do Comité Operacional. Tanto o chefe como outras pessoas sugeriram que devíamos fazer de conta que o ANC nunca tinha debatido a questão, pois não queriam pôr em risco a legalidade dos nossos aliados ainda não proscritos. A ideia de Luthuli era que o movimento militar devia ser um órgão independente e separado, ligado ao ANC e sob o seu controlo, mas nominalmente autónomo. A luta dividir-se-ia em duas vertentes distintas. Aceitámos prontamente a sugestão dele. Luthuli e outros alertaram ainda para o perigo de que esta nova fase nos levasse a negligenciar os aspectos fundamentais e os históricos métodos de luta da organização, o que constituiria uma derrota, já que, pelo menos a princípio, a

luta armada nunca poderia ocupar um lugar central na estratégia do movimento.

Foi marcada para a noite seguinte, também em Durban, uma reunião dos diversos executivos. Estariam presentes o Congresso Indiano, o Congresso do Povo Mestiço, o Congresso Sul-Africano de Sindicatos e o Congresso dos Democratas. Embora em geral estes grupos acatassem as decisões do ANC, eu sabia que alguns dos nossos companheiros indianos se oporiam com denodo à violência.

O começo da reunião não podia ser menos auspicioso. O chefe Luthuli, que presidia, declarou que embora o ANC tivesse tomado essa decisão «o assunto é de uma tal gravidade que gostaria que os meus colegas aqui

[262]

presentes o reexaminassem». Era evidente que o chefe Luthuli não se conformava com o novo rumo.

A sessão começou pelas oito horas da noite e foi agitada. Apresentei os mesmos argumentos que já tinha defendido e muitos exprimiram as suas reservas. Yusuf Cachalia e o doutor Naicker pediram-nos que não tomássemos esse caminho, com o argumento de que o Estado aniquilaria a totalidade do movimento de libertação. J. N. Singh, que era um orador eficaz, pronunciou palavras que ainda hoje ecoam na minha cabeça.

- Não foi a não, violência que nos desiludiu, fomos nós que desiludimos a não, violência.

Contrapus argumentando que de facto a não, violência nos tinha desiludido, pois nada tinha feito para travar a brutalidade do Estado nem para amansar o coração dos nossos opressores.

Discutimos toda a noite e durante as primeiras horas do dia comecei a sentir que tínhamos feito alguns progressos. Muitos dirigentes indianos se referiam já em termos desconsolados ao fim da não, violência. Subitamente, M. D. Naidoo, um membro do Congresso Indiano da África do Sul, explodiu e invectivou os seus companheiros:

- O que vocês têm medo é de ir para a prisão, é só isso!

Este comentário originou um pandemônio. Quando se põe em causa a integridade de um homem, há que esperar uma luta. O debate regressou à estaca zero. Mas ao romper da madrugada foi tomada uma resolução. O Congresso autorizou-me a formar uma organização militar, independente do ANC. A política do ANC continuaria a ser de não, violência. Fui autorizado a colaborar com quem entendesse para criar essa organização e não estaria sujeito ao controlo da casa-mãe.

Foi um passo carregado de consequências. Durante cinquenta anos o ANC tinha considerado a não, violência um princípio basilar que não podia ser posto em causa. Daí em diante o ANC seria uma organização diferente. Enveredávamos por um caminho novo e mais perigoso, um percurso de violência organizada, cujos resultados não sabíamos nem podíamos prever.

Eu, que nunca tinha sido soldado, que nunca tinha participado numa batalha, que nunca tinha disparado uma arma contra um inimigo, recebi o encargo de formar um exército. Se a tarefa seria gigantesca para um general veterano, imagine-se para um novato em assuntos militares. A nova organização recebeu o nome de Umkhonto we Sizwe (A Lança da Nação) ou simplesmente MK. A lança foi escolhida como símbolo por ter sido a arma com a qual os africanos tinham resistido aos brancos durante séculos.

[263]

Embora o executivo do ANC não permitisse a inclusão de membros de raça branca, o MK não sofria dos mesmos constrangimentos. Recrutei de imediato Joe Slovo, e juntamente com Walter Sisulu, formámos um Alto Comando, presidido por mim. Através de Joe consegui a colaboração de alguns elementos brancos do Partido Comunista que já se tinham pronunciado pela luta armada e que haviam executado alguns actos de sabotagem como cortar os telefones e as linhas de comunicação do Governo. Recrutámos Jack Hodgson, que tinha combatido na Segunda Guerra Mundial e era membro da Legião Springbok, e Rusty Bernstein, ambos filiados no Partido Comunista. Jack foi o nosso primeiro especialista em demolições. O nosso mandato consistia em empreender acções de violência contra o Estado - embora não estivesse especificado que género de acções seria. A nossa intenção era começar pelo que fosse menos agressivo para com os indivíduos e mais penalizador para o Governo.

Comecei da única maneira que sabia, a ler e a falar com os especialistas. Aquilo que queria perceber eram os princípios fundamentais para iniciar uma revolução. Descobri que havia muitas coisas escritas sobre o assunto e fui lendo o que encontrei sobre luta armada e em especial sobre a guerrilha. Queria saber quais eram as circunstâncias apropriadas para a guerrilha, como era possível criar, treinar e manter uma força de guerrilha, qual o tipo de armamento adequado, onde ir buscar os mantimentos - tudo questões básicas e

fundamentais.

Todas as fontes me interessavam. Li o relatório de Blas Roca, secretário-geral do Partido Comunista de Cuba, sobre os anos em que a organização sobreviveu na clandestinidade durante o regime de Batista. Em *Commando*, da autoria de Deneys Reitz, li sobre as táticas de guerra não convencional dos generais bóeres durante a guerra anglo-bóer. Li obras de Che Guevara e sobre Che Guevara, Mao Tsé Tung e Fidel Castro. No excelente livro de Edgar Snow, *Red Star Over China*, vi como a determinação de Mao e a sua forma de pensar não convencional o tinham levado à vitória. Li *The Revolt*, de Menachem Begin, e sentime encorajado pelo facto de o líder israelita ter chefiado uma força de guerrilha num país sem montanhas nem florestas, uma situação semelhante à nossa. Sentia o desejo de saber mais sobre a resistência do povo etíope a Mussolini e das forças de guerrilha do Quénia, da Argélia e dos Camarões.

Mergulhei no passado da África do Sul. Estudei a nossa história anterior e posterior à chegada do homem branco. Examinei as guerras de africanos contra africanos, de africanos contra brancos, de brancos contra brancos. Fiz o levantamento das principais zonas industriais, do sistema de transportes, da rede de comunicações. Acumulei mapas pormenorizados e analisei sistematicamente o terreno de diferentes regiões do país.

[264]

A 26 de Junho de 1961, o nosso Dia da Liberdade, escrevi uma carta aos jornais da África do Sul em que elogiava o povo pela sua coragem durante a recente paralisação e apelava uma vez mais a uma convenção nacional para elaborar uma Constituição. Proclamei de novo que seria lançada por todo o país uma campanha de não cooperação se o Governo se recusasse a convocar a convenção. Em parte, o texto da carta foi o seguinte:

Sei que foi emitido um mandado de captura em meu nome e que a polícia anda à minha procura. O Conselho de Acção Nacional deu a maior atenção a essa questão [...] e aconselhou-me a não me entregar. Acatei a recomendação e não me renderei a um governo que não reconheço. Qualquer político honesto perceberá que, nas condições em que o país se encontra presentemente, procurar

o martírio fácil entregando-me nas mãos da polícia seria um acto ingénuo e criminoso [...]

Escolhi este percurso, que é mais difícil e acarreta mais riscos e sacrifícios do que jazer numa cela. Tenho de viver separado da minha mulher e dos meus filhos, da minha mãe e das minhas irmãs, tenho de viver como um foragido dentro da minha própria terra. Tive de encerrar o meu escritório, abandonar a minha profissão e viver na maior pobreza, como acontece com a maioria do meu povo [...] Hei -de combater o Governo lado a lado convosco, polegada por polegada, milha por milha, até que a vitória seja alcançada. O que ides fazer? Acompanhais-nos ou colaborais com o Governo na repressão dos protestos e das aspirações do nosso povo? Preferis manter um silêncio neutro numa questão que é de vida ou de morte para o meu povo, para o nosso povo? Eu já tomei a minha opção. Não deixarei a África do Sul nem me renderei. A liberdade só pode ser conquistada através das dificuldades, do sacrifício e da acção militante. A luta é a minha vida. Hei-de continuar a lutar pela liberdade até ao fim dos meus dias.

Ao longo dos primeiros meses na clandestinidade vivi algumas semanas com uma família em Market Street, depois partilhei com Wolfie Kodesh um apartamento de solteiro de um só compartimento num rés-do-chão, em Berea, um subúrbio tranquilo para brancos a pouca distância do centro da cidade. Wolfie pertencia ao Congresso dos Democratas, era jornalista do *New Age* e tinha combatido no Norte de África e em Itália durante a Segunda Guerra Mundial. O seu conhecimento da guerra e a sua experiência de combate foram-me de grande utilidade. Por sugestão sua, li a obra do general prussiano Karl von Clausewitz, *Da Guerra*. A tese central

[265]

de Clausewitz, de que a guerra é a continuação da diplomacia por outros meios, assentava-me que nem uma luva. Pedi a Wolfie que me encontrasse material de leitura e receio que me tenha apoderado da sua vida não lhe dando lugar ao trabalho nem ao prazer. Mas Wolfie era tão modesto e simpático que nunca se queixou.

Vivi dois meses no apartamento dele, a dormir numa cama de campanha, sem sair de dia e com as persianas fechadas, a ler e a fazer planos; só saía à noite para encontros e reuniões. Todas as manhãs incomodava Wolfie, pois acordava por volta das cinco, vestia o fato de treino e corria durante mais de uma hora sem sair do mesmo sítio. Wolfie acabou por adoptar o meu regime e fazer exercícios todas as manhãs antes de ir para a cidade.

O MK estava então a aprender a trabalhar com explosivos. Uma noite fui com Wolfie até uma velha fábrica de tijolos para assistir a uma demonstração. Era um risco em termos de segurança, mas eu queria estar presente no primeiro teste com um engenho explosivo. Nas fábricas de tijolos eram vulgares as explosões porque as empresas utilizavam a dinamite para soltar a argila antes de

as grandes máquinas a arrancarem para fazer os tijolos. Jack Hodgson tinha trazido uma lata de parafina cheia de nitroglicerina e construíra um mecanismo horário com o interior de uma esferográfica. Fazia escuro e só dispúnhamos de uma luz fraca. Ficámos de lado, enquanto Jack trabalhava. Quando o engenho ficou pronto, recuámos e contámos trinta segundos; ouviu-se um estrondo enorme e um grande pedaço de argila aluiu. A explosão foi um êxito; regressámos apressadamente aos automóveis e seguimos em direcções diferentes.

Sentia-me seguro em Berea. Não saía, e como era uma zona residencial para brancos era pouco provável que a polícia me procurasse lá. Durante o dia, enquanto lia, era frequente deixar um quartilho de leite no parapeito da janela, a fermentar. Gosto muito de leite azedo, conhecido entre os xossas por *amasi* e muito apreciado pelas suas qualidades nutritivas. É muito simples de fazer, basta deixar o leite coagular ao ar livre. Torna-se espesso e amargo, mais ou menos como iogurte. Convenci Wolfie a experimentar, mas quando o provou fez uma careta.

Certa noite, já depois de Wolfie ter voltado da cidade, estávamos a conversar dentro de casa quando me chegaram aos ouvidos algumas palavras soltas de uma conversa que se desenrolava na rua, perto da janela. Eram dois jovens que falavam em zulo, mas que eu não podia ver porque as cortinas estavam corridas. Com um gesto fiz sinal a Wolfie para se calar.

- O que faz o «nosso leite» no peitoril da janela? - perguntava um dos homens.

- Estás a falar de quê? - perguntou o outro.

[266]

- Do leite azedo *amasi*, no peitoril. O que está aqui a fazer?

Em seguida gerou-se silêncio. O tipo observador dava a entender que só um negro colocaria assim o leite à janela, mas o que fazia um negro naquele bairro para brancos? Percebi que tinha de sair dali. Na noite seguinte mudei-me para outro esconderijo.

Fui viver para casa de um médico, em Joanesburgo; à noite dormia nas instalações dos criados, de dia trabalhava no escritório dele. Se alguém aparecia em casa, corria para o pátio e fingia ser o jardineiro. Depois disso passei duas semanas numa plantação de cana-de-açúcar, no Natal, entre um grupo de trabalhadores africanos e as respectivas famílias, numa pequena comunidade chamada Tongaat, não longe de Durban. Vivia numa pensão e apresentei-me como analisador de solos agrícolas que tinha vindo avaliar a terra a pedido do Governo.

A organização havia-me fornecido os instrumentos de trabalho de um analisador de solos e passava uma parte do dia a fazer análises e experiências. Percebia muito pouco do que estava a fazer e estou em crer que nunca enganei as pessoas de Tongaat. Mas aqueles trabalhadores rurais, tanto homens como mulheres, eram naturalmente discretos e nunca me perguntaram quem eu na realidade era, nem mesmo quando começaram a aparecer de noite pessoas que vinham de automóvel, algumas delas políticos locais bem conhecidos. Acontecia-me muitas vezes estar em reunião durante toda a noite e passar o dia seguinte a dormir - o que não é propriamente a rotina de um analisador de solos. Embora estivesse envolvido noutros assuntos, sentia uma estreita ligação à pequena comunidade. Assistia à missa de domingo e apreciava os modos antiquados de bater com a Bíblia praticados pelos ministros cristãos sionistas. Pouco antes de partir, agradeci a um sujeito idoso por terem cuidado de mim. A resposta foi:

- É claro que és bem-vindo, mas, *Kwedeni* (jovem), por favor explica-nos o que quer o chefe Luthuli?

Fui apanhado de surpresa, mas retorqui sem hesitar:

- Acho que é melhor perguntarem -lhe isso directamente, não posso responder por ele, mas tanto quanto sei quer que nos devolvam as nossas terras, quer que os nossos reis voltem ao poder, quer que tenhamos direito de escolher o nosso futuro e de viver da maneira que entendermos.

- E como é que ele vai fazer tudo isso se não tem um exército? - perguntou o ancião.

Apeteceu-me dizer-lhe que era precisamente disso que me ocupava, mas

não podia. Embora me sentisse encorajado pela maneira de pensar do homem, fiquei nervoso com a ideia de que outros podiam ter descoberto as minhas actividades. Uma vez mais tinha permanecido demasiado tempo e no dia seguinte desapareci tão discretamente como tinha aparecido.

Amorada seguinte foi mais um santuário que um refúgio: Liliesleaf Farm, localizada em Rivónia, um bucólico subúrbio a norte de Joanesburgo, para onde me mudei em Outubro. Nesse tempo, Rivónia consistia sobretudo em herdades e pequenas quintas. A casa e a propriedade tinham sido compradas pelo movimento com o propósito de funcionar como refúgio para os que viviam na clandestinidade. Era uma casa velha a precisar de obras, onde ninguém vivia.

Mudei-me para lá como criado ou vigilante, encarregado pelo dono de tomar conta da casa até à sua chegada. Assumi o nome falso de David Motsamayi, um dos meus antigos clientes. Na quinta usava o fato-macaco azul que era o uniforme dos criados negros. Durante o dia o lugar fervilhava de actividade com operários, pedreiros e pintores que restauravam a casa principal e ampliavam os edifícios anexos. Queríamos acrescentar alguns quartos pequenos para possibilitar a estada de mais pessoas. Os operários eram todos africanos do subúrbio de Alexandra e chamavam-me «rapaz» (nunca se preocuparam em saber o meu nome). Preparava-lhes o pequeno-almoço e ao fim da manhã e da tarde dava-lhes chá. Mandavam-me fazer recados e pequenos serviços, como varrer o chão e apanhar o lixo.

Uma tarde fui dizer-lhes que o chá estava pronto na cozinha. Apresentaram-se e eu passei em volta um tabuleiro com chávenas, chá, leite e açúcar. Cada homem pegava numa chávena e servia-se. Ofereci o tabuleiro a um tipo que estava a meio de uma história. Serviu-se de chá, mas estava mais atento à história do que a mim e agitava a colher no ar enquanto falava, sem se servir de açúcar. Fiquei ali especado pelo que me pareceu serem vários minutos e por fim comecei a afastar-me, um tanto irritado. Nesse momento o homem reparou em mim e disse-me com azedume:

- Rapaz, volta aqui, não disse que te podias ir embora.

Há quem pinte um quadro imaginário e idealista do cariz igualitário das sociedades africanas e, embora de uma maneira geral esteja de acordo com ele, o facto é que os africanos nem sempre se tratam uns aos outros como iguais. A industrialização teve um papel preponderante na introdução, entre os africanos

urbanizados, das diferenças de estatuto existentes nas sociedades brancas. Para aqueles homens eu era um inferior, um criado, uma pessoa sem profissão, logo devia ser tratado com desdém. Desempenhei o meu papel tão bem que nenhum deles desconfiou que eu fosse uma pessoa diferente do que parecia.

Ao cair da noite os operários regressavam a casa e eu ficava sozinho até à manhã seguinte. Adorava essas horas de sossego, mas a maioria das vezes saía da propriedade para me encontrar com alguém e só regressava a meio da noite. Por vezes sentia algum constrangimento ao regressar a essas horas

[268]

a uma casa que não conhecia bem e onde vivia ilegalmente sob um nome fictício. Recordo-me de certa noite me ter assustado porque julguei entrever um tipo escondido atrás dos arbustos; fui ver, mas nada encontrei. Na clandestinidade, um homem nunca dorme descansado.

Ao fim de algumas semanas apareceu na quinta Raymond Mhlaba, que vinha de Port Elizabeth. Ray era um sindicalista decidido, membro do executivo do Cabo e do Partido Comunista, o primeiro dirigente do ANC a ser preso durante a Campanha de Provocação. Tinha sido escolhido pelo ANC como um dos primeiros recrutas do Umkhonto we Sizwe. Veio para preparar a sua partida, juntamente com outros três, com destino à República Popular da China, onde receberia treino militar; tínhamos renovado os contactos estabelecidos por Walter em 1952. Ray ficou comigo durante duas semanas e traçou-me um quadro nítido das dificuldades que o ANC enfrentava no Cabo Oriental. Para além disso ajudou-me a redigir os estatutos do MK. Pouco depois chegaram Toe Slovo e Rusty Bernstein, que também intervieram na redacção.

Após a partida de Raymond tive durante algum tempo a companhia de Michael Harmel, uma figura destacada do Partido Comunista na clandestinidade, membro fundador do Congresso dos Democratas e editor da revista *Liberation*. Michael era um teórico brilhante que estava a fazer trabalhos políticos para o Partido Comunista e precisava de um local sossegado para trabalhar a tempo inteiro.

Durante o dia mantinha-me à distância de Michael, já que seria pouco

natural o convívio regular entre um branco e o criado negro da casa. À noite, depois da partida dos operários, tínhamos longas conversas sobre as relações entre o ANC e o Partido Comunista. Uma noite voltei para casa muito tarde, depois de uma reunião. Quando vivia sozinho, certificava-me de que todos os portões estavam fechados e as luzes apagadas. Tomava estas precauções porque um negro ao volante de um automóvel a entrar numa pequena quinta de Rivónia a meio da noite suscitaria perguntas escusadas. Nessa noite vi que as luzes estavam acesas e quando me aproximei ouvi o som de um rádio aos berros. A porta da frente estava aberta e quando entrei encontrei Michael deitado, ferrado a dormir. Furioso com aquela quebra de segurança, acordei-o e repreendi-o:

- Homem, não podes deixar as luzes acesas e o rádio a tocar! Estremunhado e irritado, respondeu-me:

- Nelson, tens mesmo de perturbar o meu sono? Não podes esperar até amanhã?

Respondi que não, que era uma questão de segurança e admoestei-o pelo comportamento irresponsável.

Pouco depois, Arthur Goldreich e a família instalaram-se na casa principal como locatários oficiais e eu mudei-me para as instalações dos

[269]

trabalhadores domésticos, que acabavam de ser construídas. A presença de Arthur proporcionava uma excelente cobertura para as nossas actividades. Artista e estilista de profissão, Arthur era membro do Congresso dos Democratas e um dos primeiros elementos do MK. As suas tendências políticas eram desconhecidas pela polícia e nunca antes tinha sido interrogado nem alvo de buscas. Durante a década de 1940, Arthur havia combatido na Palestina pelo Palmach, a ala militar do Movimento Nacional Judaico. Era entendido em actividades de guerrilha e ajudou a preencher muitas lacunas nos meus conhecimentos. Para além disso era uma personagem exuberante, que introduziu na quinta uma atmosfera alegre e despreocupada.

A última aquisição para o grupo regular da quinta foi o senhor Jelliman, um branco simpático e reformado, que de há muito simpatizava com o

movimento e ocupou o cargo de capataz. O senhor Jelliman trouxe consigo alguns jovens trabalhadores da Sekhukhunelândia e a herdade em breve se começou a parecer com todas as outras. Jelliman não era membro do ANC, mas era leal, discreto e trabalhador. Costumava preparar-lhe o pequeno-almoço e o jantar, e foi sempre amável comigo. Muito mais tarde, arriscou a vida e o sustento numa tentativa corajosa para me salvar.

Os momentos mais agradáveis que vivi na herdade foram durante as visitas da minha mulher e da família. Quando os Goldreich começaram a viver lá, Winnie passou a visitar-me aos fins de semana. Como tínhamos de ser muito cautelosos com as suas movimentações, um condutor ia buscá-la e deixava-a em determinado lugar, onde um segundo motorista a apanhava para levar à quinta. Mais tarde passou a lá ir com as crianças no seu automóvel, depois de dar voltas e mais voltas. Naquele tempo, a polícia ainda não lhe seguia as pisadas.

Nesses fins de semana o tempo parecia parar, como se aqueles momentos escamoteados à vida fossem a regra e não a excepção. Por ironia, tínhamos mais privacidade em Liliesleaf do que na nossa casa. Ainda que pouco tempo, as crianças puderam correr e brincar naquela atmosfera idílica e singular.

Winnie levou-me para a fazenda uma velha carabina de pressão de ar que eu usava para atirar ao alvo ou para matar pombos. Um dia, estava no relvado fronteiro da propriedade e aponteí a um pardal pousado num ramo alto. A mulher de Arthur, Hazel Goldreich, que me estava a ver, disse em tom de piada que nunca acertaria no alvo. Mal tinha acabado de falar quando o pardal caiu no chão. Virava-me para ela para me gabar quando Paul, o filho de Arthur, que devia ter uns quatro ou cinco anos, me perguntou, com os olhos rasos de água:

- David, porque mataste o passarinho? A mãe dele vai ficar muito triste.

[270]

O orgulho pela proeza transformou-se de imediato em vergonha; aquele rapazinho era muito mais humano do que eu. Uma sensação estranha para um homem que liderava uma força de guerrilha em formação.

Ao projectarmos a orientação e a forma que o MK viria a tomar, tivemos em consideração quatro tipos de actividades violentas: sabotagem, guerrilha, terrorismo e revolução declarada. Para uma força diminuta e incipiente, a revolução declarada era inconcebível. O terrorismo deixava uma marca negativa em quem o praticava e punha em causa o apoio público que queríamos conquistar. A guerrilha era uma hipótese, mas como o ANC continuava relutante no recurso à violência, fazia sentido começar com o tipo de acção que menos danos directos, infligia às pessoas, a sabotagem.

Como não implicava a perda de vidas, era também o que oferecia mais esperanças de reconciliação posterior entre as raças. Não queríamos iniciar um conflito sangrento entre negros e brancos. A animosidade entre os ingleses e os africânderes continuava a existir cinquenta anos depois de terminada a guerra anglo-bóer. Que se poderia esperar das relações entre negros e brancos se provocássemos uma guerra civil? A sabotagem tinha ainda a virtude de exigir meios humanos mais escassos.

A nossa estratégia era realizar incursões seleccionadas contra instalações militares, centrais eléctricas, linhas telefónicas e meios de transporte; alvos que não só prejudicariam a eficácia das forças militares como assustariam os apoiantes do Partido Nacionalista, afugentariam os capitais estrangeiros e debilitariam a economia. Esperávamos que isso obrigasse o Governo a sentar-se à mesa das negociações. Foram dadas ordens estritas aos membros do MK de que não toleraríamos perda de vidas. Se a sabotagem não produzisse o efeito esperado, estávamos dispostos a subir um degrau na escala: guerrilha e terrorismo.

A estrutura do MK espelhava a da organização que lhe dera origem. No topo da hierarquia estava o Alto Comando Nacional; abaixo dele situavam-se os Comandos Regionais de cada província e, mais abaixo, os comandos locais e as células. Foram instalados Comandos Regionais por todo o país e só na região do Cabo Oriental havia mais de cinquenta células. O Alto Comando decidia sobre as tácticas e os alvos e tinha a seu cuidado a formação militar e as finanças. Dentro do panorama geral definido pelo Alto Comando, os Comandos Regionais

tinham autoridade para escolher localmente os objectivos a atacar. Todos os membros do MK estavam proibidos de usar armas durante as operações e não podiam pôr vidas em risco sob pretexto algum.

[271]

Um dos primeiros problemas que se nos depararam foi a questão das lealdades divididas entre o MK e o ANc. A maioria dos nossos recrutas era composta por membros do ANC em actividade nas filiais locais, mas descobrimos que depois de ingressarem no MK deixavam de realizar os serviços que anteriormente prestavam ao ANc. O secretário da filial local apercebia-se de que alguns homens deixavam de comparecer às reuniões. Falava com um deles e perguntava:

- Por que não foste à reunião de ontem à noite?

E o tipo respondia:

- Ah, é verdade, estive noutra reunião.

- Que reunião? - perguntava o secretário.

- Isso não posso dizer.

- Não me podes dizer, a mim, que sou o secretário?

Em breve o secretário vinha a saber qual a nova fidelidade do outro. Depois de alguns desentendimentos iniciais, decidimos que sempre que recrutássemos membros de uma filial teríamos de informar o respectivo secretário.

Numa tarde quente de Dezembro, estava eu na cozinha de Liliesleaf Farm, ouvi na rádio que o Prémio Nobel da Paz tinha sido atribuído ao chefe Luthuli, numa cerimónia realizada em Oslo. O Governo tinha-lhe dado um visto de dez dias para deixar o país e ir receber o prémio. Em primeiro lugar, aquilo era um sinal de reconhecimento da nossa luta e do chefe enquanto nosso líder e enquanto homem. Era o reconhecimento do Ocidente de que o nosso combate

tinha um fundamento moral, ignorado durante demasiado tempo pelas grandes potências. O prêmio era também uma afronta para os nacionalistas, cuja propaganda apresentava Luthuli como um perigoso agitador à testa de uma conspiração comunista. Os africanos ficaram abismados; para eles, o prêmio era mais uma prova da perversidade dos liberais ocidentais e do seu preconceito contra os sul-africanos brancos. Quando o prêmio foi anunciado, o chefe Luthuli ia no terceiro ano de uma proscrição de cinco anos que o confinava ao distrito de Stanger, no Natal. Para além disso, estava doente, com o coração débil e a memória gravemente afectada.

Mas o prêmio encheu-o de alegria e a nós também.

A distinção surgiu num momento pouco propício, ao mesmo tempo que uma declaração que punha em causa o próprio prêmio. No dia seguinte ao regresso de Luthuli de Oslo, o MK proclamou enfaticamente a sua emergência. Sob as ordens do Alto Comando, às primeiras horas da manhã do dia 16 de Dezembro - o dia que os sul-africanos brancos festejavam como o Dia de Dingane - algumas bombas de fabrico caseiro explodiram em centrais de energia e em instalações governamentais em Joanesburgo, Port Elizabeth e Durban. Petrus Molife, um dos nossos homens, morreu

[272]

inadvertidamente numa explosão, o primeiro soldado do MK a cair em combate. Na guerra, a morte é uma infelicidade inevitável. Todos os homens que se alistavam no MK sabiam que poderiam ter de fazer o supremo sacrifício.

No momento das explosões foram postos a circular por todo o país milhares de panfletos com o Manifesto do MK, onde se anunciava o nascimento do Umkhonto we Sizwe.

Hoje, unidades do Umkhonto we Sizwe levaram a cabo ataques planeados contra instalações do Governo, em especial as associadas à política do *apartheid* e da discriminação racial. O Umkhonto we Sizwe é uma organização nova e independente, formada por africanos. Nas suas fileiras incluem-se sul-africanos de todas as raças [...] O Umkhonto we Sizwe dará continuidade à luta

pela liberdade e pela democracia por novos métodos, necessários para complementar as acções do movimento de libertação nacional instituído [...]

Há momentos na vida de uma nação em que só restam duas opções: submeter-se ou lutar. Esse momento chegou agora à África do Sul. Não nos submeteremos e usaremos todos os meios para ripostar em defesa do nosso povo, do nosso futuro e da nossa liberdade [...]

Tal como o movimento de libertação sempre procurou, nós, no Umkhonto, sempre tentámos alcançar a liberdade sem derramamento de sangue nem confrontos civis. Mesmo nesta hora temos esperança de que as nossas primeiras acções despertem todos para a situação desastrosa a que as políticas nacionalistas nos arrastaram. Esperamos que o Governo e os seus apoiantes sejam chamados à razão antes que seja demasiado tarde, para que o Governo e as suas políticas possam mudar antes que se chegue a um estado desesperado de guerra civil [...]

Escolhemos o dia 16 de Dezembro, o Dia de Dingane, por uma razão. Nesse dia os sul-africanos brancos festejam a derrota do grande chefe guerreiro dos zulos, Dingane, na Batalha de Blood River, em 1838. Dingane, que era meio-irmão de Shaka, governava então o mais poderoso Estado africano que alguma vez existiu a sul do rio Limpopo. Nesse dia, as balas dos bóeres foram de mais para as azagaias dos *impis* zulos e a água do rio que corria próximo tingiu-se de vermelho com o seu sangue. Os africânderes comemoram a 16 de Dezembro o triunfo do africânder sobre o africano e a prova de que Deus estava do seu lado; para os africanos, é um dia de luto pelo massacre do povo. Escolhemos o dia 16 de Dezembro para mostrar que os africanos apenas estavam a começar a lutar e que tinham do seu lado a razão - e a dinamite.

As explosões apanharam o Governo de surpresa. Condenaram a sabotagem como um crime odioso, ao mesmo tempo que a ridicularizavam como

[273]

obra de amadores tresloucados. As explosões puseram em estado de choque os sul-africanos brancos, que finalmente perceberam que estavam sentados em cima

de um vulcão. Os sul-africanos negros deram-se conta de que o ANC deixara de ser uma organização de resistência passiva para se tornar uma lança poderosa apontada ao coração do poder branco. Planeámos e executámos mais uma série de explosões algumas semanas mais tarde, na véspera de Ano Novo. Os sons combinados dos sinos e do uivo das sirenes não só pareceu uma entrada cacofónica no novo ano como assinalou uma nova era na luta pela liberdade.

A proclamação do Umkhonto desencadeou uma reacção perversa e intensa por parte do Governo, uma contra-ofensiva a uma escala sem precedentes. O Special Branch assumiu a missão de capturar os membros do MK e não se poupou a esforços para o fazer. Tínhamos mostrado que não iríamos ficar sentados a assistir; cabia a eles mostrar-nos que nada os poderia deter na erradicação daquilo que consideravam a maior das ameaças à sua sobrevivência.

Quando Winnie me visitava, eu tinha a ilusão, ainda que fugaz, de que sua família continuava intacta. Mas as suas visitas foram-se tornando menos frequentes à medida que a polícia se tornou mais vigilante. Winnie levava Zindzi e Zenani a Rivónia, mas elas eram demasiado pequenas para perceberem que eu vivia escondido. Makgatho, então com onze anos, já tinha idade para compreender e foi instruído no sentido de nunca proferir o meu nome verdadeiro na presença de ninguém. Tinha toda a confiança na sua determinação infantil de manter secreta a minha identidade.

Mas um dia, pelo final do ano, quando estava a brincar na quinta com Nicholas Goldreich, filho de Arthur, que tinha a mesma idade, encontraram durante a brincadeira um exemplar da revista *Drum* que Winnie me tinha levado. Começaram a folheá-la e de repente Makgatho deteve-se numa fotografia minha, tirada antes de entrar na clandestinidade.

- É o meu pai! - exclamou ele.

Nicholas não acreditou e o seu cepticismo ainda mais acicatou a vontade de Makgatho de provar que tinha razão. Revelou então ao amigo que o meu verdadeiro nome era Nelson Mandela.

- Não, o teu pai chama-se David - replicou Nicholas, que correu para a mãe para lhe perguntar se não era verdade que eu me chamava David.

A mãe confirmou. Nicholas contou-lhe então que Makgatho tinha dito que o nome verdadeiro do pai era Nelson. Hazel ficou assustada e depressa fiquei a saber do acontecido. Uma vez mais tive a sensação de ter

[274]

permanecido demasiado tempo no mesmo local. Mas continuei lá por mais uma semana porque estava prestes a partir para lugares com os quais só podia sonhar.

Pela primeira vez, a luta pela liberdade ia levar-me para lá das fronteiras do meu país.

Em Dezembro, o ANC recebeu um convite do Movimento Pan-Africano de Libertação para a África Oriental, Central e do Sul (PAFMECSA) para estar presente na conferência a realizar em Adis Abeba em Fevereiro de 1962. O PAFMECSA, que mais tarde veio a ser a Organização de Unidade Africana, tinha por objectivo reunir todos os Estados independentes de África e auxiliar os movimentos de libertação do continente. A conferência deveria proporcionar contactos importantes para o ANC e a primeira e melhor oportunidade para angariarmos apoios, dinheiro e instrução militar para o MK.

O executivo na clandestinidade designou-me para chefiar a delegação do ANC à conferência. Embora estivesse ansioso por conhecer o resto da África e por me encontrar com combatentes da liberdade do meu continente, preocupava-me imenso a violação da promessa que tinha feito de não abandonar o país e continuar a lutar clandestinamente. Os meus companheiros, incluindo o chefe Luthuli, insistiram para que eu fosse, mas deixaram bem claro que regressaria imediatamente após a conferência. Aceitei Jazer a viagem.

A minha missão em África era mais vasta do que assistir simplesmente à conferência. Devia angariar apoios políticos e económicos para a nova força militar e, mais importante ainda, conseguir treino militar para os nossos homens nos mais diversos locais possíveis do continente. Para além de divulgar a nossa existência pelo resto de África, onde continuávamos a ser relativamente desconhecidos. O PAC tinha lançado a sua própria campanha de propaganda e fui encarregado de defender a nossa causa onde quer que fosse possível.

Antes de sair do país fui em segredo até Grootville para falar com o chefe Luthuli. O nosso encontro - numa casa segura da cidade - foi desconcertante. Como já disse, Luthuli estivera presente no acto de fundação do MK e estava tão bem informado sobre as suas actividades como qualquer outro membro do Comité Executivo Nacional. Mas Luthuli não estava bem e a sua memória já não era nada do que tinha sido. Passou-me uma descompostura por não ter falado com ele antes de criar o MK. Tentei recordar-lhe as conversas que tínhamos tido em Durban a respeito de endossarmos a violência, mas ele não se lembrava. Foi em grande parte por causa disto que vingou a história de que o MK tinha sido criado sem ele saber e que ele se opunha a actos de violência por parte do ANC.

Nada podia estar mais longe da verdade.

[275]

A noite anterior à minha partida foi passada em companhia de Winnie, em casa de uns amigos brancos, nos subúrbios do Norte, onde ela me levou uma mala nova que já tinha preparada. Estava receosa por me ver sair do país, mas mais uma vez aguentou com estoicismo. Uma verdadeira mulher de soldado.

O ANC teve de me arranjar a viagem por Dar-es-Salam, no Tanganhica, de onde partiria o voo para Adis Abeba. Segundo o plano, Walter, Kathrada e Duma Nokwe encontrar-se-iam comigo em segredo numa casa de Soweto para me entregarem as credenciais para a viagem. Seria também uma última troca de impressões antes de eu deixar o país.

Ahmed Kathrada chegou à hora marca da, mas Walter e Duma atrasaram-se imenso. Tive de encontrar alternativas de última hora e Kathy conseguiu alguém que me levasse de automóvel à Bechuanalândia, onde fretaria um avião. Mais tarde vim a saber que Walter e Duma tinham sido presos a caminho do encontro.

O percurso até à Bechuanalândia foi desgastante, pois não só estava nervoso por causa da polícia como porque nunca antes tinha franqueado as fronteiras do meu país. O nosso destino era Lobatse, perto da fronteira sul-africana. Atravessámos a fronteira sem problemas e ao fim da tarde chegámos a Lobatse, onde encontrei um telegrama proveniente de Dar-es-Salam a adiar a minha viagem por quinze dias. Fui viver para casa de Fish Keitsing, meu antigo companheiro no Processo da Traição, que entretanto se tinha mudado para Lobatse.

Nessa tarde tive um encontro com o professor K. T. Motsete, presidente do Partido do Povo da Bechuanalândia, na sua maioria constituído por ex-membros do ANC. Aproveitei o tempo de descanso inesperado para ler, preparar a minha intervenção na conferência e passear pelas belas montanhas agrestes sobranceiras à cidade. Embora não estivesse longe da fronteira do meu país, sentia-me numa terra exótica. Fui muitas vezes acompanhado por Max Mlonyeni, filho de um amigo do Transkei e jovem membro do PAC. Era como se

participássemos num safari, pois encontrávamos toda a espécie de animais, incluindo um batalhão de babuínos atrevidos que acompanhei durante algum tempo, encantado com os seus movimentos e organização marciais.

Pouco depois recebi a companhia de Joe Matthews, que tinha vindo da Basutolândia, e eu insisti que nos devíamos apressar a partir para Dar-es-Salam. Um companheiro do ANC em Lobatse tinha sido recentemente raptado pela polícia sul-africana e quanto mais depressa saíssemos dali melhor. Fretámos um avião e a nossa primeira escala foi Kasane, uma vila no Norte da Bechuanalândia, estrategicamente situada numa encruzilhada de fronteiras de quatro países - Bechuanalândia, Rodésia do Norte, Rodésia do Sul e Sudoeste Africano, como então eram conhecidas estas colónias. Em Kasane, a pista de aterragem estava inundada, de modo que tivemos de aterrar numa

[276]

pista mais seca a várias milhas de distância, no meio do mato. O gerente do hotel local veio buscar-nos, armado com carabinas, e informou-nos de que se tinha atrasado por causa de uma manada de elefantes. Vinha num furgão aberto; Joe e eu, que estávamos sentados atrás, vimos uma leoa a sair preguiçosamente do mato. Não me podia sentir mais longe das ruas de Joanesburgo, que tão bem conhecia; pela primeira vez na vida estava no coração da África dos mitos e das lendas.

No dia seguinte partimos de manhã cedo em direcção a Mbeya, uma pequena cidade no Tanganhica, perto da fronteira com a Rodésia do Norte. Sobrevoámos de perto as Quedas de Vitória e em seguida rumámos a norte, através de uma cordilheira. Por cima das montanhas, o piloto tentou contactar Mbeya, mas não obteve resposta.

- Mbeya! Mbeya! - não parava ele de chamar ao microfone.

Entretanto o tempo tinha mudado e nas montanhas abundavam as bolsas de ar que faziam o avião saltitar para cima e para baixo como uma rolha em mar agitado. Voávamos entre as nuvens e a neblina e em desespero o piloto baixou e foi acompanhando uma estrada que serpenteava ao longo da cordilheira. Em determinado momento o nevoeiro tornou-se tão espesso que deixámos de ver a

estrada e quando o piloto fez o aparelho dar uma guinada brusca percebi que por pouco não tínhamos embatido numa montanha que parecia erguer-se do nada. O alarme disparou e lembro-me de ter pensado: «É o fim.» Até Joe, sempre tão falador, estava mudo que nem uma pedra. Mas quando não víamos absolutamente nada entre as nuvens e julguei que nos íamos esmagar contra uma encosta, saímos abruptamente da zona de temporal, saudados por um sol esplendoroso. Nunca gostei muito de voar e embora aquele tenha sido o pior momento que vivi a bordo de um avião, faço o possível para me mostrar corajoso e despreocupado.

Alojámo-nos num hotel local, onde encontrámos diversos hóspedes, negros e brancos, em amena cavaqueira no alpendre. Nunca antes tinha entrado num lugar público ou num hotel onde não houvesse um bar separado para negros. Estávamos à espera do senhor Mwakangale, da União Nacional Africana do Tanganhica, membro do Parlamento, que, sem que soubéssemos, já lá tinha estado a perguntar por nós. Um hóspede africano abeirou-se da recepcionista branca e perguntou:

- Minha senhora, sabe se um senhor chamado Mwakangale esteve aqui à procura destes dois senhores? - perguntou ele, a apontar para nós.

- Peço desculpa. Ele já cá esteve, mas esquecime de avisar os senhores.

- Por favor tenha cuidado, minha senhora - disse o homem em tom correcto mas firme. - Estes homens são nossos convidados e gostaria que recebessem todas as atenções.

Foi aí que percebi que estava num país governado por africanos. Pela primeira vez na vida era um homem livre. Embora fosse um foragido

[277]

procurado na minha terra, foi como se me tivessem tirado dos ombros o fardo da opressão. Onde quer que fosse no Tanganhica, a cor da minha pele era automaticamente aceite, e não alvo de injúrias. Era a primeira vez que não me julgavam pela cor da pele, mas pelo carácter e pela inteligência. Durante as viagens tive muitas saudades da minha terra, mas mesmo assim sentime pela primeira vez em casa.

No dia seguinte chegámos a Dar-es-Salam, onde me encontrei com Julius Nyerere, o primeiro presidente do país acabado de aceder à independência. A conversa foi em casa dele, que nada tinha de grandiosa, e lembro-me de que ele próprio conduzia o automóvel, um pequeno *Austin*, muito simples. Estas coisas impressionaram-me, pois mostravam que era um homem do povo. Segundo Nyerere, o conceito de classes era alheio à África; o socialismo era indígena.

Fiz-lhe o ponto da nossa situação e terminei com um pedido de auxílio. Nyerere era um homem astuto, de modos suaves, cheio de boa vontade em relação a nós, mas a sua percepção da situação não só me surpreendeu como decepcionou. Sugeri que adiássemos a luta armada até que Sobukwe saísse da prisão. Foi a primeira de muitas ocasiões em que percebi a importância atribuída ao PAC no resto da África. Falei-lhe na fragilidade do PAC e disse que um adiamento constituiria um retrocesso para a luta em geral.

Nyerere sugeriu então que eu procurasse o apoio do imperador Hailé Selassié e prometeu arranjar-me o encontro.

Estava combinado que me encontraria com Oliver em Dar-es-Salam, mas tinha-me atrasado, e como ele não pudera esperar deixara-me uma mensagem para ir ter com ele a Lagos, onde se deslocara para assistir à Conferência de Estados Independentes. No voo para Acra encontrei Hymie Basner e a mulher. Basner, para quem eu tinha trabalhado, ia ocupar uma posição em Acra. As suas actividades políticas radicais de esquerda tinham feito dele *persona non grata* na África do Sul, pelo que fora obrigado a pedir asilo político no Gana.

Quando o avião fez escala em Cartum formámos fila para passar pela alfândega. À frente seguia Joe Matthews, depois eu, seguido por Basner e pela mulher. Como não tinha passaporte, só levava comigo um documento rudimentar emitido no Tanganhica que rezava simplesmente: «[O portador] é Nelson Mandela, cidadão da República da África do Sul. Tem autorização para sair do Tanganhica e regressar.» Estendi o papel ao velho funcionário sudanês que estava atrás do balcão, que olhou para mim, sorriu e disse:

- Bem-vindo ao Sudão, meu filho.

Depois apertou-me a mão e carimbou o papel. Basner, que vinha atrás de mim, apresentou-lhe o mesmo tipo de documento. O homem olhou para o papel durante alguns segundos e exclamou, muito agitado:

- O que é isto? Que raio de documento é este? Isto não é oficial! Basner explicou calmamente que lhe tinham dado aquele documento no Tanganhica porque não tinha passaporte.

- Não tem passaporte?! - sublinhou desdenhosamente o funcionário.

- Como é que não tem passaporte se é branco?

Basner respondeu que era perseguido no seu país porque defendia os direitos dos negros. O sudanês olhou para ele, céptico:

- Mas você é branco!

Joe olhou para mim, percebeu o que eu estava a pensar e segredou-me ao ouvido que não me intrometesse, pois estávamos no Sudão como convidados e não devíamos ofender a susceptibilidade dos anfitriões. Contudo, para além de ter sido meu patrão, Basner era um daqueles brancos que tinham corrido riscos reais em defesa da emancipação dos negros e eu não podia abandoná-lo. Em vez de sair na companhia de Joe, fiquei ao pé do funcionário e de cada vez que Basner dizia qualquer coisa acenava-lhe com a cabeça a confirmar. O velhote percebeu a minha intenção, suavizou os modos e por fim carimbou o documento:

- Bem-vindo ao Sudão.

Há dois anos que não via Oliver e quando nos encontrámos no aeroporto de Acra tive dificuldade em reconhecê-lo. Costumava andar impecavelmente barbeado e de cabelo aparado; apareceu-me de barba, com uma abeleira comprida e vestido com uma espécie de uniforme militar característico dos combatentes da liberdade de todo o continente. (É provável que ele tenha tido a mesma reacção.) Foi um encontro feliz e felicitei-o pelo maravilhoso trabalho que andava a fazer. Já tinha aberto delegações do ANC no Gana, em Inglaterra, no Egipto e no Tanganhica, para além de ter estabelecido valiosos contactos noutros países. Em todos os locais por onde posteriormente, passei, tive ocasião de verificar a impressão favorável causada por Oliver sobre diplomatas e

homens de Estado. Era o melhor embaixador que a organização poderia ter encontrado.

O objectivo da Conferência de Estados Independentes, em Lagos, era a união de todos os estados africanos, mas veio a redundar em desastrosas alterações sobre quem devia ser incluído ou excluído. Mantive uma postura discreta e evitei a conferência, pois não queríamos que o nosso Governo soubesse que eu estava fora do país até ao meu aparecimento público na conferência do P AFMECSA, em Adis Abeba.

No avião de Acra para Adis Abeba encontrámos Gaur Radebe, reter Molotsi e outros membros do PAC, que também se dirigiam à conferência. Ficaram surpreendidos por me ver e de imediato começámos a falar da situação na África do Sul. A atmosfera foi cordial e agradável. Embora tivesse ficado desapontado com a saída de Gaur do ANC, isso em nada diminuiu

[279]

o prazer que tive em revê-lo. A grande altitude e longe de casa, havia muito mais a UNIP-nos do que a separar-nos.

Fizemos uma breve escala em Cartum, onde tomámos um voo da Ethiopian Airways para Adis Abeba. Aí, fui avassalado por uma estranha sensação. Ao entrar no aparelho, vi que o piloto era negro. Nunca antes tinha visto um piloto negro e tive de disfarçar o pânico. Como é que um negro era capaz de pilotar um avião? Um segundo mais tarde percebi que tinha sido apanhado nas malhas mentais do *apartheid*, na ideia de que os negros eram inferiores e que pilotar um avião era trabalho para brancos. Reclinei-me no assento a censurar-me por tais pensamentos. Quando já estávamos no ar, dominei o nervosismo e observei com atenção a geografia da Etiópia, a imaginar como as forças da guerrilha se teriam ocultado naquelas florestas para combater os italianos.

Conhecida no passado pelo nome de Abissínia, o reino da Etiópia foi fundado, segundo a tradição, muito antes do nascimento de Cristo, alegadamente pelo filho de Salomão e da rainha de Sabá. Embora tenha sido conquistada muitas vezes, a Etiópia era o berço do nacionalismo africano. Diferentemente de muitos outros estados africanos, tinha lutado contra o colonialismo ao longo dos tempos. No século anterior, Menelik repelira os italianos, que neste século acabariam por conquistá-la. Em 1930, Hailé Selassié tornou-se imperador e imprimiu o seu cunho pessoal à história contemporânea do país. Eu tinha dezassete anos quando Mussolini atacou a Etiópia, uma invasão que não só suscitou o meu ódio pelo déspota como pelo fascismo em geral. Obrigado a fugir perante o avanço dos italianos, em 1936, Selassié regressou assim que os Aliados expulsaram os invasores, em 1941.

A Etiópia sempre tinha ocupado um lugar especial na minha imaginação, e a ideia de visitar o país atraía-me mais do que uma viagem a França, a Inglaterra ou à América. Sentia que estaria em contacto com as minhas origens, a desenterrar as raízes que faziam de mim um africano. Encontrar-me com o imperador seria como apertar a mão à História.

A nossa primeira escala foi em Adis Abeba, a Cidade Imperial, que não estava à altura do título, pois nada tinha de grandioso, com meia dúzia de ruas alcatroadas, onde circulavam mais cabras e ovelhas do que automóveis. Para além do Palácio Imperial, da Universidade e do Ras Hotel, onde ficámos hospedados, poucas estruturas se podiam comparar aos mais modestos edifícios de Joanesburgo. No que dizia respeito a democracia, a Etiópia também não era um modelo. Não havia partidos políticos, não havia órgãos

[280]

governamentais geridos pelo povo, não havia separação de poderes; o poder era o imperador, que estava acima de todos.

Antes da abertura da conferência os delegados reUNIPam-se na minúscula cidade de Debra Zaid. Na praça central tinha sido montada uma bancada e Oliver e eu sentámo-nos a uma ponta, longe do centro. De repente ouviram-se as notas vibrantes de um cornetim solitário, logo seguido por uma fanfarra de metais e pelos sons cavos e regulares de tambores africanos. Quando a música se aproximou, ouvi - e senti - o estrépito de milhares de pés a marchar em cadência. Por detrás de um edifício na extremidade da praça apareceu um oficial que empunhava uma espada cintilante; atrás dele marchavam quinhentos soldados negros em fileiras de quatro, cada um com uma espingarda reluzente apoiada no ombro. Quando as tropas se encontravam diante do palanque, ouviu-se uma ordem em amárico, os quinhentos soldados detiveram-se como um só homem e executaram uma manobra de grande precisão para saudarem uma figura de uniforme resplandecente, Sua Majestade o Imperador da Etiópia, Hailé Selassié, o Leão de Judá.

Pela primeira vez na vida via soldados negros comandados por generais negros e aplaudidos por convidados negros de um chefe de Estado negro. Foi um momento emocionante. Só esperava que aquela visão fosse uma antecipação do futuro do meu país.

Na manhã seguinte à parada, Oliver e eu estivemos presentes numa reunião em que todas as organizações deviam requerer creditação. Fomos desagradavelmente surpreendidos ao verificar que o nosso requerimento tinha sido vetado por um delegado do Uganda, sob o pretexto de sermos uma organização tribal de xossas. A minha vontade foi contestar com veemência essa alegação, mas Oliver entendeu que devíamos simplesmente explicar que a nossa organização tinha sido criada para UNIP os africanos e que os filiados eram oriundos de todos os sectores da população. Foi o que fiz e acrescentei que o nosso presidente, o chefe Luthuli, era um zulo. O requerimento foi aceite. Percebi que no continente havia muita gente que só conhecia o ANC através das descrições que o PAC fazia de nós.

Foi declarada a abertura oficial da conferência pelo nosso anfitrião, Sua Majestade Imperial, que para o efeito trajava um requintado uniforme de brocado. Fiquei admirado com a pequenez da sua estatura, mas a dignidade e segurança que dele emanavam conferiam-lhe a aura de um gigante, que realmente era. Foi a primeira vez que assisti a um chefe de Estado no cumprimento das formalidades do cargo e fiquei fascinado. Mantinha-se impecavelmente erecto, com a cabeça um pouco inclinada para mostrar que

escutava. A dignidade era a marca distintiva de todos os seus actos.

A minha intervenção estava agendada a seguir à do imperador e seria a única da manhã. Ao cabo de muitos meses, abandonei a identidade de David Motsamayi e assumi-me como Nelson Mandela. No meu discurso fiz

[281]

um breve historial da luta pela liberdade na África do Sul e citei um por um os massacres brutais de que o nosso povo tinha sido vítima, a começar por Bulhoek, em 1921, quando o exército e a polícia assassinaram cento e oitenta e três camponeses desarmados, até Sharpeville, quarenta anos mais tarde. Agradei às nações ali reunidas as pressões que exerciam sobre a África do Sul, em especial ao Gana, à Nigéria e ao Tanganica, que estavam na linha da frente do movimento para expulsão da África do Sul da Comunidade Britânica. relatei o advento do Umkhonto we Sizwe e as múltiplas oportunidades de conduzir a luta pacificamente que nos tinham sido negadas. «Os líderes de um povo cometem um crime atroz se hesitarem em aperfeiçoar as suas armas para o combate político quando estas deixam de ser eficazes [...] Na noite de 16 de Dezembro do ano passado, toda a África do Sul vibrou sob os golpes vigorosos do Umkhonto we Sizwe.» Mal tinha acabado de pronunciar estas palavras quando o chefe da delegação do Uganda gritou:

- Voltem a fazê-lo!

Falei então na minha experiência pessoal:

Acabo de sair da África do Sul, onde ao longo dos últimos dez meses vivi como um foragido, longe da família e dos amigos. Quando me vi forçado a seguir esta vida, fiz uma declaração pública em que afirmava que não sairia do país, mas que continuaria a luta na clandestinidade. Disse o que pensava e tenciono levar a cabo essa missão.

O anúncio do meu regresso à África do Sul foi motivo de clamorosas aclamações. Tínhamos sido encorajados a falar em primeiro lugar para que a PAFMECSA avaliasse a nossa causa e a assistência que nos deveria prestar.

Muitos estados africanos mostravam-se relutantes à ideia de apoiar a luta armada, mas o discurso convenceu os delegados de que na África do Sul os combatentes pela liberdade não tinham alternativa que não fosse levantarem-se em armas.

Oliver e eu tivemos um encontro privado com Kenneth Kaunda, o líder do Partido Unido para a Independência Nacional da Rodésia do Norte (UNIP) e futuro presidente da Zâmbia. Tal como Julius Nyerere, Kaunda preocupava-se com a falta de unidade entre os combatentes da liberdade da África do Sul e sugeriu que quando Sobukwe saísse da prisão se deveria juntar às nossas forças. O PAC tinha atraído a atenção dos africanos pela sua acção em Sharpeville de uma maneira que excedia largamente a influência real da organização. Kaunda, que já tinha pertencido ao ANC, mostrou-se inquieto pela nossa aliança com os brancos comunistas, que afectava negativamente a nossa imagem em África. O comunismo era suspeito, não só no Ocidente como em África. Para mim, aquilo foi uma novidade, que aliás viria a ouvir repetidamente durante o resto da viagem.

[282]

Quando procurei argumentar que o apoio concedido pelo UNIP ao PAC não fazia sentido, Kaunda pousou a mão no meu ombro e respondeu:

- Nelson, falar comigo sobre este assunto é o mesmo que levar carvão para Newcastle¹. Sou um apoiante e um seguidor do chefe Luthuli. Mas não sou a única voz dentro do UNIP. Tens de falar com Simon Kapwepwe. Se o conseguires convencer, o meu trabalho ficará facilitado.

Kapwepwe era o segundo na hierarquia do UNIP e procurei marcar um encontro com ele para o dia seguinte. Pedi a Oliver que me acompanhasse, mas ele respondeu:

- Nel, tens de ir sozinho, para poderes falar inteiramente à vontade. Passei o dia inteiro na companhia de Kapwepwe, a quem ouvi a mais espantosa das histórias.

- Ficámos muito impressionados com o teu discurso, aliás com toda a delegação do ANC. Se tivéssemos de avaliar a vossa organização apenas por isso,

estariamos certamente do vosso lado. Mas recebemos relatos inquietantes do PAC, de que o Umkhonto we Sizwe foi uma criação do Partido Comunista e do Partido Liberal, com o intuito de utilizar os africanos como carne para canhão.

Aquelas palavras deixaram-me perplexo e só consegui articular que me espantava que ele não percebesse que aquela história era uma falsidade total.

- Em primeiro lugar, toda a gente sabe que o Partido Liberal e o Partido Comunista são inimigos figadais e que por nada deste mundo se juntariam em qualquer coisa. Em segundo lugar, e correndo o risco de falta de modéstia, posso garantir-te que fui eu o principal obreiro da criação do MK.

Por fim, manifestei o meu desapontamento com o PAC por espalhar semelhantes mentiras.

Quando o dia chegou ao fim já tinha convertido Kapwepwe, que se comprometeu a convocar uma reunião para apresentar o nosso caso - e cumpriu. Mas foi mais um exemplo da falta de conhecimento que lavrava em África sobre a situação na África do Sul e dos extremos a que o PAC estava disposto a ir para conspurcar a imagem do ANC. Kapwepwe desejou-me boa sorte, a conferência chegara ao fim. Tinha sido bem-sucedido, mas havia quem procurasse levantar entraves ao nosso trabalho.

Quando ainda era estudante, uma das minhas fantasias era visitar o Egipto, o berço da civilização africana, um repositório de beleza e arte, ver as pirâmides e a esfinge, e navegar pelo Nilo, o maior dos rios de África. De Adis Abeba, tomei um voo para o Cairo com Oliver e Robert Resha, que

[283]

seria meu companheiro até ao fim da viagem. Passei a manhã do primeiro dia no Museu do Cairo, a ver obras de arte, artefactos primitivos, a tomar notas e a aprender algumas coisas sobre os homens que tinham fundado a antiga civilização do Vale do Nilo. Não se tratava de um interesse arqueológico de amor; para os nacionalistas africanos era importante poderem contestar a afirmação dos brancos de que os africanos não tinham qualquer civilização que se comparasse à do Ocidente. Numa única manhã, descobri que, quando os

brancos ainda viviam em cavernas, já os egípcios criavam grandes obras artísticas e arquitecturais.

Para nós, o Egipto era um modelo da maior importância, onde podíamos acompanhar em primeira mão os programas de reformas socialistas implementados pelo presidente Nasser. Tinha limitado a propriedade privada das terras, nacionalizado certos sectores da economia, democratizado a educação e criado um exército poderoso. Muitas destas reformas eram precisamente as que o ANC esperava poder um dia implementar. Contudo, nesse momento o que mais nos importava era o facto de o Egipto ser o único estado africano com um exército, uma marinha e uma força aérea que se podiam comparar com os da África do Sul.

Ao fim de um dia, Oliver partiu para Londres, com a promessa de se reunir a mim e a Robbie no Gana. Antes de darmos início à nossa digressão, debati com Robbie como faríamos a nossa apresentação em cada país. A minha ideia era explicar a situação política o mais fiel e objectivamente possível, sem omitir as intervenções do PAC. Em cada país a que chegávamos começava por me isolar no hotel a reunir informações sobre as suas políticas, a sua história e os seus dirigentes. Robbie fazia precisamente o contrário. Naturalmente extrovertido, saía do hotel assim que chegávamos e andava pelas ruas a falar com as pessoas. Formávamos um par estranho, eu com os camuflados e as roupas de caqui que me habituara a usar na clandestinidade, Robbie sempre elegante no seu fato.

Em Tunes, a nossa primeira escala, tivemos uma conversa com o ministro da Defesa, um homem extraordinariamente parecido com o chefe Luthuli. No entanto, as semelhanças quedavam-se pela aparência, pois quando lhe estava a explicar a situação que se vivia no nosso país, com dirigentes do PAC como Robert Sobukwe na prisão, interrompeu-me para dizer:

- Quando esse tipo sair, vai acabar com vocês!

Ao ouvir isto, Robbie ergueu as sobrancelhas (mais tarde diria, «Expuseste a situação do PAC melhor do que eles seriam capazes!»), mas eu insisti em lhe fazer um relato integral. No dia seguinte, quando nos encontrámos com o presidente Habib Bourguiba, a sua resposta foi positiva e imediata: ofereceu-se para treinar os nossos soldados e doou cinco mil libras para compra

de armamento.

[284]

A nossa paragem seguinte foi Rabat, em Marrocos, com as suas muralhas antigas e misteriosas e as mesquitas medievais, uma fusão encantadora da África, da Europa e do Médio Oriente. Pelos vistos, era a opinião geral dos combatentes da liberdade, pois Rabat era uma encruzilhada de praticamente todos os movimentos de libertação do continente africano. Durante a nossa estada encontrámos combatentes de Moçambique, de Angola, da Argélia e de Cabo Verde. Além disso era o quartel-general do exército revolucionário da Argélia e passámos alguns dias com o doutor Mustafá, chefe da missão argelina em Marrocos, que nos pôs ao corrente da história da resistência argelina contra os franceses.

A situação que se vivia na Argélia era a que mais se assemelhava à nossa, com os rebeldes a enfrentarem uma numerosa comunidade de colonos brancos que dominavam a maioria indígena. Contou-nos que a FLN tinha começado a luta em 1954 com algumas acções de guerrilha, depois de estimuladas pela derrota dos franceses em Dien Bien Phu, no Vietname. A princípio, a FLN tinha acreditado ser capaz de vencer os militares franceses, disse o doutor Mustafá, até que compreendeu que uma vitória puramente militar seria impossível.

Dedicaram-se então às actividades de guerrilha. Segundo ele, a guerrilha não se destinava a alcançar uma vitória militar sobre o inimigo, mas sim a dencadear forças políticas e económicas que viriam a derrubá-lo. O dou Mustafá aconselhou-nos a nunca descurar a vertente política da guerra no planeamento do esforço militar. Nas suas palavras, a opinião pública internacional é por vezes mais importante do que uma esquadrilha de aviões a jacto.

Ao cabo de três dias, mandou-nos para Oujda, uma pequena cidade coberta de poeira, próxima da fronteira com a Argélia, onde estava instalado o quartel-general do exército argelino em Marrocos. Visitámos uma unidade do exército na linha da frente e em determinada altura peguei nos binóculos e vi os militares franceses do outro lado da fronteira. Confesso que me pareceu estar a olhar para os uniformes das Forças de Defesa Sul-Africanas.

Um ou dois dias depois fui convidado para uma parada militar em honra de Ahmed Ben Bella, que viria a ser o primeiro primeiro-ministro da Argélia independente e que acabava de sair de uma prisão francesa. Muito longe do desfile a que tinha assistido em Adis Abeba, esta parada nada tinha dos movimentos rigorosos e bem ensaiados, nem da elegância dos uniformes dos militares etíopes, era mais a história em movimento da guerrilha argelina.

À cabeça marchavam os orgulhosos e endurecidos veteranos que haviam iniciado as hostilidades muitos anos antes, vestidos de turbante, túnicas compridas e sandálias. Traziam consigo as armas que tinham usado: sabres, velhas espingardas de pederneira, machados de guerra e azagaias. Seguiam -se

[285]

os soldados mais novos, igualmente orgulhosos e equipados com armas modernas. Depois, algum armamento pesado, canhões anticarro e metralhadoras antiaéreas. Mas nem mesmo estes marchavam com a precisão e o rigor dos etíopes. Eram uma força de guerrilha, que tinha conquistado os seus galões sob o fogo da metralha, mais interessada em tácticas de combate do que em uniformes e paradas. Por muito que me sentisse exaltado com as tropas de Adis Abeba, percebi que as nossas forças seriam mais parecidas com aqueles homens de Oujda e acalentava a esperança de que se batessem com o mesmo ardor e coragem.

À retaguarda marchava uma banda militar esfarrapada, chefiada por um homem chamado Sudani. Alto, bem constituído, seguro de si, era tão negro como a noite. Fazia girar uma maça cerimonial e quando o vimos todos nós nos levantámos para aplaudir e gritar incitamentos. Olhei em volta e vi que as outras pessoas nos fitavam, até que compreendi que toda a nossa excitação era por aquele homem ser um africano negro como nós e os negros serem raros em Marrocos. Uma vez mais me tinha deixado confundir pela força do nacionalismo e da empatia étnica. Tínhamos reagido instintivamente à imagem de um irmão africano. Mais tarde, os nossos anfitriões disseram-nos que Sudani era um soldado lendário, que alegadamente chegara a capturar, desarmado, uma unidade francesa completa. Mas o que nós estávamos a aplaudir era a cor do homem, não o seu valor.

De Marrocos atravessei o Sara de avião até Bamako, capital do Mali, e daí para a Guiné. Entre o Mali e a Guiné mais parecia um autocarro do que um avião. As galinhas andavam pela coxia, as mulheres circulavam para trás e para diante com embrulhos à cabeça, a vender sacos de amendoins e vegetais secos. Foi um voo democrático, que bastante apreciei.

A escala seguinte foi na Serra Leoa, onde quando cheguei me disseram que o Parlamento estava reunido, de modo que assisti à sessão. Entrei como qualquer turista e deram-me um lugar não muito longe do presidente da Assembleia. Um funcionário abordou-me e pediu que me identificasse. Respondi-lhe num sussurro que era o representante do chefe Luthuli, da África do Sul. Apertou-me calorosamente a mão e foi falar com o presidente da Assembleia. Pouco depois explicou-me que, por mero acaso, me tinham dado um lugar normalmente reservado para os visitantes, mas que naquele caso seria uma honra abrir uma excepção.

Uma hora depois a sessão foi interrompida e estava eu entre os membros e os dignitários a beber chá, quando à minha frente se formou uma fila, que para meu grande espanto era a totalidade do Parlamento alinhado para me apertar a mão. Sentime extremamente honrado, até que a terceira ou a quarta pessoa a cumprimentar-me murmurou qualquer coisa como:

- É uma grande honra apertar a mão ao famoso chefe Luthuli, vencedor do Prémio Nobel da Paz.

[286]

Estava a fazer figura de impostor! O funcionário tinha percebido mal. Nesse momento trouxeram o primeiro-ministro, Sir Milton Margai, para me ser apresentado, e o funcionário apresentou-me como sendo o chefe Luthuli. Procurei esclarecer o engano e disse ao assistente que não era o chefe Luthuli, mas o tipo não quis saber e resolveu que, a bem da hospitalidade, eu teria de dar continuidade à farsa. Mais tarde, quando me encontrei com o presidente, expliquei o caso de troca de identidades e ele ofereceu-nos uma generosa ajuda material.

Na Libéria avistei-me com o presidente Tubman, que não só me deu

cinco mil dólares para treino e armamento como perguntou com o ar mais natural deste mundo:

- Você tem dinheiro para despesas?

Respondi-lhe que as minhas finanças estavam um bocado em baixo e imediatamente apareceu um secretário com um sobrescrito que continha quatrocentos dólares em notas. Da Libéria fui para o Gana, onde me reuni a Oliver e fui recebido pelo ministro residente da Guiné, Abdoulaye Diallo. Quando lhe disse que durante a minha estada na Guiné não tinha visto Sekou Touré, arranjou maneira de regressarmos imediatamente a esse país árido. Oliver e eu ficámos impressionados com Touré. Vivia num pequeno bangaló e envergava um fato usado que precisava de ser limpo a seco. Fizemos-lhe um relato da nossa situação, explicámos-lhe a história do ANC e do MK e pedimos-lhe cinco mil dólares para esta organização. Escutou-nos atentamente e respondeu em termos formais, como se proferisse um discurso:

- O Governo e o povo da Guiné apoiam sem reservas a luta dos nossos irmãos da África do Sul e já fizemos declarações nesse sentido na ONU

Pegou numa pasta, tirou de lá dois livros da sua autoria, autografou-os, deu-me um a mim e outro a Oliver. Depois agradeceu-nos e a visita acabou.

Oliver e eu ficámos furiosos. Então faziam-nos vir de outro país e tudo o que recebíamos eram exemplares autografados do seu livro? Uma perda de tempo. Pouco depois, quando estávamos no quarto do hotel, bateu-nos à porta um funcionário do Departamento de Negócios Estrangeiros que nos entregou uma pasta. Quando a abrimos verificámos que estava repleta de notas de banco. Oliver e eu trocámos um olhar de satisfação, mas a expressão de Oliver depressa se modificou.

- Nelson, isto é dinheiro da Guiné. Lá fora não vale nada, é só papel. Contudo, teve uma ideia. Pegou no dinheiro e levou-o à embaixada da Checoslováquia, onde um amigo o cambiou por uma moeda convertível.

A graciosidade dos elegantes barcos de pesca que deslizavam no porto de Dakar só tinha rival na beleza das mulheres senegalesas que se moviam pela cidade de turbante e vestes amplas, que o vento fazia adejar. Deambulei

pelo mercado mais próximo, inebriado pelos perfumes e pelas especiarias exóticas. Os senegaleses são um povo de grande beleza e apreciei imenso a minha curta estada no país. A sociedade senegalesa é uma prova de que elementos díspares - franceses, muçulmanos e africanos - podem criar uma cultura singular, sem paralelo.

A caminho de um encontro com o presidente Léopold Senghor, Oliver foi vítima de um grave ataque de asma. Recusou-se a regressar ao hotel e tive de o levar às costas pela escadaria até ao gabinete do presidente. Senghor evidenciou grande preocupação com a saúde Oliver e fez questão de que fosse examinado pelo seu médico.

Tinham-me avisado para ter cuidado com Senghor, porque havia rumores de que soldados senegaleses combatiam na Argélia ao lado dos franceses e de que o presidente se deixava seduzir em demasia pelos costumes e encantos do anterior regime. Nas nações emergentes haverá sempre uma atracção pela cultura do colonizador - a que eu próprio não era imune. O presidente Senghor, que era um homem de grande cultura, e um poeta, disse-nos que estava a reUNIP informações sobre Shaka e lisonjeou-nos com inúmeras perguntas sobre o grande guerreiro sul-africano. Fizemos-lhe um resumo da situação na África do Sul e o habitual pedido de treino militar e de apoio em dinheiro. Senghor respondeu que tinha as mãos atadas até que o Parlamento reunisse.

Entretanto, disse-nos que falássemos sobre treino militar com o ministro da Justiça, um tal senhor Daboussier, e apresentou-me uma belíssima jovem de nacionalidade francesa que serviria de intérprete no encontro. Eu nada disse, mas fiquei inquieto. Não me sentia à vontade para discutir assuntos delicados de cariz militar na presença de uma jovem que não conhecia e em quem não tinha a certeza se poderia confiar. Senghor percebeu a minha hesitação e disse:

- Mandela, não se preocupe, os franceses daqui identificam-se totalmente com as nossas aspirações de africanos.

Quando chegámos ao gabinete do ministro vimos várias secretárias africanas na recepção. Uma dessas secretárias negras perguntou à francesa o que fazia ali, ao que esta respondeu que tinha sido mandada pelo presidente como

intérprete. Seguiu-se uma breve discussão e uma das secretárias africanas olhou para mim e perguntou:

- O senhor fala inglês?

Quando respondi que sim, ela prosseguiu:

- O ministro também fala inglês, pode falar directamente com ele, sem necessidade de intérprete.

A francesa, já francamente irritada, deixou-se ficar de parte enquanto fui falar com o ministro, que prometeu atender os nossos pedidos. No final, e embora Senghor não nos tenha dado o que prometeu, forneceu-nos um

[288]

passaporte diplomático e pagou os nossos bilhetes de avião de Dakar até ao nosso próximo destino: Londres.

Devo confessar que sempre fui um tanto anglófilo. Sempre que pensava na democracia e na liberdade do Ocidente, vinha-me à ideia o sistema parlamentar britânico. Para mim, e sob muitos aspectos, o modelo de cavalheiro era inglês. Contudo, e apesar de a Grã-Bretanha ser o país de origem da democracia parlamentar, tinha sido essa democracia que ajudara a impor ao meu povo um sistema iníquo. Mas ainda que detestasse-o imperialismo britânico, nunca neguei o fascínio que sentia pelo estilo e pelas maneiras dos ingleses.

Tinha várias razões para querer ir a Inglaterra, para além da minha vontade de conhecer um país sobre o qual tanto tinha lido e ouvido falar. Estava inquieto com a saúde de Oliver e queria que ele recebesse tratamento médico. Desejava falar com Adelaide, a mulher dele, e com os filhos, e também com YusufDadoo, que na ocasião vivia em Londres, onde representava o movimento do Congresso. Para além disso sabia que em Londres teria possibilidades de encontrar livros sobre guerrilha que não tinha conseguido - em mais parte alguma.

Em Londres retomei os meus hábitos de vida na clandestinidade, pois não queria que na África do Sul se soubesse da minha presença lá. Os tentáculos das forças de segurança da África do Sul chegavam facilmente a Inglaterra. Mas não vivi como um eremita; os dez dias que passei em Londres foram divididos entre os assuntos do ANC, encontros com velhos amigos e alguns passeios como um turista vulgar. Na companhia de Mary Benson, uma amiga natural de Pretória que tinha escrito sobre a nossa luta, Oliver e eu visitámos os lugares mais importantes da cidade que no passado tinha dominado quase dois terços do mundo: a Abadia de Westminster, o Big Ben e o Parlamento. Embora tenha apreciado a grandeza dos edifícios, o meu sentimento foi misto em relação ao que representavam. Quando vimos a estátua do general Smuts nas imediações da Abadia de Westminster, Oliver e eu comentámos em tom de gracejo que talvez um dia fosse a nossa estátua a erguer-se ali.

Tinha recebido informações de diversas pessoas de que o jornal *Observer*, dirigido por David Astor, tinha vindo a pender para o PAC na sua cobertura noticiosa, considerando o ANC uma realidade do passado. Oliver

arranjou-me um encontro com Astor em casa deste, durante o qual falámos longamente sobre o ANC. Não sei se tive grande efeito nisso, mas a verdade é que o tom do jornal mudou. Recomendou-me também que falasse com

alguns políticos destacados e em companhia de Denis Healey, deputado trabalhista, encontrei-me com Hugh Gaitskell, líder do Partido Trabalhista, e com Jo Grimond, líder do Partido Liberal.

Foi já para o final da minha estada que estive com Yusuf, mas não foi uma reunião agradável. Ao longo das nossas viagens, Olivier e eu tínhamos deparado com uma dificuldade recorrente: uns após outros, os dirigentes africanos queriam saber pormenores sobre o nosso relacionamento com os comunistas brancos e indianos, que pensavam estar no controlo do ANC a nosso posicionamento anti-racista seria menos problemático se não fosse a política explicitamente nacionalista e adversa aos brancos do PAC. No resto da África, era mais fácil aos dirigentes africanos compreender a política do PAC que a do ANC. Olivier já tinha abordado a questão com Yusuf, que não gostara das conclusões a que ele tinha chegado. Na opinião de Olivier, e eu estava de acordo, para que o ANC se mostrasse mais independente seria preciso assumir unilateralmente certas acções, sem o envolvimento dos outros membros da aliança.

Passei a minha última noite em Londres a discutir estes assuntos com Yusuf. Expliquei que, agora que estávamos decididos a enveredar pela luta armada, precisávamos de contar com as outras nações africanas para nos auxiliarem com dinheiro, treino militar e apoio político, ainda mais do que no passado. Yusuf convenceu-se de que eu e Olivier estávamos a alterar as linhas de orientação do ANC e que nos preparávamos para abandonar a política não racial que era a essência da Carta da Liberdade. Disselhe que estava enganado, nós não rejeitávamos o anti-racismo, apenas entendíamos que o ANC teria de ter uma voz própria e afirmar-se à margem da Aliança do Congresso. Era frequente o ANC, o Congresso Indiano da África do Sul e o Congresso do Povo Mestiço fazerem declarações colectivas sobre assuntos que envolviam apenas os africanos. Isso teria de mudar. Yusuf não gostou.

- E então as políticas? - continuava a perguntar.

Disselhe que não eram as políticas que estavam em causa, mas sim uma

questão de imagem. Continuaríamos a trabalhar juntos, o ANC teria apenas de surgir como um primeiro entre iguais.

Embora triste por deixar os meus amigos de Londres, meti-me no avião para dar cumprimento à parte da minha viagem que me era mais estranha: a preparação militar. Estava combinado que receberia seis meses de treino em Adis Abeba, onde fui recebido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Yefu, que me acolheu calorosamente e me levou a um subúrbio chamado Kolfe, onde se encontrava o quartel-general do Batalhão Antimotim etíope, no qual deveria aprender as técnicas e as artes da vida militar. Embora fosse pugilista amador, não tinha a mínima ideia sobre técnicas de combate.

[290]

O meu instrutor foi o tenente Wondoni Befikadu, um soldado experiente que tinha combatido na clandestinidade contra os italianos. O nosso programa era esgotante: treinávamos das 8 até às 13 horas, interrompíamos para almoço e um duche, e voltávamos a treinar entre as 14 e as 16 horas. Daí até ao final do dia recebia lições de formação militar com o coronel Tadesse, que também era comissário-assistente da polícia e tinha sido uma peça fundamental na desarticulação de um golpe recente contra o imperador.

Aprendi a disparar uma espingarda automática e uma pistola e treinei o tiro ao alvo tanto em Kolfe, com a Guarda Imperial, como numa carreira de tiro situada a uns setenta e cinco quilómetros, com todo o batalhão. Ensinaaram-me técnicas de demolição, como fazer fogo de morteiro e como fabricar pequenas bombas e minas artesanais - e como evitá-las. Comecei a sentir-me soldado e a pensar como um soldado - o que é muito diferente da maneira de pensar de um político.

Do que mais gostei foi das «marchas de resistência», onde o equipamento se reduz a uma espingarda, balas e um pouco de água e o objectivo é chegar a um determinado local dentro do tempo previsto. Durante essas marchas tive ocasião de apreciar a beleza da paisagem, de florestas densas e montanhas escarpadas. O país era extremamente atrasado. Os camponeses usavam enxadas de madeira e subsistiam com poucos alimentos suplementados por uma ração de

cerveja de produção doméstica. A sua existência era semelhante à da África do Sul rural. Os pobres de todo o mundo parecem-se uns com os outros.

Durante a instrução, o coronel Tadesse abordou temas como a criação de uma força de guerrilha, como comandar um exército e como impor a disciplina. Certa noite, à hora de jantar, disse-me o coronel:

- Mandela, o que você pretende criar é um exército de libertação, não é um exército capitalista convencional. Um exército de libertação é uma força igualitária. Os seus homens têm de ser tratados de maneira diferente de um exército capitalista. Quando está de serviço tem de garantir a autoridade e a disciplina. Neste aspecto não há diferenças para um exército capitalista. Mas quando não está de serviço tem de se comportar com base numa igualdade absoluta, mesmo com o soldado de escalão mais baixo. Tem de comer o que eles comem; não pode tomar as refeições no gabinete, tem de comer na companhia deles, tem de beber com eles, não se pode isolar.

Para mim tudo aquilo era admirável e fazia sentido. Neste interim apareceu um sargento que perguntou ao coronel onde podia encontrar um tenente de quem andava à procura. O coronel olhou para o homem com um desprezo mal disfarçado e disse:

- Não vê que estou a falar com uma pessoa importante? Não sabe que não me pode interromper quando estou a jantar? Desapareça da minha vista!

[291]

Depois retomou a conversa no mesmo tom didático de antes.

A instrução devia durar seis meses, mas ao cabo de oito semanas recebi um telegrama do ANC que me pedia para regressar o mais depressa possível. A luta armada interna estava a ganhar novas dimensões e queriam que o comandante do MK estivesse presente.

O coronel Tadesse depressa me arranjou lugar num avião para Cartum. Antes de me vir embora, deu-me um presente: uma pistola automática com duzentas munições. Fiquei-lhe grato, tanto pelo presente como pelas lições recebidas. Mas apesar do treino nas marchas de resistência era-me difícil andar

de um lado para o outro com tantas munições. Uma só bala já é bastante pesada: andar com duzentas é como transportar uma criança às costas.

Em Cartum fui atendido por um funcionário da British Airways que me informou que o voo de ligação para Dar-es-Salam só levantaria na manhã seguinte e que tinham tomado a liberdade de me reservar alojamento num hotel de luxo da cidade. Tive um certo receio, pois teria preferido ficar num hotel mais discreto.

Quando lá me deixaram, tive de atravessar o alpendre comprido e elegante, onde estavam sentados vários brancos a beber. Isto foi muito antes dos detectores de metais. Levava a pistola no coldre, por baixo do casaco, e as munições enroladas à volta da cintura, por debaixo das calças. Para além disso tinha comigo vários milhares de libras em notas. Tive a sensação que todos aqueles brancos bem trajados me escrutinavam com olhos de raios X e que poderia ser preso a qualquer momento. Mas nada aconteceu e levaram-me até ao quarto em segurança. Encomendei o serviço de quartos, mas até os passos dos criados me punham os nervos em franja.

De Cartum segui directamente para Dar-es-Salam, onde saudei o primeiro contingente de vinte e um recrutas do Umkhonto, que seguiam para a Etiópia para receberem instrução militar. Para mim foi um momento de orgulho, pois aqueles homens eram voluntários de um exército que eu tentava criar. Estavam dispostos a arriscar a vida num combate que mal tinha começado, um conflito extremamente perigoso para os primeiros combatentes nele envolvidos. Eram homens novos, sobretudo das cidades, orgulhosos e plenos de ardor. Fizemos um jantar de despedida. Os homens degolaram uma cabra em minha honra e eu falei-lhes sobre a minha viagem e a necessidade de serem bem-comportados e disciplinados enquanto estivessem no estrangeiro, pois eram representantes dos combatentes da liberdade da África do Sul. Avisei-os de que a instrução militar devia andar de mãos dadas com a formação política, porque para fazer uma revolução não bastava apertar um gatilho; o objectivo era a criação de uma sociedade mais justa. Foi a primeira vez que recebi a saudação militar dos meus soldados.

O presidente Nyerere cedeu-me um avião privado até Mbeya, de onde voei para Lobatse. O piloto informou-me de que aterraria em Kanye. Fiquei

preocupado: por que razão teriam alterado os planos? Em Kanye fui recebido pelo magistrado local e por um homem da segurança, ambos brancos. O magistrado abordou-me e perguntou o meu nome. Respondi-lhe que me chamava David Motsamayi.

- Não; por favor diga-me o seu verdadeiro nome - insistiu ele. Voltei a dizer David Motsamayi. O magistrado disse então:

- Por favor, diga-me o seu nome verdadeiro, porque recebi instruções para me encontrar com o senhor Mandela e proporcionar -lhe ajuda e transporte. Se não é o senhor Mandela, lamento mas terei de o prender por não ter autorização para entrar no país. É o senhor Nelson Mandela?

Estava perante um dilema; de uma maneira ou de outra podia ser preso. - Se insiste em que eu sou Nelson Mandela e não David Motsamayi, não vou discutir consigo.

O homem sorriu e disse:

- Estávamos à sua espera ontem.

Ofereceu - me então boleia para o local onde me esperavam os meus camaradas. Fomos até Lobatse, onde encontrei Joe Modise e um militante do ANC chamado Jonas Matlou, que lá vivia há muito tempo. O magistrado avisou-me de que a polícia sul-africana estava a par do meu regresso e sugeriu que partisse no dia seguinte. Agradei-lhe a ajuda e o conselho, mas quando cheguei a casa de Matlou resolvi partir nessa mesma noite e a regressar à África do Sul na companhia de Cecil Williams, um director teatral branco, que também era membro do MK. Disfarçado de motorista, sentei-me ao volante e nessa mesma noite partimos para Joanesburgo.

Rivónia

Assim que atravessámos a fronteira respirei fundo. O cheiro de casa é sempre agradável quando se esteve muito tempo longe. Era uma noite límpida de Inverno e até parecia que as estrelas eram mais acolhedoras do que no resto do continente. Embora estivesse a abandonar um mundo onde pela primeira vez me tinha sentido em liberdade e regressasse a outro onde era um fugitivo, foi com um imenso alívio que reentrei na terra que me viu nascer e à qual estava ligado pelo destino.

Entre a Bechuanalândia e o Nordeste do Transval há dezenas de caminhos não assinalados no mapa que atravessam a fronteira, e Cecil, sabia quais devia tomar. Durante a viagem foi-me pondo ao corrente de muitas coisas que eu não sabia. Conduzimos toda a noite, atravessámos a fronteira pouco depois da meia-noite e chegámos a Liliesleaf Farm de madrugada. Continuava a usar o meu uniforme gasto, de aqui.

Chegado à quinta, não tive tempo para descansar nem para reflectir, porque na noite seguinte tive uma reunião secreta para informar o Comité Operacional sobre os pormenores da viagem. Compareceram na quinta Walter, Moses Kotane, Govan Mbeki, Dan Tloome, J. B. Marks e Duma Nokwe, uma assembleia invulgar. Comecei por fazer um relato genérico das minhas deslocações, referindo o dinheiro que tínhamos recebido, bem como as ofertas de instrução militar. Referi em pormenor as reservas que tinha encontrado por causa da colaboração do ANC com brancos e indianos, em especial os comunistas. Ainda me zuniam os ouvidos do último encontro com os responsáveis zambianos, que me disseram que ainda que soubessem que o ANC era mais poderoso e popular do que o PAC, compreendiam o puro nacionalismo africano destes e não entendiam a política multirracial do ANC nem as suas ligações aos comunistas. Informei-os de que tanto Oliver como eu pensávamos que o ANC devia evidenciar maior

independência, de modo a tranquilizar os nossos aliados do continente, pois eram os únicos que podiam financiar e ministrar treino militar ao Umkhonto we Sizwe. Sugeri a remodelação da Aliança do Congresso de maneira que o ANC surgisse inequivocamente como o seu líder, especialmente nos assuntos que diziam respeito aos africanos.

Seria uma alteração substancial, que implicava auscultar as opiniões de todos os dirigentes. O Comité Operacional instou comigo para que fosse a Durban informar o chefe Luthuli. Todos estiveram de acordo, excepto Govan Mbeki, que não vivia em Liliesleaf Farm mas que fazia parte do alto comando do MK. Na opinião de Govan, devia ir outra pessoa, era demasiado arriscado, e a organização não devia pôr em risco a minha segurança, especialmente agora que tinha regressado, pronto para impulsionar o MK. Este conselho sensato foi vencido pelos votos da maioria, entre os quais o meu.

Na manhã seguinte abandonei Rivónia na companhia de Cecil, novamente disfarçado de motorista. Tinha planeado uma série de encontros secretos em Durban, o primeiro dos quais seria com Monty Naicker e Ismail Meer, para lhes dar conta da minha viagem e discutir a nova proposta. Monty e Ismail eram muito chegados ao chefe Luthuli, que confiava na opinião deles. Interessava-me poder dizer a Luthuli que já tinha falado com os seus amigos e falar-lhes na reacção deles. Contudo, Ismail e Monty ficaram perturbados pela minha ideia de que o ANC teria de assumir a liderança da Aliança do Congresso e proferir declarações próprias sobre assuntos do interesse dos africanos. Eram contra tudo o que pudesse pôr em causa a aliança.

Levaram-me a Groutville, onde Luthuli vivia, e encontrámo-nos na cidade, em casa de uma senhora indiana. Expus-lhe demoradamente a situação e ele ouviu-me sem dizer uma palavra. Quando acabei, disse que não lhe agradava a ideia de políticos estrangeiros ditarem as acções do ANC. Que tínhamos tido boas razões para adoptar uma política não racial e que não achava que devêssemos mudar de ideias só porque isso não agradava aos líderes estrangeiros.

Expliquei-lhe que esses dirigentes não ditavam a nossa política, simplesmente não a percebiam. O meu plano era introduzir algumas alterações cosméticas de modo a tornar o ANC mais compreensível e agradável aos olhos deles. Tratava-se de uma manobra defensiva, pois se os estados africanos

resolvessem auxiliar o PAC, essa organização pequena e fraca poderia repentinamente tornar-se grande e poderosa.

O chefe não tomava decisões sob impulso momentâneo. Percebi que queria reflectir sobre o que eu tinha dito e trocar impressões com alguns amigos. Despedime e ele recomendou-me que tivesse cuidado. Nessa

[298]

noite ainda tinha alguns encontros clandestinos na cidade e na *township*. O último seria com o comando regional do MK em Durban.

Em Durban, o comando era chefiado por um especialista em sabotagens chamado Bruno Mtolo, com quem nunca me tinha encontrado e com quem voltaria a cruzar-me em circunstância dramaticamente diferentes. Fiz-lhe o relato da minha digressão por África, dos apoios que conseguira e das ofertas de instrução militar. Expliquei-lhes que, para já, o MK estava reduzido às sabotagens, mas que se estas não tivessem o efeito desejado teríamos provavelmente de enveredar pelas acções de guerrilha.

Mais tarde nessa mesma noite, em casa do repórter fotográfico G. R.

Naidoo, onde fiquei, reuniram-se-me Ismail e Fatima Meer, Monty Naicker e J. N. Singh, para o que foi em simultâneo uma pequena festa de boas-vindas e de despedida, já que no dia seguinte partia para Joanesburgo. Foi uma noite agradável, a primeira vez em muito tempo em que me senti descontraído. Dormi bem e encontrei-me com Cecil no domingo à tarde - 5 de Agosto - para encetarmos a longa viagem até Joanesburgo no seu *Austin*.

Vesti o meu guarda-pó branco de motorista e sentei-me ao lado de Cecil, que seguia ao volante. De vez em quando revezávamo-nos na condução. O dia estava fresco e límpido e deliciei-me com a beleza da paisagem do Natal; mesmo no Inverno, a região continuava verde. Agora que voltava para Joanesburgo ia ter tempo para estar com Winnie e as crianças. Muitas vezes desejei que Winnie tivesse podido partilhar comigo as maravilhas de África, mas o melhor que consegui foi contar-lhe tudo quanto tinha visto e feito.

Mal abandonámos a zona industrial de Durban entrámos numa região

montanhosa que proporcionava magníficas vistas sobre os vales circundantes e sobre as águas azul-escuras do oceano Índico. Durban é o porto que serve a principal região industrial do país, e a estrada que segue para Joanesburgo corre paralela ao caminho-de-ferro durante muito tempo. Deixei de contemplar a paisagem para cismar que a linha ferroviária, tão próxima da estrada, seria um alvo fácil de sabotagem. Tomei nota disso no pequeno bloco que trago sempre comigo.

Ao passarmos por Howick, trinta quilómetros a noroeste de Pietermaritzburg, íamos profundamente embrenhados numa discussão acerca de sabotagens. Em Cedara, uma pequena localidade depois de Howick, reparei num *Ford V-8* cheio de homens brancos que nos ultrapassou a grande velocidade. Instintivamente olhei para trás e vi mais dois automóveis repletos de brancos. À nossa frente, o *Ford* fazia-nos sinal para parar. Percebi imediatamente que a minha vida de foragido tinha terminado; os meus dezassete meses de «liberdade» estavam prestes a chegar ao fim.

Cecil abrandou o andamento e perguntou-me: - Quem são estes homens?

[299]

Não lhe respondi, pois ambos sabíamos muito bem quem eram. Tinham escolhido bem o local da emboscada. Do lado esquerdo rasgava-se uma ravina arborizada por onde nos poderiam ter precipitado se não obedecêssemos à ordem de parar. Eu seguia no assento do lado esquerdo, e por instantes pensei em saltar para fugir por entre o arvoredado, mas em poucos segundos teria sido derrubado por uma bala.

Quando o automóvel parou, um homem alto e magro aproximou-se da janela do lado do passageiro. Tinha a barba por fazer e aspecto de quem não dormira. Presumi que havia estado à nossa espera durante vários dias. Apresentou-se calmamente como o sargento Vorster, da polícia de Pietermaritzburg, e exibiu um mandado de captura. Pediu a minha identificação. Respondi-lhe que me chamava David Motsamayi. Assentiu com um gesto de cabeça e muito delicadamente perguntou-me de onde vinha e para onde ia. Respondi às perguntas sem revelar muita informação. Pareceu um tanto irritado e por fim disse:

- Muito bem, você é Nelson Mandela, aquele é Cecil Williams e estão os dois presos!

Disse-nos então que seríamos acompanhados a Pietermaritzburg por um major da polícia que estava no outro veículo. Nesses tempos a polícia ainda não era muito cuidadosa e o sargento Vorster não se deu ao trabalho de me revistar. Tinha comigo o revólver carregado e voltei a pensar em fugir, mas teria sido vencido pelo número. Disfarçadamente, depusitei o revólver e o bloco de apontamentos no assento, entre mim e Cecil. Por qualquer razão, a polícia nunca encontrou a arma nem o bloco, o que foi uma sorte, pois teria acarretado a detenção de mais pessoas.

Uma vez na esquadra de Pietermatitzburg fui conduzido ao gabinete do sargento Vorster, onde encontrei vários outros agentes, entre eles o sargento ajudante Truter, que tinha testemunhado no Processo da Traição. Truteu causara uma impressão favorável entre os acusados ao descrever com rigor as políticas seguidas pelo ANC, sem exageros nem mentiras. Saudámo-nos cordialmente.

Eu ainda não tinha admitido que o meu nome fosse outro senão David Motsamayi e Truter perguntou-me:

- Nelson, por que motivo insiste nesta farsa? Eu sei quem você é. Todos nós sabemos.

Respondi-lhe que tinha declinado um nome e que era por esse nome que respondia. Pedi a presença de um advogado, o que me foi secamente negado. Recusei-me a fazer qualquer declaração.

Cecil e eu fomos metidos em celas separadas. Não me faltava tempo para ruminar na minha situação. Sempre tinha sabido que podia ser preso a qualquer momento, mas até os combatentes da liberdade podem entrar em negação e durante essa noite na cela compreendi que não estava

[300]

preparado para a realidade da minha captura. Sentia-me agitado, transtornado. Alguém denunciara o meu paradeiro à polícia; sabiam que estivera em Durban e que me dirigia para Joanesburgo. Durante várias semanas antes do meu regresso,

a polícia acreditava que eu já estava de volta ao país. Em Junho, os jornais tinham escrito em grandes parangonas «o REGRESSO DO *PIMPINELA NEGRA*», quando eu ainda me encontrava em Adis Abeba. Teria sido um logro intencional?

As autoridades haviam pressionado Winnie, na crença de que esta devia saber se eu tinha regressado ou não. Sabia que a tinham seguido e efectuado várias buscas à casa. Devem ter julgado que quando voltasse iria directamente visitar o chefe Luthuli, no que tiveram razão. Mas creio que também receberam informações sobre a minha presença em Durban. O movimento fora infiltrado por informadores e mesmo as pessoas mais bem intencionada não sabiam guardar silêncio quando o deviam fazer. Tinha sido descuidado. Havia demasiadas pessoas a conhecer a minha presença em Durban.

. Na noite anterior à minha saída organizara mesmo uma festa e censurei-me por ter baixado a guarda. A minha cabeça não parava de dar voltas, a considerar todas as hipóteses. Teria sido um informador em Durban? Alguém de Joanesburgo? Alguém do interior do movimento? Um amigo, um membro da família? Mas eram especulações fúteis e a concorrência da exaustão física e mental mergulhou - me num sono profundo. Pelo menos naquela noite - 5 de Agosto de 1962 - não tinha de me preocupar quanto à polícia descobrir ou não o meu paradeiro. Já me tinham apanhado.

Na manhã seguinte sentime com forças e preparei-me para as provações que me esperavam. Fossem quais fossem as circunstâncias, não queria que os meus captores me vissem desesperado ou sem ânimo. Às 8 h 30 m fui presente ao magistrado local e formalmente transferido para Joanesburgo. Foi uma diligência discreta e o magistrado não pareceu mais alterado do que se fosse uma multa de trânsito. A polícia não tinha devidamente acautelado a minha segurança durante a viagem para Joanesburgo, de modo que fui sentado no banco traseiro de um *sedan*, sem algemas e acompanhado por dois agentes que viajaram à frente. Entretanto, os meus amigos já sabiam que eu tinha sido detido; Fátima Meer levou-me comida à prisão, que dividi com os dois agentes durante a viagem. Chegámos a parar em Volksrust, uma cidade do percurso, onde me autorizaram a dar um curto passeio para desentorpecer as pernas. Quando as pessoas eram amáveis para comigo eu não pensava na fuga, porque não queria aproveitar-me da confiança que em mim depositavam.

Mas à medida que nos fomos aproximando de Joanesburgo o ambiente foi-se degradando. Ouvi no rádio da polícia a notícia da minha captura e a ordem de reforçar os bloqueios nas estradas que davam acesso ao Natal.

[301]

Pelo fim do dia, já nas imediações de Joanesburgo, veio ao nosso encontro uma considerável escolta policial. Fui brutalmente algemado, retirado do automóvel e metido num furgão fechado da polícia com pequenas janelas opacas reforçadas por grades de arame. A comitiva tomou então um percurso estranho em direcção a Marshall Square, como se tivesse receio de sofrer uma emboscada.

Fecharam-me sozinho numa cela. Estava sossegado a pensar qual seria a minha estratégia para o dia seguinte quando ouvi alguém tossir numa cela próxima. Não tinha percebido que havia alguém por perto, mas reconheci aquela tosse. Abalado pela revelação, perguntei:

- Walter?

- Nelson, és tu? - respondeu ele e desatámos a rir num misto indescritível de alívio, surpresa, desapontamento e felicidade.

Vim a saber que Walter fora preso pouco depois de mim. Percebemos logo que as detenções estavam relacionadas. Embora não fosse o local mais apropriado para uma reunião do Comité Operacional, não deixava de ser conveniente, e à medida que a noite corria fiz-lhe um relato pormenorizado da minha detenção e dos meus encontros em Durban.

No dia seguinte fui presente a um magistrado de categoria superior para ser formalmente encarcerado. Ao saberem da minha detenção, Harold Wolpe e Joe Slovo apresentaram-se no tribunal e conversámos na cave. Durante a minha vida profissional já tinha estado muitas vezes na presença daquele magistrado e respeitávamo-nos mutuamente. Também estavam presentes vários advogados, alguns dos quais conhecia bem. É curioso como em certas condições nos podemos sentir lisonjeados por pormenores que de outro modo não teriam significado. Em circunstâncias normais não sou de modo algum imune à lisonja, mas estava ali como *rum* foragido, o Número Um da lista dos Mais Procurados,

um advogado -: que tinha vivido mais de um ano na clandestinidade e, no entanto, o juiz, os outros advogados e os assistentes cumprimentaram-me com respeito e cortesia profissional. Conheciam-me como Nelson Mandela advogado, não como Nelson Mandela foragido. Ajudou-me imenso a recobrar o ânimo.

Durante as diligências, o magistrado mostrou-se hesitante e pouco à vontade e nunca olhou directamente para mim. Os outros advogados também pareciam embaraçados e de repente foi como se tivesse uma revelação. Aqueles homens não se sentiam mal por eu ser um colega a contas com a lei, mas porque era um homem perseguido pelas suas opiniões. De uma maneira que nunca antes me tinha passado pela cabeça, percebi que tinha um papel a desempenhar no tribunal e as possibilidades que se me abriam na qualidade de réu. Era um símbolo da justiça no tribunal do opressor, o representante dos altos ideais de liberdade, justiça e democracia numa

[302]

sociedade que não cultivava essas virtudes. Compreendi então que podia dar continuidade à luta a partir do interior da fortaleza inimiga.

Quando me foi perguntado o nome do meu advogado, respondi que me representaria a mim próprio, aconselhado por Joe Slovo. Ao declinar um advogado ampliava o simbolismo do meu papel. Usaria o processo como uma mostra da oposição do ANC ao racismo. Não me tentaria defender, procuraria antes colocar o próprio Estado no banco dos réus. Nesse dia só respondi a perguntas sobre o meu nome e qual o advogado que tinha escolhido. Ouvi as acusações em silêncio: incitamento à greve dos trabalhadores africanos e sair do país sem documentação legal. Na África do Sul do *apartheid* o castigo para esses «crimes» podia ir até dez anos de prisão. No entanto, as acusações formuladas até foram motivo de alívio: era evidente que o Estado não dispunha de provas que me associassem ao Umkhonto we Sizwe, senão teria sido acusado de crimes bem mais graves, como traição e sabotagem.

Só quando ia a sair da sala me apercebi da presença de Winnie na galeria. Tinha um ar sombrio e de desespero; devia estar a pensar nos anos difíceis que teria pela frente, a criar duas crianças pequenas no ambiente duro e difícil da cidade. Uma coisa é ouvir falar das atribulações que nos aguardam, outra coisa é

ter de as confrontar. Tudo quanto pudera fazer, pensei ao descer as escadas que me conduziam de regresso à cave, tinha sido enviar-lhe um grande sorriso para lhe mostrar que não estava preocupado, e que ela também não devia estar. Não fazia ideia se teria ajudado muito.

Do tribunal fui levado para o Forte de Joanesburgo. Quando saí da sala de audiências para entrar no furgão fechado, uma centena de vozes gritou em uníssono *Amandla!*, seguido por *Ngawethu!*, um apelo popular do ANC que significava «Poder!» e «O poder é nosso!» Quando o veículo saiu do pátio, as pessoas gritaram, cantaram e deram murros no furgão. Todos os jornais noticiaram a minha captura e a abertura do processo: «RUSGA DA POLÍCIA PÕE TERMO A DOIS ANOS DE FUGA» e «NELSON MANDE LA FOI PRESO». O *Pimpinela Negra* tinha deixado de andar a monte.

Alguns dias mais tarde, Winnie recebeu autorização para me ver. Arranjou-se com cuidado e, pelo menos na aparência, estava menos abatida. Levou-me um pijama caro e um roupão de seda, mais adequados para uma residência luxuosa do que para um cárcere. Não tive coragem de lhe dizer que aquilo não era apropriado para vestir na prisão. Sabia que a oferta era uma expressão do seu amor e uma promessa de solidariedade. Agradei-lhe o presente e, embora não dispuséssemos de muito tempo, falámos sobre assuntos de família, especialmente sobre o seu sustento e o das crianças. Disselhe nomes de amigos que poderiam ajudar e de clientes que me deviam dinheiro. Pedi-lhe que contasse às crianças a verdade sobre a minha prisão e que estaria ausente durante muito tempo. Que não éramos

[303]

a primeira família a atravessar aquela situação e que aqueles que suportavam grandes provações saíam delas mais fortes. Falei-lhe na força da nossa causa, na lealdade dos nossos amigos e que seria através do seu amor e dedicação que eles me veriam, constasse o que constasse. O agente que assistia à visita voltou-se de costas para que nos beijássemos e ali ficámos agarrados, com toda a emoção reprimida de quem sente que pode ser a última vez. E de certa maneira assim foi, pois havíamos de ficar separados durante muito mais tempo do que tínhamos imaginado. O sargento autorizou-me a acompanhar Winnie durante parte do caminho até ao portão principal e deixou que ficasse a vê-la desaparecer na volta

do corredor, ativa e só.

No Forte fui colocado à guarda do coronel Minnaar, um africânder cortês, considerado liberal pelos seus companheiros *verkrampste* (da linha dura). Disse que me ia colocar na prisão do hospital porque era a zona mais confortável, para além de poder dispor de uma mesa e de uma cadeira para preparar o meu caso. Embora o hospital fosse realmente confortável-tinha direito a dormir numa cama a sério, o que nunca antes me tinha acontecido dentro da prisão -, a verdadeira razão para a sua generosidade é que o hospital era o lugar mais seguro para me ter sob vigilância. Para lá chegar era preciso atravessar duas paredes impenetráveis, protegidas por guardas; uma vez lá dentro era preciso franquear quatro portas enormes até chegar ao sítio onde me encontrava. A imprensa especulava que o movimento tentaria libertar-me e as autoridades tomavam todas as precauções para o impedir.

Especulava-se também, tanto na imprensa como no interior do ANC, que eu tinha sido traído por alguém de dentro. Soube que algumas pessoas acusavam G. R. Naidoo, o meu anfitrião em Durban, creio que sem fundamento. A imprensa alardeava que eu tinha sido traído pelos comunistas brancos e indianos, inquietos com as minhas sugestões de que o ANC deveria concentrar-se mais na sorte dos negros. Para mim eram histórias inventadas pelo Governo para dividir o movimento do Congresso, puras calúnias. Mais tarde abordei o assunto não só com Walter, Duma, Joe Slovo e Ahmed Kathrada, mas também com Winnie, e para meu alívio todos foram da mesma opinião. Winnie foi convidada para a conferência de abertura do Congresso Indiano da Juventude do Transval, onde a instâncias minhas repudiou esses rumores. As páginas dos jornais encheram-se de histórias da sua beleza e eloquência.

- Não devemos perder tempo à procura de provas de quem traiu Mandela
- declarou ela perante a audiência. - Essa propaganda é calculada para

[304]

A treinar boxe com Jerry Moloi.

(Bob Gosani/Bailey's African History Archives)

Um longo caminho para a liberdade nos pôr uns contra os outros em vez de nos unirmos no combate à opressão dos nacionalistas.

A história mais frequentemente citada foi de que um funcionário consular americano com ligações à CIA teria dado informações à polícia. Mas a história nunca foi confirmada e nunca vi qualquer prova credível da sua veracidade. Embora a CIA tenha sido responsável por muitas ações desprezíveis em prol do imperialismo americano, não posso assacar-lhe a responsabilidade da minha captura. Em boa verdade, eu tinha sido imprudente quanto ao secretismo das minhas movimentações. Em retrospectiva, compreendi que as autoridades poderiam ter tido mil maneiras de me localizar durante a minha estada em Durban. Até era de espantar que não me tivessem apanhado mais cedo.

Só passei alguns dias na prisão do Forte até ser transferido para Pretória. Em Joanesburgo não houvera restrições às visitas e havia uma torrente contínua de pessoas que me queriam ver. Quando se está na prisão, os visitantes ajudam a manter o ânimo e a sua ausência pode ser devastadora. Ao transferirem-me para Pretória as autoridades queriam afastar-me do meu território para um lugar onde teria menos amigos a visitar-me.

Fui algemado e metido numa velha furgoneta, na companhia de outro recluso. Como o interior da furgoneta estava um nojo, sentámo-nos no pneu sobressalente engordurado, que dançava de um lado para o outro enquanto o veículo arfava a caminho de Pretória. Deram-me por companheiro um tipo curioso: chamava-se Nkadimeng e tinha pertencido a uma das mais violentas quadrilhas de Soweto. Em geral, os polícias não obrigavam um preso político a partilhar um veículo com um criminoso de delito comum, mas creio que tiveram esperança de que me deixasse intimidar por Nkadimeng, que pensava que eu era informador da polícia. Quando cheguei à prisão estava sujo e irritado e ainda mais fiquei quando me meteram numa cela com o mesmo indivíduo. Exigi, e acabei por receber, um espaço separado para poder preparar o meu caso.

Em Pretória as visitas só eram permitidas duas vezes por semana. Apesar da distância, Winnie vinha regularmente para me trazer roupas limpas e comida deliciosa. Era outra maneira de me manifestar o seu carinho e de cada vez que

vestia uma camisa lavada sentia-me avassalado pelo amor e devoção que lhe tinha. Estava consciente das dificuldades que ela precisava superar para chegar a Pretória a meio de um dia do meio da semana, com duas crianças pequenas em casa. Fui visitado por muitas outras pessoas que me levavam comida, entre elas a eternamente fiel senhora Pillay, que todos os dias me levava um almoço suculento.

Graça à generosidade dos meus benfeitores estava rodeado de coisas boas que queria repartir com os outros presos do mesmo piso, o que era

[305]

estritamente proibido. Para contornar essas proibições, oferecia comida aos guardas, para que fossem menos rigorosos. Com isto em mente, ofereci uma maçã vermelha e reluzente a um carcereiro negro que olhou para ela com repulsa e a rejeitou com a expressão *Angiyifuni* (Não quero). Os carcereiros negros são em geral muito mais rigorosos e severos do que os africanos, como se quisessem ir mais longe que os seus senhores. Mas algum tempo depois o tal carcereiro africano viu outro carcereiro branco aceitar a maçã que ele recusara e mudou de ideias. Em breve distribuía comida por todos os meus companheiros de cárcere.

Através do «correio» da prisão soube que Walter também tinha sido transferido para Pretória e, embora isolados, conseguimos comunicar. Walter pediu para ser libertado sob caução - uma diligência com a qual concordei inteiramente. A libertação sob fiança há muito que era um assunto melindroso no seio do ANC. Havia quem defendesse que devíamos sempre recusar a fiança, pois isso poderia ser interpretado como falta de carácter por parte de rebeldes que se aproveitavam dos institutos do sistema jurídico racista. Eu não achava que essa ideia devesse ser aplicada indiscriminadamente e que devia ser analisada caso a caso. Uma vez que Walter era o secretário-geral do ANC, deviam envidar-se todos os esforços para o retirar da prisão. Era demasiado importante para a organização para ser deixado a jazer numa cela. No caso dele, a fiança era uma questão prática, não teórica. No meu caso já era diferente. Tinha vivido na clandestinidade, Walter não; tornara-se um símbolo da rebelião e da luta; Walter trabalhava nos bastidores. Concordou comigo que no meu caso não devia ser requerida a libertação sob caução. Não só porque não seria

concedida como porque eu não queria dar a entender que não estava preparado para arcar com as (consequências da clandestinidade, pela qual tinha optado.

Pouco depois de termos chegado a esta conclusão, fui novamente transferido para o hospital do Forte. Foi agendada uma audiência para o mês de Outubro. Não há muitas coisas que se possam dizer em abono da prisão, mas o isolamento é bom para o estudo. Comecei a estudar por correspondência para o LLB, um diploma de bacharel em Direito que me permitiria exercer como advogado. Uma das primeiras coisas que fiz depois de chegar à prisão de Pretória foi enviar uma carta às autoridades a notificá-las da minha intenção de estudar e a pedir licença para comprar um exemplar do Código Civil', que fazia parte do currículo.

Alguns dias depois, o coronel Aucamp, comandante da prisão de Pretória e um dos oficiais mais infames do sistema prisional, entrou na minha cela e declarou, radiante:

[306]

- Mandela, agora temos-te na mão! Para que raio queres um livro sobre tochas, estás a pensar em fazer sabotagem?

Não percebi nada do que me disse até ao momento em que me pôs à frente dos olhos a carta em que pedia autorização para comprar aquilo a que ele chamava «Law of Torches». Comecei a rir e ele ficou furioso por não o estar a levar a sério. A palavra africânder para «tocha» é *toorts*, muito parecida com *tort* e expliquei-lhe que, em inglês, *tort* era um ramo do direito e não um archote que se pudesse usar para detonar uma bomba. Saiu da cela a espumar de raiva.

Um dia, estava eu no pátio da prisão do Forte a fazer os meus exercícios diários, que consistiam em *jogging*, correr sem sair do mesmo sítio, elevações e flexões das pernas, fui abordado por um jovem indiano alto e simpático chamado Moosa Dinath, que eu conhecia mal e que era um comerciante próspero e um tanto exibicionista. Estava a cumprir uma pena de dois anos por fraude. Lá fora, nunca teríamos passado de conhecidos, mas a prisão é uma excelente incubadora de amizades. Dinath acompanhava - me por vezes quando fazia *jogging* à roda

do pátio. Um dia perguntou se eu me importava que pedisse autorização ao comandante para ficar ao pé de mim no hospital da prisão. Respondi-lhe que não me importava nada, mas que não acreditava que as autoridades prisionais autorizassem. Estava enganado.

Era uma coisa estranhíssima que um preso de delito comum já condenado fosse autorizado a alojar-se com um preso político que aguardava julgamento. Mas nada disse, e a companhia agradava-me. Dinath era rico e um mãos-largas para o pessoal da prisão. Em troca do dinheiro, tinha direito a inúmeros privilégios: usava roupas destinadas aos presos brancos, comia a mesma comida que eles e não fazia qualquer trabalho dentro da prisão.

Uma noite, para meu espanto, vi o coronel Minnaar, que era o director da prisão e um conhecido africânder, vir pessoalmente buscá-lo. Dinath esteve fora da prisão durante toda a noite e só voltou no dia seguinte. Se não tivesse visto com os meus olhos não teria acreditado.

Dinath contou-me histórias de aldrabices financeiras e de corrupção de alguns ministros, que achei fascinantes. Só me vinham confirmar que o *apartheid* era um veneno que induzia a decadência moral em todos os domínios. Tive o cuidado de nunca abordar com ele nenhuma questão política ou de natureza sensível, por suspeitar que pudesse ser um informador. Uma vez pedi-me que lhe falasse sobre as minhas viagens por África, ao que respondi em termos sucintos e entusiastas. Por fim, Dinath conseguiu puxar os cordelinhos suficientes para ser libertado depois de cumprir apenas quatro meses da pena de dois anos a que tinha sido condenado.

[307]

A fuga serve dois propósitos: liberta o combatente da liberdade para que possa continuar a lutar e é um incentivo psicológico para a causa e um tremendo golpe de propaganda contra o inimigo. Enquanto estive preso sempre considerei a hipótese de fugir e durante as minhas inúmeras idas e vindas ao gabinete do comandante observei cuidadosamente os muros, as movimentações dos guardas e os tipos de chaves e de fechaduras usadas nas portas. Fiz um esboço pormenorizado do interior da prisão, com especial incidência sobre a zona do hospital e as portas que lhe davam acesso. Esse mapa foi enviado

clandestinamente para o exterior com instruções para ser destruído depois de estudado.

Havia dois planos, um deles esboçado por Mossa Dinath, do qual eu nada sabia; o segundo foi concebido pelo ANC, e quem me deu a conhecer foi Joe Slovo. Implicava subornos, cópias de chaves e até uma barba falsa que entraria na prisão cosida no interior do enchumaço de um dos meus casacos. A ideia era que eu pusesse a barba depois de estar cá fora. Analisei cuidadosamente o plano de fuga e concluí que era prematuro e muitíssimo falível. Semelhante fracasso seria fatal para a organização. Durante um encontro com Toe, passei-lhe um bilhete onde estava escrito o meu ponto de vista. Escrevi que o MK não estava preparado para a operação; mesmo uma força de elite devidamente treinada corria o risco de falhar. Sugeria que a jogada fosse adiada até eu ser condenado e as autoridades estarem menos atentas. No final escrevi: «Por favor, destruir depois de ler.» Toe Slovo e os outros acataram o meu conselho de não intentarem a minha fuga, mas ele resolveu guardar o bilhete como documento histórico, que viria a reaparecer num momento particularmente infeliz.

A primeira audiência foi marcada para o dia 15 de Outubro de 1962, uma segunda-feira. A organização tinha formado um Comité para a Libertação de Mandela e pusera em marcha uma campanha com o *slogan* «Libertem Mandela». Houve manifestações de protesto um pouco por todo o país e o *slogan* começou a aparecer escrito nas paredes dos edifícios. O Governo retaliou com a proibição de todos os ajuntamentos relacionados com a minha detenção, mas a proibição foi deliberadamente ignorada pelo movimento.

Como preparação para a audiência de segunda-feira, o Comité para a Libertação de Mandela organizou uma manifestação diante do tribunal. O plano era alinhar pessoas dos dois lados do percurso que o furgão onde eu seguia iria fazer. Através da imprensa, das conversas com os visitantes

[308]

e até dos comentários dos guardas, percebi que se esperava um protesto concorrido e ruidoso.

No sábado, estava eu a preparar-me para a audiência, recebi ordem para arrumar os meus haveres imediatamente: a audiência tinha sido transferida para Pretória. As autoridades não avisaram ninguém e se eu não tivesse conseguido passar a informação para o exterior através de um guarda conivente, ninguém teria sabido que já não estava em Joanesburgo.

Mas o movimento reagiu depressa e quando o meu processo teve início, na segunda-feira de manhã, a Sinagoga Velha estava cheia de apoiantes nossos. Ao fim dos quatro anos do Processo da Traição, a sinagoga já era para mim como uma segunda casa. Joe Slovo, o meu conselheiro legal, não pôde estar presente por estar proscrito e não poder abandonar Joanesburgo, mas fui capazmente assessorado por Bob Hepple.

Nessa segunda-feira entrei no tribunal envergando o traje tradicional xossa, uma pele de leopardo, em vez do habitual fato e gravata. A multidão levantou-se como uma só pessoa, ergueu o punho e gritou *Amandla! e Ngawethu!* O traje electrizou a assistência, na qual se contavam muitos amigos e parentes, alguns dos quais vindos do Transkei. Winnie também ostentava um diadema tradicional e vestia uma saia xossa, que lhe chegava ao tornozelo.

Escolhi o traje tradicional para enfatizar o simbolismo de um africano perante um tribunal de brancos. Carregava literalmente aos ombros a história, a cultura e a herança do meu povo. Nesse dia sentime a personificação do nacionalismo africano, herdeiro de um passado turbulento mas nobre e de um futuro incerto. O traje era também um sinal de desprezo pelas subtilezas da justiça dos brancos. Sabia que as autoridades se sentiriam intimidadas pelas vestes tribais, como acontece com tantos brancos quando confrontados com a verdadeira cultura africana.

Quando a assistência sossegou e o caso foi anunciado, saudei formalmente o promotor, senhor Bosch, que conhecia dos meus tempos de profissão, e o magistrado, o senhor Van Heerden, que também era meu conhecido. Requeri de imediato um adiamento de duas semanas com base no facto de ter sido transferido para Pretória sem que me fosse dada a possibilidade de notificar os meus advogados. Concederam-me uma semana.

No regresso à cela, um guarda branco muito nervoso veio dizer-me que o comandante, o coronel Jacobs, tinha ordenado que eu entregasse o traje tribal.

- Pode dizer-lhe que não o vai ter - respondi.

O guarda era tipo fracote e começou a tremer. Quase me implorou, afirmando que seria despedido se não o levasse. Tive pena dele e disse:

- Oiça, diga ao seu comandante que estas palavras são de Mandela, não são suas.

[309]

Pouco depois apareceu o coronel Jacobs em pessoa e ordenou-me que entregasse aquilo a que chamou a minha «manta». Respondi-lhe que a sua

jurisdição não abrangia as vestes que eu decidisse usar nas audiências e que se tentasse confiscá-las eu apresentaria o caso perante o Supremo Tribunal. Nunca mais me tentou tirar a «manta», mas só me autorizavam a usá-la dentro do tribunal e não para entrar e sair da prisão, para não «incitar» os outros presos.

Uma semana mais tarde, quando o processo foi retomado, recebi autorização para me dirigir ao tribunal antes de apresentar os meus argumentos.

- Espero ser capaz de indicar que o que está em julgamento neste processo são as aspirações dos africanos e que por isso entendi que devia assumir a minha própria defesa.

Quis deixar claro ao tribunal, à galeria e à imprensa que tencionava colocar o Estado no banco dos réus. Depois requeri a impugnação do magistrado com base no facto de não me considerar moralmente obrigado a obedecer a leis feitas por um Parlamento no qual não estava representado. E de não ser possível um julgamento justo conduzido por um juiz branco:

Por que razão devo enfrentar um magistrado branco e um promotor branco, assessorados por outros brancos? Será possível afirmar honestamente que num ambiente como este os pratos da balança da justiça estão equilibrados? Por que razão nunca na história um africano teve a honra de ser julgado pelos seus amigos e parentes, pelos que são da sua carne e do seu sangue? Pois direi a V. Ex.^a porquê: o verdadeiro propósito desta rígida divisão de raças é garantir que a justiça dispensada nos tribunais esteja em conformidade com a política do país, por muito que essa política esteja em conflito com as normas da justiça aceites nos sistemas judiciais de todo o mundo [...] Saiba V. Ex.^a que odeio intensamente todas as formas de discriminação racial. Toda a vida tenho lutado contra elas. E volto a lutar agora, e assim será até ao fim dos meus dias. Abomino intensamente o espectáculo que me rodeia. Faz-me sentir que sou um negro perante um tribunal de brancos. Não devia ser assim.

Durante o julgamento, o promotor público chamou mais de cem testemunhas de todos os cantos do país, incluindo o Transkei e o Sudoeste Africano. Foram polícias, jornalistas, regedores das *townships* e tipógrafos. A maioria dessas testemunhas apresentou provas técnicas de que tinha saído ilegalmente do país ou de que tinha incitado os trabalhadores africanos à greve

durante os três dias de paralisação, em Maio de 1961. Era inquestionável - e por isso mesmo não contestei - que era tecnicamente culpado das duas acusações.

[310]

o promotor chamou o senhor Barnard, secretário privado do primeiro-ministro, para atestar a carta que eu lhe tinha escrito, na qual exigia uma convenção nacional e o informava que, se a não convocasse, organizaria uma greve de três dias. No contra-interrogatório que fiz ao senhor Barnard comecei por ler ao tribunal a carta que tinha enviado a pedir que o primeiro-ministro convocasse uma convenção nacional de todos os sul-africanos para redigir uma constituição não racista.

NM: Fez chegar esta carta às mãos do primeiro-ministro?
TESTEMUNHA: Sim.

NM: Qual foi a resposta que o primeiro-ministro deu a esta carta?
TESTEMUNHA: Não respondeu ao autor.

NM: Não respondeu à carta. Concorde em que esta carta aborda assuntos de interesse vital para a maioria dos cidadãos deste país? TESTEMUNHA: Não concordo.

NM: Não concorda? Não concorda que a questão dos direitos humanos e das liberdades cívicas é um tema de importância vital para o povo africano?

TESTEMUNHA: Sim, na verdade assim é.

NM: E esses assuntos não são referidos aqui?

TESTEMUNHA: Creio que sim.

NM: [...] Já concordou em que esta carta levanta questões como o direito à liberdade, os direitos cívicos, e por aí adiante? TESTEMUNHA: Sim, a carta aborda essas questões.

NM: Creio que seja do seu conhecimento que os africanos não gozam

dos direitos reclamados nesta carta, não é assim? Que lhes são negados os direitos políticos.

TESTEMUNHA: Alguns.

NM: Algum africano é membro do Parlamento?

TESTEMUNHA: Não.

NM: Nenhum africano pode ser membro do conselho provincial nem do conselho municipal.

TESTEMUNHA: Sim.

NM: Neste país os africanos têm direito de voto?

TESTEMUNHA: Não têm direito de voto no Parlamento.

NM: É disso que estou a falar, é do Parlamento e das outras instituições governamentais do país, como os concelhos provinciais e os concelhos municipais. Têm direito de voto?

TESTEMUNHA: Não.

NM: Concorde comigo que em qualquer país civilizado do mundo seria escandaloso se um primeiro-ministro não respondesse a uma carta que aborda questões vitais para a maioria dos cidadãos?

[311]

TESTEMUNHA: Não concordo.

NM: Não concorda que seria incorrecto que um primeiro-ministro ignorasse uma carta que levanta questões vitais para a vasta maioria dos cidadãos desse país?

TESTEMUNHA: A carta não foi ignorada pelo primeiro-ministro. NM: Responda à pergunta. Acha correcto que um primeiro-ministro não responda a

apelos que respeitam a questões vitais para a vasta maioria dos cidadãos do país?
Ou acha que está errado?

TESTEMUNHA: O primeiro-ministro respondeu à carta.

NM: Senhor Barnard, não quero ser indelicado consigo. Por favor responda apenas às minhas perguntas. A pergunta que lhe estou a fazer é: concorda que é incorrecto da parte de um primeiro-ministro não responder a uma comunicação que aborda questões vitais para a maioria da população do país?

O senhor Barnard e eu nunca chegámos a acordo. No final, limitou-se a dizer que o tom em que a carta estava redigida era ofensivo e pouco cortês, e que por esse motivo o primeiro-ministro não lhe tinha respondido.

Durante o processo, o promotor e o magistrado perguntaram-me repetidamente qual o número de testemunhas que tencionava apresentar. A minha resposta foi sempre a mesma: '

- Tenciono apresentar tantas testemunhas como o Estado, talvez mais. Quando o Estado deu por terminado o seu caso, fez-se silêncio na sala, na expectativa do início da minha defesa. Levantei-me e, em vez de chamar a primeira testemunha, declarei pura e simplesmente que não iria apresentar qualquer testemunha, e dei por encerrado o meu caso. A sala foi percorrida por um murmúrio e o procurador não se conteve e exclamou:

- Meu Deus!

Iludi o tribunal desde o primeiro minuto porque sabia que a acusação era fundamentada e que o caso do Estado era sólido, de modo que não vi vantagem em apresentar testemunhas nem em defender-me. Durante o meu contra-interrogatório e as tentativas de obrigar o juiz a escusar-se do processo, já tinha feito as declarações que pretendia sobre a falta de equidade do tribunal. Não vi interesse em chamar testemunhas para tentar contradizer o que era incontroverso.

O magistrado foi apanhado de surpresa e perguntou-me, algo incrédulo: - Não tem mais nada a dizer?

- Meritíssimo, não me considero culpado de nenhum crime.
- É tudo quanto tem a dizer?
- Com todo o respeito, Meritíssimo, se tivesse algo mais a dizer tê-lo-ia dito.

[312]

O procurador rebuscava os papéis, a tentar preparar-se para uma argumentação com a qual não contava. Fez uma breve alocução em que pediu ao tribunal que me considerasse culpado dos dois crimes de que era acusado. O julgamento foi suspenso até ao dia seguinte, para aquilo que é conhecido por alegações finais, antes de o magistrado proferir a sentença.

Na manhã seguinte, antes do início da sessão, conversei num gabinete do tribunal com Bob Hepple, que me tinha aconselhado no processo, e congratulámo-nos pelo facto de no dia anterior a Assembleia Geral das Nações Unidas ter votado pela primeira vez a favor das sanções a impor à África do Sul. Bob disse-me também que tinham ocorrido acções de sabotagem em Port Elizabeth e em Durban, como protesto contra o meu julgamento e para festejar a resolução da ONU. Estávamos a meio desta conversa quando o promotor, o senhor Bosch, entrou na sala e pediu a Bob que saísse.

- Mandela - disse, depois de Bob ter abandonado a sala -, não é do meu agrado estar hoje aqui no tribunal. Pela primeira vez na vida sinto desprezo por aquilo que faço. Dói-me ter de pedir ao juiz que o mande para a prisão.

Estendeu-me a mão e desejou-me boa sorte. Agradei-lhe os sentimentos que manifestava e garanti-lhe que nunca esqueceria o que me acabava de dizer.

Nesse dia, as autoridades estavam em alerta máximo. Dentro da sala de audiências, a assistência parecia ainda mais numerosa do que no primeiro dia. Os cento e cinquenta lugares destinados a «não brancos» estavam totalmente ocupados. Winnie estava presente, vestida com um traje xossa, bem como vários parentes meus vindos do Transkei. A um quarteirão de distância do tribunal, juntavam-se centenas de manifestantes e os polícias pareciam tão numerosos

quanto os assistentes.

Quando entrei na sala de audiências ergui o punho e gritei *Amandla!*, ao qual correspondeu um poderoso *Ngawethu!* O magistrado bateu com o martelo para impor a ordem. Quando a sala se aquietou, resumiu as acusações, depois do que me foi dada oportunidade para falar. A minha alegação final durou mais de uma hora. Procurei explicar ao tribunal como me tinha tornado o homem que era, por que tinha feito aquilo de que era acusado e por que razão, se tivesse oportunidade para isso, voltaria a fazer o mesmo.

Já lá vão muitos anos, quando era um rapaz que vivia numa aldeia do Transkei, ouvi os anciãos da minha tribo contar histórias dos bons velhos tempos anteriores à chegada do homem branco. O nosso povo vivia então em paz, sob o governo democrático dos seus reis e dos seus *amapakati* [literalmente, «os que estão por dentro», ou seja, os mais próximos do rei pela hierarquia], e deslocava-se livremente pelo país, sem obstáculos. O país era nosso, nominalmente e por direito. Ocupávamos

[313]

a terra, as florestas, os rios; extraíamos as riquezas minerais do subsolo e o que [nos oferecia] a munificência deste belo país. Tínhamos o nosso próprio Governo, controlávamos as nossas armas e tínhamos comércio organizado. Os mais velhos contavam histórias das lutas travadas pelos nossos antepassados em defesa da Mãe-Pátria, bem como os actos de bravura dos nossos generais e soldados desses tempos épicos [...]

A estrutura organizacional das sociedades primitivas africanas neste país sempre me fascinou e exerceu profunda influência na evolução do meu pensamento político. A terra, que então era o principal meio de produção, pertencia a toda a tribo e não havia propriedade individual. Não havia classes, não havia ricos nem pobres, não havia exploração do homem pelo homem. Todos os homens eram livres e iguais e era esse o fundamento da governação. O reconhecimento deste princípio generalizado esteve na origem da constituição do conselho, que tanto se pode chamar *Imbizo* como *Pitso* como *Kgotla*, e que governa os destinos da tribo. O conselho era tão democrático que nas suas

deliberações podiam participar todos os membros da tribo. O chefe e o súbdito, o guerreiro e o curandeiro, todos tomavam parte e tentavam influenciar as suas decisões. Era uma instituição tão relevante que nenhum passo importante podia ser dado pela tribo sem o consultar.

Numa sociedade primitiva há muitas incertezas e insegurança que são incompatíveis com as exigências da época actual. Mas nesse gênero de sociedades estão contidas as sementes de uma democracia *revolucionária* na qual não existem servos nem escravos e onde não existem a pobreza, a carência e a insegurança. É esta história que ainda hoje me inspira, a mim e aos meus companheiros, na nossa luta política.

Expliquei ao tribunal como tinha aderido ao Congresso Nacional Africano e como a sua política democrática e de repúdio pelo racismo reflectia as minhas mais profundas convicções. Esclareci então que, na minha qualidade de advogado, me tinha visto frequentemente obrigado a optar entre o respeito pela lei e a minha consciência.

Estou pronto a afirmar que a vida de qualquer africano pensante deste país o empurra continuamente para um conflito entre a sua consciência e a lei. Não é um conflito exclusivo deste país. É um conflito que se coloca a pessoas de consciência, homens que pensam e sentem profundamente em qualquer nação. Há pouco tempo, na Grã-Bretanha, um par do reino, o conde [Bertrand] Russell, talvez o filósofo mais *respeitado do mundo ocidental, foi julgado e condenado precisamente* pelo gênero de actividades que hoje me fazem comparecer perante vós - por agir de acordo com a sua consciência em desafio às leis do país, um protesto

[314]

contra a política de armamento nuclear seguida pelo Governo. Não teve alternativa senão opor-se à lei e sofrer as consequências desse gesto. Eu também não tenho. Nenhum africano deste país tem. O direito, tal como é aplicado, é consequência de uma longa evolução no curso da história, especialmente o direito escrito concebido pelo Governo nacionalista, é uma lei do nosso ponto de

vista imoral, injusta e intolerável. A nossa consciência exige que protestemos contra ela, que nos oponhamos a ela, que façamos os possíveis por modificá-la [...] Não me sinto capaz de dizer nada, de fazer nada, que não seja reagir contra a injustiça, protestar contra a opressão, lutar por uma sociedade boa e por uma vida boa da maneira como as entendemos.

Citei então com pormenores as inúmeras vezes em que o Governo tinha utilizado a lei para cercear a minha vida, a minha carreira e o meu trabalho político, através de proscricções, restrições e processos judiciais.

Foi a lei que fez de mim um criminoso, não por aquilo que fiz, mas por aquilo que defendia, por aquilo que pensava, por causa da minha consciência. Poderá alguém surpreender-se que nessas condições um homem se torne um fora-da-Lei perante a sociedade? Poderá alguém surpreender-se que um tal homem, banido pelo Governo, se apreste a conduzir uma vida de foragido, como foi o meu caso durante meses, conforme as provas apresentadas neste tribunal?

Não foi fácil separar-me da minha mulher e dos meus filhos, dizer adeus aos bons velhos tempos quando, no fim de um dia de trabalho cansativo, só me queria reunir com a família à mesa de jantar, para assumir a existência de um homem constantemente perseguido pela polícia, a viver longe dos que me são mais queridos, dentro do meu próprio país, sempre em risco de ser reconhecido e preso. Nenhum homem no seu perfeito juízo optaria por essa vida em troca de uma existência normal com a família e a convivência social que existe em todas as comunidades civilizadas.

Mas chega um momento, como sucedeu comigo, em que um homem vê ser-lhe negado o direito de ter uma vida normal, quando só lhe resta a existência de um foragido porque o Governo assim determinou, usando a lei para lhe impor a condição de proscrito. Fui forçado a esta situação e não me arrependo das decisões que tomei. Neste país outras pessoas se verão forçadas a seguir o mesmo destino, por via desta mesma força policial persecutória e da acção administrativa do Governo, disso tenho a certeza.

Enumerei as muitas vezes em que tínhamos apresentado as nossas reivindicações perante o Governo, e o mesmo número de vezes em que estas

tinham sido ignoradas ou rejeitadas. Descrevi a paralisação de 1961 como

[315]

um derradeiro recurso depois de o Governo não ter dado sinais de sequer aceitar conversações para discutir as nossas exigências. Que tinha sido o Governo a provocar a violência, ao usar de brutalidade para responder às nossas acções pacíficas. Disse que por causa das acções do Governo tínhamos acabado por assumir uma postura mais militante. E que me sentia privilegiado por ao longo de toda a minha vida política ter lutado ao lado de companheiros cujo contributo era de longe superior ao meu. Antes de mim, muitos tinham pago um preço elevado pelas suas convicções, e muitos haveriam de o pagar depois de mim.

Antes da leitura da sentença, informei o tribunal de que, qualquer que ela fosse, em nada afectaria a minha dedicação à luta.

Meritíssimo, não creio que este tribunal, ao aplicar-me o castigo pelos crimes de que sou acusado, seja movido pela crença de que os castigos podem desviar os homens do que julgam ser o caminho certo. A história mostra-nos que os castigos não detêm os homens cuja consciência foi desperta, nem deterão o meu povo e os companheiros com quem tenho trabalhado.

Estou pronto para cumprir a pena, por muito dura que seja a situação de um africano nas prisões deste país. Já estive nessas prisões e sei como é grosseira a discriminação que se faz aos africanos, mesmo atrás dos muros [...] Mas nem essa perspectiva me faz desviar do caminho que tomei, nem desviará outros como eu. Para os homens, a liberdade na sua própria terra é a mais elevada das ambições, da qual não é possível afastar os homens de princípios. Mais forte que o medo que tenho das terríveis circunstâncias a que posso ser submetido na prisão é o ódio que sinto pelas horrorosas condições a que o meu povo é submetido fora da prisão, por todo este país [...]

Qualquer que seja a pena que V. Ex.^a haja por bem aplicar-me pelos crimes por que fui condenado neste tribunal, que fique bem claro que assim que tiver cumprido a pena, terei de obedecer à minha consciência, como acontece com todos os homens; seguirei os ditames do ódio que sinto pela discriminação

racial contra o meu povo e, quando acabar de cumprir a sentença, retomarei, conforme puder, a luta para suprimir essas injustiças até ao momento em que desapareçam para sempre [...]

Cumpri o meu dever para com o meu povo e para com a África do Sul. Não tenho dúvidas de que a posteridade me há-de declarar inocente e que os criminosos que deviam comparecer perante este tribunal são os membros do Governo.

Quando terminei, o magistrado ordenou um intervalo de dez minutos para apreciar a sentença. Antes de sair da sala, olhei para trás, para

[316]

o povo que enchia as galerias. Não acalentava ilusões quanto ao resultado. Decorridos exactamente dez minutos, numa sala carregada de tensão, o juiz condenou-me a três anos por incitamento à greve e dois anos por ter saído do país sem passaporte, no total de cinco anos, sem possibilidade de liberdade condicional. Foi uma sentença dura e ouviram-se choros entre a assistência. Quando o tribunal se levantou, virei-me novamente para a galeria, de punho erguido, e gritei três vezes *Amandla!* A assistência começou então a cantar o nosso belo hino *Nkosi Sikelel' iAfrika*. Quando me levaram da sala, as pessoas cantavam e dançavam e as mulheres ululavam. O clamor que chegava da galeria fez-me esquecer que estava a ponto de cumprir a sentença mais dura jamais imposta na África do Sul por motivos políticos.

Lá em baixo, fui autorizado a despedir-me rapidamente de Winnie, que não tinha o semblante carregado: não chorava e parecia bem-disposta. Confiante, tão camarada de luta como esposa. Estava decidida a levantar-me o ânimo. Ao ser levado no interior do furgão da polícia ainda ouvi o povo gritar *Nkosi Sikelel' iAfrika*.

A prisão não nos tira só a liberdade, procura também roubar-nos a noção de quem somos. Todos envergam o mesmo uniforme, comem a mesma comida, cumprem os mesmos horários. Por definição, é um Estado puramente autoritário, que não tolera a independência e a individualidade. Enquanto homem e combatente da liberdade, é preciso lutar contra as tentativas de nos sonegarem esses direitos.

Levaram - me directamente do tribunal para a prisão de Pretória, a sinistra monstruosidade de tijolo vermelho que eu tão bem conhecia. Só que agora era um preso condenado, não um detido a aguardar julgamento, e fui tratado sem a pouca deferência a que estes tinham direito. Tiraram-me as roupas e o coronel Jacobs teve finalmente o prazer de confiscar o meu traje tribal. Foi-me entregue o uniforme da prisão distribuído aos africanos: um par de calções, uma camisa de caqui grosseiro, um casaco de lona, peúgas, sandálias e um barrete de pano. Os negros são os únicos que recebem calções, pois só os negros são tratados por «rapaz» pelas autoridades.

Declarei que em circunstância alguma envergaria os calções e disse que estava preparado para os processar em tribunal. Mais tarde trouxeram - me o jantar, uma papa de aveia, grossa e fria, com meia colher de açúcar. Recusei-me a comer. O coronel Jacobs ponderou a situação e encontrou uma saída: teria direito a usar calças e a comer a minha própria comida, desde que aceitasse ficar em isolamento.

[317]

- Íamos pôr-te com os outros políticos - disse ele -, mas agora vais ficar sozinho, meu. Espero que gostes.

Respondi-lhe que o isolamento estaria bem desde que pudesse usar calças e comer o que escolhesse.

Durante algumas semanas permaneci totalmente isolado. Não vi o rosto nem ouvi a voz de outro preso. Fechado vinte e quatro horas por dia, com direito a trinta minutos de manhã e à tarde para exercício. Nunca antes tinha estado no isolamento e cada hora parecia arrastar-se por um ano. A cela não recebia luz natural; por cima da minha cabeça, brilhava uma lâmpada, acesa dia e noite. Não tinha relógio e muitas vezes julguei que estava a meio da noite quando ainda era de tarde. Nada tinha para ler, nada com que escrever, ninguém para falar. A cabeça começa a dar voltas sobre voltas, a precisar desesperadamente de focar a atenção sobre qualquer coisa que não seja o próprio indivíduo. Conheço homens que preferiram levar meia dúzia de chicotadas para não serem trancados no isolamento. Ao fim de algum tempo na solitária, até a companhia dos insectos me era aprazível e estive em vias de começar a falar com uma barata.

Havia um carcereiro africano de meia-idade que por vezes aparecia e um dia tentei suborná-lo com uma maçã para o fazer falar.

- *Baba* - disse eu (quer dizer «pai» e é um tratamento que denota respeito -, posso dar-te uma maçã?

Virou-me as costas e respondeu com o silêncio a todas as minhas tentativas de entabular conversa. Por fim, disse:

- Homem, querias calças compridas e comida melhor. Já as tens, mas continuas insatisfeito.

O tipo tinha razão. Não há afronta maior à nossa condição de seres humanos do que a falta de uma companhia humana. Ao fim de algumas semanas engoli o orgulho e fiz saber ao coronel Jackson que estava disposto a trocar as calças por companhia.

Durante aquelas semanas tive tempo de sobra para pensar na minha vida. O lugar de um combatente da liberdade é ao lado da sua gente, não L atrás das grades. Os conhecimentos e os contactos que tinha feito na minha digressão por África não seriam utilizados na luta. Amaldiçoei o facto de os meus saberes não servirem para formar um exército de libertação.

Não tardei a protestar com veemência contra as condições em que me encontrava e a ser transferido para junto dos outros presos. Entre eles estava Robert Sobukwe. O meu pedido foi atendido, acompanhado por um aviso solene do coronel Jacobs de que pagaria caro se retomasse os meus modos arrogantes.

Creio que nunca na vida ansiei tanto pelas papas de aveia frias.

[318]

Para além do desejo de companhia, estava desejoso de falar com Sobukwe e com os outros, na sua maioria pertencentes ao PAC, porque pensei que na prisão poderíamos criar uma unidade que lá fora seria impossível. As condições de vida no cárcere têm o efeito de mitigar as polémicas e levar os indivíduos a ver mais aquilo que os une do que o que os divide.

Quando fui levado para o pátio com os outros, cumprimentámo-nos calorosamente. Para além de Sobukwe, também lá estavam John Gaetsewe, membro destacado do Congresso Sul-Africano de Sindicatos, Aaron Molete, do ANC, que trabalhava no *New Age*, e Stephen Tefu, um conhecido membro do Partido Comunista, sindicalista e filiado no PAC. Robert pediu-me que lhes fizesse um relato do meu périplo africano, ao que acedi de boa vontade. Fui franco quanto à imagem que o ANC e o PAC projectavam no resto da África. No fim da narrativa, disse que havia aspectos que gostaria que analisássemos. Mas depois de a princípio terem permitido alguma proximidade entre mim e Sobukwe, as autoridades tudo fizeram para nos manter afastados. Estávamos instalados em celas individuais ao longo do corredor e atribuíram-nos duas celas nos extremos opostos.

De vez em quando tínhamos oportunidade para conversar, quando nos sentávamos lado a lado no pátio da prisão, a coser e a remendar as nossas velhas sacas de correio. Sempre respeitei Sobukwe e o achei um homem equilibrado e razoável. Mas tínhamos diferenças fundamentais no nosso principal tema de discussão: as condições de vida na prisão. Sobukwe entendia que lutar contra as más condições seria reconhecer ao Estado o direito de nos manter encarcerados. Respondi-lhe que era sempre inaceitável viver em condições degradantes e que ao longo da história os presos políticos tinham assumido o dever de melhorar as circunstâncias da vida dentro das cadeias. Sobukwe retorquiu que essas circunstâncias não se alterariam enquanto o país não mudasse. Eu concordava inteiramente, mas não via razão para que não lutássemos no único domínio que agora estava ao nosso alcance. Nunca resolvemos a disputa, mas fizemos alguns progressos quando enviámos uma carta conjunta ao oficial comandante, na qual listávamos as nossas razões de queixa.

Na prisão, Sobukwe nunca cedeu. Mas em Pretória mostrou-se um tanto susceptível e melindroso, o que atribuo a Stephen Tefu. Tefu era uma espécie de aguilhão para Sobukwe, sempre a picá-lo, a instigá-lo e a pô-lo à prova. Mesmo no melhor dos mundos, Tefu era um tipo difícil, azedo, quezilento, impositivo. Para além de ser coerente, sabedor e especialista na história da Rússia. Acima de tudo era um lutador, mas lutava contra toda a gente, até com os amigos. Tefu e Sobukwe tinham zangas todos os dias.

Eu gostava de discutir política com Sobukwe e um dos temas que escolhi foi o *slogan* do PAC, «Liberdade em 1963». Em 1963 estávamos nós e nada de liberdade.

[319]

- Meu irmão - disse eu a Sobukwe -, nada há tão perigoso para um líder como fazer uma exigência que sabe que não tem meio de impor. Cria falsas esperanças entre o povo.

Disse isto em tom respeitoso, mas Tefu saltou e começou a invectivar Sobukwe.

- Bob, o Mandela chegou para ti. Sabes que ele tem razão.

Tefu prosseguiu neste tom, a irritar Sobukwe ao ponto de este dizer:

- Deixa-me em paz.

Mas Tefu não se calou.

- Bob, as pessoas estão à tua espera. Vão matar-te porque sentem que as enganaste. Não passas de um amador, Bob. Não és um político a sério.

Tefu também fez o que pôde para me desconsiderar. Todas as manhãs, quando os guardas chegavam, Tefu queixava-se de qualquer coisa – da comida, das condições, do calor, do frio. Um dia, um deles perguntou-lhe:

- Ouve lá, por que razão tens de te queixar todas as manhãs?

- Porque o meu dever é protestar - respondeu Steve.

- Olha para o Mandela. Ele não protesta todos os dias.

- Ah - replicou Tefu, desdenhoso -, Mandela é um rapazinho cheio de medo do homem branco. Nem sei quem ele é. Uma manhã acordei e vi que todos os jornais diziam «Mandela, Mandela, Mandela» e disse para comigo «Quem diabo é este Mandela?». Vou dizer quem é o Mandela. É um tipo que o povo inventou por qualquer razão que não consigo perceber. É isso que o Mandela é!

Durante duas semanas tivemos a companhia de Walter, que enquanto estive em Pretória estava a ser julgado em Joanesburgo por incitamento à greve. Foi condenado a seis anos. Na cadeia, tivemos diversas oportunidades para conversar e abordámos o seu pedido de libertação sob fiança enquanto decorria o apelo, um gesto que apoiei calorosamente. Ao fim de duas semanas saiu sob fiança e recebeu instruções do movimento para passar à clandestinidade, de onde devia continuar a luta, o que ele fez.

Pouco depois de Walter ter saído, ia eu para o hospital da prisão na companhia de Sobukwe quando vi Nana Sita no pátio, a uns vinte metros de distância. Sita era o corajoso activista indiano que chefiara a Campanha de Provocação em Boksburg, em 1952, e acabava de ser condenado por um magistrado por se recusar a abandonar a casa em que vivia há mais de quarenta anos, situada numa zona que passara a ser designada por «branca» ao abrigo do Group Areas Act. Muito curvado, os seus pés descalços, apesar da artrite de que sofria, fizeram que me sentisse desconfortável nas minhas sandálias. Gostaria de me ter aproximado dele para o cumprimentar, mas seguíamos escoltados por meia dúzia de guardas.

[320]

De repente, e sem nada que o fizesse prever, perdi os sentidos. Caí pesadamente no chão de cimento e abri um golpe profundo no sobrolho esquerdo, que teve de levar três pontos. No Forte tinha-me sido diagnosticada tensão arterial elevada e haviam-me dado alguns comprimidos. A causa do desmaio era uma dose excessiva destes; retiraram-me a medicação e

submeteram-me a uma dieta sem sal, que resolveu o problema.

Para essa tarde estava prevista a primeira visita de Winnie depois da minha condenação. Com os pontos ou sem os pontos, não a queria perder.

Ficou muito preocupada quando me viu, mas assegurei-lhe que estava bem e expliquei-lhe o que se tinha passado. Contudo, começaram a circular boatos de que a minha saúde se tinha ressentido.

Em Outubro de 1962, durante o julgamento, o ANC realizou a sua primeira conferência anual desde 1959. Como a organização já tinha sido ilegalizada, a conferência teve lugar em Lobatse, do outro lado da fronteira com a Bechuanalândia. A conferência foi um momento marcante, pois assinalou a ligação explícita entre o ANC e o MK. Embora o Comité Executivo Nacional tenha declarado «A nossa ênfase continua a ser a acção política de massas», o Umkhonto foi referido como «o braço armado da nossa luta». Em parte isto aconteceu para tentar mitigar os actos irresponsáveis de terrorismo levados a cabo pelo Poqo. O Poqo, que em xossa significa «independente» ou «aquele que está só», tinha uma ligação mal definida ao P AC e as suas acções terroristas tanto atingiam os negros colaboradores como os brancos. O ANC queria mostrar ao povo a sua nova face militante, mas também queria demonstrar que era comedido e responsável.

Entretanto, o Governo decidira mostrar ao mundo que o *apartheid* permitia a «liberdade» das raças. O protótipo da experiência seria o Transkei. Em Janeiro de 1962, Verwoerd anunciou que a África do Sul tencionava garantir a «autonomia» do Transkei. Em 1963, a região recebeu o estatuto de bantostão autónomo. Em Novembro de 1963 realizaram-se no Transkei as eleições para a assembleia legislativa. Por uma maioria superior a três quartos, os eleitores rejeitaram a política das autonomias regionais.

Mesmo assim, o bantostão foi instituído. Os eleitores tinham-se oposto, mas haviam participado nele pelo simples acto de terem votado. Embora detestasse a ideia dos bantostões, eu entendia que o ANC devia aproveitar o sistema e as pessoas que dele faziam parte para implementar as nossas políticas, especialmente num período em que a maioria dos nossos líderes não tinha meio de fazer ouvir a sua voz ou porque tinham sido presos ou porque estavam proscritos ou no exílio.

Aumentaram os actos terroristas contra as autoridades do sistema e com eles a vigilância do Governo. John Vorster, o novo ministro da Justiça, que estivera preso durante a Segunda Guerra Mundial por se opor à colaboração com os Aliados, era um homem totalmente desprovido de sentimentos. Para ele, o punho de ferro era a melhor e a única maneira de responder à subversão.

No dia 1 de Maio de 1963, o Governo promulgou legislação destinada a «partir a espinha» do Umkhonto, para usar as palavras de Vorster. O General Law Amendment Act, mais conhecido como Lei dos Noventa Dias de Detenção, suprimia o *habeas corpus* e conferia a qualquer agente da polícia o direito de deter uma pessoa sem mandado, apenas por suspeita de crime político. Os detidos podiam ficar presos sem julgamento, sem acusação formulada, sem acesso a advogado nem protecção contra a auto-incriminação por um período que podia ir até noventa dias. E, como Vorster sinistramente avisou, os noventa dias podiam ser prorrogados «até à eternidade». Esta lei foi crucial na transformação do país num Estado policial; nenhum ditador poderia ambicionar poder maior do que aquele que a Lei dos Noventa Dias de Detenção conferia às autoridades. A polícia tornou-se mais brutal, os presos eram rotineiramente espancados e chegavam-me aos ouvidos relatos de choques eléctricos, sufocação e outras formas de tortura. No Parlamento, a única a votar contra a nova lei foi Helen Suzman, representante do Partido Progressista.

A filiação nas organizações ilegais passou a ser mais severamente punida, com sentenças que podiam ir dos cinco anos de prisão até à pena de morte por «implementar os objectivos» do comunismo ou de outras organizações proibidas. Os presos políticos eram objecto de novas detenções, como verifiquei em Maio de 1963 com Sobukwe; cumprida a pena de três anos, em vez de o libertarem as autoridades voltaram a prendê-lo sem acusação formada e mandaram-no para Robben Island.

Vorster foi também o mentor do Sabotage Act, de Junho de 1962, que autorizava a polícia a prender pessoas dentro de sua casa sem direito a contestação em tribunal e que restringia as liberdades dos cidadãos em moldes semelhantes aos das mais encarniçadas ditaduras fascistas. Os actos de sabotagem passavam a ser punidos com um mínimo de cinco anos de prisão não remíveis e podiam acarretar a pena de morte. O decreto foi redigido em termos tão vagos que mesmo actos como invasão de propriedade ou posse ilegal de armas podiam ser considerados sabotagem. Outro decreto proibía a reprodução de qualquer declaração pública feita por um indivíduo proscrito. Nada do que eu

dissesse ou tivesse dito antes podia ser publicado nos jornais. O *New Age* foi encerrado compulsivamente no final de 1962 e a posse de uma publicação proibida passou a ser crime punível com até dois anos de prisão. Foi também decretada a prisão domiciliária, da qual a vítima mais famosa foi a activista política branca Helen Joseph.

Uma noite, por fins de Maio, um guarda veio à minha cela e ordenou-me que embalasse os meus haveres. Perguntei-lhe porquê, mas não me respondeu. Em menos de dez minutos fui escoltado à sala de recepção, onde encontrei mais três presos políticos: Tefu, John Gaetsewe e Aaron Molete. O coronel Aucamp informou-nos secamente que íamos ser transferidos.

- Para onde? - perguntou Tefu.

- Para um sítio muito bonito - respondeu Aucamp. - Onde? - insistiu Tefu.

- *Die Eiland* - respondeu Aucamp.

A ilha. Só havia uma. Robben Island.

Fomos acorrentados uns aos outros e metidos num furgão sem janelas onde havia um único balde sanitário. Rolámos toda a noite em direcção à Cidade do Cabo e chegámos às docas pelo fim da tarde. Para homens acorrentados, não é uma tarefa simples utilizar um balde sanitário dentro de um camião aos solavancos.

Na Cidade do Cabo, o cais regurgitava de polícias armados e de agentes à paisana. Sempre acorrentados, tivemos de ficar de pé no porão do velho *ferry* de madeira, o que não era fácil por causa dos balanços. A única entrada de luz e ar era uma vigia pequena e elevada. A vigia também tinha outra utilidade, servia para os guardas se divertirem a urinar para cima de nós. Ainda havia luz de dia quando nos levaram para a coberta e vimos a ilha pela primeira vez. Muito verde e muito bela, à primeira vista parecia mais um local para passar férias do que uma colónia penal.

Esiquithini. «Na ilha». É assim que se designa em língua xossa o afloramento rochoso varrido pelos ventos que se ergue no mar a doze quilómetros da costa da Cidade do Cabo. Toda a gente sabe de que ilha se está a falar. A primeira vez que ouvi falar dela era ainda criança. Robben Island ficou a

ser conhecida dos xossas depois de Makanna (também chamado Nxele), o gigantesco comandante do exército xossa na Quarta Guerra Xossa, ter lá sido exilado pelos britânicos depois de comandar uma incursão de dez mil guerreiros contra Grahamstown, em 1819. Tentou fugir da ilha de barco, mas afogou-se antes de alcançar a costa. A memória do desastroso episódio está gravada na língua do meu povo como uma «esperança perdida» pela expressão *Ukuza kuka Nxele*.

Makana não foi o primeiro herói africano a ser exilado na ilha. Em 1658, Autshumao, conhecido pelos europeus como Harry the Strandloper¹, foi proscrito por Jan Van Riebeeck na sequência de uma guerra entre os *khoi*

[323]

khoi e os holandeses. A recordação de Autshumao deu-me algum conforto, pois consta que foi o primeiro africano a fugir de Robben Island num bote a remos, com o qual chegou à costa.

O nome da ilha deriva da palavra «foca» em holandês, pois estes animais encontravam-se às centenas, atraídos pela corrente fria de Benguela que corre junto da costa. Mais tarde a ilha serviu como lazareto, manicómio e base naval. Só há pouco tempo o Governo a tinha adaptado novamente a colónia penal.

Tínhamos à nossa espera um grupo de corpulentos guardas brancos que nos gritavam:

- *Dis die Eiland! Hier gaan julle vrek!* (Isto é a ilha! Onde vocês hão-de morrer!)

À nossa frente alongava-se um vasto edifício ladeado por guaritas. No percurso até ao edifício estavam alinhados guardas dos dois lados. Up1a atmosfera extremamente tensa. Um guarda enorme e de cara avermelhada gritou-nos:

- *Hier is ek jou baas!* (Aqui quem manda em vocês sou eu!)

Era um dos famigerados irmãos Kleynhans, tristemente célebres pela sua

brutalidade para com os presos. Os guardas só falavam em africânder. Se lhes respondíamos em inglês, diziam:

- *Ek verstaan nie daardie kafferboetie se taal nie.* (Não percebo essa língua de amigos de pretos.)

Quando íamos a caminho da prisão, os guardas gritaram:

- Dois a dois! - a mandarem-nos seguir aos pares, dois à frente dois atrás. Pus-me ao lado de Tefu. Os guardas começaram a gritar *Haas!... Haas!* Em africânder é uma palavra que quer dizer «mexe-te», mas em geral só se utiliza para fazer andar o gado.

Deram-nos ordem para correr. Voltei-me para Tefu e disselhe entre dentes que devíamos mostrar-lhes quem éramos; se cedêssemos naquele momento ficaríamos para sempre à sua mercê. Tefu concordou com um movimento da cabeça. Tínhamos de lhes mostrar que não éramos criminosos de delito comum, mas presos políticos castigados por delito de opinião.

Com um gesto fiz sinal a Tefu para nos pormos à frente. Diminuímos, a passada para uma marcha deliberadamente lenta. Os guardas estavam incrédulos.

- Oiçam - disse Kleynhans -, isto não é Joanesburgo nem Pretória, isto é Robben Island, e aqui não são toleradas insubordinações. *Haas! Haas!*

Mas nós continuámos em passo lento. Kleynhans mandou-nos parar e postou-se à nossa frente:

- Ouçam lá, se armarem em parvos damos cabo de vocês e as vossas mulheres, os vossos filhos e os vossos pais nunca saberão o que vos aconteceu. É o último aviso. *Haas! Haas!*

[324]

Ao que respondi:

- Você tem as suas obrigações, nós temos as nossas.

Estava decidido a não ceder e não cedemos, porque entretanto já tínhamos chegado às celas. Levaram-nos para uma sala grande num edifício rectangular. O chão estava coberto por uma camada de água com alguns centímetros de profundidade.

Os guardas gritaram:

- *Trek uit! Trek uit!* (Dispam-se! Dispam-se!)

À medida que íamos retirando as peças de roupa os guardas revistavam-nas rapidamente e atiravam-nas para a água. Depois mandaram-nos vestir as roupas encharcadas.

Dois oficiais entraram na sala. O menos graduado era um capitão, chamado Gericke. Desde o primeiro minuto que percebi que estava apostado em nos maltratar. Apontou para Aaron Molete, o mais novo dos quatro, e um tipo correcto e delicado, e disse:

- Por que razão tens o cabelo tão comprido? Aaron não respondeu.

- Estou a falar contigo! - berrou o capitão. - Por que tens o cabelo tão comprido? É contra o regulamento. Tem de ser cortado. Porque não está do comprimento... - Nesse momento apontou para mim e concluiu: - ... do deste rapaz?

- Oiça, o comprimento do cabelo é determinado pelo regulamento... comecei a dizer.

Ainda não tinha acabado e ele já gritava, incrédulo:

- Nunca fales para mim dessa maneira, rapaz! - e avançou para mim. Fiquei assustado. Não é agradável saber que alguém nos vai bater sem que nos possamos defender.

Quando o capitão já estava muito perto, eu disse, com a firmeza que me foi possível:

- Se tiver a ousadia de me tocar arrasto-o por todos os tribunais deste país e quando acabar há-de estar tão pobre como um rato.

Quando comecei a falar o homem deteve-se e quando acabei olhava para mim, boquiaberto. Eu próprio estava um tanto surpreendido. Cheio de medo, tinha falado não por ter coragem, mas em tom de bravata. Às vezes é preciso evidenciar uma audácia que estamos longe de sentir.

- Onde está a tua guia de marcha? - perguntou. Estendi-lhe o documento. Via-se que estava nervoso. - Como é que te chamas?

Indiquei a guia e respondi:

- Está aí escrito.

- Ficas cá quanto tempo?

Apontei novamente o documento e repeti:

[325]

- Está aí escrito.

O capitão baixou os olhos para o papel e exclamou:

- Cinco anos! Sabes o que significa cumprir cinco anos?

- É o que tenho de fazer - respondi. - Estou pronto para cumprir cinco anos, mas não estou disposto a ser maltratado. Tem de respeitar a lei.

Ninguém o tinha informado de que éramos presos políticos nem que eu era advogado. Não dei por isso, mas durante a discussão o outro oficial, um homem alto e discreto, tinha desaparecido. Mais tarde vim a saber que era o coronel Steyn, o comandante de Robben Island. O capitão abandonou a sala, muito menos arrogante do que quando tinha entrado.

Estávamos entregues a nós próprios e Steve, com os nervos em franja, não se conseguia calar.

- Provocámos o bóer. Agora vamos passar um mau bocado.

Ainda estava a falar quando entrou um tipo corpulento, o tenente Pretorius. Para nossa grande surpresa, Pretorius dirigiu-se-nos em xossa, que parecia dominar bastante bem.

- Estivemos a ver os vossos cadastros e não são maus de todo. Excepto o deste - disse, a apontar para Steve. - O teu cadastro é um nojo.

Steve não se conteve.

- Quem é você para falar assim comigo? Diz que tenho um cadastro nojento. Já o estive a ler, não foi? Pois bem, todas essas condenações foram em casos em que lutava pela causa do meu povo. Eu não sou um criminoso. O criminoso é você.

O tenente avisou Steve de que lhe batia se voltasse a interpelá-lo naquele tom. Antes de sair informou-nos que ficaríamos instalados numa cela grande com janelas para o exterior. Mas acrescentou, em tom de ameaça:

- Não quero que falem com ninguém por essas janelas. Especialmente tu, Mandela.

Levaram-nos então para a cela, umas das melhores que já tinha visto. As janelas eram grandes e de fácil acesso. Por algumas delas viam-se os outros presos e os guardas, quando passavam em frente. Era um espaço suficientemente amplo para os quatro, equipado com sanitários e duches.

O dia tinha sido tremendamente cansativo e pouco depois de servida a papa de aveia fria os outros foram dormir. Estava estendido no chão, por cima do cobertor, quando ouvi bater à janela. Olhei e vi um homem branco, que fazia sinal para que me aproximasse. Lembrei-me da recomendação do tenente e não me mexi.

- Nelson, chega aqui - chamou o homem em voz sumida.

O facto de ele saber o meu nome intrigou-me e resolvi arriscar. Cheguei à janela e olhei para ele. Deve ter pensado que eu o julgava branco, porque a primeira coisa que segredou foi:

- Sou um guarda mestiço, de Bloemfontein.

Deu-me notícias da minha mulher. Nos jornais de Joanesburgo tinha sido publicada a notícia de que Winnie me tinha ido visitar à prisão de Pretória e a tinham informado de que eu fora transferido para Robben Island. Agradei -lhe a informação.

- Fumas? - perguntou.

Respondi-lhe que não e ele pareceu desapontado. Ocorreu-me então uma ideia.

- Mas os meus companheiros fumam.

O rosto do homem alegrou-se e disse que voltava daí a pouco tempo com tabaco e sanduíches. Por essa altura já todos estavam acordados. Tefu e John Gaetsewe fumavam, de maneira que dividi pelos dois a onça de tabaco. As sanduíches foram para todos.

Durante os dias seguintes o guarda mestiço apareceu quase todas as noites com tabaco e sanduíches. E todas as noites eu dividia o tabaco entre Tefu e Gaetsewe. O guarda corria um risco tremendo e disse que queria falar só comigo ou então não havia acordo.

Quando chegámos à ilha não fazíamos ideia de quantos presos lá se encontravam. Ao fim de alguns dias viemos a saber que eram cerca de mil homens, todos africanos, todos recém -chegados. A maioria era constituída por presos de delito comum, mas soube que entre eles havia alguns presos políticos. Quis entrar em contacto com eles, mas estávamos em isolamento total. Durante os primeiros dias ficámos fechados e não fomos autorizados a sair para o exterior. Pedimos que nos levassem a trabalhar, como os outros presos, o que nos foi depressa concedido, mas íamos sozinhos, sob a vigilância de Kleynhans. O primeiro serviço de que nos encarregaram foi de tapar os buracos de uma canalização instalada há pouco tempo, numa colina de onde se podia ver parte da ilha, de uma beleza selvagem.

Trabalhámos duramente no primeiro dia, mas a cada dia que passava Kleynhans exigia mais. Fazia -o com rudeza, como se falasse com um cavalo ou uma vaca.

- *Nee, mano Kom aan! Gaan aan!* (Não, homem. Vem para aqui. Vá!)

A certa altura, Steve, que era mais velho do que qualquer de nós, largou a pá e foi ameaçado por Kleynhans. Mas respondeu-lhe em africânder:

- Meu ignorante, que nem a tua língua sabes falar como deve ser, não podes dizer-me o que devo fazer. Trabalho ao ritmo a que posso e pronto.

E com grande dignidade voltou a pegar na pá e retomou o trabalho. Steve tinha sido professor de africânder e não só falava perfeitamente a língua como aquela que lhe tinha dado origem, o holandês. Interpelava os guardas em tom condescendente e num estilo grandiloquente que eles provavelmente nem percebiam. Mas não se atreviam a entrar numa batalha verbal com ele.

[327]

Na ilha havia dois irmãos Kleynhans, ambos com fama de terem agredido presos. O que nos vigiava era o mais velho, que deve ter sido avisado para não se exceder, pois nunca nos tocou. Mas o mais novo não tinha os mesmos constrangimentos. Um dia, quando regressávamos depois de trabalhar numa estrada, passámos por uma numerosa equipa de várias centenas de presos que acartavam areia em carros de mão. Não eram presos políticos e ambos os grupos receberam ordem de se imobilizar enquanto os dois irmãos trocavam algumas palavras; o mais novo ordenou a um dos presos que lhe limpasse as botas enquanto conversava. Reconheci um dos homens do outro grupo como um dos que tinham sido condenados à morte na revolta dos camponeses de 1958, na Sekhukunelândia, e voltei-me para o ver melhor. O irmão mais novo gritou-me que olhasse para o outro lado. Não sei como teria reagido se não estivesse diante dos outros presos, mas o que estava em jogo era o meu orgulho. Recusei-me a voltar a cara. O Kleynhans mais novo avançou para mim com a nítida intenção de me agredir, mas quando já estava perto o irmão agarrou-o, disselhe qualquer coisa ao ouvido e o incidente ficou por ali.

Um dia fomos visitados pelo director da prisão, que era responsável por

toda a ilha e que veio ouvir as nossas reclamações. Theron era um tipo azedo, que não gostava de estar cara a cara com presos. Eu não o queria hostilizar, mas também não tencionava mostrar-me subserviente.

- Estamos agradecidos por nos ter vindo ver - disse eu, a falar em nome do grupo - porque temos uns quantos problemas que de certeza será capaz de resolver.

Enumerei os problemas e, quando acabei, ele disse:

- Vou ver o que posso fazer.

Deve ter pensado que tinha cedido demasiado porque à saída voltou-se para Tefu, que tinha uma barriga enorme, e disse:

- *Jou groot pens sal in die plek verdwyn.* (Essa grande barriga vai desaparecer aqui na prisão.)

Pens é uma palavra que quer dizer «estômago», mas é usada apenas para falar do estômago de animais, como as ovelhas e as vacas. Quando se trata de um ser humano, a palavra para estômago é *maag*.

Steve não gostou da piada e não era homem para deixar passar um insulto.

- Sabe, capitão, não pode fazer nada que realmente me afecte, pois sou um membro da organização política mais revolucionária de todo o mundo, o Partido Comunista, que tem um belo historial ao serviço dos povos oprimidos de todo o globo. Você e o seu infeliz Partido Nacionalista serão cinzas da história enquanto nós continuaremos a governar o mundo. Sou mais conhecido internacionalmente do que o vosso presidente imbecil. Quem é você? Um funcionariozeco que nem merece atenção. Quando sair da prisão já me terei esquecido do seu nome. Theron rodou sobre os calcanhares e saiu.

[328]

As visitas nocturnas do guarda mestiço contribuía imenso para mitigar

a dureza da vida na ilha. Mas apesar desse luxo Steve continuava insatisfeito. Tefu era um fumador inveterado; por vezes passava a noite inteira a fumar e ficava sem tabaco para o dia seguinte. Gaetsewe era mais comedido, e nunca lhe faltava tabaco. Uma noite em que estava especialmente irritado, Tefu invectivou-me:

- Nelson, andas a aldrabar-me. Dás mais tabaco a Gaetsewe do que a mim. Não era verdade, mas resolvi gozar com ele.

- Muito bem. Esta noite, quando receber o tabaco, divido-o em duas porções e depois dou-tas a escolher.

Nessa noite, e nas noites seguintes, separei o tabaco em doses iguais e disselhe:

- Escolhe.

Indeciso, Tefu não sabia o que fazer. Olhava para uma dose e para a outra, sem se decidir. Por fim, pegava numa delas e começava a fumar. Embora o processo me parecesse justo - e divertido - Tefu continuou insatisfeito.

Aproximava-se quando o guarda chegava à janela para ter a certeza de que eu não guardava nenhuma porção de tabaco. Essa atitude incomodava o guarda.

- Olha - disse-me ele -, só faço negócio contigo. É uma questão de segurança.

Respondi-lhe que compreendia e disse a Tefu que não se podia aproximar enquanto negociava com o guarda.

Contudo, quando o homem apareceu nessa noite, Tefu aproximou-se das grades e disselhe:

- A partir de agora quero receber o meu tabaco directamente.

O guarda entrou em pânico.

- Mandela, quebraste o nosso acordo. Não há mais. Nunca mais trago nada. Enxotei Tefu e argumentei com o guarda:

- Deixa lá, o tipo é velho - disse eu, referindo-me a Tefu. - E não regula bem - e apontei a cabeça com o indicador. - Abre uma excepção.

O homem cedeu e entregou-me o que trazia, mas avisou que se a cena se repetisse seria a última vez.

Nessa noite entendi que devia castigar Tefu.

- Vê bem, puseste em risco o nosso abastecimento. Esta noite não recebes tabaco nem sanduíches. Quase nos fizeste perder esses privilégios. Por tanto, não levas nada até ganhares juízo.

Tefu não respondeu.

Nessa noite sentámo-nos a um canto da cela a comer as sanduíches e a ler um jornal que o guarda nos trouxera. Tefu isolou-se num canto oposto

[329]

e adormeceu. Por volta da meia-noite senti uma mão no ombro que me sacudia para acordar.

- Nelson... Nelson...

Era Tefu.

- Nelson, apanhaste-me um ponto fraco. Tiraste-me o tabaco. Sou um velho. Tenho sofrido muito por causa do meu povo. Aqui na prisão o chefe és tu e estás a castigar-me. Não é justo, Nelson.

Acabava de *me* apanhar um ponto fraco. Senti que tinha abusado do poder. Na realidade ele tinha sofrido muito mais do que eu. Ainda não tinha comido metade da minha sanduíche e dei-lha logo. Acordei Gaetsewe - tinha-lhe dado o tabaco todo - e pedi-lhe que o dividisse com Tefu. Tefu não deixou de ser difícil, mas a partir dessa noite portou-se melhor.

Assim que começámos a trabalhar percebi como era a vida dos outros

presos da ilha. As autoridades transferiram alguns presos mais jovens do PAC para celas fronteiras à nossa. À noite conversávamos com eles através da porta de grades. Descobri que entre esses homens se encontrava Nqabeni Menye, um sobrinho meu de Mqhekezweni, que tinha visto pela última vez em 1941, quando ainda era bebê.

Falámos a respeito do Transkei e vieram à baila histórias de família. Uma noite, estavam os amigos reunidos em volta dele, perguntou-me:

- Tio, a que organização pertence?

- Ao ANC, claro.

A minha resposta causou consternação entre os jovens e subitamente os seus rostos desapareceram do postigo. Ao fim de algum tempo o meu sobrinho reapareceu e perguntou-me se alguma vez tinha sido membro do PAC. Respondi que não. Disse então que ouvira dizer que eu tinha aderido ao PAC durante a minha digressão por África. Repeti-lhe que não, que sempre havia pertencido ao ANC e que assim seria sempre. Mais uma vez foi visível o desencanto dos jovens, que voltaram a desaparecer.

Vim a saber mais tarde que a propaganda do PAC propalara a notícia de que eu teria aderido à organização durante a viagem pelo continente. Embora não tenha gostado, não me surpreendeu. Na política nunca se deve subestimar o pouco que as pessoas sabem da situação. Pouco depois o meu sobrinho voltou e perguntou-me se tinha encontrado Sobukwe na prisão de Pretória e falado com ele. Respondi-lhe que sim, que tínhamos tido muitas conversas interessantes. Isto pareceu satisfazê-los. Deram as boas-noites e foram-se embora. Nunca mais os voltei a ver.

Nessa mesma noite apareceu um capitão que nos mandou embalar os nossos pertences. Poucos minutos depois os meus camaradas tinham saído e eu fiquei sozinho na cela. Na prisão, as pessoas sentem-se felizes quando

[330]

podem despedir-se dos camaradas. É possível partilhar um espaço na maior

intimidade durante meses e depois nunca mais voltar a ver a pessoa. É um atentado à natureza humana porque nos força a ser mais reservados e isolados.

Fiquei sozinho e com medo. Por vezes, o número infunde uma sensação de segurança; quando se está só não há testemunhas. Como não me serviram comida, bati com força na porta.

- Carcereiro, não recebi o jantar.

- Tens de me chamar *baas* - foi o grito de resposta.

Passei toda a noite com fome. Na manhã seguinte, muito cedo, levaram-me de regresso a Pretória. O Departamento de Prisões divulgou à imprensa um comunicado em que dizia que eu tinha sido transferido da ilha para minha própria segurança porque os presos do PAC me tencionavam atacar. Uma falsidade óbvia. Levaram-me para Pretória porque tinham os seus motivos para o fazer, como depressa se tornou evidente.

Na prisão Preto ria Local fui metido na solitária. Mas os presos são pessoas cheias de recursos e não tardou que comesse a receber em segredo bilhetes e outras comunicações de algumas pessoas do ANC que lá se encontravam. Recebi uma comunicação de Henry Fazzie, um dos quadros do MK que receberam treino militar na Etiópia e que tinham sido presos ao regressar à África do Sul. Estiveram entre os primeiros membros do ANC julgados ao abrigo do Sabotage Act.

Através do correio secreto da prisão tentei ajudá-los na defesa e sugeri que contactassem Harold Wolpe. Só mais tarde soube que Wolpe estava preso. Foi a primeira vez que me apercebi de que algo de muito grave tinha acontecido. Um dia, quando me levavam do pátio onde tinha estado a fazer exercício, vi Andrew Mlangeni. A última vez que o tinha visto fora em Setembro de 1961, quando ele ia a sair do país para receber instrução militar. Wolpe, Mlangeni, quem mais estaria atrás das grades?

Nos primeiros dias do ano de 1961 Winnie fora alvo de uma proscrição por dois anos. Um dos presos disse-me que ela fora recentemente acusada de violar as restrições impostas, o que poderia acarretar a prisão domiciliária ou a prisão pura e simples. Winnie era obstinada; uma proscrição era precisamente o género de coisa que a deixaria fora de si. Não tive dúvida de que teria violado as regras e nunca a aconselharia a não o fazer, mas estava preocupado com a

possibilidade de ela poder vir a ser presa.

Numa manhã de Julho de 1963, quando percorria o corredor que dava acesso à minha cela, vi Thomas Mashifane, que tinha sido capataz em Liliesleaf Farm. Cumprimentei-o calorosamente, embora tenha percebido que as autoridades o tinham posto naquele corredor para verem se eu o reconhecia. Não consegui agir de outro modo. A sua presença só podia significar uma coisa: a polícia descobrira Rivónia.

[331]

Um ou dois dias depois fui chamado à secretaria da prisão, onde encontrei Walter, Govan Mbeki, Ahmed Kathrada, Andrew Mlangeni, Bob Hepple, Raymond Mhlaba (membro do Alto Comando do MK, recentemente regressado da China, onde fora receber formação militar), Dennis Goldberg (engenheiro e membro do Congresso dos Democratas), Rusty Bernstein (arquitecto e também membro do COD) e Jimmy Kantor (advogado, cunhado de Harold Wolpe). Éramos todos acusados de sabotagem e devíamos ser presentes ao tribunal no dia seguinte. Entretanto, só tinha cumprido nove meses da minha sentença de cinco anos.

Fui juntando as peças e a pouco e pouco percebi o que se tinha passado. Na tarde do dia 11 de Julho, uma furgoneta de uma firma de limpeza a seco entrou no longo caminho que dava acesso à casa da herdade. Em Liliesleaf ninguém tinha feito qualquer encomenda. Um jovem vigilante fez sinal ao veículo para que parasse, para logo ser dominado pelos guardas que saltaram de dentro do furgão. Cercaram a casa e alguns agentes penetraram no edifício principal, onde encontraram uma dúzia de homens debruçados sobre um documento. Walter saltou por uma janela, mas foi detido por um cão-polícia enraivecido. Entre os detidos contava-se Arthur Goldreich, que tinha regressado à quinta durante a incursão da polícia.

A polícia passou busca a toda a propriedade e apreendeu centenas de documentos e de papelada diversa, mas nenhuma arma. Um dos documentos mais importantes era o que estava sobre a mesa: a Operação Mayibuye, um plano de combate da guerrilha na África do Sul. Com um único golpe, a polícia

tinha deitado a mão a todo o Alto Comando do Umkhonto we Sizwe. Foram todos detidos ao abrigo da Lei dos Noventa Dias.

Por sorte, Joe Slovo e Bram Fischer não estavam presentes no momento do assalto. Tanto um como o outro iam à quinta duas ou três vezes por dia. Em retrospectiva, é extraordinário que Liliesleaf não tenha sido descoberta mais cedo. O regime tornara-se mais rígido e sofisticado. As escutas telefónicas já eram moeda corrente, bem como a vigilância vinte e quatro horas por dia. Para o Estado, o golpe desferido foi um triunfo.

No primeiro dia no tribunal não nos foi concedida assistência jurídica. Fomos levados à presença de um magistrado e acusados do crime de sabotagem. Dias mais tarde fomos autorizados a falar com Bram, Vernon Berrangé, Joel Joffe, George Bizos e Arthur Chaskalson, que trabalhavam para nós. Eu continuava alojado longe dos outros porque era um preso condenado, de modo que estas sessões foram uma oportunidade para falar com os meus companheiros.

Bram estava muito pessimista. Na sua voz calma esclareceu-nos que o processo era muito grave e que o Estado já o tinha prevenido de que iria

[332]

pedir o castigo máximo: a pena de morte. Considerando a tensão que pairava no ar, era bem possível que fosse esse o resultado. A partir desse momento, passámos a viver à sombra do cadafalso. A simples hipótese de uma sentença de morte modifica tudo. Desde o primeiro momento que a considerámos a conclusão mais provável do processo. Crimes menos graves que os nossos tinham sido recentemente punidos com a prisão perpétua.

As autoridades prisionais nunca nos deixaram esquecer que podíamos vir a ser enforcados. Nessa noite, um guarda bateu-me à porta da cela, já eu estava a dormir.

- Mandela, não percas tempo a dormir. Vais ter muito, muito tempo para dormir.

Esprei um momento e respondi-lhe:

- Todos nós, e tu também, vamos ter muito, muito tempo para dormir.
Fracca consolação.

No dia 9 de Outubro de 1963 fomos encafuados num furgão fortemente blindado. Ao centro havia uma divisória de aço, a separar os presos brancos dos negros. Fomos levados para o Palácio da Justiça de Pretória, onde reúne o Supremo Tribunal, para a abertura do processo O Estado contra o Alto Comando Nacional e Outros, mais tarde conhecido por O Estado contra Nelson Mandela e Outros e ainda mais conhecido por Processo de Rivónia. Perto do tribunal ergue-se uma estátua de Paul Kruger, o presidente da República do Transval que combateu o imperialismo britânico no século XIX. No pedestal da estátua do herói africânder está uma citação de um dos seus discursos. «É com toda a confiança que apresentamos a nossa causa perante o mundo inteiro. Quer morramos quer saíamos vitoriosos, a liberdade erguer-se-á sobre a África do Sul como o Sol se ergue entre as neblinas matinais.»

O nosso furgão era o centro de uma caravana de camiões carregados de agentes. A dianteira era constituída por limusinas que transportavam as altas patentes da polícia. No Palácio da Justiça era grande o número de agentes armados. Para evitar os ajuntamentos dos nossos apoiantes, que se tinham agrupado diante do edifício, fomos conduzidos pelas traseiras, onde franqueámos grandes portões de ferro. Ao descermos do furgão chegaram-nos aos ouvidos os cânticos da multidão. Lá dentro fomos fechados em celas que ficavam por baixo da sala de audiências, antes da abertura do que foi descrito pela imprensa de todo o mundo como o mais importante processo político da história da África do Sul.

[333]

Ao sairmos das celas, cada um dos réus foi escoltado por dois guardas armados. Quando penetrámos na sala de tecto alto e profusamente ornamentado, cada um por sua vez se voltou para a assistênda e ergueu o punho fechado, na saudação do ANC. Na galeria ouviram-se os gritos de *Amandla! Ngawethu! e Mayibuye Afrika!* Uma recepção estimulante, mas perigosa: a polícia tomou nota do nome e da morada de todos os que se encontravam nas galerias e fotografou-

os à saída. A sala estava à cunha com jornalistas nacionais e estrangeiros e dezenas de representantes de outros governos.

Depois de termos sido registados, a polícia formou um cordão compacto" para nos separar da assistência. Sentime revoltado por comparecer no tribunal com as roupas da prisão, calções de caqui e umas sandálias ordinárias. Por ser um preso condenado não tinha direito a envergar roupas decentes. Mais tarde, foram muitos os que comentaram o meu aspecto lastimável e não foi só por causa do traje. Havia meses que entrava e saía da solitária e tinha perdido mais de doze quilos. Ao entrar na sala tive de fazer um esforço terrível para sorrir para a galeria, mas a visão dos nossos apoiantes foi o melhor dos bálsamos que podia ter recebido.

A segurança tinha sido especialmente reforçada porque, poucas semanas antes, Arthur Goldreich, Harold Wolpe, Mosie Moola e Abdulhay Jassat haviam subornado um guarda e fugido da prisão. Arthur e Harold escaparam para a Suazilândia, disfarçados de padres, donde seguiram de avião para o Tanganhica. A fuga ocorreu num momento de histeria por causa das operações clandestinas e foi objecto de notícia em todas as primeiras páginas. Um embaraço para o Governo e um estímulo para o nosso moral.

O juiz do Processo de Rivónia foi o senhor Quartus de Wet, juiz presidente do Transval, que se sentava sob um baldaquino de madeira, envolto na sua ampla toga vermelha. De Wet tinha sido um dos últimos juízes nomeados pelo Partido Unido antes de os nacionalistas chegarem ao poder e não era considerado um lacaio do Governo. Era um homem de expressão impenetrável e que não suportava gente estúpida. O promotor era o doutor Percy Yutar, vice-procurador-geral do Transval, cuja ambição era chegar a procurador-geral da África do Sul. Era um homem baixo, careca e elegante, cuja voz se tornava estrídula quando se irritava ou emocionava.

Tinha predilecção pela linguagem dramática e grandiloquente, embora por vezes imprecisa.

Yutar levantou-se e dirigiu-se ao tribunal:

- Meritíssimo, o caso seguinte é *O Estado contra o Alto Comando Nacional, e outros*.

Eu era o acusado número um. Yutar entregou a acusação escrita e pediu

que fôssemos de imediato acusados e sumariamente julgados. Era a primeira vez que víamos um exemplar do libelo acusatório. A acusação tinha-o guardado para si, embora tivesse fornecido uma cópia ao *Rand Daily Mail*,

[334]

que a tinha pesgado por inteiro na edição daquele dia. O libelo acusava onze de nós de cumplicidade em mais de duzentos actos de sabotagem destinados a abrir caminho à revolta violenta e a uma invasão armada do país. Para o Estado, éramos agentes de uma conspiração que tinha por fim derrubar o Governo.

Fomos acusados de sabotagem e de conspiração e não de alta traição, porque nesses casos a lei não requeria um longo exame preparatório (altamente favorável à defesa). No entanto, o castigo máximo era o mesmo – a morte por enforcamento. Nos casos de alta traição, o Estado tinha de fazer prova para além da dúvida razoável e precisava de duas testemunhas para corroborar cada uma das acusações. Ao abrigo da Lei de Sabotagem, o ónus da prova revertia para os réus, que tinham de demonstrar a sua inocência.

Bram Fisher levantou-se e pediu ao tribunal um adiamento com o argumento de que a defesa não tinha tido tempo para preparar o seu caso. Fez notar que alguns dos acusados haviam estado presos na solitária por um tempo excessivo e injusto. O Estado estava a preparar-se havia três meses, mas a acusação só nos tinha sido entregue nesse dia. O juiz De Wet concedeu um adiamento de três semanas, até 29 de Outubro.

Nesse primeiro dia fiquei desorientado quando soube que Winnie não tinha podido comparecer. Por causa da proscrição, que a confinava a Joanesburgo, não podia vir ao julgamento sem autorização da polícia. Apresentara um requerimento, que fora indeferido. Fiquei também a saber que passaram busca à nossa casa e que tinham detido um jovem parente dela. Winnie não foi a única a ser molestada. Albertina Sisulu e Caroline Motsoaledi foram detidas ao abrigo da Lei dos Noventa Dias e o mesmo aconteceu a Max, o filho de Walter. Era uma das técnicas mais bárbaras usadas pelo Estado para exercer pressão: meter na prisão as mulheres e os filhos dos combatentes da liberdade. Na prisão, muitos homens conseguiam suportar as atrocidades de que eram vítimas, mas a ideia de que o mesmo poderia acontecer à família era quase

intolerável.

Em seguida, Winnie apelou para o ministro da Justiça, que lhe deu autorização para assistir ao julgamento na condição de não se apresentar em trajes tradicionais. Ironicamente, o mesmo Governo que proclamava à boca cheia que nos queria ver abraçar a nossa cultura nos bantostões proibia Winnie de levar para o tribunal um traje xossa.

Durante as três semanas seguintes foi-nos permitido estar juntos para preparar a defesa. Estava agora junto dos meus companheiros, cuja presença para mim foi um tónico. Na nossa qualidade de presos a aguardar julgamento tínhamos direito a duas visitas de meia hora por semana e a uma refeição diária vinda do exterior. Depressa recuperei o peso perdido, graças aos deliciosos jantares da senhora Pillay.

[335]

Enquanto preparávamos a defesa, o Governo procurava fazer julgar o caso nos jornais. Em regra, um caso que está em julgamento não pode ser comentado em público nem divulgado na imprensa. Mas como os homens detidos em Rivónia estavam cobertos pela Lei dos Noventa Dias e em termos técnicos não estavam acusados de nenhum crime, o princípio foi descurado. Toda a gente nos apontou publicamente como revolucionários violentos, desde o ministro da Justiça até à base da hierarquia. Os jornais publicavam regularmente cabeçalhos como «UMA REVOLUÇÃO MILITAR».

No dia 29 de Outubro voltámos a entrar no Palácio da Justiça; uma vez mais encontrámos uma multidão excitada, a segurança máxima e a sala repleta de dignitários em representação das mais diversas embaixadas. Ao fim de três semanas com os meus companheiros sentia-me rejuvenescido e muito mais à vontade em tribunal, desta vez a envergar um fato. Os nossos advogados tinham-se oposto a que comparecêssemos em tribunal com o uniforme da prisão, pelo que ganhámos o direito de vestir as nossas roupas. Mais uma vez saudámos a assistência com o punho erguido, mas fomos avisados de que se o voltássemos a fazer seríamos obrigados a comparecer com as roupas da prisão. Para evitar essas manifestações, o tribunal inverteu a ordem habitual em que entrávamos na

sala antes do juiz. O juiz passou a entrar primeiro, de modo que quando nós entrávamos o tribunal já estava em sessão.

Passámos imediatamente ao ataque. Bram Fischer criticou o libelo acusatório como um texto mal concebido, mal redigido e contendo afirmações absurdas, como, por exemplo, eu ter participado em certas acções quando estava detido na prisão de Pretória. Yutar ficou desconcertado. O juiz De Wet, olhou para ele, à espera que refutasse Bram, mas em vez de atender à questão o promotor começou com evasivas que o juiz apodou depreciativamente de «discurso político». Impaciente com os rodeios de Yutar, De Wet não se coíbiu de lho dizer.

- Segundo julgo perceber, o fundamento da sua argumentação, senhor Yutar, é que os réus são culpados.

De Wet não deu provimento à acusação e bateu com o martelo para dar a sessão por encerrada.

A partir desse momento estávamos tecnicamente livres e gerou-se um pandemónio no tribunal. Mas ainda o juiz não se tinha levantado da cadeira e já tínhamos sido de novo presos. O tenente Swanepoel bateu no ombro de cada um de nós e declarou:

- Está preso por sabotagem.

Fomos levados de regresso às celas. Mesmo assim, não deixou de ser um golpe de teatro, duro para o Governo, que agora tinha de voltar a formular a acusação daquele a que chamavam o processo que poria cobro a todos os processos.

[336]

O Estado refez a acusação e voltámos a comparecer no tribunal no princípio de Dezembro. Todos tivemos a sensação de que nesse interim o juiz De Wet se tornara mais hostil para connosco. Suspeitámos que a independência anteriormente evidenciada lhe tinha acarretado a cólera do Governo e que tinha sido alvo de pressões. Foram lidas as novas acusações: éramos acusados de ter recrutado pessoas para fazer sabotagens e empreender uma luta de guerrilha com

o fito de desencadear uma revolução violenta; de termos alegadamente conspirado para ajudar forças militares estrangeiras a invadir o território da república em apoio de uma revolução comunista; e de termos solicitado e recebido de terceiros países fundos para esse efeito. As encomendas de explosivos, feitas pelos réus, declarou enfaticamente Yutar, eram suficientes para mandar pelos ares toda a cidade de Joanesburgo.

O escrivão solicitou as nossas alegações. Tínhamos combinado não as fazer da maneira habitual, mas aproveitar a ocasião para mostrar o nosso desprezo por todo o processo.

- Acusado número um, Nelson Mandela, declara-se culpado ou inocente?

Levantei-me e disse:

- Meritíssimo, não sou eu quem devia sentar-se no banco dos réus, mas sim o Governo. Declaro-me inocente.

- Acusado número dois, Walter Sisulu, declara-se culpado ou inocente?

- O Governo é responsável pelo que tem acontecido neste país. Declaro

-me inocente.

O juiz De Wet disse então que não estava interessado em discursos políticos, que só nos podíamos declarar culpados ou inocentes. Mas a recomendação foi ignorada. Cada um dos acusados reiterou a culpabilidade do Governo antes de se considerar inocente.

Para realçar o dramatismo do processo, o Estado combinara a transmissão em directo do discurso de Yutar pela South African Broadcasting System. Tinham colocado microfones na mesa da acusação e em frente do juiz. Mas ainda Yutar pigarreava para aclarar a garganta e já Bram Fischer se erguia para exigir a retirada dos microfones com o argumento de que a transmissão criaria preconceitos no caso e era pouco própria da dignidade do tribunal. Apesar dos apelos patéticos guinchados por Yutar, o juiz De Wet ordenou a remoção dos microfones.

No seu discurso, Yutar afirmou que desde que, tinha passado à clandestinidade, o ANC adoptara uma política de violência que ia desde a

sabotagem à guerrilha e à invasão armada do país. Afirmou que tencionávamos colocar no terreno dezenas de milhar de guerrilheiros armados e treinados e que estas unidades tinham por objectivo desencadear uma revolta que seria seguida por uma invasão de forças militares de outro país.

[337]

- No meio do caos subsequente - proclamou Yutar - os acusados planeavam instituir um Governo Revolucionário Provisório para assumir a administração e o controlo do país.

O motor deste grandioso projecto era o Umkhonto we Sizwe, sob a direcção política do ANC e do Partido Comunista, e o quartel-general do Umkhonto estava localizado em Rivónia.

Em termos floreados, Yutar descreveu como eram recrutados os membros do MK, como tínhamos projectado o levantamento nacional para o ano de 1963 (aqui houve uma confusão com o PAC), como tínhamos montado um poderoso emissor de rádio em Rivónia e como éramos colectivamente responsáveis por duzentos e vinte e dois actos de sabotagem. Afirmou ainda que Elias Motsoaledi e Andrew Mlangeni tinham a seu cargo o aliciamento de recrutas e que Dennis Goldberg estava à frente de uma escola de instrução especial para os militantes, no Cabo. Descreveu em pormenor o fabrico de várias bombas, bem como os pedidos de dinheiro feitos no estrangeiro.

Ao longo dos três meses seguintes o Estado chamou a depor cento e setenta e três testemunhas e fez registar milhares de documentos e de fotografias, incluindo obras consagradas sobre o marxismo, histórias da guerrilha, mapas, planos e um passaporte emitido em nome de David Motsamayi. A primeira testemunha foi o fotógrafo da polícia que tinha feito a cobertura fotográfica de Rivónia e as testemunhas seguintes foram os empregados domésticos da família Goldreich, que estiveram detidos durante todo aquele tempo embora não tivessem a menor ligação com as actividades políticas da família. O pessoal identificou a maioria dos réus apontando-os, mas o idoso senhor Jelliman, numa corajosa tentativa de me ilibar, fingiu que não me viu quando lhe pediram que apontasse o acusado número um. O promotor insistiu para que olhasse outra vez os rostos com a máxima atenção.

- Não me parece que esteja aqui - foi a resposta tranquila de Jelliman. Estávamos curiosos por saber quais seriam as provas a apresentar pelo

Estado para demonstrar a minha culpabilidade. Estivera fora do país e na prisão durante a maior parte do tempo em que a conjura de Rivónia fora arquitectada. Quando encontrara Walter na prisão de Pretória, depois da condenação, tinha instado com ele para que todos os meus livros e cadernos de apontamentos fossem retirados da herdade. Mas durante a primeira semana do julgamento, quando Rusty Bernstein requereu a libertação sob fiança, Percy Yutar exibiu teatralmente o esboço do Forte e os pormenores de fuga que o acompanhavam, que eu tinha feito enquanto lá estava. Yutar proclamou então que aquilo era a prova de que todos os acusados tencionavam fugir. Um sinal de que os meus pertences não tinham sido retirados de Rivónia. Mais tarde soube que os meus companheiros tinham resolvido guardar a nota porque pensavam que no futuro seria um documento histórico. Mas no presente valeu a Rusty Bernstein a recusa do pedido de fiança.

[338]

A principal testemunha da acusação era Bruno Mtolo, ou «Senhor X», como foi designado em tribunal. Ao apresentar o «Senhor X» Yutar informou o tribunal de que o interrogatório levaria três dias e depois, em tom teatral, acrescentou que a testemunha corria «perigo de vida». Yutar pediu que o depoimento fosse feito à porta fechada, mas que a imprensa podia estar presente desde que não revelasse a identidade da testemunha.

Mtolo era um homem alto e bem constituído, dotado de uma excelente memória. lulo e natural de Durban, era o líder do MK na Província do Natal. Sabotador experiente, tinha estado em Rivónia, e só uma vez me encontrara com ele, quando falei perante um grupo de quadros do Natal, depois de regressar da minha digressão pelo continente. As provas que apresentou contra mim fizeram-me perceber que o Estado tinha matéria para me fazer condenar.

Começou por declarar que era sabotador do MK e que tinha feito explodir um edifício municipal, uma torre de alta tensão e uma linha de electricidade. Com uma precisão impressionante explicou como se trabalhava com bombas, minas terrestres e granadas e como o MK operava na

clandestinidade. Disse ainda que, embora nunca tivesse perdido a esperança nos ideais do ANC, tinha perdido fé na organização quando percebera que tanto ela como o ANC se encontravam instrumentalizados pelo Partido Comunista.

O testemunho de Mtolo foi feito com simplicidade e aparente sinceridade, mas foi longe de mais para embelezar o relato, certamente por instruções da polícia. Contou ao tribunal que, durante a minha arenga aos responsáveis do MK no Natal, eu tinha dito que era imperioso que fossem bons comunistas, mas que não revelassem essas opiniões em público. Na verdade nunca disse nada de semelhante, mas a intenção do depoimento era relacionar-me com o MK e com o Partido Comunista. As recordações de Mtolo eram de tal modo precisas que qualquer pessoa acreditaria que dizia a verdade em tudo. Mas não era bem assim.

A traição de Mtolo deixou-me espantado. Nunca tinha descartado a possibilidade de que um membro da hierarquia do ANC pudesse ceder sob tortura. Mas nada parecia indicar que Mtolo tivesse sido maltratado. No banco das testemunhas, fez tudo quanto pôde para incriminar pessoas que nem sequer estavam implicadas no processo. É certo que se pode mudar de opinião, mas trair tantos outros, muitos dos quais eram inocentes, foi para mim um acto imperdoável.

Durante o contra-interrogatório ficámos a saber que Mtolo tinha sido um pequeno criminoso antes de aderir ao MK e que já estivera preso três vezes por roubo. Contudo, e apesar destas revelações, continuava a ser uma testemunha extremamente perigosa, porque o juiz acreditava nele e o seu depoimento implicava-nos quase todos.

[339]

A peça fulcral do caso da acusação era um documento de seis páginas, chamado Plano de Acção, confiscado durante a busca realizada em Rivónia. Os membros do Alto Comando tinham o documento à sua frente quando foram surpreendidos pela polícia. A Operação Mayibuye esboçava em termos gerais o possível começo das operações de guerrilha e a maneira como poderia inflamar um levantamento geral armado contra o Governo. Abordava o desembarque inicial de pequenas forças de guerrilha em quatro locais diferentes da África do

Sul e o assalto a vários alvos escolhidos.

O documento propunha ainda a criação de um exército de sete mil guerrilheiros para receber os cento e vinte operacionais treinados que viriam do exterior.

O caso da acusação assentava em grande parte no pressuposto de que a Operação Mayibuye tinha sido aprovada pelo executivo do ANC e que era o plano operacional do MK. Insistimos que a Operação Mayiubuye ainda não tinha sido oficialmente aprovada e que ainda estava em discussão quando se verificaram as detenções. Para mim, a Operação Mayibuye era não só um projecto que carecia de aprovação como altamente irrealista nos seus objectivos. Nunca acreditei que naquela fase a luta de guerrilhas fosse uma opção viável.

O plano fora gizado na minha ausência, por isso conhecia-o mal. Mesmo entre os acusados de Rivónia havia discordâncias quanto à sua adopção como política do ANC. Govan, que redigira o documento juntamente com Joe Slovo, insistia que tinha havido acordo e não achava bem que afirmássemos em tribunal que ainda estava a ser debatido. Mas todos os outros réus insistiram em que o documento, embora elaborado pelo Alto Comando, não fora aprovado pelo executivo do ANC nem sequer tinha sido visto pelo chefe Luthuli.

Num julgamento em que se incorre na pena capital, o ambiente é geralmente soturno. Contudo, o nosso estado de espírito era elevado. Entre nós, fazíamos muito humor de patíbulo. Dennis Goldberg, o mais novo dos acusados, tinha um sentido de humor irresistível que nos obrigava a rir mesmo quando não devíamos. Quando uma das testemunhas de acusação disse que Raymond Mhlaba usava um cabeção de sacerdote para se disfarçar, Dennis passou a chamar-lhe reverendo Mhlaba.

Na nossa sala de conferências, no piso inferior, comunicávamos frequentemente através de notas que depois queimávamos e atirávamos para o cesto dos papéis. Um dos agentes do Special Branch encarregado de nos vigiar era o tenente Swanepoel, um tipo avantajado, de rosto vermelhusco, sempre desconfiado de que o estávamos a enganar. Um dia, quando Swanepoel nos estava a observar da porta, Govan Mbeki começou a escrever um bilhete com gestos furtivos. Passou-mo depois, com o mesmo exagero de discrição.

Li o papel, acenei afirmativamente com ar pensativo, e passei -o a Kathy, que tirava de modo ostensivo alguns fósforos como se o fosse queimar quando Swanepoel entrou de rompante e lhe arrancou o papel das mãos, com um comentário qualquer acerca do perigo de acender fósforos dentro de casa. Depois saiu da sala para ler o que tinha confiscado. Alguns segundos mais tarde voltou a entrar aos gritos.

- Hãode-se lixar todos por causa disto!

O que Govan tinha escrito era: o SWANEPOEL NÃO É TÃO JEITOSO?

Estávamos dentro da prisão e a lutar pelas nossas vidas, mas lá fora floresciam vidas novas. A mulher de Jimmy Kantor estava prestes a dar à luz. Jimmy era um advogado que o Estado tinha arrolado entre os réus pela única razão de ser cunhado de Harold Wolpe.

Certa manhã, quando estava sentado no banco, chegou-me um bilhete vindo do outro extremo.

Barbara e eu temos andado a pensar em quem hãode ser os padrinhos e chegámos à conclusão de que, seja rapaz ou rapariga, seria para nós uma honra se aceitasses essa responsabilidade para acrescentar a outras, menos respeitáveis, que tiveste no passado.

Mandei-lhe outro bilhete pela volta do correio.

Estou encantado e a honra é minha, não é do bebé. Agora não se atrevem a enforcar-me.

As alegações da acusação prolongaram-se para além do Natal de 1963 e ficaram concluídas a 29 de Fevereiro de 1964. Foi-nos concedido um prazo de pouco mais de um mês para analisar as provas e preparar a defesa. As provas não incriminavam todos por igual. Não havia provas contra James Kantor, que nem sequer era membro da organização e não devia ali estar. Para Rusty Bernstein, Raymond Mhlaba e Ahmed Kathrada, as provas de envolvimento em conspiração eram mínimas e decidimos que não se deveriam incriminar. No caso de Rusty eram simplesmente insignificantes: tinha sido encontrado em Rivónia na companhia dos outros. Os seis que restavam podiam admitir a culpabilidade em certas acusações.

Não era possível Bram estar mais pessimista. Admitiu que mesmo que provássemos que as acções de guerrilha não tinham sido aprovadas e que a nossa política de sabotagens procurava não sacrificar vidas humanas, o Estado poderia continuar a pedir a pena de morte. A equipa da defesa estava

[341]

dividida quanto a sermos ou não chamados como testemunhas. Para alguns, só tornaríamos pior o nosso caso. Contudo, George Bizos afirmou que, a menos que fizéssemos prova e convencêssemos o juiz de que não tínhamos decidido empreender qualquer acção de guerrilha, ele aplicaria de certeza a pena capital.

Desde o primeiro momento que tínhamos deixado claro que tencionávamos aproveitar o julgamento, não para pôr as leis à prova mas como plataforma de divulgação dos nossos ideais. Para dar um exemplo, não procuraríamos negar a autoria de actos de sabotagem, como também não negaríamos que alguns de nós se tinham afastado do caminho da não violência. Não estávamos empenhados em escapar ao castigo nem em mitigar a pena, mas em usar o julgamento para reforçar a causa pela qual lutávamos - fossem quais fossem os custos que isso nos acarretasse. A nossa defesa não assentaria em termos legais, mas em termos morais. O processo seria a continuidade da luta

por outros meios. Estávamos prontos a admitir aquilo que o Estado já sabia e decididos a não dar quaisquer informações que pudessem implicar outras pessoas.

A nossa intenção era contestar a afirmação de que tínhamos enveredado pelo recurso à guerrilha e não admitir a existência de planos contingentes para recorrer a esses meios desde que a sabotagem falhasse. Ora a sabotagem não podia ter falhado porque ainda não tinha sido devidamente implementada. Rejeitaríamos as acusações de homicídio e danos causados a pessoas inocentes, apresentadas pelo Estado; ou se tratava de mentiras ou eram actos de outrem. E nunca tínhamos contemplado a hipótese de intervenção de forças estrangeiras. Para que isto ficasse claro, tornava-se necessário explicar ao tribunal os pormenores da Operação Mayibuye.

No meu caso concreto, o tribunal tinha provas suficientes para justificar uma condenação. Havia documentos escritos pelo meu punho que provavam que saíra ilegalmente do país, angariara treino militar para os nossos homens e estivera na origem da formação do Umkhonto we Sizwe. Havia ainda um documento escrito por mim, intitulado «Como ser um bom comunista», que o Estado alegava ser a prova de que eu possuía cartão do partido. Na realidade o título do documento tinha sido copiado da obra do teórico chinês Liu Shao Chi e fora escrito por mim para demonstrar o meu ponto de vista a Moses Kotane, com quem estivera envolvido num aceso debate sobre a sedução do comunismo para os africanos comuns. Eu sempre tinha afirmado que a literatura comunista era em grande parte monótona, esotérica e dirigida ao Ocidente, e que para as massas africanas teria de ser simples, clara e objectiva. Moses insistira nessa impossibilidade. Para lhe mostrar que estava errado, pegara no ensaio de Liu e reescrevera-o para o público africano.

[342]

Como ia ser o primeiro a responder, o meu depoimento marcaria o tom adoptado pela defesa. Nos tribunais sul-africanos, as provas produzidas no banco das testemunhas só podem ocorrer como resposta a uma pergunta. Mas eu não queria estar condicionado por esse formato. Resolvemos que em vez de testemunhar leria um documento sem sair do banco dos réus, enquanto os outros fariam os seus depoimentos e enfrentariam os contra-interrogatórios.

Como uma declaração feita no banco dos réus não implica contra-interrogatório nem perguntas do tribunal, essa declaração não tem o mesmo peso de um depoimento. As pessoas que optam pela declaração fazem-no em geral para evitar o contra-interrogatório. Os advogados avisaram-me de que a minha situação legal ficaria ainda mais fragilizada, pois tudo quanto argumentasse sobre a minha inocência não poderia ser levado em conta pelo juiz. Mas a nossa prioridade não era essa. Tínhamos a convicção de que seria importante iniciar a defesa com uma declaração dos nossos ideais e políticas que estabelecesse o contexto de tudo quanto viesse a seguir. Eu estava ansioso por esgrimir verbalmente com Percy Yutar, mas o mais importante era aproveitar a plataforma para ilustrar as nossas reivindicações.

Tudo isto foi combinado durante as consultas com os advogados, muitas vezes através de bilhetes escritos, pois a sala estava sob escuta. Chegámos mesmo a aproveitar essas escutas para lhes dar algumas informações falsas. Demos-lhes a ideia de que eu iria testemunhar, para que perdessem tempo a preparar o contra-interrogatório. Numa conversa ensaiada, disse ao nosso advogado Joel Joffe que precisaria dos autos do Processo da Traição para preparar o meu depoimento. Sorrimos à ideia de Yutar a debruçar-se sobre os mais de cem volumes de transcrições do processo.

Precisei de cerca de duas semanas para preparar a minha intervenção, a trabalhar na cela sobretudo à noite. Quando acabei, li-a em primeiro lugar aos meus companheiros de cárcere. Estes concordaram e sugeriram algumas alterações, depois do que a entreguei a Bram Fischer para que a revisse. Quando a leu, Bram ficou preocupado e pediu a opinião de um advogado conceituado, Hal Hanson. O que Hanson lhe disse foi:

- Se Mandela ler isto no tribunal enforcam-no logo nas traseiras.

Este parecer veio confirmar os receios de Bram, que no dia seguinte veio ter comigo para que alterasse o discurso. Ora eu estava convencido de que íamos ser enforcados desse por onde desse, de maneira que pelo menos queria dizer tudo o que pensava. O ambiente estava muito tenso, com os jornais a especular todos os dias sobre a nossa condenação à morte. Bram implorou-me que não lesse os últimos parágrafos, mas não condescendi.

Na segunda-feira dia 20 de Abril, num clima de segurança máxima, fomos levados para o Palácio da Justiça para começarmos a nossa defesa, Winnie estava lá com a minha mãe e, ao entrar na sala, cheia como sempre, fiz-lhes sinal com a cabeça.

Bram declarou então, que os réus não contestariam certos aspectos da acusação. formulada pelo Estado, o que causou agitação no tribunal. Mas continuou, dizendo que a defesa contestaria diversas afirmações da acusação, entre elas que o Umkhonto we Sizwe fosse o braço armado do ANC. Disse que os líderes do MK e do ANC «envidaram todos os esforços no sentido de manter separadas as duas organizações. No que nem sempre foram bem sucedidos, mas [...] tudo foi feito para alcançar esse objectivo». Negou em termos peremptórios que o ANC recebesse ordens do Partido Comunista. Declarou que a defesa iria contestar as alegações de que Goldberg, Kathrada, Bernstein e Mhlaba fossem membros do Umkhonto. Disse ainda que a defesa iria demonstrar que o Umkhonto. não. tinha aprovado a Operação Mayibuye e que o MK não tinha feito preparativos para desencadear uma luta de guerrilha.

- Vai negar isso? - perguntou o juiz De Wet, incrédulo.

- Será negado. - replicou Bram - As provas demonstrarão que embora estivessem em curso preparativos para a guerrilha nunca foi aprovado qualquer plano de acção. Havia a esperança de que esse passo pudesse ser evitado.

Bra, baixou a Voz e prosseguiu:

- O caso da defesa, Meritíssimo, começará com uma declaração proferida a partir do banco dos réus pelo acusado número um, que esteve pessoalmente envolvido na criação do Umkhonto e que poderá informar o tribunal sobre a génese dessa organização.

Ao ouvir isto, Yutar pôs-se de pé num salto. e gritou:

- Meritíssimo! Meritíssimo!

Estava desesperado por me ver sentado no banco das testemunhas e era evidente que se tinha preparado para me contrainterrogar.

- Meritíssimo - prosseguiu, em tom desanimado -, uma declaração feita no banco não tem o mesmo peso que um testemunho prestado sob juramento.

O juiz respondeu secamente:

- Senhor Yutar, creio que o advogado de defesa tem experiência suficiente para aconselhar os seus constituintes sem a sua ajuda.

Yutar voltou a sentar-se.

- Nem nós nem os nossos constituintes ignoramos as disposições do código penal - respondeu Bram. - Chamo o réu Nelson Mandela.

Levantei-me, virado para a mesa, e comecei a ler devagar.

Sou o acusado número um.

[344]

Tenho o grau de Bacharel em Letras e desde há alguns anos que exerço a profissão de advogado em Joanesburgo, em sociedade com o senhor Oliver Tambo. Sou um preso condenado ao cumprimento de uma pena de cinco anos por ter saído do país sem autorização e por incitamento à greve em finais de Maio de 1961.

Admito sem reservas que fui uma das pessoas envolvidas na formação do Umkhonto we Sizwe e que desempenhei um papel importante nas suas actividades até à minha detenção, em Agosto de 1962.

Em primeiro lugar quero esclarecer que a afirmação por parte do Estado, nas suas alegações iniciais, de que a luta na África do Sul é patrocinada por estrangeiros e por comunistas é inteiramente falsa. Tudo quanto fiz, quer como indivíduo quer como líder do meu povo, foi consequência da minha experiência de vida na África do Sul e do orgulho que sinto no meu passado africano, e não por instigação de qualquer entidade externa.

Durante a minha juventude no Transkei, ouvi os anciãos da minha tribo

contar histórias de outros tempos. Entre as histórias que me contaram falaram-me das guerras que os nossos antepassados travaram em defesa da nossa terra. Os nomes de Dingane e Bambatha, de Hintsa e Makanna, de Squnghi e Dalasile, de Moshoeshoe e de Sekhukhuni eram venerados como o orgulho e a glória de toda a nação africana. Sempre esperei que a vida me desse a oportunidade de servir o meu povo com o meu humilde contributo para a causa da liberdade. Foi isto que me motivou a fazer o que fiz em relação às acusações que me são dirigidas neste caso.

Dito isto, passo a abordar directamente e com algum pormenor a questão da violência. Algumas coisas que até agora foram ditas neste tribunal são verdadeiras, outras não. Contudo, não nego ter planeado acções de sabotagem. Não o fiz de forma irreflectida e temerária, nem por nutrir apreço pela violência. Foram actos planeados em resultado de uma avaliação sóbria da situação política que decorre de muitos e muitos anos de tirania, exploração e opressão do meu povo pelos brancos.

A minha intenção era instilar no tribunal a convicção de que não tínhamos agido irresponsavelmente e sem pensar nas implicações colaterais da acção violenta. Imprimi especial ênfase à nossa decisão de não pôr em risco vidas humanas.

Dentro do ANC sempre advogámos uma democracia sem discriminação racial e abstinemo-nos de qualquer acção que pudesse cavar ainda mais o fosso que separa as raças. Mas a realidade dura dos factos mostrou-nos que cinquenta anos de protestos pacíficos só trouxeram

[345]

ao povo africano legislação mais repressiva e cada vez menos direitos. Este tribunal poderá ter dificuldade em perceber, mas a verdade é que há muito tempo que as pessoas falam em recorrer à violência - do dia em que poderão enfrentar o homem branco e recuperar a terra que lhes pertence, e nós, dirigentes do ANC, temos apesar disso conseguido convencê-las a não usar a violência e a preferir os métodos pacíficos. Quando alguns de nós discutimos este assunto em Maio e

Junho de 1961, era inegável que a nossa política de alcançar um Estado sem discriminação racial por meios não violentos se tinha gorado por completo e que os nossos seguidores começavam a perder confiança nessa política e a acalentar ideias de terrorismo [...]

O Umkhonto foi formado em Novembro de 1961. Quando tomámos essa decisão e elaborámos os planos subsequentes, tínhamos presente o legado de harmonia racial e de não violência próprio do ANC. Sentimos que o país estava a ser arrastado para uma guerra civil entre negros e brancos. Estávamos alarmados com a situação. A guerra civil significaria a destruição de tudo por quanto o ANC se bateu; com uma guerra civil em curso, a harmonia entre as raças seria mais do que nunca difícil de alcançar. Na história da África do Sul tínhamos exemplos bastantes das consequências da guerra. Foram precisos mais de cinquenta anos para que as feridas da guerra anglo-bóer desaparecessem. Quantos mais seriam necessários para erradicar as cicatrizes de uma guerra entre raças, que nunca poderia ser levada a cabo sem grande perda de vidas?

A sabotagem, disse eu, permitia encarar melhor o futuro relacionamento entre as raças. Mas a reacção dos governantes brancos às nossas primeiras acções tinha sido rápida e brutal: a sabotagem passara a ser classificada como crime punível com a morte. Não queríamos a guerra civil, mas tínhamos de estar preparados para ela.

A experiência convenceu-nos de que a rebelião proporcionaria ao Governo a oportunidade de proceder a massacres indiferenciados contra o nosso povo. Mas foi precisamente pelo facto de o solo de África já estar empapado com o sangue de africanos inocentes que sentimos como nosso dever iniciar os preparativos para uma acção a longo prazo que nos defendesse dos actos de força. Se a guerra era inevitável, queríamos que fosse travada nas condições mais favoráveis para o nosso povo. O tipo de combate que nos oferecia melhores perspectivas e o que implicava menor perda de vidas para ambos os lados era a guerrilha. Foi por isso que, nos nossos preparativos para o futuro, resolvemos incluir a possibilidade das acções de guerrilha.

Todos os brancos cumprem um serviço militar obrigatório, mas os africanos não. Segundo o nosso ponto de vista, era essencial construir um núcleo de homens treinados, capazes de assumir a chefia para a hipótese do começo da guerrilha. Tínhamos de nos preparar para essa situação antes que fosse demasiado tarde.

Esclareci depois que quando as discussões atingiram este nível eu tinha saído do país para participar na conferência da PAFMECSA e receber instrução militar. Se viesse a haver guerrilha, queria estar preparado para lutar ao lado do meu povo. Todavia, parecia-me que as possibilidades da sabotagem estavam longe de exauridas e que o método devia ser prosseguido com vigor.

Referi ao tribunal a existência de uma linha divisória entre o ANC e o MK e as nossas tentativas bem-intencionadas para manter as duas organizações separadas. Era essa a nossa política, mas na prática as coisas não eram tão simples. Por causa das detenções e das proscricções, as mesmas pessoas viam-se obrigadas a trabalhar para as duas entidades. Embora isto por vezes tivesse contribuído para esbater as fronteiras, nunca as tinha suprimido. Refutei ainda as alegações do Estado de que os objectivos do ANC e do Partido Comunista eram os mesmos.

O ideário do ANC é, e sempre foi, o nacionalismo africano. Não é um conceito de nacionalismo que se exprima no grito «Expulsemos os brancos para o mar». O nacionalismo africano advogado pelo ANC é um conceito de liberdade e de realização para os africanos na sua própria terra. O mais importante documento político adoptado pelo ANC é a Carta da Liberdade. Que não é nada que se pareça com o projecto de um estado socialista [...] Em período algum da sua história o ANC defendeu alterações à estrutura económica do país nem, tanto quanto me recordo, alguma vez condenou a sociedade capitalista [...]

Diferentemente do Partido Comunista, o ANC só aceitava africanos para seus membros. O seu objectivo principal era e é a conquista da unidade e dos direitos políticos de todo o povo africano. Por seu lado, o objectivo do Partido Comunista era a substituição do Governo capitalista por outro, oriundo das classes trabalhadoras. O Partido Comunista sempre procurou enfatizar as distinções de classe, enquanto o ANC só procurou harmonizá-las.

É verdade que por vezes houve colaboração estreita entre o ANC e o Partido Comunista. Mas essa colaboração só demonstra a existência de um objectivo comum - neste caso o fim da supremacia branca - e não prova uma absoluta comunhão de interesses. A história do mundo está repleta de exemplos semelhantes. Talvez a mais flagrante seja a cooperação

[347]

entre a Grã-Bretanha, os Estados Unidos da América e a União Soviética na guerra contra Hitler. Ninguém, a não ser o próprio Hitler, seria capaz de afirmar que essa colaboração fazia de Churchill e de Roosevelt comunistas ou instrumentos do comunismo, ou que a Grã-Bretanha e a América estavam empenhadas na construção de um mundo comunista [...]

Compreendo que seja difícil para os sul-africanos brancos, com um preconceito enraizado contra o comunismo, perceberem como é que políticos africanos experientes aceitaram tão prontamente a amizade dos comunistas. Mas para nós a razão é óbvia. As diferenças teóricas entre os que combatem a opressão são um luxo a que não nos podemos entregar nesta fase. Mais importante ainda, durante muitas décadas os comunistas foram o único grupo político organizado da África do Sul disposto a tratar os africanos como seres humanos seus iguais, que comiam connosco, que falavam connosco, que viviam e trabalhavam ao nosso lado. Por causa disso, há hoje muitos africanos para quem comunismo e liberdade são a mesma coisa.

Expliquei ao tribunal que não era comunista e sempre me tinha considerado um patriota africano. Não neguei que me sentia atraído pela ideia de uma sociedade sem classes nem que tinha sido influenciado pelo pensamento marxista. Era uma verdade comum a muitos dirigentes dos novos estados independentes da África, que aceitavam a necessidade de uma certa forma de socialismo para permitir ao povo alcançar as sociedades mais desenvolvidas do Ocidente.

Das minhas leituras e das conversas que tive com marxistas, fiquei com a impressão de que os comunistas consideram o sistema parlamentar ocidental

reaccionário e não democrático. Eu, pelo contrário, sou um admirador desse sistema.

A Magna Carta, a *Petition of Rights* e o *Bill of Rights* são documentos venerados pelos democratas de todo o mundo. Tenho o máximo respeito pelas instituições políticas britânicas e pelo sistema judicial desse país. Considero o Parlamento Britânico a instituição mais democrática do mundo e a independência e a imparcialidade do seu sistema judicial nunca deixaram de causar a minha admiração. O Congresso americano, a doutrina da separação de poderes e a independência da justiça americana merecem-me os mesmos sentimentos.

Descrevi com pormenores a horrível disparidade das vidas dos negros e dos brancos na África do Sul. Na educação, na saúde, nos rendimentos, em todos os aspectos da vida, os negros mal chegavam ao nível da subsistência enquanto os brancos tinham o nível mais elevado do mundo - e

[348]

faziam tenção de manter as coisas nesse pé. Muitas vezes os brancos têm afirmado, disse eu, que na África do Sul os negros têm uma vida melhor do que no resto do continente. E prossegui, dizendo que se somos pobres não é por comparação com o resto de África, mas porque nos comparamos com os brancos do nosso país, e que a legislação nos impede de corrigir esse desequilíbrio.

A falta de dignidade humana vivida pelos africanos é uma consequência directa das políticas de supremacia branca. A superioridade dos brancos implica a inferioridade dos negros. A legislação destinada a preservar essa supremacia consolida esta ideia. Na África do Sul, os trabalhos subalternos são invariavelmente desempenhados por africanos. Quando é preciso transportar ou limpar alguma coisa o homem branco olha em volta em busca de um africano que o faça, quer esse africano seja seu empregado ou não [...]

A pobreza e a ruptura da vida familiar têm efeitos secundários. As crianças vagueiam pelas ruas dos subúrbios porque não têm uma escola onde

estar, nem dinheiro que lhes permita ir à escola, nem pais em casa que as vigiem, porque tanto o pai como a mãe (nos casos em que ambos existem) têm de trabalhar para manter a família. Isto leva a uma degradação dos padrões morais, ao aumento gritante dos filhos ilegítimos e a uma violência que se manifesta, não só no domínio da política, mas por toda a parte [...]

Os africanos querem ter direito a um quinhão justo da África do Sul; querem ter segurança e uma voz activa na sociedade. Acima de tudo querem direitos políticos iguais, pois sem eles as suas dificuldades serão permanentes. Sei que aos ouvidos dos brancos deste país isto soa a revolucionário, porque a maioria dos eleitores passaria a ser formada por africanos. É por isso que o homem branco tem medo da democracia [...]

É por isto que o ANC tem lutado. É uma luta de âmbito nacional. É um combate do povo africano, inspirado pelo seu próprio sofrimento e pela sua experiência. É um combate pelo direito à vida.

Até então tinha estado a ler o texto, mas chegado a esta passagem pousei os papéis sobre a mesa e olhei para o juiz. Na sala fez-se um silêncio tumular. Ao proferir as últimas frases do meu discurso, que sabia de cor, não afastei os olhos do juiz De Wet.

Dediquei toda a minha vida à luta do povo africano. Lutei contra o domínio dos brancos, tal como lutei contra o domínio dos negros. Sempre defendi o ideal de uma sociedade democrática e livre, em que todas

[349]

as pessoas vivam juntas e disponham das mesmas oportunidades. É por esse ideal que espero viver, para um dia o concretizar. Mas, se tal for necessário, é um ideal pelo qual estou preparado para morrer.

A sala mergulhou num silêncio absoluto. Quando acabei de falar, sentei-me. Não me voltei para a galeria, embora sentisse todos os olhares fixados em mim. O silêncio pareceu arrastar-se por vários minutos. Mas na verdade não

deve ter durado mais de uns trinta segundos, até que da galeria veio o som de um profundo suspiro, um «hummmm» colectivo, a que se seguiu o choro das mulheres.

Tinha estado a ler durante quatro horas. Já passava um pouco das quatro da tarde, hora a que normalmente as sessões eram interrompidas. Mas o juiz De Wet, depois de restabelecida a ordem na sala, chamou a testemunha seguinte. Estava decidido a atenuar o impacte das minhas palavras. Não queria que fosse a única e derradeira intervenção do dia. Mas nada do que pudesse fazer atenuaria o efeito. Quando acabei de falar e me sentei foi a última vez que o juiz De Wet me olhou olhos nos olhos.

O discurso foi amplamente divulgado tanto na imprensa nacional como na estrangeira e publicado palavra por palavra no *Rand Daily Mail*. E isto apesar de ser proibido publicar o que eu dizia. O discurso não só revelava a linha que viria a ser seguida pela defesa como desarmou a acusação, que estava preparada para fundamentar o seu caso na nossa negação de responsabilidade pelos actos de sabotagem. Tornou-se evidente que não iríamos tentar qualquer manobra jurídica para nos esquivarmos à responsabilidade pelas acções que tínhamos realizado com orgulho e premeditação.

Walter Sisulu, o acusado número dois, falou em seguida. Walter teve de suportar o embate do contra-interrogatório que Yutar preparara para mim. Enfrentou uma barragem de perguntas hostis e ergueu-se acima das expectativas mesquinhas de Yutar ao explicar a nossa política em termos simples e claros. Declarou que a Operação Mayibuye e o recurso à guerrilha não tinham sido aprovados pelo ANC e explicou ao tribunal como ele próprio se tinha oposto a essas medidas na presunção de que seriam prematuras.

A Walter seguiu-se Govan no banco. das testemunhas, onde orgulhosamente confirmou perante o tribunal a sua filiação de há muito no Partido Comunista. Quando o promotor lhe perguntou por que razão, se admitia a culpabilidade em alguma das quatro acusações que lhe eram movidas, não se declarava simplesmente culpado, Govan respondeu:

- Em primeiro lugar entendi que devia comparecer sob juramento para explicar algumas das razões que me levaram a aderir a essas organizações. Foi um sentimento de dever moral. Em segundo lugar, pela simples razão de que ao

declarar-me culpado isso cor responderia a uma culpabilidade moral.

[350]

Mas rejeito qualquer culpabilidade moral que se pretenda associar às minhas respostas.

Tal como Govan, Ahmed Kathrada e Rusty Bernstein confirmaram a sua condição de membros do Partido Comunista e do ANC. Embora tivesse sido capturado em Rivónia durante a incursão da polícia, a única prova que o Estado possuía contra Rusty era de ter ajudado a montar um emissor de rádio na herdade. No seu depoimento inteligente, Kathy negou ter cometido acções de sabotagem ou ter incitado outros a fazê-lo, mas declarou estar de acordo com essas acções desde que fossem um contributo para a luta.

Tínhamos ficado surpreendidos quando James Kantor, o acusado número oito, fora preso e junto a nós. Para além de ser cunhado e sócio de Harolp Wolpe, cujos serviços já havíamos usado, não tinha qualquer envolvimento com o ANC ou o MK. Não havia provas contra ele e presumi que a única razão que levava o Estado a manter aquela charada de o acusar e manter na prisão era intimidar os advogados progressistas.

No dia em que o juiz De Wet se devia pronunciar sobre o caso de Jimmy, estávamos a aguardar nas celas por baixo da sala de audiências quando lhe disse:

- Vamos trocar de gravatas para te dar sorte.

Mas quando olhou para a velha gravata larga antiquada que lhe dei e a comparou com a de seda que me estendeu, deve ter pensado que eu só estava a tentar melhorar o guarda-roupa. Jimmy era um homem que se vestia com elegância, mas nem por isso deixou de usar a gravata no tribunal e quando o juiz De Wet rejeitou as acusações que lhe eram dirigidas levantou a gravata para mim, num gesto de saudação e despedida.

Raymond Mhlaba era uma das figuras mais importantes do ANC e do MK no Cabo Oriental, mas como o Estado não tinha provas sólidas para o incriminar negou pertencer ao MK e nada saber a respeito de sabotagens. Tínhamos decidido que Elias Motsoaledi, o acusado número nove, e Andrew

Mlangeni, o acusado número dez, não fariam qualquer depoimento na qualidade de testemunhas. Eram membros inferiores na hierarquia do MK e pouco poderiam acrescentar ao que já tínhamos dito. Apesar de torturado e espancado na prisão, Elias Motsoaledi nunca cedeu. Andrew Mlangeni, o último dos acusados, fez um depoimento sem juramento em que admitiu ter transportado mensagens e instruções para o MK e de se ter disfarçado de sacerdote para facilitar o trabalho. Também declarou em tribunal ter sido brutalizado na prisão e sujeito a choques eléctricos. Andrew foi o último a falar. A defesa descansou. Só faltavam as argumentações finais e a sentença.

A 20 de Maio, Yutar entregou à imprensa uma dúzia de volumes encadernados a azul contendo o seu discurso final, e um à defesa. Apesar da

[351]

embalagem requintada, o discurso de Yutar foi um resumo atabalhoado do caso e não explicava as acusações formuladas nem apresentava provas. Estava repleto de insultos de natureza pessoal. Em determinada altura, o texto era o seguinte: «O logro dos acusados é espantoso. Embora representem apenas cerca de um por cento da população banta da África do Sul, assumem o direito de proclamar ao mundo que na África do Sul os negros são eliminados, suprimidos e maltratados.» Até o juiz De Wet pareceu intrigado com o discurso de Yutar, a ponto de em determinado momento o ter interrompido para perguntar:

- Senhor Yutar, reconhece que não conseguiu provar que as acções de guerrilha foram efectivamente aprovadas, não é?

Yutar ficou siderado. Tinha presumido exactamente o oposto. Nós também ficámos surpreendidos, pois a pergunta do juiz instilou-nos alguma esperança. Em tom hesitante, Yutar insistiu com o tribunal em que tinham sido realmente feitos preparativos para desencadear a guerrilha.

- Eu sei que sim - atalhou De Wet, impaciente - e a defesa admite isso. Mas também disseram que antes de serem presos não tomaram a decisão de enveredar pelas acções de guerrilha. Presumo que não tem nenhuma prova que contrarie essa afirmação e que a aceita, ou não é?

- Como V. Ex.^a melhor entender - gaguejou Yutar em resposta.

Yutar terminou, afirmando que o processo não era apenas um caso de alta traição «por excelência», mas também de homicídio e de tentativa de homicídio, que não constavam do libelo acusatório. Num excesso de jactância, proclamou:

- Atrevo-me a afirmar que todas as acusações formuladas foram provadas. Ao pronunciar estas palavras sabia muito bem que eram uma rotunda falsidade.

O advogado de defesa Arthur Chaskalson levantou-se para abordar algumas questões jurídicas suscitadas pela acusação. Refutou a afirmação de Yutar de que o processo tivesse alguma coisa a ver com homicídios e recordou ao tribunal que era política expressa do MK não causar perda de vidas. Quando Arthur começou a explicar que outras organizações teriam cometido actos de sabotagem que estavam a ser assacados aos réus, De Wet interrompeu-o para dizer que já tinha aceite isso como um facto. Mais uma vitória inesperada.

Em seguida falou Bram Fischer, pronto para rebater as duas afirmações mais graves da acusação: que tínhamos decidido empreender uma guerra de guerrilha e que o ANC e o MK eram uma e a mesma coisa. Embora De Wet tivesse dito que acreditava que a guerrilha ainda não tinha começado, não queríamos arriscar. Mas assim que Bram abordou o primeiro ponto De Wet interrompeu-o, algo irritado:

[352]

- Pensava que tinha deixado bem claro o meu pensamento. Aceito que não foram fixadas nem datas nem termos para o início da guerrilha.

Quando Bram abordou o segundo ponto, De Wet voltou a interrompê-lo para dizer que reconhecia que se tratava de duas entidades distintas. Bram, que em geral estava preparado para tudo, não estava de todo em todo à espera da reacção de De Wet. Sentou-se. O juiz acabava de aceitar os seus argumentos antes mesmo de os ter apresentado. Ficámos contentíssimos se é que homens que aguardam uma condenação à morte podem sentir-se contentes. O julgamento foi suspenso por três semanas enquanto De Wet ponderava a sentença.

O mundo prestou atenção ao Processo de Rivónia. Em Londres, na Catedral de S. Paulo, houve vigílias durante noites inteiras pela nossa causa. Os alunos da London University elegeram-me *in absentia* presidente da União dos Estudantes. Um grupo de especialistas da ONU fez pressões no sentido de que se realizasse urgentemente uma convenção nacional na África do Sul que desse origem a um parlamento verdadeiramente representativo e recomendou uma amnistia para todos os opositores ao *apartheid*. Dois dias antes de De Wet pronunciar a sentença, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou uma resolução (com quatro abstenções, entre elas as da Grã-Bretanha e dos EUA) em que pedia à África do Sul que pusesse termo ao processo e amnistiasse os réus.

Nos dias que antecederam o nosso regresso ao tribunal, redigi os trabalhos para os exames de obtenção do meu LLB na London University. Pode parecer estranho que me submetesse a exames poucos dias antes do veredicto. Para os carcereiros era certamente bizarro e não se coíbiavam de dizer que para onde ia não precisava de fazer exames. Mas obstinei-me nessa questão e mais tarde percebi que era um meio de me abstrair de pensamentos negativos. Sabia que tão depressa não voltaria à advocacia, mas não queria pensar na alternativa. Fui aprovado nos exames.

Na quinta-feira, 11 de Junho, voltámos ao Palácio da Justiça para ouvir a leitura da sentença. Sabíamos que para seis de nós o veredicto só poderia ser de culpado. O que estava em causa era a pena.

De Wet não perdeu tempo. Falou depressa e em voz baixa.

- Registei as razões que me levaram às conclusões a que cheguei. Não faço tenção de as ler em voz alta. O acusado número um é considerado culpado dos quatro crimes. O acusado número dois é considerado culpado dos quatro crimes. O acusado número três é culpado dos quatro crimes...

De Wet enumerou os réus considerados culpados de todas as acusações. Kathy foi considerado culpado em apenas uma e Rusty Bernstein foi declarado inocente.

- Não tenciono abordar hoje a questão da sentença - disse De Wet. - Tanto o Estado como a defesa terão oportunidade de apresentar os requerimentos que entenderem amanhã às dez horas.

A sessão foi suspensa.

Tínhamos acalentado a esperança de que Kathy e Mhlaba fossem absolvidos, mas era mais um sinal, se algum fosse preciso, de que o Estado estava decidido a actuar com dureza. Se era possível condenar Mhlaba pelos quatro crimes com tão poucas provas, não queria isso dizer que a pena de morte espreitava aqueles contra quem as provas eram esmagadoras?

Nessa noite, depois de uma acesa discussão entre nós, Walter, Govan e eu informámos os nossos advogados de que não tencionávamos recorrer da sentença, mesmo que fosse a pena de morte. Esta decisão deixou-os espantados. Walter, Govan e eu acreditávamos que o recurso abalaria a estatura moral da posição que tínhamos assumido. Desde o princípio que nos tínhamos declarado orgulhosos dos nossos actos, escudados numa base moral. Não iríamos alterar essa posição num recurso. Se nos fosse decretada uma sentença de morte não queríamos embaraçar a campanha de massas que certamente se desencadearia. Na linha da atitude de audácia e desafio que tínhamos assumido, um recurso seria contraproducente e motivo de desilusões. A nossa mensagem era que não havia sacrifício que a liberdade não merecesse.

Os advogados não se deram por satisfeitos e tentaram convencer-nos a falar sobre o recurso. Mas Walter, Govan e eu só queríamos falar sobre os procedimentos da sentença do dia seguinte. Se fôssemos condenados à morte, o que aconteceria de seguida? Esclareceram-nos que, depois de De Wet pronunciar a sentença de morte, me perguntaria, na minha qualidade de réu número um:

- Tem alguma razão a opor à sentença de morte?

Respondi a Bram, Joel e Vernon que se fosse esse o caso muito teria a dizer. Diria a De Wet que estava preparado para morrer com a certeza de que a minha morte serviria de estímulo para a causa pela qual dava a minha vida. A minha morte - as nossas mortes - não seria em vão. Serviríamos melhor a causa como mártires do que jamais o tínhamos feito em vida. Os advogados retorquiram que semelhante discurso não seria muito apropriado para um apelo e eu reafirmei que não queríamos recorrer da sentença.

Mesmo que não nos fosse aplicada a pena de morte, e muito especialmente nesse caso, havia bons motivos para não recorrer da sentença. Antes

[354]

do mais porque podíamos perder. O tribunal de recurso podia entender que De Wet tinha sido demasiado brando e que merecíamos a pena de morte. Além de que o recurso atrasaria as pressões internacionais para a nossa libertação.

Para o Estado, a sentença mais prática seria a condenação à morte. Tínhamos ouvido dizer que John Vorster, o ministro da Justiça, confidenciara a alguns amigos que o maior erro do primeiro-ministro Smuts durante a Segunda Guerra Mundial tinha sido não o mandar enforcar por traição. Segundo ele, os nacionalistas não cometeriam o mesmo erro.

Estava preparado para a pena de morte. Para se estar preparado para uma situação dessas, é preciso esperar realmente que ela aconteça. Não podemos estar preparados para uma coisa que em segredo temos esperança de que não venha a acontecer. Estávamos todos preparados, não porque fôssemos corajosos, mas porque éramos realistas. Veio-me à cabeça um verso de Shakespeare: «Sê absoluto perante a morte e tanto a morte como a vida serão mais doces.»

Na sexta-feira 12 de Junho de 1964 comparecemos pela última vez no tribunal. Já se passara perto de um ano desde as funestas detenções de Rivónia. A segurança não podia ser mais apertada. A caravana em que seguíamos percorreu as ruas ao som ululante das sirenes. Todas as ruas que davam acesso ao tribunal haviam sido vedadas ao trânsito. A polícia verificava a identidade de todos os que tentavam aproximar-se do Palácio da Justiça. Tinham mesmo instalado postos de controlo nas paragens de autocarro e estações de comboio. Apesar deste aparato intimidativo, mais de duas mil pessoas se juntaram em frente do tribunal, a agitar bandeiras e cartazes onde se lia «ESTAMOS COM os NOSSOS LÍDERES». Lá dentro, a galeria estava repleta e só havia lugares de pé para a imprensa nacional e internacional.

Acenei a Winnie e à minha mãe. Era bom vê-las ali; a minha mãe tinha vindo de muito longe, do Transkei. Deve ser uma sensação estranha entrar numa sala de audiências para saber se o filho foi ou não condenado à morte. Embora desconfie que ela não tenha percebido tudo quanto se estava a passar, nunca vacilou no seu apoio. Winnie também foi firme como uma coluna e a sua força ajudou-me a resistir.

a escrivão anunciou o processo: «O Estado contra Mandela e Outros». Antes de a sentença ser proferida, houve lugar a dois pedidos de moderação das penas. O primeiro foi de Harold Hanson e o segundo de Alan Paton, presidente do Partido Liberal. Hanson foi eloquente, afirmando que

[355]

as injustiças de uma nação nunca poderão ser abafadas, pois as pessoas encontrarão sempre meio de lhes dar voz.

- Não há crime nos objectivos que procuravam alcançar, mas apenas nos meios a que recorreram - disse.

E acrescentou que o juiz faria bem em recordar-se de que o seu próprio povo, os africânderes, também tinha lutado violentamente em defesa da sua liberdade.

Embora abominasse a violência, Paton disse que os acusados só tinham duas alternativas: «vergar a cerviz e submeterem-se ou resistir pela força».

- Os réus devem receber clemência, pois de outro modo o futuro da África do Sul será sombrio - declarou ele.

Mas De Wet não pareceu dar ouvidos a nenhum dos dois homens. Nunca levantou os olhos nem tomou apontamentos enquanto falavam, aparentemente absorto nos seus pensamentos. Era óbvio que já tinha tomado uma decisão e só aguardava o momento próprio para a revelar.

Com um gesto da cabeça fez sinal para que nos levantássemos. Tentei interceptar-lhe o olhar, mas nem sequer olhava na nossa direcção. Os seus olhos estavam focados a meia distância. Estava pálido e respirava com dificuldade. Olhámos uns para os outros e todos pensámos o mesmo: deve ser a pena de morte, pois se assim não fosse por que razão aquele homem normalmente tão calmo estaria tão nervoso? De Wet começou a falar:

Ouvi imensas coisas durante este processo em que a população não europeia se queixou de ser alvo de injustiças. Tanto os acusados como os seus advogados me disseram que todos os réus, dirigentes da população não europeia, agiram exclusivamente motivados pelo desejo de atenuar essas injustiças. Não estou de modo algum convencido de que os motivos dos acusados tenham sido tão altruístas como quiseram convencer o tribunal. As pessoas que organizam uma revolução em geral apossam-se do Governo e a ambição pessoal não pode ser excluída como motivo.

Fez uma curta pausa para recuperar o fôlego. Se antes já era baixa, a voz de De Wet tornou-se praticamente inaudível.

A função deste tribunal é a função de todos os tribunais em todos os países, ou seja, obrigar ao cumprimento da lei e da ordem, obrigar ao

cumprimento das leis do país no qual funciona. O crime do qual os réus foram considerados culpados, o crime mais importante, o de conspiração, é na sua essência um crime de alta traição. O Estado entendeu por bem não formular a acusação nesses termos. Tendo isto em consideração, e após profunda reflexão, decidi não aplicar o castigo supremo, que

[356]

num caso como este seria naturalmente aplicável, mas em consistência com o meu dever é o único acto de misericórdia a que posso ceder. No caso de todos os réus, a sentença é de prisão por toda a vida.

Olhámos uns para os outros, a sorrir. Quando De Wet anunciou que não nos condenava à morte ouviu-se na sala um suspiro de alívio colectivo. Contudo, alguns assistentes que não tinham conseguido ouvir as palavras de De Wet mostravam-se consternados. A mulher de Dennis Goldberg gritou-lhe:

- David, qual foi a sentença?

- Vida! - respondeu ele num grito. - Vida! Viver!

Voltei-me para a galeria e esbocei um sorriso largo, à procura dos rostos de Winnie e da minha mãe, mas dentro do tribunal reinava a confusão, com pessoas a gritar e a polícia a empurrar os assistentes para um lado e para o outro. Não as consegui ver. Fiz o sinal característico do ANC, com os polegares virados para cima, para saudar os assistentes que se apressavam a sair para contar à multidão que aguardava na rua para tomar conhecimento do veredicto. Os guardas começaram a empurrar-nos para fora do banco, em direcção à porta que dava acesso ao piso inferior, e voltei a relancear os olhos pela assistência em busca de Winnie, mas não a consegui entrever antes de baixar a cabeça para atravessar a porta que conduzia às celas da cave.

Ficámos algemados dentro das celas. A polícia estava extremamente nervosa por causa da multidão que se aglomerava no exterior. Mantiveram-nos lá em baixo durante mais de meia hora, na esperança de que as pessoas dispersassem. Por fim, fizeram-nos sair pelas traseiras do edifício e enfiaram-nos

num furgão preto. Ouvíamos o roncar das motos da escolta que nos acompanhava. Para evitar as aglomerações, o furgão tomou um caminho diferente, mas mesmo assim não deixámos de ouvir gritar *Amandia!* e os belos acordes dolentes de *Nkosi Sikelel' iAfrika*. Diante das janelas gradeadas agitámos os nossos punhos cerrados, na esperança de que nos conseguissem ver, mas sem termos a certeza disso.

Agora éramos todos presos sentenciados. Separaram-nos de Dennis Goldberg porque era branco e foi levado para uma prisão diferente. Nós fomos trancados nas celas da prisão de Pretória, longe dos outros detidos. Em vez de gritos e de cânticos, agora só nos chegavam aos ouvidos os rangidos metálicos e o clangor das portas que se fechavam.

Nessa noite, estendido no chão da cela, sobre o cobertor, passei em revista as razões que tinham assistido a De Wet para tomar aquela decisão. As manifestações ocorridas por toda a África e as pressões internacionais

[357]

deviam ter pesado. Os sindicatos internacionais tinham protestado contra o julgamento. Os estivadores de todo o mundo tinham ameaçado não manusear mais cargas provenientes da África do Sul. Leonid Brejnev, o primeiro-ministro russo, escrevera ao doutor Verwoerd a pedir clemência para nós. Houvera protestos da parte de alguns membros do Congresso dos Estados Unidos. Em Londres, tinham desfilado cinquenta membros do Parlamento. Dizia-se que Alex Douglas-Home, ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, trabalhava nos bastidores em prol da nossa causa. Adlai Stevenson, representante dos Estados Unidos na ONU, escrevera uma carta na qual afirmava que o seu Governo tudo faria para evitar que fosse proferida uma sentença de morte. Concluí que assim que De Wet se convencera de que não tínhamos dado início à guerrilha e que o ANC e o MK eram entidades separadas lhe teria sido difícil decretar a pena de morte, que teria parecido um castigo excessivo.

No Parlamento, Verwoerd declarou que o julgamento não fora influenciado pelos telegramas de protesto nem pelas representações que tinham vindo de todas as partes do mundo. E gabou-se de ter atirado para o cesto dos

papéis todos os telegramas enviados pelas nações socialistas.

Já para o fim do processo, o juiz De Wet tinha observado em tom casual a Bram Fischer que a defesa desencadeara uma poderosa acção de propaganda por todo o mundo. Talvez tivesse sido a sua maneira de reconhecer as pressões. Sabia que se fôssemos executados a grande maioria das pessoas o consideraria o nosso carrasco.

E, contudo, também era alvo de pressões por parte dos seus. Era um africânder branco, uma criatura do sistema e do modo de pensar sul-africanos, e não era propenso a ir contra o sistema que o tinha formado. Sucumbira às pressões de um lado condenando-nos a prisão perpétua e às do outro não nos aplicando a pena de morte.

Fiquei surpreendido e chocado com as sentenças impostas por De Wet a Kathrada, Motsoaledi e Mlangeni. Tinha esperado que absolvesse Kathye que fosse mais moderado para com Elias e Andrew. Estes dois eram membros comparativamente pouco importantes do MK e os crimes cometidos pelos três juntos não se podiam comparar aos nossos. Ao não apresentarmos recurso tínhamos ajudado a condenar Kathy, Andrew e Elias, que poderiam ver as suas penas reduzidas por um tribunal de apelação.

Todos os dias, antes de as luzes se apagarem, a prisão de Pretória ressoava com os cânticos de liberdade dos presos. Nós também cantávamos, a engrossar o coro de vozes. Mas todas as noites, poucos segundos antes de as luzes perderem intensidade, as vozes silenciavam-se como se obedecessem a uma ordem e o edifício mergulhava em profundo silêncio. Então, de uma dúzia de lugares diferentes, os homens começavam a gritar *Amandla!* Centenas de outras vozes se erguiam em resposta, *Ngawethu!* Era costume

[358]

sermos nós a dar início a essas sessões de incitamento e resposta, mas nessa noite outros presos anónimos tomaram a iniciativa e as vozes que ecoaram pela prisão estavam imbuídas de uma força e de um poder que pareciam querer arrancar-nos à sorte que nos esperava.

[359]

Parte oito

Robben Island: os anos negros

Pela meia-noite, ainda estava acordado, de olhos fixos no tecto, com as cenas do tribunal a passarem-me em tropel pela cabeça, comecei a ouvir passos no corredor. Estava sozinho na cela, longe dos outros. Ouvi uma pancada na porta e a cara do coronel Aucamp apareceu entre as grades:

- Mandela, estás acordado? - perguntou num sussurro.

Respondi-lhe que sim.

- És um tipo com sorte. Vamos levar-te para um lugar onde serás livre.

Poderás deslocar-te de um lado para o outro. Vais ver o mar e as gaivotas e não apenas paredes cinzentas.

O tom não foi de sarcasmo, mas eu conhecia bem o lugar de que ele falava e sabia que não teria a liberdade pela qual ansiava. Aucamp acrescentou, algo enigmático:

- Desde que não te metas em sarilhos terás tudo o que precisas.

Aucamp acordou então os outros condenados, que estavam juntos numa cela, e ordenou-lhes que embalassem os seus haveres. Quinze minutos mais tarde percorríamos o labirinto de ferro da prisão de Pretória, com o interminável clangor das portas que se fechavam atrás de nós a ecoar nos nossos ouvidos.

Uma vez no exterior, fomos os sete algemados - Walter, Raymond, Govan, Kathy, Andrew, Elias e eu - e metidos num furgão da polícia. Já passava bastante da meia-noite, mas nenhum de nós se sentia cansado e a atmosfera não estava carregada. Sentámo-nos no chão sujo de terra, a cantarolar e a reviver os momentos finais do julgamento. Os guardas deram-nos sanduíches e bebidas frescas e o tenente Van Wyck subiu para a traseira do furgão connosco. Era um tipo simpático, e durante um intervalo dos cânticos deu-nos a sua opinião quanto ao nosso futuro.

- Acho que vocês não vão estar muito tempo na prisão. Os pedidos para vos libertarem são muito fortes. Dentro de um ano ou dois vão sair e serão acolhidos como heróis nacionais. Vão ter multidões a aclamá-los, todos hão-de querer ser vossos amigos, vão ter mulheres em barda. Estão garantidos.

Ouvimos sem comentar, mas devo confessar que aquelas palavras me incutiram ânimo. Infelizmente, as previsões dele estavam erradas em perto de três décadas.

Partimos sem alarde, em segredo, sob forte escolta policial, a meio da noite, e menos de meia hora depois encontrávamo-nos numa pequena base militar nos arredores da cidade. Meteram - nos dentro de um *Dakota*, um grande avião militar de transporte que já tinha conhecido melhores dias. Não havia aquecimento e tremíamos de frio dentro do bojo do aparelho. Alguns dos outros nunca antes tinham voado e estavam mais receosos da viagem que do destino; aos solavancos dentro de um avião, a quatro mil e quinhentos metros de altitude, parecia muito mais perigoso do que estar fechado numa cela e cercado por muros altos.

Ao fim de cerca de uma hora de voo, a luz da madrugada começou a iluminar o solo. O avião tinha vigias e assim que distinguimos qualquer coisa na meia claridade os meus companheiros encostaram a cara aos vidros. Voámos em direcção a sudoeste, por cima das planícies áridas do Estado Livre de Orange e sobre a luxuriante e montanhosa península do Cabo. Também me estiquei para ver pelas vigias, a examinar o terreno não como um turista mas como um estratega, em busca de locais onde uma guerrilha pudesse ocultar-se.

Desde a formação do MK que se discutia se o território sul-africano poderia acoitar a uma força de guerrilha. A maioria dos membros do Alto Comando pensava que não. Quando sobrevoámos uma zona de floresta montanhosa chamada Matroosberg, na Província do Cabo, gritei para os meus companheiros que estava ali um território onde teríamos condições para lutar. Os outros ficaram excitados e esticaram o pescoço para ver melhor, e na verdade a floresta densa parecia poder albergar uma força de guerrilha.

Minutos depois chegámos às imediações da Cidade do Cabo. Em breve avistámos as casas em forma de caixa de fósforos de Cape Flats, as torres cintilantes do centro e o planalto da montanha da Mesa. Mais adiante, para lá da baía da Mesa, nas águas escuras do Atlântico, divisavam-se entre a bruma os contornos azulados de Robben Island.

Aterrámos numa pista estreita, situada num extremo da ilha. O dia estava sombrio, o céu carregado de nuvens e quando desembarcámos o vento frio

[364]

de Inverno fustigou-nos o corpo atravessando os uniformes da prisão. Fomos recebidos por guardas que empunhavam armas automáticas; a atmosfera era tensa mas calma, bem diferente da rude recepção de dois anos antes.

Fomos levados até junto da cadeia velha, um edifício de pedra, isolado, onde nos ordenaram que nos despíssemos, ainda cá fora. Uma das sevícias rotineiras da vida na prisão é que quando se é transferido de uma cadeia para outra a primeira coisa que acontece é termos de mudar de roupa para vestir as da nova instituição. Quando ficámos nus, atiraram-nos com os uniformes de daqui de Robben Island.

As regras do *apartheid* estendem-se às próprias indumentárias. Com excepção de Kathy, todos recebemos calções curtos, uma camisola leve e um casaco de lona. Kathy, que era o único indiano entre nós, recebeu calças compridas. Em geral os presos africanos recebiam sandálias feitas com restos de pneumáticos, mas desta vez deram-nos sapatos. Contudo, só Kathy teve direito a peúgas. Os calções que distribuía aos africanos tinham por finalidade recordar-nos que éramos «rapazes» [*boys*]. Nesse dia vesti os calções, mas asseverei a mim próprio que não havia de ser por muito tempo.

Quando queriam que andássemos, os guardas apontavam as armas para onde queriam que fôssemos e gritavam ordens em monossílabos:

- Anda! Silêncio! Alto!

Não nos ameaçaram da mesma maneira arrogante de que me recordava

da minha estada anterior, mas não deixei transparecer qualquer emoção.

A cadeia velha foi um alojamento temporário. As autoridades estavam a terminar um pavilhão de segurança máxima, destinado aos presos políticos. Uma vez lá dentro não nos seria permitido sair nem contactar com os outros reclusos.

Na manhã do quarto dia fomos algemados, enfiados num camião e transportados para outra prisão dentro da penitenciária. A nova estrutura era uma fortaleza rectangular de pedra, de um só piso, com um pátio central de cimento com cerca de trinta metros por nove. Tinha celas em três dos quatro lados. O quarto lado era um muro de seis metros, dotado de um adarve patrulado por guardas acompanhados por pastores-alemães.

As três fiadas de celas eram conhecidas como Secção A, Secção B e Secção C. Fomos instalados na Secção B, no lado oriental do rectângulo. Deram-nos celas individuais dos dois lados de um corredor comprido, metade das quais davam para o pátio. No total, as celas eram cerca de trinta. Os presos confinados a celas individuais eram vinte e quatro. Em cada cela rasgava-se uma janela quadrada com trinta centímetros de lado, protegida por barras de ferro. Em cada cela havia duas portas: uma grade metálica do lado de dentro e uma espessa porta de madeira do lado de fora. Durante o dia, só a grade estava fechada. À noite, a porta de madeira também ficava fechada.

[365]

As celas tinham sido construídas à pressa e as paredes estavam permanentemente repassadas de humidade. Quando falei no assunto ao comandante da prisão ele respondeu-me que seria absorvida pelos nossos corpos. Deram três cobertores a cada um, mas tão finos e puídos que eram pouco menos que transparentes. As camas eram esteiras de sisal. Mais tarde deram-nos um tapete de feltro, que colocávamos por cima da esteira para ser um pouco menos duro. Naquela altura do ano as celas eram tão frias e os cobertores aqueciam tão pouco que dormíamos completamente vestidos.

Atribuíram-me uma cela na extremidade do corredor, com uma janela pequena à altura dos olhos, que dava para o pátio. Percorria o comprimento da

cela em três passadas. Quando me deitava, ficava com os pés encostados a uma parede e a cabeça à outra. A largura da cela era de um metro e oitenta e as paredes tinham uma espessura de pelo menos sessenta centímetros. No exterior de cada cela estava pendurado um cartão branco onde figurava o nosso nome e número. No meu estava escrito «N. Mandela 466/64», o que significava que era o 466.º preso a entrar na ilha durante o ano de 1964. Estava então com quarenta e seis anos, um preso político com uma pena perpétua para cumprir naquele espaço acanhado que seria a minha casa não sabia por quanto tempo.

Depressa se nos reuniram alguns presos que estavam detidos no sector geral da cadeia, um edifício atarracado que não ficava longe da Secção B. O sector geral, também conhecido por Secções F e G, albergava cerca de um milhar de reclusos, a maioria de delito comum. Mais ou menos um quarto era composto por presos políticos e um grupo desses homens foi transferido para a Secção B. Estávamos separados dos outros presos por duas razões: éramos considerados perigosos do ponto de vista da segurança, mas ainda mais do ponto de vista político. As autoridades receavam que pudéssemos «contaminar» os outros reclusos com as nossas ideias.

Entre os homens que foram instalados na Secção B estava George Peake, um dos fundadores da Organização Sul-Africana dos Povos Mestiços, também réu no Julgamento da Traição e mais recentemente membro do Conselho Municipal da Cidade do Cabo. Tinha sido condenado por ter colocado explosivos fora da Cidade do Cabo. Dennis Brutus, outro activista mestiço, era um poeta e escritor natural de Port Elizabeth que estava preso por ter violado a proscrição. Connosco também estava Billy Nair, desde há muito membro do Congresso Indiano do Natal, condenado por sabotagem como membro do Umkhonto we Sizwe.

Poucos dias depois recebemos mais companheiros, entre os quais Neville Alexander, um destacado intelectual mestiço, membro do Non-European Unity Movement, que fundara na Cidade do Cabo uma pequena seita radical chamada Yu Chi Chan Club, que estudava a luta de guerrilha. Neville

tinha um bacharelato pela Universidade da Cidade do Cabo e era doutorado em Literatura Alemã pela Universidade de Tübingen, na Alemanha. Juntamente com Neville vieram Fikile Bam, estudante de Direito na Universidade do Cabo e também membro do Yu Chi Chan Club, e Zephania Mothopeng, membro do executivo nacional do PAC. Zeph era professor em Orlando, um firme opositor do Bantu Education Act e um dos elementos mais importantes da direcção do PAC. Connosco estavam também três camponeses idosos do Transkei, acusados de uma tentativa de homicídio contra K. D. Matanzima, o ministro mais importante do Governo «autónomo» desse bantostão.

Este veio a ser o núcleo do nosso grupo, composto por cerca de vinte presos. Alguns já conhecia, de outros tinha ouvido falar, outros eram-me totalmente desconhecidos. Quando se está na prisão, um dos poucos momentos de alegria é aquele em que se encontram velhos amigos ou novos rostos, mas o ambiente dessas primeiras semanas era tão opressivo que nem sequer nos cumprimentávamos. Os guardas eram tantos como os detidos e obrigavam-nos a cumprir todos os regulamentos com ameaças e intimidações.

Na primeira semana começámos um trabalho que nos viria a ocupar durante os meses seguintes. De manhã era despejado à entrada do pátio um carregamento de pedras do tamanho de bolas de voleibol. Com o auxílio de carros de mão, transportávamos as pedras para o centro do pátio, onde recebíamos martelos de um quilo e oitocentos gramas ou de seis quilos e trezentos gramas, para as pedras maiores. O nosso trabalho consistia em reduzir as pedras a cascalho. Estávamos divididos em quatro filas, separadas por cerca de metro e meio, e sentávamo-nos no chão com as pernas cruzadas. Cada um de nós recebia um grosso anel de borracha, feito com pneus velhos, para colocar as pedras lá dentro. A intenção do anel era reter as lascas de pedra que voassem, mas dificilmente o faziam. Para proteger os olhos usávamos máscaras de arame improvisadas.

Os guardas deambulavam entre nós, para impor o silêncio. Durante essas primeiras semanas vinham guardas de outras secções e até de outras prisões, só para nos verem, como se fôssemos animais raros enjaulados. O trabalho era monótono e difícil, mas mantinha-nos quentes, para além de ser tão exigente que todos os músculos nos doíam.

Em Robben Island, os meses de Junho e de Julho eram os mais sombrios.

O ar cheirava a invernia e as chuvas estavam a começar. A temperatura nunca passava dos cinco graus Celsius. Mesmo debaixo de Sol tremia de frio dentro da camisa leve de caqui. Foi aí que pela primeira vez percebi o ditado de «sentir frio nos ossos». Ao meio-dia fazíamos uma interrupção para comer. Na primeira semana tudo quanto nos deram foi uma sopa que fedia horivelmente. À tarde éramos autorizados a fazer exercício durante

[367]

meia hora, vigiados de perto. Percorriamos o pátio em fila indiana, a marchar em passo rápido.

Num desses primeiros dias a partir pedras, um guarda ordenou a Kathy que levasse um carro de mão cheio de cascalho até ao camião que estava parado à entrada. Kathy era um tipo esguio, pouco habituado a trabalhos físicos. Nem sequer conseguia mexer o carro de mão. Os guardas berraram: - *Laat daardie kruiwa loop!* (Põe-me esse carro a mexer!)

Quando Kathy conseguiu mover, o carro de mão parecia que se ia virar a qualquer momento, para gáudio dos guardas. Percebi que Kathy estava resolvido a não lhes dar motivos de troça. Como sabia manejar um carro de mão, levantei-me de um salto para o ajudar. Antes de me mandarem sentar consegui explicar a Kathy para o conduzir devagar, que era uma questão de equilíbrio e não de força. Assentiu e fez cautelosamente avançar o carro através do pátio. Os guardas deixaram de rir.

Na manhã seguinte, as autoridades colocaram um enorme balde no pátio e declararam que teria de estar meio cheio no final da semana. Esforçámo-nos bastante e conseguimos. Na semana seguinte, o guarda de serviço avisou que teríamos de encher o balde até três quartos da altura. Esforçámo-nos diligentemente e conseguimos. Na semana seguinte, a ordem foi para encher o balde até à borda. Sabíamos que não poderíamos tolerar aquilo muito mais tempo, mas nada dissemos. Chegámos mesmo a encher o balde, mas tratava-se de uma provocação dos guardas. Em palavras sussurradas combinámos que não haveria mais quantidades definidas. Na semana seguinte iniciámos a nossa primeira greve de zelo na ilha: trabalhávamos a menos de metade da velocidade anterior para protestar contra as exigências sucessivas e injustas. Os guardas

aperceberam-se logo e ameaçaram-nos, mas não acelerámos o ritmo e não abandonámos a estratégia enquanto trabalhámos no pátio.

Robben Island tinha mudado desde que eu lá passara quinze dias, em 1962. Nessa altura havia menos reclusos e o lugar parecia mais uma prisão experimental do que uma instituição em pleno funcionamento. Passados dois anos, Robben Island era sem sombra de dúvida a prisão mais dura e de disciplina mais férrea de todo o sistema penal sul-africano. Era um lugar duro para se viver, não só para os reclusos como para todo o pessoal da prisão. Tinham desaparecido os guardas mestiços que forneciam cigarros e umas palavras de simpatia. Eram agora todos brancos, só falavam africânder e exigiam um tipo de relação senhor-escravo. Mandavam que lhes chamássemos *baas*, o que recusávamos. Em Robben Island, a segregação racial era absoluta: não havia guardas negros nem prisioneiros brancos.

Quando se é transferido de uma prisão para outra torna-se necessário um período de adaptação. Mas uma ida para Robben Island era como ter

[368]

mudado de país. O isolamento em que se encontrava fazia da ilha muito mais do que simplesmente uma outra prisão. A boa disposição com que tínhamos saído de Pretória fora abafada por aquela atmosfera soturna; estávamos cara a cara com a percepção de que a nossa vida seria irremediavelmente cruel. Em Pretória sentíamos-nos ligados à família e aos nossos apoiantes; na ilha, todas essas ligações estavam cortadas. Tínhamos a consolação de estar juntos, mas só isso. O meu desânimo em breve foi substituído pela sensação de que acabava de despontar uma luta nova e diferente.

Logo no primeiro dia tinha protestado por me terem dado calções. Exigi ser recebido pelo comandante da prisão e fiz uma lista das nossas razões de queixa. Os guardas não deram importância aos meus protestos, mas no fim da segunda semana encontrei um par de calças de caqui atiradas sem cerimônia para o chão da minha cela. Nenhum fato às riscas e de três peças me deu mais satisfação. Mas antes de as vestir confirmei se os meus camaradas também as

tinham recebido.

Como não tinham, disse ao carcereiro que podia levá-las. Todos os reclusos africanos deviam receber calças. O homem resmungou:

- Mandela, dizes que queres um par de calças e não as queres quando as recebes.

E recusou-se a pegar numas calças que tinham sido usadas por um negro. Por fim, foi o próprio comandante que as veio buscar à minha cela.

- Muito bem, Mandela, vais usar as mesmas roupas que todos os outros.

Respondi-lhe que se estava disposto a dar-me um par de calças, por que razão não fazia o mesmo com toda a gente?

Não teve resposta para me dar.

Ao fim das duas primeiras semanas na ilha fomos informados de que os nossos advogados Bram Fischer e Joel Joffe nos visitariam no dia seguinte. Quando chegaram, fomos escoltados até à zona de visitas para os receber. O objectivo da visita era duplo: ver como nos estávamos a dar e confirmar se não queríamos mesmo interpor recurso. Tinham -se passado poucas semanas desde que os vira pela última vez, mas parecia uma eternidade. Como se viessem de um outro mundo.

Sentámo-nos numa sala grande, com um major junto à porta para nos vigiar. Apeteceu-me abraçá-los, mas contive-me por causa da presença do major. Disselhes que estávamos todos bem e confirmei que nos opúnhamos ao recurso pelas mesmas razões anteriormente explicitadas, para além de não querermos interferir com os casos de outros réus do ANC. Bram

[369]

e Joel pareceram resignar-se, mas percebi que na opinião de Bram devíamos apelar da sentença.

Quanto a conversa estava quase a acabar perguntei a Bram como estava Molly, a mulher dele. Mal pronunciei o nome dela Bram levantou-se, virou-me as costas e saiu abruptamente da sala. Alguns minutos depois regressou, já recomposto, e retomou a conversa, mas sem responder à minha pergunta. A reunião durou pouco mais e quando regressávamos às celas acompanhados pelo major, este disse-me:

- Mandela, ficaste surpreendido pela atitude de Bram Fischer?

Respondi que sim. O major disse-me então que Molly tinha morri do na semana anterior, num acidente de automóvel. Bram, que vinha a conduzir, desviara-se para evitar um animal que atravessava a estrada e o carro tinha mergulhado num rio. Molly morrera afogada.

A notícia causou-nos profunda consternação. Molly era uma mulher encantadora, generosa e altruísta, sem o mais pequeno preconceito. Apoiara Bram em todos os momentos. Era esposa, colega e camarada. Bram já antes vivera uma tragédia, quando lhe morrera o filho adolescente, vítima de fibrose cística. O gesto de se voltar quando lhe perguntei por Molly era característico de Bram. Era um estóico, um homem incapaz de sobrecarregar os amigos com os seus problemas. Enquanto africânder cuja consciência o levava a rejeitar os costumes da sua gente, fora ostracizado pelos seus e demonstrava uma coragem e um espírito de sacrifício que não tinham paralelo. Eu lutava apenas contra a injustiça, não combatia também contra o meu próprio povo.

Informei o major de que tencionava escrever a Bram um bilhete de pêsames e ele respondeu-me que estava autorizado a fazê-lo. As regras respeitantes à correspondência eram rígidas. Só podíamos escrever à família mais chegada e apenas uma carta com o máximo de quinhentas palavras, de seis em seis meses. Sabendo isto, fiquei agradavelmente surpreendido quando o major aquiesceu. Escrevi a carta e entreguei-a ao major. Nunca foi expedida.

Ao cabo de alguns meses, a nossa existência tinha um padrão definido. A vida dentro da prisão caracteriza-se pela rotina: cada dia é igual ao anterior, cada semana é igual à precedente, de modo que os meses e os anos se confundem. Qualquer coisa que quebre esta monotonia irrita as autoridades, pois a rotina é a essência de uma penitenciária bem gerida.

Para o recluso, a rotina também é reconfortante, mas pode funcionar como uma armadilha. A rotina é como uma amante a quem é difícil resistir, porque faz que o tempo se escoe mais depressa. Em Robben Island eram proibidos os relógios e quaisquer processos de medir o tempo, de modo que nunca sabíamos ao certo que horas eram. Dependíamos das si netas e dos gritos e apitos dos guardas. Quando cada semana se assemelha à anterior,

[370]

é preciso um grande esforço para saber em que dia e em que mês estamos. Uma das primeiras coisas que fiz foi desenhar um calendário na parede da minha cela. Perder a noção do tempo leva a perder a noção das coisas e a própria sanidade

mental.

Na prisão, o tempo corre devagar. Os dias são intermináveis. Esta imagem convencional do tempo que passa devagar tem sido associada à indolência e à inactividade. Mas em Robben Island não era assim. Estávamos ocupados grande parte do tempo, a trabalhar, a estudar, a resolver querelas. Mesmo assim, o tempo parecia nunca mais passar. Isto em parte acontecia porque coisas que no exterior nos ocupariam algumas horas ou alguns dias, dentro da prisão se arrastavam por meses ou anos. A requisição de uma escova de dentes nova podia levar seis meses a um ano para ser satisfeita. Ahmed Kathrada disse uma vez que na prisão os minutos parecem anos, mas que os anos passam como minutos. Uma tarde a partir pedra no pátio pode parecer uma eternidade, mas de repente chega-se ao fim do ano e não se sabe como foram gastos os meses.

Para qualquer recluso, mas especialmente para os presos políticos, o grande desafio é como sobreviver incólume, como sair da prisão sem se ter diminuído, como conservar e solidificar os seus ideais. A primeira coisa a aprender é o que precisa de ser feito para sobreviver. Para isso é necessário conhecer as intenções do inimigo antes de adoptar uma estratégia para a contrariar. A prisão foi feita para nos quebrar o ânimo e a determinação. Para alcançar esse fim, as autoridades exploram todas as fraquezas, contrariam todas as iniciativas, recusam todos os sinais de individualidade - tudo com o objectivo de erradicar a centelha que faz de nós humanos e confere a cada um a sua natureza individual.

A sobrevivência depende da percepção do que as autoridades nos querem fazer e de trocar essa ideia com os outros. Um homem sozinho teria muita dificuldade em resistir, se conseguisse resistir. Não sei o que teria feito se estivesse sozinho. O maior erro das autoridades foi manter-nos juntos, porque isso só contribuiu para reforçar a nossa determinação. Apoiávamo-nos uns aos outros, e cada um incutia forças nos demais. Partilhávamos tudo o que sabíamos e aprendíamos e, ao partilhar, multiplicávamos a coragem de cada um. O que não quer dizer que reagíssemos da mesma maneira às adversidades. Os homens têm capacidades diferentes e reagem de maneira diferente sob tensão. Mas os mais fortes animavam os mais fracos e no processo ambos emergiam mais sólidos. Em última análise, tínhamos de inventar a nossa vida. Com uma precisão que as próprias autoridades reconheciam, a ordem dentro da prisão era preservada, não pelos guardas, mas por nós próprios.

Um líder tem por vezes de tomar decisões desagradáveis, ou cujos resultados só poderão ser apreciados ao fim de vários anos. Há vitórias cuja

[371]

glória reside no facto de serem apenas do conhecimento de quem as alcança. Isto é especialmente verdadeiro na prisão, onde podemos encontrar conforto no respeito pelos nossos ideais, mesmo que mais ninguém se aperceba disso.

Sentia-me relegado para segundo plano, mas estava decidido a não abandonar a luta. Era uma arena diferente e mais pequena, uma arena em que os únicos espectadores éramos nós e os opressores. Para nós, a luta dentro da prisão era um microcosmo do grande combate. Estávamos dispostos a lutar lá dentro como tínhamos feito cá fora. O racismo e a repressão eram os mesmos, os métodos para os combater é que tinham de ser outros.

A prisão e as autoridades conspiravam para sonegar a cada homem a sua dignidade. Esse facto em si mesmo garantiu que havia de sobreviver, porque qualquer homem ou instituição que me procure roubar a dignidade terá forçosamente de perder porque não abrirei mão dela por qualquer preço. Nunca considereei seriamente a ideia de que um dia não viria a sair da prisão. Nunca me convenci de que uma pena perpétua fosse realmente para toda a vida e que havia de morrer atrás das grades. Talvez recusasse a ideia por ser demasiado desagradável. Mas sempre soube que um dia voltaria a sentir a erva debaixo dos meus pés e que havia de caminhar ao sol como um homem livre.

Sou essencialmente um optimista. Se isso provém da minha natureza ou da educação que recebi, não faço ideia. Um optimista tem sempre o rosto voltado para o Sol e um pé em movimento para diante. Houve muitos momentos negros em que a minha fé nos seres humanos foi duramente posta à prova, mas nunca me entreguei ao desespero. Desse lado só estavam a derrota e a morte.

Eramos acordados às 5 h 30 m pelo carcereiro da noite, que tocava uma si neta de bronze na extremidade do corredor e gritava: *Word wakker! Staan op!* (Acordem! Levantem-se!) Sempre me levantei cedo, de modo que não me custava. Embora nos despertassem às 5 h 30 m, só às 6 h 45 m é que podíamos sair da cela; o intervalo servia para limpar o compartimento e enrolar as esteiras e os cobertores. Não havia água corrente e como sanitários usávamos baldes. Esses baldes tinham um diâmetro de vinte e cinco centímetros e uma tampa côncava de porcelana que podia levar um pouco de água. Essa água era para nos barbarmos e para lavar as mãos e a cara.

Às 6 h 45 m, quando nos era permitido abandonar as celas, a primeira coisa que fazíamos era despejar os baldes, que tinham de ser cuidadosamente lavados nos lavatórios existentes ao fundo do corredor, pois de outro

[372]

modo o cheiro seria insuportável. A única coisa agradável na limpeza do balde era o facto de ser a única ocasião do dia em que podíamos trocar umas palavras em surdina com os nossos companheiros. Os guardas não gostavam de estar por ali, de modo que conseguíamos falar em voz baixa.

Durante os primeiros meses o pequeno-almoço era-nos levado às celas por reclusos da secção geral. Consistia numa papa de milho, que os presos despejavam numa tigela que nos passavam por entre as grades. Era uma manobra complicada, que requeria alguma destreza para não entornar a papa.

Ao fim de algum tempo, o pequeno-almoço começou a ser servido no pátio, em velhos bidões de petróleo, onde mergulhávamos as nossas tigelas metálicas. Cada um tinha direito a uma caneca de uma coisa a que chamavam café, mas que na realidade era milho moído e torrado até ficar preto e depois misturado com água quente. Mais tarde, quando tivemos direito a ir ao pátio servir-nos, praticávamos *jogging* até à hora do pequeno-almoço. Como tudo o

resto na prisão, a dieta também era discriminatória.

Em geral, os mestiços e os indianos recebiam uma refeição ligeiramente melhor, mas a diferença não era grande. As autoridades gostavam de dizer que nos serviam uma dieta equilibrada; de facto era equilibrada - entre o intragável e o impossível de comer. A comida esteve na origem de muitos dos nossos protestos, mas nos primeiros dias os guardas respondiam:

- Vocês, pretos, comem melhor na prisão do que alguma vez comeram em casa.

A meio do pequeno-almoço os guardas gritavam: *Vai in! Vai in!* (Formar! Formar!) e nós perfilávamo-nos junto às respectivas celas para a inspecção. Quando o director passava, os reclusos eram obrigados a ter os três botões do casaco de caqui devidamente apertados e a tirar o barrete. Se os botões estivessem desapertados, se tivéssemos a cabeça coberta ou se as celas estivessem sujas, éramos acusados de violar as regras da penitenciária e castigados com a solitária ou com a perda de refeições.

Depois da inspecção trabalhávamos no pátio a partir pedra até ao meio-dia. Não havia intervalos; se abrandássemos o ritmo de trabalho os guardas gritavam para que nos apressássemos. Ao meio-dia tocava o sino para o almoço e entrava no pátio outro bidão com comida. Para os negros, o almoço consistia em papas de milho fervidas, ou melhor, em grãos de milho duros. Os indianos e os mestiços tinham direito a uma farinha grossa, ou a arroz de milho, que consistia em milho triturado numa espécie de sopa. Às vezes a mistela deles era servida com vegetais, mas a nossa era sempre singela.

Ao almoço bebíamos muitas vezes *phuzamandla*, que quer dizer «bebida da força», um pó feito com milho misturado com um pouco de levedura.

[373]

o pó tem de ser mexido com água ou leite, e quando está espesso até pode ser gostoso, só que as autoridades davam-nos uma quantidade tão pequena que mal coloria a água. Em geral procurava poupá-lo durante vários dias até ter uma quantidade suficiente para preparar uma bebida a sério, mas se os guardas

descobrissem que armazenávamos comida o pó era confiscado e o prevaricador, punido.

Depois do almoço trabalhávamos até às quatro horas, quando os guardas faziam ouvir os seus apitos estridentes e voltávamos a formar para sermos contados e inspeccionados. Depois disso era-nos concedida meia hora para nos lavarmos. A casa de banho instalada ao fundo do corredor tinha dois chuveiros que deitavam água do mar, uma torneira também de água salgada e três grandes baldes de ferro galvanizado, que usávamos como banheiras. Não havia água quente. Ficávamos de pé ou agachados dentro desses baldes, a ensaboar-nos com a água salobra, para tirar a poeira do dia. Lavarmo-nos com água fria quando faz um frio de rachar nada tem de agradável, mas procurávamos tirar o melhor partido possível. Por vezes cantávamos durante o banho, o que fazia a água parecer menos gelada. Nesses primeiros tempos também era uma das poucas ocasiões em que podíamos conversar.

Às 4 h 30 m precisas ouvia-se uma forte pancada na porta de madeira do fundo do corredor, o que significava que o jantar estava servido. Os presos de delito comum entregavam-nos o jantar, que depois comíamos dentro da cela. Mais uma vez recebíamos papas de milho, por vezes com um pedaço de cenoura, de couve ou de beterraba lá dentro - mas em geral era preciso andar à procura dele. Quando recebíamos um vegetal, já sabíamos que seria o mesmo durante semanas a fio, até as cenouras ou as couves estarem velhas e nós enjoados delas. De vez em quando havia um pedacinho de carne dentro da papa. Em geral eram pedaços de cartilagem.

Ao jantar, os indianos e os mestiços tinham direito a um quarto de pão (chamavam-lhe *katkop*, que quer dizer «cabeça de gato», por causa do feitio) e um bocado de margarina. Partia-se do princípio que os africanos não gostavam de pão por ser uma comida «europeia».

Como seria de esperar, recebíamos ainda menos do que as poucas quantidades impostas pelo regulamento, porque na cozinha não faltavam os «desvios». Os cozinheiros - que eram todos presos de delito comum - guardavam os melhores bocados para si e para os amigos. Muitas vezes esses bocados iam para os guardas, em troca de favores ou de tratamento preferencial.

Às oito horas, o carcereiro de serviço fechava -se connosco no corredor e passava a chave a outro guarda que estava do lado de fora por um pequeno

orifício na porta. Punha-se então a percorrer o corredor e a mandar-nos dormir. Em Robben Island não se ouvia o grito de «Luzes apagadas» porque a lâmpada coberta de malha que pendia do tecto da cela estava acesa noite

[374]

e dia. Mais tarde, os reclusos que estudavam eram autorizados a ler até às dez ou onze horas.

A acústica do corredor era boa e antes de adormecer tentávamos conversar um pouco. Mas se conseguíamos ouvir um murmúrio o mesmo acontecia com o carcereiro, que logo gritava *Stilte in die gang!* (Silêncio no corredor!) e percorria várias vezes a galeria para se certificar de que não estávamos a ler ou a escrever. Ao fim de algum tempo aprendemos a espalhar areia no chão para ouvir os passos do carcereiro e termos tempo de acabar a conversa ou de esconder o contrabando. Só quando estávamos em sossego é que ele se sentava no cubículo, onde dormitava até de manhã.

Uma manhã, alguns dias depois do meu encontro com Bram e Joel, fomos levados ao escritório principal. O escritório ficava a uns quatrocentos metros de distância e era um edifício baixo e simples, que se assemelhava à nossa secção. Quando lá chegámos mandaram-nos formar fila para recolherem as nossas impressões digitais, o que era uma rotina da prisão. Mas enquanto estávamos à espera vi um guarda com uma máquina fotográfica. Depois de recolherem as impressões digitais, o chefe dos guardas mandou que alinhássemos para a fotografia. Fiz sinal aos meus companheiros para que não se mexessem e dirigi-me ao guarda:

- Gostaria que me apresentasse o documento do comissariado das prisões que o autoriza a fotografar-nos.

Para fotografar os reclusos esse documento era necessário.

Dá sempre vantagem estar familiarizado com os regulamentos, porque muitas vezes os próprios carcereiros os desconheciam e se deixavam intimidar por quem sabia mais. Surpreendido com a pergunta, o homem não foi capaz de dar uma explicação nem de apresentar qualquer autorização emitida pelo comissário das prisões. Ameaçou bater-nos se não o deixássemos tirar as fotografias mas eu respondi que se não havia autorização também não havia fotografias, e o assunto ficou por aí.

De uma maneira geral obtávamos a que nos fotografassem na prisão porque não queríamos que nos vissem assim. Mas houve uma fotografia que consenti, a única com a qual concordei durante toda a minha permanência em Robben Island.

Certa manhã, algumas semanas depois, em vez de nos dar martelos o chefe dos carcereiros entregou-nos agulhas e uma pilha de camisolas velhas da prisão. Deram-nos ordem para as coser, mas depressa descobrimos que a maioria estava esfarrapada a ponto de não ter remédio. Achámos a tarefa

curiosa e demos voltas à cabeça a pensar no que poderia ter provocado essa alteração da rotina. Ao fim da manhã, por volta das onze horas, o portão da frente abriu-se e o oficial comandante entrou, acompanhado por dois indivíduos trajados à civil. O comandante apresentou os dois visitantes como um jornalista e um fotógrafo do *Daily Telegraph*, de Londres. Disse isto como se a visita de elementos da imprensa internacional fosse uma distracção habitual para nós.

Embora se tratasse da nossa primeira visita oficial, olhámos para os dois homens com desconfiança. Em primeiro lugar, chegavam sob os auspícios do Governo e, em segundo, sabíamos que o *Telegraph* era um jornal conservador, provavelmente não simpatizante da nossa causa. Sabíamos que láfora o mundo se preocupava com a nossa situação e que o Governo tinha todo o interesse em mostrar que não éramos maltratados.

Os dois jornalistas deambularam lentamente pelo pátio, a observar-nos. Mantivemos a cabeça baixa, concentrados no trabalho. Quando fecharam o circuito, um dos guardas puxou - me por um ombro e disse:

- Mandela, chega aqui. Vais falar.

Nesse tempo, falava muitas vezes em representação dos meus companheiros, embora o regulamento da prisão estipulasse explicitamente que cada prisioneiro só podia falar por si próprio. Era uma maneira de castrar o poder de organização e de neutralizar a nossa força colectiva. Protestámos contra essa regra, mas sem efeito. Quando apresentávamos uma reclamação nem sequer nos era permitido usar a palavra *nós*. Mas durante os primeiros anos, quando as autoridades queriam que um dos reclusos falasse em nome de todos, o escolhido era sempre eu.

Conversei durante vinte minutos com o jornalista, que se chamava Newman, e disselhe o que pensava sobre a penitenciária e sobre o Processo de Rivónia. Era um sujeito simpático, e quando acabámos a conversa disse que gostaria que o fotógrafo me fizesse um retrato. Mostrei alguma relutância, mas lembrei-me que a fotografia só seria publicada no estrangeiro e que poderia servir para ajudar a nossa causa desde que o artigo nos fosse favorável. Respondi-lhe que concordava desde que o senhor Sisulu também ficasse na foto.

A fotografia mostra-nos a conversar no pátio sobre um assunto do qual já não me lembro. Nunca vi o artigo nem ouvi falar dele. Mas os jornalistas se afastaram os guardas tiraram-nos as camisolas e puseram-nos os martelos nas mãos.

Os homens do *Telegraph* foram os primeiros de um pequeno número de visitantes que apareceram durante os meses iniciais. Enquanto o Processo de Rivónia ainda estava fresco na memória das pessoas, o Governo tudo fez para mostrar que recebíamos tratamento adequado. Na imprensa corriam histórias sobre as condições desumanas da ilha e os espancamentos e torturas de que

[376]

éramos vítimas. Essas notícias embaraçavam o Governo, que para as desmentir foi trazendo pessoas de fora que poderiam contradizer essas informações.

Recebemos uma curta visita de um advogado britânico que tinha argumentado em prol da independência da Namíbia perante o Tribunal Mundial, e depois disso fomos informados da visita de um tal senhor Hynning, representante da American Bar Association¹. Os americanos eram então uma raridade na África do Sul e fiquei ansioso por me encontrar com um representante de tão augusta organização.

No dia da chegada do senhor Hynning fomos chamados ao pátio. O americano chegou na companhia do general Steyn, comissário das prisões, que raramente aparecia na ilha. O general Steyn era uma personagem pouco habitual no meio, um homem educado e sofisticado. Muito correcto, referia-se a nós como «cavalheiros» e cumprimentava-nos tirando o chapéu, o que nunca ninguém nos tinha feito na prisão. Contudo, o general Steyn oprimia-nos mais por omissão do que por acção. Fechava os olhos às coisas que aconteciam na ilha. A sua ausência quase constante tornava mais arrojados outros oficiais mais rudes e dava-lhes carta branca para fazerem o que lhes apetecesse. Com as suas maneiras delicadas, o general apresentou o visitante e disse:

- Cavalheiros, por favor escolham o vosso porta-voz. Vários reclusos proferiram o meu nome.

O general Steyn acenou-me com a cabeça e eu levantei-me. Em contraste

com o general Steyn, o senhor Hynning era um homem pesado e de aspecto descuidado. Agradei-lhe a visita e disselhe que nos sentíamos honrados pela sua presença. Fiz um resumo das nossas reclamações, a começar pela mais importante, que não éramos criminosos mas sim presos políticos, e que como tal devíamos *ser* tratados. Enumerei as nossas razões de queixa em relação à alimentação, às condições de vida e ao trabalho. Enquanto falava, o senhor Hynning interrompeu-me por diversas vezes. Quando falei nas longas horas gastas a fazer trabalhos estúpidos, respondeu que na qualidade de presos tínhamos de trabalhar e que era preciso espreitar os preguiçosos.

Quando comecei a enumerar os problemas que tínhamos nas celas, cortou-me a palavra dizendo que nas prisões americanas as condições eram muito piores do que em Robben Island. Acrescentou que tínhamos sido justamente condenados e que tínhamos tido *sorte* em não receber a pena de *morte*, que provavelmente merecíamos.

O senhor Hynning transpirava imenso e houve quem pensasse que não estava sóbrio. Falava com um sotaque que julguei *ser* do Sul dos Estados

[377]

Unidos e tinha o curioso hábito de cuspir enquanto falava, uma coisa que nunca antes tínhamos visto.

Por fim, achei que já tinha ouvido o bastante e interrompi-o:

- Não senhor, não está aperceber o que lhe disse.

Hynning ofendeu-se por estar a contradizê-lo. O general Steyn observava a cena sem dizer uma palavra. Dadas as circunstâncias, era difícil manter a calma. Os homens ficaram furiosos com as observações do senhor Hynning e irritados por ele ter sido autorizado a falar connosco. Em geral, qualquer visita servia para nos incutir ânimo, mas a do senhor Hynning foi desmoralizadora. Talvez fosse essa a intenção das autoridades. Falar com alguém que integrava uma organização tão credenciada apenas para verificarmos que entendia tão pouco era deprimente. Por fim, Hynning deu meia volta e afastou-se sem sequer se despedir. Não ficámos tristes por vê-lo desaparecer.

O episódio do senhor Hynning foi falado durante muitos anos e alguns homens imitavam o seu sotaque em ar de troça. Nunca mais voltámos a ouvir falar do homem, mas em Robben Island não conquistou amigos para a American Bar Association.

Na prisão, os reclusos são classificados em quatro categorias: A, B, C e D. A categoria mais alta é A, que dá direito a alguns privilégios; D é a classificação mais baixa. Todos os presos políticos, que as autoridades designavam por «prisioneiros de segurança», eram automaticamente classificados à entrada na categoria D. Os privilégios afectados por essa classificação incluíam as visitas, as cartas, os estudos e a oportunidade de comprar alimentos e outros produtos - tudo o que constituía a essência da vida de um recluso. Em geral eram precisos anos para que o estatuto de um preso fosse elevado de D para C.

Nós sentíamos desprezo pelo sistema de classificações. Era corrupto e degradante, mais uma maneira de reprimir os reclusos e em especial os políticos. Exigimos que todos os presos políticos fossem integrados na mesma categoria. Embora não a aceitássemos, tínhamos de a reconhecer, pois no interior da cadeia o sistema de classificação era uma realidade inflexível. Se protestávamos contra o facto de um preso classificado como D só poder receber uma carta de seis em seis meses, as autoridades respondiam-nos: «Melhorem o vosso comportamento, ascendam ao grupo C, e já poderão receber duas cartas por semestre.» Quando nos queixávamos de que a comida não era suficiente, as autoridades recordavam-nos que se pertencêssemos ao grupo A poderíamos receber dinheiro do exterior para comprar

[378]

comida na cantina. Até um combatente da liberdade poderia ter direito a adquirir comida e livros.

Em regra, as classificações acompanhavam a extensão da pena. Quem apanhasse oito anos seria D nos primeiros dois, C nos dois seguintes, B nos outros dois e A nos restantes. Mas para o sistema prisional as classificações eram uma arma contra os presos políticos e ameaçavam baixar as promoções conseguidas com muito sacrifício de modo a controlarem melhor os nossos actos.

Embora já estivesse preso há perto de dois anos quando fui transferido para Robben Island, quando cheguei fui classificado como D. Embora desejasse os privilégios que decorriam de uma classificação mais elevada, nunca aceitei que isso compromettesse a minha conduta. A maneira mais rápida de subir na classificação é ser dócil e não protestar.

- Mandela, estás sempre a arranjar sarilhos - diziam os guardas. - Vais ficar toda a vida no grupo D.

De seis em seis meses os reclusos compareciam perante uma comissão administrativa para rever a sua classificação. A comissão devia avaliar o nosso comportamento com base no regulamento da prisão, mas percebemos que agia mais como um tribunal político do que como avaliadora de comportamentos. Durante a minha primeira comparência perante a comissão, fizeram-me perguntas acerca do ANC e das minhas convicções. Embora nada tivesse a ver com o sistema de classificações, fui suficientemente ingénuo para responder, na presunção de que os poderia convencer. Era uma das poucas vezes em que alguém nos tratava como seres humanos e não hesitei em lhes responder. Mais tarde vim a perceber que se tratava simplesmente de uma técnica usada pelas autoridades para nos sacar informações e eu tinha caído como um anjinho. Depois disso assentámos entre nós que nunca mais discutiríamos política com a comissão administrativa.

Como recluso do grupo D, só tinha direito a uma visita e a escrever e receber uma carta de seis em seis meses. É uma das restrições mais desumanas impostas pelo sistema penal. A comunicação com a família é um direito humano que não devia ser restringido pelas classificações arbitrárias do sistema. Mas era um dos factos reais da vida na prisão.

As visitas e as cartas estavam reservadas para os parentes em «primeiro grau». A medida não só era penosa como tinha um cunho racista. Entre os africanos, o conceito de família é muito diferente do dos ocidentais. As nossas estruturas familiares são mais vastas e inclusivas; qualquer pessoa que descenda de um antepassado comum faz parte da família.

Na prisão, a única coisa pior do que receber más notícias acerca da família é não receber qualquer notícia. É sempre mais difícil enfrentar as desgraças que se imaginam do que as que realmente acontecem, por muito

desagradáveis que sejam. Uma carta com más notícias era melhor que nenhuma carta.

Mas até esta abominável proibição era abusivamente explorada pelas autoridades. A ânsia da espera pela correspondência era angustiante. As chamadas para distribuição ocorriam uma vez por mês e por vezes passavam-se seis meses sem uma carta. Ser autorizado a receber uma carta de seis em seis meses e depois não a receber é um golpe duríssimo. Fica-se a pensar: que terá acontecido à minha mulher e às minhas filhas, à minha mãe e às minhas irmãs? Quando não recebia uma carta sentia-me tão seco e tão árido como o deserto do Grande Karroo. Era frequente as autoridades reterem a correspondência apenas por maldade. Lembro-me de os guardas me dizerem:

- Mandela, recebemos uma carta para ti, mas não ta podemos entregar. Sem explicarem porquê nem de quem era a carta. Nessas ocasiões precisava de todo o meu autodomínio para não perder a compostura. Depois fazia o meu protesto pelos canais apropriados e por vezes recebia a carta.

Quando uma carta chegava era tratada com o máximo cuidado. Uma carta era como a chuva de Verão, que até faz desabrochar as flores no deserto. Quando recebia uma carta não me precipitava para a agarrar, como me apetecia, aceitava-a com displicência. Embora ardesse de impaciência para a abrir e a ler ali mesmo, não dava aos meus carcereiros a satisfação de perceberem a minha ansiedade e regressava vagarosamente à cela como se tivesse muitas coisas em que pensar antes de ler uma carta da família.

Durante os primeiros meses recebi uma carta de Winnie, mas tão censurada que pouco mais se conseguia ver para além da saudação inicial. Os censores da ilha faziam um traço de tinta negra sobre as passagens que consideravam reprováveis, mas mais tarde mudaram de tática, depois de terem descoberto que lavávamos a tinta e conseguíamos ler o que estava por baixo. Passaram a usar lâminas para cortar parágrafos inteiros. Como muitas cartas eram escritas nos dois lados do mesmo papel, o que se encontrava escrito do outro lado também desaparecia. Tinham uma satisfação óbvia em entregar as

cartas cortadas às tiras. O processo de censura fazia atrasar imenso a correspondência porque os carcereiros, muitos dos quais pouco sabiam de inglês, podiam levar um mês para censurar uma única carta. As cartas que escrevíamos também eram censuradas e por vezes tão retalhadas como as recebidas.

Em finais de Agosto, quando estava na ilha há menos de três meses, fui informado de que teria uma visita no dia seguinte. Não me disseram quem era. Walter também foi informado de que receberia uma visita e eu desconfiei, tive esperança, desejei, acreditei, que se tratava de uma visita de Winnie e Albertina.

[380]

Desde que tomou conhecimento da nossa transferência para a ilha, Winnie encetou diligências para me fazer uma visita. Como estava sujeita a proscricção, precisava de uma autorização especial do ministro da Justiça, pois não estava tecnicamente autorizada a comunicar comigo.

Mesmo com o consentimento das autoridades, visitar Robben Island não era fácil. As visitas tinham uma duração máxima de trinta minutos e os presos políticos não estavam autorizados a receber visitas de contacto, em que os visitantes e os reclusos estão dentro da mesma sala.

As autoridades não planeavam as visitas com antecedência. Um dia contactavam a mulher de um recluso e diziam:

- Tem autorização para visitar o seu marido amanhã.

Para além dos inconvenientes que causava, tinha muitas vezes o efeito de tornar a visita impossível. Se um parente planeava uma visita com antecipação, as autoridades atrasavam deliberadamente a autorização para depois da partida do avião. Como a maioria das famílias vivia longe do Cabo e tinha pouco dinheiro, as visitas eram em muitos casos incomportáveis em termos financeiros. Alguns homens de famílias pobres estiveram anos sem ver as mulheres, se alguma vez as viram. Conheci vários que passaram dez anos ou mais em Robben Island sem terem recebido uma única visita.

A sala de visitas para quem não tinha direito ao contacto pessoal era acanhada e sem janelas. Do lado dos presos havia cinco cubículos com pequenos quadrados de vidro que davam para compartimentos iguais do outro lado. Sentávamo-nos numa cadeira e olhávamos pelo vidro espesso e manchado que tinha uma série de pequenos furos para permitir a conversação. Era preciso falar muito alto para nos fazermos ouvir. Mais tarde foram instalados microfones e altifalantes, o que melhorou um pouco a situação.

Ao fim da manhã, Walter e eu fomos chamados à sala de visitas e sentámo-nos nos compartimentos de uma ponta. Aguardei com ansiedade até que por fim divisei o adorável rosto de Winnie do outro lado do vidro. Winnie sempre se esmerou no aspecto quando me visitava na prisão e procurava vestir qualquer peça nova e elegante. Foi terrivelmente frustrante não lhe poder tocar, não lhe poder falar com ternura, não ter um momento de privacidade. A nossa conversa foi à distância e sob a vigilância de pessoas que desprezávamos.

Percebi logo que ela estava sob uma tremenda tensão. Ver-me naquelas circunstâncias deve ter sido difícil. A viagem até à ilha já não era fácil e, para além disso, havia os penosos rituais da prisão, as inevitáveis grosserias dos guardas e a natureza impessoal do contacto.

Mais tarde, soube que Winnie acabara de receber uma segunda proscricção, em resultado da qual perdera o emprego no Child Welfare Office.

[381]

O seu gabinete foi alvo de uma busca da polícia pouco antes do despedimento. As autoridades estavam convencidas de que Winnie comunicava em segredo comigo. Winnie adorava o seu trabalho de assistente social. Era um outro aspecto da luta: entregar bebés a pais adoptivos, arranjar trabalho para os desempregados e assistência médica para os que não tinham seguro. As proscricções e perseguições à minha mulher incomodavam-me sobremaneira, pois não podia tomar conta dela nem das crianças e o Estado criava dificuldades à sua subsistência. A impotência a que estava votado revoltava-me.

A princípio trocámos algumas palavras embaraçadas, a que não era alheia a presença dos dois guardas de pé atrás dela e dos três que estavam atrás de mim.

O seu papel era não só vigiar mas também intimidar. Segundo o regulamento, as conversas tinham de ser em inglês ou em africânder - as línguas africanas eram proibidas - e apenas podiam abordar assuntos de família. Qualquer indício de que a conversa tomava um aspecto político podia acarretar o final abrupto da visita. Se mencionássemos um nome que os guardas não conhecessem, eles interrompiam a conversa e perguntavam quem era e qual a sua relação connosco. Isto acontecia muitas vezes, pois os guardas não estavam a par da diversidade e das características dos nomes africanos. Era desesperante ter de gastar alguns minutos preciosos a explicar a um guarda os diversos ramos da família. Contudo, a ignorância deles também funcionava a nosso favor, pois permitia-nos inventar nomes de código para pessoas de quem queríamos falar como se fossem da família.

Aquela primeira visita foi muito importante, pois sabia que Winnie estava preocupada com a minha saúde. Tinha ouvido histórias sobre maus-tratos físicos. Descansei-a, disselhe que estava bem e que podia ver como estava em forma, embora um tanto mais magro. Winnie também estava mais magra, o que atribuí ao estado de nervos em que vivia. Depois de uma visita em que me parecia tensa ou esgotada, instava com ela para que ganhasse mais peso. Estava sempre a fazer dieta e eu a dizer-lhe que não fizesse. Perguntava-lhe por todas as crianças, uma por uma, pela minha mãe e pelas minhas irmãs, bem como pela família dela.

De repente ouvi o guarda atrás de mim dizer: - Acabou o tempo! Acabou o tempo!

Virei-me e olhei para ele, incrédulo. Era impossível que já se tivesse passado meia hora. Mas o homem tinha razão, o tempo das visitas é que se escoava enquanto o diabo esfrega um olho. Apesar de ter estado tantos anos na prisão, nunca deixei de me surpreender quando o guarda anunciava: «Acabou o tempo!» Fomos quase arrancados das cadeiras e mal tivemos tempo de esboçar um gesto de despedida. Apetecia-me ficar ali depois de Winnie sair, como se assim prolongasse a sua presença, mas nunca dei a perceber aos guardas a minha emoção. De regresso à cela, passei em revista as palavras que tínhamos trocado. Ao longo dos dias, das semanas e dos

meses a minha mente voltou a essa visita vezes sem conto. Sabia que não a voltaria a ver pelo menos durante seis meses. Como se veio a verificar, Winnie não me pôde visitar durante os dois anos seguintes.

Certa manhã, nos primeiros dias de Janeiro, quando alinhámos para sermos contados antes do começo do trabalho no pátio, em vez disso mandaram-nos sair e meteram-nos na traseira de um camião coberto. Era a primeira vez que saíamos do complexo da penitenciária. Ninguém nos disse para onde nos levavam, mas eu tinha uma ideia do nosso destino. Alguns minutos mais tarde saímos do camião e encontrámo-nos num lugar que já conhecia da minha passagem anterior pela ilha: a pedreira de cal.

A pedreira assemelhava-se a uma enorme cratera branca rasgada no flanco rochoso de uma colina. Tanto as encostas como o sopé do monte eram de uma brancura que cegava. Lá em cima viam-se ervas e palmeiras e, na base, uma clareira com algumas barracas metálicas.

Fomos recebidos pelo oficial comandante, o coronel Wessels, um tipo indiferente a tudo o que não fosse o estrito cumprimento dos regulamentos. Ficámos em sentido enquanto ele nos informava que o trabalho que íamos iniciar se prolongaria por seis meses e que depois disso teríamos direito a tarefas mais ligeiras até ao final da pena. Enganou-se consideravelmente nas suas previsões. Trabalhámos na pedreira durante os treze anos seguintes.

Depois do discurso do comandante, entregaram-nos picaretas e pás e deram-nos algumas instruções rudimentares sobre a maneira de arrancar a cal. Não é uma tarefa simples. No primeiro dia ajeitámo-nos mal com as ferramentas e extraímos pouca. A cal propriamente dita é um resíduo macio e calcificado de conchas e de corais que está entalado entre camadas de pedra que têm de ser partidas para a extrair com uma pá. Era muito mais esgotante do que o trabalho no pátio e após alguns dias na pedreira adormecíamos logo depois da refeição das 16 h 30 m. No dia seguinte acordávamos doridos e ainda cansados.

As autoridades nunca nos explicaram por que razão fomos transferidos do pátio para a pedreira. Pode ser que tenham simplesmente precisado de mais cal para as estradas da ilha. Mas quando mais tarde falámos sobre o assunto concluímos que tinha sido uma maneira de reforçar a disciplina, de nos mostrar que não éramos diferentes dos outros presos - que trabalhavam na pedreira - e

que tal como eles tínhamos de pagar pelos nossos crimes. Foi uma tentativa de nos vergar.

Contudo, as primeiras semanas passadas na pedreira tiveram precisamente o efeito contrário. Apesar das mãos ensanguentadas e cheias de

[383]

bolhas, sentíamos um novo vigor. Preferia o contacto com a natureza, poder ver as ervas e as árvores, observar as aves lá no alto e sentir no rosto o vento que soprava do mar. Era bom usar os músculos, com o Sol a bater-nos nas costas, e era gratificante fazer montes de pedras e de cal.

Ao fim de algumas semanas deixámos o camião e começámos a ir a pé para a pedreira, o que também funcionava como um tónico. Durante a caminhada de vinte minutos ficávamos a fazer uma ideia mais exacta da ilha, víamos os arbustos densos e as árvores altas que cobriam a que era agora a nossa casa, inspirávamos o odor dos eucaliptos e de vez em quando divisávamos uma gazela ou um antílope que pastava à distância. Embora para alguns dos homens a marcha fosse uma maçada, para mim nunca foi.

Embora o trabalho na pedreira se destinasse a mostrar-nos que não éramos diferentes dos outros reclusos, as autoridades continuavam a tratar-nos como aos leprosos que antigamente ocupavam a ilha. Por vezes encontrávamos um grupo de presos a trabalhar na berma da estrada, que os guardas mandavam para os arbustos para não nos verem passar. Como se o simples facto de olharem para nós pudesse afectar a disciplina. Mais do que uma vez vimos pelo canto do olho um dos presos a erguer o punho na saudação do ANC.

A estrada bifurcava-se pouco antes da pedreira e os presos comuns eram encaminhados para o lado direito. Esta encruzilhada veio mais tarde a ser um importante meio de comunicação com eles. No local onde a estrada se dividia erguia-se a pequena casa branca onde morava Robert Sobukwe. A casa tinha sido feita anos antes para um carcereiro negro, mas quem agora lá vivia sozinho era Sobukwe. Em volta da casa havia um pedaço de terreno inculto e se não fosse o guarda permanente à porta nunca saberíamos que lá vivia alguém.

A sentença de Sobukwe tinha expirado em 1963, mas ao abrigo do que ficou conhecido como a Cláusula Sobukwe do General Amendment Act, de 1963, o ministro da Justiça tinha autoridade para reter os presos políticos mesmo sem acusação formada. Durante seis anos Sobukwe viveu uma meia existência na ilha; um homem livre a quem tinha sido negada a liberdade. Às vezes conseguíamos entrevistá-lo na horta, mas nada mais do que isso.

De manhã, quando chegávamos, íamos buscar as picaretas, as pás, os martelos e os carros de mão a uma barraca de zinco que ficava no alto do monte. Depois distribuía-mo-nos ao longo da encosta, geralmente em grupos de três ou quatro. Os guardas, armados com espingardas automáticas, vigiavam-nos a partir de plataformas elevadas. No meio de nós caminhavam guardas desarmados, que nos incitavam a trabalhar com mais ardor.

- *Gann aan! Gaan aan!* (Anda! Anda!) - gritavam eles, como se fôssemos bois.

[384]

Pelas onze horas, quando o Sol ia alto no céu, a fadiga começava a vencer-nos. Por essa altura já estávamos encharcados em suor. Os guardas incitavam-nos a trabalhar ainda mais.

- *Nee, man! Kom aan! Kom aan!* (Não, homem! Vamos! Vamos!) - gritavam eles.

Pouco antes do meio-dia, quando parávamos para almoçar, enchíamos os carros de mão com a cal, que levávamos para o camião, que depois se ia embora com ela.

Ao meio-dia soava um apito e dirigíamo-nos para o sopé da colina. Sentávamo-nos em bancos improvisados, debaixo de uma chapa de zinco que nos protegia dos raios directos do Sol. Os guardas comiam num barracão maior, equipado com mesas e bancos corridos. Lá vinham os bidões com as papas de milho. Por cima de nós, a soltar os seus gritos agudos, voltejavam centenas de gaivotas. Uma borradela mais certa e lá se ia o almoço de um homem.

Trabalhávamos até às quatro, hora a que voltávamos a acartar a cal extraída para os camiões que esperavam. Quando o dia chegava ao fim, tínhamos a cara e o corpo cobertos por uma camada de poeira branca. Parecíamos fantasmas pálidos, excepto onde o suor tinha cavado sulcos. Ao regressar às celas lavávamo-nos com água fria, que nunca tirava completamente a poeira.

Na pedreira, pior do que o calor era a luminosidade. A camisa protegia-nos as costas do Sol, mas os raios reflectiam-se na brancura da pedreira e feriam-nos os olhos. Para além da luz, a poeira também não deixava ver bem. Corriam-nos as lágrimas pela cara, contorcida num esgar permanente. Depois de cada dia de trabalho passava-se muito tempo até que os olhos se ajustassem à menor luminosidade.

Ao fim de alguns dias na pedreira requeremos oficialmente que nos fossem fornecidos óculos de sol. As autoridades recusaram. Já estávamos à espera disso, uma vez que nem sequer nos permitiam óculos para ler. Já antes eu tinha feito o reparo ao comandante que não fazia sentido deixarem-nos ter livros e não permitir os óculos para os ler.

Ao longo das semanas e meses seguintes fizemos diversas requisições de óculos de sol. Mas passaram-se quase três anos antes de os recebermos e só depois de um médico simpático ter concordado que eram necessários para preservar a nossa visão. Mesmo assim tivemos de ser nós a pagá-los.

Para nós, estas lutas - pelos óculos de sol, pelas calças, pelo direito de estudar, pela igualdade na alimentação - eram corolários da luta maior que tínhamos travado fora da prisão. A campanha pela melhoria das condições de vida dentro da prisão fazia parte do combate ao *apartheid*. Vista de esse prisma, eram uma e a mesma coisa. Lutávamos contra a injustiça onde quer

[385]

que ela estivesse, fosse ela grande ou pequena, e esse combate ajudava a preservar a nossa condição de seres humanos.

Pouco depois de começarmos a trabalhar na pedreira, juntou-se-nos na

Secção B um grupo de destacados presos políticos. Vários homens do MK que tinham sido presos em Julho de 1964 e condenados por mais de cinquenta acções de sabotagem naquele que ficou conhecido como o «Pequeno Processo de Rivónia». Entre esses homens estavam Mac Maharaj, membro do SACP e uma das inteligências mais brilhantes envolvidas na luta, Laloo Chiba, do Alto Comando do MK, um companheiro firme que se revelou precioso na prisão, e Wilton Mkwayi, o homem que era réu do Processo da Traição e que as autoridades tinham deixado escapar em 1960, durante a confusão que se seguiu à proclamação do estado de emergência. Saiu em segredo da África do Sul, recebeu instrução militar e depois do Processo de Rivónia ocupou o lugar cimeiro da hierarquia do MK. Também lá estava Eddie Daniels, um mestiço que integrava o Partido Liberal, condenado por acções de sabotagem empreendidas pelo Movimento Africano de Resistência, um pequeno grupo de sabotadores afecto ao Partido Liberal. Eddie viria a ser um dos meus melhores amigos dentro da prisão.

Para contrabalançar o efeito destes novos aliados políticos, as autoridades alojaram na nossa secção um certo número de reclusos de delito comum. Eram criminosos endurecidos, homens acusados de homicídio, violação e roubo à mão armada. Pertenciam às famigeradas quadrilhas existentes na ilha, os Big Fives e os Twenty-Eights, que aterrorizavam os outros presos. Eram homens fortes e mal-encarados, em cujos rostos se viam as cicatrizes das lutas à facada que eram vulgares entre os membros dos *gangs*. O papel deles era agir como agentes provocadores, roubar a nossa comida e inibir-nos de falar sobre política. Um desses tipos era conhecido pela alcunha de Bogart, por causa do actor americano que fazia papéis de duro. A cela dele ficava em frente da de Walter, que se queixava de que o homem todos os dias lhe exigia uma parte do pequeno-almoço, que Walter cedia porque tinha medo dele.

Os membros da quadrilha trabalhavam na pedreira numa equipa independente. Um dia começaram a cantar qualquer coisa que parecia uma canção de trabalho. De facto tratava-se de uma canção de trabalho com letra adaptada por eles. *Benifunani e Rivonia?*, que significa «O que queriam em Rivónia?» O segundo verso era mais ou menos «Pensavam que viriam a ser Governo?» Cantavam em tom exuberante e trocista. Era óbvio que tinham sido encorajados pelos guardas, que esperavam que reagíssemos à provocação.

Embora os mais exaltados os quisessem afrontar, resolvemos combater o fogo com o fogo. Entre nós tínhamos mais e melhores cantores do que

eles e juntámo-nos para preparar a resposta. Alguns minutos depois todos cantávamos *Stimela*, um hino empolgante sobre um comboio que atravessa a Rodésia do Sul. *Stimela* não é uma canção política mas no contexto funcionou como tal, pois afirmava que o comboio transportava guerrilheiros que vinham combater na África do Sul.

Durante várias semanas os dois grupos cantaram ao desafio enquanto trabalhavam, acrescentando canções a que alteravam a letra. O nosso repertório aumentou e depressa estávamos a cantar abertamente canções políticas como *Amajoni*, uma canção sobre a guerrilha cujo título é uma corruptela da palavra inglesa para designar soldado em calão, «Johnny». E *Tshotsholoza*, uma canção que compara a luta à aproximação de um comboio. (Quando o título é repetido muitas vezes, imita o som de um comboio.) Cantávamos uma canção sobre a Carta da Liberdade e outra sobre o Transkei, cuja letra era como segue: «Há dois caminhos, o caminho de Matanzima e o caminho de Mandela, qual dos dois vamos tomar?»

Cantar fazia o trabalho parecer mais leve. Alguns homens tinham vozes magníficas e eu gostava de pousar a picareta para ficar a ouvir. Os membros da quadrilha não estavam à nossa altura e depressa se calaram, mas nós continuámos a cantar. Contudo, um dos guardas sabia falar xossa e descobriu o teor das canções; recebemos ordem para deixar de cantar. (Assobiar também foi proibido.) A partir daí tivemos de trabalhar em silêncio.

Para mim, os homens das quadrilhas não eram rivais, mas matéria-prima a ser trabalhada. Entre nós havia um preso que não era político, um homem que dava pela alcunha de Joe My Baby, que mais tarde aderiu ao ANC e se veio a revelar precioso na arte de contrabandear material para dentro e para fora da prisão.

Um dia ouvimos dizer que Bogart tinha sido selvaticamente espancado por um guarda, na pedreira. Não assisti à agressão, mas vi os resultados. Com a cara coberta de golpes e de equimoses, Bogart abordou-me no corredor para

pedir ajuda. Aceitei imediatamente o caso.

Estávamos sempre à procura de motivos para acusar as autoridades e um espancamento era o tipo de incidente que podíamos levar perante o comandante. Pouco antes tínhamos sabido que um homem chamado Ganya, que pertencia ao PAC, fora agredido por um dos guardas. Na minha qualidade de advogado, escrevi ao comissário das prisões a protestar em representação de Ganya. Fui levado ao gabinete do comando, onde confrontei as autoridades prisionais. Não só negaram a agressão como quiseram saber como é que eu tinha conhecimento dela. Insisti para que o guarda que tinha atacado Ganya fosse transferido para fora da ilha. Recusaram, alegadamente porque não havia provas contra ele. Mas pouco tempo depois o dito guarda foi mesmo transferido.

[387]

Encorajado por este caso, quando Bogart solicitou o meu auxílio pedi de imediato para falar com o comandante. No dia seguinte fui levado ao seu gabinete, onde aquele me informou que o caso tinha sido investigado e arquivado.

- Isso é uma violação dos regulamentos - disse eu. - O caso tem de ser julgado.

- Não tem - replicou ele. - Procurámos ouvir a alegada vítima que negou ter sido espancada.

- Isso é impossível, ainda ontem falei com ele.

O comandante fez um gesto em direcção a um tenente.

- Então veja com os seus próprios olhos.

O tenente introduziu Bogart no gabinete. O homem tinha a cara coberta de ligaduras. O comandante perguntou-lhe se alguém lhe tinha batido.

- Não, *baas* - respondeu ele, a evitar olhar para mim. - Nunca ninguém me bateu.

O comandante mandou-o sair.

- Muito bem, Mandela. O caso está encerrado.

Acabava de me humilhar. Era evidente que tinha subornado Bogart com comida ou tabaco extra para que não apresentasse queixa. Daí em diante nunca mais aceitei um caso sem exigir uma declaração escrita assinada pelo queixoso.

Um dia, no Verão de 1965, encontrámos olhos de gordura a brilhar na papa do pequeno-almoço e pedaços de carne fresca na papa do jantar. No dia seguinte alguns homens receberam camisas novas. Tanto na pedreira como no nosso sector, os guardas mostraram-se mais correctos. Ficámos de pé atrás: na prisão, as melhorias não acontecem sem um motivo. Um dia depois fomos notificados de que a Cruz Vermelha Internacional chegaria no dia seguinte.

Era uma ocasião soberana, muito mais importante do que qualquer das visitas anteriores. A Cruz Vermelha era responsável e independente, uma organização internacional a quem as potências ocidentais e as Nações Unidas davam ouvidos. As autoridades prisionais respeitavam a Cruz Vermelha - e quando digo respeitar, quero dizer que a temiam, porque só tinham respeito por aquilo que as intimidava. Os serviços prisionais detestavam qualquer organização que tivesse influência na opinião pública e olhavam-nas não como investigadoras legítimas com as quais deviam tratar honestamente, mas como intrometidos a quem ludibriar sempre que possível. O principal objectivo do Governo era evitar a condenação internacional.

[388]

Por essa altura, a Cruz Vermelha Internacional era a única organização que ouvia as nossas reclamações e lhes dava resposta. Isto para nós era vital, já que éramos deliberadamente ignorados pelas autoridades. Os regulamentos determinavam que seguissem diversos procedimentos quando recebiam as nossas queixas. Faziam-no, mas em geral em termos superficiais. Aos sábados de manhã, o chefe dos carcereiros entrava na nossa secção e gritava:

- *Klagtes en Versoeke! Klagtes en Versoeke!* (Queixas e reclamações! Queixas e reclamações!)

Os que tinham *klagtes* e *versoeke* a apresentar - que eram quase todos punham-se em fila para falar com ele. Um por um, apresentávamos uma

reclamação formal sobre a alimentação, as roupas ou o regime de visitas. A cada um o chefe respondia com um aceno de cabeça e dizia:

- *la, la.*

Logo de seguida gritava:

- O próximo!

Nem sequer escrevia o que lhe dizíamos. Se tentávamos falar em nome das nossas organizações, o chefe dos guardas atalhava:

- Nada de ANC nem de PAC! *Verstaan?* (Entendido?)

Pouco antes da visita da Cruz Vermelha apresentámos uma lista de reclamações ao comissário das prisões. Por essa altura só tínhamos direito a papel e lápis para escrever cartas. Depois de várias trocas discretas de palavras na pedreira e no lavatório, elaborámos uma lista conjunta. Quisemos entregá-la ao chefe dos guardas, mas este recusou-se a aceitá-la e acusou-nos de violar os regulamentos ao fazermos a lista. Uma das queixas a apresentar à Cruz Vermelha era que as autoridades não atendiam as nossas reclamações.

No dia da visita fui chamado ao escritório central para me encontrar com o representante da Cruz Vermelha. Nesse ano e nos anos seguintes o representante foi o senhor Senn, antigo director-geral das prisões do seu país, a Suécia, e emigrante na Rodésia. Senn era um homem de cinquenta e tal anos, discreto e um tanto nervoso, que parecia sentir-se pouco à vontade naqueles ambientes.

O encontro não era supervisionado pelas autoridades, uma grande diferença em relação aos outros visitantes. Pediu que lhe transmitíssemos todas as nossas razões de queixa, ouviu-nos atentamente e tomou imensas notas. Era um homem muito bem-educado, que no final me agradeceu por tudo o que lhe tinha dito. Mesmo assim, aquela primeira visita foi bastante tensa. Nenhum de nós sabia o que podia esperar do outro.

Reclamei em termos exaltados contra o vestuário e afirmei que não queríamos usar calções, que queríamos roupas adequadas, peúgas e roupa interior, que nesse tempo não recebíamos. Falei-lhe nas nossas reclamações

quanto à comida, às visitas, às cartas, aos estudos, ao exercício, ao trabalho forçado e ao comportamento dos guardas. Fiz algumas exigências que já sabia que as autoridades nunca satisfariam, como o de sermos transferidos para cadeias mais próximas do local de residência.

Depois do encontro, Senn reuniu com o comissário das prisões e o seu pessoal enquanto eu fiquei à espera. Presumo que terá comunicado as nossas reivindicações, pelo menos as que considerou razoáveis. Pouco tempo após a visita de Senn verificou-se uma melhoria no vestuário e recebemos calças compridas. Mas Senn não era de modo algum um progressista e os anos que vivera na Rodésia pareciam tê-lo aclimatado ao racismo. Antes de regressar à cela recordei-lhe que os africanos não recebiam pão. O senhor Senn agitou-se, olhou de relance o coronel que comandava a prisão e respondeu:

- Sabe, o pão faz mal aos dentes, Mandela. As papas de milho são muito melhores. Fazem os dentes fortes.

Em anos posteriores, a Cruz Vermelha mandou representantes mais liberais que lutaram com alma por introduzir melhoramentos. A organização também desempenhou um papel importante numa zona menos visível mas igualmente importante para nós. Era frequente darem dinheiro às mulheres e a outros familiares, que de outra maneira nunca se poderiam deslocar à ilha para nos visitar.

Depois de sermos transferidos para Robben Island, os nossos apoiantes preocuparam-se com o facto de não podermos estudar mais. Alguns meses após a nossa chegada as autoridades anunciaram que aqueles que pretendessem estudar podiam solicitar autorização. Foi o que a maioria dos homens fez e, embora pertencessem ao grupo D, a autorização foi concedida. Na sequência do Processo de Rivónia o Estado ganhou confiança e entendeu que não adviria mal algum se nos autorizasse a estudar. Mais tarde arrependeram-se. Os estudos de pós-graduação não eram permitidos, mas no meu caso abriram uma excepção porque eu já tinha aberto um precedente quando estava em Pretória.

Poucos homens da nossa secção tinham o bacharelato e foram muitos os que se inscreveram em cursos universitários. Uns poucos não tinham feito estudos secundários e inscreveram-se em cursos adequados. Alguns já tinham uma educação avançada, como eram os casos de Govan Mbeki e Neville Alexander, mas outros nunca tinham passado dos níveis V ou VI. Dentro de poucos meses praticamente todos estudavam para um ou outro curso. À noite, o nosso sector parecia mais um colégio do que uma prisão.

Todavia, o privilégio de estudar estava sujeito a uma série de restrições. Algumas cadeiras eram proibidas, como Política e História Militar. Durante anos não nos foi permitido receber auxílio financeiro a não ser das nossas famílias, de modo que os presos mais pobres raramente tinham dinheiro

[390]

para livros e propinas. Em consequência disto, a possibilidade de estudar tornou-se dependente do dinheiro que cada um tinha. Não estávamos autorizados a emprestar livros aos outros presos, o que teria permitido aos mais pobres que também estudassem.

Se devíamos ou não aceitar o privilégio de estudar foi sempre um motivo de controvérsia. A princípio, alguns membros do Movimento Unitário foram de opinião que aceitar um favor do Governo seria comprometer a nossa integridade. Para eles, estudar não devia ser um privilégio, mas sim um direito não sujeito a condições. Embora estivesse de acordo, não aceitei que desistíssemos de estudar. Enquanto presos políticos e combatentes da liberdade tínhamos a obrigação de consolidar os nossos conhecimentos e o estudo era um dos poucos meios de que dispúnhamos para esse efeito.

Os reclusos foram autorizados a inscrever-se na Universidade da África do Sul (UNISA) ou no Rapid Results College, para quem pretendia concluir o secundário. No meu caso, estudar sob os auspícios da Universidade de Londres teve vantagens e desvantagens. Por um lado, recebia livros interessantes que nunca constariam das listas de leituras de uma universidade sul-africana; por outro lado, as autoridades consideravam muitos deles inaceitáveis e proibiam-nos.

Receber livros era uma tarefa complicada. Podíamos requerer o aluguer de livros numa biblioteca sul-africana. A biblioteca dava andamento ao processo e mandava os livros pelo correio. Mas devido à morosidade do sistema postal, à situação remota da ilha e à lentidão deliberada dos censores, era frequente o livro chegar às nossas mãos depois da data em que tinha de ser devolvido. Se a data já tivesse expirado, os guardas devolviam o livro sem sequer nos comunicarem. Por causa disto, mais tarde podiam aplicar-nos multas pelo atraso na devolução de livros que nunca tínhamos chegado a receber.

Para além dos livros, podíamos encomendar publicações necessárias ao estudo. Neste aspecto, as autoridades eram extremamente rigorosas e a única publicação que passava no crivo da censura era uma revista trimestral destinada a um preso que estudava contabilidade. Mas um dia, Mac Maharaj disse a um companheiro que estudava economia que requisitasse *The Economist*. Rimos muito e perguntámos por que razão não encomendava também a *Time*, uma vez que *The Economist* também era uma revista semanal noticiosa. Mac sorriu e respondeu que as autoridades não sabiam disso; para eles, um livro era avaliado pelo título. Um mês depois estávamos a receber *The Economist* e a devorar as notícias por que ansiávamos. Mas os serviços não tardaram a descobrir o erro que tinham cometido e cancelaram a assinatura.

Como a maioria dos homens resolveu estudar, protestámos pela falta de equipamentos mínimos, como secretárias e cadeiras. Apresentei esta reclamação

[391]

à Cruz Vermelha Internacional. Por fim, as autoridades montaram em cada cela uma carteira mais ou menos à altura do peito, para estudar de pé.

Não era o que tínhamos em vista. Depois de um dia esgotante na pedreira, ninguém tinha vontade de estudar em pé. Alguns de nós protestaram e Kathy foi o mais exaltado. Disse ao oficial comandante que não só era uma prepotência darem-nos aquelas carteiras como o facto de serem tão inclinadas fazia que os livros resvassem para o chão. O comandante fez uma visita de surpresa à cela de Kathy, pediu um livro, colocou-o na carteira e ele não escorregou. Pediu outro e colocou-o em cima do primeiro. Nada aconteceu. Por fim, depois de ter empilhado quatro livros, voltou-se para Kathy, que estava

envergonhado, e disse:

- Não há nada de mal com estas carteiras - e saiu.

Mas ao fim de seis meses as autoridades cederam, deram-nos bancos de três pernas e baixaram as carteiras.

Uma das reclamações que apresentei à Cruz Vermelha Internacional tinha a ver com a forma arbitrária como éramos acusados pelos guardas. Ser «acusado» significava que um guarda denunciava um recluso por violar uma norma específica do regulamento, o que era punido com a «solitária» ou com a perda de refeições e privilégios. Em geral os carcereiros não encaravam estes actos de ânimo leve, pois quando um de nós era acusado tinha direito a um inquérito judicial e se a infracção fosse grave vinha um juiz da Cidade do Cabo expressamente para o efeito. Mas até determinada altura as autoridades não permitiam os inquéritos. Quando me queixei à Cruz Vermelha já tinha sentido o problema na pele. Mas a situação não tardou a ser corrigida.

Durante o primeiro ano que passámos na ilha, aos fins-de-semana ficávamos todo o dia dentro das celas, excepto para meia hora de exercício. Um sábado, depois do exercício no pátio, vi que um dos guardas tinha deixado um jornal sobre o banco que estava no extremo do corredor. Como era um tipo simpático para connosco, presumi que não o tinha deixado por esquecimento.

Para um recluso, um jornal é mais precioso do que ouro ou diamantes, mais desejado do que comida ou tabaco; em Robben Island os jornais eram o contrabando mais apreciado. As notícias eram a matéria-prima intelectual da nossa luta. Não estávamos autorizados a receber qualquer espécie de notícias, pelo que andávamos esfaimados delas. Mais ainda do que eu, Walter parecia completamente desorientado quando não tinha notícias. As autoridades tentaram impor um bloqueio integral, pois não queriam que soubéssemos nada do que se passava lá fora, nada que nos pudesse levantar o ânimo nem confortar-nos por saber que as pessoas ainda se lembravam de nós.

[392]

Considerávamos um dever manter-nos ao corrente da situação política do

país e lutámos com denodo pelo direito de receber jornais. Ao longo dos anos fomos inventando maneiras de os receber, mas ao princípio não éramos versados nesses assuntos. Uma das vantagens de trabalhar na pedreira era que as sanduíches dos guardas iam embrulhadas em folhas de jornal que eles costumavam atirar para o lixo, de onde as retirávamos discretamente. Distraíamos a atenção deles, sacávamos as folhas e escondíamos-las debaixo da camisa.

Uma das maneiras mais seguras de conseguir jornais era pelo suborno, a única circunstância em que eu tolerava aquilo que considerava uma forma pouco ética de obter informações. Os guardas estavam sempre sem dinheiro e a pobreza deles era a nossa oportunidade.

Quando algum de nós tinha um jornal, era muito arriscado fazê-lo passar de mão em mão. A posse de um jornal era uma transgressão grave. Em vez disso, um de nós lia o jornal, em geral Kathy, e depois Mac Maharaj. Kathy era o encarregado das comunicações e arranjou uma maneira engenhosa de transmitir informações. Lia o jornal e recortava as notícias importantes, que depois eram distribuídas. Cada um de nós escrevia um resumo da notícia recebida; eram estes sumários que circulavam entre nós e depois pela secção geral. Quando as autoridades estavam especialmente vigilantes Kathy ou Mac escreviam o resumo de todas as notícias importantes e destruíam o jornal, em geral rasgando-o em bocados pequenos, que colocavam dentro do balde sanitário, que nunca era inspeccionado pelos carcereiros.

Quando reparei no jornal abandonado em cima do banco, saí rapidamente da cela, dirigi-me para o fundo do corredor, olhei para um lado e para o outro, agarrei o jornal e enfiei-o dentro da camisa. Em condições normais teria escondido o jornal na cela e só o teria tirado à hora de dormir. Contudo, sentia-me como uma criança que come o doce antes do prato principal, e a minha ânsia pelas notícias era tal que quando cheguei à cela abri imediatamente o jornal.

Não sei durante quanto tempo estive a ler, mas estava tão absorto que nem ouvi os passos no corredor. De repente apareceu-me à frente um oficial e mais dois guardas e nem tive tempo de esconder o jornal debaixo da cama. Fui apanhado com a boca na botija, por assim dizer.

- Mandela - disse o oficial-, vamos acusar-te de posse de contrabando e vais pagar por isto.

Depois, os dois guardas revistaram-me exaustivamente a cela para ver se escondia mais qualquer coisa.

Um ou dois dias depois chegou um magistrado vindo da Cidade do Cabo e fui levado para o escritório principal, que era usado como tribunal. Neste caso, as autoridades fizeram questão de chamar um magistrado de fora porque sabiam que tinham um caso inatacável. Não me defendi e fui condenado a três dias na «solitária» e privação de refeições.

[393]

Não creio que tenha sido uma armadilha montada pelo guarda que deixou o jornal, embora houvesse quem afirmasse que sim. No interrogatório, as autoridades apertaram comigo para que dissesse como é que tinha conseguido o periódico, mas recusei-me a responder. Se tivesse sido intencionalmente tramado, eles saberiam como é que eu o tinha arranjado.

As celas de isolamento eram no mesmo complexo, mas numa outra ala. Embora estivessem apenas do outro lado do pátio, pareciam incrivelmente distantes. Na «solitária» estávamos privados de companhia, de exercício e até de comida: a única coisa que recebíamos era água de arroz três vezes por dia, durante três dias. (A água de arroz é simplesmente água em que foi cozido arroz.) Comparada com aquilo, a ração normal de papas parecia um festim.

Na «solitária», o primeiro dia era sempre o mais difícil. Estamos acostumados a comer com regularidade e o corpo não está habituado à privação. Descobri que no segundo dia já me tinha mais ou menos adaptado à falta de alimento e o terceiro passou sem grande tormento. Era um género de privação muito vulgar no dia-a-dia dos africanos. Nos primeiros tempos em que vivi em Joanesburgo também passei muitos dias sem comer.

Como já disse, o isolamento é o que há de mais horrível na vida da prisão. Não há princípio nem fim, nada mais do que a nossa mente, que nos pode pregar partidas. Foi um sonho ou aconteceu mesmo? Começamos a pôr tudo em questão. Tomei a decisão certa, o meu sacrifício justificou-se? Quando se está na «solitária» nada há para nos distrair destas perguntas angustiantes.

Mas o corpo humano tem uma enorme capacidade para se adaptar a circunstâncias difíceis. Descobri que, desde que o espírito seja forte, somos capazes de suportar o insuportável. A força das convicções é o segredo da sobrevivência; o estômago pode estar vazio, mas o espírito está repleto.

Durante os primeiros anos, o isolamento quase se tornou um hábito. A todo o momento éramos acusados das mais ínfimas infracções e condenados à «solitária». Podíamos perder o direito às refeições por causa de um olhar oblíquo ou sermos condenados por não nos termos posto de pé quando o carcereiro-chefe entrava na sala. Alguns presos do PAC, que muitas vezes infringiam as regras apenas por prazer, passaram muito tempo no isolamento. Para as autoridades, o isolamento era a cura para as atitudes de desafio e de rebeldia.

A segunda vez que fui acusado e mandado para a «solitária» ocorreu pouco depois da primeira. Como já disse, tínhamos grande dificuldade em fazer ouvir as nossas reclamações. A localização remota da penitenciária dava às autoridades a sensação de que nos podiam ignorar e ficar impunes. Pensavam que se não nos dessem ouvidos acabaríamos por desistir e seríamos esquecidos pelos que estavam lá fora.

[394]

Um dia, estávamos a trabalhar na pedreira, o comandante veio observar-nos, acompanhado por um cavalheiro que à primeira vista não reconheci. Um dos meus companheiros segredou-me que era o brigadeiro Aucamp do comando central, o comandante do nosso comandante. (Não deve ser confundido com o coronel Aucamp da prisão de Pretória, onde estivemos detidos durante o Processo de Rivónia.) Os dois homens sentaram-se a alguma distância, a observar-nos.

Aucamp era um tipo baixo e entroncado, que preferia os fatos ao uniforme. Em geral só vinha à ilha para as inspecções bienais. Nessas ocasiões tínhamos de ficar em sentido à porta da cela, a segurar o cartão da prisão, enquanto ele passava.

Resolvi que a presença inesperada de Aucamp era uma oportunidade

única para apresentar as nossas reclamações ao homem que tinha poder para lhes dar seguimento. Pousei a picareta e comecei a andar na direcção deles. Os guardas assustaram-se e correram na minha direcção. Eu sabia que estava a violar os regulamentos, mas contava surpreendê-los pelo inusitado da manobra e que não me deteriam. O que foi o caso.

Quando cheguei ao pé dos dois homens, o oficial comandante repreendeu-me com aspereza.

- Mandela, vai já para o teu lugar. Ninguém te chamou.

Sem lhe prestar atenção dirigi-me a Aucamp e disse que tinha assumido aquele gesto extraordinário porque as nossas reclamações eram ignoradas.

O comandante interrompeu-me secamente:

- Mandela, já te disse para voltares para o teu lugar.

Olhei para ele e respondi sem elevar a voz:

- Pois já cá estou e não vou voltar atrás.

Esperava que Aucamp concordasse em ouvir-me, mas limitou-se a medir-me friamente de alto a baixo e a ordenar aos guardas:

- Acusem-no.

Continuei a falar mesmo quando os guardas me levavam.

- Levem-no para a cela - ordenou o comandante.

Mais uma vez fui acusado e mais uma vez não me defendi. Dessa vez, o castigo foram quatro dias no isolamento. Retirei uma lição deste meu acta, uma lição que já conhecia mas à qual no meu desespero não prestei atenção. Ninguém, e muito menos uma autoridade prisional, gosta de ver desafiada a sua autoridade. Se me respondesse, Aucamp estaria a humilhar o seu subordinado. As autoridades reagem muito melhor aos contactos em privado. A melhor maneira de introduzir mudanças em Robben Island era tentar influenciar os oficiais em privado e não em público. Fui por vezes acusado de me dar bem com as autoridades, mas estava disposto a aceitar as críticas em troca de qualquer

melhoria das nossas condições.

[395]

A pessoa mais importante na vida de um recluso não é o ministro da Justiça, não é o comissário das prisões, não é o director da penitenciária, é o carcereiro da secção. Quando se tem frio e se precisa de mais um cobertor, bem se pode pedi-lo ao ministro da Justiça, que não haverá resposta. Se nos dirigirmos ao comissário das prisões, este responderá: «Tenho pena, mas é contra o regulamento.» O director dirá: «Se lhe desse mais um cobertor teria de fazer o mesmo a todos.» Mas quando se aborda o carcereiro do corredor e se está de boas relações com ele, o homem limita-se a ir ao depósito buscar a manta.

Sempre procurei ser correcto com os carcereiros da minha secção. Não tinha qualquer vantagem em ter um inimigo permanente entre os guardas. Educar as pessoas, até os próprios inimigos, fazia parte das políticas do ANC. Tínhamos a convicção de que todos os homens podiam melhorar, mesmo os carcereiros, e tentávamos influenciá-los.

De uma maneira geral tratávamos os carcereiros da mesma maneira que eles nos tratavam. Se mostrassem consideração, fazíamos o mesmo. Nem todos os guardas eram monstros. Desde o primeiro momento percebemos que alguns deles acreditavam na justiça do que faziam. Contudo, ser correcto com os guardas não era fácil, pois de uma maneira geral eles achavam degradante ser delicado com os negros. Como tínhamos interesse em ter alguns guardas que simpatizassem connosco, instruí alguns homens para abordarem cautelosamente certos carcereiros. Um trabalho de que ninguém gostava.

Na pedreira havia um guarda que nos era especialmente hostil. Isto era muito perturbador, pois na pedreira falávamos uns com os outros e um guarda que não nos permitisse conversar era uma tremenda contrariedade. Pedi a um dos meus companheiros que travasse amizade com ele, para ver se o homem deixava de nos incomodar. O tipo era bastante rude, mas depressa se tornou um pouco mais brando em relação àquele recluso. Um dia pediu-lhe o casaco para pôr no chão, em cima da erva, e se sentar nele. Embora soubesse que aquilo ia contra a vontade do meu companheiro, fiz-lhe sinal para que acedesse. .

Alguns dias depois, estávamos a comer à sombra do barracão quando o

guarda se aproximou. Trazia uma sanduíche, que atirou para o chão e disse:

- Toma.

Era a sua maneira de demonstrar amizade.

Aquilo colocou-nos um problema. Por um lado, tratava-nos como animais a quem atirava uns restos e achei que perderíamos a dignidade se pegássemos na sanduíche. Por outro lado, estávamos cheios de fome e recusar seria ofender o homem cuja boa vontade queríamos conquistar. Percebi

[396]

que o companheiro em questão queria a sanduíche e fiz-lhe um gesto para que a apanhasse.

A estratégia resultou, pois este guarda deixou de nos apoquentar tanto. Chegou mesmo a fazer perguntas acerca do ANC Quando um homem trabalhava para o sistema prisional o Governo fazia -lhe uma lavagem ao cérebro com a sua propaganda. Devia acreditar que éramos terroristas e comunistas que pretendiam expulsar os brancos para o mar. Mas quando lhe explicámos tranquilamente o nosso projecto não racial, o nosso desejo de direitos iguais e os nossos planos de redistribuição da riqueza, coçou a cabeça e disse:

- Isso faz mais sentido do que os nacionalistas.

Não ser hostilizado pelos carcereiros facilitava uma das tarefas mais importantes em Robben Island: a comunicação. Considerávamos nosso dever manter o contacto com os nossos homens das secções F e G, onde estavam alojados os presos de delito comum. Enquanto políticos, estávamos tão empenhados em consolidar a nossa organização no interior da cadeia como tínhamos estado no exterior. A comunicação era essencial para coordenar os nossos protestos e reclamações. Devido ao elevado número de presos que entravam e saíam da secção geral, os homens das alas F e G tinham informações mais actualizadas sobre o que se passava no movimento e acerca das nossas famílias.

A comunicação entre as diferentes secções constituía uma violação grave dos regulamentos, mas encontrámos muitas maneiras eficazes de contornar essa proibição. Os homens que traziam os bidões com a comida pertenciam à secção geral e nos primeiros meses conseguimos trocar algumas palavras sussurradas em que nos transmitiam curtas mensagens. Formámos uma comissão de comunicações clandestino, composto por Kathy, Mac Maharaj, Laloo Chiba e vários outros, cuja função era organizar essas práticas.

Uma das primeiras técnicas foi engendrada por Kathy e Mac, que repararam que durante as idas para a pedreira os guardas costumavam deitar fora caixas de fósforos vazias. Começaram a recolhê-las em segredo e Mac teve a ideia de construir um fundo falso para esconder uma curta mensagem. Laloo Chiba, que já tinha trabalhado como alfaiate, escrevia minúsculas mensagens em código que eram colocadas dentro da caixa modificada. Joe Gqabi, outro combatente do MK que estava connosco, levava as caixas e durante o percurso até à pedreira largava-as num cruzamento em que sabíamos que os outros reclusos iriam passar. Por breves palavras trocadas durante a entrega da comida, explicávamos o plano. Os reclusos designados das secções F e G apanhavam as caixas, que nós também recolhíamos pelo mesmo processo. Estava longe de ser perfeito e os nossos planos podiam gorar-se por qualquer coisa tão imprevista como a chuva. Mas não tardou que descobríssemos métodos mais eficazes.

[397]

Esperávamos por um momento em que os guardas estivessem distraídos, em geral durante e depois das refeições. Íamos buscar a comida e combinávamos um esquema em que os camaradas da secção central que trabalhavam na cozinha colocavam cartas e bilhetes embrulhados em plástico no fundo dos tambores da papa. Devolvíamos a correspondência pelo mesmo processo, embrulhando os bilhetes em plástico e colocando-os no fundo das pilhas de pratos sujos que voltavam para a cozinha. Fazíamos o possível por criar uma grande porcaria, a espalhar restos por todos os pratos. Os guardas chegaram a queixar-se da barafunda, mas nunca se deram ao trabalho de inspeccionar a louça suja.

Os nossos lavabos e retretes eram anexos à secção de isolamento. Os presos da secção geral eram muitas vezes condenados ao isolamento e usavam as mesmas instalações sanitárias que nós, embora em momentos distintos. Mac

imaginou um processo em que os bilhetes eram embrulhados em plásticos e entalados no interior da borda da sanita. Encorajávamos os nossos camaradas da secção geral a fazerem-se castigar com o isolamento de modo a poderem recuperar esses bilhetes e enviar as respostas. Era um sítio onde os guardas nunca procuravam.

Para que as nossas mensagens não pudessem ser lidas e percebidas pelas autoridades, no caso de as encontrarem, engendrámos uma maneira de as escrever que não era fácil de decifrar. Uma dessas maneiras era escrevê-las com leite. O leite secava quase imediatamente e o papel parecia em branco. Mas se o pulverizássemos com o desinfectante das sanitas a escrita reaparecia. Infelizmente, era raro recebermos leite. Quando a um de nós foi diagnosticada uma úlcera, usámos o leite que lhe davam.

Outra técnica consistia em escrever letras minúsculas em código sobre papel higiénico. O papel era tão pequeno e fácil de esconder que este processo foi bastante utilizado para difundir mensagens. Quando as autoridades descobriram algumas dessas comunicações, racionaram drasticamente o papel higiénico. Govan, que estava doente e não ia para a pedreira, foi encarregado de contar oito quadrados de papel por dia para cada recluso.

Contudo, e apesar de todos estes métodos engenhosos, uma das melhores maneiras era também a mais fácil: arranjar uma estada no hospital da prisão. Na ilha só havia um hospital, e enquanto lá estávamos era difícil manterem-nos separados dos presos comuns. Por vezes, presos de diferentes secções ficavam nas mesmas enfermarias e os homens das secções B, F e G misturavam-se e trocavam informações acerca de organizações políticas, greves, greves de zelo ou outros assuntos correntes na prisão.

As comunicações com o exterior realizavam-se de duas maneiras: através dos presos cujas penas terminavam e saíam da ilha e por intermédio dos visitantes. Os presos que saíam levavam consigo cartas cosidas nas roupas ou na bagagem. Com os visitantes, era ainda mais perigoso, porque o

visitante também corria riscos. Quando os advogados vinham falar connosco os

guardas não podiam permanecer na sala e por vezes conseguíamos entregar-lhes uma carta. Os advogados não eram revistados. Nesses encontros comunicávamos entre nós por escrito, como tínhamos feito durante o Processo de Rivónia. Como a sala tinha escutas montadas dizíamos qualquer coisa como:

- Por favor, diga a... - calávamo-nos e estendíamos um papel onde estava escrito, por exemplo «O. T.», que queria dizer Oliver Tambo - que aprovamos o seu plano de restringir a dimensão do... - novo papel, com as palavras «Executivo Nacional».

Foi por meio de uma folha de papel embrulhada em plástico e escondida no fundo de um tambor de comida que em Julho de 1966 tomámos conhecimento de que os homens da secção geral tinham iniciado uma greve de fome em protesto contra as condições deploráveis. A nota não era muito clara e não ficámos a saber se a greve já tinha começado nem as suas causas específicas. Fosse como fosse, apoiávamos qualquer greve dos reclusos, independentemente das suas razões. Passada a palavra, resolvemos encetar uma greve de solidariedade, a começar na refeição seguinte. A greve de fome consiste apenas numa coisa: não comer.

Devido ao atraso das comunicações, os reclusos da secção geral provavelmente só saberiam da nossa greve um dia depois. Mas sabíamos que a nossa atitude lhes daria coragem. As autoridades diziam-lhes que nós não participávamos e que nos banquetearíamos com magníficas refeições. Era um procedimento rotineiro. Sempre que ocorria uma crise, as autoridades iniciavam uma campanha de desinformação para lançar umas secções contra as outras. Neste caso, enquanto o ANC apoiou a greve, alguns homens do PAC que estavam na secção geral não o fizeram.

Durante o primeiro dia da nossa greve serviram-nos as refeições normais, que nos recusámos a comer. No dia seguinte notámos que as quantidades eram maiores e que entre a papa havia mais vegetais. Ao terceiro dia serviram apetitosos pedaços de carne. Ao quarto dia, as papas brilhavam de gordura e apresentavam grandes nacos de carne e de vegetais a boiar. Era de fazer crescer água na boca. A tentação era grande, mas resistimos, embora fossem particularmente duros para connosco na pedreira. Soubemos que na secção principal havia presos que desmaiavam e eram levados em carros de mão.

Fui chamado à secretaria-geral para uma conversa com o coronel Wesseis. Estas sessões eram particularmente delicadas, pois os meus companheiros sabiam que as autoridades me procurariam influenciar para desistir da greve. Wessels era um homem que ia direito ao assunto e perguntou-me por que razão fazíamos greve de fome. Respondi-lhe que, enquanto presos

[399]

políticos, víamos o protesto para melhorar as condições da prisão como uma continuidade da luta contra o *apartheid*.

- Mas se vocês nem sabem por que razão eles estão em greve nas secções F e G!

Respondi-lhe que isso não interessava, que os homens das secções F e G eram nossos irmãos e que a nossa luta era indivisível. Resfolegou e mandou-me embora.

No dia seguinte tomámos conhecimento de um facto extraordinário: os guardas tinham desencadeado a sua própria greve à alimentação, recusando-se a entrar na cantina. A greve deles não era em apoio da nossa, tinham simplesmente concluído que, se nós podíamos fazer, por que razão não poderiam eles também? Exigiam melhor alimentação e melhores alojamentos. A combinação das duas greves foi demasiado para as chefias. Resolveram o assunto com os guardas e um dia ou dois depois soubemos que tinham ido à secção geral falar com os representantes dos presos para negociar as melhorias. Os presos da secção geral proclamaram vitória e puseram termo à greve de fome. No dia seguinte fizemos o mesmo.

Esta foi a primeira e mais bem-sucedida das greves de fome que se realizaram na ilha. Como forma de protesto, estas greves nunca tiveram grande resultado e a lógica que lhes estava subjacente sempre me pareceu quixotesca. Para que uma greve de fome tivesse êxito seria preciso que se soubesse dela no exterior. De outro modo, os reclusos morriam à míngua sem que ninguém soubesse. As informações que passavam para o exterior sobre uma greve de fome poderiam desencadear artigos nos jornais, que por sua vez poriam em

acção os grupos de defesa dos direitos. O problema, especialmente nos primeiros anos, é que era quase impossível alertar alguém do exterior que lá dentro estava em curso uma greve de fome.

Para mim, as greves de fome eram demasiado passivas. Éramos nós, que já tanto sofriamos, que púnhamos em risco a nossa saúde e mesmo a própria vida. Sempre preferi formas de protesto mais activas e militantes, tais como greves ao trabalho, greves de zelo ou recusa de efectuar as limpezas. Acções que se reflectissem sobre as autoridades e não sobre nós. Queriam cascalho, nós não fazíamos cascalho. Queriam o pátio da prisão limpo, ficava sujo. Este género de acções irritava-os e exasperava-os, enquanto sempre acreditei que em segredo até gostavam de nos ver passar fome.

Mas quando se tratava de tomar uma decisão, muitas vezes os votos não me eram favoráveis. Por piada, os meus companheiros até me acusavam de não querer perder uma refeição. Os que propunham as greves de fome argumentavam que era uma forma de protesto tradicionalmente praticada em todo o mundo, até por grandes líderes como o Mahatma Gandhi. No entanto,

[400]

depois de tomada a decisão, respeitava-a com tanto rigor como os seus proponentes. De facto aconteceu-me durante essas greves ter de admoestar alguns companheiros que não queriam respeitar o acordado. Lembro-me de um homem me dizer:

- Madiba, quero a minha comida. Não percebo por que razão hei-de passar sem ela. Há muitos anos que me dedico à nossa luta.

Por vezes alguns camaradas comiam às escondidas. Sabíamos isto por uma razão simples: ao segundo dia de uma greve de fome ninguém precisa de usar a casa de banho. E no entanto, de manhã via-se um fulano a dirigir-se à sanita. Tínhamos o nosso próprio serviço de espionagem interna, pois sabíamos que alguns dos homens eram volúveis neste domínio.

Decorria a greve de fome de Julho de 1966 quando recebi a segunda visita da minha mulher. Aconteceu exactamente dois anos após a primeira e esteve a ponto de não se realizar. Winnie andava a ser perseguida desde a primeira visita, em 1964. As irmãs e os irmãos dela também eram incomodados pela polícia e as autoridades tentaram proibir qualquer membro da família de coabitar com ela. Soube algumas destas coisa na altura, mas de outras só vim a saber mais tarde. Algumas das patifarias mais torpes chegaram ao meu conhecimento porque ao regressar da pedreira encontrava recortes de jornais colocados em cima do catre pelos carcereiros.

À sua maneira perversa e mesquinha, o Governo fez tudo o que pôde para tornar os dias de Winnie tão desagradáveis quanto possível. Durante os dois anos anteriores as suas visitas tinham-se gorado por acção dos magistrados locais e pelas repetidas proscricções que a impediam de viajar. a advogado tinha-me dito há pouco que Winnie fora avisada pela polícia de que só me poderia visitar se fosse portadora de um passe. Winnie, que desde a década de 1950 protestava contra os passes das mulheres, muito justamente recusou-se a transportar consigo o odiado documento. Era evidente que as autoridades procuravam humilhá-la e a mim também. Mas para mim era mais importante que nos víssemos do que contrariar essas maquinações mesquinhas e Winnie consentiu no uso do passe. Sentia uma tremenda falta dela e precisava do conforto de a ver, para além de que tínhamos assuntos importantes de família para tratar.

As disposições relativas a cada visita de Winnie eram longas e complicadas. Estava proibida de viajar de comboio e de automóvel e tinha de se deslocar de avião, o que tornava a viagem mais dispendiosa. Era obrigada a tomar o caminho mais rápido entre o aeroporto e Caledon Square, onde estava instalada a polícia da Cidade do Cabo, e aí tinha de assinar vários

documentos. No regresso devia apresentar-se na mesma esquadra, para assinar mais papéis.

Foi também por um recorte de jornal que fiquei a saber que uma brigada do Special Branch tinha entrado abruptamente na nossa casa de Orlando quando Winnie se estava a vestir e que ela empurrara furiosamente o agente para fora do quarto. Quando o tenente a acusou de agressão pedi ao meu amigo e antigo colega George Bizos que a defendesse, o que ele fez com competência. Vimos histórias nos jornais sobre o assunto e alguns homens até troçaram do espírito belicoso de Winnie.

- Parece que não és o único pugilista da família, Madiba.

A segunda visita teve apenas a duração de meia hora, com tanto que

tínhamos para falar. Winnie estava bastante perturbada com o tratamento que recebera na Cidade do Cabo e com o facto de, como sempre, ter tido de viajar no porão do *ferry*, pelo que ficou enjoada com os cheiros do motor. Esmerara-se a vestir-se para mim, mas pareceu-me muito magra e abatida.

Falámos sobre a escola das crianças, a saúde da minha mãe, que não estava muito bem, e as nossas finanças. A educação de Zeni e de Zindzi era um tema crucial. Winnie colocara as garotas numa escola classificada como indiana e o Governo andava a incomodar o director por violar a lei ao aceitar crianças de raça negra. Tomámos a decisão dolorosa de enviar Zeni e Zindzi para estudarem na Suazilândia. Para Winnie isto era muito difícil, já que as garotas lhe davam muito apoio. Quanto a mim, fiquei satisfeito por saber que iriam receber uma educação melhor, mas inquieto por causa de Winnie. Ficaria sozinha e à mercê de pessoas que lhe queriam mal e se apresentavam sob a capa de amigos. Winnie confiava demasiado nas boas intenções dos outros.

Para contornar a proibição de conversar sobre assuntos não relacionados com a família usámos nomes cujo significado era claro para nós, mas não para os guardas. Quando queria saber se Winnie estava realmente bem perguntava-lhe, por exemplo:

- Soubeste qualquer coisa de Ngutyana? Sabes se está bem?

Ngutyana é um dos nomes de clã de Winnie, mas as autoridades não sabiam disso. Winnie respondia-me então como ia Ngutyana. Se o guarda

quisesse saber quem era respondíamos que era uma prima. Quando queria saber como ia a missão externa do ANC, perguntava:

- E a igreja, como vai?

Winnie falava então sobre a igreja, usando as palavras adequadas e a dado momento eu inquiria:

- Então e os padres? Têm novos sermões?

Era improvisando deste modo que conseguíamos trocar bastantes informações.

Como sempre, quando o guarda gritou «Acabou o tempo!» tive a sensação de que se tinham passado poucos minutos. Tive ganas de me despedir

[402]

com um beijo no vidro, mas refreei-me. Fiz sempre questão de que fosse ela a primeira a sair, para que não me visse ser levado pelos guardas, e ficava a vê-la murmurar um adeus, a ocultar o seu desgosto aos olhos dos carcereiros.

Depois da visita reproduzi mentalmente todos os momentos do encontro, o que ela trazia vestido, o que ela tinha dito, o que eu tinha dito. Escrevia -lhe então uma carta em que abordava pontos da nossa conversa e a lembrar-lhe que tivesse cuidado consigo, o muito que a amava, a solidez do nosso afecto e sua coragem inabalável. As minhas cartas eram ao mesmo tempo cartas de amor e a única maneira de lhe dar o conforto emocional de que tanto carecia.

Pouco depois da visita soube que Winnie fora processada por não se ter apresentado à polícia no regresso à Cidade do Cabo e de não lhes ter deixado indicação da sua morada. Depois de ter dado a morada no *ferry*, voltaram a pedir-lha quando regressou e ela recusou, porque já o tinha feito.

Winnie foi presa e libertada sob caução. Foi julgada e condenada a um ano de cadeia com pena suspensa, excepto por quatro dias. Em consequência deste incidente foi despedida do segundo emprego como assistente social e perdeu a sua principal fonte de rendimento.

O Estado fazia tudo quanto lhe era possível para me atormentar, sobretudo nos domínios em que me considerava impotente para resistir. Pelo fim do ano de 1966, por instigação do ministro da Justiça, a Transvaal Law Society apresentou uma moção no sentido de me retirar da lista de advogados em exercício por causa da condenação no Processo de Rivónia. Aparentemente não se sentiram desencorajados por uma tentativa anterior, mal sucedida, de retirar o meu nome da lista na sequência da condenação pela Campanha de Protesto.

Só tomei conhecimento da iniciativa da Law Society depois de esta ter sido iniciada. A organização era muitíssimo conservadora e procurava castigar-me numa situação em que sabia que não me podia defender. Não era fácil para um recluso de Robben Islan defender-se em juízo, mas foi precisamente isso que decidi fazer.

Informei as autoridades de que tencionava contestar a acção e que queria preparar o meu caso. Expliquei que para me preparar devidamente teria de ser dispensado de trabalhar na pedreira e que precisaria de uma mesa, de uma cadeira e de luz adequada para trabalhar no processo. Reclamei também acesso a uma biblioteca jurídica e que me transferissem para Pretória.

A minha estratégia consistia em afogar as autoridades prisionais e o tribunal com pedidos legítimos que levariam bastante tempo para satisfazer. As autoridades ficavam aflitas sempre que manifestava vontade de me

[403]

defender em tribunal porque a publicidade que era dada a estes casos evidenciava que continuava a lutar pelos mesmos princípios de sempre.

A primeira reacção foi: «Mandela, por que não contrata um advogado para o defender? Alguém que trate do caso como deve ser. Por que se expõe?» Insisti e requeri ao escrivão do Supremo Tribunal que me fornecesse os autos, documentos e livros de que precisava. Solicitei ainda uma lista de testemunhas do Estado e a transcrição dos respectivos depoimentos.

Recebi uma carta em que me diziam que antes de o tribunal aceder ao meu pedido precisaria de saber qual a natureza da minha defesa. Uma coisa extraordinária. Pedir a um advogado que explique a sua defesa antes do julgamento? Nenhum acusado pode ser obrigado a revelar a sua defesa antes do julgamento. Respondi-lhes que a natureza da minha defesa ficaria bem clara quando apresentasse os meus papéis, mas não antes.

Foi o princípio de um fluxo de correspondência entre mim, o escrivão e o advogado do Estado, que representava a Law Society. Não transigi em nenhuma das minhas exigências. As autoridades também não cederam: não podia ser dispensado do trabalho na pedreira e em circunstância alguma seria permitida a minha transferência para Pretória para usar a biblioteca jurídica.

Persisti no massacre do escrivão e da Law Society com exigências que continuaram a recusar. Por fim, ao cabo de muitos meses e de muitas cartas, sem alarde e apenas com uma comunicação superficial, deixaram cair o processo. O caso era mais complicado do que esperavam. Tinham julgado que não tomaria a iniciativa nem teria meios para me defender, mas estavam enganados.

Pude acompanhar em pormenor as reacções oficiais à minha oposição aos intentos da Law Society porque recebíamos um jornal diário, como se o tivéssemos assinado. E em termos práticos assim era.

O carcereiro que nos vigiava durante a noite era um homem discreto, de certa idade, que pertencia às Testemunhas de Jeová, e de quem Mac Maharaj se tinha tornado amigo. Uma noite, foi à cela de Mac e disselhe que queria entrar no concurso de um jornal, o que implicava redigir um ensaio. Perguntou se Mac não o poderia ajudar e deu a entender que seria recompensado. Mac concordou e escreveu o ensaio. Duas semanas depois, o velho guarda abordou Mac, muito excitado. Tinha sido seleccionado para a final do concurso. Mac não se importaria de lhe escrever outro ensaio? Como recompensa prometeu-lhe um frango cozinhado. Mac respondeu-lhe que precisava de pensar.

No dia seguinte falou comigo e com Walter sobre a situação. Walter encorajou-o a aceitar a comida, mas eu apreciei a relutância de Mac, porque isso daria a impressão de que recebia tratamento especial. Nessa noite, Mac

disse ao guarda que lhe escrevia o ensaio em troca de um pacote de cigarros. O homem concordou e no dia seguinte presenteou Mac com o tabaco. Mac disse-nos então que agora tinha poder sobre o carcereiro.

- Como? - perguntámos.

- Porque tenho as suas impressões digitais no pacote de tabaco e posso fazer chantagem com ele.

Walter exclamou que isso seria imoral. Não censurei Mac, mas perguntei-lhe o que ia exigir em troca da chantagem. Mac ergueu o sobrolho e respondeu:

- Jornais.

Walter e eu trocámos um olhar. Creio que em Robben Island Walter era a única pessoa que apreciava jornais tanto como eu. Mac já tinha discutido o plano com a comissão de comunicações e embora todos tivéssemos reservas quanto aos métodos usados, ninguém o dissuadiu.

Nessa noite, Mac disse ao carcereiro que tinha as suas impressões digitais no pacote de cigarros e que se ele não cooperasse o denunciaria ao comandante. Apavorado com a ideia de ser despedido e perder o direito à reforma, o carcereiro concordou em fazer o que ele quisesse. Durante os seis meses seguintes, até o homem ser transferido, todos os dias entregava o jornal a Mac, que resumia as notícias numa folha de papel que fazia circular entre nós. Para cúmulo, o infeliz carcereiro não ganhou o tal concurso.

É difícil dizer o que fazíamos mais na pedreira: se extrair cal se conversar. Durante o ano de 1966, os guardas adoptaram uma atitude mais tolerante: podíamos falar quanto quiséssemos desde que fôssemos trabalhando. Formávamos pequenos grupos, quatro ou cinco homens em círculo, e conversávamos durante todo o dia sobre tudo o que nos vinha à cabeça. Falávamos constantemente, tanto sobre assuntos sérios como sobre as coisas mais triviais.

Na prisão nada há que seja agradável - com uma única excepção. Tem-se

tempo para pensar. Na voracidade da luta, estamos sempre a reagir às circunstâncias em constante mutação e raramente temos ocasião para sopesar todas as implicações do que fazemos ou das políticas que seguimos. A prisão proporcionava o tempo - muito mais do que o necessário - para reflectirmos no que tínhamos ou não feito.

As discussões sobre política eram constantes. Algumas resolviam-se num dia, outras arrastavam-se durante anos. Sempre gostei do ritmo de parada e resposta próprio dos debates e estava sempre pronto para tomar parte num. Uma das nossas discussões mais prolongadas foi acerca do relacionamento entre o ANC e o Partido Comunista. Alguns dos homens, em especial os soldados do MK, que tinham recebido instrução em países socialistas, acreditavam que o partido e o ANC eram uma e a mesma coisa.

[405]

Até alguns membros superiores do ANC, como Govan Mbeki e Harry Gwala, eram da mesma opinião.

Em Robben Island, o partido não existia enquanto entidade separada. Na prisão não fazia sentido sublinhar as diferenças entre o partido e o ANC que se verificavam no exterior. A minha opinião sobre o assunto não se tinha alterado mesmo depois de muitos anos. O ANC era um movimento de libertação das massas que acolhia todos os que partilhavam o mesmo objectivo.

Com o correr do tempo, a discussão sobre o partido e o ANC foi-se tornando azeda. Houve então quem propusesse uma maneira de resolver a questão: escrever ao ANC no exílio, em Lusaka. Elaborámos um documento secreto de vinte e duas páginas a coberto de uma carta minha, a ser enviado para Lusaka. Redigir e fazer sair clandestinamente um documento daqueles foi uma manobra arriscada. Por fim, Lusaka confirmou a separação entre o partido e o movimento e a discussão morreu ali.

Outra discussão política recorrente era se a liderança do ANC devia ser ou não exclusivamente constituída por elementos das classes trabalhadoras. Para alguns, se o ANC era uma organização de massas composta sobretudo por trabalhadores, fazia sentido que os dirigentes fossem oriundos da mesma classe.

O meu argumento é que seria tão pouco democrático especificar que os dirigentes teriam forçosamente de pertencer às classes trabalhadoras como à burguesia intelectual. Se o movimento insistisse nessa regra, a maioria dos seus líderes, homens como o chefe Luthuli, Moses Kotane e o doutor Dadoo, não poderia ser eleita. Os revolucionários encontram-se em todas as classes.

Mas nem todas as discussões eram sobre política. Um tema que suscitou muitas dissensões foi a circuncisão. Para alguns, a circuncisão praticada pelos xossas e por outras tribos não era apenas uma mutilação desnecessária do corpo como um regresso ao género de tribalismo que o ANC queria ver suprimido. Era um argumento de peso, mas a ideia prevalecente, com a qual eu concordava, era que a circuncisão como rito cultural não só tinha um efeito benéfico para a saúde com exercia um poderoso efeito psicológico. Era um ritual que consolidava a identificação com o grupo e inculcava valores positivos.

Esta discussão prolongou-se anos a fio e foram muitos os que se pronunciaram abertamente a favor da circuncisão. Um recluso que trabalhava no hospital e que antigamente tinha sido *ingcibi* organizou em segredo um grupo de jovens presos da nossa secção que se voluntariaram para serem circuncidados. Depois da cerimônia organizávamos uma pequena festa com chá e bolachas e durante um dia ou dois andaram enrolados nas mantas, como era da tradição.

[406]

Um assunto a que voltávamos repetidamente era a questão de saber se em África havia ou não havia tigres. Havia quem afirmasse que, embora houvesse a crença popular de que os tigres viviam em África, isso não passava de um mito, pois esses animais eram naturais da Ásia e do subcontinente indiano. Na África havia muitos leopardos, mas tigres, não. O outro lado argumentava que os tigres eram oriundos da África, onde alguns viviam. Havia mesmo quem afirmasse ter visto com os próprios olhos esse poderoso e belo felino nas selvas africanas.

Eu afirmava que embora não houvesse tigres em África havia em xossa uma palavra para tigre, diferente da palavra para leopardo, e que se a palavra existia isso significava que o animal devia ter existido. Se assim não fosse, por que razão haveria uma palavra para o designar? Este argumento foi repetido

inúmeras vezes e recordo-me de Mac ter dito que há centenas de anos, muito antes da invenção dos aviões, existia em hindu uma palavra para uma nave que voava, o que não queria dizer que houvesse aeroplanos na velha Índia.

Zithulele, o *Calado*, era o nome que dávamos ao guarda tolerante e de modos suaves que tomava conta de nós na pedreira. Em geral mantinha-se a grande distância enquanto trabalhávamos e não interferia em nada desde que mantivéssemos a ordem. Nunca nos invectivou quando descansávamos e conversávamos, encostados ao cabo da pá.

Nós respondíamos na mesma moeda. Um dia, estávamos em 1966, aproximou-se de nós e disse:

- Meus senhores, a chuva apagou os traços das estradas e precisamos de vinte quilos de cal para hoje. Arranja-se?

Embora andássemos a trabalhar muito pouco, como nos tinha abordado de forma correcta, concordámos em fazer o que nos pedia.

Nessa Primavera sentimos um certo degelo por parte das autoridades, um abrandamento da disciplina de ferro que tinha prevalecido na ilha. A tensão entre reclusos e guardas também abrandara.

Contudo, a bonança durou pouco e terminou abruptamente numa manhã de Setembro. Acabávamos de pousar as pás e as picaretas com que trabalhávamos na pedreira e dirigíamo-nos ao barracão para almoçar. Ao estender-nos um bidão de comida, um dos presos segredou:

- Verwoerd morreu.

E foi tudo. A notícia espalhou-se rapidamente. Olhámos uns para os outros, sem querer acreditar, e também para os guardas, que pareciam alheios a um acontecimento de tão grande importância.

Não conhecíamos as circunstâncias da morte do primeiro-ministro. Mais tarde ouvimos dizer que um obscuro mensageiro branco do parlamento o tinha apunhalado e interrogámo-nos sobre quais seriam os seus motivos. Embora Verwoerd considerasse os negros inferiores aos animais, a sua morte não nos deu prazer. O homicídio por motivos políticos não é algo que eu ou o ANC alguma vez tenhamos defendido. É uma forma primitiva de se opor a um inimigo.

Verwoerd fora o principal teórico e construtor do *apartheid*. Tinha defendido a criação dos bantostões e o Bantu Education Act. Pouco antes de morrer tinha levado os nacionalistas à vitória nas eleições gerais de 1966, nas quais o partido do *apartheid* havia consolidado a maioria, ganhando cento e vinte e seis lugares contra os trinta e nove do Partido Unido e um do Partido Progressista.

Como tantas vezes sucedia na ilha, tínhamos sabido uma notícia de alto significado político antes dos próprios guardas. Mas no dia seguinte já era óbvio que sabiam, pois descarregaram a sua fúria sobre nós. A tensão, que tinha levado meses a esbater-se, reacendeu-se na sua máxima força. As autoridades deram início a uma repressão sem precedentes sobre os presos políticos, como se tivessem sido eles a apunhalar Verwoerd.

O Governo sempre desconfiou que tínhamos ligações com toda a espécie de grupos poderosos exteriores. Uma vaga de ataques bem-sucedidos da guerrilha contra as forças policiais da África do Sul na Namíbia, empreendida pela Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), também lhes pusera os nervos em franja. Creio que nos devíamos ter sentido lisonjeados pelo facto de o Governo suspeitar que as nossas incipientes forças militares tinham a sofisticação necessária para eliminar o chefe do Estado. Estas suspeitas apenas reflectiam a insegurança de homens de vistas estreitas, que assacavam os problemas não às suas políticas mal orientadas mas a um opositor que dava pelo nome de ANC

A onda de repressão desencadeada contra nós nunca foi oficialmente declarada, mas foi reinstituída a atmosfera de rigor que imperava quando chegámos à ilha. O *Calado* foi substituído por um homem que era um látego perverso. Chamava-se Van Rensburg e foi colocado na ilha vinte e quatro horas depois da notícia do assassinio. Tinha uma reputação que o precedia, pois o seu nome era conhecido entre os reclusos como sinónimo de brutalidade.

Van Rensburg era um tipo grande, desajeitado, que não falava, só gritava. Logo nos primeiros dias reparámos que tinha uma pequena suástica tatuada no pulso. Mas não precisava daquele símbolo agressivo para provar a sua crueldade. O trabalho dele era fazer que as nossas vidas fossem tão desgraçadas quanto possível e dedicou-se a essa função com grande entusiasmo.

[408]

Ao longo dos meses seguintes, todos os dias Van Rensburg acusava um de nós de insubordinação ou de se fingir doente. De manhã, combinava com os outros guardas quem seria acusado nessa tarde. Era uma política selectiva de intimidação e o nome do que seria acusado nada tinha a ver com o facto de ter trabalhado muito ou pouco nesse dia. Quando nos arrastávamos de regresso às celas, Van Rensburg lia uma lista:

- Mandela [ou Sisulu, ou Kathrada], quero ver-te imediatamente defronte do escritório principal.

O tribunal administrativo da ilha começou a fazer horas extraordinárias. Como reacção, formámos a nossa comissão legal, constituído por mim, Fikile Bam e Mac Maharaj. Mac estudara Direito e gostava de colocar as autoridades na defensiva. Fiks, que estava a tirar o curso de Direito, era um tipo inteligente e pleno de recursos que assumira a chefia da comissão de presos da nossa secção. O trabalho desta comissão consistia em aconselhar os nossos companheiros sobre como se deveriam comportar perante o tribunal administrativo da ilha.

Van Rensburg estava longe de ser um tipo esperto e se na pedreira nos conseguia dominar, no tribunal éramos nós quem levava a melhor. A nossa estratégia era não discutir com ele no terreno, mas argumentar em defesa

do nosso caso perante outros funcionários um pouco mais esclarecidos. No tribunal administrativo, a acusação era lida pelo magistrado presidente.

- Fingiu-se de doente na pedreira - dizia o magistrado, e Van Rensburg ouvia, impado de orgulho.

Eu aconselhava os meus companheiros a que, depois da leitura integral da acusação, fizessem apenas uma coisa: pedir «mais pormenores» ao tribunal.

Era um direito que lhes assistia na qualidade de réus e embora esse pedido se tenha tornado uma rotina, Van Rensburg metia quase sempre os pés pelas mãos. A sessão era então adiada para que Van Rensburg recolhesse «mais pormenores».

Van Rensburg era um tipo vingativo nas grandes e nas pequenas coisas.

Quando o nosso almoço chegava à pedreira e nos sentávamos para comer agora já tínhamos uma mesa comprida, de madeira - Van Rensburg aproveitava a ocasião para urinar ao lado da nossa comida. Creio que lhe devíamos ficar gratos por o não fazer directamente lá para dentro, mas mesmo assim apresentámos um protesto contra esse hábito.

Uma das poucas maneiras que um recluso tem de se vingar dos guardas é através do humor e Van Rensburg tornou-se o alvo de muitas piadas. Entre nós chamávamos-lhe *Mala de Viagem*. O almoço dos guardas vinha em caixas conhecidas por «malas de viagem» e cada guarda escolhia um preso, para lhe transportar a «mala», em geral o seu favorito, que depois era recompensado com metade de uma sanduíche. Contudo, todos nos

[409]

recusávamos a transportar o almoço de Van Rensburg e daí a alcunha. Para um guarda era humilhante ter de transportar a própria lancheira.

Um dia, sem querer, e quando Van Rensburg estava a ouvir, Wilton Mkwai referiu-se ao *Mala de Viagem*.

- Quem é esse *Mala de Viagem*? - berrou Van Rensburg.

Wilton fez uma pausa e por fim deixou escapar:

- É você.

- Por que me chamam *Mala de Viagem*? - quis saber Van Rensburg.

- Porque você anda com a sua «mala» - respondeu Wilson, hesitante.

- Os presos levam as «malas» dos guardas, mas a sua não levamos, é por isso que lhe chamam o *Mala de Viagem*.

Van Rensburg ficou calado, a pensar, mas em vez de uma explosão de cólera, disse:

- O meu nome é Dik Nek, não é *Mala de Viagem*.

Fez-se um silêncio pesado, que depressa foi quebrado por uma gargalhada geral. Em africânder, Dik Nek significa literalmente «pescoço grosso» e deixa subentender uma pessoa teimosa e obstinada. Mas creio que o *Mala de Viagem* era demasiado obtuso para perceber que acabava de ser insultado.

Um dia, na pedreira, voltámos à discussão sobre o tigre ser ou não originário de África. Sob a vigilância de Van Rensburg não podíamos falar com a mesma liberdade de antes, mas mesmo assim conseguíamos trocar algumas palavras enquanto trabalhávamos.

O principal defensor da ideia de que o tigre não era natural de África era Andrew Masondo, um dirigente do ANC da região do Cabo que tinha sido leitor em Fort Hare. Masondo exaltava-se facilmente e expunha com veemência os seus argumentos de que em África não havia tigres. A discussão estava acalorada e em determinado momento pousámos as ferramentas. Os guardas viram e gritaram para que voltássemos ao trabalho. Mas estávamos tão absorvidos na discussão que nem demos por isso. Alguns dos guardas de graduação inferior ordenaram-nos que trabalhássemos, mas não lhes prestámos atenção. Por fim apareceu o *Mala de Viagem*, que nos berrou em inglês, uma língua que estava longe de dominar:

- Vocês falam muito, mas trabalham «poucos»!

Os homens não pegaram nas ferramentas porque se perderam de riso.

Todos acharam imensa graça à gramática estropiada do *Mala de Viagem*. Mas ele não gostou e mandou imediatamente chamar o major Kellerman, que era o comandante.

O major chegou passados alguns minutos e encontrou-nos no mesmo

estado que antes. Kellerman estava há pouco tempo na ilha e vinha decidido a impor a ordem. Um dos guardas disselhe então que eu e Masondo não tínhamos trabalhado, de modo que fomos acusados de fugir ao trabalho

[410]

e de insubordinação. Por ordem de Kellerman fomos algemados e levados para o isolamento.

A partir dessa ocasião, o *Mala de Viagem* pareceu nutrir-me um rancor especial. Um dia, quando nos vigiava na pedreira, eu estava a trabalhar ao lado de Fikile Bam, longe dos outros, num dos extremos. Trabalhávamos com afinco, mas como ambos estudávamos Direito conversávamos sobre as leituras da noite anterior. No final do dia, Van Rensburg pôs-se à nossa frente e disse:

- Fikile Bam e Nelson Mandela, quero que se apresentem diante do escritório principal.

Fomos levados ao tenente e Van Rensburg declarou:

- Estes dois homens não trabalharam durante todo o dia. Acuso-os de não terem obedecido às ordens.

O tenente perguntou se tínhamos alguma coisa a dizer.

- Meu tenente - disse eu -, refutamos a acusação. Não só estivemos a trabalhar como temos provas disso, que são essenciais para a nossa defesa.

O tenente troçou da afirmação.

- Vocês trabalham todos no mesmo local. Como é que podem ter provas? Expliquei então que Fiks e eu tínhamos estado a trabalhar longe dos outros e que podíamos mostrar o que tínhamos feito. O *Mala de Viagem* admitiu ingenuamente que de facto tínhamos estado a trabalhar à parte e o tenente concordou em ir ver. Voltámos à pedreira.

Uma vez chegados, Fiks e eu dirigimo-nos ao local onde tínhamos estado

e aponte as consideráveis pilhas de pedras e de cal amontoadas nesse dia e disse:

- Isto é o nosso trabalho de hoje.

O *Mala de Viagem* nem sequer se tinha dado ao cuidado de ver o que tínhamos feito e ficou atrapalhado.

- Não é, não - disse ele ao tenente -, isso é o trabalho de uma semana. Céptico, o tenente replicou:

- Muito bem, mostre-me então o que foi que Mandela e Bam fizeram hoje. O *Mala de Viagem* embatucou e o tenente fez uma coisa que raramente vi: admoestou o subordinado na presença de reclusos.

Você está a mentir - e ali mesmo rejeitou as acusações contra nós.

Certa manhã, no princípio do ano de 1967, durante a comissão de serviço do *Mala de Viagem*, preparávamo-nos para caminhar até à pedreira quando ele nos informou que por ordem do major Kellerman estávamos proibidos de falar. Não só não podíamos conversar durante o percurso como estavam proibidas as conversas na pedreira.

- A partir de agora é o silêncio! - berrou ele.

[411]

Esta ordem lançou entre nós o desânimo e a indignação. As conversas eram a única coisa que tornava suportável o trabalho na pedreira. Claro que não falámos no assunto durante o percurso, pois estávamos proibidos de o fazer, mas durante o intervalo para o almoço os dirigentes do ANC e de outros grupos congeminaram um plano em segredo.

Quando estávamos em conciliábulo apareceu o major Kellerman, que se dirigiu ao barracão onde comíamos. Era uma visita fora do comum, pois nunca um oficial de alta patente se tinha deslocado ao nosso humilde barracão. O major anunciou a sua presença com uma tosse discreta e informou-nos de que a ordem

tinha sido um erro e que podíamos continuar a conversar enquanto estávamos na pedreira, desde que o fizéssemos em voz baixa. Mandou-nos pôr à vontade, rodou sobre os calcanhares e foi-se embora. Ficámos satisfeitos com a revogação da ordem, mas desconfiados em relação ao motivo.

Durante o resto desse dia não fomos obrigados a trabalhar muito. O *Mala de Viagem* desfez-se em atenções e num gesto de boa vontade retirou todas as queixas pendentes contra nós.

Nessa tarde descobri que fora transferido da cela n.º 4, à entrada do corredor, para a cela n.º 18, que ficava ao fundo. Todos os meus haveres tinham sido atirados para o chão da nova cela. Como de costume, não foi dada qualquer explicação.

Presumimos que íamos ter uma visita importante e que me tinham transferido para que não fosse o primeiro recluso a falar com quem viesse. Se cada preso desse voz às suas queixas pessoais, as autoridades podiam calar-nos a todos com a ordem «Acabou o tempo!» antes de o visitante chegar à cela 18. Em benefício da unidade, decidimos que cada preso do corredor diria ao visitante que, embora cada um tivesse as suas razões de queixa, o preso da cela 18 falaria por todos.

No dia seguinte, depois do pequeno-almoço, fomos informados de que não iríamos para a pedreira. Depois apareceu o major Kellerman para nos dizer que a senhora Helen Suzman, a única deputada do Partido Progressista no Parlamento e a única voz que verdadeiramente se opunha aos nacionalistas, chegaria dentro de pouco tempo. Menos de quinze minutos depois apareceu à porta do corredor a senhora Suzman, no seu metro e sessenta mal medidos, acompanhada pelo general Steyn, comissário das prisões. À medida que ia sendo apresentada a cada um dos reclusos, a senhora Suzman perguntava-lhe se tinha motivos para se queixar e os homens iam respondendo:

- Tenho muitos, mas o nosso porta-voz é o senhor Mandela, que está ao fundo do corredor.

Para grande desapontamento do general Steyn, em breve a senhora Suzman chegou à minha cela. Apertou-me a mão com firmeza e cordialidade e apresentou-se.

Diferentemente dos juízes e dos magistrados, que tinham acesso automático às prisões, os membros do Parlamento precisavam de solicitar autorização para fazer uma visita. A senhora Suzman era um dos poucos membros do Parlamento, senão o único, que se interessava pela sorte dos presos políticos. Circulavam muitas histórias a respeito de Robben Island, e a senhora Suzman tinha resolvido investigar pessoalmente.

Como se tratava da sua primeira deslocação a Robben Island, fiz o que me foi possível por pô-la à vontade. Mas era uma pessoa segura de si, que não se deixava impressionar pelo ambiente circundante e quis ir direita ao assunto. O general Steyn e o comandante da prisão estavam ao lado dela, mas nem por isso moderei as minhas palavras. Falei-lhe no nosso desejo de ver a alimentação melhorada e igual para todos e na necessidade de roupas melhores; nas instalações para estudo, no direito à informação, ou seja, de recebermos jornais; e em muitas outras coisas. Referi a dureza dos guardas e aludi em particular a Van Rensburg e à suástica que tinha tatuada no braço. Helen reagiu como um advogado:

- Muito bem, senhor Mandela, não podemos levar essa questão demasiado a peito porque não sabemos em que circunstâncias foi feita. Podem ter sido os pais, não é?

Assegurei-lhe que não era o caso.

Em condições normais nunca me teria queixado especificamente de um guarda. Na prisão aprendemos que é preferível combater por princípios gerais do que enfrentar indivíduos concretos. Por muito duro que um guarda seja, em geral está apenas a cumprir a política da prisão. Mas Van Rensburg pertencia a uma categoria especial e acreditávamos que se ele fosse afastado todos sentiríamos a diferença para melhor.

A senhora Suzman escutou-me com atenção, apontou o que eu dizia num pequeno bloco e prometeu abordar a questão com o ministro da Justiça. Depois inspeccionou as celas e trocou algumas palavras com vários reclusos. Era uma visão insólita e maravilhosa ver aquela mulher corajosa a espreitar para dentro das nossas celas e a deambular pelo pátio. Foi a primeira e a única mulher que

nos gratificou com a sua presença.

Durante a visita, Van Rensburg estava nervosíssimo. Segundo Kathy, enquanto eu e a senhora Suzman conversávamos, Van Rensburg pediu desculpa por tudo quanto tinha feito. Mas a sua contrição não durou muito, pois no dia seguinte disse que tinha retomado todas as acusações contra nós. Mais tarde viemos a saber que a senhora Suzman apresentou o nosso caso no Parlamento e algumas semanas depois da sua visita o *Mala de Viagem* foi transferido para fora da ilha.

Nunca imaginei que a luta fosse curta nem fácil. Os primeiros tempos passados na ilha foram difíceis tanto para nós como para a organização no exterior. Na sequência de Rivónia, grande parte da maquinaria clandestina do movimento tinha sido desmantelada. As nossas estruturas haviam sido descobertas e erradicadas; os que não tinham sido capturados lutavam com denodo para se manter um pouco à frente do inimigo. Praticamente todos os dirigentes importantes do ANC estavam na prisão ou no exílio. Nos anos que se seguiram a Rivónia, a Comissão de Relações Exteriores do ANC, que antes tinha a seu cargo a angariação de fundos, a diplomacia e a instituição de um programa de instrução militar, assumiu as rédeas da totalidade da organização. Não só tiveram de criar uma organização no exílio como de arcar com a tarefa ainda mais formidável de revitalizar o ANC na clandestinidade no interior da África do Sul.

O Estado estava mais forte. A polícia tinha mais poder, os seus métodos eram impiedosos e as suas técnicas, mais sofisticadas. A Força de Defesa Sul-Africana expandia-se. A economia mostrava-se sólida e os eleitores brancos estavam sossegados. O Governo da África do Sul tinha poderosos aliados como a Grã-Bretanha e os EUA, que se contentavam com a manutenção do *status quo*.

Mas no resto do mundo estava em marcha a luta contra o imperialismo. Entre meados e finais da década de 1960 eclodiram lutas armadas por todo o Sul de África. Na Namíbia (que então se chamava Sudoeste Africano), a SWAPO fazia as suas primeiras incursões na Faixa de Caprivi; em Moçambique e em Angola, o movimento de guerrilha crescia e alastrava. No Zimbabué (então Rodésia), avançava a luta contra a minoria branca. O Governo de Ian Smith tinha o apoio das Forças de Defesa Sul-Africanas e o ANC encarava a luta no Zimbabué como uma extensão da nossa luta interna. Em 1967 viemos a saber que o ANC se aliara à União do Povo Africano do Zimbabué (ZAPU), instituída por Joshua Nkomo.

Nesse ano, um grupo de guerrilheiros do MK que recebera instrução militar na Tanzânia e na Zâmbia atravessou o rio Zambeze em direcção à Rodésia com a intenção de entrar no nosso país. Este primeiro grupo de

combatentes recebeu o nome de Destacamento Luthuli e constituiu a ponta-de-lança da luta armada. Em Agosto, quando o Destacamento Luthuli, acompanhado por forças da ZAPU, se deslocou em direcção a sul, foi detectado pelas tropas rodesianas. Ao longo das semanas seguintes travaram-se ferozes combates, com perdas para ambos os lados. Por fim, as nossas forças sucumbiram perante o número superior das tropas rodesianas. Alguns homens foram capturados, outros retiraram para a Bechuanalândia que entretanto se tinha tornado independente sob o nome de Botswana.

[414]

No princípio de 1968, um destacamento mais numeroso do ANC penetrou em território rodesiano e combateu não só contra o exército local como contra a polícia sul-africana destacada na Rodésia.

Estas notícias só chegaram até nós muitos meses mais tarde e sob a forma de boatos, e só viemos a conhecer a realidade dos factos quando alguns dos homens capturados foram encarcerados connosco. Embora as nossas forças não tivessem saído vitoriosas do confronto, congratulámo-nos em segredo pelo facto de o MK se ter envolvido em combate com o inimigo nos próprios termos deste. Era um marco memorável no historial da nossa luta. «Justice» Panza, um dos comandantes do Destacamento Luthuli, juntou-se a nós na prisão. Falou-nos sobre a instrução militar recebida, sobre a educação política e sobre a coragem revelada no campo de batalha. Como antigo comandante-chefe do MK, sentime profundamente orgulhoso dos nossos soldados.

Antes das notícias sobre os combates travados pelo MK no estrangeiro, chegou-nos a nova de que o chefe Luthuli morrera em sua casa, em Julho de 1967. As circunstâncias da sua morte não podiam ser mais estranhas: foi atropelado por um comboio perto da sua herdade, onde costumava passear a pé. Foi-me dada autorização para escrever uma carta à viúva. A morte de Luthuli abriu um enorme vácuo dentro da organização. O chefe era um vencedor do Prémio Nobel, uma figura distinta e conhecida internacionalmente, que inspirava respeito tanto a negros como a brancos. Visto sob este prisma, era insubstituível. Contudo, em Oliver Tambo, que desempenhava a presidência *de facto* do ANC, a organização tinha um homem à altura do seu antecessor. Tal como Luthuli, era

um homem dotado do poder da palavra, embora discreto, seguro de si, mas humilde. E também ele simbolizava o preceito de Luthuli: «Que a nossa coragem cresça com o perigo.»

Na Secção B organizámos uma pequena cerimónia em honra do chefe, onde todos tiveram direito à palavra. Foi um acto discreto e respeitoso, com uma única nota dissonante. Quando Neville Alexander, do Movimento para a Unidade, se ergueu para falar, percebeu-se que não era para elogiar o defunto, mas para o censurar. Sem demonstrar o mínimo desgosto pela morte do homem, acusou Luthuli de ser um fantoche nas mãos dos brancos, sobretudo por ter aceitado o Nobel da Paz.

Para além de obstinado nas acusações, o discurso de Neville foi inteiramente contrário ao clima de cooperação entre as organizações que tentávamos criar na ilha. Desde que tinha chegado assumira como missão procurar pontos de entendimento com os nossos rivais na luta. Para mim, Robben Island era uma oportunidade para colmatar as profundas diferenças entre o PAC e o ANC. Se conseguíssemos reunir as duas organizações na ilha estabeleceríamos um precedente de unidade na luta pela libertação.

[415]

Contudo, desde o primeiro momento as relações com o PAC foram mais de competição que de cooperação. Alguns militantes do PAC já estavam na ilha e viram a nossa chegada como uma invasão do seu território. Alguns dos nossos homens contaram-nos ter ouvido os mais destacados dirigentes lamentarem-se por não termos sido enforcados.

Em 1962, aquando da minha primeira estada na ilha, os elementos do PAC eram muito mais numerosos do que os do ANC. Em 1967, a situação era a inversa, o que pareceu endurecer as posições do PAC. Eram descaradamente anticomunistas e anti-indianos. Nos primeiros tempos tive algumas conversas com Zeph Mothopeng, que tinha pertencido ao Comité Executivo Nacional do PAC. Zeph afirmava que o PAC era mais militante do que o ANC e que na prisão o ANC devia obedecer ao PAC. Afirmavam que as negociações com as autoridades eram uma traição, mas não se coíbiavam de tirar partido dos benefícios que daí resultassem. Em 1967 tive conversações com Selby Ngendane sobre a

questão da unidade. Antes de ser preso, Ngendane tinha-se oposto veementemente à Carta da Liberdade, mas na prisão moderou as suas opiniões, especialmente depois de ter sido colocado na nossa secção. Chegámos a escrever cartas às chefias centrais das nossas organizações a advogar a ideia da unidade. O ANC também trabalhou bem com Clarence Makwetu, que veio a ser presidente do PAC Makwetu, que tinha feito parte da Liga da Juventude do ANC, estava instalado na nossa secção e era um homem sensato e equilibrado. Tivemos muitas conversas frutuozas sobre a unidade das duas organizações, mas, depois de Makwetu ser libertado e substituído na liderança do PAC em Robben Island por John Pokela, essas conversações acabaram.

Por vezes, a insegurança do PAC gerava situações caricatas. Em determinado momento chegou de Pretória uma ordem de que eu devia ser isolado dos outros reclusos enquanto trabalhava na pedreira. Trabalhava sozinho, comia sozinho e tinha o meu próprio guarda. Esta nova regra causou alguma agitação no PAC. Alguns dias mais tarde, decidiram que o seu líder, Zeph Mothopeng, também devia ser isolado, e forçaram-no a trabalhar e a comer sozinho enquanto o meu isolamento durou.

De uma maneira geral, o PAC recusava-se a participar em reuniões que não fossem de cariz partidário. Quando convocávamos uma reunião para discutir os nossos problemas e, mais tarde, para falar sobre o que tínhamos lido no jornal, o PAC não comparecia. Para mim, era extremamente irritante. Percebemos que nada sabiam sobre o que se passava com a sua organização no exterior e ao mesmo tempo recusavam-se a acreditar quando lhes dizíamos que o PAC tinha aberto as suas fileiras a brancos e a indianos. Não podia ser, era uma heresia. No entanto, nós tínhamos lido no jornal que o activista branco Patrick Duncan fazia parte do executivo do PAC. Mas para eles isto não passava de propaganda do ANC.

[416]

O ANC tinha a sua própria organização na ilha. Conhecida como Alto Comando, ou, mais propriamente, Órgão Supremo, dela faziam parte os membros mais destacados do ANC que se encontravam em Robben Island, os antigos membros do Comité Executivo Nacional: Walter Sisulu, Govan Mbeki, Raymond Mhlaba e eu, que era, por assim dizer, o elemento principal do Órgão

Supremo.

Desde a sua formação que decidimos que o Órgão Supremo nada faria para influenciar a política do ANC no exterior. Não dispúnhamos de informações seguras sobre a situação do país e achámos que não seria justo nem sensato orientar outras pessoas em matérias sobre as quais pouco sabíamos. Em vez disso, decidíamos em assuntos como as queixas dos presos, as greves, o correio e a comida - os problemas do dia-a-dia dentro da prisão. Sempre que podíamos convocávamos uma reunião geral com todos os membros, que considerávamos vital para a organização. Mas como estas reuniões eram extremamente perigosas, e por isso raras, o Órgão Supremo assumia decisões que depois eram transmitidas aos restantes membros. Este órgão também funcionava num sistema de células, cada uma delas composta por três indivíduos.

Durante o primeiro ano, o Órgão Supremo também agiu como comité representativo de todos os presos políticos da nossa secção. Em 1967 organizámos uma petição a exigir melhor tratamento, que foi subscrita por quase toda a gente, incluindo membros do PAC, do Movimento para a Unidade e do Partido Liberal, representado por Eddie Daniels. Este entendimento foi aceite por todos até Neville Alexander se ter queixado de que o Órgão Supremo não era democrático nem verdadeiramente representativo e que devia ser criada outra forma de representação.

A sugestão de Neville levou à criação de uma comissão de reclusos composta por gente de todos os partidos. Entre as outras organizações havia o receio de que o ANC procurasse dominar a comissão, de modo que as regras foram elaboradas no sentido de lhe atribuir funções meramente consultivas e não vinculativas. Mesmo assim era difícil chegar a consenso na abordagem dos problemas. Sugerimos que as reuniões fossem presididas por Fikile Bam, membro do Yu Chi Chan Clube. Mais tarde, a presidência viria a ser rotativa. Esta comissão recebeu o nome de Ulundi e tinha autoridade disciplinar sobre todos os presos políticos. O Órgão Supremo foi objecto de alguma controvérsia por causa da sua composição étnica: todos os seus membros eram de origem xossa. Mas tratava-se mais de uma coincidência que de um propósito; os quatro principais líderes do ANC na ilha, os únicos que tinham integrado o Comité Executivo Nacional, pertenciam à etnia xossa. Não teria sido correcto pegar num camarada de hierarquia inferior e integrá-lo no Órgão Supremo apenas por não ser xossa. Mas o facto de o comando ser dominado por uma só etnia incomodava-me porque insinuava a ideia errónea de que éramos uma

organização xossa.

[417]

Sempre achei esta crítica maliciosa e exasperante e assente na ignorância da história do ANC. Refutava-a apontando para o facto de todos os presidentes do ANC terem sido zulos, basotos, pedis e tswanas e de que o executivo sempre fora composto por uma mistura de grupos tribais. Lembro-me de estaria trabalhar no pátio numa tarde soalheira e de haver alguns homens da secção geral a trabalhar no telhado, por cima de mim. Gritaram-me:

- *Mdala!* [Velho!], por que só falas com xossas?

Esta acusação doeu-me. Olhei para cima e respondi:

- Como é que me podem acusar de discriminação? Somos um só povo. Pareceram satisfeitos com a resposta, mas aquelas palavras não me saíram da cabeça. A partir daí, sempre que passava defronte dos homens da secção geral procurava conversar com Kathy ou com Eddie Daniels ou com outro que não fosse xossa.

Entretanto, resolvemos que o Órgão Supremo deveria ter um quinto membro, rotativo. Em regra este não era xossa; Kathy, por exemplo, foi o quinto membro do órgão durante mais de cinco anos. Laloo Chiba também fez parte durante algum tempo e para o fim as críticas foram-se desvanecendo até desaparecerem discretamente.

Nunca dominei o Órgão Supremo e na realidade algumas das propostas em que mais me empenhei foram rejeitadas. É assim que deve ser, mas por vezes é frustrante. Em relação às autoridades prisionais, houve duas questões sobre as quais nunca consegui convencer os meus colegas. Os regulamentos da prisão impunham que um recluso tinha de se pôr de pé na presença de um oficial superior. Sempre defendi que devíamos ficar sentados, pois era degradante ter de reconhecer o inimigo quanto este não nos reconhecia como presos políticos. Os meus camaradas consideravam a questão irrelevante e as consequências negativas da resistência superiores aos eventuais benefícios.

A segunda questão foi rejeitada pelo Órgão Supremo com base nos mesmos argumentos. Os guardas chamavam-nos pelo apelido ou pelo nome cristão. Eu considerava aquilo uma ofensa e entendia que devíamos exigir o tratamento de «Senhor». Insisti no assunto durante muitos anos, mas sem êxito. E até veio a ser motivo de chacota, quando os meus próprios colegas me tratavam por «senhor» Mandela.

Para quem está na prisão o tempo parece nunca mais passar, mas o mesmo não acontece com os que estão cá fora. Esta realidade saltou-me aos olhos quando recebi a visita da minha mãe, na Primavera de 1968. Já não a via desde a conclusão do Processo de Rivónia. As mudanças ocorrem a pouco e pouco e quando vivemos entre a família mal damos conta

[418]

delas. Mas quando não se vê alguém durante muito tempo, a transformação pode ser um choque. De repente, a minha mãe pareceu-me muito velha.

Tinha feito todo o percurso desde o Transkei acompanhada pelo meu filho Makgatho, pela minha filha Makaziwe e pela minha irmã Mabel. Como os visitantes eram quatro e vinham de muito longe, as autoridades prolongaram a visita de meia hora para quarenta e cinco minutos.

Já não via o meu filho e a minha filha desde antes do julgamento; entretanto tinham-se tornado adultos, a crescer sem mim. Olhei para eles, incrédulo e orgulhoso. Mas embora tivessem crescido creio que os tratei como se fossem as mesmas crianças que tinha deixado quando fora encarcerado. Eles tinham mudado, mas eu não.

A minha mãe perdera imenso peso, o que me preocupou. Tinha uma expressão fatigada. Só a minha irmã Mabel parecia não ter mudado. Embora fosse um enorme prazer vê-los e falar de assuntos de família, a saúde da minha mãe causou-me grande preocupação.

Falei com Makgatho e Maki sobre o meu desejo de os ver prosseguir os estudos, e a Mabel fez perguntas sobre os nossos parentes do Transkei. O tempo passou num ápice. Como acontece com a maioria das visitas, o maior prazer está em recordá-la, mas desta vez não pude deixar de me inquietar por causa da minha mãe. Receei que a estivesse a ver pela última vez.

Algumas semanas mais tarde, ao regressar da pedreira, mandaram-me ao escritório central receber um telegrama. Era de Makgatho, a informar-me que a minha mãe morrera de um ataque de coração. Apresentei imediatamente um pedido ao comandante para que me deixasse assistir ao funeral, no Transkei, o que ele recusou.

- Mandela - disse ele -, embora saiba que és um homem de palavra e não tentarás fugir, não posso confiar na tua gente, que é capaz de te raptar.

Não estar presente no enterro da minha mãe ainda mais agravou o meu desgosto, pois além do mais era minha responsabilidade, como filho mais velho e único varão.

Durante os meses seguintes pensei muito nela. A sua vida tinha sido tudo menos fácil. Conseguira sustentá-la enquanto exercera advocacia, mas uma vez preso não tivera mais meios para o fazer. E nunca lhe tinha dado a atenção devida.

A morte da mãe faz que um homem olhe para trás e avalie o que foi a sua vida. As dificuldades que ela tinha passado e a pobreza em que vivera fizeram-me uma vez mais duvidar se teria enveredado pelo caminho certo. O enigma era sempre o mesmo: teria tomado a atitude certa ao colocar os interesses do povo à frente dos da minha própria família? Durante muito tempo a minha mãe não compreendera a minha dedicação à luta. A minha família não tinha pedido nem quisera envolver-se, e contudo fora castigada pelos meus actos.

[419]

A conclusão a que cheguei foi a mesma. Na África do Sul, é difícil para um homem desligar-se das necessidades do seu povo, mesmo a expensas da própria família. Tomara uma opção, que a família acabara por apoiar. Mas isso em nada diminuiu a tristeza que sentia por não ter proporcionado à minha mãe uma vida mais confortável, nem a dor de não ter podido acompanhá-la à última morada.

Às primeiras horas da manhã do dia 12 de Maio de 1969, a polícia de

segurança acordou Winnie na nossa casa de Orlando e deteve-a ao abrigo do Terrorism Act, de 1967, que conferia ao Governo poderes sem precedentes de detenção e encarceramento sem acusação formal. Mais tarde vim a saber que a sua detenção fez parte de uma acção desencadeada a nível nacional em que foram detidas dezenas de outras pessoas, entre elas a irmã de Winnie. A polícia arrastou Winnie, com Zeni e Zindzi agarradas às suas saias. Foi levada para o isolamento em Pretória, sem direito a fiança nem a visitas; ao longo dos meses seguintes, foi repetidamente interrogada com brutalidade.

Seis meses depois, quando finalmente foi formulada a acusação, consegui passar instruções para que fosse representada por Joel Carson, um advogado que desde há muito combatia o *apartheid*. Winnie e mais vinte e duas pessoas foram acusadas ao abrigo do Suppression of Communism Act de tentarem revitalizar o ANc. Mais tarde, juntaram-se à defesa George Bizos e Arthur Chaskalson, que tinham feito parte da equipa de advogados do Processo de Rivónia. Em Outubro, dezassete meses após a detenção, e sem qualquer explicação, o Estado desistiu do processo e Winnie foi libertada. Duas semanas depois foi alvo de uma proscrição e colocada em prisão domiciliária. Solicitou autorização para me visitar, mas foi -lhe recusada.

Descobri que na prisão nada havia pior do que saber que Winnie também estava presa. Procurei mostrar-me sereno, mas por dentro estava destruído e inquieto. Nada pôs tanto à prova o meu equilíbrio mental como o período em que Winnie esteve em isolamento. Embora recomendasse aos outros que não se deviam preocupar com aquilo que não dominavam, esse conselho de pouco me serviu. Passei muitas noites sem dormir. O que estavam a fazer à minha mulher? Como é que ela estaria a aguentar? Quem tomava conta das nossas filhas? Quem pagava as contas? Ser constantemente assaltado por estas questões sem maneira de lhes responder é uma forma de tortura mental.

O brigadeiro Aucamp autorizou-me a escrever a Winnie e entregou-me uma ou duas cartas dela. Em geral os detidos a aguardar julgamento não têm direito a correspondência, mas Aucamp fê-lo em atenção a mim. Fiquei-lhe grato, mas sabia que as autoridades não me tinham dado a

autorização por altruísmo: liam as nossas cartas, na esperança de respigar qualquer informação que as ajudasse no caso contra Winnie.

Durante esse período sofri outra perda extremamente dolorosa. Numa manhã fria de Julho de 1969, três meses depois de saber da prisão de Winnie, fui chamado ao escritório central de Robben Island para me darem um telegrama. Era do meu filho Makgatho e continha apenas uma frase. Informava-me que o irmão mais velho, Madiba Thembekile, a quem chamávamos Thembi, tinha morrido num acidente de automóvel no Transkei. Thembi tinha então vinte e cinco anos e era pai de duas crianças pequenas.

Que se pode dizer de semelhante tragédia? Já estava destroçado pela sorte da minha mulher e pela morte da minha mãe, e ouvir mais aquilo... Não tenho palavras para exprimir o meu desgosto, nem a sensação de perda. Foi um buraco que se me abriu no coração e que nunca mais foi preenchido.

Voltei para a cela e estendi-me no catre. Não sei quanto tempo ali fiquei, mas nem sequer me levantei para jantar. Alguns dos homens espreitaram lá para dentro, mas eu não proferi uma palavra. Por fim, Walter veio ter comigo e ajoelhou-se ao meu lado. Estendi-lhe o telegrama. Não disse nada, apenas me agarrou a mão. Não sei quanto tempo ficou comigo. Há momentos em que não temos palavras para falar com ninguém.

Pedi autorização para assistir ao funeral do meu filho. Como pai, tinha a responsabilidade de me assegurar de que o seu espírito descansaria em paz. Disselhes que podiam mandar um grupo de segurança comigo e dei a minha palavra de que voltava. A autorização foi negada. Tudo quando pude foi escrever uma carta a Evelyn, a mãe de Thembi, a confortá-la como podia e a dizer-lhe que partilhava a sua dor.

Veio-me à memória uma tarde, quando Thembi ainda era um rapazinho e me foi visitar num esconderijo em Cyrildene, que usava para os trabalhos secretos do ANC. Entre as minhas actividades clandestinas e o trabalho de advogado, já não o via há muito tempo. Surpreendi-o em casa vestido com um velho casaco meu, que lhe chegava aos joelhos. Devia sentir orgulho em vestir as roupas do pai, tal como eu sentira ao vestir as do meu. Quando me despedi, empertigou-se como uma pessoa crescida e disse:

- Enquanto estiveres fora eu tomo conta da família.

[421]

Parte nove

Robben Island:

O despontar da esperança

O gráfico das melhorias na prisão nunca foi contínuo. Os progressos eram ocasionais e quase sempre seguidos por retrocessos. Um benefício podia levar anos a conseguir e ser retirado num dia. Empurrávamos a pedra pela encosta acima, apenas para a voltar a ver rolar para o fundo. Mas as condições foram melhorando. Vencemos uma infinidade de pequenas batalhas que levaram à mudança da atmosfera da penitenciária. Se era verdade que não controlávamos a ilha, as autoridades também o não podiam fazer sem nós e depois da transferência de Von Rensburg a nossa existência tornou-se mais tolerável.

Ao fim de três anos conseguimos que nos dessem calças compridas. Em 1969 recebemos os nossos próprios uniformes, em vez de um conjunto diferente todas as semanas. Estes uniformes eram adequados à nossa estatura, e tínhamos autorização para os lavar. Durante os fins-de-semana fomos autorizados a estar no pátio a qualquer hora. Embora a comida ainda não fosse igual para todos, de vez em quando os reclusos negros recebiam pão de manhã. De qualquer maneira, era-nos permitido partilhar a comida, de modo que as diferenças não tinham grande importância. Deram-nos jogos de tabuleiro e cartas, com os quais jogávamos aos sábados e domingos. Na pedreira, as nossas conversas raramente eram interrompidas. Quando o comandante se aproximava, os guardas apitavam para que voltássemos a agarrar nas ferramentas. Neutralizámos os carcereiros mais agressivos e estabelecemos boas relações com os mais sensatos, embora as chefias se apercebessem disso e fizessem a rotação do pessoal ao fim de poucos meses.

Podíamos reunir quase sempre que queríamos. As reuniões do Órgão Supremo, as reuniões gerais e as do Ulundi não eram em regra interrompidas a menos que fossem demasiado ostensivas. Até parecia que eram os reclusos a dirigir a prisão e não as autoridades.

[425]

Soturno e temente a Deus, o africânder leva a religião muito a sério. O

único acontecimento inflexível da nossa rotina semanal era o serviço religioso das manhãs de domingo, que as autoridades consideravam obrigatório. Como se acreditassem que as nossas almas estariam em perigo se não nos concedessem o benefício da missa dominical.

Todos os domingos a prédica era proferida por um ministro de uma denominação diferente. Um semana era um sacerdote anglicano, na seguinte um ministro da Igreja Holandesa Reformada, na outra um metodista. Os clérigos eram contratados pelos serviços prisionais sob a condição de só abordarem temas religiosos. Os directores assistiam a todos os serviços e um ministro que se desviasse do discurso religioso nunca mais era convidado.

Durante os dois primeiros anos nem sequer podíamos sair das celas e o ministro arengava-nos no corredor. Ao terceiro ano, os serviços começaram a realizar-se no pátio, o que para nós era preferível. Nesse tempo era a única ocasião em que podíamos estar no pátio durante o domingo, para além de meia hora para exercício. Poucos eram os reclusos religiosos, mas ninguém se importava com os sermões longos, pois o que queríamos era estar cá fora.

Desde que os serviços passaram a ser no exterior, tivemos direito a optar por assistir ou não. Alguns homens apenas assistiam às cerimónias do seu credo. Quanto a mim, embora fosse meto dista, não deixava escapar uma.

Um dos ministros era um sacerdote anglicano, o padre Hughes, um galês rude que tinha sido capelão do corpo de submarinos durante a Segunda Guerra Mundial. Quando chegou ficou incomodado por ter de pregar no corredor, o que achava pouco consentâneo com a contemplação de Deus. Na sua primeira visita, em vez de nos pregar um sermão recitou na sua bela voz de barítono algumas passagens dos discursos radiofónicos de Winston Churchill: «Lutaremos nas praias, nos campos e nas ruas, lutaremos nos montes; nunca nos renderemos.»

Passado pouco tempo, o padre Hughes começou a officiar no pátio e os seus sermões eram esplêndidos. Fazia questão de inserir discretamente algumas notícias nas suas prédicas, o que muito apreciávamos. Dizia, por exemplo, que tal como o faraó do antigo Egipto, o primeiro-ministro da África do Sul estava a levantar um exército.

No final dos serviços cantávamos sempre alguns hinos e creio que

aparecia com tanta frequência porque gostava de nos ouvir. Trazia consigo um órgão portátil e tocava para nós. Elogiava as nossas vozes e dizia que eram as únicas que rivalizavam com os coros da sua Gales natal.

O ministro metodista era o reverendo Jones, um homem nervoso e taciturno que estava colocado no Congo quando eclodira a revolução no país. Essa experiência parecia estar na origem da sua melancolia. Pregava

[426]

insistentemente a importância da reconciliação - insinuando que éramos nós que tínhamos de nos reconciliar com os brancos.

Um dia, depois da mensagem unilateral do reverendo, reparei que Eddie Daniels se mexia nervosamente. Por fim, não aguentou mais.

- Está a pregar a reconciliação às pessoas erradas - disse ele. - Há setenta e cinco anos que procuramos essa reconciliação.

Para o reverendo Jones aquilo foi de mais e nunca mais lhe pusemos a vista em cima.

O reverendo Jones não foi o único ministro a ser afugentado por Eddie. Recebemos a visita de um ministro mestiço que dava pelo nome de Irmão September. Um domingo, um recluso chamado Hennie Ferris, que era um orador eloquente, apresentou-se como voluntário para ler uma oração. O Irmão September regozijou-se com aquela prova de devoção. Hennie começou a falar em linguagem rebuscada e a dado momento pediu à congregação que fechasse os olhos e rezasse. Toda a gente obedeceu, incluindo o Irmão September. Eddie aproveitou para se adiantar pé ante pé e sacar-lhe o *Sunday Times* desse dia. Na ocasião ninguém desconfiou, mas o Irmão September nunca mais levou o jornal.

O reverendo André Scheiller era ministro da Igreja Missionária Holandesa Reformada, um ramo da Igreja Holandesa Reformada, seguida por quase todos os africanos. A Igreja Missionária só cuidava de africanos. O reverendo Scheiller era um homem rude e conservador, que em geral só oficiava para os presos de delito comum. Um dia foi até à nossa secção e alguém lhe

perguntou por que razão não oficiava para nós.

- Porque vocês se julgam combatentes da liberdade - retorquiu ele em tom de desprezo. - Deviam estar afogados em álcool ou drogados com *dagga* [marijuana] quando foram presos. Combatentes da liberdade, uma ova!

Mas insistimos com ele para que nos viesse pregar e por finais da década de 1960 ele acedeu.

O reverendo Scheiller era pouco ortodoxo num aspecto: abordava a religião de um ponto de vista científico. Para mim, aquilo era muito interessante. Havia muita gente que se servia da ciência para desacreditar a religião, mas o reverendo Scheiller recorria a ela para consolidar a sua crença. Recordo-me de um sermão em que ele aludiu ao facto de os três Reis Magos do Oriente terem seguido uma estrela que os levou a Belém.

- Isto não é mito nem superstição - disse ele e referiu as provas apresentadas por astrónomos de que nesse tempo histórico tinha aparecido um cometa que seguira o percurso assinalado na Bíblia.

Quando nos começou a conhecer melhor, o reverendo Scheiller tornou-se mais simpático. Era dotado de um sentido de humor bastante cáustico e gostava de troçar de nós.

[427]

- Devem saber que neste país a tarefa do homem branco é mais difícil que a do homem negro. Sempre que surge um problema, temos de encontrar a solução. Vocês, negros, sempre que têm um problema encontram uma desculpa. Basta-lhes dizer *Ingabilungu*.

Soltámos uma gargalhada, não só por causa da comi cidade intencional da sua pronúncia mas também porque achámos graça à ideia. *Ngabelungu* é uma expressão xossa que significa «Foram os brancos». O que ele dizia era que podíamos assacar todos os problemas ao homem branco, mas que devíamos também olhar para nós próprios e assumir a responsabilidade pelas nossas acções - ideias com as quais eu concordava inteiramente.

Aquilo que os domingos representavam para os outros dias da semana, o Natal representava para o resto do ano. Era o dia em que as autoridades mostravam um pouco de boa vontade em relação aos homens. No dia de Natal não trabalhávamos na pedreira e estávamos autorizados a adquirir algumas guloseimas. Não tínhamos propriamente uma refeição de Natal, mas recebíamos uma caneca de café ao jantar.

As autoridades permitiam que organizássemos um concerto e concursos e levássemos à cena uma peça teatral. O concerto era o prato forte. O nosso maestro de canto coral era Selby Ngendane, do PAC. Antes de se filiar no Congresso Pan-Africano, Selby pertencera à Liga da Juventude do ANc. Tinha dotes de *entertainer*, uma voz excelente e um ouvido apurado.

Era Selby quem escolhia as canções, fazia os arranjos, seleccionava os solistas e conduzia o espectáculo. O concerto realizava-se no pátio, na manhã do dia de Natal. Apresentávamos uma miscelânea de canções de Natal inglesas e africanas e incluíamos algumas canções de protesto - mas as autoridades ou não se importavam ou não identificavam a diferença. A nossa audiência era constituída pelos guardas, que apreciavam o espectáculo tanto como nós.

Antes de ser preso, Ngendane era tido como uma figura menor da política. Mas na prisão mostrou de que ténpera era feito. Quando se está preso aprecia-se a companhia de pessoas alegres, o que era uma característica de Selby.

A prisão é um cadinho onde o carácter de um homem é posto à prova. Submetidos às tensões do encarceramento, alguns homens revelam a sua força de carácter, enquanto outros se mostram inferiores ao que aparentavam.

Para além dos concertos, havia torneios de damas e de xadrez e também jogávamos bridge e *Scrabble*. Competi todos os anos no campeonato de damas e por várias vezes ganhei o primeiro prémio, que em geral era uma tablete de chocolate. O meu estilo de jogo era deliberadamente lento e a

[428]

minha estratégia, conservadora. Avaliava cuidadosamente todas as opções e

levava imenso tempo a fazer uma jogada. Detesto este género de analogias, mas é o meu método preferido, tanto nas damas como na política.

Alguns dos meus adversários eram mais despachados a jogar e perdiam a paciência com a minha lentidão. Um dos meus opositores mais frequentes era Don Davis, que pertencia ao Non-European Unity Movement, tinha sido criado na região mineira de Kimberley e era um tipo rude, destemido e muito susceptível. Jogava muito bem às damas, mas o seu estilo de jogo era muito diferente do meu. Quando jogava, o suor escorria-lhe pela cara. Ficava tenso e agitado e movia as pedras com grande rapidez, como se a velocidade lhe conferisse pontos. Por diversas vezes nos defrontámos na final do torneio.

Don chamava-me Qhipu por causa de um hábito meu quando jogava às damas. Avaliava todas as hipóteses e quando estava prestes a movimentar a peça dizia *Qhipu!* - que significa «Lá vou *eu!*» - e movia a peça. Don ficava furioso e chamava-me Qhipu mais por irritação do que por amizade.

Jogámos em muitos torneios e mesmo quando ganhava voltava pouco depois para me desafiar para outro jogo. Estava sempre ansioso por jogar, e não me largava enquanto não lhe respondia. Gastava tanto tempo a jogar com ele que descurava os meus outros afazeres. Uma vez que chumbei num exame, alguns colegas perguntaram-me porquê.

- Don Davis! - respondi e todos soltaram uma gargalhada.

A nossa tertúlia dramática fazia a sua representação anual pelo Natal. A minha carreira na arte de Téspis, adormecida desde que em Fort Hare tinha representado John Wilkes Booth, conheceu um modesto revivalismo em Robben Island. As nossas encenações não podiam ser mais minimalistas: não havia palco, nem cenário, nem trajes. Tudo quanto tínhamos eram as palavras.

Só representei algumas peças, mas desempenhei um papel memorável, o de Creonte, rei de Tebas, na *Antígona*, de Sófocles. Li algumas peças clássicas enquanto estive na prisão e achei-as altamente instrutivas. O que mais me impressionou nelas foi que o carácter se avalia nas situações difíceis e que um herói era um homem que não cedia nem nas circunstâncias mais adversas.

Quando *Antígona* foi seleccionada, oferecime para desempenhar o papel de Creonte, um rei idoso que trava uma guerra civil pela posse do trono da sua

amada cidade-estado. No início da tragédia, Creonte é sincero e patriota e os seus discursos deixam transparecer sabedoria quando sugere que a experiência é a base da liderança e que as obrigações para com o povo têm precedente sobre a lealdade entre os indivíduos.

[429]

É claro que não se pode conhecer um homem por completo, O seu carácter, os seus princípios, o seu sentido de justiça, Até que se revele na governação do povo,

A fazer leis. A experiência, é aí que está o teste.

Mas Creonte é impiedoso para com os seus inimigos e decreta que o cadáver de Polinices, irmão de Antígona, que se tinha rebelado contra a cidade, não receba o funeral adequado. Antígona revolta-se e proclama que há uma lei mais alta que a do Estado. Creonte não dá ouvidos a Antígona nem a mais ninguém, para além dos seus próprios demónios. A inflexibilidade e a cegueira tornam-se os seus guias, mas um líder tem de mostrar temperança e misericórdia. Antígona era um símbolo da nossa luta; à sua maneira, era uma combatente da liberdade, pois desafiava a lei que considerava injusta.

Alguns guardas começaram a meter conversa connosco. Nunca os abordei para conversar, mas se me faziam uma pergunta procurava responder. É mais fácil educar um homem quando ele está disposto a aprender. Em geral, estas perguntas eram colocadas num tom um tanto exasperado:

- Muito bem, Mandela. Afinal o que realmente queres?

Ou então:

- Vê bem. Tens um tecto para te cobrir e comida suficiente. Por que razão causas tantos sarilhos?

Aproveitava então para lhes explicar tranquilamente a nossa política. Procurava desmistificar a ideia que tinham do ANC, desfazer-lhes os preconceitos.

No ano de 1969 chegou um jovem guarda que parecia especialmente ansioso por me conhecer. Entretanto, tinham-me chegado aos ouvidos boatos vindos do exterior de que a nossa gente estava a planear a minha fuga e tinha infiltrado um guarda na ilha para me ajudar. A pouco e pouco, o guarda deu-me a entender que me ia ajudar a fugir.

Deu-me algumas explicações avulsas sobre o plano: uma noite drogava os guardas de serviço ao farol para que um barco pudesse atracar na praia. Dava-me uma chave para que eu pudesse sair da nossa secção e entrar no barco, onde receberia equipamento de mergulho para entrar a nado no porto da Cidade do Cabo. Daí seria levado para um aeródromo, onde tomaria um avião para fora do país.

Ouvi o plano e nunca lhe disse que o achava demasiado ambicioso e arriscado. Conversei com Walter e concluímos que o tipo não era de

confiança. Nunca lhe disse que não alinhava, mas também nunca fiz algo do que estava previsto no plano. Deve ter percebido a mensagem, pois em breve foi transferido para fora da ilha.

Como se veio a verificar, a minha desconfiança justificava-se, pois mais tarde soubemos que esse guarda era um agente do Bureau of State Security (BOSS), os serviços secretos da África do Sul. A ideia era deixarem-me escapar da ilha e depois matarem-me numa troca de tiros no aeródromo, quando tentasse fugir do país. O plano tinha sido gizado pelo BOSS, que também espalhara os rumores que me chegaram aos ouvidos de que o ANC projectava a minha fuga. Não foi a última vez que tentarem eliminar-me.

A comissão de serviço dos oficiais comandantes não ia em geral para além de três anos e desde que chegámos até 1970 conhecemos vários. Nesse ano, o comandante de Robben Island era o coronel Van Aarde, um sujeito afável e inofensivo que nos deu rédea solta. Mas no fim do ano as autoridades chegaram à conclusão de que queriam uma atmosfera diferente na ilha e nomearam para o lugar o coronel Piet Badenhorst.

Uma troca que não augurava nada de bom. Badenhorst tinha fama de ser um dos oficiais mais brutais e autoritários de todo o sistema prisional. A sua nomeação tinha um significado: o Governo entendia que a disciplina na ilha era demasiado frouxa e queria manter-nos na linha. Badenhorst iria supostamente fazer-nos sentir saudades dos tempos do *Mala de Viagem*.

Sempre que um novo comandante era nomeado eu solicitava-lhe uma audiência. Fazia isto no intuito de o sensibilizar para a nossa causa e para lhe avaliar o carácter. Solicitei uma audiência ao coronel Badenhorst, mas foi recusada. Era o primeiro comandante a desprezar o encontro.

Ainda antes de o termos visto já sentíamos na pele a mudança de regime. Algumas normas recentes relativas aos estudos e aos tempos livres foram imediatamente revogadas. Era evidente a sua intenção de rescindir todos os privilégios que tínhamos conquistado ao longo dos anos. Os carcereiros antigos foram transferidos e substituídos por pessoal escolhido por Badenhorst. Eram homens mais novos e mais grosseiros, que nos impunham o cumprimento das

regras mais insignificantes e cuja missão consistia em arruinar-nos o moral. Poucos dias após a chegada de Badenhorst houve uma rusga às celas em que foram confiscados jornais e documentos; as refeições foram suspensas sem aviso prévio e éramos empurrados e maltratados a caminho da pedreira.

Badenhorst tentava inverter a marcha do tempo e fazer-nos regressar à atmosfera que se vivia na ilha no começo da década de 1960. Para todos os pedidos, a resposta era não. Quando um recluso pedia para falar com confiança.

[431]

Nunca lhe disse que não alinhava, mas também nunca fiz algo do que estava previsto no plano. Deve ter percebido a mensagem, pois em breve foi transferido para fora da ilha.

Como se veio a verificar, a minha desconfiança justificava-se, pois mais tarde soubemos que esse guarda era um agente do Bureau of State Security (BOSS), os serviços secretos da África do Sul. A ideia era deixarem-me escapar da ilha e depois matarem-me numa troca de tiros no aeródromo, quando tentasse fugir do país. O plano tinha sido gizado pelo BOSS, que também espalhara os rumores que me chegaram aos ouvidos de que o ANC projectava a minha fuga. Não foi a última vez que tentarem eliminar-me.

A comissão de serviço dos oficiais comandantes não ia em geral para além de três anos e desde que chegámos até 1970 conhecemos vários. Nesse ano, o comandante de Robben Island era o coronel Van Aarde, um sujeito afável e inofensivo que nos deu rédea solta. Mas no fim do ano as autoridades chegaram à conclusão de que queriam uma atmosfera diferente na ilha e nomearam para o lugar o coronel Piet Badenhorst.

Uma troca que não augurava nada de bom. Badenhorst tinha fama de ser um dos oficiais mais brutais e autoritários de todo o sistema prisional. A sua nomeação tinha um significado: o Governo entendia que a disciplina na ilha era demasiado frouxa e queria manter-nos na linha. Badenhorst iria supostamente fazer-nos sentir saudades dos tempos do *Mala de Viagem*.

Sempre que um novo comandante era nomeado eu solicitava-lhe uma

audiência. Fazia isto no intuito de o sensibilizar para a nossa causa e para lhe avaliar o carácter. Solicitei uma audiência ao coronel Badenhorst, mas foi recusada. Era o primeiro comandante a desprezar o encontro.

Ainda antes de o termos visto já sentíamos na pele a mudança de regime. Algumas normas recentes relativas aos estudos e aos tempos livres foram imediatamente revogadas. Era evidente a sua intenção de rescindir todos os privilégios que tínhamos conquistado ao longo dos anos. Os carcereiros antigos foram transferidos e substituídos por pessoal escolhido por Badenhorst. Eram homens mais novos e mais grosseiros, que nos impunham o cumprimento das regras mais insignificantes e cuja missão consistia em arruinar-nos o moral. Poucos dias após a chegada de Badenhorst houve uma rusga às celas em que foram confiscados jornais e documentos; as refeições foram suspensas sem aviso prévio e éramos empurrados e maltratados a caminho da pedreira.

Badenhorst tentava inverter a marcha do tempo e fazer-nos regressar à atmosfera que se vivia na ilha no começo da década de 1960. Para todos os pedidos, a resposta era não. Quando um recluso pedia para falar com o

[431]

seu advogado enfiavam-no na «solitária». As reclamações eram ignoradas. As visitas foram canceladas sem explicação. A comida piorou e a censura assumiu novo rigor.

Cerca de uma semana depois da chegada de Badenhorst, estávamos uma manhã a trabalhar na pedreira quando ele apareceu de automóvel com o motorista, sem alarde nem fanfarra. Parámos para ver o nosso novo comandante. Badenhorst interceptou o meu olhar e chamou:

- Mandela, *Jy moet jou vinger uit jou gat trek* (Tira o dedo do cu).

Não liguei ao que disse e, sem pensar, dirigi-me para ele. Mas como estava bastante longe, antes de chegar perto o comandante entrou no automóvel e foi-se embora.

A partir do carro, Badenhorst transmitiu uma ordem e pouco depois chegou um camião para nos levar de volta à Secção B. No camião recebemos

ordem para estar calados e quando chegámos ao pátio mandaram que nos puséssemos em sentido. Badenhorst apareceu e começou a andar de um lado para o outro, à nossa frente. Parecia incapaz de proferir uma frase em que não incluísse uma praga ou um palavrão. *Jou ma se moer*, era a sua expressão favorita. (A tua mãe é uma *moer* - uma palavra grosseira para designar as partes íntimas de uma mulher.)

Na sua voz gutural, disse que não tinha gostado de ver a nossa preguiça na pedreira. Em resultado disso, ia baixar arbitrariamente de um grau todas as nossas classificações. Embora sentíssemos desprezo pelo sistema de classificações, por essa altura a maioria dos homens já tinha alcançado pelo menos a classe C, o que lhes dava direito a estudar. Os prisioneiros da classe D não o podiam fazer. As autoridades arrependiam -se de nos ter autorizado a estudar e Badenhorst estava decidido a corrigir esse erro.

Mais tarde, passada a irritação, percebi que as palavras que Badenhorst me dirigira na pedreira eram intencionais. Tinha sido colocado em Robben Island para restaurar a ordem e escolhera como alvo o indivíduo que presumia ser a origem da desordem. Tal como um professor que tem de enfrentar uma turma de alunos irrequietos, procurava disciplinar o aluno que lhe parecia mais turbulento.

Em fins de Maio de 1971, foram trazidos para a secção de isolamento vários homens da SWAPO (a Organização do Povo do Sudoeste Africano), que era aliada do ANC e lutava pela independência da Namíbia. Quem os chefiava era Andimba Toivo ja Toivo, fundador da SWAPO e um formidável combatente pela causa da liberdade. Quando soubemos que faziam greve de fome em protesto contra o isolamento, resolvemos fazer /

[432]

o mesmo. Para Badenhorst e para o Governo isto foi um acto de insubordinação inadmissível.

Ao fim da noite do dia 28 de Maio, fomos acordados por gritos e panca das violentas nas portas das celas.

- Levantem-se! Levantem-se! - gritavam os carcereiros.

Mandaram-nos despir e alinhar junto ao muro do pátio. Os guardas gritavam connosco e provocavam-nos e era óbvio que estavam embriagados. Eram liderados por um tipo sádico que dava pelo nome de Fourie e a quem nós em privado chamávamos *Gangster*.

A noite estava terrivelmente fria e durante a hora seguinte, enquanto as nossas celas eram vistoriadas uma por uma, ficámos no pátio, nus, em sentido e a tiritar de frio. Durante todo esse tempo os guardas não pararam de nos insultar. Ao cabo de uma hora, Govan começou a sentir violentas dores no peito e caiu parà o chão. Fourie pareceu assustar-se e ordenou que regressássemos às celas.

As celas foram revistadas de alto a baixo, mas não encontraram nada. Contudo, a busca não passou de uma desculpa para os instintos sádicos de Fourie. Só mais tarde viemos a saber que tinha fama de ter molestado os reclusos da secção geral. Na manhã seguinte descobrimos que os guardas tinham

espancado violentamente alguns presos de delito comum antes de nos virem massacrar e que depois tinham batido em Toivo, que respondera com um soco que derrubara o guarda que lhe batia. Toivo foi severamente castigado por isso.

Apresentámos uma queixa formal por causa destes actos, mas foi ignorada. Este incidente ficou-me na memória, mas de modo algum foi único; durante o comando de Badenhorst, eram mais a regra do que a excepção.

Estávamos decididos a não permitir que as condições se degradassem por completo sob a autoridade de Badenhorst. Conseguimos passar mensagens à nossa gente que estava lá fora para que fossem feitas pressões para a sua demissão. Ao mesmo tempo resolvemos criar uma comissão para falar com ele. Discutimos o assunto durante meses e fomos a pouco e pouco determinando a sua composição. Walter e eu representávamos o ANC e cada um dos outros partidos tinha também dois representantes.

Badenhorst concordou em receber-nos, e durante a conversa ameaçámos com paralisações de trabalho, greves de zelo, greve de fome - todas as armas de que dispúnhamos - a menos que mudasse de ideias e nos restituísse muitos dos privilégios que nos tinha retirado. Badenhorst limitou-se a dizer que levaria em consideração o que lhe acabávamos de dizer. Para nós, o confronto foi uma vitória, pois Badenhorst tinha de ter cuidado, uma vez que sabia que tínhamos avisado pessoas de fora do que se passava. Estes esforços em breve suscitaram uma reacção.

[433]

Algumas semanas mais tarde apercebemo-nos de que estava iminente uma visita importante, pois quando começou a chover enquanto estávamos na pedreira fomos autorizados a abrigar-nos em vez de nos obrigarem a continuar o trabalho. No dia seguintes soubemos que estava para chegar à ilha uma equipa composta por três juízes. As autoridades ordenaram-nos que nomeássemos um porta-voz para as nossas reclamações e o escolhido fui eu.

Enquanto me aprestava para falar com os juízes, soube de fonte segura que um recluso da secção geral tinha sido recentemente espancado por um

guarda. Os juízes eram os conselheiros Jan Steyn, M. E. Theron e Michael Corbett, da divisão provincial do Cabo do Supremo Tribunal. Acompanhava-os o comissário das prisões, o general Steyn, e também o coronel Badenhorst. Nesse dia encontrei-os no exterior, quando estávamos a trabalhar.

O general Steyn apresentou-me aos juízes e explicou-lhes que tinha sido escolhido pelos reclusos para os representar. Os juízes disseram então que queriam falar comigo em privado. Respondi-lhes que nada tinha a esconder e que eram bem-vindas as presenças do general Steyn e do coronel. Ao ver que ficavam surpreendidos com a minha resposta, acrescentei que seria mais correcto se tivessem oportunidade de responder às minhas acusações. Os juízes aquiesceram, ainda que relutantes.

Comecei por referir o recente espancamento na secção geral. Mencionei os pormenores que me tinham relatado, a brutalidade do espancamento e o encobrimento do crime. Mal tinha começado a falar quando percebi que Badenhorst se agitava, pouco à vontade. Quando acabei de descrever o incidente, Badenhorst perguntou em tom agressivo:

- Você assistiu a esse espancamento?

Sem me alterar, respondi que não, mas que confiava inteiramente nas pessoas que mo tinham relatado. Badenhorst riu desdenhosamente e agitou um dedo diante da minha cara:

- Tem cuidado, Mandela. Se falas de coisas que não viste, podes meter-te em sarilhos. Sabes o que quero dizer.

Não lhe dei atenção e disse, voltado para os juízes:

- Cavalheiros, podem ver que espécie de homem nós temos como oficial comandante. Se me ameaça assim na vossa presença, imaginem o que não é capaz de fazer quando não estiverem cá.

O juiz Corbett olhou para os outros dois e observou:

- O preso tem razão.

Passei o resto do encontro a enumerar queixas sobre a alimentação, o trabalho e o estudo. Badenhorst devia estar a ferver por dentro, mas não deixou

transparecer. No final da sessão os juízes agradeceram-me e despedime deles.

[434]

Não faço a mínima ideia do que os juízes terão dito ou feito depois, mas ao longo dos meses seguintes Badenhorst parecia ter as mãos atadas. A dureza abrandou e três meses depois da inspecção dos juízes soubemos que Badenhorst ia ser transferido.

Alguns dias antes da partida de Badenhorst fui chamado ao escritório central. O general Steyn estava de visita à ilha e queria saber se tínhamos alguma reclamação a apresentar. Badenhorst estava presente quando apresentei uma lista de reclamações. Quando acabei, o coronel dirigiu-se-me directamente. Disse que estava prestes a sair da ilha e acrescentou:

- Só vos quero desejar boa sorte.

Não sei se a estupefacção me transpareceu no rosto, mas a verdade é que fiquei atónito. Proferiu aquelas palavras como um ser humano e revelou uma faceta do seu carácter que não lhe conhecia. Agradei-lhe os votos e também lhe desejei sorte.

Mais tarde, recordei muitas vezes esse momento. Badenhorst foi o comandante mais duro e mais bárbaro que tivemos em Robben Island. Mas nesse dia senti que me revelava uma outra vertente da sua natureza, um lado que conservava oculto, mas que nem por isso deixava de existir. Foi bom, para me lembrar que todos os homens, mesmo aqueles que parecem ser mais frios, no fundo são pessoas decentes, e se lhes conseguirmos tocar o coração são capazes de mudar. Em última análise, Badenhorst não era nenhum demónio e a falta de humanidade que demonstrava tinha-lhe sido incutida pelo sistema desumano. Agia como um animal porque esse comportamento era recompensado.

Foi anunciado que o substituto de Badenhorst seria o coronel Willemse. Depois da nomeação solicitei uma entrevista com o coronel, que teve lugar pouco depois da sua chegada. O homem não era com certeza um progressista, mas era correcto e razoável, no que contrastava profundamente com o seu antecessor. Acalentávamos a esperança de que a comissão de Badenhorst tivesse sido um momento de suspensão no processo lento mas continuado da melhoria das nossas condições de vida.

Os carcereiros jovens e agressivos também saíram com Badenhorst e depressa retomámos a nossa rotina na pedreira e na secção. Contudo, embora Willemse fosse um tipo razoável, ficou irritado quando percebeu que na pedreira passávamos mais tempo a conversar do que a trabalhar.

O novo comandante estava instalado há poucas semanas quando me intimou a comparecer no seu gabinete.

[435]

- Mandela - disse ele abertamente -, você tem de me ajudar. Perguntei-lhe como.

- Os seus homens não trabalham. Não obedecem às ordens. Só fazem o que lhes apetece. Isto é uma prisão. Tem de haver disciplina. Não só é bom para nós como também para vocês. Se não pusermos ordem nisto eles mandam para cá um comandante como o anterior.

As palavras do coronel faziam sentido. Escutei -o com atenção e respondi que o seu pedido era legítimo, mas que antes de lhe dar uma resposta teria de me reunir com todos os homens. Por essa altura, uma reunião de todos os presos das celas individuais era algo expressamente proibido. Ao pedir-lhe que autorizasse a reunião, estava a solicitar uma flexibilização significativa das regras. Percebeu isso tão bem como eu e respondeu-me que também precisava de algum tempo

para pensar.

Ao fim de poucos dias recebi uma comunicação de Willemse a autorizar a reunião. Reunimo-nos todos no pátio, sem a vigilância dos guardas. relatei aos homens o que Willemse tinha dito e que se nos comprometêssemos um pouco teríamos melhores condições no futuro. Resolvemos que pelo menos iríamos fingir que trabalhávamos, mas a um ritmo que nos fosse conveniente. Foi o que fizemos a partir daí e o comandante nunca mais se queixou.

Durante a primeira parte da comissão de Willemse, em 1971-1972, houve um constante afluxo de soldados do MK capturados. Estes homens tinham estado em combate e estavam bem informados sobre a situação do movimento no exílio. Embora nunca me tenha alegrado por ver os homens do ANC presos, estava desejoso de falar com eles assim que chegavam. Ansiava por ter notícias de Oliver, dos campos de treino e dos sucessos e insucessos do MK.

Os homens eram extremamente militantes e não se acomodavam facilmente à vida na prisão. Um dos primeiros a chegar foi Jimmy April, um oficial do MK que recebera instrução de Joe Slovo e que lutara contra o inimigo na Rodésia. O MK infiltrara lentamente os seus homens no país com a ajuda de documentos falsos. Jimmy tinha sido um deles e fora preso já na África do Sul.

Jimmy regalou-nos com histórias de guerra, mas puxei-o à parte e fiz-lhe perguntas sobre as dificuldades do MK. Como tinha sido comandante-chefe e fundador do MK, Jimmy e os outros falavam comigo mais abertamente do que com os restantes. Falou-me do descontentamento que grassava nos campos de treino e dos abusos cometidos pelos oficiais do MK. Pedi-lhe que não falasse naquilo a ninguém e consegui fazer sair uma carta para Oliver na qual lhe sugeria algumas reformas a levar a cabo nos campos.

Um dia, quando estava no escritório principal para falar com o coronel Willemse, vi Jimmy lá fora, na companhia de um funcionário. Muito agitado, interpelou-me:

[436]

- Não me querem dar a minha carta!

- Por que motivo? - perguntei.

- Dizem que contém coisas que não posso ver - respondeu.

Entrei no gabinete para falar sobre o caso, mas antes de ter tempo para abrir a boca Jimmy irrompeu na sala, a gritar para o homem:

- Dê-me já essa carta!

Empurrou-me para se aproximar da secretária e deitar a mão à carta.

Nesse momento o funcionário pegou na carta e pôs-se atrás de mim, como que a proteger-se de Jimmy. Parecia uma cena de um filme cómico, mas foi de pôr os nervos em franja.

- Por favor, não faças isso. Tem calma - disse eu, dirigindo-me a Jimmy. - Vou ver se resolvo o assunto e se recebes a carta. Agora vai-te embora, se fazes favor.

As minhas palavras conseguiram o efeito desejado e Jimmy saiu do gabinete. Voltei-me para o funcionário, que estava bastante assustado. Para mim era uma situação bizarra. Não estava a opor-me às autoridades, mas a mediar entre a minha gente e os homens contra quem tinha lutado durante tanto tempo. A militância activa dos homens que iam chegando à ilha colocava-me cada vez mais nessa situação embaraçosa. Ainda que o seu radicalismo nos incutisse alguma coragem, o comportamento desses homens tornava o nosso fardo mais pesado.

Uma semana depois o funcionário entregou-me a carta para Jimmy.

Certa manhã, em vez de nos mandarem para a pedreira, recebemos ordem para entrar na caixa de um camião que arrancou numa direcção não habitual. Ao fim de um quarto de hora mandaram-nos apear. Diante de nós, a cintilar sob o Sol da manhã, estavam o oceano, a costa rochosa e, ao longe, a reflectir a luz, viam-se as torres de vidro da Cidade do Cabo. Embora fosse uma ilusão, a cidade e a montanha da Mesa em fundo pareciam tentadoramente próximas, como se bastasse estender o braço para lhes tocar.

a graduado de serviço explicou que nos tinham trazido para a praia para apanhar algas.. Deram-nos instruções para recolher os pedaços maiores arrojados pelas ondas para a praia e também as algas que cobriam as rochas e os corais da margem. As algas eram compridas e viscosas, de um verde-acastanhado. Havia pedaços com dois metros a dois metros e meio de comprimento que não pesavam menos de quinze quilos. Depois de recolher as algas que cobriam os baixios, estendíamos-las na praia em grandes fileiras. Quando a colheita estava seca era levada para o camião. Disseram-nos que eram para exportar para o Japão, onde as usavam como fertilizante.

[437]

Nesse dia não achámos o trabalho pesado, mas ao longo das semanas e meses seguintes começámos a ressentir-nos do esforço. O que não tinha nenhuma importância, considerando os prazeres e a distração que nos proporcionava o panorama: víamos passar os barcos de pesca e os majestosos petroleiros que se moviam vagorosamente ao longe, observávamos as gaivotas a pescar e as focas que brincavam nas ondas, ríamos com a colónia de pinguins, que pareciam uma brigada de soldados desajeitados e de pés chatos, e maravilhávamo-nos perante o espectáculo soberbo da alternância de sol e nuvens sobre o topo da montanha da Mesa.

No Verão, a água era uma delícia mas, de Inverno, a corrente fria de Benguela era uma tortura para quem andava dentro de água. As rochas dentro e

fora de água eram ásperas e aceradas e não era raro que nos cortássemos ou que esfolássemos as pernas. Mas gostávamos mais do mar que da pedreira, embora não passássemos lá mais do que alguns dias de cada vez.

O oceano revelou-se uma verdadeira arca do tesouro. Encontrei belos pedaços de coral e magníficas conchas, de formas requintadas, que às vezes levava para a cela. Uma vez houve alguém que encontrou uma garrafa de vinho, ainda rolhada, enterrada na areia. Disseram-me que sabia a vinagre. Jef Masemola, do PAC, era um escultor talentoso e as autoridades permitiram-lhe que recolhesse pedaços de madeira arrojados pelo mar, que talhava com figuras fantásticas que os guardas por vezes se ofereciam para comprar. Construiu-me uma estante para livros que usei durante muitos anos e que as autoridades costumavam dizer aos visitantes que me tinham dado.

Na praia, a atmosfera era mais descontraída que na pedreira. Também gostávamos da beira-mar porque lá comíamos muito bem. De manhã, quando saíamos, levávamos um grande tambor com água. Depois passámos a levar um segundo tambor, que usávamos para fazer uma caldeirada à moda de Robben Island, com as amêijoas e os mexilhões que apanhávamos. Apanhávamos também lagostins que se escondiam nos buracos das rochas. Não eram fáceis de apanhar; se não os agarrávamos com força entre a cabeça e a cauda esquivavam-se e fugiam.

O meu prato favorito eram as lapas, a que chamamos *perlemoen*. As lapas são moluscos que se agarram tenazmente às rochas e que temos de arrancar. São criaturas teimosas, difíceis de abrir, e quando ficam tempo de mais ao lume, nem que seja só um pouco, são demasiado duras para comer.

Deitávamos as nossas presas dentro do segundo tambor. Wilton Mkwayi assumia as funções de *chef* e cozinhava a caldeirada. Quando estava pronta, os guardas juntavam-se a nós e sentávamo-nos na praia, cada um a fazer o seu piquenique. Em 1973, lemos num jornal que alguém nos fez chegar clandestinamente que a princesa Ana se tinha casado com Mark Phillips

e o artigo referia em pormenor a ementa da festa. O menu incluía mexilhões, lavagantes e lapas, o que nos fez rir a bom rir; eram pratos requintados que comíamos todos os dias.

Uma tarde, estávamos sentados na praia a comer a nossa caldeirada quando o tenente Terblanche, que então comandava a prisão, apareceu sem aviso prévio. Fingimos que trabalhávamos, mas ele não se deixou enganar e depressa descobriu o segundo tambor que ainda continha caldeirada e fervilhava ao lume. Abriu o panelão e espreitou lá para dentro. Tirou um mexilhão, provou-o e disse: *Smaaklik*, que em africânder quer dizer: «Está bom.»

Nos círculos da nossa luta, Robben Island era conhecida como «a Universidade». Não era só por causa do que aprendíamos nos livros, nem porque houvesse reclusos a aprender inglês, africânder, arte, geografia e matemática, ou porque muitos dos nossos homens, como Billy Nair, Ahmed Kathrada, Mike Dingake e Eddie Daniels, tivessem alcançado diversos graus académicos. Robben Island era conhecida como «a Universidade» pelo que aprendíamos uns com os outros. Éramos a nossa própria faculdade, com os nossos professores, os nossos currículos e os nossos cursos. Fazíamos distinção entre os estudos académicos, que eram oficializados, e os estudos políticos, que não eram.

Em parte, a nossa universidade nasceu da necessidade. À medida que os jovens iam chegando à ilha dávamo-nos conta de que pouco ou nada sabiam da história do ANC. Walter, que era talvez o maior historiador vivo do ANC, começou a instruí-los sobre o dealbar da organização e os seus primeiros tempos de existência. Os seus ensinamentos eram simples e plenos de sensatez. A pouco e pouco, esta instrução informal foi evoluindo para um curso, concebido pelo Órgão Supremo, a que foi dado o nome de Currículo A, que compreendia dois anos de palestras sobre o ANC e a luta pela libertação. No Currículo A incluía-se uma disciplina ministrada por Kathy, intitulada «História da Luta dos Indianos». Outro camarada acrescentou uma história dos mestiços. Mac, que tinha estudado na República Democrática Alemã, dava um curso sobre marxismo.

As condições de ensino não eram as ideais. Os grupos de estudo trabalhavam em círculo na pedreira, à volta do orientador. O estilo era socrático por natureza: as ideias e as teorias eram explicadas por via das perguntas e das respostas do mestre.

O cerne do processo educativo na ilha era o curso ministrado por Walter. Muitos dos jovens do ANC que chegavam à ilha não faziam a menor ideia de que a organização já existia nas décadas de 1920 e 1930. Walter

guiava-os desde a fundação do ANC, em 1912, até ao presente. Para muitos desses jovens, era a primeira vez que recebiam educação política.

Quando a notícia da existência destes cursos chegou à secção geral, começámos a receber pedidos dos nossos homens que não coabitavam connosco. Esta pretensão deu origem a uma espécie de curso por correspondência para os reclusos da secção geral. Os professores enviavam-lhes em segredo as leituras a fazer, às quais eles respondiam com perguntas e comentários.

Isto tanto era bom para nós como para eles. Eram homens com reduzida educação formal, mas um grande saber sobre a dureza da vida, e as suas preocupações tendiam a ser de ordem mais prática e menos filosófica. Quando o tema a trabalhar andava em torno do princípio do socialismo «De cada um conforme a sua capacidade e a cada um conforme a sua necessidade», recebíamos perguntas como: «Sim, mas como é que isso se aplica na prática? Se tiver terra e não tiver dinheiro e o meu amigo tiver dinheiro e não tiver terra, qual de nós sofre uma necessidade maior?» Eram perguntas pertinentes, que nos faziam reflectir intensamente sobre as nossas ideias.

Durante alguns anos ministrei um curso de economia política, em que tentei traçar a evolução do homem económico desde os tempos mais remotos até ao presente, seguindo o percurso das antigas sociedades comunitárias para o feudalismo, o capitalismo e o socialismo. Não sou de modo algum um erudito, e muito menos um professor, e de uma maneira geral preferia responder a perguntas do que falar em abstracto. A minha abordagem não era ideológica, mas de algum modo tendenciosa em prol do socialismo, que via como o estágio mais avançado da vida económica alcançado pelo homem.

Para além destes cursos informais, tinha ainda o meu trabalho de advogado. Cheguei a pensar em pendurar uma tabuleta à entrada da cela, tantas eram as horas que passava a preparar recursos para outros presos, embora tal fosse proibido pelo regulamento da prisão. A minha ajuda era solicitada por reclusos de todos os quadrantes políticos.

A lei sul-africana não garante ao acusado o direito de ser representado legalmente e milhares de homens e mulheres indigentes iam todos os anos para a prisão por falta de apoio jurídico. Poucos africanos se podiam dar ao luxo de contratar um advogado e a maioria não tinha alternativa senão aceitar o veredicto

proferido pelo tribunal. Na secção geral havia muitos homens condenados porque não tinham recebido os conselhos de um advogado, e alguns deles procuravam-me para lhes preparar um recurso. Para muitos era a primeira vez que tratavam com um advogado.

Recebia um bilhete clandestino de um recluso da secção F ou G, a pedir auxílio. Inquiria então sobre os pormenores do caso, da acusação, das provas e dos testemunhos. Dada a sua natureza clandestina, estas informações

[440]

chegavam-me a conta-gotas. Uma consulta que não duraria mais de meia hora no antigo gabinete de Mandela & Tambo, na ilha podia levar um ano ou mais.

Aconselhava os meus «clientes» a escreverem uma carta ao escrivão do Supremo Tribunal a pedir-lhe os autos do processo. Dizia-lhes também que informassem o escrivão da sua indigência e que solicitassem os autos sem custos. Por vezes os escrivães eram atenciosos e satisfaziam gratuitamente o pedido.

Uma vez na posse dos autos, eu organizava um recurso com base em irregularidades jurídicas como preconceitos, erros processuais ou insuficiência de provas. Escrevia uma carta ao juiz ou ao magistrado em causa e mandava-a para o outro lado. Como preparar um caso era uma violação dos regulamentos, mandava dizer ao preso que copiasse o documento pelo seu próprio punho. Se não soubesse escrever, como acontecia com muitos reclusos, dizia-lhe que encontrasse alguém que soubesse.

Gostava de manter viva a agudeza da minha intervenção jurídica e nalguns casos as sentenças foram anuladas ou as penas reduzidas. Eram vitórias que me davam grande prazer; a prisão é concebida para que nos sintamos impotentes e esta era uma das poucas maneiras de influenciar o sistema. Era frequente nem chegar a conhecer os homens que ajudava e por veies, quando menos esperava, um homem que nos servia a comida murmurava em surdina um agradecimento pela ajuda que lhe tinha dado.

As pressões sobre a minha mulher não abrandaram. Em 1972, a polícia de segurança abriu a pontapé a porta do n.º 8115 de Orlando West. Atiraram tijolos pelas janelas. Dispararam armas de fogo junto à porta da frente. Em 1974, Winnie foi acusada de ter violado a proscrição que a proibia de receber visitas para além das filhas e do médico. Por essa altura estava a trabalhar no escritório de um advogado e uma amiga levava-lhe Zeni e Zindzi para a verem durante a hora de almoço. Por causa disto, Winnie foi condenada a seis meses de cadeia. Foi levada para a prisão Kroonstad, no Estado Livre de Orange, onde a sua vida não foi tão horrorosa como havia sido em Pretória. Winnie escreveu-me a dizer que desta vez se sentia livre na prisão e que a experiência servia para reiterar a sua devoção à nossa causa. As autoridades permitiam que ao domingo recebesse a visita de Zindzi e de Zeni.

Em 1975, quando Winnie saiu da prisão, conseguimos, através de cartas e comunicações com os nossos advogados, encontrar um processo para eu ver Zindzi. Segundo os regulamentos da prisão, nenhuma criança de dois

[441]

a dezasseis anos podia visitar os reclusos. Quando cheguei a Robben Island todos os meus filhos estavam abrangidos por essa restrição. A ideia subjacente ao regulamento não é má: os legisladores entenderam que as imagens da prisão poderiam afectar negativamente a psique das crianças. Mas os efeitos sobre os presos também eram devastadores. É muito triste não ter o direito de ver os próprios filhos.

Em 1975, Zindzi fez quinze anos. A ideia consistia em alterar-lhe os documentos para demonstrar que ia fazer dezasseis, e não quinze, e que me podia visitar. Os registos de nascimento dos africanos não são muito fiáveis, e Winnie descobriu que não era difícil alterar os documentos de modo a provar que Zindzi tinha nascido um ano mais cedo. Solicitou uma autorização, que foi concedida.

Algumas semanas antes da vinda de Zindzi, marcada para Dezembro, recebi a visita já programada da mãe de Winnie. Quando estava sentado diante dela na sala de visitas, disselhe:

- Ma, estou muito entusiasmado porque vou ver Zindzi.

A minha sogra, que tinha sido professora, olhou-me com surpresa e declarou em tom irritado:

- Não, Zindzi não pode vir, ainda não tem dezasseis anos.

Percebi que ninguém lhe tinha falado na marosca. Havia um guarda por detrás de cada um de nós, de modo que resolvi deixar cair o assunto e murmurei atabalhoadamente:

- Ah, Ma, não é nada.

Mas a minha sogra é teimosa e não desistiu:

- Bem, Mkonyanisi - uma expressão afectuosa para genro em xossa, que usava muitas vezes comigo -, estás totalmente enganado, Zindzi só tem quinze anos.

Arregalei os olhos, num gesto de aviso, e ela deve ter percebido pois não voltou a mencionar o nome de Zindzi.

Não via Zindzi desde que ela tinha três anos. Era uma filha que só conhecia o pai através de fotos antigas e não por se recordar dele. Nessa manhã vesti uma camisa lavada e dediquei mais tempo do que o habitual à minha aparência. É uma questão de vaidade, mas não queria aparecer como um velho aos olhos da minha filha mais nova.

Não via Winnie há um ano e fiquei satisfeito com o seu aspecto. Mas fiquei encantado por poder olhar para a bela rapariga que era agora a minha filha, tão parecida com a mãe na sua beleza.

A princípio, Zindzi mostrou-se hesitante e envergonhada. Creio que para

ela não era fácil encontrar por fim um pai que nunca tinha realmente conhecido, que apenas a podia amar à distância e que parecia não lhe pertencer

[442]

a ela, mas ao povo. No fundo do seu coração devia acalentar algum ressentimento para com o pai que tinha estado ausente durante toda a sua infância e adolescência. Percebi logo que era uma jovem orgulhosa e determinada, como a mãe tinha sido com a mesma idade.

Como sabia que ela se sentiria pouco à vontade fiz os possíveis por aliviar a atmosfera. Quando chegou, perguntei-lhe:

- Então, viste a minha guarda de honra? - a designar com um gesto largo os guardas que me seguiam para onde quer que fosse.

Fiz-lhe perguntas sobre a vida dela, sobre a escola e os amigos e tentei fazê-la recordar dias distantes de que mal se lembrava. Disselhe que me lembrava muitas vezes dos domingos lá em casa, quando a fazia saltar sobre os meus joelhos enquanto a mãe vigiava um assado. Falei de pequenos incidentes ocorridos em Orlando quando ela ainda era muito pequena. Através do vidro, percebi que fazia um esforço para evitar as lágrimas.

A única nota trágica dessa visita aconteceu quando Winnie me informou que Bram Fischer morrera de cancro pouco depois de sair da prisão. A morte de Bram afectou-me profundamente. Embora o Governo não lhe tivesse deixado marcas no corpo, tinha sido a perseguição incansável que lhe fora movida que desencadeara a doença que o levava tão cedo. Perseguiram-no até depois de morto. Após a cremação, o Estado confiscou as suas cinzas.

Bram era um purista, e depois do Processo de Rivónia resolveu que a melhor maneira de prosseguir a luta seria passar à clandestinidade e viver como um fora-da-lei. Pesava-lhe que os homens que tinha defendido em julgamento tivessem ido para a prisão e ele continuasse em liberdade. Durante o julgamento aconselhei Bram a não enveredar por esse caminho, dizendo-lhe que a melhor maneira de contribuir para a causa seria nos tribunais, onde as pessoas poderiam

ver um africânder filho de um juiz presidente a lutar pelos direitos dos oprimidos. Mas Bram não podia continuar livre enquanto havia outros a sofrer. Tal como um general que luta lado a lado com os seus homens na frente de combate, Bram não queria pedir a outros sacrifícios que não estivesse disposto a suportar.

Passou à clandestinidade quando estava em liberdade sob caução e foi condenado a prisão perpétua por conspiração com o intuito de sabotagem. Tentei escrever-lhe da prisão, mas os regulamentos não permitiam a correspondência entre reclusos. Depois de lhe ter sido diagnosticado cancro, foi desencadeada uma campanha nos jornais para pressionar o Governo a libertá-lo por razões humanitárias. Morreu poucas semanas depois de ter saído da cadeia, quando estava em prisão domiciliária em casa do irmão, em Bloemfontein.

Sob muitos aspectos, Bram Fischer, neto do primeiro-ministro da Colónia do Rio Orange, foi de todos quem mais se sacrificou. Por muito que eu

[443]

tenha sofrido na demanda da liberdade, senti sempre que estava a lutar ao lado do meu povo e pelo seu bem-estar. Mas Bram era um homem livre que lutava contra o seu próprio povo por causa da liberdade dos outros.

Um mês depois desta visita recebi informação de Winnie de que o seu recente pedido para outra visita tinha sido recusado pelas autoridades com o argumento absurdo de que eu não a queria ver. Pedi imediatamente uma reunião com o tenente Prins, que então chefiava a prisão, para apresentar um protesto.

Prins não era o que se podia chamar um homem sofisticado. Quando me encontrei com ele expliquei-lhe a situação sem exaltação nem animosidade. Mas disse que aquilo era intolerável e que a minha mulher devia ser autorizada a visitar-me.

Prins nem parecia estar a ouvir-me, mas quando acabei disse:

- Mandela, a tua mulher só está à procura de publicidade. Respondi-lhe

que não me agradava a observação, mas ainda não tinha terminado quando ele proferiu qualquer coisa tão infame e difamatória sobre a minha mulher que me fez perder a calma.

Levantei-me da cadeira e comecei a dar a volta à secretária na direcção dele. Prins iniciou um movimento para bater em retirada, mas entretanto contive-me. Em vez de lhe dar uns murros, que era o que me apetecia, fustiguei-o com palavras. Não sou homem para insultos nem palavrões, mas nesse dia violei o meu princípio. Terminei a dizer-lhe que era um ser desprezível e sem honra e que se voltasse a proferir aquelas palavras não me conteria como tinha acabado de fazer.

Acabei de falar, dei meia volta e saí intempestivamente do gabinete. À saída vi Kathy e Eddie Daniels, mas nem sequer os saudei e dirigi-me para a cela. Embora tivesse conseguido silenciar Prins, ele tinha-me obrigado a perder o autodomínio, o que para mim era uma derrota às mãos do inimigo.

Na manhã seguinte, depois do pequeno-almoço, dois guardas entraram na minha cela e disseram que tinha de me apresentar na secretaria-geral. Quando lá cheguei fui rodeado por meia dúzia de guardas armados. A um lado estava o tenente Prins e ao centro um sargento-mor que desempenhava as funções de promotor de justiça da prisão. A atmosfera estava carregada de tensão.

- Mandela - disse o promotor -, ouvi dizer que ontem te divertiste bastante, mas hoje não vai ser tão agradável. Acuso-te de insultar e ameaçar o comandante da prisão. É uma acusação grave.

E ao dizer isto entregou-me o libelo acusatório. - Tens alguma coisa a dizer? - perguntou.

- Não. Mas pode falar com o meu advogado.

[444]

Depois pedi que me conduzissem de novo à cela. Prins nem abriu a boca.

Percebi de imediato o que tinha a fazer: preparar um processo em que acusava toda a gente, desde o tenente até ao ministro da Justiça, por conduta indevida. Iria denunciar o sistema prisional como um todo enquanto instituição racista que procurava perpetuar a supremacia dos brancos. Tencionava fazer do processo uma *cause célèbre* que os fizesse lamentar a hora em que me tinham resolvido processar.

Pedi a George Bizos que me representasse e em breve foi organizado um encontro. Antes da visita de George, informei as autoridades de que lhe entregaria instruções escritas. Perguntaram-me porquê e eu respondi-lhes com lealdade que pensava que a sala de conferências estava sob escuta. As autoridades não me deram autorização para entregar uma declaração escrita; teria de ser por via oral. Respondi-lhes que não tinham o direito de me negar essa permissão e que o facto de o fazerem apenas confirmava as minhas suspeitas.

A verdade é que temiam que George passasse à imprensa uma declaração escrita, o que de facto fazia parte da nossa estratégia. Inquietavam-se também com a possibilidade de eu usar George para comunicar com Oliver, que estava em Lusaka, e presumiram que a declaração escrita poderia conter informações importantes. Já anteriormente tinha recorrido a George para esse fim, mas o documento em questão não continha qualquer matéria desse género.

Foi marcada a data para reunião do tribunal disciplinar da ilha e designado um magistrado da Cidade do Cabo. Na véspera da audiência fui informado de que o meu advogado chegaria no dia seguinte e teria liberdade para lhe entregar a declaração escrita. De manhã encontrei - me com George na secretaria-geral e tivemos uma conversa breve antes da abertura dos trabalhos. Contudo, mal a audiência começou o promotor anunciou que a prisão desistia do processo. O juiz bateu com o martelo para suspender a sessão e saiu abruptamente da sala. George e eu entreolhámo-nos, surpresos, e felicitámo-nos por aquela vitória aparente. Estava a arrumar os meus papéis quando apareceu outro sargento-mor que apontou para o meu depoimento e disse:

- Dê-me esse papel.

Recusei, alegando que era um assunto confidencial entre mim e o meu advogado. Chamei o promotor e disse:

- Informe este homem de que estes documentos estão protegidos ao abrigo do privilégio advogado/cliente e que não tenho de os entregar.

a promotor concordou, mas disse que, uma vez que o caso estava encerrado, a única autoridade na sala era o sargento-moro Entretanto, este pegou no documento. Nada pude fazer para o impedir. Creio que as autoridades

[445]

desistiram do processo apenas para deitarem a mão ao documento, o qual, como descobriram, nada continha que não soubessem já.

Por muito improvável que a ideia fosse, durante todo o tempo que permaneci na ilha não deixei de pensar na fuga. Mac Maharaj e Eddie Daniels, que eram homens resolutos e engenhosos, passavam horas a engendrar planos e a discutir as probabilidades. Na sua maioria eram demasiado perigosos, o que não nos impedia de os levar em consideração.

Fizemos alguns avanços. Jeff Masemola, que era o nosso principal artesão, conseguiu fazer uma gazua que abria quase todas as portas dentro e fora da nossa secção. Um dia, um guarda deixou as chaves em cima da secretária, no gabinete que ficava ao fundo do corredor. Jeff pegou num pedaço de sabão e fez um molde da chave. A partir do molde, talhou um pedaço de metal com o feitio da chave. Esta chave dava-nos acesso a algumas das arrecadações que ficavam por detrás das nossas celas, bem como à secção de isolamento. Mas nunca nos servimos dela para sair da secção. O mar era um fosso intransponível que cercava Robben Island.

Em 1974, Mac teve uma ideia para ultrapassar esse obstáculo. Há pouco tempo tinha sido levado ao dentista na Cidade do Cabo, onde descobrira que o médico era aparentado pelo casamento com um preso político muito conhecido. O dentista era um tipo simpático. Recusou-se a tratar de Mac se não lhe tirassem os ferros que lhe tolhiam os movimentos das pernas. Mac reparou também que a janela do consultório, localizado num segundo andar, ficava pouco acima de uma estreita rua lateral por onde poderia fugir.

Quando voltou, Mac falou com alguns de nós e instou-nos a que

pedíssemos para ir ao dentista. Foi o que fizemos, e fomos informados de que estava marcado um dia para Mac, Wilton Mkwai, eu e outro recluso irmos à consulta na Cidade do Cabo. Estávamos ansiosos por fazer a tentativa, mas quando Mac falou no assunto ao quarto homem ele recusou-se. Já tínhamos dúvidas sobre a lealdade dele e preocupava-me o facto de ele conhecer o nosso plano.

Sob forte escolta, fomos os três levados de barco até à Cidade do Cabo e ao consultório do dentista. Todos tínhamos recebido instrução militar e era provável que fosse a nossa melhor oportunidade de fugir. Mac levava consigo uma faca e estava disposto a usá-la. No consultório, os guardas começaram por afastar todos os outros doentes. Exigimos que nos retirassem os ferros das pernas e com a ajuda do dentista convencemos os guardas.

Mac levou-nos à janela, para vermos a rua que era a nossa rota de fuga. Mas qualquer coisa o fez desconfiar: estávamos a meio do dia, no centro da cidade, mas mesmo assim não se via ninguém a circular. Quando antes lá tinha estado, a rua regurgitava de movimento.

- É uma cilada - segredou Mac.

[446]

Também senti que havia ali qualquer coisa de errado e concordei com ele. Wilton, que tinha a adrenalina a ferver, retorquiu que era um disparate.

- Madiba, estás a perder a audácia.

Mas fiquei do lado de Mac e a única coisa que fizemos foi tratar dos dentes. O dentista estranhou a minha presença, porque os meus dentes estavam em bom estado.

Se Mac engendrava os planos de fuga mais práticos, Eddie Daniels congeminava os mais imaginativos. Durante os primeiros anos, os aviões estavam proibidos de sobrevoar a ilha. Mas por meados da década de 1970 reparámos que não só passavam aviões como se viam helicópteros, que iam e vinham dos petroleiros que navegavam ao largo da costa. Eddie veio ter comigo

com um plano que implicava um helicóptero da organização pintado com as cores das forças armadas sul-africanas para me levar da ilha e me deixar na Cidade do Cabo, no telhado da embaixada de um país amigo, ao qual pediria asilo político. Não era uma má ideia e recomendei-lhe que a fizesse chegar a Oliver, em Lusaka. Eddie conseguiu fazer passar a mensagem, mas nunca obtivemos resposta.

Em Robben Island, as festas de aniversário resumiam-se ao essencial. Em vez do bolo e dos presentes, juntávamos a nossa comida e oferecíamos uma fatia extra de pão ou uma caneca de café ao homenageado. Fikile Bam e eu fazíamos anos no mesmo dia, a 18 de Julho, e eu guardava alguns doces que tinha comprado no Natal para festejarmos o nosso aniversário. Em 1968, o meu quinquagésimo aniversário passou sem grande alarido, mas em 1975, quando fiz cinquenta e sete anos, Walter e Kathy abordaram-me com um projecto a longo prazo que tornaria ainda mais memorável o sexagésimo.

Uma das nossas preocupações maiores era como manter aceso o espírito de luta perante o povo. Ao longo da década anterior o Governo tinha reduzido ao silêncio a maior parte da imprensa radical e continuava a ser proibido publicar palavras ou imagens de qualquer indivíduo preso ou proscrito. O editor podia ser preso e o jornal encerrado se publicasse um instantâneo meu ou dos meus companheiros.

Um dia, quando passeava no pátio com Kathy e Walter, eles sugeriram-me que escrevesse as minhas memórias. Kathy frisou então que a data ideal para a publicação desse livro seria o meu sexagésimo aniversário. Walter acresce ou que a minha história, se fosse contada com verdade e justiça, serviria para recordar ao povo aquilo por que lutávamos e continuávamos

[447]

a lutar. Que seria uma fonte de inspiração para os jovens combatentes da liberdade. A ideia agradou-me e numa conversa posterior concordei em levá-la a cabo.

Quando decido fazer qualquer coisa, a minha vontade é começar imediatamente e lancei-me de alma e coração nesse novo projecto. Adoptei um horário de trabalho pouco ortodoxo: escrevia de noite e dormia a maior parte do dia. Durante a primeira e a segunda semanas dormia um pouco depois do jantar,

acordava às dez horas e escrevia até à hora do pequeno-almoço. Depois do trabalho na pedreira, dormia até ao jantar, e o processo recomeçava. Ao fim de algumas semanas assim, dei a conhecer às autoridades que não me sentia bem e não podia ir para a pedreira. Não deram mostras de se importar e a partir daí passei a dormir a maior parte do dia.

Para processar o manuscrito, criámos uma linha de montagem. Todos os dias entregava a Kathy o que tinha escrito. Este revia o texto e lia-o a Walter. À margem, Kathy anotava os seus comentários. Walter e Kathy nunca hesitaram em criticar-me e eu levava a peito as suas sugestões, que muitas vezes introduzi no meu texto. Assim anotado, o manuscrito era então entregue a Lallo Chiba, que durante a noite seguinte o reproduzia na sua estenografia quase microscópica, reduzindo dez páginas a um pequeno pedaço de papel. A Mac competia fazer com que saísse clandestinamente da prisão.

Os carcereiros começaram a desconfiar. Foram ter com Mac e perguntaram:

- O que anda o Mandela a tramar? Por que razão passa as noites sentado?

Mas Mac limitava-se a encolher os ombros e a responder que não sabia. Eu escrevia depressa e ao fim de quatro meses tinha um rascunho pronto. Não perdia tempo a hesitar numa palavra ou numa frase. Abrangia o período desde o meu nascimento até ao Processo de Rivónia e terminava com algumas observações acerca de Robben Island.

À medida que as ia escrevendo, era como se revivesse as experiências. Durante essas noites, entregue ao silêncio da escrita, revivi as imagens e os sons da minha infância e juventude em Qunu e em Mqhekezweni, a excitação e os receios da ida para Joanesburgo, a agitação da Liga da Juventude, o arrastar interminável do Processo da Traição e o drama de Rivónia. Era como um sonho acordado, que procurei transmitir ao papel com toda a simplicidade e veracidade de que fui capaz.

Mac escondia engenhosamente a transcrição do manuscrito dentro das capas dos blocos de apontamentos que usava para os estudos. Foi deste modo que conseguiu sonegar o texto às autoridades e levá-lo para o exterior quando foi libertado, em 1976. O que estava combinado era que Mac nos informaria em

segredo quando o manuscrito estivesse a salvo, fora do

[448]

país. Só então destruiríamos o original. Nesse ínterim tínhamos de encontrar maneira de esconder um texto de quinhentas páginas. Fizemos a única coisa possível: enterrámo-lo na horta. No pátio, a vigilância tornara-se esporádica e descuidada. Em geral, os guardas sentavam-se a conversar no gabinete que ficava na extremidade norte. Daí não conseguiam ver a extremidade sul, junto da zona de isolamento, onde havia uma pequena horta. Tinha reparado no local durante os meus passeios matinais e resolvi lá enterrar o livro.

Para não termos de cavar um buraco grande decidimos separar o manuscrito em três partes, duas pequenas e outra maior, embrulhadas em plástico e acondicionadas em latas de cacau vazias. O trabalho tinha de ser feito depressa, de modo que pedi a Jeff Masemola que nos arranjasse algumas ferramentas para cavar. Alguns dias depois já estava equipado com várias estacas de ferro pontiagudas.

Uma manhã, depois do pequeno-almoço, Kathy, Walter, Eddie Daniels e eu encaminhámo-nos para a horta, no extremo sul do pátio, onde fingimos manter uma animada discussão política. Cada um de nós levava dentro da camisa uma porção do manuscrito. A um sinal meu, baixámo-nos e começámos a cavar. Eu cavava no centro, perto da tampa de um esgoto de águas pluviais. Quando atingi a manilha abri um espaço por baixo e foi lá que coloquei a maior das três latas. Os outros cavaram buracos mais pequenos para esconder as outras duas.

Acabámos mesmo a tempo de formar para seguirmos para a pedreira. Nessa manhã, enquanto andava, fui invadido por uma sensação de alívio pelo facto de o manuscrito estar a salvo. Depois não voltei a pensar mais nele.

Algumas semanas mais tarde, pouco depois do despertar, ouvi um ruído no pátio que me deixou inquieto. Eram picaretas e pás a esburacar o chão. Quando nos foi permitido sair das celas para nos lavarmos, dirigi-me à parte fronteira do corredor e espreitei pela porta. Na extremidade sul do pátio

trabalhava uma brigada de homens da secção geral. Para minha grande aflição, estavam a cavar precisamente no local onde tínhamos escondido o manuscrito.

As autoridades haviam resolvido construir um muro defronte da secção de isolamento porque tinham percebido que os reclusos que lá se encontram conseguiam comunicar com os que estavam no pátio. A brigada de trabalho estava a rasgar um sulco para lançar as fundações do muro.

Enquanto nos lavávamos informei Kathy Walter sobre o que se passava lá fora. Kathy foi de opinião que a maior parte do manuscrito, a que estava enterrada debaixo da manilha, devia estar a salvo, mas que as outras duas estavam em risco. Quando os tambores com a papa do pequeno-almoço

[449]

foram empurrados para o pátio, os guardas que superintendiam na escavação mandaram sair a equipa de trabalho. Faziam isto para evitar que confraternizassem com os presos políticos.

Com as tigelas de papas na mão, fui com Walter e Kathy até à zona sul do pátio, como se quisesse falar com eles em privado. O começo dos alicerces aproximava-se perigosamente do local onde se encontravam as duas latas mais pequenas. Eddie Daniels veio ter connosco e percebeu de imediato a situação.

Só havia uma coisa a fazer. Tentando o mais possível não dar nas vistas, começámos a escavar na zona onde se encontravam as duas latas. Desenterrámo-las rapidamente e disfarçámos o buraco espalhando terra por cima. Sacar o manuscrito que se encontrava por debaixo da manilha exigiria muito mais tempo, e para além disso achámos que não correria perigo, pois não iam arrancar o tubo para construir o muro. Regressámos às celas com o manuscrito escondido na camisa. Como nesse dia Eddie não iria para a pedreira, confiámos-lhe as duas latas, com instruções para que as destruísse logo que possível. Apesar do risco, Eddie concordou. Nesse dia, enquanto trabalhava, respirei mais aliviado por termos retirado as duas latas e tentei não pensar na terceira.

Nessa tarde, quando voltámos da pedreira, em vez de me ir lavar, como de costume, dirigi-me como que por acaso para a extremidade sul do pátio,

procurando não dar mostras de curiosidade, mas o que vi deixou-me alarmado. Os reclusos tinham aberto uma vala paralela ao muro da secção de isolamento e haviam retirado a manilha. Era impossível que não tivessem encontrado o manuscrito.

A minha reacção não passou despercebida. Sem que o soubesse, estava a ser vigiado por alguns guardas, que mais tarde confirmaram que a minha reacção provava que eu sabia do manuscrito escondido. Voltei ao corredor para me lavar e disse a Walter e a Kathy que suspeitava que o manuscrito havia sido descoberto. Entretanto, Eddie tinha-se livrado das outras duas latas.

Na manhã seguinte, bem cedo, fui chamado à secretaria-geral para falar com o comandante. Ao lado dele estava um alto funcionário do sistema prisional, que acabava de chegar de Pretória. Sem sequer me dar os bons-dias, o comandante anunciou:

- Mandela, encontrámos o teu manuscrito.

Não respondi. O comandante estendeu o braço para trás da secretária e tirou de lá um monte de papéis.

- É a tua letra, não é?

Mais uma vez fiquei em silêncio.

- Mandela - disse o comandante, irritado -, sabemos que isto é obra tua.

[450]

- Bem - respondi -, para isso tem de apresentar provas.

Com ar trocista disseram que sabiam que as anotações à margem tinham sido feitas por Walter Sisulu e Ahmed Kathrada. Mais uma vez observei que se nos queriam castigar por isso teriam de apresentar provas.

- Não precisamos de provar nada - respondeu o comandante. - As provas estão aqui.

Nesse dia não recebemos qualquer castigo, mas pouco depois Kathy, Walter e eu fomos chamados à presença do general Rue, subcomissário das prisões, que nos acusou de abusarmos dos privilégios de estudo para escrever ilegalmente aquele texto. Em consequência disso, o direito de estudar foi-nos suspenso por tempo indeterminado. A suspensão durou quatro anos.

Depois de sair da prisão, em Dezembro, Mac expediu os cadernos de apontamentos para Inglaterra. Esteve seis meses em prisão domiciliária até fugir do país e se juntar a Oliver, em Lusaka, e mais tarde seguir para Londres, onde permaneceu seis meses. Com a ajuda de um dactilógrafo reconstituiu o texto e produziu um livro dactilografado. Ao regressar a Lusaka entregou um exemplar a Oliver.

A partir daí a pista esbate-se. De Lusaka nunca me chegaram notícias sobre o livro e continuo a não saber exactamente o que Oliver terá feito com ele. Embora não tenha sido publicado durante a minha permanência na prisão, constitui a espinha dorsal destas memórias.

Em 1976 recebi uma visita extraordinária: Jimmy Kruger, ministro das prisões, membro destacado da equipa governamental do primeiro-ministro. Kruger não só era uma pessoa influente quanto às políticas prisionais como discordava da forma como o Governo lidava com a luta pela liberdade.

Palpitou-me qual seria a razão da sua visita. O Governo estava empenhado no êxito da sua política de desenvolvimento separado e dos bantostões «quase independentes». A peça forte do desenvolvimento separado era o Transkei, chefiado pelo meu sobrinho e antigo protector, K. D. Matanzima, que sufocara com êxito toda a oposição legítima ao seu regime. Recordava-me de o comandante me ter dito em tom de gracejo:

- Mandela, devias ir para o Transkei para repousar.

Como se veio a verificar, foi precisamente isso que Jimmy Kruger me propôs. Era um homem forte e um tanto rude, sem os modos correctos que teria esperado de um ministro. Para mim, o encontro foi mais uma oportunidade para dar voz às nossas reclamações e a princípio Kruger pareceu

[451]

escutar-me. Comecei por lhe falar na carta que lhe tínhamos dirigido em 1969 e que ficara sem resposta. Apenas encolheu os ombros. Falei-lhe então nas miseráveis condições da ilha e uma vez mais reiterei que éramos presos políticos e não criminosos e, como tal, devíamos ser tratados. Mas Kruger respondeu em tom de desprezo:

- Nah, vocês são todos uns comunistas violentos!

Relatei-lhe então um pouco da nossa história e as razões que nos tinham levado ao caminho da violência. Era evidente que não sabia praticamente nada a respeito do ANC e o pouco que sabia fora através da propaganda difundida pela

imprensa de direita. Quando lhe disse que a organização era muito mais antiga do que o Partido Nacionalista, ficou atônito. Disselhe que se nos queria apodar de comunistas devia primeiro ler a Carta da Liberdade. Olhou para mim, sem expressão. Nunca tinha ouvido falar na Carta da Liberdade. Achei incrível que um membro do Governo pudesse estar tão mal informado. Mas não devia ter ficado surpreendido. De uma maneira geral os políticos nacionalistas condenavam tudo o que não compreendiam.

Levantei a questão da nossa libertação e mencionei o caso dos rebeldes africânderes de 1914, que tinham recorrido à violência embora tivessem representação parlamentar, pudessem organizar reuniões e gozassem do direito de voto. Embora os generais De Wet e Kemp tivessem comandado uma força de doze mil homens, ocupado cidades e causado grande mortandade, tinham sido libertados pouco tempo depois de condenados por alta traição. Referi também o caso de Robey Leibbrandt que durante a Segunda Guerra Mundial tinha formado uma organização clandestina para combater o apoio da África do Sul aos Aliados; foi condenado a prisão perpétua e rapidamente perdoado. Kruger pareceu-me tão ignorante sobre estes episódios da história do seu povo como em relação à Carta da Liberdade. É muito difícil negociar com pessoas que não se pautam pelo mesmo quadro de referências.

Kruger desvalorizou tudo o que lhe disse. - Isso são histórias do passado.

Vinha armado com uma oferta específica. Apesar da sua fama de rudeza, apresentou a proposta em termos correctos e atenciosos. O caso era simples: se eu reconhecesse a legitimidade do Governo do Transkei e estivesse disposto a mudar-me para lá, a minha pena seria drasticamente reduzida.

Escutei-o com respeito até terminar. Comecei por lhe dizer que rejeitava terminantemente a política dos bantostões e que nada faria para a apoiar; além disso, era de Joanesburgo e era a Joanesburgo que queria voltar. Kruger protestou, mas sem resultado. Um mês mais tarde voltou a apresentar-me a mesma proposta, que mais uma vez recusei. Era uma proposta que só um vira-casaca poderia aceitar.

Por muito diligentes que fôssemos a recolher notícias e informações, o nosso conhecimento dos acontecimentos era sempre superficial. O que acontecia no mundo exterior começava por ser abafado por nos chegar através de boatos que só mais tarde podiam ser confirmados por uma notícia de jornal ou por algum visitante.

Em Junho de 1976 começaram a chegar-nos rumores insistentes sobre um grande levantamento no país. O que se dizia em segredo era fantasioso e improvável: a juventude do Soweto tinha afrontado os militares e os soldados haviam abandonado as armas e fugido. Foi só em Agosto, quando o primeiro preso envolvido na revolta de 16 de Junho chegou a Robben Island, que soubemos o que realmente tinha acontecido.

No dia 16 de Junho de 1976, quinze mil alunos do ensino secundário juntaram-se em Soweto para protestar contra a decisão do Governo de que metade das aulas seria dada em africânder. Nem os estudantes queriam aprender a língua do opressor nem os professores a queriam ensinar. As petições e os pedidos apresentados por pais e professores caíram em orelhas moucas. Um destacamento da polícia enfrentou aquele verdadeiro exército de miúdos de escola e abriu fogo sem aviso prévio, matando Hector Pieterse, de treze anos, e muitos outros. As crianças ripostaram com paus e pedras e no caos que se seguiu houve centenas de crianças feridas e dois brancos apedrejados até à morte.

Os acontecimentos desse dia tiveram repercussões em todas as cidades e subúrbios negros da África do Sul. A revolta dos estudantes desencadeou tumultos e violência por todo o país. Os funerais das vítimas da brutalidade do Estado transformaram-se em manifestações de massas. De súbito, a juventude da África do Sul despertava, inflamada pelo espírito do protesto e à rebelião. Por todo o país se realizaram boicotes às escolas. Os organizadores do ANC juntaram-se aos estudantes em apoio do protesto. Era como se o Bantu Education Act regressasse para atormentar os seus criadores, pois estes jovens eram o seu fruto.

Em Setembro, o isolamento estava cheio de jovens que tinham sido presos na sequência destes levantamentos. Por palavras sussurradas no corredor adjacente, ficámos a saber o que se tinha passado. Eu e os meus companheiros fomos animados por uma grande alegria, pois o espírito do protesto de massas, que parecia ter adormecido depois da década de 1960, irrompia de novo na de 1970. Muitos daqueles rapazes haviam deixado o país para se alistarem no nosso movimento militar e depois tinham regressado. Havia milhares de outros a receber instrução nos nossos campos da Tanzânia, de Angola e de Moçambique. Nada há que dê mais coragem

[453]

a quem está na prisão do que saber que lá fora há quem lute pela mesma causa que nos levou ao cárcere.

Estes rapazes pertenciam a uma geração diferente, como nunca antes tínhamos visto. Eram bravos, hostis e aguerridos. Não acatavam ordens e gritavam *Amandla!* a cada oportunidade. O seu instinto era mais de confronto que de cooperação. As autoridades não sabiam como dominá-los e eles viraram a ilha do avesso. Durante o Processo de Rivónia, disse a um agente da polícia que se o Governo não mudasse de atitudes os combatentes da liberdade que tomariam o nosso lugar fariam com que ainda sentissem a nossa falta. Foi o que realmente aconteceu em Robben Island.

Aqueles jovens irados eram representantes do espírito do tempo. Eu já tinha sido avisado. Durante uma visita de Winnie, alguns meses antes, ela conseguira dizer-me, nas nossas conversas codificadas, que estava a despontar uma geração de jovens descontentes, militantes de orientação nacionalista africana. Que estavam a mudar a natureza da luta e que eu devia dar-lhes a máxima atenção.

Os novos reclusos ficaram aterrados com aquilo a que chamaram as bárbaras condições de vida na ilha e não compreendiam como é que podíamos viver assim. Respondemos que não tinham visto a ilha como ela era em 1964. Mas o seu cepticismo em relação a nós era quase tão grande como em relação às autoridades. Ignoraram os nossos apelos à disciplina e apodaram os nossos conselhos de fracos e indecisos.

Era evidente que classificavam os condenados de Rivónia como moderados. Ao fim de tantos anos a ser chamado revolucionário radical, ser visto como um moderado era uma novidade não inteiramente agradável. Percebi que só poderia reagir de duas maneiras: admoestá-los pela sua impertinência ou ouvir o que tinham para dizer. Optei pela segunda.

Quando alguns desses homens, como Strini Moodley, da Organização dos Estudantes Sul-Africanos, e Saths Cooper, da Convenção dos Povos Negros, chegaram à nossa secção, pedi-lhes que nos elucidassem sobre o seu movimento e a respectiva filosofia. Queria perceber o que os tinha arrastado para a luta, quais as suas motivações e as ideias que tinham sobre o futuro.

Pouco depois de terem chegado à ilha, o comandante mandou-me chamar e pediu-me por favor que falasse com os jovens. Queria que lhes dissesse para serem comedidos, para reconhecerem o facto de que estavam na prisão e para acatarem a disciplina da vida de reclusos. Respondi-lhe que não estava preparado para o fazer. Naquelas circunstâncias, eles iriam ver-me como mil colaborador dos opressores.

Os novos reclusos recusavam-se a cumprir até as regras mais básicas da prisão. Um dia, tinha ido à secretaria-geral falar com o comandante

[454]

e quando vinha a sair na companhia do major vimos um jovem preso a ser abordado por um oficial. O rapaz, que não devia ter mais de dezoito anos, tinha a cabeça coberta pelo boné na presença de um superior, em violação dos regulamentos. Nem sequer se levantou quando o major entrou, o que era outra transgressão.

O major olhou para ele e disse:

- Por favor, tire o boné.

O preso não lhe deu atenção. Já irritado, o major repetiu:

- Tire o boné.

O rapaz voltou-se para ele e perguntou:

- Para quê?

Eu nem queria acreditar no que ouvia. Uma pergunta revolucionária:

«Para quê?» O major também foi surpreendido, mas deu-lhe a resposta:

- Porque é do regulamento.

Ao que o rapaz retorquiu:

- Para que serve o regulamento? Qual é o objectivo?

Estas perguntas foram de mais e o major saiu da sala a passos largos e a dizer:

- Mandela, fale você com ele.

Mas não interfeiri e limitei-me a acenar com a cabeça ao jovem, para mostrar que estava do seu lado.

Foi o nosso primeiro contacto com o Black Consciousness Movement (BCM)!. Ilegalizados o ANC, o PAC e o Partido Comunista, o Black Consciousness Movement ajudara a preencher um vácuo entre os jovens. Tinha menos de movimento que de filosofia e foi criado na ideia de que os negros têm antes do mais de se libertar do complexo de inferioridade inculcado por três séculos de domínio dos brancos. Só quando tivesse confiança em si próprio é que o povo se poderia libertar da opressão. Embora advogasse uma sociedade não racista, o movimento excluía os brancos de qualquer papel na construção da nova sociedade.

Estes conceitos não me eram desconhecidos, pois estavam muito próximos das ideias que acalentava ao fundar a Liga da Juventude do ANC, um quarto de século antes. Também nós éramos nacionalistas africanos, dávamos importância ao orgulho da raça e à auto confiança e recusávamos o auxílio dos brancos à nossa causa. Sob muitos aspectos, o Black Consciousness Movement era a mesma resposta para um mesmo problema, que ainda não tinha sido erradicado.

Contudo, do mesmo modo que tínhamos ido além das perspectivas da Liga da Juventude, confiava que esses jovens haveriam de transcender

[455]

alguns dos rigores do movimento. Embora estimulado pela militância que demonstravam, temia que a sua filosofia e a focalização na raça negra levassem à exclusão e representassem uma visão imediatista e ainda não inteiramente amadurecida do futuro. Como político mais velho considerei ser meu dever ajudá-los a evoluir para as ideias mais inclusivas do Movimento do Congresso. Sabia que mais tarde ou mais cedo se sentiriam frustradas, porque a Consciência Negra não oferecia um programa de acção nem uma saída para os seus protestos.

Embora considerássemos as fileiras do BCM um terreno fértil para o ANC, não tentámos aliciar esses homens, pois sabíamos que isso só levaria à sua alienação e à dos restantes partidos representados na ilha. A nossa política consistia em sermos amistosos, mostrar interesse e felicitá-los pelos seus êxitos, não era de proselitismo. Se nos abordavam com perguntas - «Qual a posição do ANC quanto aos bantostões?», «o que diz a Carta da Liberdade sobre as nacionalizações? - respondíamos - e eram muitos os que nos vinham fazer perguntas.

Contactei alguns desses homens através de bilhetes passados à socapa. Falei com alguns que eram do Transkei e fiz-lhes perguntas sobre a minha terra de origem. Alguns dos que chegavam já eram conhecidos nos meios relacionados com a nossa luta. Já tinha ouvido falar na bravura de Patrick *Terror* Lekota, dirigente da Organização dos Estudantes Sul-Africanos, e mandei-lhe uma mensagem de boas-vindas a Robben Island.

A alcunha de *Terror* provinha das suas proezas no campo de futebol, mas também era formidável nos debates. Discordava de alguns companheiros na questão da exclusividade racial e aproximava-se dos pontos de vista do ANC. Uma vez chegado à ilha, *Terror* quis aderir ao nosso movimento, mas nós dissuadimo-lo - não porque não o quiséssemos, mas porque isso poderia causar agitação na secção geral.

Contudo, *Terror* não era homem para se contentar com um «não» e

proclamou abertamente a sua adesão ao ANC. Pouco depois, foi atacado com uma forquilha por outros membros do BCM. Depois de tratado, as autoridades resolveram processar judicialmente os agressores. Para bem da harmonia, aconselhámos *Terror* a não apresentar queixa. Concordou e recusou-se a testemunhar contra os homens que o tinham agredido. O caso foi abandonado. Na minha opinião, aquele processo só teria interesse para as autoridades. Queria que aqueles homens percebessem que o ANC era uma tenda grande sob a qual era possível albergar muitas tendências e filiações.

Depois desse incidente, foi como se uma comporta se tivesse aberto, e dezenas de militantes do BCM resolveram aderir ao ANC, entre eles alguns dos que tinham tomado parte na agressão a *Terror*. Este assumiu o topo da hierarquia do ANC dentro da secção geral e em breve estava a explicar

[456]

as nossas políticas a outros reclusos. A coragem e a visão de homens como Lekota vieram confirmar que as nossas ideias continuavam a ter força e ainda representavam a maior esperança de unificar a luta pela liberdade.

As questiúnculas políticas continuaram nas secções F e G. Soubemos de um confronto entre o ANC, o PAC e o BCM na secção geral. Alguns membros do ANC foram agredidos. As autoridades resolveram processar grande número de simpatizantes do ANC e deram início aos preparativos para uma sessão do tribunal administrativo da ilha. Os homens do ANC chamaram um advogado de fora para tratar do caso. Embora não tivesse assistido aos confrontos, foi-me pedido que depusesse como testemunha abonatória de carácter. Era uma situação embaraçosa, pois embora estivesse disposto a testemunhar em defesa dos meus camaradas não queria acirrar ainda mais os ressentimentos entre o ANC, o PAC e o BCM.

Considerava que o meu papel na prisão não era apenas como dirigente do ANC mas também como promotor da unidade, um negociador honesto, um promotor da paz, e estava relutante em tomar partido naquela disputa, mesmo do lado da minha organização. Se testemunhasse em prol do ANC estaria a pôr em risco as minhas hipóteses de negociar a reconciliação entre os diversos grupos. Se pregava a unidade, tinha de agir como um elemento aglutinador, mesmo

correndo o risco de alienar alguns dos meus próprios camaradas.

Resolvi não depor. Alguns dos meus companheiros ficaram desapontados, mas entendi que a questão era suficientemente grave para arrostar com o seu desagrado. O mais importante era mostrar aos jovens da Black Consciousness que a luta era indivisível e que o inimigo que tínhamos de defrontar era o mesmo para todos.

Ocupadas a enfrentar estes jovens leões, as autoridades deixavam-nos mais ou menos em sossego. Estávamos no segundo ano de uma greve de zelo ao trabalho na pedreira para exigir o fim definitivo do trabalho braçal. Exigíamos o direito de utilizar o nosso tempo em algo útil, como estudar ou aprender uma profissão. Já nem sequer fingíamos trabalhar na pedreira, passávamos simplesmente o tempo a conversar uns com os outros. No princípio de 1977 as autoridades anunciaram o fim do trabalho forçado. Podíamos passar os dias dentro da nossa secção. Arranjaram-nos alguns trabalhos para fazermos no pátio, mas não eram mais do que um simulacro para disfarçar a derrota.

A nossa vitória foi o resultado combinado dos protestos constantes e da logística. As autoridades queriam que a relação entre guardas e reclusos

[457]

fosse de um para três. Já antes da chegada dos detidos após os tumultos do Soweto havia falta de guardas e os jovens rebeldes exigiam uma vigilância ainda mais apertada. Eram tão atrevidos que era quase preciso um guarda para cada um. Assim, se ficássemos dentro da nossa secção não havia necessidade de tanta vigilância.

O fim do trabalho braçal foi um alívio. Podia gastar o meu tempo a escrever cartas, a debater assuntos com os meus camaradas e a preparar documentos jurídicos. O tempo livre deu-me ainda a possibilidade de me dedicar a duas das minhas actividades preferidas em Robben Island - a horticultura e o ténis.

Para sobreviver na prisão temos de encontrar alguma satisfação na nossa vida quotidiana. Podemos satisfazer-nos a lavar meticulosamente as nossas roupas, a varrer um corredor para que não reste um grão de pó, a organizar a cela para libertar o maior espaço possível. O mesmo orgulho que sentimos lá fora no

desempenho de funções mais importantes, dentro da prisão pode ser encontrado nas tarefas mais simples.

Quase desde o princípio da minha estada em Robben Island solicitei autorização para cultivar uma horta no pátio. Durante anos recusaram sem dar explicações. Mas por fim cederam e fomos autorizados a cavar uma horta num espaço estreito junto ao muro mais distante.

O pátio assentava sobre entulho, pelo que o solo era duro e pedregoso, e para fazer a horta tive de tirar muitas pedras, para que as plantas tivessem espaço para se desenvolver. Os meus companheiros troçavam de mim, diziam que tinha alma de mineiro, porque passava os dias na pedreira e os tempos livres a escavar no pátio.

A prisão forneceu-me sementes. A princípio plantei tomates, malaguetas e cebolas - plantas tenazes que não exigiam um solo rico nem muito trabalho. As primeiras colheitas foram escassas, mas depressa melhoraram. As autoridades não se arrependeram da autorização concedida, pois assim que a horta começou a produzir era frequente eu dar aos guardas alguns tomates e cebolas.

Embora sempre tenha gostado de horticultura, foi só depois de estar atrás das grades que tive oportunidade de cuidar da minha própria horta. A minha primeira experiência foi em Fort Hare, onde, como parte dos trabalhos braçais exigidos, trabalhei na horta de um dos professores e aprendi a apreciar o contacto com o solo como antídoto para os meus esforços intelectuais. Em Joanesburgo, quando estava a trabalhar e a estudar ao mesmo tempo, nunca tive tempo nem espaço para cultivar uma horta.

Comecei por encomendar livros sobre horticultura e jardinagem. Estudei várias técnicas e tipos de fertilizante diferentes. Não tinha muitos dos

[458]

materiais referidos nos livros, mas fui aprendendo por via da tentativa e do erro. Cheguei a plantar amendoins com recurso a diferentes solos e fertilizantes, mas acabei por desistir. Foi um dos meus poucos fracassos.

Na prisão, a horta é uma das poucas coisas que um recluso pode controlar. Semear uma planta, vê-la crescer, cuidar dela e colhê-la era uma satisfação simples, mas reconfortante. A noção de ter à sua guarda um pequeno pedaço de terra proporcionava um ligeiro sabor a liberdade.

Em certa medida, para mim a horta era uma metáfora de alguns aspectos da minha vida. Um chefe também tem de cuidar da sua horta; também ele lança as sementes à terra, vigia, cuida e recolhe os frutos. Tal como o hortelão, um líder tem de assumir a responsabilidade do que cultiva. Tem de estar atento, de afastar os inimigos, de preservar o que pode ser preservado e de eliminar o que não tem hipóteses de futuro.

Escrevi a Winnie duas cartas acerca de um tomateiro especialmente viçoso, como cuidava dele desde que era uma planta incipiente e tenra até se tornar um arbusto forte que produzia magníficos frutos vermelhos. A determinada altura, fosse porque cometi algum erro ou por falta de cuidados, a planta começou a murchar e nada pude fazer para lhe restituir a vitalidade. Quando morreu, arranquei as raízes do solo, lavei-as e enterrei-as num canto da horta.

Descrevi-lhe todos estes passos de forma extensa. Não sei o que terá lido na carta, mas quando a escrevi estava imbuído por uma miscelânea de sentimentos: não queria que as nossas relações tomassem o mesmo caminho e, no entanto, sabia que não tinha podido cuidar da mais importante relação da minha vida. Por vezes nada podemos fazer para salvar uma coisa que está condenada a morrer.

Um resultado imprevisto do fim do trabalho braçal foi que comecei a ganhar peso. Embora na pedreira mal chegássemos a suar, a caminhada de ida e volta era suficiente para me conservar esguio.

Sempre acreditei que o exercício não só é essencial para a saúde do corpo como para a paz de espírito. No passado, quantas vezes descarreguei as minhas frustrações sobre um saco de treino em vez de escolher um camarada ou um polícia. O exercício dissipa a tensão, que é inimiga da serenidade. Descobri que trabalhava melhor e pensava com mais clareza quando estava em boa forma física, de modo que o treino se tornou uma das disciplinas inflexíveis da minha vida. Quando se está na prisão, é essencial encontrar uma válvula de escape para

as nossas frustrações.

Mesmo na ilha, procurei seguir a minha rotina do boxe, a correr na estrada e a fortalecer os músculos de segunda a quinta-feira, descansando nos outros três dias. Entre segunda e quinta, todas as manhãs corria na cela durante quarenta e cinco minutos, sem sair do mesmo sítio. Fazia também

[459]

uma centena de flexões nas pontas dos dedos, duzentos abdominais, cinquenta flexões de pernas e vários outros exercícios.

Nas cartas que escrevia aos meus filhos instava-os a fazerem exercício, a praticar um desporto de movimentos rápidos, como o basquetebol, o futebol ou o ténis, para afastarem da cabeça as preocupações. Embora nem sempre tenha sido bem-sucedido com eles, consegui influenciar alguns. Idos meus companheiros mais sedentários. Os negros da minha idade e geração não estavam habituados aos exercícios físicos. Ao fim de algum tempo, até Walter começou a dar umas voltas ao pátio de manhã. Alguns dos meus companheiros mais novos olhavam para mim e pensavam:

- Se o velho consegue fazer aquilo, por que razão não posso fazê-lo também?

E começavam a fazer exercício.

Desde os primeiros encontros com os visitantes da Cruz Vermelha Internacional tive o cuidado de sublinhar a importância de termos tempo e instalações para exercitar o corpo. Mas só em meados da década de 70, e sob os auspícios da Cruz Vermelha Internacional, começámos a receber equipamento de voleibol e uma mesa de pingue-pongue.

Mais ou menos quando deixámos de fazer trabalho braçal na pedreira, um dos directores teve a ideia de transformar o pátio num *court* de ténis. As dimensões eram perfeitas. Os presos da secção geral pintaram de verde a superfície de cimento e desenharam as linhas brancas. Alguns dias mais tarde foi montada a rede e de repente tínhamos o nosso Wimbledon ao pé da porta.

Em Fort Hare tinha jogado um pouco de ténis, mas estava longe de ser um especialista. A minha pancada de direita era relativamente poderosa, mas a de esquerda, lamentavelmente fraca. Contudo, a minha ideia era praticar o desporto pelo exercício, não pelo estilo, e era o melhor substituto para as caminhadas até à pedreira. Na nossa secção, fui um dos primeiros a jogar com regularidade. Jogava ao fundo do *court* e só subia à rede para marcar um ponto seguro.

Desde que deixou de haver trabalho braçal comecei a ter mais tempo para ler, mas entretanto deixei de ter acesso aos livros. Quando me revogaram o direito de estudar ainda estava a preparar a licenciatura na Universidade de Londres. Tinha começado a estudar para ela durante o Processo de Rivónia e a ordem de suspensão por quatro anos garantiu-me um recorde de tempo para alcançar esse grau académico.

Todavia, a suspensão do direito de estudar teve um efeito positivo imprevisto e comecei a ler livros que de outro modo nem teria aberto. Em vez de me debruçar sobre os grossos volumes do direito comercial, ocupava o tempo com a leitura de romances.

[460]

Em Robben Island não havia uma grande biblioteca por onde escolher. Tínhamos acesso a muitas histórias de acção e mistério, a todas as obras de Daphne du Maurier e pouco mais. Os livros políticos não estavam disponíveis. Não havia absolutamente nada sobre socialismo nem comunismo. A requisição de um livro em cujo título figurasse a palavra *vermelho*, nem que fosse *O Capuchinho Vermelho*, era liminarmente recusada pelos censores. *A Guerra dos Mundos*, de H. G. Wells, que é um livro de ficção científica, também nos estava interdito porque o título incluía a palavra *guerra*.

Desde o princípio que procurei ler livros sobre a África do Sul ou escritos por sul-africanos. Li todas as obras autorizadas de Nadine Gordimer e aprendi imenso acerca da sensibilidade dos brancos liberais. Li muitos romances americanos e recordo-me especialmente de *As Vinhas da Ira*, de John Steinbeck, no qual encontrei muitas semelhanças entre as penosas circunstâncias dos

trabalhadores migrantes e as dificuldades vividas pelos nossos operários e camponeses.

Um livro a que voltei muitas vezes foi *Guerra e Paz*. (Curiosamente, e embora a palavra *guerra* figurasse no título, este livro era permitido.) Interessei-me especialmente pela figura do general Kutuzov, que tão pouca consideração gozava na corte russa. Kutuzov derrotou Napoleão precisamente porque não se deixava arrastar pelos valores efêmeros e superficiais da corte e tomava as suas decisões com base num conhecimento visceral dos seus homens e do povo. O que me fez recordar uma vez mais que para chefiar um povo é preciso conhecê-lo bem.

Na sequência do levantamento dos estudantes do Soweto, vim a saber que Winnie e o nosso amigo e médico, doutor Nthato Motlana, se tinham envolvido com a Black Parents Association, uma organização de profissionais locais e dirigentes da Igreja que actuava como guia e intermediária dos estudantes. Em Agosto, menos de dois meses após a revolta dos estudantes, Winnie foi detida ao abrigo da Lei de Segurança Interna e encarcerada sem culpa formada no Forte de Joanesburgo, onde permaneceu cinco meses. Durante esse tempo fui autorizado a escrever-lhe, bem como às minhas filhas, que frequentavam um colégio interno na Suazilândia, para lhes transmitir o meu apoio e solidariedade. A prisão de Winnie foi para mim um factor de grande perturbação, embora desta vez não pareça ter sido maltratada e tenha saído da cadeia em Dezembro ainda mais determinada a prosseguir a luta.

[461]

Embora proscrita, Winnie retomou o trabalho onde o tinha deixado e as autoridades ficaram apreensivas com a sua popularidade entre os jovens radicais do Soweto. Decididas a refrearem a sua influência, não hesitaram em cometer um acto vergonhoso e bombástico: condenaram-na ao exílio interno. Na noite do dia 16 de Maio de 1977, um camião acompanhado por viaturas da polícia carregou toda a mobília e roupas da nossa casa de Orlando West. Desta vez, Winnie não foi detida nem interrogada: foi simplesmente banida para uma cidade chamada Brandfort, no Estado Livre de Orange. Tomei conhecimento dos pormenores através de Kathy, que os recebera de um sacerdote hindu visitante.

Brandfort está localizada trezentos e setenta e cinco quilómetros a sudoeste de Joanesburgo e um pouco a norte de Bloemfontein, no Estado Livre de Orange. Depois de uma viagem longa e atribulada, Winnie e Zindzi foram deixadas, juntamente com tudo o que possuíam, defronte de uma choça de três divisões e telhado de zinco, no degradado subúrbio negro de Brandfort, um lugar extremamente pobre e atrasado onde as pessoas viviam dominadas pelos fazendeiros brancos da região. A chegada de Winnie foi encarada com algum

receio e agitação. A língua local era o sesoto, que ela não falava.

Esta nova situação encheu-me de tristeza e de raiva. Quando ela estava no Soweto, pelo menos conseguia imaginá-la a trabalhar na cozinha, a ler na sala ou a andar de um lado para o outro na casa que eu tão bem conhecia. Para mim, era um pequeno conforto. Mesmo proscrita, no Soweto estava perto de amigos e parentes. Em Brandfort, ela e Zindzi estariam absolutamente isoladas.

Uma vez, a caminho de Bloemfontein, tinha passado por aquela *township*, na qual reparara. Não porque houvesse algo de especial na sua pobreza e desolação características. Nessa ocasião não fazia ideia como o n.º 802 de Brandfort me viria a ser familiar. Uma vez mais, tive a sensação de que Winnie e eu estávamos na prisão ao mesmo tempo.

Através das cartas de Winnie, vim a saber que a vida em Brandfort era difícil. Não tinham aquecimento, nem casa de banho nem água corrente. No subúrbio não havia lojas e as da cidade acolhiam os africanos com hostilidade. A maioria dos brancos era composta por africanôeres conservadores, que só falavam a sua língua.

Winnie e Zindzi estavam sujeitas a constante vigilância e ingerências da polícia. Decorridos poucos meses, Zindzi, que não estava vinculada à proscricção, já se sentia perturbada pelas intimidações de que era alvo por parte da polícia. Em Setembro, com o auxílio dos advogados de Winnie, apresentei um requerimento urgente em que exigia que a polícia de Brandfort pusesse termo às suas atitudes para com a minha filha. Os testemunhos

[462]

escritos apresentados ao juiz descreviam situações em que a polícia irrompia pela casa para amedrontar Zindzi. O juiz decretou que Zindzi podia receber visitas sem ser incomodada.

Mas Winnie é uma mulher persistente e dentro de pouco tempo já tinha ganho a confiança das pessoas do subúrbio, para além de alguns simpatizantes brancos das redondezas. Com o auxílio da Operação Fome, distribuía comida pelas pessoas da *township*, abriu um infantário e angariou fundos para abrir uma

clínica num lugar onde eram poucos os que já tinham visto um médico.

Em 1978, Zeni, a minha segunda filha, e a primeira de Winnie, casou-se com o príncipe Thumbumuzi, filho do rei Sobhuza, da Suazilândia. Tinham-se conhecido quando Zeni frequentava o colégio. Como estava na prisão, não me foi possível cumprir as minhas obrigações tradicionais de pai. Na nossa cultura, o pai da noiva deve conversar com o pretendente e assegurar-se das suas perspectivas de vida. Deve também determinar o lobolo, o dote, a pagar pelo noivo à família da noiva. No dia do casamento, é ao pai que compete entregar a filha ao marido. Embora não tivesse dúvidas quanto ao jovem, pedi ao meu amigo e advogado George Bizos que desempenhasse o meu papel. Dei-lhe indicações para que interrogasse o príncipe sobre a maneira como contava cuidar da minha filha.

George recebeu o príncipe no seu escritório e arranjou maneira de vir falar comigo a Robben Island. Como Zeni ainda não tinha vinte e um anos, precisava do meu consentimento para se casar. Encontrei-me com George na sala de consultas, onde ele ficou surpreendido pela presença de um guarda. Expliquei-lhe que aquilo estava conforme com os regulamentos porque a visita era considerada de família e não uma consulta jurídica. Em tom de piada, assegurei -lhe que nada tinha a esconder dos meus guardas.

George disse-me que os dois jovens estavam apaixonados e falou-me sobre as brilhantes perspectivas do meu futuro genro. O pai, o rei Sobhuza, era um líder tradicional esclarecido, que também pertencia ao ANC. Quando George me transmitiu algumas das exigências da família do jovem, sublinhou repetidamente o facto de ele ser um príncipe suázi. Respondi-lhe que não se esquecesse de dizer ao rapaz que a noiva era uma princesa dos tembos.

Havia uma tremenda vantagem no facto de Zeni passar a integrar a família real suázi: teria direito a um passaporte diplomático e a privilégios que lhe permitiriam visitar-me quase sempre que lhe apetecesse. Nesse Inverno, depois do casamento com Thumbumuzi, vieram visitar-me e trouxeram consigo a filha recém-nascida. Graças ao estatuto do príncipe, tive possibilidade de os receber na sala de consultas e não na habitual sala de visitas,

onde ficamos separados da família por uma espessa parede de tijolo e vidro. Foi com nervosismo que aguardei a sua chegada.

Quando entraram na sala, foi um momento maravilhoso. Pus-me de pé e, ao ver-me, Zeni quase atirou a criança para os braços do marido e atravessou a sala a correr para me abraçar. Não apertava a minha filha nos braços desde quando ela tinha mais ou menos a idade da minha neta. Foi uma experiência vertiginosa, como num romance de ficção científica em que há uma distorção no tempo, abraçar assim a minha filha já adulta. Depois abracei o meu novo filho, que me passou para os braços o corpinho minúsculo da minha neta, que não larguei mais durante o resto da visita. Segurar um bebé macio e vulnerável nas minhas mãos calejadas, que há tanto tempo só manejavam coisas como pás e picaretas, foi uma felicidade imensa. Não creio que algum homem alguma vez se tenha sentido mais feliz ao segurar um bebé do que me senti naquele dia.

A visita tinha um objectivo mais oficial, que era pedir-me que escolhesse o nome da criança. É costume ser o avô a escolher um nome, e optei por Zaziwe - que significa «Esperança». Um nome carregado de significado para mim que, durante toda a minha permanência na prisão, nunca perdi a esperança e que agora não mais me iria abandonar. Estava convencido de que aquela criança faria parte de uma nova geração de sul-africanos para quem o *apartheid* não passaria de uma memória distante. Era esse o meu sonho.

Não sei se foi a agitação provocada dentro da prisão na sequência da revolta do Soweto ou a reviravolta na existência da minha família, mas a verdade é que durante os dois anos que se seguiram a 1976 vivi num estado de espírito nostálgico e sonhador. Na prisão, temos tempo para reviver o passado e as nossas memórias tanto podem ser amigas como inimigas. As minhas recordações transportaram - me a momentos de imensa felicidade e de profunda tristeza. A minha vida sonhada tornou-se extremamente rica e creio que passei noites inteiras a reviver os melhores e os piores momentos do passado.

Só tinha um pesadelo recorrente. No sonho, acabava de ser libertado da prisão, não de Robben Island, mas de uma cadeia em Joanesburgo. Franqueava os portões que abriam para a cidade e não encontrava ninguém à minha espera. Não havia absolutamente ninguém, nem automóveis, nem táxis. Punha-me a caminho do Soweto. Andava durante muitas horas até chegar a Orlando West e por fim virava a esquina do n.º 8115. Ia finalmente ver a minha família. Mas a casa estava vazia, era uma casa fantasma, com as portas e as janelas escancaradas, mas sem ninguém lá dentro.

[464]

Mas nem todos os meus sonhos de liberdade eram assim tão tenebrosos. Em 1976 escrevi a Winnie acerca de uma visão bem mais agradável.

Na noite de 24 de Fevereiro sonhei que chegava ao 8115 e encontrava a casa cheia de jovens que dançavam uma mistura de *jive* e *infiba*. Apanhei-os de surpresa ao entrar sem ser esperado. Alguns saudaram-me calorosamente, enquanto outros se retraíram, tomados pela timidez. O quarto também estava repleto de membros da família e amigos. Estavas na cama, a descansar, na companhia de Kgatho [o meu filho Makgatho], muito jovem, a dormir virada para a parede.

Pode ser que no sonho estivesse a recordar as duas semanas de Dezembro de 1956, quando ele tinha seis anos e eu deixei Makhulu [a mãe de Evelyn] sozinha em casa. Makgatho estava a viver com a mãe em Orlando East, mas pouco antes do meu regresso foi viver com Makhulu e dormia na minha cama. Sentia muito a minha falta e dormir na minha cama aliviava-lhe as saudades.

Embora me sentisse feliz ao falar de momentos alegres, o sofrimento que a minha ausência causava à família enchia-me de remorsos. Eis outra carta, datada de 1976.

Na manhã de 25 de Fevereiro, ao acordar senti a tua falta e a das crianças, como sempre acontece. Tenho passado os dias a pensar em ti como Dadewethu [irmã], mãe, companheira e mentora. O que não deves saber é que muitas vezes te imagino na tua plenitude física e espiritual - as mensagens de ternura que todos os dias me transmitias e a paciência com que suportavas os acessos de irritação que fariam o desespero de qualquer outra mulher [...] lembro-me de um dia, quando estavas grávida de Zindzi e atrapalhada para cortar as unhas dos pés. Todos esses incidentes me despertam um sentimento de vergonha. Podia ter sido melhor para ti. Consciente ou inconscientemente, a minha atitude foi: cumpri o meu dever, vem a caminho um segundo miúdo, as dificuldades que tens de enfrentar em consequência das tuas condições físicas são lá contigo. O meu único conforto é que a vida que então levava mal me deixava tempo para pensar. Imagino o que será quando voltar [...]

No momento em que escrevo esta carta, a tua bela fotografia está a sessenta centímetros do meu ombro esquerdo. Todas as manhãs lhe limpo carinhosamente o pó, pois isso dá-me a sensação de que te estou a acariciar como outrora. Até encosto o teu nariz ao meu para sentir a descarga eléctrica que me percorria o sangue sempre que o fazia. Nolitha está em cima da mesa, mesmo à minha frente. Como é que me posso deixar vencer pelo desânimo quando sou alvo das atenções de tão lindas mulheres?

[465]

Nolitha era a única pessoa que não pertencia à família e de quem

guardava uma fotografia. Numa carta dirigida à minha filha Zindzi também em 1976, desvendo o mistério da sua identidade.

A propósito, a mãe já te falou sobre Nolitha, a outra mulher que vive na minha cela e é natural das ilhas Andaman? Faz companhia a Zeni, a Ndindi, a Nandi e a Mandla [as três últimas são minhas netas], a ti, a Maki e à mãe. É um assunto sobre o qual os comentários da mãe são surpreendentemente escassos. Considera a beldade pigmeia como uma espécie de rival e não faz ideia de que recortei a foto da revista *National Geographic*.

Não deixava de pensar no dia da minha libertação. Muitas e muitas vezes fantasiei sobre o que gostaria de fazer. Era uma das maneiras mais agradáveis de passar o tempo. Ainda em 1976, lancei os meus sonhos ao papel

Gostaria de te levar numa grande viagem, como fiz em 12 de Junho de 1958, só que desta vez preferia que estivéssemos sozinhos. Estou há tanto tempo longe de ti que quando regressar quero levar-te para longe desta atmosfera sufocante, conduzir cautelosamente contigo ao meu lado, para que tenhas oportunidade de inspirar o ar fresco e limpo, ver os lugares maravilhosos que há na África do Sul, o verde das campinas e das florestas, as flores selvagens multicolores, as torrentes impetuosas, os animais a pastar no *veld*, e falarmos com as pessoas simples que encontraremos pelo caminho. A nossa primeira paragem será no lugar onde Ma Radebe e CK [a mãe e o pai de Winnie] descansam. Espero que estejam lado a lado. Teria então oportunidade de apresentar os meus respeitos àqueles que tornaram possível ser tão livre e tão feliz como sou neste momento. É possível que aí tenham início as histórias que ando há tantos anos para te contar. Talvez a atmosfera do lugar te aguçe o ouvido e me faça concentrar nos aspectos mais saborosos, edificantes e construtivos. Em seguida iríamos visitar Mphakanyiswa e Nosekeni [os meus pais], onde o ambiente será semelhante. Creio que ao regressarmos ao 8115 nos sentiríamos frescos e revigorados.

No começo da década de 1970, quando as autoridades nos autorizaram a receber fotografias dos parentes mais próximos, Winnie enviou-me um álbum. Sempre que recebia uma fotografia dela, dos meus filhos ou dos meus netos,

arquivava-a com cuidado. Era a única maneira de ver aqueles que amava sempre que queria.

Todavia, na prisão todos os privilégios são acompanhados por uma objecção. Ainda que estivesse autorizado a receber fotografias e a manter

[466]

o álbum, era frequente os guardas revistarem a cela e confiscarem fotos de Winnie. Por fim, esta prática acabou e o meu álbum foi engrossando com as fotografias da família.

Não me lembro de quem terá sido o primeiro a pedir-me o álbum emprestado, mas foi certamente alguém da minha secção. Sentime feliz ao fazê-lo e depois desse veio outro e mais outro. Em breve toda a gente sabia que eu tinha um álbum de fotografias e até das secções F e G me chegavam pedidos para o emprestar.

Os homens das secções F e G raramente recebiam visitas, e mesmo cartas, e teria sido falta de generosidade da minha parte negar-lhes acesso a essa janela sobre o mundo. Mas em breve descobri que o meu precioso álbum estava em frangalhos e que muitas das minhas insubstituíveis fotografias tinham desaparecido. Aqueles homens estavam desesperados por possuir algo pessoal nas suas celas e não tinham resistido. Cada vez que isso aconteceu, reconstruí o álbum.

Por vezes os homens não me pediam o álbum, mas apenas uma fotografia. Recordo-me de, um dia, um rapaz da BC que estava na secção geral e que nos trazia a comida, me ter falado à parte e dizer:

- Madiba, gostava de ter uma fotografia.

Respondi-lhe que estava bem, que lhe mandava uma.

- Quando? - perguntou ele, impaciente.

Disselhe que tentaria que fosse ainda nesse fim-de-semana.

Pareceu ficar satisfeito e começou a afastar-se, mas de súbito voltou-se e disse:

- Vê se não me mandas uma fotografia da velha. Mandame uma das tuas filhas, Zindzi ou Zeni. Lembracte, da velha não quero!

Em 1978, depois de quase quinze anos a protestar por não termos acesso às notícias, as autoridades ofereceram-nos uma solução de compromisso. Em vez de nos autorizarem a receber jornais ou a ouvir rádio, deram início ao seu próprio serviço noticioso, que consistia num compacto diário das notícias, lido no sistema de intercomunicações da prisão.

Estas emissões estavam longe de ser objectivas e abrangentes. Os censores da ilha compilavam um resumo das notícias transmitidas pelas rádios que apenas incluía as notícias que eram boas para o Governo e más para os seus opositores.

A primeira emissão abriu com a notícia da morte de Robert Sobukwe. Outras referiam as vitórias alcançadas pelas tropas rodesianas de Ian Smith e as detenções dos opositores ao Governo da África do Sul. Apesar de

[467]

tendenciosas, gostávamos de ouvir as notícias para interpretar as entrelinhas e tirar conclusões das omissões óbvias.

Nesse ano, soubemos por essas emissões que P. W Botha tinha sucedido a John Vorster como primeiro-ministro. O que os guardas não disseram foi que Vorster se tinha demitido na sequência das revelações feitas pela imprensa sobre o desvio de fundos do Departamento de Informações.

Para além do facto de ter sido um ministro da Defesa agressivo e de ter apoiado uma incursão militar em Angola no ano de 1975, pouco ou nada sabia a respeito de Botha. Não acalentávamos a esperança de que viesse a introduzir qualquer espécie de reformas.

Pouco tempo antes tinha lido uma biografia autorizada de Vorster (um dos livros disponíveis na biblioteca da prisão) e fiquei a saber que era um

homem disposto a sofrer por aquilo em que acreditava. Foi preso durante a Segunda Guerra Mundial por causa das suas tendências pró-germânicas. Não ficámos tristes com o afastamento de Vorster, que tinha elevado a repressão contra os combatentes da liberdade para níveis até então nunca vistos.

Mas mesmo sem as notícias filtradas pelo sistema de difusão da penitenciária ficámos a saber coisas que as autoridades não queriam que soubéssemos. Tomámos conhecimento do êxito das lutas de libertação que se desenrolavam em Angola e em Moçambique e da independência desses países sob governos revolucionários. A maré começava a virar-se a nosso favor.

Na mesma linha da abertura progressiva que se registava na ilha, tínhamos agora o nosso cinema. Quase todas as semanas assistíamos a filmes projectados sobre um lençol numa sala grande adjacente ao nosso corredor. Mais tarde tivemos direito a um ecrã a sério. Os filmes constituíam uma diversão maravilhosa, uma fuga trepidante à monotonia da vida na prisão.

Os primeiros filmes que vimos eram de acção, produzidos em Hollywood, mudos e a preto e branco, para além de alguns *westerns* mais velhos do que eu. Lembro-me de um desses primeiros filmes, *A Marca do Zorra*, da década de 1920, em que o ferrabrás era Douglas Fairbanks. As autoridades pareciam ter preferência por filmes históricos, especialmente os que veiculavam uma moral sombria. Entre os primeiros que vimos - já sonoros e á cores - estavam *Os Dez Mandamentos*, com Charlton Heston no papel de Moisés, *O Rei e Eu*, com Yul Brynner, e *Cleópatra*, com Richard Burton e Elizabeth Taylor.

Ficámos intrigados com *O Rei e Eu*, porque para nós representava o confronto? entre os valores do Ocidente e do Oriente e parecia dar a entender que o Ocidente ainda tinha muito que aprender. *Cleópatra* foi objecto de controvérsias; muitos dos meus camaradas ressentiram-se com o facto de a rainha do Egipto ser representada por uma actriz americana de cabelos

[468]

negros e olhos cor de violeta, ainda que muito bela. Os detractores afirmaram que o filme era um exemplo da propaganda ocidental, que procurava subtrair o

facto de Cleópatra ser uma mulher africana. Falei-lhes então numa esplêndida escultura que tinha visto no Egipto, de uma Cleópatra cor de ébano.

Mais tarde vimos alguns filmes sul-africanos interpretados por actores negros que conhecíamos do passado. Nessas noites, o nosso pequeno cinema improvisado ecoava com os gritos, os assobios e os vivas que saudavam a aparição no ecrã de velhos conhecidos. Fomos entretanto autorizados a escolher documentários - um género que prefiro - e comecei a não assistir aos filmes convencionais. (Embora não tenha faltado a nenhum em que entrasse a Sofia Loren.) Os documentários eram encomendados à biblioteca do Estado e em geral escolhidos por Ahmed Kathrada, que era o bibliotecário da nossa secção. Impressionou-me particularmente um filme sobre as grandes batalhas navais da Segunda Guerra Mundial, onde se via o afundamento do H. M. S. *Prince of Wales* pelos japoneses. O que mais me comoveu foi uma imagem fugaz de Winston Churchill a chorar depois de tomar conhecimento da perda do navio. A imagem perdurou muito tempo na minha memória, e aprendi que há ocasiões em que um líder se pode mostrar comovido em público sem que isso o diminua aos olhos do seu povo.

Um dos documentários que vimos foi sobre um controverso grupo de motociclistas, os Hell's Angels. O filme apresentava os Hell's Angels como arrojados, violentos e anti-sociais, e os polícias como tipos decentes, bondosos e dignos de confiança. Quando o filme acabou, começámos imediatamente a discutir o seu significado. Quase sem excepção, os homens censuraram o comportamento desregrado dos Hell's Angels. Nesse momento, um tipo inteligente chamado Strini Moodley, que fazia parte dos Black Consciousness, ergueu -se para nos acusar de estarmos desligados da realidade do nosso tempo, pois os motociclistas eram o equivalente aos estudantes de 1976 no Soweto, que se tinham revoltado contra as autoridades. Acusou-nos de sermos velhos intelectuais da classe média que se identificavam com a direita simbolizada pelas autoridades e não com os motociclistas.

As invectivas de Strini desencadearam uma onda de protestos indignados e alguns homens levantaram-se para o contrariar, dizendo que a acção dos Hell's Angels não tinha defesa possível e que era um insulto comparar a nossa luta com um bando de psicopatas amorais. Mas eu levei em conta as palavras de Strini e, embora não concordasse com ele, acorri em sua defesa. Os Hell's Angels não eram figuras simpáticas, mas rebelavam -se contra a autoridade, e isso bastava.

Não estava interessado nos Hell's Angels, mas sim na questão mais abrangente, suscitada por Strini, de que éramos reféns de um estado de espírito

[469]

que já nada tinha de revolucionário. Estávamos presos há mais de quinze anos e no meu caso há perto de dezoito. O mundo que deixáramos tinha mudado. O perigo estava em que as nossas ideias pareciam congeladas no tempo. A prisão é um ponto imóvel perdido num mundo em movimento e quando se está preso é fácil não sair do mesmo lugar enquanto o mundo avança à nossa volta.

Sempre procurei permanecer receptivo a novas ideias e a não recusar um ponto de vista apenas porque é novo ou diferente. Ao longo dos anos que passámos na ilha mantivemos um diálogo constante sobre as nossas ideias e convicções; debatíamos tudo, questionávamos tudo e assim as íamos refinando. Não creio que tenhamos permanecido estáticos; estou certo de que evoluímos.

Embora Robben Island se estivesse a tornar menos constrangedora, continuava a não haver sinais de que o Estado tencionasse reformular os seus conceitos. Mesmo assim, nunca duvidei de que um dia seria um homem livre. Podíamos estar confinados a um lugar, mas estava certo de que o mundo se movia na nossa direcção, não para longe de nós. O filme fez-me lembrar uma vez mais que no dia em que saísse da prisão não queria parecer um fóssil político vindo do passado.

Foram precisos quinze anos, mas em 1979 as autoridades anunciaram pelo sistema de comunicação interna que a alimentação passaria a ser igual para os negros, os mestiços e os indianos. Contudo, como justiça atrasada é justiça recusada, uma reforma tantas vezes adiada e concedida com tanta relutância não mereceu grandes festejos.

De manhã todos os reclusos recebiam a mesma quantidade de açúcar, ou seja, uma colher e meia. No entanto, em vez de se limitarem a aumentar a quantidade atribuída aos negros, as autoridades reduziram em meia colher o que distribuíam aos mestiços e aos indianos, que acrescentaram ao que davam aos africanos. Pouco antes disso, os negros também tinham começado a receber pão

de manhã, mas pouca diferença fez. Há muito tempo que juntávamos o pão para o distribuir.

A nossa alimentação tinha de facto melhorado ao longo dos últimos dois anos, mas não graças às autoridades. Na sequência dos levantamentos no Soweto, o Governo tinha resolvido que a ilha seria exclusivamente destinada a «presos de segurança» sul-africanos. O número de reclusos diminuiu drasticamente. Em resultado disso, os presos políticos foram pela primeira vez chamados a trabalhar na cozinha. Assim que os nossos camaradas começaram a trabalhar na cozinha, a nossa alimentação melhorou substancialmente. Não porque fossem melhores cozinheiros, mas porque acabaram os desvios de comida. Em vez de guardarem comida para si ou para subornar os guardas, os novos cozinheiros distribuía toda a comida

[470]

que nos era destinada. Os vegetais tornaram-se mais abundantes e de vez em quando começaram a aparecer pedaços de carne na sopa e nos guisados. Só então percebemos que era assim que devíamos comer há anos.

No Verão de 1979, estava a jogar ténis no pátio e o meu adversário atirou-me uma bola que me esforcei para apanhar. Mas quando dei uma corrida senti uma dor tão intensa no calcanhar direito que me vi obrigado a parar de jogar. Durante os dias seguintes coxeei bastante.

Fui examinado na ilha por um médico que disse que tinha de ir a um especialista na Cidade do Cabo. O Governo tinha agora mais cuidado com a nossa saúde, com medo de ser condenado pela comunidade internacional se morrêssemos na prisão.

Embora noutras circunstâncias eu ou qualquer dos homens ficasse encantado com uma ida à Cidade do Cabo, ir como preso era diferente. Algemaram-me e mantiveram-me a um canto do barco, rodeado por cinco guardas armados. Nesse dia o mar estava agitado e o barco estremecia a cada onda. A meio caminho entre a ilha e a Cidade do Cabo julguei que se ia virar. Vi um colete salva-vidas atrás de dois guardas que tinham idade para serem meus netos e disse para comigo:

- Se o barco se virar cometo o derradeiro pecado da minha vida mas derrubo aqueles dois rapazes para chegar ao colete.

Felizmente não foi necessário.

Nas docas estavam mais guardas armados à nossa espera, para além de uma pequena multidão. É uma experiência humilhante observar o medo e a repulsa no rosto daqueles que vêm passar um condenado. Estive tentado a encolher-me para esconder o rosto, mas não o podia fazer.

Fui examinado por um jovem cirurgião que me perguntou se já antes me tinha magoado no calcanhar, o que realmente acontecera, em Fort Hare. Uma tarde, quando jogava futebol, tentei interceptar uma bola e senti uma dor atroz no calcanhar. Fui levado ao hospital local, a primeira vez na minha vida que entrei num hospital, e visto por um médico. Quando era novo não havia médicos africanos e nem se pensava em consultar um médico branco.

O médico de Fort Hare examinou o calcanhar e disse que tinha de ser operado. Fiquei assustado com o diagnóstico e disselhe com brusquidão que não queria que me tocasse. Nessa altura da minha vida, consultar um médico era coisa de mariquinhas e ser sujeito a um tratamento, ainda pior.

- Faz como entenderes - respondeu ele -, mas quando fores velho isto vai incomodar-te.

[471]

Na Cidade do Cabo, o cirurgião fez-me uma radiografia e descobriu fragmentos de osso que provavelmente estavam lá desde o episódio de Fort Hare. Disse que os podia retirar ali mesmo, com anestesia local. Concordei de imediato.

A operação correu bem, e quando terminou o médico explicou-me quais os cuidados a ter com o calcanhar. Foi abruptamente interrompido pelo chefe dos guardas que disse que eu tinha de voltar já para Robben Island. O cirurgião ficou irritado e declarou em tom autoritário que o senhor Mandela teria de ficar no hospital uma noite e que não me deixaria sair naquelas circunstâncias. Intimidado, o guarda aquiesceu.

A minha primeira noite num hospital a sério foi bastante agradável. As enfermeiras afadigaram-se à minha volta. Dormi muito bem e de manhã um grupo de enfermeiras veio ter comigo e disse que podia ficar com o pijama e o roupão que me tinham dado para a noite. Agradei-lhes e respondi-lhes que ia fazer inveja a todos os meus camaradas.

Essa viagem foi esclarecedora sob vários aspectos, pois no hospital tive a sensação de que o clima de tensão entre brancos e negros se atenuara. O médico e as enfermeiras trataram-me com toda a naturalidade, como se toda a vida tivessem lidado com negros numa base de igualdade. Para mim foi um sinal novo, diferente e encorajador, que reiterava a minha antiga convicção de que a educação é inimiga do preconceito. Eram homens e mulheres de ciência e a ciência não reconhece motivos para o racismo.

Só tive pena de não ter podido contactar Winnie antes de sair para o hospital. Tinham aparecido nos jornais rumores de que eu estava às portas da

morte e ela devia estar inquieta. Mas assim que voltei escrevi a dissipar-lhe os receios.

Em 1980 foi-nos concedido o direito de comprar jornais. Foi uma vitória mas, como sempre, qualquer novo privilégio encerrava uma armadilha. O novo regulamento determinava que os reclusos da Categoria A tinham direito a comprar por dia um jornal em língua inglesa e outro em africânder. Até aí, tudo bem. Só que se um recluso fosse apanhado a partilhar o jornal com outro que não pertencesse à Categoria A perdia esse direito. Protestámos contra esta restrição, mas sem resultado.

Recebíamos dois jornais diários, o *Cape Times* e *Die Burger*. Eram ambos conservadores, em especial o segundo. No entanto, os censores da penitenciária passavam-nos a pente fino e recortavam os artigos cuja leitura não consideravam aconselhável. Quando os jornais nos chegavam à mão vinham cheios de buracos. Em breve pudemos acrescentar-lhes exemplares do *Star*, do *Rand Daily Mail* e do *Sunday Times*, mas a censura a esses era ainda mais rigorosa.

[472]

Uma história que não pude ler foi entretanto publicada no *Johannesburg Sunday Post*, em Março de 1980. O título era «LIBERTEM MANDELA!» Lá dentro vinha uma petição que podia ser subscrita pelos leitores em que se pedia a minha libertação, bem como a dos outros presos políticos. Embora os jornais continuassem proibidos de publicar a minha fotografia e quaisquer palavras que escrevesse ou proferisse, a campanha iniciada pelo *Post* deu origem a um debate público sobre a nossa libertação.

A ideia partira de Lusaka, de Oliver e do ANC, e a campanha era a pedra angular de uma nova estratégia para trazer a nossa causa para o primeiro plano do pensamento das pessoas. O ANC decidira personalizar o pedido de libertação concentrando a campanha numa única figura. Não pode haver dúvidas de que os milhões de pessoas que subsequentemente vieram a apoiar a campanha não faziam a menor ideia de quem era Nelson Mandela. (Disseram-me que quando apareceram em Londres os cartazes com as palavras LIBERTEM MANDELA!

[*Free Mandela*], muitas pessoas pensaram que o meu primeiro nome era *Free*.) Na ilha levantaram-se algumas vozes que discordavam com a personalização da campanha por considerarem uma traição ao colectivismo da organização, mas a maioria percebeu que se tratava de uma técnica para chamar a atenção do grande público.

No ano anterior tinha-me sido atribuído na Índia o Jawaharlal Nehru Human Rights Award', mais uma prova do reacender da luta. Como é evidente, não me foi dada autorização para estar presente na cerimónia, onde Winnie e Oliver aceitaram o prémio em meu nome. Tínhamos a sensação de que o ANC ganhava nova vida. O Umkhonto we Sizwe incrementava a campanha de sabotagens, que entretanto se tornara muito mais elaborada. Em Junho, o MK colocou bombas na grande refinaria de Sasolburg, a sul de Joanesburgo. Todas as semanas o MK fazia explodir uma bomba num ou noutro local estratégico. Explodiram bombas em centrais eléctricas do Transval, em esquadras da polícia de Germiston, Daveyton, New Brighton e outras, e na base militar de Voortrekkerhoogte, nos arredores de Pretória. Eram todos locais estratégicos significativos, destinados a atrair as atenções e a preocupar o Governo. O ministro da Defesa, o general Magnus Malan, apoiado por P. W Botha, deu início a uma política que recebeu o nome de «investida total», nada menos do que a militarização de todo o país para esmagar a luta pela liberdade.

A campanha «Libertem Mandela» tinha outra vertente mais ligeira. Em 1981 tomei conhecimento de que os estudantes da Universidade de Londres me tinham escolhido como candidato para o cargo honorífico de chanceler da universidade. Era uma grande honra e os meus rivais eram figuras como a princesa Ana e o sindicalista Jack Jones. No final, recebi 7199 votos e perdi

[473]

para a filha da rainha. Escrevi a Winnie, que estava em Brandfort, a dizer-lhe que esperava que a votação tivesse transformado por momentos a sua humilde casa num castelo e a sua minúscula sala tão vasta como o salão de baile de Windsor.

A campanha para a nossa libertação reacendeu-nos as esperanças. Durante os dias cruéis do princípio da década de 1970, quando o ANC parecia afogar-se nas sombras, tivemos de fazer um grande esforço para não nos

abandonarmos ao desespero. Os nossos cálculos estavam errados sob múltiplos aspectos. Julgávamos que nessa década já estaríamos a viver numa África do Sul democrática e não racista. Agora, ao entrarmos numa nova década, as minhas esperanças renasciam. Às vezes, quando de manhã caminhava no pátio, era como se todos os seres vivos, as gaivotas, as alvéolas, as árvores raquíticas e até as esparsas lâminas de relva me sorrissem, a cintilar sob a luz do Sol. Era nesses momentos que me apercebia da beleza daquele remoto recanto do mundo, do qual tinha a certeza de que tanto eu como o meu povo seríamos libertados.

Tal como o meu pai, também eu fui criado para ser conselheiro do rei dos tembos. Embora tenha optado por um caminho diferente, procurei à minha maneira assumir a responsabilidade do papel para o qual me tinham mandado educar. A partir da prisão, fiz o que pude para me manter em contacto com o rei e para o aconselhar o melhor que sabia e à medida que ia envelhecendo os meus pensamentos voltavam-se cada vez mais para as verdes colinas do Transkei. Embora não estivesse disposto a mudar-me para lá sob os auspícios do Governo, sonhava com a hipótese de voltar um dia a um Transkei livre. Assim, foi com profunda tristeza que soube, em 1980, que o rei Sabata Dalindyebo, chefe supremo dos tembos, tinha sido deposto pelo meu sobrinho, K. D. Matanzima, primeiro-ministro do Transkei.

Um grupo de chefes tembos solicitou um encontro urgente comigo, o qual foi aprovado pelas autoridades, que em geral contrariavam as visitas dos chefes tradicionais - na esperança de que quanto mais me envolvesse nas questões tribais do Transkei menos me empenharia na luta pela liberdade.

O Governo apoiava os chefes tradicionais como forma de contrabalançar o ANC. Enquanto muitos camaradas meus entendiam que não devíamos reconhecer esses chefes, a minha inclinação era fazer-me ouvir por eles. Não há contradição entre ser um chefe tradicional e ser membro do ANC. Esta questão levou a uma das discussões mais longas e delicadas que tivemos na ilha: se o ANC devia ou não participar em instituições patrocinadas pelo Governo. Uma vez mais senti necessidade de traçar uma linha divisória

[474]

entre os princípios e as tácticas: a nossa organização sairá mais forte ao participar nessas organizações ou ao boicotá-las? Neste caso, entendi que se reforçaria pela participação.

Encontrei - me com os chefes numa sala grande da zona de visitas e escutei-os enquanto me explicavam o seu dilema. Embora os seus corações estivessem com Sabata, temiam Matanzima. Depois de os escutar, aconselhei -os a apoiar Sabata contra Matanzima, que usurpava ilegítima e vergonhosamente o poder do rei. Compreendia a dificuldade da situação em que se encontravam, mas não podia perdoar as acções de Matanzima. Pedi-lhes que transmitissem a Sabata o meu apoio e a Matanzima a minha discordância.

Matanzima também se propôs visitar-me para falar sobre Sabata e outros assuntos de família. Na sua qualidade de meu sobrinho, havia vários anos que solicitava essa entrevista. Mas embora afirmasse que pretendia falar sobre questões da família, a sua visita não deixaria de ter consequências políticas. Assim que tive conhecimento do primeiro pedido de Matanzima remeti o caso para o Órgão Supremo e para os homens do ANC na nossa secção. Alguns limitaram-se a encolher os ombros e a dizer: «É teu sobrinho, tem direito a uma visita.» Contudo, Raymond, Govan e Kathy objectaram que, embora a visita pudesse ser vista como um assunto de família, seria interpretada por muita gente, dentro e fora da prisão, como um apoio ao homem e às suas políticas. Era por isso que Matanzima pretendia a visita e a razão pela qual não a podia aceitar.

Compreendi os argumentos deles e em parte concordava, mas queria encontrar-me com o meu sobrinho. Sempre atribuí grande importância, talvez exagerada, aos encontros cara a cara e à minha capacidade de persuadir os homens a mudar de opinião. Tinha esperança de convencer Matanzima a alterar as suas políticas.

Por fim, os homens do ANC na nossa secção decidiram não levantar objecções à visita. No interesse da democracia, auscultámos a opinião dos camaradas das secções F e G, que se opuseram terminantemente. Steve Tshwete, que era uma das figuras mais destacadas do ANC na secção geral, afirmou que essa visita serviria para ajudar politicamente Matanzima, o que estava fora de questão. Houve quem fizesse ver que Matanzima já me tinha tentado aliciar ao nomear Columbus Madikizela, tio de Winnie, para o cargo de ministro da Agricultura do seu Governo. Isto já era suficientemente mau, e sem a aprovação de Madiba à sua visita. Verguei-me às posições assumidas pela secção geral e foi com desgosto que informei as autoridades de que não aceitaria a visita do meu sobrinho.

Em Março de 1982, as autoridades prisionais informaram-me de que a minha mulher tinha sofrido um acidente de automóvel e estava no hospital.

[475]

Sabiam pouco e não faziam ideia das condições em que se encontrava. Acusei -os de reterem informações e solicitei a visita urgente de um advogado. As autoridades costumavam usar as informações como uma arma e bastante eficaz. Fiquei preocupado com a saúde da minha mulher, até que a 31 de Março recebi a visita do advogado dela e meu amigo, Dullah Ornar.

Dullah depressa me tranquilizou a respeito de Winnie. Estava dentro de um automóvel que tinha capotado, mas encontrava-se bem. A visita foi curta e quando me levaram de regresso à secção B continuei a pensar em Winnie, atormentado pela minha impotência para lhe acudir.

Não estava há muito tempo na cela quando fui surpreendido pela presença do comandante e de outros oficiais da penitenciária. Aquilo era altamente invulgar; em geral, o comandante não visitava os reclusos nas suas celas. Levantei-me quando chegaram e o comandante entrou na cela. Mal havia espaço para os dois.

- Mandela, embrulha as tuas coisas. Perguntei porquê.
- Vamos transferir-te - foi a resposta. - Para onde?
- Não posso dizer.

Quis saber porquê. Respondeu-me que tinha recebido instruções de Pretória para que eu saísse imediatamente da ilha. Dito isto, o comandante saiu e visitou sucessivamente as celas de Walter, Raymond Mhlaba e Andrew Mlangeni para dar a mesma ordem.

Ficámos inquietos e agitados. O que significava aquilo? Para onde nos levavam? Na prisão, podemos questionar e resistir até certo ponto, mas acabamos por ceder. Ninguém nos tinha avisado, não estávamos preparados. Estava na ilha há dezoito anos. Por que razão tinha de partir de um momento

para o outro?

Deram-nos algumas grandes caixas de cartão para embalar os nossos pertences. Tudo quanto tinha acumulado em quase duas décadas cabia perfeitamente lá dentro. Precisámos de pouco mais de meia hora.

Quando os outros homens souberam que nos íamos embora houve grande burburinho no corredor, mas nem sequer tivemos tempo para nos despedirmos convenientemente dos nossos camaradas de tantos anos. É outra das humilhações infligi das pela prisão. Para as autoridades, os laços de amizade e lealdade com os outros reclusos não contam para nada.

Passados poucos minutos estávamos a bordo do *ferry*, com destino à Cidade do Cabo. Olhei para trás, em direcção à ilha, quando a luz já esmorecia, sem saber se alguma vez a voltaria a ver. Um homem habitua-se a tudo e eu já me tinha habituado a Robben Island. Vivera lá durante perto de duas décadas e embora nunca me tivesse sentido em casa - a minha casa

[476]

era em Joanesburgo - era um lugar onde me sentia confortável. Nunca gostei de mudanças e a saída de Robben Island, por muito sinistra que tivesse sido às vezes, não foi excepção. Não sabia o que me esperava.

No cais, rodeados por guardas armados, fomos empurrados para o interior de um furgão sem janelas. Ficámos os quatro às escuras, enquanto o veículo rolou durante o que pareceu bastante mais de uma hora. Atravessámos vários postos de controlo e finalmente parámos. As portas traseiras do furgão abriram-se e às escuras subimos alguns degraus de cimento e atravessámos as portas metálicas de outra instalação de segurança.

Perguntei a um guarda onde estávamos.

- Na prisão de Pollsmoor - respondeu o homem.

[477]

Parte dez

Em conversações com o inimigo

A prisão de segurança máxima de Pollsmoor está situada nos arredores de um próspero subúrbio branco de relvados verdes e casas limpas e ordenadas chamado Tokai, alguns quilómetros a sudeste da Cidade do Cabo. A prisão propriamente dita está encravada na imponente paisagem do Cabo, entre as montanhas de Constantiaberge, a norte, e centenas de acres de vinhedos, a sul. Contudo, estas belezas naturais não se espriavam diante dos nossos olhos, tapadas pelos muros altos que rodeavam Pollsmoor. Foi em Pollsmoor que pela primeira vez compreendi a verdade contida nas palavras de Oscar Wilde, sobre a tenda azul a que os reclusos chamam céu.

Se Pollsmoor apresentava um rosto moderno, o seu coração era primitivo. Os edifícios, em especial os destinados aos funcionários, eram asseados e recentes, mas os alojamentos dos reclusos eram velhos e sujos. Com a excepção das nossas pessoas, todos os presos de Pollsmoor eram de delito comum e o tratamento que lhes era dado, muito rudimentar. Fomos instalados à parte e tratados de maneira diferente.

Foi só na manhã seguinte que nos demos conta das nossas novas instalações. Tinha-nos sido atribuída a *penthouse* da prisão, uma divisão espaçosa no terceiro e último andar do edifício. Éramos os únicos reclusos em todo aquele piso. A sala principal era limpa, moderna e rectangular, com cerca de nove metros por quatro e meio, e uma secção separada com sanita, urinol, dois lavatórios e dois chuveiros. Havia quatro camas dignas desse nome, lençóis e toalhas, um luxo imenso para homens que tinham passado a maior parte dos últimos dezoito anos a dormir sobre esteiras finas em cima do chão de cimento. Comparado com Robben Island, aquilo era um hotel de cinco estrelas.

Para além disso tínhamos acesso a um espaço ao ar livre em forma de L, do tamanho de metade de um campo de futebol, onde podíamos estar durante o dia.

O terraço era cercado por muros de cimento com cerca de três metros e meio de altura, de modo que só podíamos ver o céu, excepto num canto, onde se lobrigava parte da cordilheira das montanhas Constantiaberge, um sector conhecido como Elephant's Eye. Por vezes pensava naquele pedaço de montanha como a ponta de um icebergue que era o resto do mundo.

Aquele desenraizamento súbito e sem explicações desorientou-nos. Na prisão, devemos estar preparados para mudanças repentinas, mas nem sempre nos habituamos a elas. Embora estivéssemos agora no continente, sentíamos-nos mais isolados. Para nós, a ilha tornara-se o centro da luta. Confortávamo-nos com a companhia uns dos outros e durante as primeiras semanas desdobrámo-nos em especulações sobre o motivo da nossa transferência. Sabíamos que as autoridades se ressentiam e receavam a influência que exercíamos sobre os reclusos mais novos. Mas o motivo parecia mais estratégico: achávamos que o Governo pretendia decapitar o ANC na ilha, afastando os seus líderes. Robben Island estava a transformar-se num centro mítico da nossa luta e queriam subtrair-lhe parte do simbolismo tirando-nos de lá. Walter, Raymond e eu fazíamos parte do Órgão Supremo, mas a presença de Mlangeni não se enquadrava nesta conjectura. Andrew não pertencia ao Órgão Supremo e não estivera na linha da frente da liderança na ilha, embora fosse possível que as autoridades não soubessem disso. Os seus conhecimentos acerca da organização eram muitas vezes inexactos.

Uma das nossas hipóteses pareceu confirmar-se alguns meses mais tarde, quando se nos reuniu Kathy, que de facto era membro do Órgão Supremo. Mais importante ainda, Kathy era o nosso encarregado das comunicações e era graças ao seu trabalho que conseguíamos contactar com os prisioneiros mais novos.

Algumas semanas depois da chegada de Kathy chegou outro homem, que não conhecíamos, e que nem sequer vinha de Robben Island. Patrick Maqubela era um jovem advogado e membro do ANC da Província do Cabo Oriental. Estagiara com Griffiths Mxenge, um advogado muito conceituado que tinha representado muitos detidos do ANC e fora assassinado em Durban no ano anterior. Maqubela estava a cumprir uma sentença de vinte e sete anos por traição e tinha sido transferido de Diepkloof, em Joanesburgo, para Pollsmoor, por ter causado problemas ao encabeçar a organização dos reclusos.

A princípio tivemos dúvidas sobre o recém-chegado e suspeitámos que fosse um agente infiltrado pelas autoridades. Mas depressa descobrimos que não

era o caso. Patrick era um tipo inteligente, amável e destemido, com quem nos demos muito bem. Para ele não deve ter sido fácil conviver com um grupo de velhos arreigados nas suas ideias e que coabitavam há perto de vinte anos.

[482]

Vivíamos agora num mundo de cimento. Sentia saudades do esplendor natural de Robben Island. Mas a nossa nova residência proporcionava algumas compensações. A começar pelo facto de que a comida em Pollsmoor era muito melhor. Ao fim de anos a comer papas três vezes por dia, os jantares de Pollsmoor, com carne e vegetais dignos desse nome, eram um verdadeiro banquete. Tínhamos direito a um leque variado de jornais e revistas e recebíamos todas as semanas publicações que anteriormente só nos chegavam de contrabando, como a *Time* e o *Ihe Guardian*, de Londres. Isto abria-nos uma janela para o mundo. Para além do mais, tínhamos um aparelho de rádio que não só captava as emissões locais como aquilo que realmente queríamos, o serviço noticioso da BBC. Estávamos autorizados a permanecer no terraço durante todo o dia, excepto entre o meio-dia e as duas, quando os guardas iam almoçar. Nem sequer fingiam que tínhamos de trabalhar. Ao lado da sala grande, eu tinha uma cela pequena que me servia de escritório, com uma cadeira, uma secretária e estantes com livros, onde podia ler e escrever durante o dia.

Em Robben Island fazia os exercícios na minha cela acanhada, mas agora tinha espaço para me estender. Em Pollsmoor levantava-me às cinco da manhã e fazia exercício durante meia hora na cela comum. Cumpria o meu regime habitual de correr sem sair do mesmo sítio, saltar à corda, abdominais e flexões na ponta dos dedos. Os meus companheiros não gostavam de se levantar cedo e o meu programa de exercícios em breve fez de mim um sujeito incómodo.

Pouco depois de chegar a Pollsmoor recebi a visita de Winnie e foi com agrado que verifiquei que a zona destinada às visitas era muito melhor e mais moderna que a de Robben Island. Havia uma grande barreira de vidro através da qual víamos o visitante da cintura para cima e microfones mais modernos que permitiam ouvir sem esforço. A grande janela instilava uma ilusão de intimidade e na prisão as ilusões fazem parte do conforto.

Para a minha mulher e para a minha família era muito mais fácil chegar a

Pollsmoor do que a Robben Island, o que fazia uma diferença tremenda. A supervisão das visitas também era mais humana. Em geral as visitas de Winnie eram vigiadas pelo sargento James Gregory, que tinha trabalhado como censor em Robben Island. Não o conhecia muito bem, mas ele conhecia-nos por ter sido responsável pela nossa correspondência.

Em Pollsmoor fiquei a conhecer melhor James Gregory, que contrastava com a imagem do carcereiro típico. Era educado, de modos suaves e tratava Winnie com cortesia e deferência. Em vez do habitual latido «Acabou o tempo!», dizia:

- Senhora Mandela, tem mais cinco minutos.

[483]

Ensina-nos a Bíblia que os jardins precederam os jardineiros, mas não foi isso que aconteceu em Pollsmoor, onde cultivei uma horta que foi um dos entretenimentos que me dava mais satisfação. Era a minha maneira de fugir ao universo monolítico de betão que nos cercava. Ao fim de algumas semanas a examinar os espaços livres de que dispúnhamos, todo o dia banhados pelo Sol, resolvi dar início a uma horta, que foi autorizada pelo comandante. Pedi aos serviços que me fornecessem dezasseis bidões de 44 galões, que mandei cortar ao meio. Depois disso, as autoridades encheram-nos com terra fértil, criando assim trinta e dois vasos gigantescos.

Semeiei cebolas, beringelas, couves, couves-flor, feijão, espinafres, cenouras, pepinos, brócolos, beterraba, alfaces, tomates, pimentos, morangos e muitas outras coisas. No auge, era como se tivesse uma pequena quinta com cerca de novecentas plantas; uma horta muito maior do que tinha em Robben Island.

Algumas sementes eram compradas, mas outras - por exemplo, os brócolos e as cenouras - foram-me dadas pelo comandante, o brigadeiro Munro, que muito apreciava esses legumes. Os guardas também me davam sementes dos legumes de que gostavam e forneceram-me um adubo excelente para as fertilizar.

Todas as manhãs punha um chapéu de palha, calçava umas luvas grossas

e trabalhava na horta durante duas horas. Ao domingo fornecia a cozinha com vegetais, para que pudessem cozinhar uma refeição especial para os presos de delito comum. Também oferecia muitos aos guardas, que apareciam com saquinhos para levar os legumes frescos.

Em Pollsmoor, os nossos problemas acarretavam menos consequências do que em Robben Island. O brigadeiro Munro era um homem honesto que gostava de ajudar e que se dava a trabalhos para que não nos faltasse nada do que precisávamos. Mesmo assim, houve pequenos problemas que alcançaram proporções desmedidas. Em 1983, durante uma visita de Winnie e Zindzi, disse à minha mulher que me tinham dado uns sapatos com um número abaixo, que me magoavam um dedo. Winnie ficou preocupada e dentro em pouco apareceram na imprensa histórias de que me tinham amputado um dedo do pé. Por causa das dificuldades de comunicação, as informações que saem da prisão são por vezes exageradas no exterior. Se tivesse podido telefonar à minha mulher para lhe dizer que o pé já estava bom, ter-se-ia evitado toda aquela confusão. Pouco tempo depois, Helen Suzman foi autorizada a fazer-nos uma visita e perguntou-me como estava o dedo. Como achei que a melhor resposta seria uma demonstração, levantei o pé à altura do vidro e mexi os dedos.

Protestámos contra a humidade na cela que nos fazia apanhar constipações. Mais tarde disseram-me que os jornais sul-africanos tinham dito que

[484]

a nossa cela estava inundada. Pedimos para contactar com outros reclusos e em geral fizemos a exigência do costume: sermos tratados como presos políticos.

Em Maio de 1984, encontrei algum conforto que de certo modo compensou as agruras da prisão. Numa visita programada de Winnie, de Zeni e da sua filha mais nova, fui levado à sala de visitas pelo sargento Gregory, que, em vez de me dirigir para o local habitual, me conduziu a um compartimento separado onde apenas havia uma mesinha e nenhuma divisória. Em voz baixa, informou-me que as autoridades tinham introduzido uma mudança. Esse dia foi o primeiro daquilo a que chamavam as visitas «de contacto».

Gregory saiu para ir buscar Winnie e a minha filha e pediu à minha mulher para lhe falar em privado. Winnie assustou-se quando Gregory a puxou à parte, a pensar que eu estivesse doente. Mas Gregory levou-a por uma porta e mal demos por isso estávamos nos braços um do outro. Em tantos anos, era a primeira vez que podia beijar e tocar na minha mulher. Um momento com o qual tinha sonhado milhares de vezes. Foi como se estivesse a sonhar. Apertei-a contra mim durante o que pareceu uma eternidade. Ficámos imóveis e calados, só se ouvia o bater dos nossos corações. Não me apetecia largá-la mais, mas libertei-a para abraçar a minha filha e pegar na menina ao colo. Tinham -se passado vinte e um anos desde que tocara a mão da minha mulher pela última vez.

Em Pollsmoor estávamos mais em contacto com o que se passava no exterior. Sabíamos que a luta se intensificava, como também se intensificavam os esforços do inimigo. Em 1981, as Forças de Defesa da África do Sul fizeram uma incursão contra os escritórios do ANC em Maputo, Moçambique, durante a qual mataram treze dos nossos, incluindo mulheres e crianças. Em Dezembro de 1982, o MK detonou engenhos explosivos na central nuclear de Koeberg, ainda não terminada, nos arredores da Cidade do Cabo, e colocou bombas em muitos alvos militares e do *apartheid* por todo o país. Nesse mesmo mês, os militares sul-africanos atacaram a base do ANC em Maseru, no Lesoto, matando quarenta e duas pessoas, doze das quais eram mulheres e crianças.

Em Agosto de 1982, a activista Ruth First foi assassinada em Maputo, onde estava exilada, ao abrir uma carta armadilha da. Ruth era mulher de Joe Slovo e uma corajosa activista anti-*apartheid* que já tinha passado vários meses na prisão. Era uma mulher decidida e cativante, que eu conhecera quando estudava em Wits, e a sua morte revelou-me a extensão da crueldade do Estado para conter a nossa luta.

[485]

O primeiro atentado bombista com um automóvel foi realizado pelo MK em Maio de 1983, contra instalações da força aérea e dos serviços secretos, no coração de Pretória. Foi uma tentativa de retaliação pelos ataques não provocados contra o ANC em Maseru e noutros locais e assinalou a inquestionável escalada da luta armada. Morreram dezanove pessoas e mais de duzentas ficaram feridas.

A morte de civis foi uma tragédia e senti um profundo horror ao tomar conhecimento dos números. Mas por muito perturbado que tenha ficado por essas mortes, sabia que esses acidentes eram uma consequência inevitável da decisão de enveredar pelo confronto armado. O erro humano sempre fez parte da guerra e o seu preço é elevado. Foi precisamente porque tínhamos consciência

de que esses incidentes viriam a ocorrer que fomos tão relutantes a pegar em armas. Mas, como Oliver disse quando se deu a explosão, a luta armada tinha-nos sido imposta pela violência do regime do *apartheid*.

Tanto o Governo como o ANC trabalhavam em duas frentes, a militar e a política. Na frente política, o Governo prosseguia na sua tática de dividir para reinar, na tentativa de separar os negros dos mestiços e dos indianos. Num referendo realizado em Novembro de 1983, o eleitorado branco deu carta branca a P. W. Botha para instituir um Parlamento de câmara tripla, com uma representação dos indianos e dos mestiços para além da dos brancos. Foi um esforço para atrair os indianos e os mestiços ao seio do sistema e afastá-los dos negros. Mas a proposta não passou de um «telefone de brinquedo», pois a acção parlamentar dos mestiços e dos indianos ficava sujeita ao veto dos brancos. Foi também uma maneira de enganar o mundo exterior, fazendo crer que o Governo estava a reformar o *apartheid*. A tramóia de Botha não enganou o povo, e em 1984 mais de 80% dos eleitores indianos e mestiços fizeram boicote ao voto para as novas câmaras do Parlamento.

Começavam a nascer no país poderosos movimentos políticos de massas com estreitas ligações ao ANC, o mais importante dos quais era a United Democratic Front (UDF), da qual fui escolhido como patrono. A UDF foi criada para coordenar os protestos contra a nova Constituição do *apartheid*, de 1983, e contra as primeiras eleições para o Parlamento tripartido, de 1984, e em breve se transformou numa poderosa organização que congregava seiscentas entidades que lutavam contra o *apartheid* - sindicatos, associações comunitárias, associações religiosas e associações de estudantes.

O ANC vivia um recrudescimento de popularidade. As sondagens de opinião revelavam que o Congresso era de longe a organização política mais popular entre os africanos, embora estivesse banida há um quarto de século. No seu conjunto, a luta contra o *apartheid* tinha despertado as atenções do mundo. Em 1984, o bispo Desmond Tutu recebeu o Prémio Nobel da Paz.

[486]

(As autoridades recusaram-se a expedir a carta de felicitações que escrevi ao bispo Tutu.) O Governo da África do Sul estava sob pressões crescentes e as

nações de todo o mundo começavam a impor sanções económicas a Pretória.

Ao longo dos anos, o Governo tinha enviado gente para me sondar, a começar pelos esforços do ministro Kruger para me convencer a mudar para o Transkei. Não eram tentativas de negociação, apenas procuravam isolar-me da organização. Kruger disse-me por diversas vezes:

- Mandela, nós podemos trabalhar consigo, mas não com os seus colegas. Seja razoável.

Embora nunca tenha correspondido a essas aberturas, o simples facto de eles falarem em vez de atacarem podia ser interpretado como um prelúdio para as verdadeiras negociações.

O Governo apalpava o terreno. Em finais de 1984 e princípios de 1985 recebi a visita de dois proeminentes estadistas ocidentais, Lorde Nicholas Bethell, membro da Câmara dos Lordes, de Inglaterra, e do Parlamento Europeu, e Samuel Dash, professor de Direito na Universidade de Georgetown e antigo membro da Comissão Watergate, do Senado dos Estados Unidos da América. As duas visitas foram autorizadas pelo novo ministro da Justiça, Kobie Coetsee, que dava a ideia de pertencer a uma nova espécie de dirigentes africanos.

Encontrei-me com Lorde Bethell no gabinete do comandante da prisão, dominado por uma enorme fotografia do carrancudo presidente Botha. Bethell era um homem anafado e jovial e quando o vi trocei da sua rotundidade.

- Parece parente de Winston Churchill - observei quando trocámos um aperto de mão.

Lorde Bethell queria informar-se das nossas condições de vida em Pollsmoor e eu satisfiz-lhe a curiosidade. Falámos sobre a luta armada e expliquei-lhe que não era a nós que cabia abandonar a violência, mas ao Governo. Reafirmei a nossa opção por alvos militares e não pessoas.

- Não queria que os nossos homens assassinassem ninguém, por exemplo, aqui o nosso major.

E ao dizer isto apontei para o major Fritz van Sittert, que assistia à conversa. Van Sittert era um tipo bem-humorado que não falava muito, mas

sobressaltou-se ao ouvir as minhas palavras.

Na visita do professor Dash, que ocorreu pouco depois da de Lorde Bethell, expus aquilo que considerava ser o mínimo para uma futura África do Sul não racista: um Estado unitário, sem bantostões, eleições não raciais para o Parlamento central e um indivíduo/um voto. O professor Dash perguntou se me sentia encorajado com as intenções propaladas pelo Governo de abolir a proibição dos casamentos mistos e outras normas do *apartheid*.

[487]

- É uma picada de alfinete. Não tenciono casar com nenhuma mulher branca nem nadar numa piscina para brancos. Aquilo que queremos é igualdade política.

Admiti abertamente a Dash que nesse momento não tínhamos capacidade para vencer o Governo no campo de batalha, mas que lhes poderíamos tornar a governação difícil.

Recebi também a visita pouco simpática de dois americanos, editores do jornal conservador *Washington Times*. Vinham menos disposto a ouvir os meus pontos de vista do que a demonstrar que eu era comunista e terrorista. Todas as suas perguntas eram tendenciosas e quando reafirmei que não era terrorista nem comunista, procuraram demonstrar que eu também não era cristão ao afirmarem que o reverendo Martin Luther King nunca tinha recorrido à violência. Expliquei-lhes então que as condições da luta de Martin Luther King eram totalmente diferentes das minhas: os EUA eram uma democracia cuja Constituição garantia direitos iguais que consentiam os protestos não violentos (embora continuassem a existir preconceitos contra os negros), enquanto a África do Sul era um Estado policial dotado de uma Constituição que consignava as desigualdades e de um exército que respondia com a força às manifestações pacíficas. Disselhes que era e sempre tinha sido cristão. E que o próprio Cristo, quando não lhe deixaram alternativa, usara da força para expulsar os vendilhões do Templo. Não era um homem violento, mas não tivera outro remédio senão usar a força para expulsar o mal.

Não creio que os tenha convencido.

Confrontado com a agitação interna e com as pressões vindas do exterior, P. W Botha propôs uma medida tépida. A 31 de Janeiro de 1985, durante um debate no Parlamento, o presidente ofereceu-me publicamente a liberdade se eu «rejeitasse incondicionalmente a violência como arma política». A oferta era extensiva a todos os presos políticos. Depois, num desafio público, acrescentou:

- Deste modo, não é o Governo da África do Sul que se interpõe no caminho da liberdade do senhor Mandela. É ele próprio.

Já tinha sido avisado pelas autoridades prisionais de que o Governo iria apresentar uma proposta que implicava a minha libertação, mas não estava preparado para que essa proposta fosse apresentada no Parlamento pelo presidente. Pelas minhas contas, era a sexta proposta de libertação sob condições que o Governo me apresentava nos últimos dez anos. Depois de ouvir o discurso na rádio, solicitei ao comandante da prisão uma visita urgente da minha mulher e do meu advogado, Ismail Ayob, para que pudesse ditar a minha resposta ao presidente da República.

Passou-se uma semana antes que Winnie e Ismail obtivessem a autorização e entretanto escrevi uma carta ao ministro dos Negócios Estrangeiros,

[488]

Pik Botha, em que recusava as condições para a minha libertação, ao mesmo tempo que ia preparando uma resposta pública. Estava ansioso por incluir um certo número de coisas nessa resposta, pois a oferta de Botha era uma tentativa para cavar um diferendo entre mim e os meus camaradas aliciando-me com uma política que o ANC recusava. Queria deixar claro ao ANC em geral, e a Oliver em particular, que a minha lealdade para com a organização não podia ser posta em causa. E também queria esclarecer o Governo de que, se rejeitava a proposta por causa das condições que lhe estavam associadas, continuava a pensar que o caminho para a solução passava pelas negociações, não pela guerra.

Botha queria que o ónus da violência me caísse sobre os ombros e eu queria reafirmar ao mundo que apenas ripostávamos contra a violência exercida

sobre nós. Queria deixar claro que, se ao sair da prisão encontrasse as mesmas condições que existiam quando lá tinha entrado, não hesitaria em retomar as actividades pelas quais tinha sido preso.

Recebi a visita de Winnie e de Ismail a uma sexta-feira; para domingo estava programado um comício da UDF no Jabulani Stadium, no Soweto, onde a minha resposta seria tornada pública. A visita foi vigiada por alguns guardas que eu não conhecia e quando começámos a debater a minha resposta ao presidente da República, um desses guardas, um tipo ainda novo, interrompeu para dizer que só podíamos falar sobre assuntos de família. Ignorei a ordem e minutos depois o homem reapareceu com um superior que eu conhecia superficialmente. Quando o segundo guarda disse que não podia falar sobre política respondi-lhe que estava a tratar de uma questão de importância nacional que envolvia uma proposta do Chefe de Estado. E avisei-o de que se quisesse pôr termo à entrevista teria de receber ordens do próprio presidente.

- Se não está disposto a telefonar ao presidente para receber essas ordens prossegui em tom frio - então faça o favor de não nos interromper a guarda não telefonou.

Entreguei a Winnie e a Ismail o discurso que preparara. Para além da resposta ao Governo, queria agradecer publicamente à UDF pelo excelente trabalho que tinha feito e felicitar o bispo Tutu pelo prémio recebido, acrescentando que o prémio pertencia a todo o povo. No domingo, dia 10 de Fevereiro de 1985, a minha filha Zindzi leu a minha resposta perante uma multidão entusiasmada que há mais de vinte anos não tinha o direito de ouvir as minhas palavras em qualquer lugar da África do Sul.

Zindzi era uma oradora dinâmica, tal como a mãe, e começou por dizer que o pai devia estar presente no estádio para transmitir a mensagem. Foi com orgulho que soube que seria ela a proferir as minhas palavras.

Sou membro do Congresso Nacional Africano. Sempre fui membro do Congresso Nacional Africano e continuarei a sê-lo até morrer. Oliver Tambo

é para mim mais do que um irmão. É o meu maior amigo e camarada de quase cinquenta anos. Se alguém entre vós anseia pela minha liberdade, Oliver anseia mais, e sei que daria a própria vida para me ver livre [...]

Fico surpreendido com as condições que o Governo me tenta impor. Não sou um homem violento [...] Foi só então, quando todas as outras formas de resistência nos estavam vedadas, que recorremos à luta armada. Deixemos que Botha nos mostre que é diferente de Malan, Strijdom e Verwoerd. Deixemos que renuncie à violência. Deixemos que se comprometa a desmantelar o *apartheid*. Deixemos que revogue a ilegalização do Congresso Nacional Africano. Deixemos que liberte todos os que foram presos, proscritos ou exilados por causa da sua oposição ao *apartheid*. Deixemos que garanta a liberdade política para que o povo possa decidir quem o deve governar.

Tenho grande apreço pela minha liberdade, mas ainda tenho mais apreço pela vossa. Já morreram demasiados desde que entrei na prisão. Foram demasiados os que sofreram pelo amor à liberdade. É uma dívida que tenho para com as suas viúvas, para com os seus órfãos, para com as suas mães e pais, que tanto sofreram e choraram por eles. Não fui o único a sofrer durante estes longos anos de solidão e desolação. Não amo menos a vida do que vós amais. Mas não posso vender os direitos que tenho pelo simples facto de nascer, tal como não estou disposto a vender o direito do meu povo à liberdade [...]

Que liberdade é essa que me querem oferecer quando a organização que representa o meu povo permanece na ilegalidade? Que liberdade é essa que me querem oferecer quando posso ser preso por falta de um passe? Que liberdade é essa que me querem oferecer para viver em família quando a minha mulher continua exilada em Brandfort? Que liberdade é essa que me querem oferecer quando tenho de pedir autorização para viver numa zona urbana? [...] Que liberdade é essa que me querem oferecer quando não é respeitada a minha qualidade de cidadão da África do Sul?

Só os homens livres podem entrar em negociações. Os presos não podem assinar contratos [...] Não posso nem quero fazer seja o que for enquanto eu e vocês, o povo, não formos livres. A vossa liberdade e a minha são inseparáveis. Hei-de voltar.

Em 1983, durante um exame de rotina feito pelo médico da prisão, fui encaminhado para um urologista que diagnosticou uma dilatação da próstata e recomendou a cirurgia. Disse que se tratava de um procedimento rotineiro. Falei com a família e resolvi submeter-me à operação.

[490]

Fui levado sob forte segurança para o Volks Hospital, na Cidade do Cabo. Winnie meteu-se num avião e conseguiu ver-me antes da operação. Mas tive outro visitante, surpreendente e inesperado: Kobie Coetsee, o ministro da Justiça. Pouco antes tinha-lhe escrito a pressioná-lo para conversações entre o Governo e o ANC. Não me respondeu. Mas nessa manhã apareceu no hospital sem se fazer anunciar, como se fosse visitar um velho amigo hospitalizado há vários dias. Era um homem afável e cordial e durante a maior parte do tempo apenas trocámos algumas piadas. Eu estava espantado, embora procurasse agir com a maior naturalidade. O Governo, à sua maneira lenta e hesitante, reconhecia que tinha de negociar com o ANC. A visita de Coetsee era um ramo de oliveira.

Embora não falássemos de política, abordei uma questão sensível que era a situação da minha mulher. Em Agosto, pouco antes de eu dar entrada no hospital, Winnie tinha ido a Joanesburgo receber tratamento médico. Só podia sair de Brandfort para me visitar ou para ir ao médico. Enquanto estava em Joanesburgo, a casa onde vivia em Brandfort e a clínica anexa foram alvo de uma explosão que as destruiu. Como não tinha onde viver, Winnie resolveu ficar em Joanesburgo apesar não estar autorizada. Durante algumas semanas nada aconteceu, até que a polícia de Brandfort lhe escreveu para a informar de que a casa fora reparada e tinha de regressar. Winnie recusou. Pedi a Coetsee que autorizasse Winnie a ficar em Joanesburgo e não a forçasse a voltar para Brandfort. Disse que não podia prometer nada, mas que trataria do caso. Agradei-lhe.

Passei vários dias no hospital, a convalescer da cirurgia. Quando tive alta, o brigadeiro Munro foi-me buscar. Não é costume o comandante da prisão ir ao hospital buscar um preso, por isso desconfiei.

Durante a viagem de regresso, o brigadeiro Munro disse-me em tom casual, como se estivéssemos a conversar:

- Mandela, você não vai voltar para junto dos seus amigos. Perguntei-lhe o que queria dizer com aquilo.

- A partir de agora vai ficar sozinho.

Quis saber porquê. Abanou a cabeça e disse:

- Não sei. Foram ordens que recebi do quartel-general.

Uma vez mais, não houve um aviso nem uma explicação.

De volta a Pollsmoor fui levado para uma nova cela no rés-do-chão da prisão, três pisos mais abaixo e numa ala diferente. A cela consistia em três divisões e uma casa de banho separada, um quarto de cama, um gabinete de trabalho do outro lado do corredor e outro compartimento para os meus exercícios. Segundo os padrões da prisão era um verdadeiro palácio, mas as divisões eram húmidas e bolorentas e recebiam pouca luz natural. Nada disse ao brigadeiro, pois sabia que a decisão não tinha sido tomada por ele.

[491]

Precisava de tempo para compreender as implicações da mudança. Por que razão teria o Governo dado aquele passo?

Dizer que foi uma revelação seria demasiado, mas ao longo dos dias e das semanas que se seguiram cheguei a uma conclusão sobre as minhas novas condições. Decidi que a mudança não constituiria um obstáculo, mas sim uma oportunidade. Não me sentia feliz por estar separado dos meus companheiros e sentia a falta da minha horta e do terraço ensolarado do terceiro piso. Mas a solidão conferia-me alguma liberdade, que resolvi aproveitar para fazer uma coisa em que há muito andava a pensar: encetar negociações com o Governo.

Chegara à conclusão de que era o momento em que a nossa luta poderia avançar mais através de negociações. Se não encetássemos depressa um diálogo, os dois lados mergulhariam nas trevas da opressão, da violência e da guerra. O isolamento dava-me oportunidade para ensaiar os primeiros passos nessa direcção sem o escrutínio que poderia malograr esses esforços.

Havia três quartos de século que lutávamos contra o domínio da maioria branca. Há vinte anos que nos empenhávamos na luta armada. Já tinha morrido muita gente, tanto de um lado como do outro. O inimigo era forte e resoluto. Contudo, e apesar de todas as suas bombas e tanques, devia sentir que estava do lado errado da história. Do nosso lado tínhamos a razão, mas não a força. Para mim era claro que uma vitória militar, se não fosse de todo impossível, seria muito distante no tempo. Muito simplesmente, não fazia sentido para nenhuma das partes perder milhares ou milhões de vidas num conflito desnecessário. Eles sabiam isto tão bem como eu. Chegara o tempo de falar a assunto era de uma delicadeza extrema as dois lados consideravam a abertura de negociações um sinal de fraqueza e de traição. Nenhum dos dois se sentaria à mesa sem que o outro fizesse concessões significativas, o Governo reafirmava sem cessar que éramos uma organização de comunistas e terroristas e que nunca negociaria com comunistas e terroristas. Era o dogma do Partido Nacionalista a ANC repetia que os homens no Governo eram fascistas e racistas e que não estaria disposto a negociar enquanto não fosse revogada a ilegalização, libertados os presos políticos sem condições e retiradas as forças militares dos subúrbios negros.

A decisão de negociar com o Governo era de tal importância que só podia ser tomada em Lusaka. Mas eu sentia que o processo devia começar e não tinha nem tempo nem os meios para comunicar com Olivier. Alguém do nosso lado precisava dar o primeiro passo e o isolamento dava-me a possibilidade de o fazer e a segurança, pelo menos por algum tempo, da confidencialidade dos meus esforços.

A minha vida desenrolava-se num isolamento esplêndido. Embora os meus companheiros estivessem apenas três pisos mais acima, era como se

estivessem em Joanesburgo. Para me encontrar com eles tinha de requerer formalmente uma visita, que teria de ser aprovada pelas chefias em Pretória. Por vezes passavam-se semanas até receber uma resposta. Se era aprovada, só os podia ver na zona destinada às visitas. Era uma experiência nova: os meus camaradas de prisão eram agora oficialmente visitantes. Durante anos tínhamos tido a possibilidade de conversar horas a fio; agora tínhamos de requerer pelas vias oficiais um encontro e as nossas conversas estavam sujeitas a vigilância.

Ao fim de poucos dias nas minhas novas instalações solicitei um desses encontros ao comandante da prisão. Ele acedeu e debatemos os quatro a questão da minha transferência. Walter, Kathy e Ray estavam furiosos com a separação. Queriam apresentar um protesto a exigir que fôssemos reunidos. Mas a minha reacção não foi a que esperavam.

- Vejam bem, rapazes, não me parece que nos devamos opor a esta coisa. Expliquei que os meus novos alojamentos eram melhores e que talvez estivessem a abrir um precedente para todos os presos políticos. E acrescentei, com certa ambiguidade:

- Pode ser que daqui venha a surgir qualquer coisa boa. Neste momento encontro-me numa posição em que o Governo nos pode abordar.

Como já esperava, não deram grande atenção às minhas palavras.

Optei por não falar a ninguém no que tencionava fazer. Nem aos meus companheiros lá de cima nem aos de Lusaka. O ANC é um órgão colectivo, mas o Governo tornara impossível esse colectivismo. Não tinha tempo nem condições de segurança para debater o caso com a minha organização. Sabia que os meus companheiros de cárcere condenariam a minha proposta e matariam a iniciativa antes de ela nascer. Há ocasiões em que um líder tem de se antecipar ao rebanho, tomar uma nova direcção, ciente de que está aguiar o seu povo pelo caminho certo. Além de que o meu isolamento proporcionava à organização uma desculpa para o caso de as coisas correrem mal: o velho estava sozinho e completamente isolado e o que fez foi enquanto indivíduo, não como representante do ANC.

Algumas semanas depois da transferência escrevi a Kobie Coetsee a propor-lhe uma conversa sobre conversações. Tal como antes, não obtive resposta. Voltei a escrever e voltei a não receber resposta. Achei o caso intrigante e desanimado e percebi que teria de esperar outra oportunidade para me fazer ouvir. Essa oportunidade surgiu no princípio de 1986.

Numa reunião da Comunidade Britânica realizada em Nassau, em Outubro de 1985, os líderes não conseguiram chegar a acordo sobre

[493]

a imposição de sanções à África do Sul, sobretudo por causa da oposição férrea da primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher. Para resolver o impasse, as diversas nações decidiram que uma comissão de «personagens de relevo» visitaria a África do Sul e elaboraria um relatório no qual seria avaliada a adequação das sanções para pôr termo ao *apartheid*. No princípio de 1986, a Comissão de Personagens de Relevo, composta por sete pessoas e presidida pelo general Olusegun Obasanjo, antigo líder militar da Nigéria, e pelo antigo primeiro-ministro australiano Malcom Fraser, chegou à África do Sul para dar início a uma avaliação das circunstâncias.

Em Fevereiro recebi a visita do general Obasanjo para debater a natureza do relatório a elaborar pela comissão. O general estava desejoso por me ver reunir com o resto do grupo. Com autorização do Governo, essa reunião foi marcada para Maio. Depois da entrevista o grupo teria conversações com o Governo, de modo que vi aí uma oportunidade para levantar a questão das negociações.

O Governo considerou a minha reunião com o grupo como uma coisa extraordinária. Dois dias antes do encontro recebi a visita do brigadeiro Munro, acompanhado por um alfaiate.

- Mandela - disse o comandante -, queremos que nesse encontro você apareça em pé de igualdade. Não vai precisar de vestir essas roupas velhas da prisão. Está aqui um alfaiate para lhe tirar as medidas e fazer-lhe um fato como deve ser.

O alfaiate devia ser uma espécie de feiticeiro, pois no dia seguinte provei um fato às riscas que me assentava como uma luva. Também me deram uma camisa, uma gravata, peúgas e roupa interior. O comandante ficou admirado, ao ver-me nos meus novos trajes:

- Mandela, você parece mais um primeiro-ministro do que um recluso observou ele com um sorriso.

Ao encontro com a Comissão de Personagens de Relevância compareceram dois observadores importantes: Kobie Coetsee e o tenente-general W. H. Willemse, comissário das Prisões. À semelhança do alfaiate, também me vinham tirar as medidas. Todavia, curiosamente saíram pouco depois de a reunião ter começado. Insisti com eles para que ficassem, que nada tinha a esconder, mas mesmo assim foram-se embora. Antes de abandonarem a sala disselhes que a hora era de negociações, e não de luta, e que o Governo e o ANC se deviam sentar para conversar.

A Comissão de Personagens de Relevância trazia muitas perguntas sobre violência, negociações e sanções internacionais. Defini à partida as regras básicas para a nossa conversa.

- Não sou o chefe do movimento - disselhes. - O chefe do movimento é Oliver Tambo, que está em Lusaka. Têm de lá ir falar com ele. Podem relatar-lhe

[494]

os meus pontos de vista, que não passam de uma opinião pessoal. Não representam a opinião dos meus colegas que estão nesta prisão. Dito isto, declaro que sou a favor do início de conversações entre o ANC e o Governo.

Alguns membros do grupo estavam preocupados com a minha ideologia política e no que poderia advir da África do Sul sob a liderança do ANC.

Expliquei-lhes que era um nacionalista africano, não um comunista, que havia nacionalistas de todas as cores e raças, e que estava fortemente empenhado na construção de uma sociedade não racista. Disselhes que acreditava nos princípios da Carta da Liberdade, que esta representava o espírito da democracia e dos direitos humanos e que não era um projecto socialista. Falei-lhes da minha preocupação de que a minoria branca se sentisse em segurança numa nova África do Sul. Disselhes ainda que, segundo me parecia, grande parte dos nossos problemas resultavam da falta de comunicação entre o Governo e o ANC e podiam ser resolvidos desde que houvesse conversações.

Questionaram-me intensamente sobre a violência e a razão pela qual não queria abdicar dela. Respondi-lhes em termos firmes que a violência nunca podia ser a solução para a situação da África do Sul e que os homens e as mulheres, por imperativos da sua própria natureza, exigiam um entendimento negociado. Voltei a frisar que aquelas opiniões eram minhas e não do ANC e adiantei que se o Governo retirasse o exército dos subúrbios negros talvez o ANC concordasse com a suspensão da luta armada como prelúdio para as conversações. Disselhes ainda que por si só a minha libertação não poria cobro à violência no país nem serviria de estímulo para a abertura de negociações.

Depois de terem falado comigo, os membros do grupo tencionavam conversar com Oliver, em Lusaka, e com os membros do Governo, em Pretória. Procurei mandar uma mensagem a cada um dos lados. Queria que o Governo percebesse que negociaríamos se as condições fossem adequadas e queria que Oliver compreendesse que a minha posição era a mesma que a dele.

Estava programada uma última reunião com a Comissão ainda para Maio. Sentia-me optimista, pois já tinham estado em Lusaka e em Pretória e esperava que as sementes das conversações tivessem sido lançadas à terra. Mas no dia anterior ao encontro o Governo da África do Sul deu um passo que fez ruir toda a boa vontade que a visita dos membros da Commonwealth poderia ter engendrado. No dia em que a Comissão das Personagens de Relevância se devia encontrar com os membros do Governo, as Forças de Defesa da África do Sul, a mando do presidente Botha, desencadearam ataques aéreos e de comandos contra as bases do ANC no Botswana, na Zâmbia e no Zimbábue. Esta acção envenenou as conversações e as Personagens de Relevância voaram de imediato para fora da África do Sul. Uma vez mais se tinham gorado os meus esforços para entabular negociações.

Olivier Tambo e o ANC apelaram ao povo da África do Sul para que tornasse o país ingovernável e o povo respondeu. A agitação e a violência política estavam no auge. A fúria das massas era impossível de conter; nas *townships* estalava a revolta. As pressões internacionais intensificavam-se todos os dias. A 12 de Junho de 1986, o Governo impôs o estado de emergência, numa tentativa para abafar os protestos. a momento não podia ser menos adequado para conversações. Mas por vezes é nos momentos menos indicados que se deve tomar a iniciativa. Nesses momentos as pessoas estão abertas a saídas para o problema. Nesse mês escrevi uma carta muito simples ao general Willemse, comissário das Prisões. Nela apenas dizia: «Preciso de falar consigo sobre um assunto de importância nacional.» Numa quarta-feira, entreguei a carta em mão ao brigadeiro Munro.

Nesse fim-de-semana recebi instruções do comandante para que estivesse preparado para receber o general Willemse, que estava a chegar de Pretória. a encontro não era visto como rotina. Em vez de conversar com o general na zona destinada às visitas, fui levado à sua residência dentro dos terrenos da prisão.

Willemse é uma pessoa directa e abordámos imediatamente o assunto. Disselhe que queria falar com Kobie Coetsee, o ministro da Justiça. Quis saber para quê. Hesitei um instante, pois não queria abordar um assunto político com uma autoridade do sistema prisional. Mas respondi -lhe com sinceridade:

- Quero falar com o ministro sobre a questão das conversações entre o Governo e o ANC.

O general ponderou um momento e depois disse:

- Mandela, como você sabe não sou político. Não posso falar dessas coisas, estão para além da minha autoridade - Fez uma pausa, como se qualquer coisa lhe tivesse ocorrido. - Acontece que o ministro está na Cidade do Cabo. Talvez possa falar com ele. Vou saber.

O general telefonou ao ministro e os dois conversaram durante alguns minutos. Depois de pousar o telefone olhou para mim e disse:

- O ministro disse: «Traga-o cá.»

Alguns minutos depois saíamos da residência do general, no carro dele, em direcção à casa do ministro na Cidade do Cabo. A segurança era pouca. Só outro veículo acompanhava o do general. A facilidade e a rapidez com que o encontro tinha sido combinado fez-me desconfiar de que o Governo já o teria planeado. Mas tivessem ou não, não tinha importância; era uma oportunidade para dar o primeiro passo nas conversações.

Coetsee recebeu-me calorosamente na sua residência oficial na cidade, e sentámo-nos na sala de visitas em cadeirões confortáveis. Pediu-me desculpa por não me ter dado a oportunidade de despir as roupas da prisão.

[496]

Passei três horas a falar com ele e fui agradavelmente surpreendido pela sua sofisticação e disponibilidade para escutar. Fez-me perguntas inteligentes e relevantes - perguntas que revelavam conhecimento sobre os temas que dividiam o Governo e o ANc. Perguntou-me sob que condições estaríamos dispostos a suspender a luta armada, se eu falava pela totalidade do ANC, se tinha em vista garantias constitucionais para as minorias numa nova África do Sul. As suas perguntas foram direitas ao cerne das questões que separavam o ANC do Governo.

Depois de lhe ter respondido mais ou menos como tinha feito às Personalidades de Relevância, percebi que Coetsee queria encontrar uma solução.

- Qual é o passo seguinte? - perguntou.

Disselhe que queria falar com o presidente e com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Pik Botha. Coetsee anotou isto num pequeno bloco que tinha à mão e prometeu enviar o meu pedido pelos canais adequados. Depois trocámos um aperto de mão e levaram-me de volta à minha cela solitária em Pollsmoor.

Fiquei muito esperançado. Percebi que o Governo estava ansioso por resolver o impasse em que o país se encontrava e disposto a fazer concessões. De uma maneira difusa, entrevi o prelúdio de um compromisso.

Não falei a ninguém nesse encontro. Queria que só tomassem

conhecimento dele quando o processo já estivesse em curso. Por vezes é necessário confrontar as pessoas com um *fait accompli*. Sabia que, se analisassem cuidadosamente a situação, os meus colegas em Pollsmoor e Lusaka me apoiariam. No entanto, depois deste início promissor, mais uma vez nada aconteceu. Passaram-se semanas e meses sem uma palavra de Coetsee. Algo frustrado, escrevi-lhe outra carta.

Embora não tenha recebido uma resposta directa de Kobie Coetsee, surgiram outros sinais de que o Governo me preparava para um tipo de vida diferente. Na véspera de Natal, o tenente-coronel Gawie Marx, vice-comandante de Pollsmoor, foi ter comigo à cela depois do pequeno-almoço e perguntou em tom casual:

- Mandela, gostaria de ver a cidade?

Não sabia o que lhe ia na cabeça, mas achei que não haveria mal em dizer que sim.

- Muito bem, venha daí.

Franqueei na companhia dele as quinze portas metálicas que separavam a minha cela da entrada e quando saímos vi que o automóvel estava à nossa espera.

[497]

Rolámos até à Cidade do Cabo pela estrada maravilhosa que segue paralela à costa. O tenente-coronel não tinha um destino definido, de modo que deambulámos sem pressas pela cidade. Foi uma sensação arrebatadora ver as actividades simples das pessoas do mundo exterior: velhos sentados a apanhar sol, mulheres a fazer compras, pessoas que passeavam os cães. Precisamente o género de actividades mundanas das quais se sente a falta na prisão. Sentime como um turista curioso numa terra estranha e plena de pontos de interesse.

Ao fim de mais ou menos uma hora, o tenente-coronel Marx estacionou o carro defronte de uma pequena loja, numa rua sossegada.

- Apetece-lhe uma bebida fresca? - perguntou.

Disse que sim com um gesto de cabeça e ele saiu e desapareceu no interior da loja. Fiquei ali sozinho, sentado. Nos primeiros momentos não pensei na situação, mas à medida que os segundos iam passando comecei a sentir-me inquieto. Pela primeira vez em vinte e dois anos estava só, fora da prisão e sem ninguém a guardar-me. Imaginei-me a abrir a porta, a sair do carro e a correr, correr, até desaparecer de vista. Dentro de mim havia qualquer coisa que me impelia a isso. Reparei numa zona arborizada perto da estrada, onde me poderia esconder. Cheio de nervos, comecei a suar. Onde estaria o coronel? Mas dominei-me; seria um acto insensato e irresponsável, para já não falar em perigoso. Podia ser que tudo aquilo não passasse de um incitamento à fuga, mas não me pareceu que fosse o caso. Foi com alívio que alguns momentos depois vi o coronel regressar ao automóvel com duas latas de *Coca-Cola*.

Como se veio a revelar, esse dia na Cidade do Cabo foi a primeira de muitas saídas. Ao longo dos meses que se seguiram saí por várias vezes com o coronel, não só para a Cidade do Cabo como para ver os arredores, as belas praias e as montanhas deliciosamente frescas. Não tardou que outros oficiais de patente inferior me acompanhassem. Um dos lugares que visitava com regularidade na companhia desses oficiais era «as hortas»», uma série de pequenas quintas à volta da prisão onde se cultivavam legumes para a cozinha da penitenciária. Eu gostava do contacto com a natureza, de ver o horizonte e de sentir o calor do sol sobre os ombros.

Um dia fui às hortas com um capitão e depois de termos dado uma volta pelos campos passámos pelos estábulos, onde dois jovens brancos cuidavam dos cavalos. Dirigi-me a um deles, elogiei um dos animais e perguntei: - Como é que se chama este cavalo?

O homem ficou nervoso, desviou os olhos e murmurou o nome do cavalo, mas para o capitão, não para mim. Perguntei ao outro homem como se chamava o cavalo dele e a reacção foi a mesma.

De regresso à prisão, comentei com o capitão o comportamento bizarro dos dois jovens. O capitão soltou uma gargalhada e perguntou:

- Mandela, você não sabe quem são aqueles dois tipos?

Respondi que não.

- São presos brancos. Nunca antes tinham sido abordados por um negro na presença de um oficial.

Alguns guardas mais novos levavam-me para bastante longe, a andar pela praia, onde parávamos para tomar chá. Nesses lugares procurava perceber se as pessoas me conheciam, mas ninguém sabia quem eu era. A minha última fotografia publica data de 1962.

Esses passeios foram instrutivos sob diversos aspectos. Vi como a vida tinha mudado durante a minha ausência e como em geral íamos para zonas habitadas por brancos, tive ocasião de verificar a abundância em que viviam. Embora o país estivesse agitado e os subúrbios negros à beira da revolta aberta, a vida dos brancos prosseguia plácida e imperturbada. As suas vidas não eram afectadas. Um dia, um dos guardas, um tipo muito simpático, o sargento-ajudante Brand, levou-me ao apartamento onde vivia com a família e apresentou-me à mulher e aos filhos. A partir de então, todos os anos lhes tenho mandado postais de boas-festas.

Por muito que me agradessem essas pequenas aventuras, sabia muito bem que as autoridades tinham motivos para me manter distraído. Percebi que me queriam aclimatar ao estilo de vida na África do Sul e ao mesmo tempo habituar-me ao prazer das pequenas liberdades que estaria disposto a comprometer em troca da liberdade total.

Em 1987 retomei o contacto com Kobie Coetsee. Tive várias reuniões privadas na sua residência e nesse ano o Governo apresentou a sua primeira proposta concreta. Coetsee informou-me que o executivo gostaria de nomear uma comissão de quadros superiores para encetar negociações comigo. O que seria feito com o acordo do presidente, acrescentou Coetsee. O próprio Coetsee presidiria à comissão, que incluiria o general Willemse, comissário das Prisões, Fanie van der Merwe, director-geral do Departamento de Prisões, e o doutor Niel Barnard, um antigo académico que então chefiava o Serviço Nacional de Informações. Os três primeiros estavam ligados ao sistema prisional, de modo que se as negociações fossem inconclusivas ou se houvesse fugas de informação para a imprensa ambos os lados poderiam justificar-se dizendo que estávamos a discutir as condições de vida nas prisões e nada mais.

No entanto, a presença do doutor Barnard inquietava-me. Era o chefe do serviço que na África do Sul correspondia à CIA, e também estava implicado nas informações militares. Perante a minha organização poderia

[499]

justificar as conversações com os outros, mas com Barnard, não. A sua presença tornava as conversações mais problemáticas e dava a entender a existência de uma agenda mais ambiciosa. Informei Coetsee de que precisava da noite para pensar.

Nessa noite considerei todas as implicações. Sabia que P. W. Botha tinha instituído um Conselho de Segurança do Estado, um secretariado sombra composto por especialistas em segurança e agentes de informações. Segundo a imprensa, tinha-o feito para contornar a autoridade do Governo e aumentar o seu próprio poder. O doutor Barnard era uma figura-chave nesse círculo mais próximo e constava que era protegido do presidente. Se recusasse Barnard, estaria a alienar Botha, o que seria demasiado arriscado. Se o presidente da República não fizesse parte do processo nada aconteceria. De manhã mandei

dizer a Coetsee que aceitava.

Sabia que havia três assuntos cruciais que tinha de abordar: em primeiro lugar, e antes de dar mais um passo, precisava de consultar os meus camaradas do terceiro piso; em segundo lugar, tinha de informar Oliver, em Lusaka, do que se estava a passar; finalmente, e em terceiro lugar, tencionava redigir um memorando para P. W. Botha no qual explanava os meus pontos de vista e os do ANC sobre os temas que eram essenciais para o país. Os pontos referidos nesse memorando serviriam de base para as discussões futuras.

Solicitei um encontro com os meus companheiros de prisão e para minha surpresa as autoridades recusaram. Era estranho, e concluí que reflectia o nervosismo que se tinha apoderado das pessoas na perspectiva das negociações entre mim e o Governo. Fiz chegar a minha pretensão a oficiais de categoria superior. Por fim, o pedido foi aprovado com a condição de que falaria com eles um por um, e não em conjunto.

As reuniões tiveram lugar na zona destinada aos visitantes. Resolvi não entrar em pormenores; ia sondá-los sobre a ideia de entrar em conversações com o Governo sem aludir à comissão entretanto formada. Walter foi o primeiro. Falei-lhe na carta que tinha dirigido ao comissário das Prisões e do meu primeiro encontro com Coetsee. Disselhe que havia discutido com este a possibilidade de iniciar conversações com o Governo e que este parecia interessado. Qual era a sua opinião?

Com Walter, já tinha passado por muitas situações, boas e más. Era um homem sensato e razoável e não havia quem me conhecesse melhor do que ele. Não havia ninguém a cuja opinião desse tanto valor e confiança. Walter ponderou o que eu lhe disse. Percebi que não lhe agradava a ideia e mostrou-se pouco entusiasmado.

- Em princípio não sou contra as negociações - disse ele. - Mas teria sido preferível que fosse o Governo a tomar a iniciativa.

Respondi-lhe que, se em princípio não estava contra as negociações, que importância tinha quem tomava a iniciativa? Disselhe que entendia que

devíamos entrar em conversações sem nos preocuparmos em saber quem tinha batido à porta de quem. Walter percebeu que eu estava decidido, disse que não me levantaria qualquer obstáculo e que esperava que eu soubesse o que estava a fazer.

Em seguida foi a vez de Raymond Mhlaba. Expus-lhe a situação, tal como a tinha apresentado a Walter. Ray sempre foi um homem de poucas palavras e durante alguns instantes reflectiu no que lhe tinha dito. Depois olhou para mim e disse:

- Madiba, tens estado à espera de quê? Já devíamos ter feito isso há anos. A reacção de Andrew Mlangeni foi mais ou menos igual à de Ray.

O último foi Kathy. A sua resposta foi negativa. Mostrou-se tão firme contra o que lhe disse como Raye Andrew se tinham declarado a favor. Ainda com mais veemência do que Walter, sentia que o facto de iniciarmos as conversações dava a ideia de que tínhamos capitulado. Tal como Walter, afirmou que em princípio nada tinha contra as conversações e a resposta que lhe dei foi a mesma que tinha dado a Walter. Mas Kathy foi inamovível. Para ele, eu tinha enveredado pelo caminho errado. Contudo, afirmou que, acontecesse o que acontecesse, não se intrometeria no meu caminho.

Pouco tempo depois recebi uma nota de Oliver Tambo que me foi discretamente entregue por um dos meus advogados. Oliver tinha ouvido rumores de que estaria em negociações secretas com o Governo e estava preocupado. Dizia que sabia que eu estava sozinho há algum tempo, separado dos meus companheiros. O que lhe devia ir na cabeça era: o que se passa com o Mandela? A nota de Oliver era curta e incisiva: o que estava a discutir com o Governo? Oliver não podia acreditar que eu me tinha vendido, mas podia pensar que tinha cometido um erro de julgamento. Era o que dava a entender o teor da sua missiva.

Respondi-lhe em termos sóbrios e concisos que estava em conversações com o Governo sobre uma única coisa: a preparação de um encontro entre o Comité Executivo Nacional do ANC e o Governo da África do Sul. Não mencionei pormenores porque não acreditava na confidencialidade das comunicações. Disselhe simplesmente que tinha chegado o momento de encetar conversações e que eu não comprometeria a organização sob qualquer aspecto.

Embora durante dezenas de anos o ANC tivesse solicitado conversações com o Governo, nunca me tinha confrontado com essa perspectiva concreta. Uma coisa é considerá-las em teoria, outra é tomar parte nelas. Enquanto respondia a Oliver comecei também a escrever o memorando para P. W Botha. Tencionava fazer que Oliver percebesse a situação. E sabia que quando ele e o Comité Executivo Nacional lessem o memorando os seus receios se dissipariam de imediato.

A primeira reunião formal do grupo de trabalho secreto teve lugar em Maio de 1988, num elegante clube de oficiais dentro do recinto de Pollsmoor. Já conhecia Coetsee e Willemse, mas nunca me tinha encontrado com Van der Merwe nem com o doutor Barnard. Van der Merwe era um homem discreto e ponderado, que só falava quando tinha algo importante para dizer. O doutor Barnard rondava os trinta e cinco anos e era um homem de um fulgor inextinguível, inteligente, contido e disciplinado.

O primeiro encontro foi um tanto rígido, mas nas sessões seguintes falámos de maneira mais livre e directa. Durante vários meses reuni com eles quase todas as semanas; depois disso, os encontros tornaram-se irregulares, por vezes com intervalos de um mês, outras vezes com reuniões semanais. Estes encontros eram de uma maneira geral marcados pelo Governo, mas por vezes acontecia ser eu a solicitar uma reunião.

Durante os primeiros encontros percebi que, com excepção de Barnard, os meus novos colegas de trabalho pouco sabiam a respeito do ANC. Eram todos africanos cultos e de espírito mais aberto que quase todos os seus irmãos de raça. Contudo, também eram vítimas da propaganda e tornava-se necessário elucidá-los sobre determinados factos. Até o doutor Barnard, que tinha estudado o ANC, recolhera grande parte da informação nos ficheiros da polícia e dos serviços secretos, que em geral eram inexatos e distorcidos pelos preconceitos dos homens que os tinham coligido. Inevitavelmente, fora contagiado por esses mesmos pressupostos.

A princípio gastei algum tempo a delinear a história do ANC e a explicar as nossas posições sobre as questões primárias que nos separavam do Governo. Depois desses preliminares concentrámo-nos nas questões críticas: a luta armada, a aliança entre o ANC e o Partido Comunista, o objectivo de um governo da maioria e a ideia da reconciliação entre as raças.

A primeira questão a ser levantada era sob muitos aspectos a mais importante, o problema da luta armada. Passámos alguns meses a discutila. Os meus interlocutores insistiam em que o ANC devia renunciar à luta armada antes

de o Governo aceitar quaisquer negociações - e antes de eu me encontrar com o presidente Botha. Segundo eles, os actos de violência eram comportamentos criminosos que não podiam ser tolerados pelo Estado.

Respondi-lhes que o responsável por essa violência era o próprio Estado, e que é sempre o opressor, e não o oprimido, quem dita as condições do combate. Se o opressor recorre à violência, o oprimido não tem alternativa senão responder com a violência. No nosso caso, era simplesmente um gesto de legítima defesa. Arrisquei-me a afirmar que, se o Estado decidisse usar métodos pacíficos, o ANC também agiria em conformidade.

- Pôr termo à violência está nas vossas mãos, não nas nossas - afirmei.

[502]

Creio que os fiz compreender este ponto, mas a discussão depressa evoluiu de uma abordagem filosófica para outra de ordem prática. Como o ministro Coetsee e o doutor Barnard sublinharam, o Partido Nacionalista tinha repetido à exaustão que nunca negociaria com uma organização que advogasse a violência. Como é que podia de um momento para o outro anunciar conversações com o ANC sem perder credibilidade? Segundo eles, para que as conversações tivessem início, o ANC teria de assumir um compromisso, para que o Governo não perdesse a face perante os seus apoiantes.

Era um ponto que eu compreendia muito bem, mas não lhes quis facilitar uma saída.

- Meus senhores, não é a mim que compete resolver o vosso dilema.

Disselhes muito simplesmente que teriam de explicar às pessoas que não poderia haver paz nem solução para a África do Sul sem um entendimento com o ANC

- As pessoas vão perceber - concluí.

A aliança entre o ANC e o Partido Comunista parecia inquietá-los quase tanto como a luta armada. O Partido Nacionalista perfilhava a ideologia estreita

dos anos 50 e da Guerra-Fria e considerava a União Soviética e o comunismo obras do demónio. Nada se podia fazer para os dissuadir dessa ideia. Para eles, o Partido Comunista dominava e controlava o ANC e para que as negociações começassem teríamos de romper com o partido.

Em primeiro lugar, disse que nenhum combatente da liberdade que se prezasse aceitaria ordens do Governo contra o qual combatia nem desprezaria um aliado de longa data no intuito de agradar ao antagonista. Expliquei então demoradamente que o ANC e o Partido eram entidades separadas e distintas que partilhavam os mesmos objectivos a curto prazo, o derrube da opressão racial e o advento de uma África do Sul não racista, mas que a longo prazo os nossos interesses não eram coincidentes.

Esta discussão arrastou-se durante meses. À semelhança da maioria dos africanos, os meus interlocutores pensavam que por haver muitos comunistas brancos e indianos dentro do ANC estes dominavam os negros da organização. Referi muitas circunstâncias em que o ANC e o PC tinham divergido e o ANC tinha feito prevalecer os seus pontos de vista, mas não se deixaram impressionar. Por fim, um tanto exasperado, perguntei:

- Os senhores consideram-se inteligentes, não é? Consideram-se convincentes e persuasivos, não é? Pois bem, os senhores são quatro e eu estou só, e mesmo assim não me conseguem controlar nem levar-me a pensar de outro modo. O que vos faz pensar que os comunistas foram bem-sucedidos onde os senhores falharam?

[503]

Outra coisa que os preocupava era a ideia das nacionalizações e insistiam que o ANC e a Carta da Liberdade advogavam a nacionalização da economia sul-africana. Expliquei que aquilo que pretendíamos era uma distribuição mais equilibrada dos lucros de certas indústrias monopolistas e que as nacionalizações poderiam acontecer nessas zonas. Mas entretanto chamei-lhes a atenção para um artigo que em 1956 tinha escrito no *Liberation*, no qual afirmava que a Carta da Liberdade não era um projecto para instalar o socialismo, mas sim para uma forma de capitalismo de estilo africano. E esclareci que de então para cá não tinha mudado de ideias.

Outra vertente da discussão foi o Governo da maioria. Para eles, se houvesse um Governo da maioria, os direitos das minorias seriam calcados aos pés. Queriam saber como é que o ANC tencionava proteger os direitos da minoria branca. Respondi que não havia na África do Sul nenhuma organização que se pudesse comparar ao ANC na sua luta para unir todos os povos e raças do país. E chamei-lhes a atenção para o preâmbulo da Carta da Liberdade: «A África do Sul pertence a todos os que nela vivem, tanto negros como brancos.» Disselhes que os brancos também eram africanos e que no futuro a maioria teria necessidade da minoria.

- Não tencionamos empurrar-vos para o mar.

Estes encontros tiveram um efeito positivo: no Inverno de 1988 foi-me dito que o presidente Botha tencionava encontrar-se comigo antes do fim de Agosto. O país continuava agitado. O Governo tinha reinstituído o estado de emergência em 1987 e 1988. A pressão internacional acentuava-se e cada vez mais companhias abandonavam a África do Sul. O Congresso dos EUA aprovara um conjunto de sanções.

Em 1987 o ANC comemorou o seu septuagésimo quinto aniversário e no fim do ano convocou uma conferência na Tanzânia a que assistiram delegados de mais de cinquenta nações. Oliver declarou que a luta armada se intensificaria até que o Governo se dispusesse a negociar a abolição do *apartheid*. Dois anos antes, na Conferência de Kabwe, na Zâmbia, que assinalou o trigésimo aniversário da Carta da Liberdade, pela primeira vez tinham sido eleitos membros de outras raças para o Comité Executivo Nacional e este comprometera -se a não entabular conversações com o Governo até que todos os dirigentes do ANC fossem libertados da prisão.

Embora a violência tivesse alastrado, o Partido Nacionalista estava forte como nunca. Nas eleições gerais de Maio de 1987 os nacionalistas alcançaram uma maioria esmagadora. Pior ainda, o Partido Progressista Federal tinha dado lugar como oposição oficial ao Partido Conservador, mais

[504]

à direita que os nacionalistas, e que fizera campanha com o lema de que o Governo era demasiado brando para com a oposição negra.

Apesar do meu optimismo quanto às negociações secretas, os tempos eram difíceis. Pouco antes tinha recebido uma visita de Winnie e soubera que o 8115 de Orlando West, a casa onde tínhamos casado e considerávamos o nosso lar, fora alvo de fogo posto. Perderam-se inúmeras recordações valiosas da família, fotografias e outras lembranças - até o pedaço de bolo de casamento que

Winnie guardava para o dia da minha libertação. Sempre tinha acalentado a esperança de que depois de sair da prisão poderia recuperar um pouco do passado a ver essas fotos e a ler essas cartas, mas agora tinham desaparecido. A prisão tinha-me roubado a liberdade mas não as memórias e sentia que agora havia quem até isso que quisesse subtrair.

Para além do mais sofria de uma tosse persistente da qual não me conseguia ver livre e era frequente sentir-me demasiado fraco para fazer exercício. Nunca deixei de me queixar da humidade da cela, mas quanto a isso nada foi feito. Um dia, durante uma visita de Ismail Ayob, o meu advogado, sentime mal e vomitei. Levaram-me para a cela, fui examinado por um médico e recuperei depressa. Contudo, alguns dias depois, estava na cela depois do jantar quando apareceu um médico com vários guardas. O médico fez um exame superficial e um dos guardas mandou-me vestir.

- Vamos levá-lo para o hospital da Cidade do Cabo. A segurança era apertada. Segui num comboio de viaturas militares, acompanhado pelo menos por uma dúzia de guardas.

Fui levado para o Tygerberg Hospital, no *campus* da Universidade de Stellenbosch, uma região rica e verdejante da Província do Cabo. Mais tarde vim a saber que tinham estado prestes a escolher outro local porque temiam que despertasse simpatias num hospital universitário. Primeiro entraram os guardas, que mandaram sair toda a gente que estava na recepção. Em seguida fui escoltado até um piso que tinha sido totalmente esvaziado. No corredor de acesso havia mais de uma dúzia de guardas armados.

Sentado numa marquesa, fui examinado por um médico jovem e simpático que também era professor na faculdade de Medicina. Viu-me a garganta, bateu-me no peito, colheu algumas amostras e declarou que eu estava bem.

- Não tem nada de mal-disse, com um sorriso. - Amanhã já deve ter alta. Eu estava ansioso por que não houvesse interrupção nas conversações com o Governo, de maneira que fiquei contente com o diagnóstico. Depois de me examinar, o médico perguntou-me se queria um chá. Disselhe que sim. Passados minutos apareceu uma enfermeira mestiça alta com um tabuleiro de chá. Assustou -se tanto com a presença dos guardas armados que deixou cair o

tabuleiro em cima da minha cama, entornou o chá e fugiu a correr.

[505]

Passei a noite na enfermaria vazia, sob estreita vigilância. Na manhã seguinte, antes do pequeno-almoço, recebi a visita de outro médico, mais velho, que era o chefe do serviço de medicina interna do hospital. Era um tipo prático e menos afável do que o colega mais novo da noite anterior. Sem quaisquer preliminares, bateu-me com força no peito e declarou sem rodeios:

- Tem água no pulmão.

Disselhe que na véspera o outro médico me tinha informado de que estava bem.

Irritado, respondeu:

- Mandela, olhe para o seu peito.

Apontou-me um lado do peito, maior do que o outro, e disse que devia estar cheio de água.

Pedi a uma enfermeira que lhe trouxesse uma seringa e sem mais palavras espetou-me o peito e retirou uma porção de líquido acastanhado.

- Já tomou o pequeno-almoço? - perguntou.

-Não.

- Ainda bem. Vai imediatamente para a sala de operações. Explicou-me que tinha no pulmão uma grande quantidade de líquido que tinha de ser retirada quanto antes.

Na sala de operações fui anestesiado e a única coisa de que me recordo é de acordar com o médico presente. Estava tonto, mas tomei atenção ao que me disse: tinha tirado dois litros de líquido do meu peito, e quando este fora analisado tinham descoberto um germe da tuberculose. Disseme que a doença ainda era embrionária e que o germe não tinha danificado o pulmão. Enquanto

uma tuberculose avançada levava seis meses a curar, eu ficaria bom dentro de dois meses. Concordou comigo que poderia ter sido a humidade da cela a provocar a doença.

Passei as seis semanas seguintes em Tygerberg a convalescer e a receber tratamento. Em Dezembro fui transferido para a Clínica Constantiaberge, um estabelecimento de luxo perto de Pollsmoor que nunca antes tinha recebido um paciente negro. Na primeira manhã que lá passei recebi a visita de Kobie Coetsee, que vinha acompanhado pelo major Marais, um vice-comandante encarregado de me vigiar. Mal tínhamos trocado cumprimentos quanto me vieram trazer o pequeno-almoço.

Por causa da doença e do meu historial de tensão arterial elevada, tinham-me sujeitado a uma dieta rigorosa para evitar o colesterol. Mas aparentemente essa ordem ainda não tinha chegado à cozinha da clínica, pois o pequeno-almoço incluía ovos mexidos, três fatias de bacon e várias torradas com manteiga. Não me recordava da última vez que tinha saboreado ovos mexidos com presunto e sentia uma fome canina. Quando estava prestes a meter na boca a primeira garfada, o major Marais interrompeu-me:

[506]

- Não, Mandela, isso vai contra as ordens do seu médico - e tentou tirar-me o tabuleiro.

Agarrei-o com unhas e dentes e disse:

- Desculpe, major. Mesmo que este pequeno-almoço me mate, estou preparado para morrer hoje.

Uma vez instalado em Constantiaberge, recomeçaram os encontros secretos com Kobie Coetsee e a comissão. Ainda na clínica, Coetsee disse-me que tencionava encontrar-me uma nova situação, a meio caminho entre a prisão e a liberdade. Embora não tenha ido mais longe na especificação, percebi o que ele pretendia e limitei-me a assentir. Não era ingénuo ao ponto de pensar que a sua proposta significava a liberdade, mas sabia que era um passo nessa direcção.

Entretanto, como a clínica era extremamente confortável, foi a primeira vez que apreciei um período de convalescença no hospital. As enfermeiras, que eram brancas ou mestiças - não eram permitidas as negras -, estragavam-me com mimos; traziam-me doses extra de sobremesa, mais almofadas, e visitavam-se assiduamente, mesmo quando não estavam de serviço.

Um dia, uma das enfermeiras disse-me:

- Senhor Mandela, estamos a preparar uma festa para esta noite e gostaríamos que viesse.

Respondi que teria muito gosto, mas que as autoridades teriam uma palavra a dizer. Como não deram autorização para que comparecesse, as enfermeiras, irritadas, resolveram fazer a festa no meu quarto porque não a queriam fazer sem mim.

Nessa noite, cerca de uma dúzia dessas jovens trajadas para a festa entraram pelo meu quarto com bolos, ponche e prendas. Os guardas ficaram atrapalhados, mas não era possível considerar aquelas raparigas amorosas como um risco para a segurança. De facto, quando um deles tentou evitar que entrassem no meu quarto, acusei -o em tom de gracejo de ter ciúmes do velho por receber atenções de tantas jovens bonitas.

Nos primeiros dias de Dezembro de 1968, a segurança na enfermaria foi reforçada e os guardas de serviço evidenciavam um cuidado pouco usual. Alguma coisa estava para acontecer. Na noite do dia 9 de Dezembro, o major Marais entrou no meu quarto e ordenou que me preparasse para sair.

- Para onde? - perguntei.

[507]

Não sabia. Embalei os meus pertences e olhei em volta, à procura de alguma das minhas queridas enfermeiras, desapontado por não me poder despedir delas.

Sáímos à pressa e ao fim de uma hora na estrada entrámos numa prisão cujo nome reconheci: Victor Verster. Localizada na adorável vila holandesa de Paarl, na Província do Cabo, Victor Verster fica a cerca de cinquenta quilómetros para nordeste da Cidade do Cabo, na região dos vinhedos. A prisão tinha fama de ser uma instalação modelo. Atravessámos o recinto de automóvel e seguimos por um caminho de terra batida para uma zona arborizada e um tanto selvagem, nas traseiras da propriedade. No fim do caminho deparou-se-nos uma vivenda branca, de um só piso, protegida por um muro e sombreada por pinheiros altos.

O major Marais franqueou-me a porta de entrada e lá dentro encontrei um vestíbulo espaçoso, uma grande cozinha e nas traseiras um quarto ainda maior. O mobiliário era escasso, mas confortável. A casa não tinha sido limpa nem varrida antes da minha chegada e tanto no quarto como na sala abundavam insectos de toda a espécie, como centopeias, aranhas e outros do mesmo género, alguns dos quais nunca tinha visto antes. Nessa noite limpei os insectos da cama e do peitoril da janela e dormi placidamente naquela que seria a minha nova casa.

Na manhã seguinte fiz uma ronda pelas minhas novas instalações e

descobri nas traseiras uma piscina e mais dois quartos pequenos. Observei as árvores que davam sombra à casa e a mantinham fresca. Era um lugar remoto e isolado. A única coisa que estragava o conjunto era o arame farpado no cimo dos muros e os guardas colocados à entrada. Mesmo assim, era um lugar magnífico, qualquer coisa a meio caminho entre a prisão e a liberdade.

Nessa tarde recebi a visita de Kobie Coetsee, que trouxe uma garrafa de vinho do Cabo como presente de boas-vindas. Não nos escapou a ironia de um carcereiro a trazer semelhante coisa a um recluso. Kobie foi extremamente solícito e fez questão de saber se eu gostava da minha nova casa. Deu uma volta pela propriedade e recomendou que os muros fossem alteados, para minha privacidade, como fez questão de dizer. Explicou-me que a vivenda da prisão Victor Verster seria a minha última residência antes de me tornar um homem livre. A razão da mudança era para que tivesse um local onde pudesse receber pessoas com conforto e privacidade.

A vivenda transmitia de facto uma ilusão de liberdade. Deitava-me e levantava-me à hora a que me apetecia, nadava quando queria, comia quando tinha fome - tudo sensações deliciosas. O simples facto de poder sair durante o dia para dar um passeio era um momento glorioso. Não havia grades nas janelas, não se ouvia o tinir das chaves nem o clangor das

[508]

fechaduras a abrir e a fechar. Era muito agradável, mas nem por isso deixava de ser uma gaiola dourada.

Os serviços prisionais deram-me um cozinheiro, o sargento Swart, um africânder alto e reservado que já tinha trabalhado como carcereiro em Robben Island. Não me lembrava dele, mas disse-me que por vezes nos tinha levado até à pedreira e que fazia o camião passar de propósito por cima dos buracos para que sacolejássemos lá atrás.

- Fiz-lhe isso - disse em tom envergonhado e eu ria a bandeiras despregadas.

Era um tipo decente e afável, desprovido de preconceitos e que para mim

foi como um irmão mais novo.

Chegava às sete da manhã e saía às quatro da tarde, para me preparar o pequeno-almoço, o almoço e o jantar. Seguia uma dieta prescrita pelo médico, que ele respeitava. Era um excelente cozinheiro, e quando saía, às quatro, deixava-me o jantar pronto, só para aquecer no microondas, um aparelho que para mim era novidade.

O sargento Swart fazia pão, cerveja de gengibre e várias outras delícias. 'Quando tinha visitas, o que acontecia cada vez com mais frequência, preparava refeições deliciosas. Os visitantes não se coíbiavam de elogiar a comida, e atrevo-me a dizer que tinham inveja do meu *chef*. Quando as autoridades começaram a permitir que alguns camaradas do ANC, membros da Frente Democrática Unida (UDF) e do Movimento Democrático de Massas (MDM) me visitassem, acusei-os de virem só por causa da comida.

Um dia, depois de uma refeição deliciosa preparada pelo senhor Swart, fui até à cozinha para lavar os pratos.

- Não - disse ele -, isso é obrigação minha. Tem de voltar para a sala.

Insisti que tinha de fazer qualquer coisa e que, se ele cozinhasse, me competia lavar a loiça. O senhor Swart protestou, mas acabou por ceder. Também protestava comigo por ter o hábito de fazer a cama de manhã, que a responsabilidade era dele. Mas eu fazia a cama há tanto tempo que o gesto era automático.

Também trocávamos experiências noutra domínio. Como acontecia com muitos guardas africânderes, Swart estava desejoso por melhorar o seu inglês. Quanto a mim, queria aprender melhor o africânder. Fizemos um acordo: ele falava-me em inglês e eu respondia-lhe em africânder, e assim cada um de nós praticava a língua em que se sentia menos à vontade.

Por vezes pedia-lhe que me preparasse um prato especial, como, por exemplo, farinha grossa com feijão, que comia quando era garoto.

Um dia disselhe:

- Sabe, gostaria que me fizesse um prato de arroz integral.

Para meu espanto, perguntou:

[509]

- O que é arroz integral?

Swart era bastante jovem e tive de lhe explicar que o arroz integral era o arroz não descascado que costumávamos comer durante a guerra, quando não se encontrava arroz descascado. E expliquei-lhe que era muito mais saudável do que o arroz branqueado. Ficou na dúvida, mas lá encontrou o arroz integral. Cozinhou -o e gostei imenso. Mas o senhor Swart detestou o paladar e disse que se quisesse mais teria de o cozinhar eu próprio.

Embora não seja um apreciador, queria ser um bom anfitrião e servir vinho aos meus convidados. Por vezes bebia um gole, em atenção aos visitantes, mas o único vinho de que gosto é um vinho sul-africano meio doce, que de facto é bastante doce.

Antes da chegada dos convidados, pedia ao senhor Swart que fosse buscar um certo tipo de vinho *Nederburg*, que já tinha provado e sabia ser meio doce. Um dia, quando esperava para o almoço os meus amigos e advogados Dullah amar, George Bizos e Ismail Ayob, pedi ao senhor Swart que comprasse algum vinho *Nederburg*, não fosse o caso de George Bizos, que não era muçulmano, querer vinho à refeição. Vi que fazia uma careta e perguntei-lhe porquê.

- Senhor Mandela, eu só compro esse vinho porque o senhor me pede, mas é um produto barato e sem qualidade.

Lembrei-lhe que não apreciava vinhos secos e que tinha a certeza de que George nem notaria a diferença. O senhor Swart sorriu e fez-me uma proposta: iria comprar duas garrafas, uma de branco seco, outra do meu *Nederburg* e eu perguntaria ao convidado qual a que preferia.

- Muito bem, vamos lá experimentar - concordei.

Quanto estávamos sentados à mesa, Swart apareceu com as duas garrafas

e perguntou:

- Meus senhores, qual é que preferem?

Sem sequer olhar para mim, George apontou a garrafa de branco seco. O rosto do sargento Swart abriu-se num enorme sorriso.

As reuniões com a comissão prosseguiram, mas havia alguns assuntos em que parecia ficarmos atolados, sem maneira de progredir: a luta armada, o Partido Comunista e o Governo da maioria. Entretanto, eu continuava a pressionar Coetsee para que me arranjasse um encontro com Botha. Por esta altura, as autoridades permitiam-me que tivesse comunicações rudimentares com os meus camaradas de Pollsmoor e de Robben Island, e também com o ANC, em Lusaka. Embora soubesse que me estava

[510]

a adiantar aos meus camaradas, não queria ir longe de mais e de repente descobrir que estava sozinho.

Em Janeiro de 1989 recebi a visita dos meus quatro camaradas de Pollsmoor e trocámos impressões sobre o memorando que tencionava enviar ao Chefe de Estado. Nesse memorando reiterava a maioria dos pontos que tinha vindo a defender nas reuniões secretas e que fazia questão de que o presidente soubesse directamente por mim. Para que percebesse que não éramos terroristas selváticos de olhos desorbitados, mas homens sensatos.

«Estou muito preocupado» - escrevi no memorando que lhe enviei em Março - «como certamente estarão muitos outros sul-africanos, com o espectro de uma África do Sul dividida em dois campos hostis - negros de um lado [...] brancos do outro, a matarem -se uns aos outros.» Para evitar isso, e preparar o terreno para as negociações, prontifiquei-me a abordar as três exigências prévias colocadas pelo Governo ao ANC como condição prévia para as negociações: renunciar à violência, romper com o PC sul-africano e abandonar o objectivo de um Governo da maioria.

Sobre a violência, escrevi que a recusa do ANC em renunciar à violência não era o problema: «A verdade é que o Governo ainda não está preparado [...] para partilhar o poder político com os negros.» Expliquei-lhe a nossa relutância

em marginalizar o PC e reafirmei que não nos encontrávamos sob o controlo do Partido. «Qual é o homem de palavra que abandona um amigo de longa data a instâncias de um inimigo comum e continua a merecer a credibilidade do povo?», escrevi. Disse também que a rejeição de um Governo da maioria era uma tentativa mal disfarçada dos brancos para se manterem no poder. E disselhe ainda que tinha de encarar a realidade. «o Governo da maioria e a pacificação interna são duas faces da mesma moeda e a África do Sul branca tem de perceber que nunca haverá paz e estabilidade neste país até que este princípio seja aplicado na íntegra.»

No final da carta esbocei em linhas gerais um quadro possível para as negociações.

Há duas questões políticas que têm de ser abordadas; em primeiro lugar, a exigência de um Governo da maioria num Estado unitário; em segundo lugar, as inquietações que esta exigência suscita nos sul-africanos brancos, bem como a insistência dos brancos em garantias de que o Governo da maioria não implicará o domínio dos brancos pelos negros. A tarefa mais crítica que se depara ao Governo e ao ANC é a conciliação destas duas posições.

Propus que esta conciliação se fizesse em duas fases, a primeira das quais seria uma discussão destinada a criar o ambiente próprio para as negociações e, a segunda, as negociações propriamente ditas. «Não deixo

[511]

de sublinhar que a iniciativa que tomei lhe dá a oportunidade de ultrapassar o impasse actual e de normalizar a situação política do país. Espero que a agarre sem mais delongas.»

Mas as delongas existiram. Em Janeiro, P. W. Botha sofreu um ataque cardíaco. Se bem que não tenha ficado incapacitado, a verdade é que o debilitou e, segundo os seus ministros, o tornou ainda mais irascível. Em Fevereiro, Botha abdicou inesperadamente da liderança do Partido Nacionalista, mas manteve o

cargo de chefe de Estado. Era uma situação sem precedentes na história do país: segundo o sistema parlamentar da África do Sul, o líder do partido maioritário ocupa a chefia do Estado. Agora, o presidente Botha era chefe do Estado, mas não do seu próprio partido. Para algumas pessoas, era uma evolução positiva: Botha queria estar «acima dos partidos políticos» para introduzir mudanças concretas na África do Sul.

A violência política e as pressões internacionais continuavam a aumentar. Os presos políticos de todo o país tinham feito uma greve de fome bem-sucedida, que persuadira o ministro da Lei e da Ordem a libertar mais de novecentos. Em 1989, a UDF forjou uma aliança com o Congress of South African Trade Unions (COSATU) para formar o Movimento Democrático de Massas (MDM), que começou a organizar uma «campanha de provocação» a nível nacional que apelava à desobediência civil e contestava as instituições do *apartheid*. Na frente internacional, Oliver estava em conversações com os Governos da Grã-Bretanha e da União Soviética, e em Janeiro de 1987 reuniu-se em Washington com o Secretário de Estado George Schultz. Os americanos reconheciam o ANC como parceiro indispensável de qualquer solução para a África do Sul. As sanções internacionais continuavam em vigor e até aumentavam.

A violência política apresentava uma vertente trágica. À medida que os confrontos no Soweto se intensificavam, a minha mulher autorizou um grupo de jovens a agir como seus guarda-costas quando se deslocava pela *township*. Estes jovens, indisciplinados e sem ninguém que os refreasse, envolveram-se em actividades pouco consentâneas com a luta pela liberdade. Em consequência disso, Winnie viu-se emaranhada no imbróglia jurídico do processo de um dos seus guarda-costas, acusado do homicídio de um jovem camarada. Para mim, a situação era profundamente inquietante, na medida em que o escândalo só servia para dividir o movimento num momento em que era essencial manter a sua unidade. Dei todo o apoio à minha mulher e afirmei que, embora tivesse evidenciado fraca capacidade de avaliação, era inocente de quaisquer transgressões graves.

[512]

Nesse mês de Julho, por ocasião do meu septuagésimo primeiro

aniversário, recebi a visita de toda a família na vivenda de Victor Verster. Foi a primeira vez que vi reunidos a minha mulher, os meus filhos e os meus netos, e foi uma ocasião de grande felicidade. O sargento Swart desdobrou-se em esforços na preparação de uma festa e nem sequer se zangou quando deixei que os meus netos comessem doces antes da refeição. Depois do almoço, as crianças foram para o meu quarto ver um vídeo de terror enquanto os adultos ficavam a conversar na sala. Foi um prazer profundo e indescritível ter toda a família à minha volta e a única dor que senti foi a consciência do que tinha perdido durante tantos anos.

No dia 4 de Julho recebi a visita do general Willemse, que me informou que no dia seguinte seria levado à presença do presidente Botha. Descreveu a visita como sendo «de cortesia» e disse-me que estivesse pronto às 5h 30 m. Respondi ao general que, embora estivesse ansioso por esse encontro, achava mais adequado se tivesse um fato e uma gravata para me apresentar ao presidente. (O fato que me tinham encomendado para a visita das Personagens de Relevância há muito que tinha desaparecido.) O general concordou e passado pouco tempo apareceu um alfaiate para me tirar as medidas. Nessa tarde entregaram-me o fato, uma gravata, uma camisa e um par de sapatos. Antes de sair, o general perguntou qual era o meu tipo de sangue, para o caso de ocorrer qualquer acidente no dia seguinte.

Preparei-me o melhor possível para o encontro. Reli o meu memorando e os extensos apontamentos que tomara para o redigir. Folheei todos os jornais e revistas que encontrei, para ter a certeza de estar actualizado. Depois de o presidente Botha se ter demitido da liderança do Partido Nacionalista, para o lugar tinha sido eleito F. W. de Klerk e dizia-se que entre os dois havia uma acérrima rivalidade. A decisão de Botha de se encontrar comigo podia ser uma tentativa de retirar protagonismo ao seu rival, mas isso não me dizia respeito. Passei em revista os argumentos que o presidente poderia apresentar e aqueles que usaria para o rebater. Quando nos encontramos com um adversário temos de ter a certeza de que vamos transmitir a impressão que pretendemos.

Sentia-me nervoso por causa do encontro com o senhor Botha. O homem era conhecido como *die Groot Krokodil* - o Grande Crocodilo e já tinha ouvido inúmeros relatos sobre o seu temperamento agressivo. Para mim, era o modelo do africânder rígido e antiquado, menos interessado em debater com um líder africano do que em dar-lhe ordens. A crer no que se dizia, o ataque cardíaco que recentemente sofrera apenas acentuara essa

tendência. Resolvi que se agisse comigo dessa maneira professoral lhe diria que semelhante atitude era inaceitável e me levantaria para dar por finda a reunião.

Precisamente às 5 h 30 m do dia seguinte, o major Marais, comandante da prisão Victor Verster, apareceu em minha casa. Entrou na sala, onde me pus diante dele para que me inspecionasse no meu novo fato. Deu uma volta a examinar-me e abanou a cabeça.

- A gravata não está bem, Mandela.

Na prisão não dava grande uso às gravatas, e nessa manhã tinha-me apercebido de que já não sabia fazer o nó. Desenrascara-me conforme pudera e esperava que ninguém reparasse. O major Marais desabotoou-me o colarinho, alargou-o, tirou-me a gravata e, de pé atrás de mim, fez um nó duplo perfeito, estilo Windsor. Pôs-se à minha frente para apreciar o trabalho e comentou:

- Assim está melhor.

De Victor Verster dirigimo-nos a Pollsmoor, à residência do general Willemse, onde a mulher do general nos serviu o pequeno-almoço. Depois disso, seguimos numa pequena caravana automóvel em direcção a Tuynhuys, a residência oficial do presidente, e estacionámos numa garagem subterrânea onde ninguém nos podia ver. Tuynhuys é um edifício gracioso, em estilo holandês do Cabo, mas nesse dia não tive ocasião de o ver muito bem. Pode dizer-se que fui introduzido em segredo na *suite* presidencial.

Entrámos num elevador e saímos no rés-do-chão, num salão grandioso, apainelado a madeira, que servia de antecâmara ao gabinete do presidente. Aí fui recebido por Kobie Coetsee, Niel Barnard e uma comitiva de oficiais do sistema prisional. Tinha falado muito com Coetsee e Barnard acerca daquele encontro e ambos me tinham avisado para não abordar questões controversas com o presidente. Enquanto esperávamos, o doutor Barnard reparou que eu tinha os atacadores dos sapatos mal apertados e ajoelhou-se rapidamente para mos apertar. Percebi que todos estavam nervosos, o que não contribuiu para me tranquilizar. Quando a porta se abriu, entrei na expectativa do pior.

Do lado oposto do enorme gabinete, P. W. Botha caminhava na minha direcção. Tinha ensaiado perfeitamente a coreografia, pois encontrámo-nos precisamente a meio. Estendeu-me a mão, o rosto rasgado por um sorriso, e pode

dizer-se que me desarmou logo no primeiro instante. Foi de uma cortesia extrema, impecável e amistosa.

Posámos para uma fotografia a trocar um aperto de mão e sentámo-nos a uma mesa comprida, na companhia de Kobie Coetsee, do general Willemse e do doutor Barnard. Servido o chá, demos início à conversa. Começámos por não abordar questões políticas controversas e optámos por algumas

[514]

explicações introdutórias. Não enveredámos por temas concretos, apenas pela história da África do Sul e a cultura sul-africana. Referi que há pouco tempo tinha lido um artigo numa revista africânder sobre a rebelião dos africânderes em 1914 e aludi ao facto de terem ocupado algumas cidades do Estado Livre de Orange. Acrescentei que para nós a nossa luta se podia comparar a essa famosa revolta e durante algum tempo debatemos esse episódio histórico. Como é evidente, a história da África do Sul diverge muito quando se considera a perspectiva dos negros ou a dos brancos. Para eles, a rebelião tinha sido uma querela entre irmãos, enquanto a nossa luta era uma revolução. Retorqui que também podia ser vista como uma luta entre irmãos, só que de cor diferente.

A reunião durou mais ou menos meia hora e foi amistosa e ligeira até perto do final. Foi então que levantei uma questão embaraçosa. Pedi ao senhor Botha que libertasse incondicionalmente todos os presos políticos, incluindo eu. Foi o único momento tenso do encontro e o senhor Botha respondeu que temia não o poder fazer.

Seguiu-se uma breve troca de palavras sobre o que deveríamos dizer se viesse a saber-se do encontro. Delineámos rapidamente um texto anódino em que dizíamos que nos tínhamos reunido para tomar chá e falar sobre a pacificação do país. Quando o texto mereceu o acordo geral, o senhor Botha levantou-se, apertou-me a mão e disse que tinha sido um prazer. De facto foi. Agradei-lhe e regressei a casa pelo mesmo caminho.

Embora o encontro não tenha sido decisivo em termos das negociações, foi importante noutro sentido. O senhor Botha há muito que falava na necessidade de atravessar o Rubicão, mas só o fez naquele dia, em Tuynhuys.

Senti que o processo já não teria retorno.

Pouco mais de um mês depois, em Agosto de 1989, Botha foi à televisão nacional anunciar a sua demissão do cargo de presidente. Numa curiosa divagação de despedida, acusou os membros do Governo de terem quebrado o elo de confiança, ignorando-o e deixando-se manobrar pelo Congresso Nacional Africano. No dia seguinte, F. W. de Klerk prestou juramento como presidente da República e afirmou o seu empenhamento na via da mudança e das reformas.

Para nós, o senhor De Klerk era um enigma. Quando assumiu a chefia do Partido Nacionalista, pareceu-nos, nada mais nada menos, que o supra-sumo de um homem do partido. No seu passado, nada deixava entrever um vislumbre do espírito de reforma. Como ministro da Educação tinha tentado manter os negros afastados das universidades dos brancos. Mas assim que assumiu a liderança do Partido Nacionalista, comecei a acompanhar com atenção o seu percurso. Li todos os seus discursos, ouvi tudo quanto disse e comecei a perceber que representava um genuíno afastamento

[515]

em relação à linha do seu antecessor. Não era um ideólogo, mas sim um pragmático, um homem que via a mudança como necessária e inevitável. No dia em que foi empossado como presidente, escrevi-lhe a solicitar uma audiência.

No discurso de tomada de posse, o senhor De Klerk afirmou que o seu Governo estava empenhado na paz e que negociaria com qualquer outro grupo que também desejasse a paz. Mas o seu desejo de construção de uma nova ordem patenteou-se quando, depois da tomada de posse, se soube de uma marcha de protesto contra a brutalidade da polícia na Cidade do Cabo. A marcha seria liderada pelo arcebispo Tutu e pelo reverendo Allan Boesak. Durante a vigência do presidente Botha, a marcha teria sido proibida, os manifestantes teriam desafiado a proibição e o resultado teria sido mais violência. Mas o novo presidente foi fiel à sua promessa de não levantar objecções aos ajuntamentos políticos e permitiu a realização da marcha, apenas com a condição de que fosse pacífica. A mão que segurava o leme era diferente.

Mesmo depois de De Klerk assumir a presidência, continuei os meus encontros com a comissão das negociações secretas. O grupo foi aumentado com a presença de Gerrit Viljoen, ministro do Desenvolvimento Constitucional, um homem brilhante com um doutoramento em Clássicas, cuja função era enquadrar os nossos debates numa perspectiva constitucional. Insisti com o Governo para que desse provas das suas boas intenções e libertasse os meus companheiros de cárcere políticos que estavam em Pollsmoor e em Robben Island. Ao mesmo tempo que pressionava a comissão para a sua libertação incondicional, dava garantias do seu comportamento disciplinado depois da libertação. Como exemplo apresentei o comportamento de Govan Mbeki, libertado sem condições no final de 1987.

No dia 10 de Outubro de 1989, o presidente De Klerk anunciou que Walter Sisulu e mais sete dos meus antigos camaradas de Robben Island, Raymond Mhlaba, Ahmed Kathrada, Andrew Mlangeni, Elias Motsoaledi, Jeff Masemola, Wilton Mkwayi e Oscar Mpetha, seriam libertados. Nessa manhã recebi a visita de Walter, Kathy, Raye Andrew, que continuavam em Pollsmoor e que vieram despedir-se de mim. Foi um momento altamente emocional, embora estivesse seguro de que não faltaria muito para a minha libertação. Os homens foram formalmente libertados cinco dias depois, na prisão de Joanesburgo. Este gesto foi muito saudado, tanto no país como no estrangeiro, e tive ocasião de manifestar o meu apreço ao senhor De Klerk.

Contudo, a minha gratidão em nada se podia comparar à imensa felicidade de saber que Walter e os outros estavam livres. Era um dia pelo qual

[516]

ansiávamos e tínhamos lutado durante muitos anos. De Klerk foi fiel à sua palavra e a libertação ocorreu sem condições nem restrições; podiam falar em nome do ANC. Era evidente que a proscrição do movimento tinha expirado, um triunfo da nossa longa luta e da firmeza com que tínhamos defendido os nossos

princípios.

De Klerk deu início ao desmantelamento sistemático de muitas instituições do *apartheid*. Franqueou as praias a pessoas de todas as raças e declarou que o Reservation of Separate Amenities Act em breve seria revogado. Desde 1953 que este decreto impunha aquilo a que se chamava o «*apartheid* das pequenas coisas», segregando segundo a raça parques, cinemas, restaurantes, autocarros, bibliotecas, sanitários e outros espaços públicos. Em Novembro, anunciou a futura dissolução do National Security Management System, uma organização secreta instituída por P. W. Botha para combater as forças *anti-apartheid*.

Nos primeiros dias de Dezembro fui informado de que estava em preparação uma reunião com, De Klerk para o dia doze desse mês. Por essa altura já podia trocar impressões à vontade com os meus camaradas do passado e do presente, e reuni-me na vivenda com os meus colegas de sempre e com os líderes do Movimento Democrático de Massas e da UDF. Recebia pessoas do ANC vindas de toda a parte, assim como delegados da UDF e da COSATU Um desses jovens era Cyril Ramaphosa, secretário-geral do Sindicato Nacional dos Mineiros e um dos líderes mais competentes da nova geração. Recebi também a visita de companheiros de Robben Island, entre eles *Terror* Lekota e Tokyo Sexwale, que ficaram para almoçar. São ambos homens de grande apetite e a única pessoa que ouvi queixar-se deles foi o sargento Swart:

- Estes tipos comem-nos o coiro e o cabelo!

Com a ajuda de alguns colegas, redigi uma carta para De Klerk semelhante à que tinha enviado a P. W. Botha. O tema eram as conversações entre o Governo e o ANC. Nessa carta alertava o presidente para o derramamento de sangue provocado pelo conflito em curso, para o qual as negociações eram a única solução. Deixei claro que o ANC não aceitava condições prévias, especialmente a mais pretendida pelo Governo: a suspensão da luta armada. Se o Governo queria «um empenhamento sério na paz», a nossa disponibilidade para negociar visava precisamente o mesmo.

Dizia ao senhor De Klerk a que ponto tinha ficado impressionado com a ênfase que colocara na reconciliação aquando do seu discurso de tomada de posse. Que as suas palavras tinham instilado em milhões de sul-africanos e de outros por todo o mundo a esperança de que uma nova África do Sul estaria para

nascer. O primeiro passo no caminho da reconciliação, sublinhei, era o desmantelamento total do *apartheid* e a revogação de todas as disposições legais que o suportavam.

[517]

Mas disse também que o espírito patenteado nesse discurso não se vinha ultimamente a manifestar. Na opinião de muitas pessoas, o que o Governo pretendia era continuar a política do *apartheid* por outros meios. Investira demasiado tempo a falar com os líderes dos bantostões e outras personalidades absorvidas pelo sistema; esses homens, fiz questão de sublinhar, eram agentes de um passado opressivo que a grande massa dos sul-africanos negros rejeitava.

Reiterei a minha proposta de que as conversações se desenrolassem em duas fases. Insisti na minha concordância com as linhas de orientação delineadas pelo ANC na Declaração de Harare, de 1989, que fazia cair sobre o Governo o ónus da eliminação dos obstáculos às negociações criados pelo próprio Estado. Nessas exigências incluía-se a libertação de todos os presos políticos, o levantamento de todas as prescrições que cerceavam os movimentos e actividades de pessoas e instituições, o fim do estado de emergência e a retirada das tropas dos subúrbios negros. Assinalei o facto de que o primeiro passo a dar teria de ser um acordo de cessar-fogo que pusesse fim às hostilidades, sem o qual não seria possível encetar outras negociações. A carta foi entregue ao senhor De Klerk no dia anterior ao aprezado para o nosso encontro.

Na manhã do dia 13 de Dezembro, fui levado novamente a Tuynhuys. Encontrei De Klerk na mesma sala onde tinha tomado chá com o seu antecessor. O senhor De Klerk estava acompanhado por Kobie Coetsee, pelo general Willemse, pelo doutor Barnard e por um colega deste, Mike Louw. Felicitei o senhor De Klerk pelo seu novo cargo de presidente e formulei votos de que pudéssemos trabalhar em conjunto. Foi extremamente cordial e exprimiu a reciprocidade dos seus sentimentos.

Percebi desde o primeiro momento que o senhor De Klerk prestava atenção às minhas palavras. Era uma experiência nova. Em geral, quando falavam com os líderes negros os dirigentes do Partido Nacionalista só ouviam o

que queriam ouvir, mas o senhor De Klerk parecia fazer um esforço sincero para compreender.

Um dos assuntos para os quais lhe chamei a atenção nesse dia foi o plano quinquenal introduzido pelo Partido Nacionalista, no qual constava o conceito de «direitos de grupo». A ideia dos «direitos de grupo» implicava que nenhum grupo étnico poderia assumir precedência sobre outros. Embora definissem os «direitos de grupo» como uma forma de proteger as minorias na nova África do Sul, o que de facto se tratava era de encontrar uma forma de continuidade para o domínio dos brancos. Esclareci o senhor De Klerk que tal medida era inaceitável para o ANC.

Fui mais longe e afirmei que não teria interesse em manter esse conceito porque dava a impressão de que pretendia modernizar o *apartheid*

[518]

sem o abandonar, o que não só prejudicava a sua imagem como a do Partido Nacionalista aos olhos das forças progressistas do país e de todo o mundo. Um sistema opressivo não pode ser reformado, tem de ser suprimido, afirmei. Referi um editorial que tinha recentemente lido no *Die Burger*, o porta-voz do Partido Nacionalista no Cabo, onde implicitamente se afirmava que o conceito de direitos de grupo tinha por objectivo reintroduzir o *apartheid* pela porta das traseiras. Perguntei então ao senhor De Klerk: se era assim que o jornal do partido interpretava os direitos de grupo, como pensava ele que nós os víamos? E acrescentei que o ANC não tinha combatido o *apartheid* durante setenta e cinco anos para se deixar ludibriar por uma versão disfarçada dele e que se a sua intenção era preservá-lo por intermédio de uma espécie de Cavalo de Tróia chamado «direitos de grupo», então era porque não acreditava realmente no fim do *apartheid*.

Percebi nesse dia que o senhor De Klerk não é uma pessoa de reacções bruscas. Foi um ponto a favor dele ouvir o que eu dizia sem me contrariar.

- Sabe - disse ele -, o meu objectivo não é diferente do seu. No seu memorando para P. W Botha afirmou que o ANC e o Governo deviam trabalhar juntos para tranquilizar os brancos nos seus temores quanto ao domínio dos

negros, e a ideia dos «direitos de grupo» é a nossa proposta para abordar esse problema.

A resposta foi convincente, mas respondi-lhe que a ideia dos «direitos de grupo» contribuía mais para aumentar os receios dos negros do que para dissipar os temores dos brancos.

- Então teremos de a mudar - respondeu De Klerk.

Em seguida abordei a questão da minha libertação e acrescentei que, se pensava que depois de sair da prisão iria para o campo apascentar cabras, estava enganado. Fiz questão de afirmar que se fosse libertado nas mesmas condições em que tinha sido preso voltaria a fazer precisamente as mesmas coisas que me tinham levado à prisão. Disselhe ainda que a melhor maneira de seguir em frente seria revogar a proscrição do ANC e de todas as organizações políticas, levantar o estado de emergência, libertar os presos políticos e permitir o regresso dos exilados. Que se o Governo não legalizasse o ANC, no momento em que eu saísse da prisão começaria a trabalhar para uma organização ilegal.

- Nesse caso terá o direito de voltar a prender-me mal atravessar os portões. Mais uma vez De Klerk me escutou atentamente. As minhas sugestões não foram de certo surpresa para ele. Disse que ia tomar tudo aquilo em consideração, mas que não fazia promessas. A reunião era meramente exploratória, e percebi que naquele dia nada seria resolvido. Mas foi muitíssimo útil, porque tive possibilidade de avaliar o senhor De Klerk, tal como costumava fazer com os novos comandantes quando estava em Robben Island. Pude escrever à nossa gente em Lusaka que o senhor De Klerk parecia representar

[519]

uma verdadeira ruptura com os políticos do Partido Nacionalista do passado. E, fazendo-me eco das palavras utilizadas por Margaret Thatcher para descrever o senhor Gorbachev, afirmei que o senhor De Klerk era um homem com quem se podia trabalhar.

No dia 2 de Fevereiro de 1990, F. W. de Klerk proferiu perante o Parlamento o tradicional discurso de abertura e fez outra coisa que ainda nenhum chefe de Estado da África do Sul tinha feito: começou realmente a desmontar o sistema do *apartheid* e a preparar o terreno para uma África do Sul democrática. Em termos dramáticos, o senhor De Klerk anunciou o fim da ilegalidade do ANC, do P AC (Partido Comunista da África do Sul) e de mais trinta e uma organizações ilegalizadas pelo regime, a libertação de todos os presos políticos detidos por acções não violentas, a suspensão da pena capital e o levantamento de diversas restrições decorrentes do estado de emergência. - É chegada a hora das negociações - declarou.

Foi um momento muito impressionante, em que de uma assentada foi virtualmente normalizada a situação na África do Sul. O nosso mundo mudava de um dia para o outro. Ao fim de quarenta anos de perseguições e proscricções, o ANC era de novo uma organização legal. Nem eu nem os meus camaradas podíamos já ser presos apenas por pertencermos ao ANC, por erguer a sua bandeira verde, amarela e negra e por clamar bem alto o seu nome. Pela primeira vez em perto de trinta anos, a minha fotografia e as minhas palavras, bem como a de todos os meus camaradas proscritos, puderam aparecer livremente nos jornais sul-africanos. A comunidade internacional aplaudiu as iniciativas arrojadas de De Klerk. No entanto, e no meio de todas estas boas-novas, o ANC censurou o senhor De Klerk pelo facto de não ter levantado por completo as restrições impostas pelo estado de emergência nem ordenado a retirada das tropas dos subúrbios negros.

A 9 de Fevereiro, sete dias depois do discurso de De Klerk na abertura dos trabalhos do Parlamento, fui informado de que voltaria a Tuynhuys. Cheguei por volta das seis horas da tarde. Encontrei um De Klerk sorridente, no seu escritório; trocámos um aperto de mão e ele informou-me que no dia seguinte sairia da prisão. Embora a imprensa sul-africana e de todo o mundo andasse há várias semanas a especular que a minha libertação estava iminente, as palavras do senhor De Klerk não deixaram de constituir uma surpresa. Ninguém me tinha dito que a razão pela qual o senhor De Klerk me queria ver era para me declarar um homem livre.

Gerou-se-me um conflito entre o coração e o cérebro. Ansiava por sair da prisão tão depressa quanto possível, mas não seria sensato fazê-lo de

[520]

um momento para o outro. Agradei ao senhor De Klerk e acrescentei que, embora correndo o risco de parecer ingrato, preferia esperar uma semana para que a minha família e a minha organização pudessem preparar a minha saída. Se saísse no dia seguinte sem aviso prévio isso criaria o caos. Pedi ao senhor De Klerk que me libertasse daí por uma semana. Ao fim de vinte e sete anos, não me faria mal esperar mais sete dias.

A minha reacção apanhou De Klerk de surpresa. Em vez de me responder continuou a descrever os preparativos da minha libertação. Disse que o Governo tencionava levar-me de avião para Joanesburgo e seria lá que pronunciaria oficialmente a minha libertação. Antes que fosse mais longe, respondi -lhe que estava firmemente contra isso. Queria sair pelos portões de Victor Verster, agradecer às pessoas que tinham cuidado de mim e saudar o povo da Cidade do Cabo. Embora fosse de Joanesburgo, a Cidade do Cabo tinha sido a minha terra durante perto de trinta anos. Havia de voltar a Joanesburgo, mas quando entendesse e não quando o Governo queria.

- Assim que for livre, saberei cuidar de mim.

De Klerk mais uma vez ficou confundido. Mas desta vez as minhas objecções provocaram uma reacção. Pediu desculpa e saiu do gabinete, para se aconselhar com outras pessoas. Ao fim de dez minutos regressou de rosto carregado e disse:

- Senhor Mandela, é tarde para modificar os planos.

Respondi-lhe que o plano era inaceitável e que queria ser libertado uma semana mais tarde em Victor Verster, não em Joanesburgo. Houve um momento de tensão e na ocasião nenhum de nós se apercebeu da ironia de um preso a pedir que não o libertassem enquanto o carcereiro o queria pôr na rua. De Klerk voltou a pedir desculpa e abandonou a sala. Ao fim de dez minutos regressou com uma proposta de compromisso: seria libertado em Victor Verster, mas a libertação não poderia ser adiada. O Governo já tinha informado a imprensa internacional de

que eu seria libertado no dia seguinte e não podia voltar atrás. Achei que não podia insistir mais. Por fim chegámos a acordo e o senhor De Klerk encheu um copo de uísque para cada um de nós. Ergui o copo para fazer o brinde, mas apenas fingi que bebia, pois essas bebidas são demasiado fortes para mim.

Não voltei para a vivenda senão pouco antes da meia-noite, após o que imediatamente comuniquei aos meus camaradas da Cidade do Cabo que seria libertado no dia seguinte. Consegui enviar uma mensagem a Winnie e telefonei a Walter, que estava em Joanesburgo. No dia seguinte vieram todos num voo fretado. Nessa noite, um grupo de militantes do ANC, que ficou conhecido pelo nome de Comissão Nacional de Recepção, compareceu na vivenda para redigir uma declaração que eu devia pronunciar. Só se foram embora a altas horas da madrugada e, apesar da excitação, não tive dificuldade em adormecer.

[521]

Parte onze

A liberdade

No dia da minha libertação acordei às 4 h 30 m, ao fim de poucas horas de sono. O dia 11 de Fevereiro amanheceu límpido e sem nuvens, como é característico do final do Verão na Cidade do Cabo. Cumpri uma versão reduzida dos meus exercícios matinais, tomei banho e comi o pequeno-almoço. Em seguida telefonei a diversas pessoas do ANC e da UDF na Cidade do Cabo para que viessem à vivenda preparar a minha saída e trabalhar no meu discurso. Apareceu o médico da prisão para me fazer um exame breve. Não pensei muito na perspectiva da libertação mas na infinidade de coisas que tinha de fazer antes disso. Como tantas vezes acontece na vida, o que há de crucial numa ocasião perde-se na confusão dos pormenores.

Eram muitos os assuntos que tinha de considerar e resolver e o tempo, escasso. Um grupo de camaradas da comissão de recepção, entre os quais se encontravam Cyril Ramaphosa e Trevor Manuel, chegaram à vivenda às primeiras horas da manhã. Eu queria antes de tudo falar às pessoas de Paarl, que tão amáveis tinham sido para comigo durante o encarceramento, mas a comissão de recepção contrapôs que não era boa ideia, pois as pessoas haviam de estranhar que as minhas primeiras palavras fossem para os burgueses brancos e abastados de Paarl. Em vez disso, e como estava planeado, falaria em primeiro lugar na Grand Parade para o povo {ia Cidade do Cabo.

Uma das primeiras questões a resolver foi onde dormiria a minha primeira noite em liberdade. A minha vontade era passá-la nos Cape Flats, os turbulentos e animados subúrbios negros do Cabo, a fim de mostrar a minha solidariedade para com o povo. Mas tanto os meus colegas como depois a minha mulher convenceram-me, por razões de segurança, a ficar na residência do arcebispo Desmond Tutu, em Bishop's Court, uma moradia magnífica e imponente situada num subúrbio branco. Não era uma zona

[525]

onde me fosse permitido viver antes da minha ida para a prisão e entendi que

passar a minha primeira noite em liberdade num abastado bairro de brancos seria enviar um sinal errado. Mas os membros da comissão de recepção explicaram-me que, sob a gestão de Desmond Tutu, Bishop's Court se tinha tornado uma zona multirracial, símbolo de uma sociedade aberta, generosa e não racista.

Os serviços prisionais forneceram-me caixas de cartão e grades de madeira para embalar os meus pertences. Durante os primeiros vinte anos na prisão tinha acumulado muito pouco, mas ao longo dos últimos tempos reunira bastantes coisas - especialmente livros e jornais - para compensar a penúria das décadas anteriores. Enchi perto de uma dúzia de grades e caixas.

A hora da libertação efectiva estava marcada para as três horas, mas Winnie, Walter e os outros passageiros do voo fretado de Joanesburgo só chegaram depois das duas da tarde. Já havia dezenas de pessoas dentro de casa e mais parecia o cenário de uma festa. O sargento Swart preparou uma última refeição para todos e eu agradeci-lhe não só a excelente comida que me tinha servido durante dois anos como também a companhia que me fizera. Também estava presente o sargento James Gregory, a quem abracei calorosamente. Durante os anos em que estivera a seu cargo, desde Pollsmoor a Victor Verster, nunca tínhamos falado de política, mas a nossa relação era forte e fazia-me falta a sua presença reconfortante. Homens como Swart, Gregory e o sargento Brand serviram para consolidar a minha convicção na bondade essencial dos seres humanos, mesmo daqueles que me mantiveram atrás das grades durante vinte e sete anos e meio.

Não houve muito tempo para despedidas prolongadas. O plano era que Winnie e eu fôssemos levados de automóvel até ao portão principal da prisão. Já tinha informado as autoridades de que queria despedir-me dos guardas e carcereiros que me haviam vigiado e pedira que eles e as suas famílias me esperassem junto do portão, onde lhes poderia agradecer individualmente.

Pouco depois das três horas recebi um telefonema de um conhecido apresentador da televisão sul-africana, a pedir que me apeasse do automóvel uns trinta metros antes do portão para que me pudessem filmar a caminho da liberdade. Pareceu-me sensato, por isso concordei. Foi o primeiro indício a sugerir que as coisas poderiam não correr tão suavemente como tinha imaginado.

Por volta das três e meia comecei a ficar impaciente, porque nos

estávamos a atrasar. Expliquei aos membros da comissão de recepção que o povo me esperava há vinte e sete anos e que não queria que esperasse mais. Pouco depois das quatro horas saímos da vivenda numa pequena caravana. A uns

[526]

quatrocentos metros do portão, o automóvel abrandou a marcha, parou e eu e Winnie apeámo-nos e começámos a andar em direcção à saída.

A princípio não percebi muito bem o que se passava à nossa frente, mas quando estava a menos de cinquenta metros apercebi-me de uma tremenda agitação e de uma enorme multidão: centenas de fotógrafos, de câmaras de televisão e de jornalistas, para além de milhares de pessoas que me tinham vindo dar as boas-vindas. Fiquei estupefacto e um tanto inquieto. Na verdade não esperava uma cena daquelas; imaginara que quando muito haveria algumas dezenas de pessoas, sobretudo os carcereiros e as respectivas famílias. Mas afinal aquilo era apenas o princípio e percebi que não estávamos inteiramente preparados para o que estava prestes a acontecer.

A uns seis metros do portão, começaram a ouvir-se os disparos das máquinas fotográficas, um ruído semelhante ao de uma manada de animais metálicos. Os jornalistas gritavam perguntas, as equipas de televisão começavam a entrar e os apoiantes do ANC gritavam e davam vivas. Uma confusão feliz, embora um tanto inquietante. Quando uma equipa de televisão estendeu na minha direcção um objecto comprido e felpudo, recuei instintivamente, receoso de que fosse uma nova arma criada enquanto estivera na prisão. Winnie explicou-me que se tratava de um microfone.

Quando já estava entre a multidão, ergui a mão direita com o punho fechado. Ouviu-se um clamor imenso. Há vinte e sete anos que não me era permitido fazê-lo e o gesto encheu-me de força e de júbilo. Não permanecemos entre a multidão mais do que poucos minutos até nos voltarmos a instalar na traseira do automóvel para seguir viagem para a Cidade do Cabo. Embora feliz pela recepção, sentime triste por não me ter despedido do pessoal da prisão. Quando por fim transpus os portões para entrar na viatura que me esperava do outro lado, senti que apesar dos meus setenta e um anos era como se estivesse a começar de novo. Os meus dez mil dias de prisão tinham chegado ao fim.

A Cidade do Cabo ficava a uma distância de pouco mais de cinquenta quilómetros para sudoeste, mas por causa da multidão o motorista optou por um caminho diferente. Rodeámos a prisão pelas traseiras e a caravana enveredou por estradas secundárias em direcção à cidade. Atravessámos vinhedos magníficos e herdades meticulosamente cuidadas, cuja vista me encheu de prazer.

Os campos eram verdejantes e bem tratados, mas o que me surpreendeu foram as muitas famílias brancas que vieram à berma da estrada para ver passar a caravana. Tinham ouvido na rádio que tínhamos optado por um percurso alternativo. Alguns, uma dúzia, se tanto, levantaram o punho fechado na saudação do ANC. O que me deixou estupefacto; sentime encorajado por esses homens e mulheres corajosos que se atreviam a exprimir a sua

[527]

solidariedade naquela região rural e conservadora. Em determinado momento mandei parar o carro e saí para cumprimentar uma dessas famílias brancas e para lhe dizer como me sentia estimulado pelo seu apoio. Na África do Sul para onde voltava havia algo diferente daquela de onde tinha saído.

Quando chegámos aos arredores da cidade era visível a movimentação das pessoas em direcção ao centro. A comissão de recepção tinha organizado um comício na Grand Parade da Cidade do Cabo, uma praça enorme, rasgada defronte do velho edifício da Câmara Municipal. Devia falar à multidão a partir da varanda, de onde se avistava toda a praça. Ouvimos relatos esparsos sobre um mar de gente que aguardava no local desde manhã. A ideia era que a caravana evitasse a fronteira e se dirigisse às traseiras da Câmara Municipal, por onde eu entraria calmamente no edifício.

A viagem até à Cidade do Cabo demorou quarenta e cinco minutos e quando nos aproximámos da Grand Parade apercebemo-nos de uma multidão gigantesca. O motorista, que devia voltar à direita para a contornar, meteu-se inexplicavelmente pelo mar de gente. A multidão rodeou imediatamente o veículo. Ainda avançámos durante mais um minuto ou dois, mas fomos forçados a parar pela pressão dos corpos. As pessoas batiam nas janelas, no tejadilho e no

capoto Lá dentro, o som assemelhava-se ao de uma estrondosa tempestade de granizo. Tomadas pela excitação, houve pessoas que saltaram para cima do carro. Outras sacudiam-no para um lado e para o outro e nesse momento comecei a sentir alguma apreensão. A multidão parecia capaz de nos matar com tanto amor.

Ainda mais assustado que Winnie e eu, o motorista gritava que devíamos sair do automóvel. Ordenei -lhe que se mantivesse calmo e não saísse, que os outros veículos que nos seguiam em breve viriam em nosso socorro. Allan Boesak e outros tentavam abrir caminho para o automóvel passar, a afastar as pessoas e a retirá-las de cima do veículo, mas sem êxito. Deixámo-nos ficar sentados durante mais de uma hora - nem teria valido a pena tentar abrir as portas, tal era o peso dos corpos que se compactavam contra elas - aprisionados por milhares dos nossos apoiantes. Há muito que tinha passado à hora marcada para o começo do discurso.

Por fim, várias dezenas de polícias apareceram em nosso socorro e a pouco e pouco foram conseguindo desbravar um caminho. Quando finalmente nos libertámos da multidão, o condutor acelerou na direcção oposta à Câmara Municipal.

- Homem, para onde vai? - perguntei, já enervado.

- Não sei! - respondeu-me numa voz carregada de tensão. - Nunca me tinha visto numa situação destas!

E continuou a conduzir sem destino.

Quando se acalmou disselhe que se dirigisse a casa do meu advogado e amigo Dullah Omar, que vivia no bairro indiano. Podíamos lá descansar

[528]

durante alguns minutos. O motorista concordou. Felizmente, Dullah e a família estavam em casa e foi com surpresa que nos viram chegar. Pela primeira vez em vinte e sete anos era um homem livre, mas o que fizeram foi perguntar, em tom preocupado:

- Não devia estar na Câmara Municipal?

Bebemos umas bebidas frescas em casa de Dullah, até que o telefone tocou. Era o arcebispo Tutu. Não faço ideia como soube onde estávamos. O arcebispo estava desorientado e disse-me:

- Nelson, tem de voltar imediatamente para a Grand Parade. A multidão começa a ficar agitada. Se você não voltar depressa não sei o que poderá acontecer. Temo que possa haver uma revolta!

Respondi que seguia de imediato para lá.

O nosso problema era o motorista, que não queria nem por nada voltar à Câmara Municipal. O edifício estava rodeado de gente, mas nas traseiras a multidão era menos densa e lá conseguimos chegar à entrada. Já o crepúsculo caía quando fui levado ao andar nobre do soberbo edifício, cujos corredores sempre tinham fervilhado de funcionários brancos que se movimentavam de um lado para o outro. Dirigi-me para a varanda, onde se me deparou um mar de gente que gritava vivas, agitava bandeiras e pendões, batia palmas ritmadas e rasgava o rosto num sorriso imenso.

Ergui o punho fechado e a multidão respondeu com uma aclamação estrondosa, que me reacendeu no peito o espírito da luta.

- *Amandla!* - gritei.

- *Ngawethu!* - responderam em coro.

- *Afrika!*

E a resposta:

- *Mayibuye!*

Por fim, quando o ambiente sossegou um pouco, peguei no discurso e meti a mão no bolso para tirar os óculos. Não estavam lá, tinha-os deixado em Victor Verster. Como sabia que os óculos de Winnie tinham uma graduação semelhante, pedi-lhos emprestados.

Amigos, camaradas e compatriotas sul-africanos. Saúdo-vos em nome da paz, da democracia e da liberdade para todos! Apresento-me perante vós não como um profeta, mas como um humilde servidor vosso, que sois o povo. Os vossos sacrifícios heroicos e infatigáveis tornaram possível que aqui esteja hoje. É nas vossas mãos que entrego os anos de vida que me restam.

Falei com o coração nas mãos. Antes do mais, queria dizer ao povo que não era um messias, mas um homem igual aos outros que se tornara um líder por força de circunstâncias extraordinárias. Queria agradecer às

[529]

peças de todo o mundo que tinham feito campanha pela minha libertação. Agradei aos residentes da Cidade do Cabo e saudei Oliver Tambo, o Congresso Nacional Africano, o Umkhonto we Sizwe, o Partido Comunista da África do Sul, a UDF, o Congresso Sul-Africano da Juventude, o COSATU, o Movimento Democrático de Massas, o Sindicato Nacional dos Estudantes Sul-Africanos e o Black Sash, um grupo formado por mulheres que desde há muito vinha personificando a voz da consciência. Também expressei publicamente a minha gratidão para com a minha mulher e a minha família e afirmei estar «convencido de que a [sua] dor e sofrimento tinham sido bem maiores do que os meus».

Declarei de forma inequívoca que o *apartheid* não tinha futuro na África do Sul e que o povo não devia abandonar as acções de massas.

- A imagem da liberdade a pairar no horizonte deve incentivar-nos a redobrar de esforços.

Senti que era importante explicar publicamente as conversações que tinha mantido com o Governo.

- Hoje, quero transmitir-vos que as minhas conversações com o Governo têm tido como objectivo a normalização da situação política do país. Quero deixar bem claro que não entabulei quaisquer negociações sobre o futuro do nosso país a não ser para insistir num encontro entre o Governo e o ANC.

Disse ainda que tinha esperança de que em breve se alcançasse um clima

propício a um acordo negociado que poria fim à luta armada e que os passos para alcançar esse acordo tinham sido delineados em 1989 pelo ANC, na Declaração de Harare. Como condição para encetar verdadeiras negociações, o Governo devia de imediato pôr termo ao estado de emergência e libertar todos os presos políticos.

Expliquei às pessoas que De Klerk tinha ido mais longe do que qualquer outro líder nacionalista no sentido de normalizar a situação e depois, numa expressão de que mais tarde me arrependi, afirmei que De Klerk era um «homem íntegro». Estas palavras foram-me depois lançadas em cara muitas vezes, sempre que De Klerk demonstrou não estar à altura delas.

Para mim era essencial mostrar ao povo e ao Governo que continuava determinado e pronto para a luta e que para mim o combate não tinha acabado, apenas se iniciava sob outra forma. Reiterei a minha posição de «membro leal e disciplinado do Congresso Nacional Africano». Incitei as pessoas a retomar as barricadas e a intensificar a luta, para que percorrêssemos juntos a derradeira milha.

Quando acabei de falar já a noite tinha caído e regressámos aos automóveis para nos dirigirmos a Bishop's Court. Quando chegámos aos arredores, de uma limpeza imaculada, vi inúmeros rostos negros que aguardavam para nos saudar. Assim que nos viram, as pessoas começaram a entoar cânticos.

[530]

Quando cumprimentei o arcebispo Tutu, envolvi-o num grande abraço; ali estava um homem que tinha incutido esperança e coragem em toda a nação e que nas horas mais negras fizera renascer as suas expectativas. Fomos conduzidos para dentro de casa, onde nos aguardavam mais amigos e membros da família, mas para mim o momento mais maravilhoso foi quando me disseram que tinha uma chamada de Estocolmo. Soube logo de quem se tratava. A voz de Oliver ouvia-se mal, mas era sem dúvida a sua e ouvi-lo ao fim de tantos anos encheu-me de uma felicidade indescritível. Oliver estava na Suécia a convalescer de um ataque cardíaco que tinha sofrido em Agosto de 1989. Combinámos

encontrar-nos o mais depressa possível.

Quando me imaginava a sair da prisão, sonhava com uma viagem tranquila ao Transkei, para visitar o lugar onde nasci, os montes e os ribeiros onde brinquei quando era rapaz, e a campa da minha mãe, que nunca tinha visto. Mas esse sonho teve de ser adiado, pois depressa me inteirei dos projectos que o ANC tinha a meu respeito, nenhum dos quais implicava uma visita sossegada ao Transkei.

Estava assente que daria uma conferência de imprensa na tarde do dia seguinte à minha libertação e nessa manhã reuni-me com diversos camaradas para discutirmos o programa e a estratégia a seguir. Recebi uma pequena montanha de telegramas e mensagens de felicitações, que procurei ler tanto quanto possível. Havia telegramas provenientes de todo o mundo, de presidentes e primeiros-ministros, mas recordo-me em especial de um que me foi mandado por uma mulher branca, uma dona de casa da Cidade do Cabo, e que achei engraçadíssimo: «Estou contente por saber que está livre e entre os seus amigos e familiares, mas o seu discurso de ontem foi extremamente maçador.»

Antes de ser preso nunca tinha dado uma conferência de imprensa como a desse dia. No passado não havia câmaras de televisão e a maioria das conferências do ANC realizavam-se na clandestinidade. Nessa tarde eram tantos os jornalistas, vindos de tantas nações, que nem sabia a quem me dirigir. Foi com satisfação que assinalei a presença de um elevado número de jornalistas negros. Na conferência de imprensa não me coibi de reiterar uns quantos assuntos e em primeiro lugar que continuava a ser um membro leal e disciplinado do ANC. Estava ciente de que muitos dirigentes da organização seguiriam a conferência a partir dos locais onde se encontravam? no estrangeiro, numa tentativa de aquilatarem à distância a minha lealdade. Tinha consciência de que teriam ouvido boatos sobre o meu afastamento e sobre os compromissos que teria assumido, de modo que fiz o que pude

[531]

para os tranquilizar. Quando me perguntaram qual seria o meu papel na organização, respondi que seria aquele que o ANC determinasse.

Esclareci os jornalistas de que não havia contradição entre o apoio que dava à luta armada e o apelo às negociações. Tinha sido a ameaça concreta das acções de luta que levava o Governo a aceitar a ideia de negociar. E acrescentei que, quando o Estado pusesse cobro à violência contra o ANC, a organização

saberia responder com a paz. Questionado a respeito das sanções, respondi que o ANC não podia ainda apelar ao seu abrandamento porque a situação que as tinha provocado - a ausência de direitos políticos para os negros - continuava a ser uma realidade. Eu tinha saído da prisão, mas ainda não me considerava livre.

Fizeram-me perguntas acerca dos receios dos brancos. Sei que esperavam ouvir-me manifestar rancor. Mas não o tinha. Na prisão, o rancor que alimentava contra os brancos foi decrescendo na mesma medida que aumentava o ódio que votava ao sistema. Queria que a África do Sul percebesse que amava os meus inimigos e que só detestava o sistema que nos tinha lançado uns contra os outros.

Fiz questão de deixar claro aos jornalistas o papel essencial dos brancos num novo regime que viesse a ser instaurado. Procurei nunca perder de vista este aspecto. Não tínhamos intenção destruir o país antes de o libertar e a expulsão dos brancos seria a ruína da nação. Disse que havia um meio-termo entre os receios dos brancos e as esperanças dos negros e que o ANC o saberia encontrar.

- Os brancos são nossos compatriotas sul-africanos, queremos que se sintam em segurança e saibam como apreciamos o contributo que têm dado para o desenvolvimento deste país.

«Todos os homens e mulheres que renunciem ao *apartheid* serão bem-vindos na nossa luta por uma África do Sul democrática e não racista; temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para persuadir os nossos compatriotas brancos de que uma nova África do Sul sem racismo será um lugar melhor para todos.

Nessa primeira conferência de imprensa, percebi que os jornalistas estavam tão interessados em conhecer os meus sentimentos e relações como as minhas ideias políticas. Para mim era novidade. Quando fui preso, não teria passado pela cabeça de um jornalista fazer perguntas acerca da minha mulher e da minha família, das minhas emoções e dos meus momentos íntimos. Embora fosse compreensível o interesse da imprensa nessas coisas, nem por isso deixei de sentir dificuldade em lhes satisfazer a curiosidade. Nunca fui, nem sou, um homem que se sinta à vontade para falar em público sobre os seus sentimentos. Muitas vezes me perguntaram como me sentia por estar livre e fiz o possível por descrever o que não pode ser descrito, em geral com mau resultado.

Depois da conferência de imprensa, a mulher do arcebispo Tutu telefonou de Joanesburgo a dizer que tínhamos de seguir sem demora para lá. Winnie e eu tínhamos esperança de passar uns dias sossegados na Cidade do Cabo, mas a mensagem que recebemos foi de que a população de Joanesburgo começava a agitar-se e que poderiam eclodir tumultos se não fôssemos directamente para lá. Voámos para Joanesburgo nessa noite, mas fui informado de que a nossa antiga casa, no número 8115 de Orlando West, estava rodeada por milhares de pessoas e que não seria sensato dirigir-me para lá. Concordei, embora a contragosto, pois ansiava por passar em casa a minha segunda noite de liberdade. Em vez disso eu e Winnie ficámos em casa de um apoiante do ANC, num subúrbio do Norte da cidade.

Na manhã seguinte fomos transportados de helicóptero para o First National Bank Stadium, no Soweto. Sobrevoámos o subúrbio, uma metrópole fervilhante de casas pequenas como caixas de fósforos, casebres de chapa e ruas de terra batida, a mãe de todas as cidades da África do Sul negra e urbana, o único lar que conheci depois de ser homem e antes de ser encarcerado. Embora estivesse maior, e mais próspero em certas zonas, a esmagadora maioria das pessoas continuava a viver numa miséria angustiante, sem electricidade, sem água corrente, uma existência vergonhosa para um país tão rico como a África do Sul. Em muitos locais, a pobreza era ainda mais acentuada do que quando tinha ido para a prisão.

Voámos em círculos sobre o estádio, que transbordava com mais de cento e vinte mil pessoas e aterrámos no centro. A gente era tanta, a ocupar todos os espaços livres, que o recinto parecia rebentar. Expressei a minha imensa alegria por me encontrar de novo entre o meu povo, mas não hesitei em repreendê-los por alguns dos problemas que conturbavam a vida urbana dos negros. Os estudantes têm de regressar à escola, disse eu. O crime tem de ser debelado. Disselhes que me tinham chegado aos ouvidos histórias de criminosos que se disfarçavam de combatentes da liberdade, que assaltavam as pessoas e lançavam fogo a automóveis; esses patifes não tinham lugar na nossa luta. A liberdade sem civismo, a liberdade sem a possibilidade de viver em paz, não era a verdadeira liberdade.

Hoje, o meu coração enche-se de alegria por regressar ao Soweto. Mas o regresso também é motivo de profunda tristeza. Tristeza por ver que o povo continua a sofrer sob o jugo de um sistema desumano. A falta de casas, a crise escolar, o desemprego e a taxa de criminalidade mantêm-se. [...] Por muito orgulho que sinta por fazer parte da comunidade do Soweto, fiquei perturbado com as estatísticas da criminalidade que li nos jornais. Embora compreenda as privações que o nosso povo

[533]

sofre, tenho de deixar claro que o nível de criminalidade nesta cidade é pernicioso e tem de ser urgentemente eliminado.

Concluí a abrir os braços a todos os sul-africanos de boa vontade e boas intenções e disse que «nenhum homem ou mulher que renuncie ao *apartheid* será excluído do nosso movimento por uma África do Sul unida e democrática assente no princípio de uma pessoa/um voto, numa lista comum de eleitores». Era essa a missão do ANC, o objectivo que sempre tinha defendido antes de ser preso e durante os muitos anos passados na cadeia, o objectivo pelo qual iria lutar durante os anos de vida que me restavam. Era o sonho que acalentara ao entrar na prisão, então com quarenta e quatro anos, mas aos setenta e um já não era um jovem que pudesse desperdiçar tempo.

Nessa noite voltei com Winnie ao número 8115 de Orlando West. Foi só então que o meu coração tomou consciência de que tinha saído da prisão. Para mim, o 8115 era o centro do mundo, o lugar assinalado com um X na minha geografia mental. A casa tinha sido solidamente reconstruída depois do incêndio. Quando vi o meu lar de quatro divisões fiquei surpreendido por ser mais pequeno e modesto do que me recordava. Comparado com a vivenda em Victor Verster, o 8115 podia ser o alojamento dos criados, nas traseiras. Mas uma casa onde um homem é livre é um castelo, mesmo quando comparada com a mais luxuosa das mansões.

Nessa noite, por muito feliz que me sentisse por estar em casa, tive a sensação de que aquilo por que mais ansiava me seria negado. Queria retomar

um curso de vida normal, recuperar algumas pistas do que tinha sido a minha vida quando era novo, sair de manhã para trabalhar no escritório e voltar ao fim do dia para estar com a família, sair para comprar pasta de dentes na farmácia ou visitar os amigos à noite. É destas pequenas coisas que mais sentimos a falta na prisão e são as que sonhamos voltar a fazer quando formos livres. Mas depressa percebi que nada disso seria possível. Nessa noite, e em todas as noites ao longo das semanas e meses seguintes, a casa esteve cercada por centenas de pessoas que me queriam dar as boas-vindas. Cantavam, dançavam, chamavam por mim, e a sua alegria era contagiante. Eram o meu povo e não tinha o direito nem a vontade de lhes negar a minha presença. Contudo, ao entregar-me ao povo, percebi que uma vez mais me afastava da família.

Nessa noite não dormimos muito, pois os cânticos prolongaram-se pela noite fora, até que os elementos do ANC e da UDF que guardavam a casa pediram aos presentes que se calassem para que pudéssemos descansar. Muitos companheiros do ANC aconselharam-me a mudar para uma casa a vários quarteirões dali, na extensão de Diepkloof, construída por Winnie

[534]

durante a minha estada na prisão. Era uma casa espaçosa, pelo menos pelos padrões do Soweto, mas para mim era um lugar desprovido de memórias e de significado. Além disso, as suas dimensões e custo de manutenção não se adequavam a um líder do povo. Recusei o conselho enquanto me foi possível. Não queria apenas viver entre o meu povo, queria viver da mesma maneira que ele vivia.

A minha primeira responsabilidade era apresentar-me perante a direcção do ANC, e a 27 de Fevereiro, estava há pouco mais de duas semanas fora da prisão, meti-me num avião para Lusaka, para me encontrar com o Comité Executivo Nacional. Foi maravilhoso estar com companheiros que não via há tanto tempo. Compareceram também alguns chefes de Estado africanos, e tive ocasião de trocar breves impressões com Robert Mugabe, do Zimbabué, Kenneth Kaunda, da Zâmbia, José Eduardo dos Santos, de Angola, Quett Masire, do Botswana, Joaquim Chissano, de Moçambique, e Yoweri Museveni, do Uganda.

Embora satisfeitos com a minha libertação, os membros do Comité estavam ansiosos por avaliar o homem que acabara de sair da prisão. Podia ver as perguntas que lhes bailavam nos olhos. Seria Mandela o mesmo homem que fora encarcerado vinte e sete anos antes ou tratar-se-ia de um Mandela diferente, reformulado? Tinha sobrevivido ou quebrado? Sabiam das minhas conversações com o Governo e as suas preocupações eram legítimas. Eu não só tinha estado arredado da situação concreta no terreno como desde 1984 deixara de ter possibilidade de comunicar com os meus companheiros de prisão.

Expliquei em termos sóbrios e meticulosos o teor das minhas conversas com o Governo. Falei nas exigências que tinha apresentado e nos progressos alcançados. Tinham visto os memorandos que dirigira a Botha e a De Klerk e sabiam que eram conformes às políticas do ANC. Eu estava consciente de que, durante os anos mais recentes, os homens que entretanto tinham sido libertados haviam ido a Lusaka segredar: «Madiba amoleceu. Foi comprado pelas autoridades. Veste fatos de três peças, bebe vinho e come do bom e do melhor.» Sabia dessas intrigas e tencionava refutá-las. Achava que a melhor maneira de as refutar seria relatar directa e francamente tudo quanto tinha feito.

Nessa reunião do Comité Executivo Nacional fui eleito vice-presidente da organização, enquanto Alfred Nzo, o secretário-geral, assumia interinamente a presidência durante o impedimento de Oliver. Na conferência de imprensa que se seguiu à reunião, pediram a minha opinião sobre uma sugestão feita pelo doutor Kaunda, presidente da Zâmbia e desde há

muito um apoiante do Congresso, de que, na sequência da minha libertação, o ANC devia suspender a luta armada na África do Sul. Respondi que, embora dêssemos grande valor à opinião e ao auxílio do doutor Kaunda, era demasiado cedo para cessar a luta porque ainda não tínhamos alcançado o objectivo que nos levava a pegar em armas. E que não competia ao ANC auxiliar o senhor De Klerk a acalmar os seus apoiantes de direita.

Dei início a uma digressão por África, durante a qual visitei muitos países. Nos primeiros seis meses após a saída da prisão, estive mais tempo fora do que dentro da África do Sul. Em quase todos os lugares fui acolhido por multidões tão entusiásticas que me revigoravam mesmo quando estava cansado. Em Dar-es-Salam, fui aclamado por uma multidão calculada em cerca de quinhentas mil pessoas.

Gostei imenso da viagem. Ansiava por ver coisas novas - e também as velhas -, provar comidas diferentes, falar com toda a espécie de pessoas. Depressa me adaptei a um mundo radicalmente diferente daquele que tinha deixado. Os progressos nas viagens, nas comunicações e nos meios de comunicação tinham acelerado o mundo; as coisas aconteciam tão depressa que por vezes era difícil acompanhá-las. Winnie bem tentou que eu abrandasse o ritmo, mas havia tantas coisas para fazer. A organização queria certificar-se de que tirávamos partido da euforia suscitada pela minha libertação.

No Cairo, no dia seguinte a um encontro em privado com o presidente Hosni Mubarak, foi agendada uma intervenção minha perante uma vasta assistência reunida num edifício da cidade. Quando cheguei, parecia que as pessoas jorravam do edifício e a segurança era reduzida. Disse a um polícia que julgava que precisaríamos de reforços, mas ele limitou-se a encolher os ombros. Na companhia de Winnie, esperei numa sala das traseiras, e à hora marcada um agente fez-me sinal para entrar na sala de conferências. Disselhe que levasse primeiro os elementos que me acompanhavam porque temia que uma vez lá dentro se gerasse um pandemónio e ficasse isolado. Mas o polícia insistiu para que eu fosse à frente e quando apareci a multidão avançou e rompeu o cordão de segurança. No meio de tanto entusiasmo fui empurrado de um lado para o outro, um tanto assustado e, a dado momento, perdi um sapato. Minutos depois, quando a confusão se desvaneceu um pouco, fiquei a saber que não encontravam o

sapato nem a minha mulher. Ao fim de quase meia hora, Winnie foi conduzida ao palco, furiosa por ter andado perdida. Nem sequer pude falar, pois a multidão gritava «Mandela! Mandela!» que não se ouvia nada acima do barulho. Acabei por me vir embora sem o sapato e com uma mulher anormalmente silenciosa.

Enquanto estive no Cairo, convoquei uma conferência de imprensa onde afirmei que o ANC estava «preparado para pôr termo às hostilidades». Foi um sinal para o Governo. Tanto este como o ANC estavam empenhados em estabelecer um clima propício ao êxito das negociações. Enquanto o ANC

[536]

exigia do Governo que normalizasse a situação no país pondo termo ao estado de emergência, libertando todos os presos políticos e revogando as leis do *apartheid*, o Governo queria persuadir o ANC a suspender primeiro a luta armada. Embora não estivéssemos ainda em condições de dar esse passo, queríamos oferecer ao senhor De Klerk um estímulo para prosseguir com a sua estratégia de reformas. Sabíamos que mais tarde ou mais cedo suspenderíamos as hostilidades, em parte para facilitar as negociações, em parte para que De Klerk pudesse dirigir-se aos eleitores brancos da África do Sul e dizer:

- Olhem, eis os frutos da minha política.

Depois da última escala em África, dirigi-me a Estocolmo para visitar Oliver. Aquilo por que mais ansiava era encontrar-me com o meu velho amigo e sócio no escritório de advogados. Oliver não estava bem, mas quando nos encontrámos parecíamos dois rapazes no *veld*, animados pela força que nos incutia a nossa amizade. Começámos por recordar velhos tempos, mas assim que ficámos sós a primeira coisa que me disse foi sobre a direcção da organização.

- Nelson, tens de assumir a presidência do NAC. Tenho estado a conservar o lugar quente para ti.

Recusei e recordei-lhe que ele tinha liderado a organização no exílio muito melhor do que eu teria feito. Não era justo nem democrático que a transição se efectuasse naquelas condições.

- Foste eleito presidente pela organização. Aguardemos as novas

eleições; só então a organização poderá decidir.

Oliver protestou, mas não cedi.

A vontade que manifestou de me ver ocupar a presidência foi um sinal da sua humildade e desapego, mas não se coadunava com os princípios do ANC.

Em Abril de 1990 fui a Londres assistir a um concerto em minha honra realizado em Wembley. Foram muitos os artistas internacionais que participaram, a maior parte desconhecidos para mim, e o acontecimento foi transmitido pela televisão. Aproveitei essa oportunidade para agradecer às forças *anti-apartheid* de todo o mundo o trabalho incrível que tinham feito na aplicação de sanções, as pressões realizadas para que eu e os meus companheiros fôssemos libertados e o apoio sincero e a solidariedade que tinham demonstrado para com o povo do meu país.

Quando saí da prisão, o chefe Mangosuthu Buthelezi, líder do Partido Inkhata da Liberdade e primeiro-ministro do KwaZulu, era um dos

[537]

principais protagonistas na cena política sul-africana. Mas nos círculos do ANC estava longe de ser uma figura benquista. O chefe Buthelezi é descendente do grande rei zulo Cetywayo, que em 1879 derrotou os britânicos na batalha de Isandhlwana. Durante a mocidade estudou em Fort Hare e foi membro da Liga da Juventude do ANC. Para mim, era um dos jovens dirigentes do movimento que despontavam. Assumiu o cargo de primeiro-ministro do KwaZulu com o apoio tácito do ANC e até quando fundou o Inkhata como organização cultural zulo o nosso movimento não lhe levantou obstáculos. Mas ao longo dos anos o chefe Buthelezi foi-se afastando do ANC. Embora se tenha oposto resolutamente ao *apartheid* e se tenha recusado a aceitar que o KwaZulu se tornasse um bantostão «independente», como era vontade do Governo, era um espinho cravado no flanco do movimento democrático. Opunha-se à luta armada. Criticou a revolta de 1976 no Soweto. Fez campanha contra as sanções internacionais. Não concordava com a ideia de um Estado unitário na África do Sul. No entanto, o chefe Buthelezi fizera constantes apelos à minha libertação e recusara-se a negociar com o Governo enquanto eu e outros presos não fôssemos devolvidos à liberdade.

Buthelezi foi uma das primeiras pessoas a quem telefonei depois de sair da prisão, para lhe agradecer o seu apoio de longa data. A minha vontade era encontrar-me com ele tão depressa quanto possível para tentar resolver as nossas diferenças. Sugeri esse encontro durante a minha visita inicial a Lusaka, mas a proposta foi derrotada. Quando ainda me encontrava em Victor Verster, Walter tinha sido convidado pelo rei zulo, Goodwill Zwelithini, para o visitar em Ulundi, a capital do KwaZulu, e eu tinha-o instado a aceitar o convite. Achava que seria uma excelente oportunidade para influenciar o chefe de uma das famílias reais mais poderosas e respeitadas do país. A visita foi aprovada pelo

Comité Executivo com a condição de que Walter se deslocasse ao palácio real, em Nongoma, pois temia-se que a ida a Ulundi fosse interpretada como um reconhecimento da autoridade do bantostão.

No regresso de Lusaka, telefonei ao chefe Buthelezi e ao rei e disse que Walter iria visitar o rei, não em Ulundi, mas em Nongoma. O rei retorquiu que não aceitaria que Walter fosse falar com ele noutra localidade que não a capital.

- Eu sou o rei - declarou ele. - Convidei-o para me vir visitar em Ulundi, ele não tem o direito de dizer que me vai ver noutra localidade.

- Majestade - respondi -, estamos a enfrentar uma poderosa oposição dos nossos filiados, que não querem que o senhor Sisulu se desloque sequer ao KwaZulu. Se conseguirmos estabelecer este compromisso, tenho a certeza de que o senhor também poderá mostrar alguma flexibilidade.

Mas não pôde e recusou-se a receber Walter.

Depois disto as relações deterioraram-se e em Maio persuadi o ANC da necessidade de me autorizar a visitar o rei e Buthelezi. O rei concordou,

[538]

mas uma semana antes da visita recebi uma carta dele a dizer que teria de ir sozinho. Foi a gota de água que fez transbordar o copo e o Comité não aceitou a exigência. Respondi ao rei que não poderia comparecer a menos que fosse acompanhado pelos meus colegas; o rei considerou isto mais um insulto e cancelou a visita.

A minha intenção era forjar uma relação com o rei, independentemente do chefe Buthelezi. O rei era o verdadeiro chefe hereditário dos zulus, que o amavam e respeitavam. No KwaZulu, a lealdade para com o rei estava muito mais espalhada do que para com o Inkhata.

Entretanto, o Natal tornou-se um campo de massacres. Apoiantes do Inkhata, poderosamente armados, declararam guerra aos bastiões do ANC nas regiões das Midlands do Natal e em redor de Pietermaritzburg. Foram incendiadas aldeias, morreram dezenas de pessoas, foram feridas centenas e

havia milhares de refugiados. Só em Março de 1990 perderam a vida 230 pessoas em resultado da violência. No Natal, os zulos matavam outros zulos, pois tanto os membros do Inkhata como os do ANC pertenciam à mesma etnia. Em Fevereiro, apenas duas semanas após a minha libertação, desloquei-me ao King's Park, em Durban, para falar a uma multidão de cem mil pessoas, na sua esmagadora maioria zulos. Implorei-lhes que baixassem as armas, que se dessem as mãos pacificamente:

- Peguem nas vossas espingardas, nas vossas facas e catanas e atirem-nas ao mar! Encerrem as fábricas da morte! Ponham termo a esta guerra!

Mas o meu apelo caiu em orelhas moucas. Os combates e as mortes continuaram.

A minha preocupação era tal que estava disposto a tudo para me encontrar com o chefe Buthelezi. Em Março, depois de um surto de violência especialmente horroroso, anunciei sob minha responsabilidade que ia falar com Buthelezi numa aldeola de montanha nos arredores de Pietermaritzburg. A nível pessoal, as minhas relações com Buthelezi eram próximas e marcadas pelo respeito mútuo e esperava tirar partido disso. Mas depressa percebi que o encontro era um anátema para os líderes do ANC no Natal. Consideravam-no perigoso e vetaram a minha decisão. Fui a Pietermaritzburg, onde vi os restos calcinados de apoiantes do ANC e tentei confortar as famílias, mas não me encontrei com o chefe Buthelezi.

Em Março, após muitas negociações dentro dos respectivos partidos, foi combinado o primeiro encontro cara a cara com De Klerk e os membros do Governo. Tratava-se de «conversar sobre as conversações»,

[539]

e o encontro foi agendado para o princípio de Abril. Mas a 26 de Março, no subúrbio de Sebokeng, cerca de cinquenta quilómetros a sul de Joanesburgo, a polícia abriu fogo sem aviso prévio sobre um ajuntamento de manifestantes do ANC, matando doze e ferindo centenas, a maioria atingida nas costas ao fugir. Para conter a manifestação, a polícia usou balas reais, o que era inadmissível. As autoridades afirmaram que tinham agido para protecção das suas vidas, mas muitos manifestantes estavam desarmados e foram atingidos pelas costas. Ninguém corre perigo por causa de um homem desarmado que vai a fugir. O direito de reunião e de manifestação para apoiar as justas reivindicações não era um favor concedido pelo Governo como bem entendesse. Esta actuação enfureceu-me como nenhuma outra tinha feito e declarei à imprensa que todos os polícias sul-africanos olhavam os negros como alvos hipotéticos. Depois de consultar o Comité Nacional anunciei a suspensão das conversações e avisei o senhor De Klerk que' não podia «por um lado falar sobre negociações e pelo outro assassinar a nossa gente».

Contudo, apesar da suspensão das conversações oficiais, obtive a concordância da direcção para me encontrar em privado com De Klerk na Cidade do Cabo, no intuito de manter vivo o ambiente propício às negociações. A nossa conversa versou sobretudo sobre a definição de uma nova data e concordámos com o princípio de Maio. Referi o horroroso comportamento da polícia em Sebokeng e o tratamento discriminado que dava a negros e brancos; para os manifestantes negros, a polícia usava balas reais, mas para os manifestantes brancos de direita os agentes nem sequer haviam empunhado as armas.

O Governo não tinha pressa de encetar as negociações, pois contava que a euforia que se seguira à minha libertação em breve esmorecesse. Queriam dar-me tempo para cair em desgraça e demonstrar que o antigo preso aclamado como um salvador era um homem falível que tinha perdido a noção concreta da situação que se vivia.

Apesar das suas atitudes aparentemente progressistas, De Klerk não era de modo algum o grande emancipador. Era um calculista pragmático, que avançava com todo o cuidado. Não introduziu nenhuma reforma que o pudesse afastar do poder. Pelo contrário, o seu intuito era garantir a continuidade do poder dos africânderes dentro de um novo sistema. Não estava preparado para negociar o fim do Governo dos brancos.

O objectivo de De Klerk era criar um sistema de repartição de poderes assente nos direitos de grupo, o qual preservaria uma forma modificada do poder da minoria. Opunha-se abertamente ao Governo da maioria, «um "maiorismo" simples», como por vezes lhe chamava, porque de um só golpe poria termo ao domínio dos brancos. Sabíamos desde o princípio que o Governo se opunha a uma supremacia abrangente do vencedor, ao estilo

[540]

parlamentar de Westminster, e que em seu lugar defendia um sistema de representação proporcional com garantias institucionais para a minoria branca. Embora estivesse disposto a aceitar que a maioria negra votasse e produzisse legislação, queria reter o direito de veto para a minoria. Recusei este projecto desde o princípio. Disse a De Klerk que aquilo não era mais do que o *apartheid* sob disfarce, um sistema em que aquele que perdia garantia a continuidade do poder.

Desde há muito que a estratégia dos nacionalistas para nos superar consistia numa aliança com o Partido Inkhata da Liberdade e em incentivar os mestiços de língua africânder do Cabo a formarem o seu próprio partido. O Governo tentou convencer os mestiços de que o ANC estava contra eles e apoiou o chefe Buthelezi no seu desejo de conservar o poder e a identidade dos zulus numa nova África do Sul, inculcando-lhe a doutrina dos direitos de grupo e do federalismo.

A primeira ronda de conversações com o Governo realizou-se no princípio de Maio e durou três dias. A nossa delegação era formada por Walter Sisulu, Joe Slovo, Alfred Nzo, Thabo Mbeki, Ahmed Kathrada, Joe Modise, Ruth Mompati, Archie Gumede, o reverendo Beyers Naude, Cheryl CaroJus e eu. O local escolhido foi Groote Schuur, a mansão em estilo colonial holandês na Cidade do Cabo que tinha servido de residência aos primeiros governadores, entre eles Cecil Rhodes. Alguns elementos da nossa delegação disseram por graça que nos tinham armado uma emboscada nos terrenos do inimigo.

Todavia, e ao contrário do que se esperava, as conversações decorreram num ambiente de seriedade e bom humor. Inimigos históricos que se digladiavam há três séculos trocaram apertos de mão. Houve muita gente que se interrogou em voz alta por que razão as conversações não tinham sido entabuladas há mais tempo. O Governo concedeu indultos temporários a Joe Slovo, secretário-geral do Partido Comunista, e a Joe Modise, comandante do MK, e ver esses dois homens trocar apertos de mão com dirigentes do Partido Nacionalista que os tinham perseguido durante tantos anos foi uma coisa extraordinária. Como Thabo Mbeki disse mais tarde aos jornalistas, cada uma das partes descobriu que afinal a outra não tinha cornos.

O simples facto de haver negociações era já um marco relevante na história do país; como tive ocasião de assinalar, o encontro não representava apenas aquilo que o ANC buscava há tanto tempo, mas o fim da relação senhor/escravo que na África do Sul caracterizava o relacionamento entre brancos e negros. Não comparecemos na reunião como suplicantes, mas como compatriotas sul-africanos que mereciam um lugar igual à mesa.

O primeiro dia foi mais ou menos uma lição de história. Expliquei aos nossos interlocutores que, desde a sua criação, em 1912, o ANC sempre

[541]

tinha procurado negociar com quem detinha o poder. Por seu lado, o senhor De Klerk deu a entender que o sistema de desenvolvimento separado tinha sido concebido com um intuito benigno, que na prática não funcionara. Por isso pediu

desculpa e fez votos de que as negociações viessem a introduzir as correcções necessárias. Não foi propriamente um pedido de desculpas pelo *apartheid*, mas foi mais longe do que até então tinha ido qualquer dirigente do Partido Nacionalista.

A primeira questão abordada foi a definição do que eram presos e exilados políticos. O Governo argumentou a favor de uma definição restrita, de modo a limitar o número de pessoas a indultar. Quanto a nós, procurámos uma definição tão abrangente quanto possível e afirmámos que qualquer pessoa condenada por uma infracção politicamente motivada deveria ser objecto de indulto. Não conseguimos chegar a acordo sobre a definição de «crimes politicamente motivados» e este impasse viria a atormentar-nos durante bastante tempo.

Ao fim dos três dias de conversações estabelecemos em conjunto aquela que viria a ser conhecida como a Groote Schuur Minute, em que ambas as partes declaravam o seu empenhamento no processo de negociações e o Governo se comprometia a levantar o estado de emergência, o que aconteceu pouco depois, excepto na Província do Natal, onde a violência continuava a grassar. Concordámos também na formação de um grupo de trabalho conjunto incumbido de remover os obstáculos que se nos deparavam pelo caminho.

Quando foram abordadas as questões constitucionais, esclarecemos o Governo de que pretendíamos eleger uma assembleia constituinte que redigiria uma nova constituição. Para nós, os homens e as mulheres que seriam encarregados dessa função deveriam ser escolhidos pelo povo. Mas antes da eleição da assembleia tornava-se necessária a formação de um governo de transição que assegurasse a continuidade da governação. O Governo não podia ser a um tempo jogador e árbitro, como era no presente. Advogámos a abertura de uma conferência multipartidária para nomear o governo de transição e definir os princípios de orientação para o funcionamento da assembleia constituinte.

Depois de sair da prisão, o que mais me apetecia era rum ar directamente a Qunu, mas foi só em Abril que pude ir. Não podia ir aonde queria nem quando queria; era preciso tratar da segurança e dos discursos perante as organizações locais. Em Abril, o ANC e o general banto Holomisa, comandante militar do Transkei e partidário do ANC, arranjaram-me

[542]

uma visita. Mas o que me motivava sobremaneira era a ideia de visitar a campa da minha mãe.

Comecei por ir a Qunu e ao local onde a minha mãe estava sepultada. Era uma campa muito simples, coberta apenas por algumas pedras e tijolos virados, que em nada diferia das outras campas da aldeia. É difícil descrever o que senti: tristeza por não poder estar perto dela quando morreu, remorsos por não ter cuidado devidamente dela e um anseio pelo que poderia ter sido a minha vida se tivesse tomado uma opção diferente.

Ao ver novamente a minha aldeia ao fim de tantos anos, fiquei espantado com o que tinha mudado e com o que tinha permanecido inalterado. Quando era garoto, as pessoas de Qunu não se interessavam pela política e não faziam ideia da luta pelos direitos dos africanos. Aceitavam a vida como ela era e nem pensavam em mudá-la. Mas ao regressar ouvi as crianças da escola a cantar canções sobre Oliver Tambo e o Umkhonto we Sizwe e maravilhei-me perante o facto de o conhecimento da nossa luta ter penetrado em todos os escaninhos da sociedade africana.

O que não tinha mudado era o calor e a simplicidade dos aldeões, que me fizeram recordar os meus tempos de menino. Mas perturbou-me ver que eram tão pobres como no passado, talvez ainda mais. A maioria continuava a viver em cubatas com chão de terra batida, sem electricidade nem água corrente. Quando eu era criança, a aldeia estava limpa, a água era pura e os prados verdes

estendiam-se a perder de vista. Os *kraals* eram varridos, o solo protegido, os campos claramente divididos. Agora, a aldeia estava suja, a água poluída e os campos juncados de sacos de plástico e outras embalagens. Nesse tempo não havia plásticos e embora tenham ajudado a melhorar a vida sob certos aspectos, a sua presença em Qunu assemelhava-se a uma praga. Como se as pessoas tivessem perdido o orgulho na sua aldeia.

Nesse mês houve outro regresso ao lar: fui a Robben Island persuadir vinte e cinco presos políticos do MK a aceitar a oferta de amnistia do Governo e a deixarem a ilha. Embora tivesse de lá saído oito anos antes, as minhas recordações eram vivas e desprovidas de nostalgia. Ao fim de tantos anos a receber a visita de outras pessoas, foi uma sensação curiosa ser visitante em Robben Island.

Nesse dia não tive oportunidade de ver as vistas, pois reuni-me de imediato com os homens que recusavam a proposta de amnistia do Governo. Insistiram que só sairiam depois de uma vitória no campo de batalha, não à mesa das negociações. Opunham -se ferozmente ao acordo estabelecido, em cumprimento do qual eram obrigados a enumerar os seus crimes antes de serem amnistiados. Acusavam o ANC de trair a Declaração de Harare em que era exigida uma amnistia geral para todos os presos e exilados políticos. Um dos homens disse:

[543]

- Madiba, toda a vida combati contra o Governo, e agora tenho de lhes pedir perdão?

Compreendi os argumentos que me apresentavam, mas estavam a ser irrealistas. Não há soldado que não queira bater o inimigo no terreno, só que neste caso esse género de vitória era impossível. Respondi-lhes que em nada ajudavam a causa se ficassem na prisão. Que lá fora seriam muito mais úteis. Por fim, aceitaram a proposta do Governo.

Para o princípio de Junho tinha programada uma digressão de seis

semanas pela Europa e América do Norte. Antes de partir encontrei-me em privado com De Klerk, que queria debater a questão das sanções. Com base nas mudanças introduzidas na África do Sul, pediu-me que deixasse de apelar à continuidade das sanções internacionais. Embora conscientes do trabalho feito por De Klerk, na nossa opinião as sanções eram uma poderosa alavanca que o levaria a fazer mais. Eu sabia que tanto a Comunidade Europeia como os EUA estavam dispostos a suavizar as sanções em resposta às reformas de De Klerk, mas disselhe que não apelaria ao fim das sanções enquanto ele não tivesse desmantelado por completo o *apartheid* e o Governo de transição fosse empossado. Embora ficasse desapontado, a minha resposta não o apanhou de surpresa.

A primeira fase da viagem levou-me com Winnie a Paris, onde fomos recebidos em grande estilo por François Mitterrand e pela sua encantadora esposa, Danielle, que desde há muito era apoiante do ANC. Não era a minha primeira viagem ao continente europeu, mas nem por isso deixei de me sentir arrebatado pela beleza do Velho Mundo. Contudo, e sem querer apoucar o encanto da Cidade Luz, o acontecimento mais importante que teve lugar durante a minha estada em França foi a declaração do fim do estado de emergência na África do Sul. Fiquei satisfeito, mas percebi que o tinham feito durante a minha digressão pela Europa para tirar crédito aos meus pedidos de continuidade das sanções.

Após várias paragens na Suíça, na Itália e na Holanda, dirigi-me a Inglaterra, onde passei dois dias na companhia de Oliver e de Adelaide. A fase seguinte eram os EUA, mas antes de voltar para a África do Sul regressaria a Inglaterra para um encontro com a senhora Thatcher. Antes de partir fiz-lhe um telefonema de cortesia e ela fez-me uma prelecção severa, mas bem intencionada: que seguia com cuidado a minha viagem e que anotava os eventos a que eu comparecia.

- Senhor Mandela, antes de falarmos sobre qualquer coisa, devo avisá-lo de que a sua agenda está muito sobrecarregada. Deve reduzi-la a metade. Até um homem com metade da sua idade teria dificuldade em satisfazer as exigências que lhe fazem. Se mantiver esse ritmo, não volta vivo da América. É o conselho que lhe dou.

Desde a minha juventude que lia coisas sobre a cidade de Nova Iorque, mas apreciá-la do fundo dos seus desfiladeiros de vidro e betão e sob uma chuva de milhões de *confetti* foi uma experiência de cortar a respiração. Disseram-me que o nosso percurso pela cidade tinha sido acompanhado ao vivo por um milhão de pessoas, cujo apoio entusiástico à luta contra o *apartheid* me fez sentir pequeno e humilde. Sempre ouvira dizer que Nova Iorque era uma cidade de coração empedernido, mas nesse primeiro dia senti precisamente o contrário.

No dia seguinte fui ao Harlem, um espaço que desde a década de 1950 assumia na minha cabeça proporções de lenda, quando assistia aos jovens do Soweto a imitar os seus *dandies*. Como disse a minha mulher, Harlem era o Soweto da América. No Yankee Stadium discursiei perante uma multidão, a quem falei no cordão umbilical indestrutível que ligava os sul-africanos negros e os americanos negros, já que éramos todos filhos de África. Referi o parentesco que nos unia, inspirado em grandes americanos como W. E. B. Du Bois, Marcus Garvey e Martin Luther King Junior. Quando era novo tinha por ídolo Joe Louis «Brown Bomber», que dentro do ringue atirava os adversários ao tapete e fora dele combatia os racistas. Na prisão, acompanhei a luta dos americanos negros contra o racismo, a discriminação e a desigualdade económica. Para nós, Harlem era o símbolo da força, da resistência e da beleza do orgulho negro. Esta ideia foi-me dada por um jovem que tinha visto no dia anterior a envergar uma *T-shirt* com os dizeres «NEGRO POR NATUREZA, ORGULHOSO POR OPÇÃO». Se a natureza nos ligava, era por opção que nos sentíamos orgulhosos uns dos outros.

Depois de me ter deslocado a Memphis e a Boston, fui a Washington para falar numa sessão conjunta do Congresso e para uma reunião em privado com o presidente Bush. Agradei ao Congresso americano a sua legislação *anti-apartheid* e afirmei que a nova África do Sul esperava estar à altura dos valores que tinham instituído as duas Câmaras perante as quais discursava. Disse que, enquanto combatentes da liberdade, não podíamos tomar conhecimento da existência de homens como George Washington, Abraham Lincoln e Thomas Jefferson «sem nos sentirmos levados a agir da mesma maneira que eles tinham agido». Aproveitei a ocasião para reiterar a necessidade das sanções, pois sabia que o Governo de Bush pensava que tinha chegado o momento de as atenuar. Instei com o Congresso para que o não fizesse.

Antes de me encontrar com o senhor Bush já tinha dele uma ideia favorável, pois fora o primeiro líder mundial a telefonar para me felicitar pela minha libertação. A partir de então, o presidente Bush incluiu-me na sua reduzida lista de líderes mundiais com quem debatia assuntos importantes. Pessoalmente, continuava a ser um homem caloroso e interessado, embora

[545]

divergíssemos substancialmente nas questões da luta armada e das sanções. Era um homem de quem se podia discordar e depois apertar a mão à saída.

Dos EUA segui para o Canadá, onde me encontrei com o primeiro-ministro Mulroney e discurssei no Parlamento. Estava previsto que o destino seguinte seria a Irlanda, e antes de cruzarmos o Atlântico o nosso pequeno avião a jacto fez escala para se reabastecer num lugar remoto chamado Goose Bay, a norte do Círculo Polar Ártico. Apeteceu-me andar um pouco sob o ar frio, e quando deambulava pela pista apercebi-me da presença de algumas pessoas junto à vedação. Perguntei a um funcionário canadiano quem eram e ele respondeu:

- Esquimós.

Nos meus setenta e dois anos de vida nunca me tinha cruzado com um *innuit*, nem imaginava que tal pudesse acontecer. Dirigi-me para a vedação e encontrei mais ou menos uma dúzia de adolescentes que tinham vindo ao aeroporto porque ouviram dizer que o nosso avião lá faria escala. Quando era rapaz lera qualquer coisa acerca dos *innuit* (o nome «esquimó» foi-lhes atribuído pelos colonizadores) e retirara dos textos colonialistas a impressão de que eram um povo atrasado.

Contudo, ao trocar algumas palavras com aqueles jovens fiquei a saber que tinham assistido pela televisão à minha libertação e que estavam ao corrente dos acontecimentos na África do Sul.

- Viva o ANC! - gritou um deles.

Os *innuit* são um povo aborígene maltratado pela população de colonos brancos; eram muitos os paralelismos entre as provações dos negros sul-

africanos e as do povo *innuit*. Mas o que mais me impressionou foi perceber como o planeta se tinha tornado pequeno durante os meus anos na prisão. Para mim era inconcebível que um adolescente *innuit* que vivia no tecto do mundo assistisse pela televisão à libertação de um preso político na extremidade meridional da África. A televisão reduzira as dimensões do mundo e nesse processo tornara-se uma arma poderosa para a erradicação da ignorância e a promoção da democracia.

De Dublin seguimos para Londres, onde tive uma reunião de três horas com a senhora Thatcher. A exposição ao frio para falar com os jovens *innuit* tinha-me provocado uma constipação. O dia marcado para o encontro com a senhora Thatcher estava frio e chuvoso e Winnie recomendou-me que vestisse uma gabardina. Já estávamos no átrio do hotel e se voltasse atrás chegaria atrasado. Sou muito rigoroso com a pontualidade, não só porque acho que é um sinal de respeito para com a pessoa que vamos encontrar como também para contrariar o estereótipo ocidental de que os africanos chegam sempre atrasados. Respondi a Winnie que não tínhamos tempo e saí para a chuva, para distribuir autógrafos por alguns garotos. Quando

[546]

cheguei ao pé da senhora Thatcher já me sentia bastante mal e mais tarde foi-me diagnosticada uma ligeira pneumonia.

Mas isso não interferiu com a reunião, exceptuando o facto de ela me ter repreendido como uma mãe por não ter seguido o seu conselho de uma agenda menos cansativa. Embora em muitas matérias a senhora Thatcher tivesse uma visão diametralmente oposta à do ANC, foi sempre franca e solícita. Contudo, no encontro desse dia não a consegui demover um milímetro quanto às sanções.

Em Julho, quando regressei à África do Sul depois de curtas passagens pelo Uganda, Quênia e Moçambique, solicitei uma audiência ao senhor De Klerk. A violência no país estava a aumentar; em 1990, o número de mortes já ultrapassava as mil e quinhentas, mais do que o total das baixas resultantes de confrontos políticos de todo o ano anterior. Depois de conferenciar com os meus colegas, senti a necessidade de acelerar o processo de normalização. O país estava a ser sangrado e era preciso andar mais depressa.

Em Junho, a revogação do estado de emergência pareceu abrir as portas às negociações, mas em Julho as forças de segurança prenderam quarenta membros do ANC, entre eles Mac Maharaj, Pravin Gordhan, Siphile Nyanda e Billy Nair, sob a acusação de que faziam parte de uma conjura comunista denominada Operação Vula, destinada a derrubar o Governo. De Klerk pediu-me uma reunião urgente e leu-me documentos que, segundo ele, tinham sido confiscados durante as detenções. Fui apanhado de surpresa porque não tinha conhecimento de nada daquilo.

Depois do encontro telefonei a Joe Slovo para obter uma explicação. Joe explicou-me que as passagens lidas por De Klerk tinham sido retiradas do contexto e que a Operação Vula tinha sido abandonada. No entanto, o Governo estava decidido a utilizar a descoberta para separar o ANC do Partido Comunista e manter Joe Slovo fora das negociações. Voltei a encontrar-me com De Klerk, disselhe que tinha sido enganado pela polícia e que não tencionávamos romper com o PC nem retirar Joe Slovo da equipa negocial.

Em meados de Julho, pouco antes de uma reunião agendada do Comité Executivo Nacional, Joe Slovo apresentou-me uma proposta em privado. Sugeriu-me que tomássemos a iniciativa de suspender a luta armada de modo a criar um clima favorável ao progresso das negociações. Segundo ele, De Klerk precisava de mostrar aos seus apoiantes que as suas políticas tinham trazido benefícios para o país. A minha primeira reacção foi negativa, pois entendia que o momento ainda não tinha chegado.

Mas quanto mais pensava no assunto mais me convencia de que teríamos de tomar a iniciativa e de que aquele seria o melhor meio para o fazer. Para além de que Joe, de cujas credenciais de radical não era possível duvidar, seria a pessoa mais indicada para avançar com a proposta. Ninguém o poderia acusar de ser instrumentalizado pelo Governo nem de ter esmorecido na luta. No dia seguinte informei Joe de que se apresentasse a ideia ao Comité teria todo o meu apoio.

No dia seguinte, quando Joe apresentou a proposta perante o Comité, houve quem objectasse com firmeza, com o argumento de que isso seria dar um prémio aos apoiantes de De Klerk, mas não aos nossos. Mas eu defendi a proposta dizendo que o objectivo da luta armada sempre tinha sido levar o Governo à mesa das negociações, o que já tinha sido conseguido, e que a suspensão podia ser levantada a qualquer momento, mas que era preciso mostrar boa-fé. Ao cabo de várias horas, o nosso ponto de vista prevaleceu.

Esta decisão gerou controvérsia no seio do ANC. Embora o MK não estivesse em actividade, a aura da luta armada tinha um poderoso significado para muitas pessoas. Mesmo quando referida só como argumento retórica, a luta armada era um sinal de que estávamos efectivamente a combater o inimigo. Em resultado disso, a sua popularidade era desproporcionada em relação aos êxitos alcançados no terreno.

No dia 6 de Agosto, o Governo e o ANC assinaram em Pretória aquele que viria a ser conhecido como o Acordo de Pretória, no qual concordávamos em suspender a luta armada. Mas, como disse repetidamente aos nossos seguidores, suspendemos as acções armadas mas não pusemos termo à luta. Do acordo também constavam as datas-limite para a libertação dos presos políticos e a concessão de diversos tipos de indulto. O processo dos indultos foi programado para estar terminado em Maio de 1991 e o Governo também aceitou rever a Lei de Segurança Interna.

De todas as situações que entravavam o processo negocial, nenhuma era mais delicada e frustrante que a escalada da violência no país. Estávamos todos esperançados em que a abertura das negociações levasse à diminuição dos

tumultos. Mas o que aconteceu foi o contrário. A polícia e as outras forças de segurança efectuavam poucas detenções. Nos subúrbios negros, as pessoas acusavam-nas de dar cobertura aos actos de violência. Para mim, tornava-se cada vez mais claro que as forças de segurança estavam coniventes. Muitos incidentes revelavam que a polícia não só não combatia a violência como a fomentava.

Ao longo dos meses seguintes visitei muitos bairros por todo o território convulsionado do Triângulo do VaI, a sul de Joanesburgo, para confortar os feridos e as famílias enlutadas. Em toda a parte ouvia a mesma história: a polícia e as forças de defesa provocavam a instabilidade na região. Ouvi

[548]

casos em que a polícia confiscava armas e no dia seguinte os homens do Inkhata atacavam os nossos apoiantes com essas mesmas armas. Ouvimos relatos em que a própria polícia escoltava os membros do Inkhata até aos seus locais de encontro e durante os ataques que perpetravam.

Em Setembro fiz uma declaração pública a verberar a mão que se ocultava por detrás da violência e a denunciar a existência de uma «Terceira Força», formada por renegados das organizações de segurança, que tentavam fazer gorar as negociações. Não podia dizer quem eram essas pessoas, mas tinha a certeza da sua existência e eficácia homicida contra alvos do ANC e da luta pela liberdade.

Cheguei a esta conclusão depois de ter estado pessoalmente envolvido em dois incidentes. Em Julho de 1990, o ANC recebeu informações de que os ocupantes de um albergue para trabalhadores migrantes, que pertencia ao Partido Inkhata da Liberdade, tencionavam atacar em força os membros do ANC do subúrbio de Sebokeng, situado no Triângulo do VaI, no dia 22. Por intermédio dos nossos advogados, notificámos o ministro da Lei e da Ordem, o comissário da polícia e o comissário regional, a quem avisámos dos ataques iminentes e exigimos que agissem em conformidade. Pedimos à polícia que impedisse os elementos armados do Inkhata de entrar no subúrbio a pretexto de um comício da organização.

No dia 22 de Julho, camiões repletos de elementos armados do Inkhata e

escortados por viaturas da polícia entraram em Sebokeng em plena luz do dia. Foi realizado um comício, após o qual os homens armados encetaram uma acção tumultuosa que provocou a morte a cerca de trinta pessoas. Visitei o local no dia seguinte e assisti a cenas que nunca antes tinha presenciado e espero nunca mais voltar a ver. Na morgue estavam os corpos das vítimas despedaçadas à catanada; a uma mulher, tinham decepado os seios. Fossem quem fossem, aqueles assassinos comportavam-se como animais.

No dia seguinte solicitei um encontro com o senhor De Klerk. Assim que o vi, dirigi-me a ele em tom irado, a exigir uma explicação:

- Os senhores tinham sido avisados e não fizeram nada. Porquê? Porque foi que não prenderam ninguém? Por que motivo a polícia não actuou?

Disselhe que em qualquer outra nação, uma tragédia daquelas dimensões, onde mais de trinta pessoas tinham sido massacradas, levaria o chefe do Estado a apresentar publicamente condolências, e que ele não tinha pronunciado uma palavra. Não teve resposta. Pedi-lhe que me desse uma explicação, mas nunca o fez.

O segundo incidente ocorreu em Novembro, quando um grupo de membros do Inkhata penetrou num bairro clandestino chamado Zonkizizwe (em zulu, «O lugar onde todas as nações são bem recebidas»), nos arredores da cidade de Germiston, a leste de Joanesburgo, e expulsaram

[549]

os elementos do ANC, alguns dos quais foram mortos. Em seguida, os membros do Inkhata ocuparam os casebres abandonados e apoderaram-se de tudo o que encontraram. De acordo com os residentes, os homens do Inkhata estavam acompanhados pela polícia. Uma vez mais nem a polícia nem o Governo agiram em consequência desta tragédia. Na África do Sul, a vida dos negros nunca tinha valido tão pouco.

Reuni-me uma vez mais com De Klerk e o seu ministro da Lei e da Ordem, Adriaan Vlok. Mais uma vez perguntei ao senhor De Klerk por que razão a polícia não tinha actuado na sequência dos crimes. E acrescentei que

seria fácil encontrar os atacantes, uma vez que ocupavam os casebres daqueles que tinham assassinado. De Klerk pediu a Vlok que se explicasse e este perguntou-me em tom rude a quem pertenciam os terrenos onde essas casas se encontravam, o que implicitamente significava que não reconheciam direitos aos ocupantes clandestinos. Respondi -lhe que os terrenos tinham sido disponibilizados pelas autoridades locais. A atitude de Vlok era semelhante à de tantos africânderes, que muito simplesmente acreditavam que as tribos africanas se chacinavam mutuamente desde sempre. De Klerk prometeu uma vez mais investigar o caso para me esclarecer, mas nunca o fez.

Entretanto, o Governo tomou uma medida equivalente a lançar petróleo sobre as chamas. Introduziu um regulamento que autorizava os zulos a trazerem consigo as chamadas «armas tradicionais» nos comícios realizados no Natal e por todo país. Foram estas armas, que são azagaias e mocas de madeira pesada e muito dura, que os membros do Inkhata usaram para matar as pessoas do ANC. Este gesto fez-me duvidar das intenções pacíficas do senhor De Klerk.

Aqueles que se opunham às negociações procuravam tirar proveito da onda de violência, que parecia recrudescer sempre que o Governo e o ANC chegavam a um acordo. Essas forças tinham por objectivo desencadear uma guerra entre o ANC e o Inkhata, e creio que dentro desse movimento muitos estariam de conluio com elas. No Governo, muitas pessoas, entre elas o senhor De Klerk, optaram por olhar para o lado e ignorar o que se passava debaixo do seu nariz. Não tínhamos dúvidas de que havia homens ao mais alto nível da polícia e das forças de segurança que colaboravam com a Terceira Força. Estas suspeitas foram mais tarde confirmadas por notícias que apareceram nos jornais sobre os financiamentos secretos da polícia ao Inkhata.

Com a violência a crescer em espiral, comecei a ter dúvidas sobre a suspensão da luta armada. Muitos dos membros do ANC davam sinais de impaciência, e numa conferência de imprensa realizada em Setembro declarei que se a violência continuasse teríamos de voltar a pegar em armas. A situação tornara-se ameaçadora e todos os avanços conseguidos junto do Governo pareciam condenados ao fracasso.

Em Dezembro de 1990, Oliver regressou à África do Sul após três décadas de exílio. Foi maravilhoso voltar a tê-lo por perto. A sua vinda foi motivada por uma conferência consultiva do ANC que teve lugar em Joanesburgo e na qual estiveram presentes mais de mil e quinhentos delegados de quarenta e cinco regiões diferentes, tanto do país como do estrangeiro.

Nessa reunião teci um louvor a Oliver, o homem que nas horas mais negras tinha estado à cabeça do ANC, que não deixara apagar a chama e que agora nos conduzia ao dealbar de um futuro que se anunciava brilhante e pleno de esperança. Durante os vinte e sete anos que passei na prisão, Oliver salvou o ANC e transformou-o numa poderosa e influente organização de âmbito internacional. Pegou nas rédeas quando a maioria dos dirigentes estava na cadeia ou no exílio. Oliver era um soldado, um diplomata, um homem de Estado.

Embora tenha criticado o Governo por orquestrar actividades anti-revolucionárias, foi o discurso de Oliver que provocou grande alvoroço. Inaugurou o encontro com uma intervenção controversa em que pedia a reavaliação da política de sanções. Segundo ele, o ANC teria de enfrentar a «marginalização interna» a menos que tomasse a iniciativa de pedir a diminuição progressiva das sanções. Os países ocidentais, especialmente o Reino Unido e os EUA, queriam recompensar De Klerk pelas reformas efectuadas, incitando-o assim a ir mais longe. Para nós era uma estratégia errada, mas tínhamos de reconhecer as realidades internacionais.

Embora o discurso de Oliver tivesse sido discutido e aprovado pelo Comité Executivo Nacional, a proposta foi recebida com indignação pelos militantes, que insistiram na manutenção das sanções. A conferência decidiu manter a mesma política.

Fui alvo de acusações por parte de algumas pessoas que entendiam que os negociadores tinham perdido o contacto com as bases e que passavam mais tempo com os dirigentes do Partido Nacionalista do que com o povo. Na conferência fui também censurado por ter enveredado por uma «diplomacia pessoal» sem ter devidamente consultado as bases. Um líder de uma organização

de massas tem de estar preparado para ouvir as pessoas e concordei que tínhamos sido negligentes em manter toda a organização informada sobre o curso das negociações. Contudo, eu conhecia bem a delicadeza dos nossos contactos com o Governo e que os acordos a que íamos chegando dependiam em grande parte da confidencialidade que os rodeava. Aceitei as críticas, mas sabia que não tinha alternativa senão prosseguir no mesmo rumo. Percebi que teria de ser mais inclusivo, informar mais pessoas sobre os nossos progressos e tive isso em mente quando voltei ao trabalho.

[551]

Todos os dias e todas as semanas as páginas dos jornais estavam cobertas de notícias de novos actos de violência nas aldeias e nas periferias urbanas. Os tumultos eram o assunto mais falado em todo o país. Em muitas comunidades do Natal e do Reef, em redor de Joanesburgo, eclodia uma mistura venenosa de criminalidade, rivalidades políticas, brutalidade policial e obscuros esquadrões da morte que impregnavam o quotidiano de uma violência intolerável. Enquanto a desordem não fosse contida, estavam comprometidos todos os progressos na direcção de um novo sistema político.

Com o objectivo de travar a espiral de violência, contactei o chefe Buthelezi para um encontro. O local foi o Hotel Royal, em Durban, no mês de Janeiro. O chefe Buthelezi começou por falar aos delegados e aos jornalistas presentes, um discurso que em lugar de sarar as feridas ainda as abriu mais. Fez uma lista dos ataques verbais que o ANC lhe tinha dirigido e censurou as exigências negociais da organização. Quando chegou a minha vez de falar, optei por não responder às suas acusações e, em vez disso, agradeci-lhe os esforços que durante anos tinha feito para que eu fosse libertado. Citei a nossa longa relação e sublinhei que as nossas organizações tinham muito mais coisas em comum do que a dividi-las.

Fizeram-se alguns progressos durante as nossas conversas em privado e assinámos um acordo que continha um código de conduta aplicável às duas organizações. Foi um acordo justo, e se tivesse sido implementado teria ajudado a estancar a sangria. Mas tanto quanto sei o Inkhata nunca se esforçou por pô-lo em prática e houve violações de um lado e do outro.

Os confrontos entre as duas organizações continuaram. Todos os meses morriam centenas de pessoas. Em Março, o Inkhata desencadeou um ataque contra a *township* de Alexandra, a norte de Joanesburgo, no qual morreram quarenta e cinco pessoas em três dias de combates. Mais uma vez, ninguém foi detido.

Não podia ficar indiferente enquanto a violência prosseguia e procurei novo encontro com o chefe Buthelezi. Em Abril desloquei-me a Durban, onde mais uma vez fizemos declarações pomposas e assinámos um acordo. Eu estava mais convencido do que nunca de que o Governo estava por detrás de grande parte da violência e que esta impedia as negociações. A incapacidade para me responder evidenciada pelo senhor De Klerk estava a pôr em risco o nosso relacionamento pessoal.

Em Abril, durante um convénio de dois dias do Conselho Executivo Nacional, expus as minhas dúvidas em relação a De Klerk. O Comité desconfiava que o Governo estivesse por detrás da violência e que o clima de tensão obstava às conversações. Numa carta aberta ao Governo, exigimos a demissão de Magnus Malan, ministro da Defesa, e de Adriaan Vlok, ministro da Lei e da Ordem; pedimos também que fosse proibido o uso das armas

[552]

tradicionais em público, o encerramento dos alojamentos para trabalhadores migrantes em redor de Joanesburgo, onde viviam tantos zulos, o desmantelamento das unidades contra-revolucionárias secretas do Governo e a nomeação de uma comissão independente para analisar as queixas de comportamento impróprio por parte das forças de segurança.

Demos ao Governo um prazo até Maio para satisfazer as nossas reivindicações. De Klerk reagiu pela convocação de uma conferência multipartidária sobre a violência a realizar em Maio, mas respondi-lhe que seria inútil, uma vez que o Governo sabia perfeitamente o que tinha a fazer para acabar com a violência. Em Maio, anunciámos a suspensão das conversações.

Em Julho de 1991, o ANC realizou a sua primeira conferência anual dos

últimos trinta anos em território sul-africano. Nessa conferência estiveram presentes 2244 delegados com direito de voto, democraticamente eleitos pelas secções do ANC no país e no estrangeiro. Fui nomeado presidente nacional da organização, sem oposição. Cyril Ramaphosa foi escolhido como secretário-geral, uma prova de que o facho da liderança estava a ser passado a uma nova geração. Cyril, a quem só tinha encontrado uma vez depois de sair da prisão, era um digno sucessor, numa linha de notáveis dirigentes do ANC. Talvez fosse o melhor negociador existente nas fileiras da organização, uma capacidade que aperfeiçoou como secretário-geral do Sindicato Nacional dos Mineiros

No discurso de aceitação exprimi o meu apreço pela grande honra que me era concedida e declarei que me seria difícil acompanhar as pegadas majestosas do meu antecessor, Oliver Tambo. Embora nessa ocasião estivéssemos de relações cortadas com o Governo, afirmei que em si mesmas as negociações tinham sido uma vitória. O simples facto de eles se terem envolvido em negociações era um sinal de que não tinham poder para sustentar o *apartheid*. Reiterei a ideia de que o processo não seria pacífico, pois estávamos a lidar com políticos que não se queriam ver afastados do poder.

- Aquilo que temos de perceber com clareza é que a luta não terminou, que as próprias negociações são um terreno de combate, que estão sujeitas a avanços a recuos como qualquer outro tipo de luta.

Mas as negociações não podiam esperar. Não tínhamos o mínimo interesse em prolongar a agonia do *apartheid*. E afirmei a necessidade de instituir um governo de transição tão depressa quanto possível.

A conferência serviu para enfatizar uma das tarefas mais importantes e exigentes do ANC: a sua transformação de movimento clandestino em partido político de massas. Durante trinta anos, o ANC tinha funcionado na clandestinidade na África do Sul, e esses hábitos e técnicas estavam

[553]

profundamente enraizados. Tínhamos de refazer a organização de alto a baixo, desde o executivo nacional à mais pequena das filiais. E tínhamos de o conseguir

num espaço de poucos meses, durante um período de mudanças extraordinárias.

Uma parte considerável das direcções do ANC e do Partido Comunista tinha vivido no exílio. A maioria regressou para a conferência de Julho. Não estavam familiarizadas com a realidade da África do Sul do presente; para essas pessoas, tal como para mim, era uma terra acabada de descobrir. Contudo, havia uma extraordinária plêiade de jovens dirigentes da Frente Democrática Unida e da COSATU que tinha permanecido no país e que conhecia a situação política melhor do que nós. Em certa medida, essas organizações haviam actuado como substitutos do ANC no interior da África do Sul durante a década de 1980. O ANC teria de integrar também esses homens e mulheres na organização.

Os problemas que se nos deparavam não eram apenas logísticos, mas também filosóficos. Quando se luta contra um inimigo comum, é relativamente fácil manter um movimento coeso. Mas desenvolver uma política quando esse inimigo está do outro lado da mesa de negociações é uma coisa totalmente diferente. No novo ANC teríamos de integrar não só grupos diferentes como pontos de vista diversos. Precisámos de unir a organização em torno da ideia das negociações.

Nos seus primeiros dezassete meses de actividade legal, o ANC recrutou setecentos mil filiados. O número era impressionante, mas não havia motivo para grande satisfação. O número de filiados das zonas rurais era desproporcionadamente baixo e era aí que residia a fragilidade tradicional do ANC. Enquanto isto, o Partido Nacionalista abria as portas aos não brancos e aliciava os mestiços e os indianos descontentes.

Desde que saíra da prisão que o Estado não parava na campanha de descrédito contra a minha mulher. Depois do alegado rapto de quatro jovens que pernoitavam na casa de Diepkloof e da morte de um deles, Winnie começou por ser vilipendiada numa campanha de boatos e depois acusada de quatro crimes de rapto e um de agressão. As repetidas calúnias lançadas contra ela foram tais que estávamos ansiosos pelo dia do julgamento para que pudesse demonstrar a sua inocência.

O julgamento formal da minha mulher começou em Fevereiro, no Supremo Tribunal do Rand, em Joanesburgo. No primeiro dia compareci na sala de audiências, tal como muitas figuras destacadas do ANC, e continuei a assistir

sempre que me foi possível. Se o fiz, foi porque queria dar apoio à minha mulher e para mostrar que acreditava na sua inocência. Winnie foi habilmente defendida por George Bizos, que procurou demonstrar que ela nada tinha a ver nem com os raptos nem com os espancamentos.

[554]

Ao fim de três meses e meio, o tribunal declarou-a culpada dos crimes de rapto e de ter colaborado na agressão. Contudo, o juiz reconheceu que não tinha tomado parte directa na agressão. Foi condenada a seis anos de cadeia, mas ficou em liberdade enquanto decorria o recurso. No que me diz respeito, e independentemente da sentença, não tive a menor dúvida sobre a sua inocência.

No dia 20 de Dezembro de 1991, ao fim de mais de ano e meio de conversações sobre as conversações, começaram as negociações a sério. A CODESA - Convenção para Uma África do Sul Democrática - foi a primeira negociação formal entre o Governo, o ANC e os outros partidos sul-africanos. As conversações preliminares tinham lançado os fundamentos para estas negociações, que tiveram lugar no World Trade Center, um centro de exposições moderno nas proximidades do aeroporto de Jan Smuts, em Joanesburgo. A CODESA integrava dezoito delegações que cobriam a totalidade do espectro político sul-africano, para além de observadores das Nações Unidas, da Comunidade Britânica, da União Europeia e da Organização de Unidade Africana. Foi o mais amplo leque de grupos políticos que jamais se reuniu em território da África do Sul.

A abertura das negociações foi um acontecimento histórico e decerto a mais importante convenção constitucional desde a de 1909, quando as colónias britânicas do Cabo e do Natal e as antigas repúblicas bóeres do Transval e do Estado Livre de Orange acordaram na formação de uma União. Claro que essa convenção não foi um tributo à democracia, mas uma traição, pois nenhum dos representantes era negro. Em 1991, a maioria dos delegados era constituída por africanos.

A nossa comissão preparatória, chefiada por Cyril Ramaphosa, e que incluía Joe Slovo e Valli Moosa, reunia-se semanalmente com o Governo para discutir assuntos como as eleições, a constituição, a assembleia constituinte e o Governo de transição. As regras básicas para a convenção tinham obtido o acordo de vinte e duas partes interessadas, entre as quais os Governos dos bantostões.

O optimismo inerente à abertura das negociações não foi atenuado nem pela acção de alguns desmancha-prazeres. O PAC resolveu boicotar as conversações e acusou o ANC e o Partido Nacionalista de conspirarem para instalar um Governo multirracial. Isto aconteceu apesar de um mês antes ter sido formada a Frente Patriótica, uma aliança entre o ANC, o PAC e a Azanian People's Organization (AZAPO) em torno de uma declaração de

objectivos comum. O PAC receava as eleições democráticas porque sabia que revelariam o escasso apoio popular de que gozava. O chefe Buthelezi também boicotou as conversações sob o pretexto de não lhe ter sido autorizada a participação com três delegações: uma do Inkhata, outra do Governo do KwaZulu e o rei Zwelithini. Argumentámos que o rei estava acima da política, e que se fosse incluído então teríamos de fazer o mesmo com todos os chefes supremos de todas as tribos da África do Sul.

A atmosfera do World Trade Center não só transmitia um sentido da história como de autoconfiança. Diferentemente das negociações que tinham precedido os novos sistemas políticos de outros Estados africanos, como Angola e o Zimbabué, que haviam requerido a presença de mediadores externos, na África do Sul fomos nós próprios a resolver os nossos diferendos. De Klerk referiu a necessidade de um Governo transitório de «repartição de poderes» assente numa base democrática. O líder da delegação do Partido Nacionalista às conversações, Dawie de Villiers, chegou mesmo a apresentar desculpas pelo *apartheid*.

Nas minhas palavras iniciais, sublinhei que, com o despontar da CODESA, o progresso na África do Sul se tornara finalmente irreversível. Afirmei que a legitimidade e a autoridade dos governos derivavam do consentimento dos governados e que estávamos reunidos para instituir essa autoridade legítima. Disse ainda que a CODESA assinalava o começo do processo para a eleição de uma assembleia que redigiria uma nova constituição e que não via qualquer motivo que impedisse essa assembleia de reunir no ano de 1992. Apelei ao Governo para que nomeasse um Governo de transição e de unidade nacional para supervisionar essas eleições, controlar os órgãos de comunicação do Estado e as instituições militares, e de uma maneira geral superintender à transição para uma nova África do Sul, não racista e democrática.

No primeiro dia da convenção, a grande maioria dos participantes, incluindo o Partido Nacionalista e o ANC, aprovou uma Declaração de Intenções que obrigava todas as partes a aceitar uma África do Sul cuja lei fundamental

seria uma constituição supervisionada pelo poder judicial independente. O sistema jurídico do país garantiria a igualdade dos cidadãos perante a lei e seria elaborado um código de direitos cívicos destinado a proteger as liberdades. Em suma, seria uma democracia multipartidária, assente no sufrágio universal dos adultos inscritos em listas comuns. Pelo que nos dizia respeito, era o patamar mínimo aceitável para uma nova África do Sul. O Inkhata recusou-se a subscrever com o argumento de que uma África do Sul «indivisa» significava implicitamente a impossibilidade de um sistema federal.

A convenção instituiu cinco grupos de trabalho que se deveriam reunir no princípio de 1992 para preparar a segunda ronda de conversações

[556]

da CODESA, agendada para Maio desse ano. Os grupos tinham por missão explorar a criação de um clima político favorável, debater o futuro dos bantostões, reestruturar a South African Broadcasting Corporation e analisar vários princípios constitucionais como o federalismo e a formação e instalação de um Governo provisório. As partes concordaram que as decisões seriam tomadas por «consenso bastante», o que nunca foi claramente definido, mas que na prática significava a concordância do ANC e da maioria dos outros partidos.

No primeiro dia da CODESA, nada aconteceu até à hora de encerramento. Na véspera da convenção, estivera a negociar ao telefone com De Klerk até às oito horas da noite. De Klerk perguntou se eu não me importava que fosse ele o último a falar no dia seguinte. Embora estivesse combinado que seria eu a transmitir as conclusões, respondi-lhe que exporia o caso ao Comité Executivo Nacional. Foi o que fiz nessa noite e apesar das apreensões manifestadas consegui convencê-los a permitir que fosse De Klerk a falar em último lugar. Para mim não era uma questão vital e estava disposto a fazer-lhe um favor.

No final da sessão, tudo parecia correr pelo melhor. Falei sobre a importância das conversações e De Klerk tomou a palavra. Começou por sublinhar o significado histórico da ocasião e referiu a necessidade de superar a desconfiança mútua. Mas em seguida o senhor De Klerk fez uma coisa curiosa. Começou a atacar o ANC por não respeitar os acordos que tínhamos feito com o

Governo. Dirigiu-se a nós como um professor a admoestar uma criança mal-educada. Censurou o ANC por não ter revelado a localização dos depósitos de armamento escondidos e por mantermos um «exército privado», o Umkhonto we Sizwe, em violação do Acordo Nacional de Paz de Setembro de 1991. Em linguagem excessiva, pôs em causa a honorabilidade do ANC para respeitar os acordos assinados.

Aquilo foi mais longe do que eu podia tolerar e diabos me levassem se iria permitir que De Klerk fosse o último a ter a palavra. Quando ele acabou, a reunião devia ser dada por concluída. Abateu-se sobre a sala um profundo silêncio, mas em vez de permitir que a sessão terminasse levantei-me e dirigi-me ao pódio. Era imperioso que respondesse. A minha voz deixava transparecer a indignação que me possuía.

Estou profundamente preocupado com a atitude do senhor De Klerk. Desencadeou um ataque contra o ANC e ao fazê-lo não foi de todo leal. Até o chefe de um regime minoritário, ilegítimo e desacreditado, como é o seu caso, deve respeitar alguns padrões morais mínimos. Não tem desculpa, apenas por ser o chefe desse regime desacreditado, para não respeitar essas normas morais elementares. [...] Quando um homem se apresenta numa conferência da natureza desta e faz os jogos políticos que ele fez - não haverá muitas pessoas que queiram negociar com ele.

[557]

Os membros do Governo persuadiram-nos a autorizá-lo a que fosse o último a falar. Faziam questão de que lhe coubesse a última palavra. Percebe-se agora porquê. [o senhor De Klerk] abusou da sua posição, na esperança de que não lhe pudéssemos responder. Mas estava rotundamente enganado. Vou responder-lhe agora.

Disse que era inaceitável que o senhor De Klerk se nos dirigisse naqueles termos. Reafirmei que tinha sido o ANC, e não o Governo, a tomar a iniciativa das negociações de paz e que tinha sido o Governo, e não o ANC, a quebrar repetidamente os seus compromissos. Já antes dissera a De Klerk que de nada

lhe serviria atacar o ANC em público, mas mesmo assim tinha continuado a fazê-lo. Fiz notar que tínhamos suspenso a luta armada para demonstrar o nosso empenhamento na paz, enquanto o Governo continuava de conluio com os que queriam a guerra. E que já tínhamos dito que entregaríamos as armas apenas quando fôssemos parte integrante do Governo que as receberia.

Acrescentei que se tornava evidente a duplicidade da agenda política do Governo. Usavam as negociações não para alcançar a paz, mas apenas para marcar alguns pontos na sua política baixa. Enquanto negociavam, financiavam em segredo organizações clandestinas que semeavam a violência contra nós. Nesse momento referi a recente descoberta de pagamentos de milhões de *rands* ao Inkhata, sobre os quais De Klerk disse nada saber. E afirmei que se um homem na sua posição «não sabe certas coisas então não é competente para chefiar o Governo».

Sabia que estava a ser duro e como não queria fazer gorar a totalidade das negociações, terminei em tom mais conciliatório.

Peço-lhe que ponha as cartas na mesa, voltadas para cima. Vamos falar abertamente. Que não haja agendas secretas. Que não insista connosco para ser o último a falar e depois abuse disso na esperança de que não lhe respondamos. Estou pronto para trabalhar com ele, apesar de todos os erros que cometeu.

No dia seguinte, a CODESA reuniu para a sessão final e tanto eu como o senhor De Klerk nos esforçámos para mostrar que não tinha acontecido nenhum mal irreparável. No início da sessão trocámos publicamente um aperto de mão e comprometemo-nos a trabalhar juntos. Mas a confiança tinha sido abalada e as negociações lançadas na confusão.

Seis semanas depois da abertura da CODESA, o Partido Nacionalista disputou as importantes eleições intercalares de Potchefstroom, uma cidade universitária conservadora no Transval, que era tradicionalmente um feudo

do partido. Numa reviravolta espectacular, os nacionalistas foram derrotados pelo candidato do Partido Conservador, de direita. Os conservadores opunham-se com firmeza às negociações entre o Governo e o ANC e o partido era maioritariamente composto por africanos que entendiam que De Klerk estava a perder crédito. O resultado dessas eleições lançou a dúvida sobre a política de reformas e de negociações de De Klerk. O Partido Nacionalista ficou alarmado, pois eram os seus próprios eleitores, no seu território, quem punha em causas as políticas seguidas.

O senhor De Klerk resolveu arriscar. Anunciou que, perante o resultado das eleições em Potchefstroom, seria feito um referendo a 17 de Março, em que os eleitores brancos se poderiam pronunciar sobre a sua política de reformas e de negociações com o ANC. E declarou que se fosse derrotado no referendo se demitiria do cargo. O referendo formulava uma pergunta simples e directa: «Concorda com a continuação do processo de reformas iniciado pelo presidente a 2 de Fevereiro de 1990 com vista à elaboração de uma nova Constituição através de negociações?»

O ANC manifestou a sua oposição ao referendo porque o voto excluía todos os que não eram brancos. Mas ao mesmo tempo éramos realistas: não estávamos interessados em que os eleitores brancos rejeitassem os avanços de De Klerk no sentido das negociações. Ainda que por uma questão de princípio não estivéssemos de acordo com o referendo, instámos os brancos a responder «Sim». Para nós, e mais do que o apoio a De Klerk, isso representava a vontade de negociar.

Seguimos com interesse e alguma consternação a campanha do senhor De Klerk. Ele e o Partido Nacionalista empreenderam uma campanha ao estilo americano, acompanhada por extensos anúncios nos jornais e na televisão, distribuição de autocolantes e comícios espalhafatosos. Um ensaio para a campanha que seria desencadeada contra nós.

No fim, 69% dos eleitores brancos apoiaram as negociações, dando a De Klerk uma vitória estrondosa. Sentiu-se reabilitado e creio que a larga margem da vitória lhe subiu um pouco à cabeça. Conscientes da sua força, os nacionalistas assumiram posições negociais mais duras. Uma estratégia perigosa.

A13 de Abril de 1992, numa conferência de imprensa realizada em Joanesburgo, ladeado pelos meus velhos amigos e camaradas Walter e Oliver, anunciei que me separava da minha mulher. A situação tornara-se tão difícil que, no interesse das partes interessadas - o ANC, a família e Winnie -, entendi que nos devíamos separar. Embora tenha discutido o assunto dentro do ANC, a separação ocorreu por motivos de ordem pessoal.

[559]

Li então a seguinte declaração:

As minhas relações com a minha mulher, a camarada Nomzamo Winnie Mandela, têm sido alvo de muita especulação nos meios de comunicação social. Esta declaração tem por objectivo clarificar a minha posição, na esperança de que ponha termo a mais conjecturas.

O meu casamento com a camarada Nomzamo ocorreu num momento crítico da luta pela libertação do nosso país. Devidos às pressões resultantes do nosso envolvimento no ANC e na luta para pôr cobro ao *apartheid*, não tivemos a possibilidade de fruir uma vida familiar normal. Contudo, e apesar dessas pressões, o nosso amor mútuo e a devoção ao casamento foi -se intensificando e aumentando [...]

Durante as duas décadas que passei em Robben Island, [Winnie] foi para mim um pilar indispensável de conforto e amparo. [...] A camarada Nomzamo aceitou o pesado fardo de criar sozinha, as nossas filhas. [...] Sofreu com uma tenacidade exemplar as perseguições que lhe foram movidas pelo Governo e nunca vacilou no seu empenhamento na luta pela liberdade. A sua capacidade de resistência não só fez aumentar o respeito, o amor e o afecto que lhe tinha, como suscitou a admiração de todo o mundo. O amor que tenho por ela em nada diminuiu.

Contudo, e tendo em consideração as tensões criadas por diferendos sobre diversos assuntos ocorridos entre nós nos últimos meses, chegámos à conclusão de que o melhor para ambos seria a separação. O meu gesto não foi resultante das alegações que presentemente correm contra ela nos meios de comunicação social [...] A camarada Nomzano gozam de toda a minha confiança e pode contar comigo nestes momentos difíceis da sua vida.

No que me diz respeito, nunca lamentarei a vida que procurei partilhar com a camarada Nomzano. Contudo, circunstâncias que estavam fora do nosso controlo ditaram que os factos se desenrolassem de outro modo. Afasto-me da minha mulher sem recriminações e envio-lhe um abraço com todo o amor e carinho que sempre nutri por ela, quer dentro quer fora da prisão, desde que a conheci. Senhoras e senhores, espero que tenham em consideração o meu sofrimento.

Talvez estivesse cego perante certas coisas, por causa da dor de não ter preenchido o meu papel de marido e de pai. Todavia, da mesma maneira que estou convencido de que enquanto estive preso a vida da minha mulher foi mais penosa do que a minha, também o meu regresso foi mais difícil para ela do que para mim. Casou-se com um homem que pouco tempo depois a deixou; esse homem tornou-se um mito; e quando o mito regressou a casa provou que afinal não passava de um homem como os outros.

[560]

Como disse mais tarde por ocasião do casamento da minha filha Zindzi, parece que o destino dos combatentes da liberdade é terem uma vida privada instável. Quando a nossa vida é a luta, como aconteceu comigo, não sobra muito espaço para a família. Foi sempre esse o meu grande desgosto e o aspecto mais doloroso da opção que tomei.

- Vimos os nossos filhos crescer sem a nossa orientação - disse eu no casamento - e quando saímos [da prisão], os meus filhos disseram: «Pensávamos que tínhamos um pai que um dia havia de regressar. Mas para nosso grande desgosto o nosso pai regressou e deixou-nos outra vez sós porque era o pai da nação.» Ser pai da nação é uma grande honra, mas ser pai de uma família é uma

felicidade maior. Uma felicidade da qual gozei muito pouco.

Em Maio de 1992, depois de quatro meses de interrupção, a conferência multipartidária realizou a sua segunda sessão plenária no World Trade Center. Conhecidas por CODESA II, essas conversações foram preparadas em reuniões secretas entre os negociadores do ANC, do Governo e de outros partidos. Estas reuniões culminaram num encontro final entre mim e o senhor De Klerk, na véspera da abertura da CODESA II, a primeira vez que nos encontrámos desde a CODESA I.

Poucos dias antes da abertura da CODESA II, o Governo foi abalado por dois escândalos. O primeiro foi a revelação de um caso de corrupção e subornos generalizados no Departamento para o Desenvolvimento, responsável pela melhoria das condições de vida nos bantostões, e o segundo foi o envolvimento de altos responsáveis da segurança no assassinio de quatro activistas da UDF, o mais conhecido dos quais era Matthew Goniwe. Estas revelações vieram adicionar-se às provas recentes que implicavam a polícia em homicídios ocorridos no Natal e de que o Departamento de Informações Militares organizava operações clandestinas contra o ANC. A revelação destes escândalos prejudicou a credibilidade do Governo e consolidou a nossa posição.

Ao longo dos meses anteriores, o Governo fizera inúmeras propostas que nunca concretizara. A maioria dessas propostas como, por exemplo, a de uma presidência rotativa, tinha por fim a preservação do seu poder. Mas nas negociações desenvolvidas ao longo dos meses precedentes os representantes do ANC e do Governo tinham implementado um projecto de acordo que implicava um período de transição em duas fases para uma África do Sul inteiramente democrática. Na primeira fase, seria nomeado pelas delegações presentes na CODESA um «conselho executivo provisório»

[561]

multipartidário que funcionaria como governo de transição com a missão de «nivelar o terreno» para todos os partidos e redigir uma constituição provisória.

Na segunda fase seriam efectuadas eleições gerais para uma assembleia constituinte e todos os partidos que alcançassem 5% ou mais dos votos estariam representados no Governo. Metade dos membros da assembleia seriam eleitos em eleições nacionais e a outra metade em eleições regionais, e a assembleia teria poderes para redigir uma nova constituição e para produzir legislação. As eleições seriam supervisionadas por uma comissão independente que garantisse que seriam justas e livres.

Contudo, houve muitos assuntos em que o Governo e o ANC não conseguiram chegar a acordo, como a percentagem de votos necessária para que a assembleia se pronunciasse sobre aspectos constitucionais, bem como uma carta de direitos. Poucos dias antes da inauguração da CODESA II, o Governo propôs a criação de uma segunda câmara, um senado, composta por representantes regionais, como forma de assegurar um veto da minoria. E que, antes do mais, a CODESA II comesse por concordar numa constituição provisória, que levaria meses a elaborar.

Estas negociações desenrolavam -se nos bastidores e quando a CODESA II abriu, a 15 de Maio de 1992, as perspectivas de chegarmos a um acordo eram escassas. Os pontos em que discordávamos ameaçavam todos os entendimentos que já tínhamos alcançado. De Klerk e eu não fomos capazes de estabelecer um consenso sobre os casos em disputa. O Governo parecia preparado para esperar por tempo indefinido, com a ideia de que, quanto mais esperássemos, menos apoios conseguiríamos.

Ao fim do primeiro dia a convenção chegou a um impasse. Nessa ocasião, os dois juizes que presidiam às conversações sugeriram que eu e o senhor De Klerk nos reuníssemos nessa noite para tentar alcançar um compromisso. Estivemos reunidos a beber café e, embora não tenhamos resolvido o impasse, concordámos que as negociações não poderiam fracassar.

- Toda a África do Sul e todo o mundo têm os olhos postos em si e em mim - disse eu a De Klerk. - Vamos salvar o processo de paz. Vamos alcançar um acordo. Fixemos uma data para a próxima ronda de negociações.

E ficou acordado que no dia seguinte ambos falaríamos, num espírito de compromisso construtivo.

No final da tarde seguinte falámos por ordem inversa do que tinha

acontecido na CODESA I. De Klerk foi o primeiro e eu falei em seguida. Nas suas observações, o senhor De Klerk insistiu em que o Partido Nacionalista não pretendia um «veto da minoria» mas sim um sistema de «equilíbrio de poderes» para que a maioria não pudesse fazer «mau uso das suas prerrogativas». Embora me parecesse uma recusa da ideia do Governo pela maioria, quando falei depois de De Klerk apenas disse que precisávamos de colaborar em termos construtivos de modo a diluir a tensão que pairava sobre as negociações.

[562]

Apesar dos nossos esforços para apresentar o caso sob um aspecto positivo, a verdade é que o segundo dia terminou num beco sem saída. Na minha opinião, este impasse era causado pela recusa do Partido Nacionalista em submeter-se à vontade da maioria. Não estavam preparados para ultrapassar esse obstáculo.

Em última análise, a CODESA II fracassou por quatro razões fulcrais: a insistência do Governo numa elevadíssima percentagem de votos para que a assembleia aprovasse a constituição (o que equivalia a um veto disfarçado); os poderes regionais instalados, que seriam vinculativos na futura constituição; um senado não eleito (logo, não democrático), que teria direito de veto sobre a legislação emanada da câmara baixa; e a exigência de transformar a constituição provisória negociada pela convenção em constituição definitiva.

Eram problemas difíceis, mas não de todo insolúveis, e eu estava decidido a não deixar que a CODESA II subvertesse o processo negocial. O Governo e o ANC concordaram na continuação das conversações bilaterais em busca de uma solução. Foi então que se levantaram outras questões que tornaram impossível alcançar uma saída.

Com as negociações estagnadas, o ANC e os seus aliados concordaram numa política de «acção de massas» que demonstrasse ao Governo a extensão dos nossos apoios em todo o país e que o povo da África do Sul não estava disposto a esperar uma eternidade para ser livre. As acções de massas consistiam em greves, manifestações e boicotes. A data escolhida para o início da acção de massas foi 16 de Junho de 1992, aniversário da revolta de 1976 no Soweto, e a

campanha deveria culminar com dois dias de greve geral nacional, a cumprir nos dias 3 e 4 de Agosto.

Mas antes que isso acontecesse, deu-se outro acontecimento que viria a cavar ainda mais o fosso entre o ANC e o Governo. Na noite do dia 17 de Junho, um grupo poderosamente armado do Inkhata infiltrou-se disfarçadamente na *township* de Boipatong, na região do VaI, e assassinou quarenta e seis pessoas, a maioria das quais mulheres e crianças. Nessa semana, foi o quarto assassinio em massa de pessoas afectas ao ANC. O horror e o repúdio estenderam-se a todo o país e o Governo foi acusado de cumplicidade. A polícia nada fez para prender os criminosos, nem sequer para os encontrar. Não houve prisões e as investigações nunca foram iniciadas. De Klerk não pronunciou uma palavra. Foi a gota que fez entornar o copo e a minha paciência chegou ao fim. O Governo levantava obstáculos às negociações e em simultâneo desencadeava uma ofensiva encoberta contra o nosso povo. Por que razão havíamos de continuar a negociar com essas pessoas?

Quatro dias depois do massacre, falei perante uma multidão de vinte mil partidários encolerizados do ANC e informei-os de que tinha dado

[563]

instruções ao secretário-geral Cyril Ramaphosa para suspender os contactos com o Governo. Anunciei também uma reunião urgente do Comité Executivo Nacional para analisar a situação. Parecia que tínhamos regressado aos tempos de Sharpeville. Comparei o comportamento do Partido Nacionalista ao dos nazis alemães e avisei publicamente De Klerk de que se tentasse decretar novas medidas para restringir as manifestações o ANC encetaria uma campanha de desafio na qual eu seria o primeiro voluntário.

No comício vi cartazes onde se lia «MANDELA, DÁ-NOS ARMAS» e «A VITÓRIA [ALCANÇA-SE] PELO COMBATE, NÃO PELAS CONVERSACÕES». Compreendi esses sentimentos. O povo sentia-se frustrado. Não via resultados positivos das negociações e começava a pensar que a única maneira de derrubar o *apartheid* passava pelos canos das espingardas. Depois de Boipatong, havia no Comité Executivo quem dissesse: «Por que abandonámos a luta armada? O que devemos abandonar são as negociações, que

nunca satisfarão os nossos desejos.» A princípio concordei com este grupo de falcões, mas a pouco e pouco percebi que não havia alternativa para o processo de paz. Era aquilo que vinha a exigir há muitos anos e não ia voltar as costas às negociações. Era chegado o momento de arrefecer os ânimos. Neste caso, a acção de massas era um meio-termo entre a luta armada e as negociações. O povo precisava de uma válvula de escape para a sua ira e frustração e uma campanha de massas era a menor maneira de canalizar essas emoções.

Quando informámos o Governo de que suspenderíamos as negociações, enviámos a De Klerk um memorando em que referíamos as razões da nossa atitude. Para além da resolução do impasse constitucional da CODESA II, exigimos que os responsáveis pela violência fossem encontrados e presentes à justiça, para além da implementação de um mecanismo que permitisse vedar e vigiar os dormitórios, que eram o alfobre da violência. O senhor De Klerk respondeu-nos com um memorando em que solicitava um encontro pessoal comigo, o qual foi recusado. Na minha opinião, semelhante encontro daria a entender que havia qualquer coisa para discutir, o que naquele momento não era verdade.

A acção de massas culminou com uma greve geral nos dias 3 e 4 de Agosto, em apoio das exigências do ANC nas negociações e em protesto contra a conivência do Estado nos actos de violência. Mais de quatro milhões de trabalhadores ficaram em casa, naquela que foi a maior greve registada em toda a história da África do Sul. A acção principal foi uma marcha de cem mil pessoas em direcção aos Unions Buildings, em Pretória, onde estava localizada a imponente sede do Governo, onde organizámos um gigantesco comício nos relvados fronteiros aos edifícios. Ao discursar perante a multidão, afirmei que um dia seríamos nós a ocupar esses edifícios, depois das primeiras eleições democráticas na África do Sul.

[564]

Confrontado com a movimentação das massas populares, De Klerk declarou que se o ANC tornasse o país ingovernável o Governo seria forçado a considerar algumas opções desagradáveis. Avisei o senhor De Klerk de que quaisquer medidas antidemocráticas teriam sérias repercussões. E acrescentei

que era por causa dessas ameaças que se tornava imperiosa a criação de um Governo de transição.

Entusiasmado pelo êxito da acção de massas, um grupo de membros do ANC decidiu marchar sobre Bisho, capital do bantostão Ciskei no Cabo Oriental, chefiado pelo brigadeiro Oupa Gqozo. O Ciskei tinha um historial de repressão contra o ANC e em 1991 o brigadeiro Gqozo declarara o estado de emergência no território para combater aquilo que designou por terrorismo do ANC. Na manhã do dia 7 de Setembro de 1992, setenta mil manifestantes encetaram uma marcha de protesto em direcção ao principal estádio de Bisho. Quando um grupo de manifestantes procurou entrar na cidade por um caminho diferente depois de ter aberto um buraco na vedação, as tropas mal treinadas do território abriram fogo sobre eles, causando a morte de vinte e nove pessoas e ferindo mais de duzentas. Bisho juntou -se assim a Boipatong como sinónimo de brutalidade.

Tal como o provérbio que diz que a hora mais escura é a que precede a madrugada, a tragédia de Bisho provocou a reabertura das negociações. Encontrei-me com o senhor De Klerk no intuito de encontrar pontos de concordância e de evitar a repetição de incidentes como o de Bisho. Os nossos negociadores começaram a encontrar-se com regularidade. Os dois lados empreenderam um esforço sério para levar as conversações a bom termo e no dia 26 de Setembro reuni com o senhor De Klerk numa cimeira oficial.

Nesse dia rubricámos o Record of Understanding, um acordo que definiu os parâmetros para as conversações que se seguiram. O acordo instituiu um órgão independente para fiscalizar as acções da polícia, criava um mecanismo que permitia a vedação dos dormitórios e proibia o uso das «armas tradicionais» durante os comícios. Mas a verdadeira importância do Record of Understanding assentou na quebra do impasse sobre a constituição verificado na CODESA II. O Governo aceitou finalmente uma única câmara constituinte que adoptaria uma nova constituição e serviria como parlamento de transição para o novo Governo. Tudo quanto ficou por negociar foi a data para a eleição da assembleia e a percentagem da maioria necessária para tomar decisões. Estava estabelecida a estrutura básica que conduziria o país a um futuro democrático.

A assinatura do Record of Understanding levou o Inkhata a retirar-se das negociações com o Governo e o ANC. O acordo encolerizou o chefe Buthelezi,

que cortou relações com o Partido Nacionalista e formou uma aliança com um grupo de líderes regionais desacreditados e partidos

[565]

brancos de direita exclusivamente preocupados em obter um território para os africânderes. Buthelezi apelou à revogação do Record of Understanding, ao fim da CODESA e ao desmantelamento do Umkhonto we Sizwe.

Da mesma maneira que tomou a iniciativa para a suspensão da luta armada, foi também Joe Slovo quem assumiu uma outra proposta controversa, a de um governo de unidade nacional. Em Outubro, Joe publicou um documento no qual afirmava que as negociações com o Governo não eram propostas de armistício nas quais pudéssemos ditar os termos a um inimigo vencido. Era provável que se passassem anos antes de o ANC estar preparado para assumir a governação a todos os níveis, mesmo depois das eleições. Para dirigir o país, um governo do ANC precisaria de grande parte dos funcionários públicos existentes. O que Joe propôs foi uma cláusula em que seria constituído um governo de unidade nacional em que estava prevista a repartição de poderes com o Partido Nacionalista durante um período previamente determinado, uma amnistia para os agentes das forças de segurança e o respeito pelos contratos dos funcionários públicos. Dentro do ANC, a expressão «partilha de poder» era um ultraje, um sinónimo do projecto governamental de um veto da minoria. Contudo, neste contexto significava apenas que o Partido Nacionalista faria parte de um governo eleito pelo povo desde que para isso obtivesse os votos suficientes.

Ao fim de prolongadas discussões apoiei a proposta de Joe Slovo, que foi aprovada a 18 de Novembro pelo Comité Executivo Nacional. O Comité aceitou a partilha do poder desde que os partidos da minoria não tivessem direito de veto. Em Dezembro, demos início a uma nova ronda de negociações secretas com o Governo. Estas negociações prolongaram-se por cinco dias e tiveram lugar num pavilhão de caça, algures no mato. Foram de importância crucial, pois assentaram nos pressupostos do Record of Understanding. Durante estas sessões realizadas no mato, concordámos em princípio num governo de unidade nacional com uma duração de cinco anos no qual participariam em termos proporcionais todos os partidos políticos que alcançassem mais de cinco por cento dos votos nas eleições gerais. Ao fim dos cinco anos, o Governo passaria a ser de maioria

simples. Em Fevereiro, o ANC e o Governo tornaram público um acordo de princípios sobre o governo de unidade nacional por cinco anos, um gabinete ministerial multipartidário e a criação de um conselho executivo nacional provisório. As eleições realizar-se-iam o mais tardar até finais de 1993.

Sempre acreditei que um homem deve possuir uma casa de onde aviste o lugar onde nasceu. Depois de sair da prisão, comecei a fazer planos para

[566]

construir uma casa de campo em Qunu. Quando chegou o Outono de 1993, a casa estava terminada. O projecto era semelhante ao da moradia onde vivi em Victor Verster. Houve quem fizesse comentários a esse respeito, mas a resposta é simples: a casa em Victor Verster foi a primeira residência espaçosa e confortável em que vivi e gostava muito dela. Estava habituado às suas dimensões e em Qunu não me apetecia andar por fora, à noite, à procura da cozinha.

Em Abril, passei umas curtas férias na minha casa do Transkei. Na manhã do dia 10, quando acabava de sair para cumprimentar os elementos da equipa de rãguebi da polícia do Transkei, a governanta veio chamar-me para atender um telefonema urgente. Estava a chorar. Pedi desculpa aos jovens e fui informado por um colega de que Chris Hani, secretário-geral do SACP, antigo chefe do estado-maior do MK e uma das figuras mais populares do ANC, tinha sido morto à queima-roupa defronte da sua casa de Boksburg, Joanesburgo, um bairro predominantemente habitado por brancos da classe operária, que Chris procurava cativar.

A morte de Chris foi um rude golpe, tanto para mim como para o movimento. Era um combatente, um patriota, para quem nenhuma tarefa era insignificante. Era um herói entre a juventude sul-africana, um homem que falava a sua linguagem e a quem davam ouvidos. Se havia alguém capaz de mobilizar a juventude irrequieta no apoio a uma solução negociada, esse alguém era Chris. A África do Sul acabava de perder um dos seus melhores filhos, um homem que teria sido precioso na transformação do país para uma nova nação.

O país estava numa situação frágil. Receava-se que a morte de Hani

pudesse desencadear uma guerra racial, se a juventude decidisse transformar o seu herói num mártir por quem estivesse disposta a derramar o próprio sangue. Comecei por me deslocar de helicóptero a Sabalele, uma pequena aldeia no distrito de Cofimvaba, no Transkei, local que bem conhecia por ser a origem da família Matanzima, para apresentar as minhas condolências ao pai de Hani, de oitenta e dois anos. Quando cheguei à aldeia, que não tinha electricidade nem água corrente, espantou-me como tinha sido possível que ali nascesse um homem como Chris Hani, cujas capacidades e entusiasmo faziam vibrar uma nação inteira. A sua preocupação com as populações rurais era resultante da infância que passara em Sabalele, pois era um homem fiel às suas origens. O pai de Hani falou com eloquência da dor de perder um filho, mas com satisfação por ele ter morrido na luta.

De regresso a Joanesburgo fiquei a saber que a polícia tinha detido um militante do partido Africaner Weerstandsbeweging (AWB), de extrema-direita, um emigrante polaco na África do Sul, capturado depois de uma corajosa mulher africânder ter telefonado à polícia a comunicar a matrícula do veículo em que seguia. O homicídio foi um acto de desespero

[567]

tresloucado, uma tentativa para fazer gorar as negociações em curso. Foi-me pedido que nessa noite me dirigisse à nação através da SAB. Era o ANC, e não o Governo, que fazia o possível por tranquilizar a nação.

Declarei que o processo de negociações era imparável. Com toda a autoridade de que dispunha, afirmei:

- Apelo ao nosso povo para que permaneça calmo e honre a memória de Chris Hani assumindo-se como força disciplinada em busca da paz.

Esta noite, é do mais fundo da minha alma que falo para todos os sul-africanos, negros e brancos. Um homem branco, pleno de ódio e de preconceito, veio ao nosso país cometer um crime tão hediondo que colocou toda a nação à beira do desastre. Uma mulher branca, de origem africânder, arriscou a vida para que pudssemos saber quem foi o assassino e aplicar a justiça. [...] Chegou o

momento de todos os sul-africanos estarem unidos contra aqueles que, venham de onde vierem, pretendem destruir aquilo por que Chris Hani deu a vida - a liberdade de todos nós.

O homicídio de Chris Hani foi uma tentativa dos elitistas brancos para travar o que não podia ser travado. Preferiam ver o país afundar-se na guerra civil do que vê-lo governado por uma maioria pacífica.

Adoptámos uma estratégia para lidar com o nosso eleitorado. Com o intuito de evitar retaliações violentas, organizámos uma semana de comícios e manifestações por todo o país. Era uma maneira de permitir às pessoas que se exprimissem sem recurso aos atropelos da ordem. Tive uma conversa em privado com o senhor De Klerk, durante a qual concordámos em não deixar que a morte de Hani fizesse descarrilar as negociações.

Poucos dias depois tomámos conhecimento da detenção de um membro do Partido Conservador, Clive Derby-Lewis, por conivência no crime. Mais confirmações da existência de uma Terceira Força. O próprio Chris tinha recentemente denunciado um roubo de armamento numa base da Força Aérea. Os relatórios preliminares da polícia concluíram que a quadrilha que o tinha assassinado era a mesma que se apoderara dessas armas.

Exactamente, duas semanas mais tarde ocorreu outra morte importante. Não terá abalado tanto a nação como o homicídio de Chris, mas tocou-me profundamente. Há muito tempo que Oliver não andava bem, mas o ataque cardíaco que o vitimou sobreveio sem sinais de aviso. Adelaide, a mulher de Oliver, telefonou-me de manhã e corri para junto do leito dele, mas não tive ocasião de me despedir como queria, pois quando lá cheguei já tinha morrido.

Na alegoria dos metais, o filósofo Platão classifica os homens como ouro, prata e chumbo. Oliver era ouro puro; havia ouro no seu brilho intelectual,

[568]

no calor da sua humanidade, na sua tolerância e generosidade, no seu espírito de sacrifício e na sua lealdade indefectível. O respeito que nutria por ele como líder

só tinha equivalente no afecto que lhe dedicava como homem.

Embora afastados durante os anos que passei na prisão, Oliver nunca me saiu do pensamento. Em muitas ocasiões, e embora estivéssemos longe, mantive com ele longas conversas na minha cabeça. Talvez por isso me tenha sentido tão despojado quando morreu. Como disse a um colega, sentia-me o homem mais solitário do mundo. Como se me tivessem roubado precisamente quando nos voltávamos a encontrar. Quando o vi no caixão, foi como se uma parte de mim tivesse morrido com ele.

Embora ainda não ocupássemos o poder, fiz questão de que Oliver tivesse um funeral de Estado, e foi o que o ANC lhe deu. Num comício realizado num estádio do Soweto, juntaram-se centenas de dignitários dos mais diversos países para prestar homenagem ao homem que manteve acesa a chama do ANC durante os tempos do exílio. As tropas do MK marcharam em sua honra e junto da sua campa troaram as vinte e uma salvas de canhão. Oliver viveu o suficiente para assistir ao regresso dos exilados e à libertação dos presos, mas não o bastante para depositar o seu voto numa África do Sul livre e democrática. Isso ainda estava por concretizar.

Embora poucas pessoas se recordem do dia 3 de Junho de 1993, foi um marco decisivo na história da África do Sul. Nesse dia, após meses de negociações no World Trade Center, o fórum multipartidário votou uma data para as primeiras eleições livres, universais e não raciais: 27 de Abril de 1994. Pela primeira vez na história da nação a maioria negra iria às urnas para eleger os seus líderes. O acordo previa que os eleitores elegessem quatrocentos deputados para a assembleia constituinte, que ficaria encarregada de redigir uma nova constituição e de funcionar como parlamento. Depois de eleita, o primeiro ponto da ordem de trabalhos da assembleia seria a eleição do presidente da República.

As conversações foram retomadas em Abril. Por essa altura, entre os vinte e seis partidos contavam -se o Inkhata, o Congresso Pan - Africano e o Partido Conservador. Há meses que insistíamos com o Governo para que fosse marcada uma data, mas eles protelavam o assunto. Agora, a data estava finalmente marcada.

Um mês depois, em Julho, o fórum multipartidário acordou num primeiro esboço da constituição provisória. Previa um parlamento constituído por duas câmaras, com uma assembleia nacional formada por quatrocentos deputados eleitos por proporção representativa entre os partidos nacionais

[569]

e regionais e por um senado escolhido por eleição indirecta pelas assembleias regionais. As eleições para as assembleias regionais teriam lugar ao mesmo tempo que as eleições de âmbito nacional e os corpos legislativos regionais teriam por missão elaborar as suas constituições próprias em conformidade com a constituição nacional.

O chefe Buthelezi, que queria que a constituição fosse redigida antes das eleições, afastou-se do processo em protesto contra a marcação das eleições

antes de terminada a constituição. Um segundo esboço da constituição provisória, redigido em Agosto, conferiu mais poderes às regiões, mas não chegou para aplacar nem o chefe Buthelezi nem o Partido Conservador. Este rotulou o clausulado como contrário aos interesses dos africanos. Formou-se então um grupo intitulado Afrikaner Volksfront, dirigido pelo general Constand Viljoen, antigo comandante das Forças de Defesa sul-africanas, com o intuito de reunir as diversas organizações de conservadores brancos em torno da ideia de um *volkstaat*, um território para os brancos.

Pouco depois da meia-noite do dia 18 de Novembro, a constituição provisória foi aprovada numa sessão plenária da conferência multipartidária. O Governo e o ANC tinham eliminado os obstáculos remanescentes. O novo gabinete ministerial seria formado pelos partidos que alcançassem mais de 5% dos votos e as suas decisões seriam tomadas por consenso e não por maioria de dois terços, como o Governo pretendia; as eleições nacionais não se realizariam antes de 1999, de modo a que o Governo de unidade nacional pudesse servir durante cinco anos; finalmente, o Governo aceitou a nossa sugestão de um único boletim de voto em vez de boletins separados para as eleições nacionais e provinciais. Os dois boletins apenas serviriam para lançar a confusão entre a maioria dos eleitores, grande parte dos quais votava pela primeira vez na vida. No período que antecedia as eleições, caberia a um Conselho Executivo de Transição (TEC), formado por elementos de todos os partidos, providenciar um clima propício ao acto eleitoral. Na realidade, o TEC seria um governo *de facto* entre 22 de Dezembro e as eleições de 27 de Abril. Uma Comissão Eleitoral Independente dotada de vastos poderes seria responsável pela organização das eleições. Estávamos no limiar de uma nova era.

Nunca atribuí grande valor a prémios de natureza pessoal. Um homem não se torna combatente da liberdade com o intuito de ganhar prémios, mas quando me comunicaram que me tinha sido atribuído o Prémio Nobel da Paz de 1993, juntamente com De Klerk, fiquei comovido. Para mim, o Prémio Nobel tem um significado especial por causa do seu envolvimento na história da África do Sul.

Era o terceiro sul-africano a ser distinguido pelo Comité Nobel depois da Segunda Guerra Mundial. Em 1960, o prémio tinha sido atribuído ao

chefe Albert Luthuli. O segundo prémio foi concedido ao arcebispo Desmond Tutu, que durante os dias mais negros do *apartheid* se lançou empenhadamente na luta contra o racismo.

O prémio era um tributo a todos os sul-africanos e em especial aos que se tinham envolvido na luta. Era em seu nome que o aceitava. Nunca me tinha passado pela cabeça que alguma vez pudesse receber o Prémio Nobel. Mesmo durante os anos mais negros em Robben Island, a Amnistia Internacional não fizera campanha a nosso favor com o argumento de que tínhamos iniciado um conflito armado e que a organização não podia representar ninguém que se tivesse envolvido em actos violentos. Por esse motivo, nunca pensei que o Comité Nobel viesse a considerar o homem que tinha fundado o Umkhonto we Sizwe para o Prémio da Paz.

Tenho um profundo respeito pela Noruega e pela Suécia. Nas décadas de 1950 e 1960, quando abordámos os governos ocidentais no sentido de darem o seu contributo para o ANC, recebemos uma negativa peremptória. Só na Suécia e na Noruega é que fomos recebidos de braços abertos e nos deram assistência, bolsas de estudo, dinheiro para despesas judiciais e para ajuda humanitária aos presos.

O discurso que proferi na Noruega não foi só para agradecer o Prémio Nobel e delinear a visão de uma África do Sul do futuro, justa e igualitária, mas para homenagear também o outro laureado, o senhor F. W De Klerk.

Ele teve a coragem de reconhecer a tremenda injustiça cometida contra o nosso país e o nosso povo através da imposição do sistema de *apartheid*. Teve a capacidade de prever e aceitar que todas as pessoas da África do Sul têm o direito de, por via de negociações e em termos igualitários nesse processo, decidir em conjunto aquilo que desejam para o seu futuro.

Perguntam-me muitas vezes por que motivo aceitei ser galardoado junto com o senhor De Klerk depois de o ter tão asperamente criticado. Embora não retire uma palavra ao que então disse, não se pode negar que o seu contributo foi

indispensável ao processo de pacificação. Nunca procurei retirar crédito a De Klerk pela simples razão de que quanto mais frágil ele estivesse menos credível seria o processo negocial. Quando se quer fazer a paz, o inimigo deixa de ser inimigo para se tornar um parceiro.

Embora a campanha oficial para as eleições da assembleia nacional só estivesse agendada para Fevereiro de 1994, começámos a fazer campanha assim que a nova constituição foi ratificada. E não fomos os primeiros, pois o Partido Nacionalista estava em campanha desde o dia da minha libertação.

[571]

Embora as sondagens indicassem uma margem confortável a favor do ANC, nunca tomámos a vitória como garantida. Avisei toda a gente contra o excesso de optimismo. Conhecíamos dezenas de casos de partidos cuja vitória era esperada e tinham acabado em segundo lugar. E os nossos rivais eram experientes, bem organizados e bem financiados.

A campanha decorreu sob a orientação competente de Popo Molefe, *Terror* Lakota e Ketso Gordhan, todos activistas veteranos da UDF e especialistas na mobilização de massas. A tarefa era gigantesca. Calculámos que os eleitores seriam mais de vinte milhões, a maior parte dos quais votaria pela primeira vez. A maioria dos nossos apoiantes era analfabeta e era provável que se sentisse intimidada pelo simples facto de votar. Segundo a Comissão Eleitoral Independente, haveria dez mil locais de voto espalhados por todo o país. Esperávamos treinar mais de cem mil pessoas para prestar esclarecimentos aos votantes.

O primeiro passo que demos nesse sentido ficou conhecido pelo nome de Assembleias Populares. Os candidatos do ANC andavam em digressão por todo o país, a assistir a reuniões em cidades e aldeias para auscultar as esperanças e os receios, as ideias e as queixas do nosso povo. As Assembleias Populares assemelhavam-se às reuniões organizadas nos EUA pelo candidato Bill Clinton na sua campanha para a presidência. Eram parlamentos populares, não muito diferentes das reuniões de chefes a que assisti na Casa Grande quando era rapaz.

Adorava as Assembleias Populares. Comecei no Natal, em Novembro, e daí segui para a região de PWV, para o Norte do Transval e para o Estado Livre de Orange. Assistia a três ou quatro dessas reuniões por dia. As pessoas também gostavam imenso. Nunca ninguém lhes tinha pedido a opinião sobre o que deveria ser feito no seu próprio país.

Depois de termos assimilado as sugestões recolhidas nessas assembleias, viajámos pelo país a transmitir ao povo a nossa mensagem. Dentro do ANC, algumas pessoas queriam fazer da campanha um simples acto de libertação e dizer ao povo: «Votem em nós porque fomos nós que vos libertámos.» Mas em vez disso resolvemos proporcionar-lhes uma visão da África do Sul que tencionávamos criar. Queríamos que as pessoas votassem no ANC não apenas por termos lutado durante oitenta anos contra o *apartheid* mas por sermos os mais aptos para lhes dar a África do Sul em que tinham esperança de viver. Para mim, a nossa campanha teria de assentar no futuro e não no passado.

O ANC elaborou um documento de cento e cinquenta páginas intitulado *Programa de Reconstrução e Desenvolvimento*, do qual constavam as linhas gerais do nosso projecto de criação de empregos por via das obras

[572]

públicas, a construção de um milhão de casas equipadas com electricidade e casas de banho, a extensão dos cuidados de saúde, a educação gratuita para todos os sul-africanos, a redistribuição da terra por administração de um tribunal e o fim da taxa de valor acrescentado sobre os produtos alimentares essenciais. Comprometíamos-nos também a empreender acções de discriminação positiva tanto no sector público como no privado. O documento foi resumido num manifesto simples sob o título «Uma Vida Melhor para Todos», que por sua vez se tornou o *slogan* de campanha do ANC.

Do mesmo modo que dizíamos às pessoas o que podíamos fazer, entendi que lhes devíamos dizer o que não podíamos. Muita gente esperava que a vida se modificasse de um dia para o outro depois das eleições livres e democráticas, mas não seria assim. Muitas vezes proferi em público estas palavras:

- Não esperem conduzir um *Mercedes* nem nadar na piscina das traseiras

da vossa casa no dia a seguir às eleições. A vida não vai mudar drasticamente, apenas tereis mais autoconfiança e sereis cidadãos na vossa própria terra. É preciso ter paciência. Pode ser que seja preciso esperar cinco anos até que se vejam os resultados.

Não tomava atitudes paternalistas, lançava-lhes um desafio:

- Se querem continuar a viver na miséria, sem comida e sem roupas, continuem a beber pelas tascas clandestinas do bairro. Se querem uma vida melhor, têm de trabalhar com afinco. Não podemos fazer tudo, têm de ser vocês a agir.

Perante audiências de brancos, disselhes que precisávamos deles e que não queríamos que deixassem o país. Que eram tão sul-africanos como nós e que a pátria também lhes pertencia. Não medi as palavras sobre os horrores do *apartheid*, repeti até à exaustão que tínhamos de esquecer o passado e de nos concentrarmos na construção de um *futuro* melhor para todos.

Todos os comícios tinham também por objectivo ensinar as pessoas a votar. O boletim de voto era uma tira de papel, comprida e estreita, em que à esquerda figuravam os partidos e à direita o respectivo símbolo e a *fotografia* do líder. Os eleitores deviam traçar um X ao lado do partido da sua escolha. O que eu dizia aos assistentes era:

- No dia das eleições, olhem para o boletim de voto e quando encontrarem o rosto de um belo jovem assinalem com uma cruz.

O caminho para a liberdade foi tudo menos fácil. Embora o Conselho Executivo de Transição tenha começado a funcionar no princípio do ano, alguns partidos optaram por não participar. O Inkhata recusou-se

[573]

a tomar parte nas eleições e entregou-se a políticas de resistência. Com a aprovação do chefe Buthelezi, o rei Zwelithini apelou à autonomia soberana do KwaZulu e desencorajou os habitantes da província a participarem nas eleições. A direita branca declarou que as eleições eram uma traição e apelou a um *volkstaat*, sem contudo definir a sua localização e funcionamento. Em toda a África do Sul, não havia um único distrito onde os brancos estivessem em maioria.

A 12 de Fevereiro de 1994 terminava o prazo para que os partidos se registassem, e tanto o Inkhata como o Partido Conservador e o Afrikaner Volksfront não se tinham inscrito. O Governo do Bophuthatswana também se recusava a participar e resistia à incorporação numa África do Sul unida. O facto de estes grupos importantes não aderirem ao processo inquietava-me. A fim de os demover, fizemos algumas concessões significativas: concordámos com o uso de dois boletins para a eleição das assembleias nacionais e regionais, com a alteração do nome da Província de Natal para KwaZulu/Natal e com a inclusão na constituição de um princípio de autodeterminação «interna» para grupos que partilhassem uma herança cultural e linguística comum.

Combinei um encontro com o chefe Buthelezi em Durban, no dia 1 de Março.

- Estou pronto a ajoelhar-me e a implorar àqueles que pretendem arrastar o nosso país para um banho de sangue - declarei num comício realizado antes do encontro.

O chefe Buthelezi concordou com o registo provisório para as eleições em troca da promessa de submeter os nossos diferendos em termos constitucionais a um processo de mediação internacional. Concordei de bom grado. Antes do termo do prazo, o general Viljoen também registou um novo partido sob o nome de Frente da Liberdade.

Embora Lucas Mangope, presidente do Bophuthatswana, tivesse optado por conservar o território à margem das eleições, a maré dos acontecimentos em breve alterou a situação. Instei com ele em diversas ocasiões para que deixasse que fosse o povo a decidir, mas não me deu ouvidos. Os que queriam participar puseram no terreno enormes manifestações de massas, que em breve contagiaram o funcionalismo público do território. A televisão e a rádio deixaram de transmitir. Nas ruas de Mafikeng travaram-se combates entre a polícia e os trabalhadores e estudantes em greve. Mangope pediu auxílio militar aos seus aliados brancos de direita. Mas depressa as suas próprias forças o abandonaram e foi deposto num golpe ocorrido em princípios de Março. Algumas semanas depois foi a vez do brigadeiro Gqozo, do Ciskei, capitular e pedir à África do Sul que assumisse o controlo do território.

No Natal, recrudescia a violência. Os simpatizantes do Inkhata faziam bloqueio às nossas tentativas de entrar em campanha. Quinze colaboradores

[574]

do ANC foram mortos a tiro ou esfacelados enquanto colavam cartazes do movimento. Em Março, o juiz Johann Kriegler comunicou-me a mim e a De Klerk que, devido à falta de cooperação do Governo do KwaZulu, seria impossível realizar eleições no território sem uma intervenção política directa. Num gesto de alarde da nossa força no Natal, o ANC organizou uma gigantesca marcha no centro de Durban. O Inkhata tentou fazer o mesmo em Joanesburgo, mas o resultado foi uma desgraça.

No dia 28 de Março, milhares de apoiantes do Inkhata, que empunhavam lanças e mocas, marcharam através de Joanesburgo para um comício no centro da cidade. Ao mesmo tempo, um grupo armado do Inkhata tentou forçar a entrada de Shell House, sede do ANC, mas foi repellido pelos guardas. No centro da cidade foram disparados diversos tiros por pessoas não identificadas e ao todo

foram cinquenta e três as pessoas que morreram. Foi um espectáculo sinistro que deixou transparecer que a África do Sul estava à beira de uma guerra civil. O objectivo do Inkhata era o adiamento das eleições, mas nem eu nem De Klerk cedemos. O dia era sacrossanto.

Eu tinha aceite a mediação internacional, e no dia 13 de Abril chegou uma delegação chefiada por Lorde Carrington, antigo ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, e por Henry Kissinger, ex-secretário de Estado americano. No entanto, quando o Inkhata foi informado de que a data das eleições não estava sujeita a negociações recusou avistar-se com os mediadores, que se foram embora sem falar com ninguém. Só então o chefe Buthelezi se convenceu de que as eleições se realizariam acontecesse o que acontecesse. No dia 19 de Abril, a pouco mais de uma semana do acto eleitoral, Buthelezi aceitou a oferta de um papel constitucional para o monarca zulo e concordou em participar.

Dez dias antes da votação, o senhor De Klerk e eu enfrentámo-nos num debate singular, transmitido pela televisão. Eu tinha alguma experiência de debates adquirida em Fort Hare e durante os primeiros anos depois de aderir à organização havia participado em discussões públicas inflamadas. Em Robben Island tínhamos aperfeiçoado as nossas capacidades de argumentação enquanto partíamos pedra. Sentia-me confiante, mas na véspera organizámos um ensaio em que o jornalista Allister Sparks desempenhou o papel de De Klerk. Demasiado bem, na opinião de alguns conselheiros de campanha, que me censuraram por falar muito devagar e sem a agressividade necessária.

No entanto, quando chegou o momento do debate a sério, atirei-me com denodo ao Partido Nacionalista. Acusei-os de incentivarem o ódio racial entre os mestiços e os negros do Cabo com a distribuição de uma história de banda desenhada na qual o *slogan* do ANC era «Mata um mestiço, mata um fazendeiro».

[575]

- Não há neste país uma organização mais divisionista do que o Partido Nacionalista - declarei.

Quando De Klerk censurou o plano do ANC de gastar biliões de dólares na construção de casas e em programas sociais, respondi-lhe que aquilo que o incomodava era que dedicássemos tantos recursos aos negros.

Contudo, à medida que o debate se foi aproximando do fim, senti que estava a ser demasiado duro com um homem que seria meu colega no Governo de unidade nacional. E quando chegámos às conclusões, disse:

- A troca de acusações entre mim e o senhor De Klerk não deve obscurecer um facto importante. Creio que somos um exemplo brilhante para todo o mundo de como pessoas de raças diferentes podem ter uma lealdade comum, um amor comum, ao país a que pertencem. [...] Apesar das críticas tecidas pelo senhor De Klerk - e nesse momento olhei para ele - o senhor é uma das pessoas em quem confio. Vamos trabalhar juntos para resolver os problemas deste país.

Nesse momento estiquei-me para a frente, estendi-lhe a mão e concluí: - Tenho orgulho em lhe apertar a mão, para que sigamos em frente. De Klerk pareceu agradavelmente surpreendido.

Votei no dia 27 de Abril, o segundo dos quatro dias marcados para as eleições e escolhi fazê-lo no Natal, para mostrar à população dividida daquela província que não havia perigo em estar num local de voto. Votei na Ohlange High School, em Inanda, um subúrbio verde e montanhoso a norte de Durban, pois era lá que estava sepultado John Dube, o primeiro presidente do ANC. Em 1912, este patriota africano tinha sido um dos fundadores da organização e ao votar perto da sua campa fechava um círculo histórico, pois a missão por ele iniciada oitenta e dois anos antes estava prestes a concretizar-se.

Ao lado da campa, numa elevação sobranceira à pequena escola, os meus pensamentos voltaram-se para o passado, não para o futuro. Enquanto me dirigia à mesa de voto, não me saíam da cabeça os heróis que tinham tombado para que ali pudesse estar naquele dia, os homens e as mulheres que tinham feito o supremo sacrifício por uma causa que finalmente saía triunfante. Pensei em Oliver Tambo, em Chris Hani, no chefe Luthuli, em Bram Fischer. Pensei nos grandes heróis sul-africanos que se tinham sacrificado para que milhões pudessem votar naquele dia: Josiah Gumede, G. M. Naicker, o doutor Abdullah Abdurahman, Lilian Ngoyi, Helen Joseph, Yusuf Dadoo, Moses Kotane. Quando entrei na secção de voto, nesse dia 27 de Abril, não estava só: todos eles me acompanharam no acto de votar.

[576]

Antes de chegar à mesa de voto, um jornalista irreverente gritou-me: - Senhor Mandela, em quem é que vai votar?

Soltei uma gargalhada e respondi:

- Sabe, passei a manhã angustiado a pensar nisso.

Assinalei com um x o quadrado próximo das letras ANC e introduzi o boletim de voto numa simples caixa de madeira. Votava pela primeira vez na

minha vida.

As imagens dos sul-africanos que nesse dia acorreram às urnas estão gravadas a fogo na minha memória. Extensas filas de pessoas pacientes que se alongavam, coleantes, pelas ruas poeirentas de cidades pequenas e grandes; velhas que tinham esperado meio século para votar e que declaravam sentir-se seres humanos pela primeira vez na vida; homens e mulheres brancos, que afirmavam o seu orgulho de viver finalmente num país livre. Durante os dias da votação, o estado de espírito do país não podia ser mais exuberante. Cessaram as bombas e a violência e era como se a nação renascesse. Até os problemas logísticos próprios das eleições, como os votos transviados, as secções de voto falsas e os boatos de fraude em certos lugares não chegaram para atenuar o fulgor daquela vitória esmagadora da democracia e da justiça.

Foram precisos vários dias para apurar os resultados. Arrecadámos 62,6% dos votos a nível nacional, muito perto dos dois terços necessários para impor uma constituição sem o apoio dos outros partidos, se fosse essa a nossa vontade. A percentagem atribuiu-nos duzentos e cinquenta e dois, dos quatrocentos lugares na Assembleia. O ANC obteve uma vitória retumbante no Norte e no Leste do Transval, no Noroeste, no Cabo Oriental e no Estado Livre de Orange. Alcançámos 33% dos votos no Cabo Ocidental, onde ganhou o Partido Nacionalista, que obteve um excelente resultado entre a população mestiça. Conseguimos 32% no KwaZulu/Natal, onde o triunfo foi do Inkhata. No Natal, o medo da violência e a intimidação fizeram que muita gente ficasse em casa. Também houve acusações de fraude. Mas no fim não teve importância. Tínhamos subestimado a força do KwaZulu, mas eles demonstraram-na no dia das eleições.

. No ANC houve algumas pessoas que ficaram desapontadas por não termos alcançado o patamar dos dois terços, mas eu não fui uma delas. Até fiquei aliviado. Se tivéssemos alcançado dois terços dos votos e a possibilidade de elaborar uma constituição sem restrições impostas por outros, as pessoas diriam que tínhamos criado uma constituição do ANC e não uma constituição para a África do Sul. O que eu queria era um verdadeiro governo de unidade nacional.

Na noite do dia 2 de Maio, o senhor De Klerk proferiu um elegante discurso de aceitação da derrota. Ao fim de mais de três séculos de domínio,

a minoria branca reconhecia a derrota e entregava o poder à maioria negra. Para essa noite, o ANC tinha organizado uma festa para comemorar a vitória no salão de baile do Hotel Carlton, na baixa de Joanesburgo. Eu estava com gripe e os médicos ordenaram-me que não saísse de casa. Mas naquela noite nada me faria perder a festa. Subi ao palco por volta das nove horas, para encarar uma multidão feliz e sorridente.

Expliquei-lhes que estava rouco por causa da constipação e que o médico me tinha aconselhado a não comparecer.

- Espero que não lhe vão dizer que não prestei atenção ao que me recomendou.

Felicitei o senhor De Klerk pelos resultados obtidos e agradeci a todos os membros do ANC e do movimento democrático pelo imenso trabalho desenvolvido ao longo de tanto tempo. Nessa noite, estava no palco Coretta Scott King, viúva do grande combatente da liberdade Martin Luther King Jr., e olhei para ela ao aludir às palavras imortais do marido:

Este é um dos momentos mais importantes na vida do meu país. Apresento-me diante de vós, pleno de orgulho e de alegria - orgulho nas pessoas comuns e humildes desta terra. Haveis mostrado tanta determinação e calma paciente para reclamar a posse do vosso próprio país e eis que podemos gritar do alto dos telhados: Finalmente somos livres! Finalmente somos livres! Sinto-me pequeno diante da vossa coragem e o meu coração transborda de amor por todos vós. A maior honra que existe é estar à frente do ANC neste momento da nossa história. Sou um servidor vosso. [...] Não são os indivíduos que contam, mas sim o colectivo. [...] É chegado o momento de sarar velhas feridas e de construir uma nova África do Sul.

Assim que os resultados começaram a surgir e se tornou evidente que o ANC iria formar governo, assumi a missão de pregar a reconciliação, de sarar as feridas do país e de inspirar um clima de verdade e confiança. Sabia que muitas

peessoas, em especial as minorias brancas, mestiças e indianas, estariam ansiosas quanto ao futuro e nós queríamos que se sentissem seguras. Repeti uma e outra vez que a luta pela liberdade não era dirigida contra nenhum grupo ou raça, mas sim contra o sistema de opressão. Sempre que tive oportunidade, reafirmei que todos os sul-africanos deviam dar as mãos e proclamar que éramos um só país, uma só nação, um só povo, em marcha para o futuro.

O dia 10 de Maio amanheceu límpido e sereno. Ao longo dos últimos dias tinha sido gentilmente assediado por dignitários e personalidades mundiais que me queriam cumprimentar antes da tomada de posse, que seria a maior reunião de sempre de figuras destacadas da cena internacional em solo sul-africano.

As cerimónias tiveram lugar no elegante anfiteatro de arenito formado pelos edifícios Union Buildings, em Pretória. Durante décadas tinha sido um símbolo da supremacia branca, mas naquele dia era um arco-íris de cores e nações diferentes para a tomada de posse do primeiro governo não racista e democrático da África do Sul.

Nesse maravilhoso dia de Outono, estive acompanhado pela minha filha Zenani. Sobre o estrado, foi primeiro empossado De Klerk, como segundo vice-presidente. Seguiu-se Thabo Mbeki, como primeiro vice-presidente. Quando chegou a minha vez, jurei respeitar e fazer cumprir a constituição e dedicar-me ao bem-estar da república e do seu povo. Eis as palavras que proferi perante o mundo e os assistentes:

Hoje, com a nossa presença aqui [...] conferimos glória e esperança à liberdade que acaba de nascer. Da experiência resultante de uma desgraça humana que se arrastou por demasiado tempo tem de nascer uma sociedade da qual toda a humanidade se possa orgulhar.

[...] A nós, que ainda não há muito vivíamos à margem da lei, foi outorgado o raro privilégio de acolhermos no nosso território as nações do mundo. Agradecemos a todos os nossos distintos convidados a sua presença nesta tomada de posse ao lado do nosso povo, naquela que é, ao fim, e ao cabo, uma vitória comum da justiça, da paz e da dignidade humana.

Alcançámos finalmente a nossa emancipação política. Juramos libertar todo o nosso povo da contínua servidão da pobreza, da privação, do sofrimento, do género e outras discriminações.

Que nunca, nunca mais, esta terra maravilhosa assista à exploração de uns pelos outros. [...] Que o Sol nunca deixe de brilhar sobre tão glorioso feito da humanidade.

Viva a liberdade! Deus abençoe a África!

Poucos segundos depois, levantámos os nossos olhos para contemplar o portentoso espectáculo dos aviões a jacto, helicópteros e aviões de transporte de tropas sul-africanos que atroavam os ares em perfeita formação sobre os Union Buildings. Não era apenas uma exibição de precisão militar, mas a demonstração da lealdade das forças armadas para com a democracia, para

[579]

com o novo Governo eleito por um sufrágio livre e justo. Pouco antes, os generais das forças de defesa e da polícia, com o peito recamado de condecorações de tempos passados, tinham-me saudado e reiterado a sua lealdade. Não pude deixar de pensar que ainda não há muito tempo não só não me teriam saudado como me teriam dado voz de prisão. Por fim, passou uma formação de jactos *Impala*, a deixar um rasto de fumo negro, vermelho, verde, azul, branco e dourado, as cores da nova bandeira da África do Sul.

Para mim, o simbolismo do dia culminou com os dois hinos nacionais e as imagens dos brancos a entoar *Nkosi Sikelel' iAfrika* e dos negros a cantar *Die Stem*, o antigo hino da república. Embora nesse dia nenhum dos dois grupos conhecesse a letra do hino que antes desprezavam, em breve as viriam a saber de cor.

No dia da tomada de posse fui submergido pelo sentido da história. Na primeira década do século XX, pouco tempo depois da sangrenta guerra anglo-bóer e ainda antes do meu nascimento, os povos de pele branca da África do Sul tinham harmonizado as suas diferenças e erigido um sistema de domínio racial sobre os povos de pele escura da sua própria terra. A estrutura que então tinham criado fora a base de uma das sociedades mais repressivas e desumanas que o mundo já conheceria. Agora, na última década do século, a oitava da minha vida,

esse sistema acabava de ser definitivamente derrubado e substituído por outro, que reconhecia os direitos e as liberdades de todos, independentemente da cor da pele.

Para que esse dia chegasse tinha sido necessário o sacrifício inimaginável de milhares de pessoas do meu povo, gente cujo sofrimento e coragem nunca poderá ser medido nem recompensado. Nesse dia como, aliás, em tantos outros, tive a sensação de ser apenas o corolário de todos esses patriotas africanos desaparecidos antes de mim. Dessa longa e nobre linhagem que se tinha extinguido e agora recomeçava comigo. Senti uma dor pungente por não lhes poder agradecer e por eles não poderem ver o fruto dos seus sacrifícios.

A política do *apartheid* rasgou uma ferida profunda e duradoura no meu país e no meu povo. Vamos passar muitos anos, talvez mesmo gerações, a recuperar desse golpe terrível. Mas as décadas de opressão e brutalidade tiveram outro efeito, imprevisto, que foi o surgimento de homens como Oliver Tambo, Walter Sisulu, o chefe Luthuli, Yusuf Dadoo, Bram Fischer e Robert Sobukwe - indivíduos de extraordinária coragem, visão e generosidade como provavelmente nunca mais haverá outros. Talvez seja só nas profundezas da opressão que nascem os homens de grande carácter. O meu país é rico em minérios e gemas que jazem no seu subsolo, mas sempre soube que a sua maior riqueza é o povo, mais puro e verdadeiro que o mais puro dos diamantes.

[580]

Foi com estes companheiros de luta que aprendi o significado da palavra coragem. Muitas e muitas vezes vi homens e mulheres arriscar e dar a vida por um ideal. Vi homens resistir a espancamentos e à tortura sem ceder, demonstrando uma força e uma capacidade de resistência para além de quanto se possa imaginar. Aprendi que a coragem não é a ausência do medo, é o triunfo sobre o medo. Também o senti muitas vezes, mais do que me consigo recordar, mas oculte-o por detrás de uma máscara de audácia. O homem corajoso não é o que não sente medo, é aquele que o domina.

Nunca deixei de acalentar a esperança de que esta transformação viesse a acontecer. Não só por causa dos grandes heróis que citei, mas pela coragem dos homens e mulheres comuns da minha terra. Sempre tive a consciência de que,

nas profundezas do coração de todos. os homens, há compaixão e generosidade. Ninguém nasce a odiar outra pessoa por causa da cor da sua pele, da classe social ou da religião. As pessoas são ensinadas a odiar, mas se conseguem aprender o ódio também é possível ensinar-lhes o amor, porque o amor é mais inerente por natureza ao coração humano do que o seu oposto. Mesmo nos tempos mais sinistros da prisão, quando eu e os meus camaradas éramos levados aos limites, era possível discernir um lampejo de humanidade num dos carcereiros, às vezes não mais do que um segundo, mas o bastante para me dar alento. A bondade dos homens é uma chama que se pode ocultar, mas que não é possível extinguir.

Entrámos na luta de olhos bem abertos, sem ilusões quanto à facilidade do caminho a percorrer. Quando era novo e aderi ao Congresso Nacional Africano, vi o alto preço que os meus camaradas pagavam pelos seus ideais. No que me diz respeito, nunca me arrependi de me ter entregue à luta e sempre estive preparado para sofrer as agruras que me afectaram pessoalmente. Mas a minha família pagou um preço terrível, talvez demasiado elevado, por essa minha entrega.

Na vida, todos os homens têm duas obrigações que andam a par - para com a família, os pais, a mulher e os filhos; mas também para com o seu povo, a sua aldeia, o seu país. Numa sociedade civil e humanizada, todos os homens têm condições para cumprir estes deveres segundo as suas tendências e capacidades. Mas num país como a África do Sul, esse cumprimento era impossível para um homem da minha cor e nascimento. Na África do Sul, um homem de cor que tentasse viver como um ser humano era castigado e isolado. Na África do Sul, um homem que procurasse cumprir o seu dever para com o povo era inevitavelmente arrancado à família e ao lar e forçado a uma existência à parte, uma existência na meia-claridade crepuscular do segredo e da rebelião. Não foi desde o primeiro momento que elevei o meu povo acima da família, mas ao tentar servi-lo apercebi-me de que ficava impedido de cumprir as minhas obrigações de filho, de irmão, de pai e de marido.

[581]

Nessa medida, a dedicação que votei ao meu povo, aos milhões de sul-africanos que nunca conheci nem encontrei, foi a expensas das pessoas que melhor

conhecia e mais amava. Um gesto simples e incompreensível, até ao momento em que uma criança pergunta ao pai:

- Por que não podes ficar connosco?

E o pai tem de proferir as terríveis palavras:

- Porque há outras crianças como tu, um sem número delas... - até que a voz se lhe embargue sem terminar a resposta.

Não nasci com um desejo infrene de liberdade. Nasci livre - livre sob todos os aspectos. Livre para correr pelos campos em redor da cabana da minha mãe, livre para nadar no ribeiro límpido que atravessava a aldeia, livre para assar maçarocas à luz das estrelas e cavalgar o dorso largo dos bois de passo vagaroso. Desde que obedecesse ao meu pai e respeitasse os costumes da tribo, não seria incomodado pelas leis dos homens e de Deus.

Foi só quando percebi que a minha liberdade de rapaz era uma ilusão, quando descobri, ainda jovem, que já me tinham roubado a liberdade, que comecei a ansiar por ela. Primeiro, como estudante, queria essa liberdade só por mim, a liberdade transitória de ficar uma noite fora de casa, de ler o que me apetecia e de ir aonde a vontade me levasse. Mais tarde, já em Joanesburgo, ansiava pelas liberdades básicas e dignas de realização do meu potencial, de ganhar a minha vida, de casar e fundar uma família - a liberdade de uma vida honesta e não sujeita a intromissões estranhas.

Mas fui-me a pouco e pouco apercebendo de que não só não era livre como o mesmo sucedia com os meus irmãos e irmãs. Percebi que não era apenas a minha liberdade a ser cerceada, era a liberdade de todos os que se pareciam comigo. Foi então que aderi ao Congresso Nacional Africano, no qual a minha fome de liberdade pessoal se transformou numa fome de liberdade para o meu povo. Foi este desejo de que o meu povo fosse livre para viver com dignidade e respeito que deu ânimo à minha vida e que transformou o jovem assustado num homem audacioso, que levou um advogado respeitador da lei a tornar-se um foragido, um homem que amava a sua família a viver como um eremita. Não sou mais virtuoso nem disposto ao sacrifício do que qualquer outro, mas compreendi que não poderia fruir as liberdades restritas que me eram permitidas enquanto o meu povo não fosse livre. A liberdade não se pode dividir; as grilhetas que

prendiam um homem do meu povo eram as grilhetas que nos manietavam a todos, que me manietavam a mim.

Foi durante esses anos longos e solitários que a minha ânsia de liberdade para o meu povo se dilatou numa ânsia de liberdade para todos, brancos e negros. Estava ciente de que o opressor precisava tanto de ser liberto como o oprimido. Um homem que rouba a liberdade a outro homem é um

[582]

prisioneiro do ódio, está trancado atrás das grades do preconceito e da estreiteza mental. Ninguém é totalmente livre quando rouba a liberdade de outrem, do mesmo modo que não é livre aquele a quem tiram a liberdade. O opressor e o oprimido são igualmente despojados da sua humanidade.

Quando saí da prisão, era essa a minha missão, a de libertar o oprimido e o opressor. Há quem diga que já foi conseguido. Mas sei que não é assim. Na verdade, ainda não somos realmente livres, apenas alcançamos a liberdade de sermos livres, o direito de não sofrer a opressão. Não demos o último passo do nosso percurso, apenas o primeiro de um caminho mais longo e ainda mais penoso. Porque ser livre não é apenas quebrar as correntes, mas viver uma vida que respeite e estimule a liberdade dos outros. O verdadeiro teste da nossa dedicação à liberdade ainda mal começou.

Tenho vindo a trilhar esse longo caminho para a liberdade. Procurei não vacilar, embora ao longo do percurso tenha dado passos em falso. Mas descobri que depois de subir uma montanha percebemos que continua a haver muitas montanhas para transpor. Aproveito o momento para descansar, para apreciar a vista esplendorosa que me rodeia, para olhar para trás, a contemplar o caminho já percorrido. Mas só posso descansar por um momento, pois a liberdade traz consigo responsabilidades e não me atrevo a parar, pois o meu longo caminho ainda não terminou.

[583]

ÍNDICE

Nota de revisor de texto: o índice foi deslocado para o início da obra